

**Programa Interuniversitário de Doutoramento em História**

Universidade de Lisboa, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica  
Portuguesa e Universidade de Évora

**Portugal e Nápoles na época do absolutismo reformista  
1750-1777**

Sara Nunes de Pinho Pereira

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutor em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global

Orientador:

Professor Doutor José Vicente Serrão, Professor Associado

ISCTE-IUL

Dezembro, 2018

**Programa Interuniversitário de Doutoramento em História**

Universidade de Lisboa, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

**Portugal e Nápoles na época do absolutismo reformista  
1750-1777**

Sara Nunes de Pinho Pereira

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutor em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global

Júri:

Doutor Pedro Cardim, Professor Associado, FCSH- Universidade Nova de Lisboa

Doutora Laurinda Abreu, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Doutora Aline Beuvink, Professora Auxiliar, Universidade Autónoma de Lisboa

Doutor Miguel Cruz, Investigador, ICS -IUL

Doutor José Vicente Serrão, Professor Associado, ISCTE-IUL

Março, 2019

*Para a Maria Francisca*

## **Agradecimentos**

A primeira pessoa de quem me recordo ao pensar neste trabalho é, inevitavelmente, o Professor José Vicente Serrão, a quem agradeço toda a paciência, disponibilidade e dedicação que sempre dedicou aos meus trabalhos ao longo dos anos, primeiro como meu orientador de mestrado e agora com esta tese de doutoramento. Este pequeno registo nunca será suficiente para retribuir toda a motivação e força que incessantemente me transmitiu, jamais me deixando desistir deste projeto apesar das minhas limitações.

Aos professores do PIUDHIST que comentaram e contribuíram com as suas úteis elucidações para o desenvolvimento do meu projeto e para melhorar o meu entendimento da história como ciência, o meu muito obrigada.

A compreensão e apoio da minha família e amigos foi desde sempre crucial, a cada um deles obrigada pelo carinho, obrigada pela ajuda, obrigada pelo amor.

Aos meus pais que sempre me deram coragem e a quem devo tudo o que sou, um agradecimento que se estende não só a isto, mas a toda a minha vida. Está aqui uma pequena amostra de um grande conjunto de coisas boas, que provavelmente não existiriam sem a dedicação, amizade, cumplicidade e segurança (a maior de todas) que sempre proporcionaram quer a mim quer aos meus irmãos.

Aos meus irmãos Paulo e Joantina, os meus melhores amigos de sempre e para sempre, que me conhecem melhor que ninguém, agradeço-vos por todo o amparo e por tudo o que nos une.

Agradeço ao meu querido cunhado Pedro, sempre atencioso, sempre pronto para ajudar e ao meu primo irmão André, que é talvez a pessoa que mais paciência teve para me ouvir falar deste trabalho e com quem troquei algumas ideias e desabafos, embora as nossas áreas de interesse académico sejam em muito diferentes.

Ao Nuno, que nunca desistiu de nós, agradeço a nossa felicidade. Obrigada por me alegrares todos os dias e por me dares o melhor das nossas vidas, que chegará muito em breve.

Não podia esquecer o meu Ben, a minha grande companhia a minha maior distração.

Por último e inevitavelmente, pela importância que tiveram para mim, Minda e Mário, vão ser sempre constantes no meu pensamento, na minha gratidão e na minha infinita saudade.



# Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1- Portugal e Nápoles entre 1750 e 1777</b> .....	21
1.1. Portugal, o Reinado de D. José e o Pombalismo.....	21
1.2. Nápoles, os reinados Borbónicos e o Conselho de Regência de Bernardo Tanucci.....	36
1.3.As Relações Diplomáticas Bilaterais: Tipo de Representação e Enquadramento Político.....	62
Conclusão.....	66
<b>Capítulo 2 - Representação diplomática portuguesa em Nápoles</b> .....	70
2.1.José da Silva Pessanha.....	72
2.2.Aires de Sá e Melo.....	78
2.3.José de Sá Pereira.....	85
2.4. A importância dos Diplomatas Portugueses em Roma, Turim e Génova.....	92
Conclusão.....	109
<b>Capítulo 3- Representação diplomática napolitana em Portugal</b> .....	112
3.1. Carlos de Guevara.....	113
3.2. Giuseppe Maturi.....	124
3.3. Michele Pignatelli.....	127
3.4. Giambattista Albertini.....	131
3.5. Vespasiano Macedonio.....	135
3.6. Nicola Piansante.....	138
3.7. Salvatore Montaperto.....	140
3.8. Consulado napolitano em Portugal.....	145
3.9. Tanucci e Pombal: Pela pena dos Diplomatas.....	154
Conclusão.....	160
<b>Capítulo 4- Os grandes temas da correspondência diplomática entre Portugal e Nápoles</b> .....	164
4.1. O Terramoto de Lisboa de 1755.....	164
4.2. A Campanha contra os Jesuítas.....	177

4.3. A Guerra dos Sete Anos e a Disputa Ibérica na América do Sul.....	205
4.4. As Relações Comerciais Portugal-Nápoles.....	219
4.5. As Reformas Internas de Portugal e Nápoles.....	232
4.6. As políticas reformistas de Pombal e Tanucci na visão dos diplomatas.....	255
Conclusão.....	268
<b>Capítulo 5- Formas e vias de circulação da informação diplomática.....</b>	<b>274</b>
5.1. Os documentos diplomáticos: Normas e Tipologia.....	275
5.2. Vias Portuguesas.....	277
5.3. Vias Napolitanas.....	280
5.4. Correios e Insegurança das Postas.....	284
5.5. O Conteúdo da Mala Diplomática.....	292
5.6. Rede Diplomática Informal.....	322
Conclusão.....	326
<b>Capítulo 6- Para além da diplomacia: a circulação de pessoas entre os dois reinos.....</b>	<b>330</b>
6.1. Agentes culturais.....	332
6.2. Eclesiásticos.....	352
6.3. Militares.....	361
6.4. Médicos.....	366
6.5. Foragidos e Condenados.....	369
6.6. Casos Diversos.....	373
Conclusão.....	380
<b>Conclusão geral.....</b>	<b>382</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>389</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>406</b>



# Introdução

Esta dissertação tem como objecto de estudo as relações entre Portugal e Nápoles na segunda metade do século XVIII, mais propriamente no período que vai de 1750 a 1777. Portugal e Nápoles eram, nesta época, dois estados com várias características comuns ou idênticas. Ambos se situavam no sul da Europa, tinham uma dimensão semelhante, eram católicos, o seu tecido social não era muito diferente, e, sobretudo, ambos ficaram então marcados por amplos programas de reforma no quadro dessa experiência política europeia que ficou conhecida como despotismo iluminado, ou absolutismo reformista, de que são geralmente apontados como dois dos principais exemplos. Os grandes protagonistas do processo político num e noutra reino – o marquês de Pombal (1699-1782) e o marquês Tanucci (1698-1783) – apresentam eles próprios várias semelhanças, quer geracionais quer quanto ao seu percurso social, estatuto político, trajectória de ascensão e queda, enquadramento doutrinário ou objectivos reformistas.

A observação deste conjunto de semelhanças entre ambos os estados, estadistas e processos políticos, não obstante algumas diferenças que também os separavam e de que falaremos a seu tempo, constituiu a motivação originária para realizar um estudo comparativo entre Portugal e Nápoles e, sobretudo, para investigar o seu relacionamento. Com efeito, o trabalho que agora se apresenta procura acima de tudo avaliar como é que os dois países se relacionaram no plano da política externa, do comércio, da circulação de pessoas, livros e ideias. Situa-se, assim, no âmbito da história das relações internacionais, entendidas estas no seu sentido mais amplo, que envolve componentes de história política, económica e cultural. Mas o seu foco primário de análise, deve desde já adiantar-se, são as relações diplomáticas e os seus principais agentes, os próprios diplomatas, assim como os responsáveis de governo que definiam as políticas.

Trata-se de uma opção que, em parte, se justifica pela maior disponibilidade e qualidade das fontes dessa natureza, e que constituem o principal suporte empírico desta investigação. Os agentes diplomáticos de Portugal e de Nápoles comunicavam intensamente com as suas cortes, muitas vezes com uma periodicidade semanal,

alimentando um fluxo de informação, e por vezes de opinião, tanto sobre as matérias de política externa como sobre os factos políticos e sociais do país de residência, e sobre as diligências de que estavam incumbidos.

A opção por concentrar a atenção no relacionamento diplomático justifica-se também pelo facto de este projeto, enquanto trabalho académico, ser uma continuação direta da investigação anterior, realizada no âmbito da minha dissertação de mestrado. Já aí o objetivo foi partir da atividade diplomática entre os dois reinos com o propósito de avaliar as vias de contato e de inter-influência entre os dois processos políticos. Por razões de tempo e de espaço, na altura apenas pude concentrar-me na recolha, catalogação e análise da correspondência enviada pelos representantes diplomáticos de Portugal em Nápoles, deixando de fora os diplomatas (e os arquivos) napolitanos, e deixando vários pontos ou pistas em aberto, que agora se procuraram colmatar.

Finalmente, a opção justifica-se pela própria riqueza e relevância das questões que lhe estão associadas. Portugal e Nápoles, apesar de várias características em comum, já assinaladas, não só não tinham uma tradição de relacionamento diplomático directo, como apresentavam entre si algumas diferenças significativas – na economia, no enquadramento geopolítico, no seu estatuto internacional, no alinhamento externo, e em outros aspectos mais. Num retrato sintético, pode dizer-se que Nápoles era um “país” mediterrânico, com uma economia predominantemente agrária, e, em termos de estatuto político internacional, um jovem estado independente (como tal, apenas desde 1738), mas que mantinha uma ligação privilegiada com Espanha. Por seu turno, Portugal tinha uma dimensão ultramarina e uma vocação mais atlântica, uma economia mais aberta ao exterior, e era um “velho” estado europeu, com independência reconhecida desde o séc. XII, tendo em Espanha o seu principal rival e na Inglaterra o seu principal aliado.

Neste sentido, importa perceber, desde logo, porque é que os dois reinos inauguram em 1753 relações diplomáticas directas, e, depois, de que modo os seus interesses se cruzaram – levando-os a aproximarem-se ou a divergirem – no contexto de uma Europa em mudança. Uma Europa que, no terceiro quartel do século XVIII, ficou especialmente marcada por acontecimentos importantes para a política internacional, como a Guerra dos Sete Anos ou a extinção da Companhia de Jesus, por significativos desenvolvimentos intelectuais, por um espírito reformista e por novas experiências de governo político. Neste contexto, quais eram os interesses estratégicos portugueses? E quais os napolitanos? O que é que Nápoles podia representar para a política externa de

Portugal e vice-versa? Até onde poderia ser levada a cooperação? Além das questões de política externa, importa também saber o que é que as fontes diplomáticas nos dizem sobre qual era o interesse ou curiosidade que um dos reinos podia ter acerca do outro, fosse, por exemplo, em matérias económicas (o ouro, o vinho, os cereais), ou em matérias políticas, nomeadamente sobre como eram vistas de parte a parte as reformas em curso e até que ponto eram tomadas como inspiração.

Dito isto, será importante advertir que a prioridade concedida às relações diplomáticas e políticas não esgota o objecto nem os objectivos deste trabalho. Outras dimensões do relacionamento entre os dois países serão também levadas em consideração. Procuraremos nomeadamente não só dar a conhecer as características da comunidade napolitana residente em Portugal e da comunidade portuguesa residente em terras napolitanas, como identificar quem circulava entre os dois reinos e com que propósitos. Dentro do questionário de investigação que orientou esta tese interessou-nos ainda analisar, até onde as fontes o permitiram, outros tipos de circulação entre os dois reinos – de capitais, de navios, de produtos de consumo, de livros e gazetas, de obras de arte e outros bens culturais, e, não menos importante, de ideias.

Em suma, o objetivo desta tese é o de levar tão longe quanto possível uma análise global das relações entre Portugal e Nápoles num tempo, 1750-1777, que toma como referência um dos períodos mais marcantes da história portuguesa – o do reinado de D. José I ou, como é mais conhecido, o do “consulado pombalino”.

\*

Um balanço do estado dos conhecimentos no que se refere a esta tese, e da bibliografia a que foi necessário recorrer para a enquadrar, não é uma tarefa simples, já que, pela diversidade de assuntos que envolve, remete para várias linhas de investigação histórica, sobre as quais há já um corpo de conhecimento e de publicações consolidado e diversificado.

Especificamente sobre o tema aqui desenvolvido – as relações entre Portugal e Nápoles na segunda metade de Setecentos – e excluindo algumas poucas referências pontuais e dispersas inseridas em estudos sobre outros tópicos, pouco mais há do que a minha

própria dissertação de mestrado<sup>1</sup>, que constituiu a primeira aproximação sistemática ao assunto.

No entanto, alargando um pouco o âmbito, há alguns estudos referentes às relações entre Portugal e Itália no séc. XVIII, e a alguns dos seus protagonistas, que constituem uma base de referência indispensável, como é o caso de “Portugal and Rome” de Samuel Miller<sup>2</sup>, não só porque descreve detalhadamente as relações entre Portugal e a Santa Sé, mas principalmente por conter informações acerca da posição de Bernardo Tanucci relativamente às políticas pombalinas e à expulsão dos jesuítas do reino de Nápoles. Igualmente importante é a ampla investigação que António Banha de Andrade dedicou a Luís António Verney.<sup>3</sup> Nos últimos anos tem havido uma revitalização do interesse pela história das relações luso-italianas, a que não é indiferente a realização regular, desde 2011, de um ciclo de conferências promovido pelo Instituto Italiano de Cultura de Lisboa e pelo CHAM/ FCSH/ Nova. De entre os novos trabalhos surgidos, saliento a recentíssima tese de doutoramento de Carmine Cassino, colega com quem tive oportunidade de cruzar várias informações.<sup>4</sup>

Afora estes temas mais especificamente relacionados com a presente dissertação, muitas são as obras cuja leitura e análise foram cruciais para o enquadramento deste estudo, especialmente aquelas que nos permitem formular uma compreensão crítica sobre assuntos ligados à diplomacia do século XVIII, ou não fosse o recurso às fontes de origem diplomática a principal base de apoio deste trabalho. Também relevantes são os estudos que abordam o contexto histórico da época analisada, quer em Portugal quer em Nápoles. Saindo desses âmbitos nacionais, também é essencial ter conhecimento dos principais acontecimentos no espaço europeu, até porque muitas questões relevantes para este estudo, como a Guerra dos Sete Anos, a luta contra os jesuítas e a questão do iluminismo, tiveram uma evidente dimensão internacional.

---

<sup>1</sup>*Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Atividade Diplomática*, ISCTE, 2010.

<sup>2</sup> MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome 1748-1830 An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978.

<sup>3</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1965.

<sup>4</sup> CASSINO, Carmine, *Portugal e a Itália: emigração, nação e memória (1800–1832)*. Lisboa: FLUL, 2015.

No que respeita à história diplomática, este estudo restringe-se à análise da diplomacia de Setecentos, mais especificamente ao papel da diplomacia como fator crucial nas relações e partilha de conhecimentos entre os reinos de Portugal e Nápoles durante o reinado de D. José (1750-1777). Para compreender melhor todo este quadro, que permitiu o contacto entre os dois reinos, é necessário ter presente a evolução da diplomacia durante o antigo regime, nomeadamente no que se refere à dinâmica diplomática, ao perfil intelectual e social dos diplomatas, aos critérios do seu recrutamento e à sua hierarquia, assim como conhecer, o melhor possível, as redes de comunicação e informação usadas pela diplomacia. Como é sabido, o período moderno terá assistido ao próprio nascimento da diplomacia, isto é, ao estabelecimento de mecanismos e agentes de representação de alguns estados junto dos outros. Como escreveu Pedro Cardim, “os historiadores têm demonstrado que uma das facetas mais importantes do desenvolvimento da atividade governativa e administrativa terá sido o crescimento do dispositivo diplomático das diversas casas reais.”<sup>5</sup> Os séculos XVII e XVIII, em especial, assistiram a amplas alterações, que foram tornando a atividade diplomática cada vez mais complexa e influente para a política internacional, alterando significativamente a essência das missões diplomáticas e a sua importância no processo de decisão política. Vestefália (1648) terá desempenhado um papel essencial a este respeito, dado que as conversações de paz atraíram para um mesmo palco cerca de 194 representantes diplomáticos, envolvidos em negociações de carácter multilateral.<sup>6</sup> O reconhecimento desta realidade atraiu a atenção de vários historiadores. Verificando-se Vestefália como o momento da redefinição da diplomacia e das relações externas europeias, havia que traçar, a partir desse ponto, uma análise das carreiras diplomáticas, do seu progresso e da sua interação com os aparelhos administrativos dos estados – o trabalho de Matthew Anderson espelha bem essa situação em torno da prática diplomática da Europa do antigo regime.<sup>7</sup> Por seu turno, Peter Barber<sup>8</sup> retrata a

---

<sup>5</sup> CARDIM, Pedro, “A Prática Diplomática na Europa do Antigo Regime”, in Luís Nuno Rodrigues e Fernando Martins (Ed), *História das Relações Internacionais. Temas e Debates*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 12.

<sup>6</sup> BÉLY, Lucien, *Les Relations Internationales en Europe XVII-XVIII Siècles*, Paris, Presses Universitaires de France, 1992, pp.157. OLIVEIRA, Luís Soares de, *História Diplomática. O Período Europeu 1580-1917*, Lisboa, Edições Pedro Ferreira-Artes Gráficas, 1994, pp. 58.

<sup>7</sup> ANDERSON, Matthew Smith, *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919*, London, Pearson Education, 1993.

<sup>8</sup> BARBER, Peter, *Diplomacy: the world of the honest spy*, London, British Library, 1979.

diplomacia do antigo regime como pluralista, dado o variado número de encargos que rondavam os intermediários diplomáticos, muito além do serviço em nome do seu príncipe, abrangendo, muitas vezes, serviços de ordem cultural, social ou religiosa. Não muito longe desta perspetiva, Jeremy Black demonstra que “a diplomacia toma diferentes formas e tem variadas consequências”.<sup>9</sup>

Entretanto, há que assinalar que as raízes dos estudos sobre a história diplomática moderna – entendida esta mais como relações entre estados do que propriamente como uma actividade específica – são bem mais antigas, tendo no século XIX o seu ponto alto, sobretudo no quadro da afirmação dos estados nacionais e da própria institucionalização da história como disciplina, então muito marcada por propósitos nacionalistas, privilegiando a história política das relações entre estados e metodologicamente positivista. Isso desencadeou um interesse especial pela transcrição e publicação sistemática de fontes diplomáticas, de que são exemplos, entre muitos outros, os trabalhos de Flassan<sup>10</sup> ou Barral<sup>11</sup>, ou, no caso português, os esforços de compilação documental levados a cabo pelo Visconde de Santarém<sup>12</sup>, ou por Júlio Biker e Borges de Castro.<sup>13</sup>

Concentrando-nos agora na historiografia portuguesa do século XX com relevo para a história da diplomacia ou das relações externas, há que mencionar algumas contribuições incontornáveis, independentemente da visão crítica que se possa ter sobre as mesmas. É o caso do estudo de Eduardo Brasão<sup>14</sup>, que evidencia algumas das principais missões diplomáticas portuguesas levadas a cabo no decurso dos séculos XVII e XVIII. Como base para o reconhecimento do corpo diplomático português,

---

<sup>9</sup> BLACK, Jeremy, *A History of Diplomacy*, London, Reaktion Books, 2010, pp.11.

<sup>10</sup> FLASSAN, M. de, *Histoire Générale et Raisonnée de la Diplomatie Française ou de la politique de la France Depuis la Fondation de la Monarchie, jusqu'a la fin du règne de Louis XVI; Avec des Tables Chronologiques de tous les Traités conclus par la France*, 7 tomos, Paris, Imprimerie de Crapelet, 1811.

<sup>11</sup> BARRAL, Le Comte de, *Étude sur l'Histoire Diplomatique de l'Europe de 1648 à 1791*, Paris, E. Plon et Cie, 1880.

<sup>12</sup> SANTARÉM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VI, Paris, J. P. Aillaud, 1842.

<sup>13</sup> BIKER, Julio Firmino Judice, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente, compilados*, coord. José Ferreira Borges de Castro, 8 Tomos, Lisboa, Imprensa Nacional 1856-1858.

<sup>14</sup> BRASÃO, Eduardo, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, 2 vols., Lisboa, Resistência, 1979-1980.

desde a sua constituição até às trajetórias individuais das carreiras diplomáticas, refira-se a listagem realizada por Luís Teixeira Sampayo<sup>15</sup> e o trabalho de levantamento bibliográfico de Fernando Castro Brandão<sup>16</sup>. Quanto a grandes tentativas de síntese e interpretação, refiram-se os trabalhos de Calvet de Magalhães<sup>17</sup> e, especialmente, de Jorge Borges de Macedo<sup>18</sup>.

Entre as décadas de 1940 e 1970 tornou-se mais frequente uma outra forma de analisar a atividade diplomática portuguesa, através da investigação de casos de relações bilaterais entre os estados. Perspetiva de abordagem que se estende até aos dias de hoje, especialmente a nível de teses de mestrado e doutoramento, como é o caso do presente trabalho. Têm sido especialmente tratadas algumas biografias do corpo diplomático português, bem como analisada a carreira diplomática e o perfil social destes agentes da política externa no antigo regime.

Quanto aos trabalhos de cariz biográfico sobre algumas figuras que compuseram a diplomacia portuguesa, refiram-se os mais antigos de Edgar Prestage, que examinou os casos de D. Francisco Manuel de Melo<sup>19</sup> e António de Sousa de Macedo.<sup>20</sup> Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foram produzidas nos anos 60 e 70 algumas teses, como a de Maria Alcinda Ribeiro Correia, sobre a missão de Carvalho e Melo em Viena,<sup>21</sup> ou a de Maria Themudo Barata<sup>22</sup>. Mais recentes são as teses

---

<sup>15</sup> SAMPAYO, Luís Teixeira de, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Subsídios para o Estudo da História da Diplomacia Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

<sup>16</sup> BRANDÃO, Fernando de Castro, *Para uma Bibliografia da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989.

<sup>17</sup> MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 2ª edição, 1992 e MAGALHÃES, José Calvet, *Breve História Diplomática de Portugal*, Sintra, Publicações Europa-América, 1990.

<sup>18</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006.

<sup>19</sup> PRESTAGE, Edgar, *D. Francisco Manuel de Melo. Esboço Biográfico*, Coimbra, 1914.

<sup>20</sup> PRESTAGE, Edgar, *D. Francisco Manuel de Melo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

<sup>21</sup> PRESTAGE, Edgar, *O Dr. António de Sousa de Macedo, Residente de Portugal em Londres 1642-1646*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1916.

<sup>22</sup> CORREIA, Maria Alcina Ribeiro, *Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena de Áustria*, Lisboa, 1965.

publicadas de Isabel Cluny<sup>23</sup>, Maria Rosalina Delgado<sup>24</sup> e Ana Maria Homem Leal de Faria<sup>25</sup>.

Todas elas datam já do princípio do novo milénio, período que marca alguma revitalização, e também renovação, dos estudos sobre diplomacia e/ou política externa. Se, por um lado, alguns temas clássicos da política externa portuguesa foram retomados de acordo com perspetivas mais abrangentes e mais contextualizadas, de que é exemplo o livro coletivo dedicado ao tratado de Methuen<sup>26</sup>, ou o trabalho de Miguel Dantas da Cruz sobre a questão da neutralidade<sup>27</sup>, por outro lado verificou-se uma preocupação de *aggiornamento* da “velha” história diplomática, formulando-se novas questões e análises, voltadas para o perfil social e intelectual dos diplomatas, os critérios do seu recrutamento, o seu estatuto político e a tipologia das missões. Neste contexto, destaca-se especialmente o inovador trabalho conjunto de Pedro Cardim, Nuno G. Monteiro e David Felismino sobre o perfil sociológico e profissional dos diplomatas<sup>28</sup>, ou a obra de Ana Leal de Faria dedicada à diplomacia portuguesa no longo período de 1640 a 1815.<sup>29</sup>

Quanto à diplomacia napolitana, pouco se tem escrito em relação ao seu aparelho e funcionamento para este período. Todavia, Maria Grazia Maiorini descreveu com precisão a construção da política diplomática napolitana a partir da fundação do reinado borbónico. Segundo a mesma, a diplomacia napolitana não passou pelas “várias fases de construção teóricas e práticas que os outros poderes europeus sofreram quando forjaram a sua tradição diplomática em séculos de luta: para afirmar a sua individualidade e ganhar supremacia política e económica... a diplomacia napolitana nasceu já com forma

---

<sup>23</sup> CLUNY, Isabel D. *Luís da Cunha e a ideia de Diplomacia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999 e *O Conde de Tarouca e a Diplomacia da época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

<sup>24</sup> DELGADO, Maria Rosalina Pinto da Ponte, *José da Cunha Brochado. O Homem e a sua época (1651-1733)*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2000.

<sup>25</sup> FARIA, Ana Maria Homem Leal de, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um Diplomata Moderno. 1618-1680*, Lisboa, Instituto Diplomático- Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

<sup>26</sup> CARDOSO, José Luís, et al., *O tratado de Methuen, 1703: diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

<sup>27</sup> CRUZ, Miguel Dantas da, *A Neutralidade Portuguesa na Europa da Revolução*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

<sup>28</sup> CARDIM, Pedro, Felismino David, Monteiro Nuno Gonçalo, “A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005.

<sup>29</sup> FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008.

adulta.”<sup>30</sup>A observação da política externa napolitana permite perceber a sua evolução, durante o século XVIII, mais fortalecida e especialmente virada para os assuntos marítimos e comerciais, existindo no entanto a noção do seu posicionamento secundário perante a ordem internacional – assim a caracterizam os trabalhos de R. Ajello<sup>31</sup> e A. Cortese.<sup>32</sup>

Este trabalho não pode deixar também de recorrer ao conhecimento já consolidado sobre a história de cada um dos países na época em questão. No caso português, o período pombalino é um dos que conta com maior produção, tendo sido analisado, interpretado e reinterpretado, nos seus múltiplos aspetos, por centenas de trabalhos. Para referir apenas alguns dos mais representativos, não posso deixar de assinalar o livro de Nuno Gonçalo Monteiro sobre D. José e o seu ministro Pombal.<sup>33</sup> O autor não esquece temas que são importantes reter, como a política interna e externa portuguesa da época, a expulsão dos jesuítas e a rutura com a Santa Sé, o Pacto de Família, a Guerra dos Sete Anos e o triunfo anti-jesuítico a nível internacional. Esta obra é um bom retrato sobre o que foi o pombalismo, não esquecendo os nomes dos principais apoiantes e oponentes às reformas então projetadas e implementadas.

Mais antiga, a obra de Kenneth Maxwell sobre Pombal e os paradoxos do iluminismo,<sup>34</sup>também aborda assuntos importantes para o presente trabalho, como a luta contra os jesuítas, tanto num plano nacional como internacional. Faz ainda uma interpretação dos aspetos mais relevantes de todo o período pombalino, em que estão incluídas as grandes reformas do iluminismo católico, que caracterizaram a Europa do Sul, enquadradas no chamado despotismo iluminado, que em Nápoles e em Portugal se fizeram notar, tanto a um nível político como a um nível social. O autor mostra que, em Nápoles, todas as reformas foram feitas de uma forma menos feroz e menos repentina, sendo Tanucci considerado um apoiante dos objetivos de Pombal, porém apreensivo em relação à sua violência e à sua pura *raison d'état*.

---

<sup>30</sup> MAIORINI, Maria Grazia, “Neapolitan Diplomacy in the Eighteenth Century: Polycy and the Diplomatic Apparatus”, in Daniela Frigo Ed, *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic Practice 1450-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 177.

<sup>31</sup> AJELLO, “La Vita Politica Napoletana Sotto Carlo di Borbon”, in *Storia di Napoli*, Vol.VII, Naples, 1972.

<sup>32</sup> CORTESE, A., *La Politica Estera Napoletana e la Guerra del 1798*, Naples, 1924.

<sup>33</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Circulo de Leitores, 2008.

<sup>34</sup> MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

Identicamente centrado na figura e política de Sebastião José de Carvalho e Melo, devo salientar o livro de síntese que Jorge Borges de Macedo lhe dedicou no princípio dos anos 1980.<sup>35</sup> Macedo preocupou-se em esclarecer ao pormenor as três fases que caracterizaram a governação pombalina, ou seja, um retrato da ação do ministro antes, durante e após a chefia do gabinete josefino. Entretanto, o livro de José Subtil sobre o “terramoto político” desencadeado por Pombal<sup>36</sup>, publicado há uma dúzia de anos, veio introduzir novas perspetivas na interpretação do período, além do seu valor informativo sobre alguns assuntos específicos, como a campanha contra os padres jesuítas, tanto a nível interno como num contexto internacional, que culminou com a extinção da Companhia de Jesus em 1773, assim como sobre o que se pode chamar de contra-ataque jesuítico. Subtil expõe, ainda, as mudanças que foram ocorrendo nas chefias das diversas secretarias de estado existentes em Portugal no reinado de D. José, o que permite um melhor acompanhamento do sistema de governação da época.

De entre a bibliografia utilizada para a construção deste trabalho, vale ainda referir os contributos de José Vicente Serrão sobre alguns aspectos da biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, ou sobre tópicos da política externa portuguesa, como o Tratado de Madrid de 1750 ou o envolvimento na Guerra dos Sete Anos.<sup>37</sup> Do mesmo autor é ainda relevante a abordagem que fez ao sistema político e ao funcionamento institucional da época pombalina, bem como a sua tentativa de definição e caracterização política do próprio conceito de pombalismo, entendido como um projecto político global e plural, visando uma reforma geral do país assente na afirmação sem limites do poder do estado.<sup>38</sup> Com preocupações idênticas e desenvolvimento mais largo, refira-se ainda o que escreveu Silva Dias acerca da teoria e do modelo político do pombalismo<sup>39</sup>, ao fazer uma abordagem minuciosa deste modelo que visou a passagem de um reino

---

<sup>35</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

<sup>36</sup> SUBTIL, José, *Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006.

<sup>37</sup> SERRÃO, José Vicente, “Guerra dos Sete Anos e Portugal”, in José Costa Pereira (coord) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986 SERRÃO, José Vicente, “Tratado de Madrid”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986.

<sup>38</sup> SERRÃO, José Vicente, “Pombalismo”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986 SERRÃO, José Vicente, “Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo”, in Fernando Marques da Costa, Francisco Contente Domingues, Nuno Gonçalo Monteiro (ed), *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Veja, 1986.

<sup>39</sup> DIAS, José Sebastião da Silva, *Pombalismo e Teoria Política*, Lisboa, Centro de Historia da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

essencialmente dominado pela influência eclesiástica para um estado assente numa sociedade civil inovadora.

No que se refere à história do reino napolitano podem citar-se várias referências bibliográficas. A obra clássica de Pietro Colletta,<sup>40</sup> quase a meio caminho entre o estatuto de fonte e de bibliografia, é uma referência indispensável pela sua riqueza informativa. Também clássica, a história do reino de Nápoles de Benedetto Croce vale sobretudo pela riqueza (re) interpretativa<sup>41</sup>. De entre a bibliografia mais recente, destaque, desde logo, o livro de Harold Acton<sup>42</sup>, que faz uma análise desenvolvida sobre os dois primeiros reinados borbónicos de Nápoles (Carlos VII e Fernando IV), identificando as principais figuras da corte e da governação, com destaque para o ministro Bernardo Tanucci e a sua ação política. Momentos importantes, como a partida de Carlos de Bourbon para Espanha, a grande fome de 1764, a Guerra dos Sete Anos, a luta contra os jesuítas em Nápoles, o casamento de Fernando IV com a princesa austríaca Maria Carolina, são outros dos pontos abordados por esta obra.

Também baseado na história dos Bourbons de Nápoles, é de referir o livro de John Davis<sup>43</sup>. Ainda que mais focado sobre a época das invasões napoleónicas em Nápoles, Davis abordou o conjunto dos reinados de Carlos VII e Fernando IV, não esquecendo de mencionar os principais movimentos reformistas intentados por Tanucci. Trata-se de um trabalho que não fica indiferente à grande divergência que existia na época entre a capital do reino, a cidade de Nápoles, e as suas regiões mais periféricas e rurais, para não falar das diferenças entre os reinos ou territórios de Nápoles e da Sicília, assimetrias que terão ao mesmo tempo impulsionado e travado o programa reformista de Bernardo Tanucci. É de referir, ainda, o livro de Justin Vovk,<sup>44</sup> um estudo crucial não só pelo retrato que faz da história da Europa na segunda metade do século XVIII, mas especialmente pelo que é escrito sobre a influência austríaca no reino de Nápoles, um

---

<sup>40</sup>COLLETA, Pietro, *History of the kingdom of Naples, 1734-1825*, Edinburgh, T. Constable and CO, 1856.

<sup>41</sup>CROCE, Benedetto, *La Storia del Regno di Napoli*. Bari: Laterza & figli, 1925.

<sup>42</sup>ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998.

<sup>43</sup>DAVIS, John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006.

<sup>44</sup>VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009.

efeito que se intensificou após a queda de Tanucci em 1776, e que acabou com a preponderância espanhola iniciada em 1734.

Mais especificamente quanto à figura de Bernardo Tanucci e à sua actividade política, a sua interpretação tem sido quase tão controversa como a de Pombal. Mas, desde o final dos anos 1960, tem sido objecto de uma reavaliação historiográfica, mais focada na análise concreta das suas ações do que na valoração positiva ou negativa do seu ministério. São de destacar, sobretudo, os trabalhos de Rosa Mincuzzi<sup>45</sup>, Francesco Renda<sup>46</sup>, Raffaele Ajello<sup>47</sup> e Franco Venturi<sup>48</sup>, pelo que desenvolvem acerca política de Tanucci e das suas práticas reformistas enquadradas no fenómeno de despotismo esclarecido. Neste aspecto de acção reformadora evidenciam-se, principalmente, as medidas usadas no combate aos privilégios eclesiásticos e feudais, duas classes que Tanucci considerava como barreiras ao poder estatal, à soberania do monarca e à própria modernização da sociedade.

Também merecem destaque as actas de um colóquio de 1983,<sup>49</sup> realizado por ocasião do centenário da morte do estadista, que contam como contributo de vários historiadores sobre assuntos específicos relativos à política interna e externa do reino de Nápoles, à política eclesiástica, ao direito e à política cultural, não descurando alguns aspectos da vida privada do ministro.

Entretanto, nesta revisão da literatura não posso deixar de referir um tema maior que, inevitavelmente, serve de pano de fundo ao relacionamento dos governos reformistas de Portugal e Nápoles. Trata-se do despotismo iluminado, ou absolutismo esclarecido, ou, como preferimos, absolutismo reformista – um modelo político seguido em vários países europeus do século XVIII, como a Áustria, Espanha, Prússia, Rússia, Suécia,

---

<sup>45</sup> MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967.

<sup>46</sup>RENDA, Francesco, *Bernardo Tanucci e i beni dei gesuiti in Sicilia*, Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1974; RENDA, Francesco (dir.), *Il riformismo di Tanucci. Le leggi di eversione dell'asse gesuitico, 1767-1773*. Catania: Società di storia patria per la Sicilia orientale, 1969.

<sup>47</sup>AJELLO, Raffaele, *La vita politica napoletana sotto Carlo di Borbone: la fondazione e il 'tempo eroico'*, in L. Labruna (ed), *Storia di Napoli*, vol. 7, Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1972, pp. 461-717.

<sup>48</sup>VENTURI, Franco, *Settecento riformatore*, vol. 2, *La Chiesa e la repubblica dentro i loro limiti, 1758-1774*. Torino: Einaudi, 1976.

<sup>49</sup>AJELLO, R. D'ADDIO, M. (org.), *Bernardo Tanucci statista letterato giurista, Atti del Convegno internazionale di studi per il secondo centenario, 1783-1983*, 2 vols., Napoli: Jovene, 1986.

Portugal ou Nápoles, com expressão prática tão diversa quanto controversa é a interpretação do próprio conceito.

O tema suscitou grande interesse historiográfico nos anos 60 do século passado, com a publicação de várias obras que se tornaram clássicos sobre o tema, nomeadamente as de John Gagliardo<sup>50</sup>, Robert Anchor<sup>51</sup>, François Bluche<sup>52</sup>, e, talvez acima de todas, as contribuições de Franco Venturi<sup>53</sup> – todas elas descrevendo e oferecendo uma interpretação sobre as bases do iluminismo “musculado” e as reformas dos monarcas absolutos do século XVIII a nível administrativo, económico, religioso, jurídico, educativo e social.

Depois de um relativo abandono, o tema tem vindo a ser retomado nos últimos anos, entre outros por Derek Beales<sup>54</sup>, que oferece um útil retrato do despotismo esclarecido no contexto europeu e, mais particularmente, sobre o caso austríaco, onde se destacou o papel predominante do imperador José II. O valor deste livro está principalmente na apresentação que ele faz da origem do despotismo esclarecido, considerado uma revolução de ideias com origem na revolução científica do século XVII, e do seu impacto em toda a Europa e nas colónias americanas. Já mais concentrado em determinados pontos geográficos – o sul da Europa e algumas das colónias atlânticas – o livro organizado por Gabriel Paquette<sup>55</sup>, contando com a colaboração de vários especialistas, aborda o desenvolvimento das reformas iluministas nos diversos estados da Península itálica, nos impérios espanhol e francês e em Portugal e na sua colónia brasileira. A questão de partida deste autor, que muito importa ao projecto de tese aqui apresentado, remete para a forma como os conceitos políticos e económicos iluministas foram aceites pelos monarcas, ministros e conselheiros régios dos vários países analisados, e que consequências resultaram das reformas administrativas e fiscais baseadas nestes novos ideais.

---

<sup>50</sup>GAGLIARDO John G., *Enlightened Despotism*, Harlan Davidson, 1967.

<sup>51</sup> ANCHOR, Robert, *Enlightenment Tradition*, New York: Harper and Row, 1967.

<sup>52</sup>BLUCHE, François, *Le despotism éclairé*, Paris: Fayard, 1969.

<sup>53</sup>Com destaque para VENTURI, Franco, *Settecento riformatore*, 5 vols.Torino: Einaudi, 1969-1990.

<sup>54</sup> BEALES, Derek Edward Dawson, *Enlightenment and reform in 18th-century Europe*, I.B.Tauris, New York, 2005.

<sup>55</sup>PAQUETTE, Gabriel B., *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies in the Long Eighteenth Century*, Londres, Ashgate, 2009.

Paquette confirma que os modelos reformistas baseados nos acontecimentos de certas regiões podem ser aplicados universalmente, ou seja, ocorrências que transcendem as fronteiras nacionais desencadeando fenómenos transnacionais. O trabalho de Paquette é extremamente inovador, ao incidir sobre quadros geográficos que haviam sido menos explorados, e ao destacar as conexões que ligavam os reinos do sul da Europa num mesmo âmbito cultural e intelectual. O melhor exemplo oferecido refere-se precisamente à mútua influência e troca de ilustração que se verificou entre o reino de Nápoles e Espanha que, na minha opinião, deriva essencialmente do percurso político de Carlos III por ambos os estados. Por outro lado, este estudo deixa em aberto uma possível interação semelhante aplicável aos casos de Nápoles e Portugal, e é neste ponto que a minha dissertação pode dar um contributo.

Com interesse direto sobre o reformismo absolutista no caso napolitano, devem ainda ser mencionadas outras duas obras. A primeira, de John Robertson<sup>56</sup>, é uma abordagem comparada das reformas ilustradas em Nápoles e na Escócia, dois casos que revelam várias semelhanças, mas que pouco terão resultado de uma conexão entre si. É talvez um bom exemplo de que o fenómeno político em causa deve ser olhado como um processo plural. A segunda obra a destacar é a de Girolamo Imbruglia<sup>57</sup>. Apesar de ter objectivos mais gerais, dá grande relevo à forma como as novas ideias do despotismo iluminado foram recebidas em várias áreas, como a justiça, a educação, a economia e as artes, apontando os principais defensores e opositores às políticas iluministas em Nápoles.

\*

Do ponto de vista do seu suporte empírico, a pesquisa documental primária neste trabalho foi dirigida prioritária e maioritariamente para as fontes diplomáticas, com destaque para as que se encontram nos fundos dos negócios estrangeiros, quer do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, quer do Archivio di Stato di Napoli. Aí se analisaram não apenas os documentos referentes às legações de Lisboa em Nápoles<sup>58</sup> e

---

<sup>56</sup>ROBERTSON, John, *The Case for The Enlightenment: Scotland and Naples 1680-1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

<sup>57</sup>IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

<sup>58</sup>ANTT, MNE, Caixas 503, 778, 779 e 780.

de Nápoles em Lisboa,<sup>59</sup> mas também a correspondência dos representantes portugueses em Roma<sup>60</sup>, Turim<sup>61</sup> e Génova<sup>62</sup> e a documentação concernente ao consulado de Nápoles em Lisboa<sup>63</sup>. Como em qualquer fundo documental dedicado aos negócios estrangeiros, a documentação referente às legações diplomáticas comporta principalmente os ofícios redigidos pelos representantes diplomáticos, existindo também algumas cartas, minutas e diversa documentação anexa aos ofícios, como decretos, avisos, alvarás, gazetas, entre outros. No essencial, o que se encontra nestes fundos é a correspondência (ofícios, cartas, relatórios, algumas instruções) recebida e expedida pelas legações. Foram observados ainda outros documentos dos negócios estrangeiros como os passaportes<sup>64</sup> e a Correspondência Política Aberta<sup>65</sup>. Embora as fontes dos negócios estrangeiros, tanto de Portugal como de Nápoles, tenham sido as mais significativas a nível quantitativo e qualitativo, a pesquisa realizada para este trabalho não se limitou ou esgotou aí. Mereceram também observação outros fundos documentais da Torre do Tombo, nomeadamente os Papéis Pombalinos<sup>66</sup> do fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, os processos do fundo do Tribunal do Santo Ofício<sup>67</sup>, os fundos da Casa Real<sup>68</sup>, Fundo Geral Feitos Findos<sup>69</sup>, Junta do Comércio<sup>70</sup>, Ministério do Reino<sup>71</sup> e o fundo de José Francisco Correia da Serra<sup>72</sup>, onde constam alguns documentos da época em que o abade Correia da Serra residiu em Nápoles com a sua família. Noutra instituição, o Arquivo Histórico Ultramarino, fundo do Reino<sup>73</sup>, pudemos igualmente encontrar alguns poucos mas muito interessantes documentos. Também seria impensável não recorrer à coleção pombalina da Biblioteca

---

<sup>59</sup> ASN, MAE, Busta 918, 919, 920,921,922,923,924,925 e 943.

<sup>60</sup> ANTT, MNE, Caixa 951.

<sup>61</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, 858 e 859.

<sup>62</sup> ANTT, MNE, Caixa 275 e 276.

<sup>63</sup> ASN, MAE, Busta 2681,2682 e 2683.

<sup>64</sup> ANTT, MNE, MF 6208.

<sup>65</sup> ANTT, MNE, MF5294.

<sup>66</sup> ANTT, MNEJ, MF 6450 e 6451.

<sup>67</sup> ANTT, TSO, livro 435.

<sup>68</sup> ANTT, Casa Real ° 3003.

<sup>69</sup> ANTT, FG, Feitos Findos, maço 46n° 26.

<sup>70</sup> ANTT, JC, livro253 e caixa 447.

<sup>71</sup> ANTT, Ministério do Reino, livro 384.

<sup>72</sup> ANTT, JFCS, MF 7517.

<sup>73</sup> AHU, CU, Reino, Caixa 125, pasta 42 e 214, pasta 11.

Nacional de Portugal, ainda que, com surpresa, tenham sido bastante escassos os resultados relevantes retirados das pesquisas aí desenvolvidas; com efeito, existe muito pouca documentação respeitante a Nápoles, possivelmente porque os assuntos relacionados com este reino não seriam uma prioridade para o Marquês de Pombal.<sup>74</sup>

Quanto às fontes impressas, houve um importante recurso ao epistolário de Bernardo Tanucci – que reúne a transcrição de inúmeras cartas escritas pelo estadista napolitano, entre as quais muitas que dirigiu ao corpo diplomático napolitano acreditado em vários reinos europeus –, tendo sido recolhidos diversos dados que constam nos cinco volumes que se reportam ao período aqui em estudo.<sup>75</sup> Quanto a fontes impressas portuguesas, devem mencionar-se as compilações do Visconde de Santarém<sup>76</sup> e de Biker,<sup>77</sup> dois clássicos que reúnem conteúdos importantes para o conhecimento da diplomacia portuguesa na época em estudo.

\*

Falando agora do modo como está organizado o presente trabalho, ele encontra-se dividido em seis grandes capítulos. O primeiro deles tem uma função de enquadramento e contextualização para o resto do trabalho, fornecendo desde logo a informação essencial sobre a história de cada um dos países no período em análise, incluindo a identificação dos principais acontecimentos e dos principais actores políticos. Também se inclui neste primeiro capítulo um ponto dedicado às relações diplomáticas bilaterais, no qual se descreve o tipo de representação diplomática, à luz da tipologia então vigente, assim como o seu enquadramento na orgânica dos respectivos governos. Pela sua própria natureza, este capítulo apoia-se, pela maior parte, na bibliografia já existente.

---

<sup>74</sup>Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, cód.201 a 206, 640 e 671.

<sup>75</sup> LUCIA.G, *Bernardo Tanucci, Epistolario, 1757-1758*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, MAIORINI, M.G, *Bernardo Tanucci, Epistolario, 1760-1761*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, MAIORINI, M.G, *Bernardo Tanucci, Epistolario, 1761-1762*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1988, LOLLINI, S., *Bernardo Tanucci, Epistolario, 1762-1763*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1990,

<sup>76</sup> SANTAREM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VI, Paris, J. P. Aillaud, 1850.

<sup>77</sup> BIKER, Júlio Firmino Judice, *O Marquês de Pombal, Aguns Documentos Inéditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1882.

Os restantes capítulos (2 a 6) constituem a parte analítica e mais original desta dissertação, onde se apresentamos resultados obtidos a partir das fontes diplomáticas, que são a grande base informativa privilegiada neste trabalho para investigar as relações entre Portugal e Nápoles. É essencialmente com base na documentação diplomática que iremos não só tratar dos próprios agentes ou representantes de cada uma das coroas, mas também explorar de que forma a atividade diplomática proporcionou uma informação e um contato entre os dois reinos em variadas matérias, como política, cultura e comércio.

Começamos, no capítulo 2, com a representação diplomática portuguesa em Nápoles, matéria aqui tratada com alguma economia, visto que, em parte, constitui uma reprodução mais sintética e reformulada do estudo já feito na minha dissertação de mestrado. Apresentam-se essencialmente as figuras dos três diplomatas portugueses que entre 1753 e 1777 chefiaram a Legação de Portugal na corte de Nápoles. Após se tratar das missões dos ministros plenipotenciários José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira, surge um último subcapítulo que traz à luz a primeira matéria verdadeiramente em estreia nesta tese, evidenciando a importância da diplomacia indireta e o papel desempenhado pelos representantes portugueses noutras capitais políticas italianas, nomeadamente em Roma, Turim e Génova, como via alternativa para a circulação de informações entre (e sobre) Portugal e Nápoles.

Em seguida, no capítulo 3, viramo-nos para o estudo do corpo diplomático napolitano em Portugal. Os sete primeiros pontos deste capítulo debruçam-se sobre cada um dos representantes napolitanos que estiveram acreditados em Lisboa entre 1753 e 1777 (Carlos de Guevara, Giuseppe Maturi, Michele Pignatelli, Giambattista Albertini, Vespasiano Macedonio, Nicola Piansante e Salvatore Montaperto), havendo uma descrição biográfica de cada um deles, especialmente no que se refere ao período em que residiram em Portugal. Contrariamente ao que acontece no caso dos seus homólogos portugueses enviados a Nápoles, relativamente aos quais apenas se conseguiu encontrar as instruções entregues a Aires de Sá e Melo, no caso da maior parte dos diplomatas napolitanos há a possibilidade de analisar e dar a conhecer os conteúdos das instruções que receberam do seu governo aquando da enviatura para Portugal.

O oitavo ponto deste terceiro capítulo, embora trate também da representação napolitana em Lisboa, não se refere propriamente à missão oficial mas sim à representação consular. Trata-se de uma matéria inédita, que surgiu inesperadamente aquando da

investigação no fundo dos negócios estrangeiros do Archivio di Stato di Napoli, que revelou a existência de maços documentais referentes a um consulado napolitano presente em Lisboa, pelo menos desde o segundo quartel de setecentos, cuja existência era desconhecida ou estava por documentar até à data. Com efeito, quase nada se sabia a respeito deste consulado, além de uma ou outra referência ao nome do cônsul noutras fontes ou bibliografia, mas tornou-se agora possível investigar e dar a conhecer o seu funcionamento, os principais assuntos de que se encarregava, a sua utilidade para as relações entre Portugal e Nápoles, a sua origem e, por último, o seu termo após a morte do cônsul Giuseppe Moreschi.

Por ultimo, para encerrar este capítulo considerou-se pertinente um ponto dedicado à visão pessoal que os diplomatas tinham de Pombal e Tanucci, especialmente as considerações que faziam a respeito do trabalho político destes dois estadistas, em especial sobre Pombal, visto como um ministro ora iluminado, ora despótico.

A leitura atenta das fontes portuguesas e napolitanas permitiu destacar, por cima de muita informação sobre assuntos mundanos e quase irrelevantes, os principais assuntos abordados nos ofícios redigidos pelos diplomatas para as suas cortes, que é aquilo que verdadeiramente mais nos interessa. São estes grandes temas que dão substância ao capítulo 4, um dos mais importantes deste trabalho. Cada um dos pontos do capítulo identifica e estuda um desses grandes assuntos, que foram o terramoto de Lisboa de 1755, a campanha contra os jesuítas, a Guerra dos Sete Anos e a disputa ibérica na América do sul, as relações comerciais entre Portugal e Nápoles, as reformas internas desenvolvidas pelos governos liderados por Pombal e Tanucci, e o retrato que os diplomatas traçaram sobre essas mesmas reformas.

Em torno destas questões, a correspondência diplomática revela um relacionamento entre Portugal e Nápoles bem mais relevante do que aquilo que se admitia até agora. Neste capítulo aparecem casos que demonstram aspetos de convergência e divergência entre os dois reinos, dão a conhecer a cooperação direta que existiu entre Portugal e Nápoles na luta contra os jesuítas e, por outro lado, a forma como ambos os governos se olhavam em momentos em que estavam em posições opostas, como na Guerra dos Sete Anos, em que o ministro plenipotenciário de Nápoles chegou a desempenhar um papel de espião ao serviço dos interesses de Espanha. O ponto referente às relações comerciais entre Portugal e Nápoles vem tentar explicar como é que as mesmas se efetuavam, qual a sua importância e frequência, e quão perto se esteve da assinatura de um tratado de

comércio entre os dois reinos. No que respeita ao tema das reformas internas, o objetivo é demonstrar de que forma se davam a conhecer as reformas internas de Portugal em Nápoles e as de Nápoles em Portugal, e quais foram, mais especificamente, as reformas que os diplomatas consideraram imprescindíveis transmitir aos seus superiores ou sobre as quais estes mostraram maior interesse ou solicitaram mais informação.

Sendo que esta tese assenta principalmente na correspondência diplomática, seria indispensável esclarecer de que modo e sob que formas é que essa correspondência circulava. Disso se ocupa o capítulo 5, organizado em seis pontos distintos. Aí são apresentadas as diversas vias e trajetos pelos quais circulavam os ofícios diplomáticos entre Nápoles e Lisboa, as várias formas utilizadas para a remissão reiterada da correspondência trocada entre os ministros plenipotenciários acreditados em Lisboa ou Nápoles e os respetivos secretários de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ou enviada por outros diplomatas portugueses que também se referiam a Nápoles na sua correspondência para Lisboa. Vão ser evidenciadas as vias mais comuns e também as vias alternativas de circulação da informação, mostrando-se que, mesmo em períodos conturbados, como foi o caso durante a guerra ibérica, em 1762, a circulação do correio nunca foi interrompida.

Ao fazer-se a análise de toda a documentação diplomática referente às legações de Lisboa em Nápoles e de Nápoles em Lisboa, entre 1753 e 1777, proporcionam-se as condições necessárias para a realização de uma prespetiva comparada em relação à ação, comportamento e eficiência dos diplomatas portugueses e napolitanos, bem como uma constatação da importância das informações que por eles eram expedidas.

Quanto ao género de informações ou objetos que circulavam pela via diplomática – o conteúdo da chamada mala diplomática – este trabalho pretende testemunhar uma circulação de livros, gazetas, libretos de música, etc. - mais assíduo do que o que se poderia supor para dois reinos que se encaravam um ao outro como de uma importância secundária. Dado que este é um capítulo dedicado aos conteúdos e forma de expedição de correspondência, considerou-se interessante fazer também um levantamento do nome dos correios que transportavam a correspondência diplomática entre Nápoles e Lisboa, e dar a conhecer o longo percurso que estes sujeitos tinham de viajar para a fazer chegar ao destino, em viagens de trajeto nem sempre fácil e cujos episódios estão aqui retratados. Ainda neste quinto capítulo ficarão mencionados algumas relações e convivência entre portugueses e napolitanos, demonstrando a existência de redes de

contatos por onde se partilhavam ideias e informações. No entanto, cabe deixar esclarecido que somente serão mencionados os contatos identificados e referidos nas fontes diplomáticas analisadas, que, obviamente, não dão conta senão de uma parte daquelas redes.

A parte analítica desta dissertação encerra com um capítulo, o sexto, onde procuramos ir além do universo da diplomacia e dos diplomatas, fazendo um pequeno estudo sobre a movimentação de pessoas entre Portugal e Nápoles. Este capítulo é o que mais se afasta das fontes de natureza diplomática, embora não totalmente. Vai ser possível verificar que tipos sociais mais circularam entre Portugal e Nápoles, entre agentes culturais, eclesiásticos, médicos, comerciantes, militares e outros, incluindo alguns foragidos, tentando distinguir os casos de mobilidade temporária daqueles que indiciam uma migração definitiva.

Finalmente, na conclusão geral recuperam-se os principais resultados desta tese e procede-se a um balanço de conjunto das relações entre Portugal e Nápoles no período em estudo. Devo aproveitar para esclarecer aqui que optei por encerrar cada capítulo com uma pequena síntese e com as respectivas conclusões parciais, assim como iniciá-lo com um pequeno preâmbulo onde se elencam os pontos a tratar – tudo isto para uma maior comodidade de leitura e para ir sistematizando a informação.

Como complemento ao corpo principal da dissertação, resolvi incluir no final, em anexo, um catálogo descritivo, sumário, de toda a documentação recolhida e investigada sobre a legação diplomática de Nápoles em Lisboa, entre 1753 e 1777, correspondente às caixas, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924 e 925 do fundo Ministero degli Affari Esteri do Archivio di Stato di Napoli. Conjuntamente com idêntico catálogo da documentação referente ao mesmo período, da Legação de Portugal em Nápoles, nomeadamente as caixas 778, 779 e 780, do fundo do MNE da Torre do Tombo, já incluído na minha dissertação de mestrado, fica assim disponível para a comunidade um importante instrumento de pesquisa para futuras investigações.

# Capítulo 1

## Portugal e Nápoles entre 1750 e 1777

Neste capítulo procura-se traçar uma panorâmica geral da situação e das principais características dos dois países no período em apreço, fornecendo um enquadramento básico, não exaustivo, para o resto do trabalho. A descrição do quadro político merecerá naturalmente maior destaque do que os restantes aspectos. Primeiramente trataremos de Portugal e, depois, de Nápoles. Considerando a natureza introdutória e de enquadramento deste capítulo, ele inclui ainda um terceiro ponto sobre o carácter das missões diplomáticas e dos seus titulares no âmbito das relações bilaterais Portugal-Nápoles, bem como sobre as respectivas entidades tutelares ao nível de cada um dos governos.

### *1.1. Portugal: o reinado de D. José e o Pombalismo.*

Em 1750, com a morte de D. João V, iniciou-se um novo reinado que teve a peculiaridade de não ser protagonizado pelo monarca, mas por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e principal ministro do rei D. José, a quem foi permitido conduzir a administração do reino de acordo com a sua vontade.

No final do reinado de D. João V, Portugal era considerado pelos estrangeiros como um país europeu culturalmente e economicamente atrasado relativamente aos reinos do norte da Europa, esse atraso e estado de decadência era atribuível à influência nefasta por parte da Inquisição e da Igreja.<sup>78</sup> Assim, parte do reconhecimento histórico que se

---

<sup>78</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “O Tempo de Pombal”, in Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, p.358.

conferiu ao reinado de D. José deve-se à ação política empreendida pelo seu governo, com o propósito de resgatar Portugal desse atraso e dos portugueses no exterior, através de um programa reformista intenso e abrangente, centrado politicamente na afirmação absoluta do poder do estado acima de qualquer outra entidade. Estudos mais antigos afirmam que este cenário foi motivado em parte pela precária situação económica legada pelo reinado anterior, que obrigou os novos atores políticos a repensarem a gestão do reino, de modo a reformarem o estado de “inoperância a que chegara a administração joanina”.<sup>79</sup> Por outro lado, alguma historiografia recente afirma que a economia portuguesa, no final do reinado joanino, não passou por uma escassez monetária tão grave como se fez crer, afastando a ideia de que o governo de D. José teve que gerir a economia portuguesa num contexto de recessão provocada pela forte quebra das remessas do ouro do Brasil.<sup>80</sup> Também já foi apontado que há uma certa continuidade em relação a algumas medidas e alguns princípios políticos do reinado precedente. D. João V iniciara algumas reformas que permaneceram intactas durante o reinado de seu filho, nomeadamente a redução do número de atores políticos e o fim do Conselho de Estado,<sup>81</sup> ou a centralização do governo político em três secretarias de estado criadas em 1736: a dos Negócios Interiores do Reino, a dos Negócios da Marinha, Domínios Ultramarinos e Conquistas, e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.<sup>82</sup>

Após a morte de D. João V em 31 de julho de 1750, ao fim de quatro décadas de reinado, formou-se o primeiro governo de D. José, que manteve no cargo de secretário de estado dos Negócios do Reino, que detinha desde 1736, Pedro da Mota e Silva, irmão do Cardeal da Mota e enviado extraordinário de Portugal em Roma entre 1721 e 1728, cuja morte poucos dias após o terramoto de 1755 deixaria vaga essa pasta, então ocupada por Carvalho e Melo.<sup>83</sup>

---

<sup>79</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, “O Despotismo Iluminado (1750-1807)”, Lisboa, Verbo, 1982, pp.26 e 27.

<sup>80</sup> COSTA, Leonor Freire, Maria Manuela Rocha, “Remessas do Ouro Brasileiro: Organização Mercantil e Problemas de Agência em Meados do Século XVIII”, in *Análise Social*, nº182, 2007, pp. 79 e 80.

<sup>81</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha”, in *e-JPH*, Vol. 5, number 2, Winter 2007, p.3.

<sup>82</sup> SUBTIL José, “O Processo Político (1621-1807)”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.416.

<sup>83</sup> MONTEIRO, 2012, op.cit.pp. 45,109.

Para a secretaria de estado da Marinha e para a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra foram escolhidos dois novos titulares: Diogo Mendonça Corte Real e Sebastião José de Carvalho e Melo, respetivamente<sup>84</sup>. Contudo, o pai de Corte Real tinha sido (até à sua morte em 1736) o principal secretário de Estado de D. João V. Diogo Mendonça Corte Real (filho) nasceu em Madrid, quando o pai desempenhou funções de embaixador na capital espanhola, formou-se na Universidade de Coimbra e foi, também ele, nomeado para um cargo diplomático: como encarregado de negócios em Haia, entre 1723 e 1728. Tendo sido chamado a integrar em 1750 o governo de D. José.<sup>85</sup>

Quanto a Sebastião José de Carvalho e Melo – como se sabe, o principal protagonista da história do reinado Josefino – nascido em 1699, no seio de uma família fidalga (Carvalho e Melo) não pertencente à nobreza da corte, foi nomeado enviado especial a Londres em 1738, possivelmente graças ao seu parentesco com o secretário de estado de D. João V, Marco António de Azevedo Coutinho. Carvalho e Melo prosseguiu a sua carreira diplomática na corte de Viena, para onde seguiu em 1744 como enviado extraordinário, “com o objetivo de intermediar, em nome de Portugal, o conflito daquela corte com a Santa Sé”.<sup>86</sup> Na Áustria, contraiu matrimónio com uma senhora da alta nobreza, Maria Leonor Daun, e teve oportunidade de conhecer de perto um novo modelo de governação monárquica: o despotismo esclarecido – combinação entre o absolutismo e o iluminismo, que surgiu quando “alguns governantes absolutistas europeus adoptaram princípios iluministas e promoveram reformas importantes nos seus países, com o objetivo de modernizá-los”.<sup>87</sup>Essas experiências políticas e diplomáticas além-fronteiras certamente terão moldado o seu modo de pensar e de governar após regressar a Portugal.

A passagem de Carvalho e Melo pelas legações diplomáticas de Londres e Viena foi determinante para a política adotada pelo futuro valido de D. José, na medida em que a experiência que retirou dessas enviaturas terá influenciado as diretrizes do seu programa de governo. Foi, aliás, na Áustria que teve a possibilidade de conviver de perto com as

---

<sup>84</sup> SUBTIL, 1998, op.cit.p.417.

<sup>85</sup> FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p.240.

<sup>86</sup> MONTEIRO, 2012, op.cit.p. 358.

<sup>87</sup> SANTOS, Ana Isabel, Ana Paula Jardim, “Pombal e a Censura Iluminista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org), *Dez luzes Num Século Ilustrado*, Lisboa, Caminho, 2013, p. 498.

novas ideias de despotismo iluminado e de aprofundar os seus conhecimentos em matéria de política externa.<sup>88</sup> Em Viena teve uma relevante rede de contatos, a mais significativa foi a proximidade “ao grande reformador da Igreja Católica holandesa, Gerhard Van Swieten”.<sup>89</sup> Van Swieten era o médico pessoal de Pombal e da Imperatriz Maria Teresa e partiram dele as ideias de reformular o sistema de censura e a Universidade de Viena, até então dirigidos pelos padres jesuítas. A nomeação de Carvalho e Melo para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra surge posteriormente, na sequência da morte do primo, Marco António de Azevedo Coutinho, seu antecessor nessa secretaria de Estado.<sup>90</sup>

No que respeita ao funcionamento do governo de D. José, verifica-se que as secretarias de estado coordenavam uma parte indispensável da ação política, gerindo muitos dos organismos estatais. Ainda que a administração central contasse também com outras instituições relevantes, como o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, a Casa da Suplicação e a Relação do Porto e, mais tarde, a Intendência Geral da Policia (1760) e o Erário Régio (1761). Para além, embora com menor peso político, do papel do Conselho de Guerra, da Junta da Bula Cruzada, da Junta dos Três Estados, do Conselho de Fazenda, do Conselho Ultramarino e do Tribunal do Santo Ofício.

Carvalho e Melo permaneceu à frente dos Negócios Estrangeiros até 1755, ano em que devido à sua desenvoltura na reação política ao grande terramoto de 1 de novembro ascendeu a secretário de estado do Reino. Recebia assim a total confiança do rei, ao incumbir-se de muitas das tarefas necessárias para minimizar os danos causados pela catástrofe nos primeiros momentos que se lhe sucederam. Sebastião José tornou-se, de súbito, um político verdadeiramente poderoso. José Subtil defende mesmo que o Pombalismo se iniciou após o terramoto, já que foi a tragédia que criou as condições necessárias à realização das mudanças políticas desejadas por Carvalho e Melo e pelos seus colaboradores.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> SERRÃO, José Vicente, “Marquês de Pombal”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986, p.117.

<sup>89</sup> MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 25.

<sup>90</sup> SERRÃO, 1982, pp. 19, 20.

<sup>91</sup> SUBTIL, José, *Evidence for Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?*, in-JPH, Vol. 5, number 2, Winter 2007, p.1.

A prova da influência que Carvalho e Melo conquistou junto do rei depois do cataclismo tornou-se oficial com a reformulação das tutelas das secretarias de estado em 6 de maio de 1756, dia em que o futuro Marquês de Pombal foi nomeado secretário dos Negócios do Reino. Quanto à pasta dos Negócios Estrangeiros, passou a ser liderada por D. Luís da Cunha Manuel, enquanto Corte Real se mantinha na secretaria de estado da Marinha.<sup>92</sup>

Pouco tempo depois de Carvalho e Melo ser nomeado secretário do reino, um desentendimento com Corte Real conduziu à demissão deste último, que foi de imediato substituído na secretaria da Marinha por Tomás António da Costa. Também este destituído do cargo em 1760 e substituído pelo irmão de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Já na década de 70, as secretarias de estado voltaram a mudar de titulares, ganhando o desembargador José Seabra da Silva destaque na cena política nacional como secretário-adjunto de Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto Martinho de Melo e Castro foi nomeado para a secretaria de estado da Marinha, ocupando o cargo vago pela morte de Mendonça Furtado.<sup>93</sup> As poucas alterações que se verificaram na tutela das secretarias de estado durante o reinado de D. José são um sinal da estabilidade do regime chefiado por Carvalho e Melo.

Como já referido, Carvalho e Melo passou de secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a secretário de estado do Reino em 1756, sendo comutado o seu cargo nos Negócios Estrangeiros para D. Luís da Cunha Manuel, que nele se manteve durante os dezanove anos seguintes, dirigindo os assuntos externos e contactando com os membros da diplomacia nacional e estrangeira. Sobrinho de um dos mais famosos diplomatas da história portuguesa, de quem era homónimo (D. Luís da Cunha), foi, à semelhança do seu tio, representante de Portugal em Haia, antes de ocupar a secretaria de estado em 1756. Sendo totalmente submisso à vontade política de Carvalho e Melo e um dos seus homens de confiança, D. Luís da Cunha Manuel morreu no ano de 1775, tendo-lhe sucedido no cargo Aires de Sá e Melo, também ele com uma

---

<sup>92</sup> SUBTIL, 1998, op.cit. p.417.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, p.160.

carreira política e diplomática anterior à atribuição da pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.<sup>94</sup>

Sebastião José de Carvalho e Melo soube rodear-se de homens que partilhavam os seus ideais ou que simplesmente se submetiam, sem oposição, à sua gestão política. É precisamente essa união de esforços e ideais comuns que dá uma sustentação política prática ao conceito de Pombalismo. Clarifique-se assim (como outros estudiosos fizeram) que o Pombalismo, embora encabeçado pelo Marquês de Pombal, foi essencialmente um projeto político plural, que visou um conjunto de reformas no estado e no país, em diversos domínios.

A viabilidade de muitos dos planos reformistas foi possível devido à cooperação de vários homens – situados dentro e fora do aparelho de estado, oriundos de diversas esferas sociais e ligados a vários setores de atividade – cujos interesses convergiam com os de Pombal. O apoio prestado aos seus desígnios por importantes figuras da justiça, economia e cultura permitiu a mudança política que distingue o período pombalino de qualquer outro. Pombal, os seus colaboradores e aliados apostavam numa total autonomia e supremacia do Estado face aos demais poderes e setores da sociedade, especialmente a Igreja e a alta nobreza, por acreditarem que só desta forma se conseguiria modernizar a sociedade portuguesa e mudar a face de Portugal.<sup>95</sup> Segundo José Subtil, as representações de despotismo ilustrado desencadeadas em Portugal devem-se ao projeto político do Pombalismo, pois “gerou novos poderes que produziram novos conhecimentos, que por sua vez geraram novas camadas de poder, criando todas elas, um regime dominado pela racionalidade e por uma série de mecanismos disciplinares inovadores.”<sup>96</sup>

Tenha-se ainda em consideração que todo este processo político levado a cabo por Carvalho e Melo e por todos aqueles que o apoiaram só foi possível devido ao total aval do rei. D. José, um monarca absoluto, que permitiu o aumento do poder do estado e a contenção do peso político da nobreza e da Igreja. Até ao reinado de D. José, a Igreja foi considerada um “Estado ao lado do Estado”, um poder que o Pombalismo conseguiu

---

<sup>94</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, p.110

<sup>95</sup> SERRÃO, 1986, op.cit.p.117.

<sup>96</sup> SUBTIL, 2007, art.cit.p.1.

reduzir,<sup>97</sup> ao mesmo tempo que começava a emergir na sociedade portuguesa um influente grupo de homens de negócios que proporcionaram uma dinamização da vida económica do país.

O futuro Marquês de Pombal ambicionava modernizar o país e a sociedade portuguesa à imagem de outros países europeus, tidos por ele como ilustrados, não obstante o antagonismo existente entre o seu génio despótico e as novas ideias ligadas às luzes e à razão, o que, para alguns autores, torna o caso português paradoxal no contexto do iluminismo. Pombal introduziu no país algumas das ideias e pensamentos de autores iluministas, cuja “influência do seu pensamento acabaria por ser inevitável em algumas das reformas efetuadas em Portugal.”<sup>98</sup>

Um dos aspetos do pensamento ilustrado europeu era a crítica ao poder da Igreja face ao Estado. No caso português, o expoente máximo da influência eclesiástica era assumido pela (ou identificado com a) Companhia de Jesus. Carvalho e Melo começou a hostilizar a preponderância desta poderosa e rica ordem religiosa – nascida no contexto da Contra-Reforma e do Concílio de Trento – quando se consciencializou dos entraves que os seus dirigentes colocavam aos seus objetivos políticos. Os padres jesuítas controlavam as elites formadas nos seus colégios, ao mesmo tempo que alguma nobreza cortesã influía na política régia, representando uma séria ameaça à liberdade de ação do ambicioso governante. Motivo pelo qual os jesuítas e algumas das mais importantes famílias da nobreza portuguesa foram os mais penalizados pela nova política do reinado de D. José. Por outro lado, embora Carvalho e Melo tenha sido o mais incisivo na redução da preponderância jesuítica, a tendência para afastar estes padres de alguns cargos ou funções influentes iniciou-se ainda durante o reinado de D. João V, que se soube rodear de outras ordens religiosas, nomeadamente a nível de reformas pedagógicas, que permitiram novos métodos de ensino dirigidos por padres da Congregação do Oratório, que foram caindo no agrado do monarca. “Esse prestígio crescente começou a minar a hegemonia dos jesuítas no ensino secundário.”<sup>99</sup> D. João V mantinha também como seu

---

<sup>97</sup> SERRÃO, José Vicente, “Pombalismo”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986, pp.118, 119.

<sup>98</sup> TAVARES, Rui, “Pombal e a Censura Iluminista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (Org.), *Dez luzes num Século Ilustrado*, Lisboa, Caminho, 2013, p.501.

<sup>99</sup> PITA, João Rui, *Ciência e Experiência. Formação de Médicos, Boticários, Naturalistas e Matemáticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.73.

confessor o padre Domingos Pereira, clérigo oratoriano que esteve à frente desta congregação em Lisboa.<sup>100</sup>

Entre as reformas pombalinas inclui-se uma profunda renovação do aparelho de estado, através de muitas alterações a nível institucional. O sistema de ensino, mais amplamente tutelado pela coroa depois da expulsão dos jesuítas em 1759, foi outro dos principais alvos do reformismo pombalino.<sup>101</sup> Assim como o exército – cujas principais alterações se concretizaram durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), através do recurso aos serviços do Conde de Lippe –, ou a Inquisição, instituição que viu alteradas algumas das suas competências e áreas de atuação (como foi o caso da extinção do estatuto da limpeza de sangue, com a publicação da Lei de 3 de maio de 1773), sendo posteriormente transformada em tribunal régio.<sup>102</sup>

O tempo de Pombal é muitas vezes reconhecido como o período governativo de combate aos poderes da Igreja e da nobreza, um paradigma conceptual em certa medida correto, mas não totalmente quando inserido num quadro genérico. De facto, a Igreja perdeu parte da sua preponderância, mas foram especialmente os jesuítas que mais sofreram e ficaram destituídos de todo o seu poder com as reformas pombalinas. No caso da nobreza, somente em alguns casos específicos ocorreram alterações no seu estilo de vida e crédito junto da monarquia, especialmente no contexto do processo dos Távoras. A grande maioria da nobreza portuguesa manteve o mesmo estatuto e os mesmos serviços em nome do rei.

“Curiosamente, durante o reinado de D. José, apesar da supressão de casas titulares por causa do atentado, nem o seu número diminuiu de forma notória, nem as mesmas perderam totalmente o seu papel na administração central.”<sup>103</sup> A diferença residiu na criação de um número relevante de novas casas nobiliárquicas, onde se incluía a

---

<sup>100</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *Vernei e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1966, p.220.

<sup>101</sup> ARAÚJO, Ana Cristina *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2ª Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp.9,10.

<sup>102</sup> ARAÚJO, Ana Cristina “Dirigismo Cultural e Formação das Elites no Pombalismo”, in Ana Cristina Araújo (Coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2ª Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 27, 28.

<sup>103</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, Nuno Gonçalo Monteiro, “Aristocracia, Poder e Família em Portugal, Séculos XV-XVIII”, in Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco (ed), *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica: Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa e Murcia Edições, Colibri, 2010, p. 62.

titulação do próprio Carvalho e Melo, primeiro como Conde de Oeiras e posteriormente como Marquês de Pombal. As principais alterações no poder da nobreza titular e primeira nobreza direccionaram-se para a perda de preponderância a nível de algumas presidências de tribunais, carreiras diplomáticas e altos cargos clericais. Contrariamente, no âmbito das chefias do exército, ou nos governos coloniais, a posição da nobreza continuou dominante e até viu o seu poder acrescido.<sup>104</sup> No que toca à nobreza, as políticas de Carvalho e Melo incidiram principalmente sobre a sua modernização cultural e ideológica, desenvolvida através de uma reeducação dos nobres, de acordo com os ideais da monarquia absoluta e de algumas concepções do iluminismo.<sup>105</sup>

No quadro económico, o reinado de D. José apresentou algumas novidades. Neste sentido, muitas foram as medidas implementadas pela gestão pombalina para melhorar a economia do reino. A valorização do comércio como impulsionador do avanço económico do país foi uma das maiores preocupações políticas da época, como prova a criação da Aula do Comércio para preparar e especializar as pessoas envolvidas neste ramo.<sup>106</sup> O reino estava muito dependente do comércio externo e havia uma grande necessidade de recorrer à importação para superar a falta de produtos manufacturados e de matérias-primas originárias do setor primário. O fomento da indústria portuguesa foi uma das prioridades nos projetos de reforma. No ministério de Carvalho e Melo foi ordenada a reabilitação de antigas unidades fabris e a criação de novas indústrias, até então inexistentes, um objetivo que suscitou a instalação de muitos especialistas estrangeiros em Portugal, com o propósito de prepararem operários portugueses mais qualificados.<sup>107</sup> Como escreveu Jacome Ratton, muitas artes e ofícios nasceram durante o reinado josefino. Para além da reabilitação da fábrica das sedas, no Largo do Rato (em Lisboa), foram realizados novos investimentos, entre os quais os que abrangeram a fábrica dos pentes de marfim, a fundição de metais, a escola de desenho, a fábrica de

---

<sup>104</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>105</sup> SERRÃO, José Vicente, “Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo”, in *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, ed. Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Domingues, Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Veja, 1986, pp.15, 16 e 17.

<sup>106</sup> COSTA, Leonor Freire, Pedro Lains, Susana Münch Miranda, “The Atlantic Economy”, in *An Economic History of Portugal 1143- 2010*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016, p. 214.

<sup>107</sup> CARVALHO, Rómulo de, “Recurso a Pessoal Estrangeiro no Tempo de Pombal”, in *Revista de História das Ideias*, Volume 4, Tomo I, 1982, pp.94 e 95.

louça, a fábrica dos botões, a fábrica de cambraias e esguiões em Almeirim e a primeira fábrica de chapéus, em Pombal.<sup>108</sup>

No que concerne ao comércio externo, a política económica pombalina visou principalmente a redução do défice comercial, a diminuição da dependência face à Inglaterra, a abertura de novos mercados e a formação de uma classe empresarial forte e competitiva de raiz nacional (embora contasse com muitos homens de negócio de origem estrangeira) – uma política que se concretizou, entre outras medidas, pela criação de companhias monopolistas. Também passou por algumas reformas do enquadramento institucional dos negócios, como foi a criação de uma Junta do Comércio em 1755. Em 1759, a Junta do Comércio permitiu a fundação da Aula do Comércio, onde prioritariamente os filhos dos negociantes puderam aprender e formar-se, de acordo com o método italiano (escrita contabilística). À nova Junta do Comércio, que era composta essencialmente por mercadores, foi ainda conferido total poder para gerir os assuntos relativos ao trato comercial. Este reforço da autoridade da coroa nas questões comerciais do reino desagradou àqueles que perderam os benefícios mercantis de outrora, mas foi das reformas mais bem sucedidas da administração pombalina.

O comércio das riquezas provenientes dos domínios coloniais portugueses foi, sem dúvida, outra das preocupações da política económica pombalina, com especial atenção dada aos produtos vindos do Brasil, como são exemplo o tabaco, o açúcar, os diamantes e o ouro. O sistema colonial português fechou-se mais sobre si próprio, através de uma maior articulação entre a economia metropolitana e a economia colonial.<sup>109</sup>

A partir de 1750 verificaram-se algumas mudanças na administração e no enquadramento político internacional dos domínios da América portuguesa. Em 13 de janeiro desse ano foi assinado o Tratado de Madrid, que estabeleceu os limites territoriais nas possessões portuguesas e espanholas da América.<sup>110</sup> Carvalho e Melo, que pouco depois entraria para a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, era um opositor do tratado, por considerar que Portugal só tinha a perder com a

---

<sup>108</sup> RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton sobre Occurrencias do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Londres, H. Bryer, 1813, pp.120 e 121.

<sup>109</sup> SERRÃO, José Vicente, “O Quadro Económico”, in *História de Portugal*, Volume IV, Direção de José Mattoso, Editorial Estampa, 1998, p.69.

<sup>110</sup> SERRÃO, José Vicente, “Tratado de Madrid”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986, p.413.

transferência da colônia do Sacramento para a tutela espanhola, pois era bem mais valiosa que as terras que Portugal iria receber, as quais correspondem aos atuais territórios brasileiros de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Neste período, os jesuítas estavam ainda em concordância com Carvalho e Melo, tanto que, em 1754, nos ofícios de um diplomata inglês constava a afirmação de que o secretário de estado “Carvalho já era muito impopular e só era mantido no poder pela influência e apoio dos jesuítas.”<sup>111</sup> A conflitualidade entre o futuro Marquês de Pombal e os padres da Companhia de Jesus só começaram anos após o referido tratado com Espanha. Quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado (um dos irmãos de Carvalho e Melo) foi nomeado pelo rei Governador e Capitão General do Grão Pará e Maranhão, começaram a chegar ao conhecimento do poderoso ministro informações pouco favoráveis aos jesuítas que se encontravam no Brasil, os quais segundo Mendonça Furtado se mostravam autoritários e pouco submissos às ordens régias. Perante este julgamento, a opinião do governante em relação aos padres da Companhia de Jesus começou a mudar.

Devido à alegada insubordinação jesuítica, o governo português criou, em junho de 1755, a Companhia Geral do Pará e Maranhão, que permitiu à Coroa deter e controlar o monopólio do tráfico de escravos e do comércio dos produtos brasileiros. Foi ainda cedida a liberdade aos índios do Brasil. Duas decisões que incomodaram a Companhia de Jesus, por ter visto os seus privilégios cerceados. As objecções dos jesuítas a estas mudanças conduziram, aliás, à expulsão de alguns missionários da Companhia dos territórios brasileiros.<sup>112</sup>

O terramoto de 1 de novembro de 1755, constituiu para os jesuítas a oportunidade de ripostar contra as penalizações de que foram alvo na questão brasileira, ao difundirem pela sociedade que a catástrofe era um castigo divino dirigido a Portugal. Mas isso só agravou a animosidade de Carvalho e Melo, que, no dia 3 de setembro de 1759, conseguiu a aprovação real para expulsar todos os jesuítas de Portugal e dos respetivos domínios coloniais. A partir de então, o seu grande objetivo foi conseguir através de

---

<sup>111</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit. pp.87 e 90.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*, pp.92 e 99.

uma cuidada ofensiva diplomática a erradicação total da Companhia de Jesus, com a ajuda de outros governos europeus.<sup>113</sup>

Com efeito, entre os maiores oponentes às reformas pombalinas contavam-se os jesuítas e parte da alta nobreza. Pombal viria a conseguir aniquilar estes opositores quando, no seguimento do atentado ao rei D. José em 1759, se tornaram principais suspeitos da tentativa de regicídio tanto os padres jesuítas como os membros das poderosas famílias do Marquês de Távora e do Duque de Aveiro. A perseguição aos jesuítas levou vários anos, tendo os principais momentos na sua expulsão de Portugal (1759), e de outros reinos da Europa – como França (1762), Espanha e Nápoles (1767).

A expulsão dos jesuítas esteve na base do corte de relações entre Portugal e Roma, em 1760, não tendo o papa aceitado a decisão de Lisboa. A Santa Sé alegou a necessidade de provas mais concretas das acusações contra os jesuítas. No entanto, o apoio que Portugal foi procurando e recebendo de outros estados europeus acabaria por ser decisivo. Com efeito, Carvalho e Melo liderou uma campanha de propaganda anti-jesuítica a nível internacional, através da publicação de vários escritos e da ação da rede diplomática portuguesa, iniciativa conjunta que acabaria por atingir os seus fins. A família real dos Bourbons instalada nos tronos de Espanha e França foi a maior aliada das intenções portuguesas. Após a sucessiva expulsão dos jesuítas de França, Espanha e Nápoles, estes reinos concluíram que “ a eliminação da Ordem dos Jesuítas só seria possível se, com isso, as potências atingissem algo de mais substancial, além da mera extinção.”<sup>114</sup> Assim, esta forte concertação diplomática internacional – que uniu Portugal, França, Espanha e o reino de Nápoles – pressionaria o Papado que, no pontificado de Clemente XIV, em 1773, decretaria a abolição da Companhia.

Paradoxalmente, as cortes aliadas de Portugal na questão jesuítica eram as mesmas que no contexto da Guerra dos Sete Anos haviam sido as grandes rivais dos portugueses. Nesse grande confronto bélico, enquanto as grandes potências europeias (Inglaterra e França) se digladiavam, Portugal e Espanha conseguiram sem grandes objeções anular o Tratado de Madrid de 1750, que foi substituído por um novo acordo, o Tratado do

---

<sup>113</sup> SUBTIL, José, *Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006, pp.144, 147, 148, 150 e 152.

<sup>114</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006, p. 322.

Prado, assinado em 17 de fevereiro de 1761. Na realidade, dadas as dificuldades de aplicação, na prática, do que ficara estabelecido no Tratado de Madrid, a que acresciam as mudanças políticas entretanto verificadas nos dois reinos, estavam criadas as condições para a anulação definitiva do tratado anterior. Portugal queria manter a soberania na colônia do Sacramento, que lhe permitia manter as manobras económicas luso-britânicas na região platina, considerando Espanha que seria mais vantajoso fazer naquela zona um ataque armado contra os portugueses, pois não teria de abdicar de qualquer possessão como contrapartida.<sup>115</sup>

Em 1759, as relações entre os dois reinos ibéricos eram pacíficas, até que no verão desse ano, o ataque de um navio inglês a uma esquadra francesa no espaço marítimo português precipitou o envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos. Após este ataque – ocorrido nas proximidades da baía de Lagos<sup>116</sup> – o governo português foi pressionado pelo embaixador de França em Lisboa a pedir justificações a Inglaterra sobre o emprego de violência em espaço neutral, solicitando uma reparação pelos danos causados nas embarcações francesas. A investida diplomática de Pombal junto da corte britânica resultou parcialmente, pois foram apresentadas desculpas, mas não houve qualquer devolução pelos ingleses das embarcações apresadas. Portugal manteve-se neutral até agosto de 1761, quando foi proposta ao rei português a adesão a um “pacto de família” entre os Bourbon de Espanha e França, que firmava uma união de forças contra a Inglaterra.

A recusa em aderir a este pacto tornou Portugal inimigo dos reinos francês e espanhol, mas permitiu a preservação da importante e ancestral aliança luso-britânica. Em 1762, a insistência para a entrada de Portugal no “pacto de família” voltou a ser recusada, sob a alegação de que o facto de o monarca português ser casado com uma princesa espanhola Bourbon não justificava a rotura da aliança com ingleses. Esta rejeição originou uma disputa armada em terras portuguesas quando levava, em 30 de abril de 1762, a uma invasão de Portugal pelos exércitos espanhóis, assim se iniciando a chamada Guerra Fantástica. Perante esta agressão militar, Portugal não poderia manter a neutralidade na Guerra dos Sete Anos. Embora tenha retardado o mais possível a sua participação, a

---

<sup>115</sup> SERRÃO, 1986, op.cit. pp.413.

<sup>116</sup> WEIGLEY, Russell F., *The Age of Battles: The Quest for Decisive Warfare from Breitenfeld to Waterloo*, Indiana, Indiana University Press, 2004, p. 224.

recusa em aderir ao “pacto de família” obrigou a uma tomada de posição, tendo a fragilidade militar e económica e a grande necessidade de assegurar as rotas marítimas do comércio externo tornado óbvia a escolha do lado inglês.<sup>117</sup> Com a ajuda militar inglesa, Portugal conseguiu resistir às investidas espanholas, e com o seu apoio diplomático conseguiu depois – pelo Tratado de Paris firmado em 16 de fevereiro de 1763 – recuperar os territórios da Península Ibérica e da região platina ocupados durante a guerra.

Todas as responsabilidades governativas durante a guerra e ao longo de todo o reinado de D. José couberam a Sebastião José de Carvalho e Melo, dedicando-se o rei (principalmente) a caçadas e espetáculos de ópera, dada a confiança que depositava no seu principal representante, embora o monarca evidenciasse o seu sentido de responsabilidade ao estar permanentemente em contacto com os seus secretários de Estado e a par dos negócios públicos do reino.<sup>118</sup> Na realidade, por muito que a história continue a destacar Pombal como a grande figura do reinado de D. José, apenas assim foi porque o rei o permitiu: “Pombal sempre dispôs de vastos poderes, mas eles sempre dependeram do apoio do rei.”<sup>119</sup>

Quando, em 1774, a saúde do rei começou a debilitar-se, Pombal percebeu que a única possibilidade de preservar a sua própria predominância política passava por manobrar o processo de sucessão monárquica. A única solução para a manutenção do Pombalismo após a morte do rei passaria pela subida ao trono do infante D. José, neto do soberano, em lugar da herdeira natural, D. Maria, hostil aos desígnios políticos de Pombal.

Não seria difícil manter este príncipe na mesma linha de confiança que o avô depositara em Pombal, dado o responsável pela educação do jovem ser Frei Manuel do Cenáculo, um dos mais fortes aliados de Carvalho e Melo. Porém, os planos de Pombal para impedir a subida ao trono da princesa do Brasil não tiveram êxito, ao que consta por um dos homens de confiança do poderoso ministro – o seu secretário adjunto, José Seabra

---

<sup>117</sup> SERRÃO, José Vicente, “Guerra dos Sete Anos e Portugal”, in José Costa Pereira (coord) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986, p.302.

<sup>118</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, pp.79.

<sup>119</sup> MAXWELL, 2001, op.cit. pp.180.

da Silva – ter revelado o plano, que lhe custou ser destituído do cargo e banido do reino, em 1773, num processo que, todavia, ainda hoje se encontra mal esclarecido.<sup>120</sup>

Em novembro de 1776, o agravamento do estado de saúde de D. José levou a rainha D. Mariana Vitória à regência do reino. Assim se iniciou o princípio do fim da “hegemonia de Pombal”, como a regente desejava, tendo sido implementadas medidas de destituição dos poderes atribuídos ao secretário de estado do reino. Em pouco tempo, o papel político de Pombal foi quase anulado, até se tornar meramente figurativo, passando as suas atribuições para o despacho do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Aires de Sá e Melo.

Não satisfeito com o rumo tomado pelo seu estatuto no período de regência, Pombal tentou, mas em vão, pedir a demissão formal dos seus cargos a D. Mariana Vitória, que o manteve em funções, mas sem poderes efetivos, até à morte de D. José que, aliás, não tardou.<sup>121</sup> Na noite de 23 para 24 de fevereiro de 1777, D. José faleceu e consequentemente D. Maria foi proclamada como rainha de Portugal, sendo a primeira mulher a tutelar a monarquia portuguesa. Após a morte de D. José, Pombal tornou a requerer à nova soberana que o dispensasse dos seus cargos políticos no reino, pretensão que foi acatada pelo decreto de 4 de março de 1777. Mesmo destituído das funções na corte a seu pedido, Carvalho e Melo foi alvo de acusações judiciais durante o novo reinado, que conduziram a que fosse desterrado até ao fim dos seus dias para a sua quinta em Pombal em 15 de março de 1777.<sup>122</sup> Data em que o seu cargo de secretário de estado do reino foi ocupado por D. Pedro José de Noronha.

O afastamento do Marquês de Pombal no início do novo reinado introduziu uma nova etapa na política portuguesa – conhecida como ‘viradeira’. No entanto, pese embora todas as alterações efetuadas no governo de D. Maria I, a herança do Pombalismo subsistiu, nomeadamente através dos antigos colaboradores que permaneceram ao serviço da coroa portuguesa, como Martinho de Melo e Castro na secretaria de estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e Aires de Sá e Melo, que continuou a ocupar a tutela dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.<sup>123</sup> No caso de Martinho de Melo e Castro

---

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*, pp.180 e 182.

<sup>121</sup> AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, Lisboa, Clássica Editora, 1909, p.344.

<sup>122</sup> AZEVEDO, 1909, op.cit.pp.344 a 347.

<sup>123</sup> SERRÃO, 1982, op.cit.pp. 78, 295, 297 e 298.

não se pode mencioná-lo como uma figura totalmente leal ao projeto pombalino; sempre foi cuidadoso e permaneceu neutral em certos assuntos, como nas questões de política eclesiástica. Quando voltou da legação de Londres para se juntar ao governo de D. José, a iniciativa da sua nomeação partiu do rei e não de Pombal. A relação entre Pombal e Martinho de Melo e Castro “nos anos finais da proeminência de Pombal não era cordial”.<sup>124</sup>

Sebastião José de Carvalho e Melo morreu no seu desterro no dia 8 de Maio de 1782. Não obstante ter sido objeto de várias acusações políticas e judiciais após o seu afastamento, Pombal sempre alegou em sua defesa que todas as suas decisões políticas tinham sido sempre avalizadas e legitimadas pelo rei D. José.<sup>125</sup>

## ***1.2. Nápoles: Os reinados Borbónicos, o Conselho de Regência e Bernardo Tanucci***

O Reino de Nápoles, ou das Duas Sicílias<sup>126</sup>, era um dos vários estados que compunham a complexa realidade política da “Itália” no século XVIII, na qual também se inscreviam, só para referir os mais importantes, o Ducado de Sabóia, governado pela casa do mesmo título, que incluía todo o Piemonte e a ilha da Sardenha; o Estado de Milão e o Ducado da Toscana, que se encontravam sob domínio dos Habsburgo; as Repúblicas de Génova e Veneza; e os Estados Pontifícios, um conjunto alargado e disperso de territórios subordinados à cúria de Roma.

De todos, o reino de Nápoles era o mais extenso, com uma área total de aproximadamente 112 mil km<sup>2</sup>, tutelando quase toda a metade sul da península itálica (regiões de Abruzzo, Molise, Puglia, Campania, Basilicata, Calábria, e parte da Lazio, com cerca de 86 mil km<sup>2</sup>) mais a ilha da Sicília (cerca de 26 mil km<sup>2</sup>). Era também um dos mais populosos estados italianos. Embora não se conheçam os números exactos da

---

<sup>124</sup> MAXWELL, Kenneth, *Pombal. Paradox of the Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 152.

<sup>125</sup> SERRÃO, 1986, op. cit.p.117.

<sup>126</sup>A designação não estava ainda estabilizada nesta época, usando a designação oficial de “Reino das Duas Sicílias”, e ostentando o seu soberano o título de “sua majestade siciliana”, conquanto fosse mais usualmente referido como Reino de Nápoles – designação que será também a mais utilizada ao longo do presente trabalho.

sua população para esta época, sirva de referência o que diz Rodrigo de Sousa Coutinho num escrito de 1787 ou 1788, que lhe atribui seis milhões de habitantes, “se as tábuas que o governo publica são autênticas”.<sup>127</sup> Mesmo com a geral incerteza dos números, talvez se possa dizer, em termos comparativos, que tinha o dobro da população portuguesa, que andaria então próximo dos três milhões.

Do ponto de vista político, e na ordem internacional europeia, Nápoles só adquire um estatuto de autonomia e independência formal na década de 1730. Antes disso, e desde a Idade Média, os reinos de Nápoles e da Sicília, ora unidos ora separados, haviam estado subordinados à coroa de Aragão e, depois, à de Espanha, ali representada por um vice-rei. Entretanto, no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714)<sup>128</sup>, ao mesmo tempo que esta passou a ser governada por um monarca da dinastia Bourbon (Filipe V), o reino de Nápoles foi incorporado nos domínios dos Habsburgos da Áustria, tal como ficou reconhecido nos Tratados de Utrecht (1713) e de Rastadt (1714).<sup>129</sup> Porém, em desacordo com os referidos tratados, Espanha não tardou a tentar inverter a situação em seu benefício. Assim, em 1734, uma expedição militar liderada pelo Infante Carlos d’Anjou, (filho de Filipe V), que então já governava o Ducado de Parma e Plasencia, recuperou Nápoles para a esfera de influência espanhola. Em maio desse ano, Carlos conquistou os territórios de Nápoles e da Sicília, derrotando os austríacos na bem-sucedida investida armada de Bitonto.<sup>130</sup> Nascido em Madrid no ano de 1716 – e tendo, portanto, menos de vinte anos de idade – o jovem rei de Nápoles assumiu o trono do maior reino italiano, cumprindo assim também o desejo de sua mãe Elisabete Farnese (italiana), segunda mulher de Filipe V.<sup>131</sup>

Acompanhado pelas suas tropas, no dia 10 de maio de 1734, Carlos de Bourbon fez a sua entrada triunfal em Nápoles.<sup>132</sup> Poucos dias mais tarde, Filipe V de Espanha fazia

---

<sup>127</sup> COUTINHO, Rodrigo de Sousa, *Textos políticos, económicos e financeiros, 1783-1811*, intr. edir. de André Mansuy D. Silva, Lisboa, Banco de Portugal, t. I, p. 219.

<sup>128</sup> FALKNER, James, *The War of the Spanish Succession 1701-1714*, Yorkshire, Pen and Sword Books, 2015.

<sup>129</sup> HOCHEDLINGER, Michael, *Austria's Wars of Emergence 1683-1797*, London, Pearson Education Limited, 2003, pp.174, 175, 239.

<sup>130</sup> COLLETA, Pietro, *History of the kingdom of Naples, 1734-1825*, Tomo I, Firenze, Felice le Monnier, 1856, p.35.

<sup>131</sup> ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, p.14.

<sup>132</sup> STONE, Harold Samuel, *Vico's Cultural History: The Production and Transmission of Ideas in Naples 1685-1750*, Leiden, E.J. Brill, 1997, p.308.

saber que cedia a seu filho Carlos os direitos de governança sobre os reinos de Nápoles e da Sicília, tornando a cidade de Nápoles na capital de um estado independente.<sup>133</sup> Em 1738, o Tratado de Viena,<sup>134</sup> que punha fim à guerra de sucessão da Polónia, consagrou o reconhecimento desse estatuto independente por parte dos Habsburgos da Áustria, seus anteriores titulares, no quadro de uma negociação que fazia reverter para estes o Ducado de Parma e acrescentava uma cláusula que impedia a anexação ou subordinação formal de Nápoles à coroa espanhola.

O reinado de Carlos de Bourbon em Nápoles durou até 1759 e o seu governo promoveu uma série de reformas internas, principalmente de âmbito legislativo, cultural, económico, comercial, agrícola e militar. Nos anos iniciais do reinado, Santo Stefano foi o braço direito do rei e chefe do Conselho de Estado. Embora fosse Bernardo Tanucci já incumbido das questões da justiça quem se viria a tornar no mais influente e poderoso dos ministros do reino de Nápoles.

Nascido em Stia, Cosentino, no ano de 1698 numa família de origens modestas, Tanucci conseguiu realizar um percurso académico que lhe permitiu lecionar Direito Civil na Universidade de Pisa entre 1726 e 1735. A sua formação ficou a dever-se à ajuda de um tio, o professor Andrea Tanucci, como refere um autor oitocentista: “a ajuda do seu parente fê-lo ter um posto no colégio da Universidade, onde se dedicou aos estudos.”<sup>135</sup> Cerca de 1730, Tanucci desempenhava já as funções de jurista na defesa dos interesses espanhóis em Siena.

A qualidade do seu trabalho despertou a atenção de Santo Stefano e a aproximação entre ambos acabaria por o conduzir a Nápoles.<sup>136</sup> Após a coroação de Carlos de Bourbon como rei de Nápoles, Tanucci foi nomeado conselheiro e secretário de Estado da Justiça. Nos primeiros anos de reinado, Santo Stefano acumulou os cargos de conselheiro chefe e de primeiro-ministro e – à semelhança do que aconteceria posteriormente com Tanucci – conciliava a política napolitana com os interesses de Espanha, mais precisamente, com os desejos da rainha-mãe. Sendo colaboradores

---

<sup>133</sup> ACTON, 1998, op.cit. p.25.

<sup>134</sup> ADDISON, Joseph, *Charles the Third of Spain*, Oxford, Biblio Bazaar, 2008, p. 29.

<sup>135</sup> BUONAMICI, F, *Annali delle Università Toscane*, Volume 14, Pisa, Tipografia Nistri, 1874, p.23.

<sup>136</sup> ASTARITA, Tommaso, *Between Salt Water and Holy Water: A History of Southern Italy*, London, Norton & Co, 2006, p.213.

diretos de Stefano e atuando em segundo plano o secretário de Estado Marquês de Montalegre e o Intendente Geral, Don José Campillo.<sup>137</sup>

Com a estabilidade do governo do reino garantida, apenas faltava uma rainha para Carlos VII tornar pleno o seu “xadrez político” e assegurar a sucessão. Viria a casar com Maria Amália da Saxónia, filha do rei da Polónia, de quem ficou noivo quando esta tinha apenas 13 anos de idade.<sup>138</sup> A dispensa papal para a realização do matrimónio, solicitada pela tenra idade da noiva<sup>139</sup>, foi decretada em dezembro de 1737, e, em maio de 1738, o casamento celebrou-se em Dresden, com o irmão da noiva, o príncipe Frederick Christian da Saxónia, a ser o esponsal em representação de Carlos VII. Poucos dias depois, a jovem rainha seguiu para Nápoles.<sup>140</sup>

Em 1746 surgiu na cena política napolitana Giovanni Fogliani Sforza d'Aragona que, até essa data e ao serviço da corte de Nápoles, tinha sido diplomata na Toscânia, em Génova, na Grã-Bretanha e nos Países Baixos. Contudo, dada a incompatibilidade entretanto surgida entre o Marquês de Montalegre e a rainha Maria Amália, esse antigo ministro de Nápoles foi substituído em 1746 pelo Marquês Fogliani, que foi nomeado para exercer vários cargos em simultâneo: “secretário de estado Dos Negócios Estrangeiros, da Casa Real e da Guerra e Marinha e eleito Primeiro Ministro do Rei.”<sup>141</sup> Nove anos mais tarde (em 1755), Fogliani, que até então tinha sido “um cortesão realizado mas medíocre em todos os outros aspetos”<sup>142</sup>, foi nomeado e enviado para a Sicília como vice-rei, deixando o cargo de primeiro-ministro de existir no reino de Nápoles. Com a partida de Fogliani para a Sicília, uma parte das suas funções passou a ser desempenhada por Bernardo Tanucci. A partir desse momento, o governo do reino seria assegurado unicamente por secretarias de estado, detendo Tanucci a tutela dos Negócios Estrangeiros, Justiça e Casa Real, enquanto as secretarias das Finanças,

---

<sup>137</sup>ACTON, 1998, op.cit.p.34.

<sup>138</sup> DAVIS, John A, *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006, p. 28.

<sup>139</sup> O’KELLY, Helen Watanabe, “The Consort in the Theatre of Power: Maria Amalia of Saxony, Queen of the Two Sicilies, Queen of Spain”, in Helen Watanabe O’Kelly and Adam Morton edition, *Queens Consort, Cultural Transfer and European Politics, C.1500-1800*, London, Routledge, 2017, p.48.

<sup>140</sup>ACTON, 1998, op.cit. p.43.

<sup>141</sup> POZZO, Luigi Del, *Cronaca Civile e Militare delle Due Sicilie Sotto la Dinastia Borbonica*, Napoli, Stamperia Reale, 1857, p.53.

<sup>142</sup>ACTON, 1998, op.cit.p.67.

Guerra e Marinha foram atribuídas ao Marquês de Squillace e os Assuntos Eclesiásticos e Culturais ao Marquês Brancone.<sup>143</sup>

A capital do reino, Nápoles, era então uma das maiores e mais populosas cidades da Europa, com cerca de 400 000 habitantes. Era também, em termos sociais, uma “terra de contrastes, onde a aristocracia e o clero viviam em extravagância, mas as classes mais baixas eram desesperadamente pobres.”<sup>144</sup> A partir da década de 1750, Nápoles – que, face ao resto do reino, se apresentava como uma capital luxuosa, com grande desenvolvimento arquitetónico e um núcleo de intelectuais reconhecidos por toda a Europa – tornou-se um local atrativo para um número crescente de gente, aliciada pela grandeza da cidade e pela perspectiva de melhoria das suas condições de vida. Na década de 1760 a população residente na capital do reino continuava em crescimento, conforme testemunhava em 1763 o ministro plenipotenciário português, Aires de Sá e Melo, ao reportar para Lisboa que “*na cidade de Nápoles, a povoação da capital chegava a 500 mil almas.*”<sup>145</sup>

No entanto, como já antes observara Bernardo Tanucci, numa memória enviada para a corte de Espanha ao Marquês de Salas, em 24 de Outubro de 1742, na cidade de Nápoles, “*por conveniência dos vice-reis espanhóis, pela persecução dos baronatos, possuidores da maior parte do reino, pelo sistema político, o qual constitui de todo o reino uma só província, é derramada como num grande pântano, toda a riqueza, todo o mal e a maior parte do povo do próprio reino. Toda a escória do género humano que se produziu e se vai produzindo na província, constitui a população desta cidade, a qual desta é grande; não o é de bons autores, nem de grandes negociantes, nem de grandes letrados, nem de espíritos belos, dos quais são grandes Paris, Londres, Lisboa, Amesterdão; mas de servos, de corsos, a maior parte da última baixeza e desonestidade de mercadores, de barbeiros, de prostitutas, de rufias, de mendigos os quais casando-se vão multiplicando a cada geração uma geração pior.*”<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> ACTON, 1998, op.cit.p.90.

<sup>144</sup> VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009, p.102.

<sup>145</sup> AHU, CU, Reino, Caixa 125, pasta 42.

<sup>146</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario 1723-1746*, a cura di R.P. Coppini, L. del Bianco, R. Nieri, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1980, p. 635.

Assim, Nápoles, com a sua concentração de população e de riqueza, em contraste com a maior parte do reino, em especial as zonas rurais, onde imperava a pobreza e a fome,<sup>147</sup> era a própria imagem das profundas desigualdades sociais e económicas que caracterizavam o reino napolitano. Por conseguinte, era notória e premente a necessidade de reformar o reino a todos os níveis, desde a gestão económica aos aspetos socioculturais. É neste contexto que se tornará relevante o papel reformador de Tanucci, cujo principal objetivo à frente da secretaria de estado foi o de combater o enorme poder da nobreza e do clero. No entanto, como a produção historiográfica tem mostrado, apesar das inúmeras tentativas para introduzir certas reformas em Nápoles, o governo foi incapaz de as concretizar até ao fim, apontando-se precisamente a férrea e permanente oposição da nobreza feudal e da igreja como o grande entrave aos planos de Tanucci e dos seus colaboradores.

Assinalem-se, então, algumas das reformas ensaiadas durante o reinado de Carlos VII. Como secretário da Justiça, Tanucci tentou, desde cedo, reformular o sistema judicial napolitano, um objetivo que não foi fácil de cumprir. No que respeita aos tribunais eclesiásticos, Tanucci conseguiu que lhes fossem retiradas muitas das antigas prerrogativas, concretamente as imunidades fiscais e jurisdicionais da igreja. Já no caso dos privilégios jurisdicionais que beneficiavam a nobreza, viu os seus objetivos gorados, ao não conseguir, nomeadamente, assegurar “o controlo dos tribunais centrais sobre os tribunais feudais e locais.”<sup>148</sup>

Em 1739 foi fundado o *Supremo Magistrato di Commercio*, com a finalidade de diminuir as grandes discrepâncias existentes entre o território continental do reino e a ilha da Sicília. A criação deste novo magistrado permitiu desenvolver a manufatura da seda e as alfândegas e, tendo em vista o melhoramento das atividades portuárias, os comerciantes passaram a pagar taxas alfandegárias mais justas.<sup>149</sup> O Magistrado do Comércio de Nápoles foi criado não só para ajudar a desenvolver economicamente o reino, mas também para tornar o comércio externo uma mais-valia. Não obstante os planos existentes à data de criação deste órgão estatal, a historiografia ainda discute a

---

<sup>147</sup> IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 12, 13 e 14.

<sup>148</sup>IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.102.

<sup>149</sup>ROBERTSON, John, *The Case for The Enlightenment: Scotland and Naples 1680-1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, p. 332.

sua eficácia prática – muitos autores consideram mesmo que este investimento político foi um fracasso, dada a divisão interna do governo de Nápoles a seu respeito.<sup>150</sup>

Em 1751, um dos mentores mais reconhecidos do chamado iluminismo napolitano, Fernando Galiani, publicou a sua obra “Della Moneta”, dedicada às reformas comerciais napolitanas. Nela, Galiani defendia os benefícios do mercantilismo, afirmando que a maior vantagem para a proteção e desenvolvimento do comércio do reino residia na organização do sistema monetário. Advogando, assim, os ideais mercantilistas dominantes: “a conservação da sociedade depende da aquisição de uma quantidade suficiente de dinheiro [...] mas o que importa é a circulação desse dinheiro, a sua rapidez, a regularidade e a boa distribuição do seu movimento através da economia nas transações comerciais.”<sup>151</sup> Para Galiani, o problema de Nápoles não residia na falta de dinheiro, mas na sua desigual distribuição e escassa circulação. Concluindo que o capital financeiro que se encontrava parado nas mãos dos “tiranos do comércio”, como lhes chamava, prejudicava as populações mais desfavorecidas.

No que concerne às reformas eclesiásticas, Tanucci seria reconhecido como o governante do reino capaz de decretar as resoluções que terminaram com a imunidade da igreja perante o estado. Antes das políticas reformistas, grande parte das riquezas de Nápoles estava concentrada na igreja, que possuiria um terço das propriedades agrícolas do reino, cujos rendimentos propiciavam ao clero um estilo de vida abastado. Tanucci não extinguiu totalmente esta realidade, mas restringiu-a, ao aplicar as leis civis sobre clérigos, retirando-lhes a prerrogativa da absolvição de crimes, muitas vezes perdoados quando eram cometidos por membros da igreja. A visão regalista de Tanucci não permitia que a igreja se sobrepusesse, de forma alguma, à autoridade monárquica.<sup>152</sup>

Para além do poderio da igreja, Tanucci, com o apoio do rei, queria atacar os resquícios do feudalismo ainda vigente, soberbo e influente. Quando se fala na nobreza feudal napolitana, ainda existente no século XVIII, referimo-nos aos chamados barões, proprietários de vastas terras, que não se deixavam reger pelas leis comuns, poderosos

---

<sup>150</sup>STAPELBROEK, Koen, *Love, Self-deceit, and Money: Commerce and Morality in the Early Neapolitan Enlightenment*, Toronto, University of Toronto Press, 2008, p.20.

<sup>151</sup> ROBERTSON, 2005, op.cit.p.348.

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*, p.31.

baronatos que começaram a ser tardiamente travados. A abolição do feudalismo napolitano só seria decretada pela lei de 2 de agosto de 1806.<sup>153</sup>

Esta foi, porém, uma luta que Tanucci não conseguiu vencer por completo, dada a força social e a influência política que os senhores feudais ainda detinham no reino. Por este motivo, é algo crítica a apreciação posteriormente tecida pelos autores sobre o alcance e a eficácia do programa reformista tentado por Tanucci. “As ideias iluministas em Nápoles eram intelectualmente elegantes, mas também superficiais, porque quando os reformistas chegaram à difícil tarefa de traduzir as suas ideias para a prática, o seu iluminismo não foi tão longe quanto o seu medo de problemas.”<sup>154</sup>

A corrente iluminista difundiu-se por toda a Itália entre as décadas de 1750 e 1770, catapultando para a ribalta várias personalidades que hoje são consideradas das mais representativas do pensamento ilustrado. No caso napolitano já mencionámos Galiani, embora a figura mais reconhecida pelo seu contributo para as políticas do reino – ajudando a desenvolver uma governação de reformismo ilustrado – tenha sido António Genovesi, autor das obras *ElementaMetaphysicae* (1743) e da *Lógica* (1745), entre outras. Professor na Universidade de Nápoles, Genovesi foi o responsável pela primeira cadeira de Economia Política do mundo.<sup>155</sup>

Na universidade de Nápoles, Genovesi incutiu nos discípulos alguns dos ideais que lhe eram gratos. Para ele, o ensino era o meio mais adequado para formar gerações futuras esclarecidas, de modo a reconhecerem a importância da economia política.<sup>156</sup> A situação social do reino era além disso, segundo o próprio, muito difícil de reverter: a resolução de todos os males da sociedade não dependia exclusivamente do poder monárquico, por as reformas necessitarem da adesão de todos os estratos e de um suporte público mais forte.<sup>157</sup> Mesmo ciente desta realidade, Genovesi colaborou diretamente com o

---

<sup>153</sup> SODANO, Giulio, “L'Aristocrazia Napoletana e l'Eversione della Feudalità: unTonfo Senza Rumore? In Ordine e Disordine”, in *Amministrazione e Mondo militare nel Decennio Francese*, a cura di R. De Lorenzo, Napoli, 2012, p. 138.

<sup>154</sup> PAQUETTE, Gabriel B, “Empire, Enlightenment and Regalism: New Direction in Eighteenth Century Spanish History”, in *European History Quarterly*, Cambridge, SAGE Publications, 2005, p. 112.

<sup>155</sup> IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.74.

<sup>156</sup> ROBERTSON, 2005, op.cit.p.359.

<sup>157</sup> PAQUETTE, Gabriel B., *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies in the Long Eighteenth Century*, Londres, Ashgate, 2009, pp. 70 e 74.

executivo chefiado por Tanucci, ampliando a atenção da governação para as questões sociais e humanas.<sup>158</sup>

As suas ideias sobre a reforma do estado visavam alterações estruturais indispensáveis: como entidade suprema, o estado não podia sujeitar-se às deliberações das duas classes mais privilegiadas: a nobreza e o clero. O movimento ilustrado desencadeado por Genovesi e pelos seus seguidores teve como prioridade o combate à pobreza e ao analfabetismo, sendo o estado responsável pela implementação de medidas que debelassem estas precariedades.<sup>159</sup>

Em 1764, durante a chamada grande fome de Nápoles – de que adiante se falará com mais detalhe – Genovesi publicou *Lição de Comercio* com o aval do governo e de Bernardo Tanucci. Num período de grande pobreza e carência, esta obra alertou para a extrema necessidade de liberalizar o comércio do trigo. Ainda que a situação presente não beneficiasse todos os grupos sociais do reino – por o comércio cerealífero estar reservado a nobres e senhores rurais –, a dificuldade em concretizar as ideias de Genovesi (também defendidas por Tanucci) obstaculizou o sucesso de todas as tentativas empreendidas.

O negócio dos cereais pertencia em regime de monopólio aos nobres de Nápoles e proprietários agrícolas, que se contavam entre os grandes opositores dos pretendidos movimentos reformistas.<sup>160</sup> No ano de 1764, ainda durante a grande fome, Tanucci pediu a Genovesi que traduzisse a obra *Police des Grains*, do francês Herbert – uma obra muito apreciada pelos iluministas, que criticava as doutrinas tradicionais do comércio cerealífero, defendendo o fim das restrições do comércio interno dos cereais –, à qual Genovesi teve de acrescentar aspetos relacionados com a realidade napolitana e siciliana, provavelmente com o intuito de alertar a população letrada do reino para a relação de causalidade existente entre o comércio monopolizado dos cereais em Nápoles e a situação de fome que grassava no reino.<sup>161</sup>

---

<sup>158</sup> IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.13.

<sup>159</sup> VENTURI, Franco, *Church and Reform in Enlightenment Italy*, Chicago, University of Chicago Press, 1976, pp.215, 219 e 230.

<sup>160</sup> VENTURI, 1976, op.cit.pp.229 e 230.

<sup>161</sup> MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, Ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967, p.58.

Na reforma educativa, e à semelhança do que aconteceu em Portugal, Tanucci pretendeu destituir os jesuítas da sua posição dominante no ensino, criando, em sua substituição, um sistema de ensino público.<sup>162</sup> Após o afastamento dos padres jesuítas, as escolas de Nápoles passaram a lecionar um programa de estudos eclético, mais completo e abrangente, que consistia na aprendizagem da escrita, da leitura e da aritmética, em aulas de gramática latina, italiana e grega, mas também de lógica, geometria, física e humanidades, mantendo ainda o ensino do catecismo cristão e da história sacra e profana.<sup>163</sup>

Ainda antes de os jesuítas serem afastados das suas funções do ensino, em 1752, Tanucci já havia protagonizado a criação da *Real Academia del Disegno* – conhecida posteriormente como *Accademia delle Belle Arti*<sup>164</sup> – instituição destinada a promover a pedagogia das artes. Interveio igualmente no ensino do direito canónico na Universidade de Nápoles, onde ainda permanecia o estudo das decretais.<sup>165</sup> Tanto Tanucci como Genovesi opuseram-se à continuação do ensino das decretais (uma cadeira baseada nas leis outorgadas por Roma) ordenando para tal uma consulta sobre a verdadeira relevância daquela cadeira universitária nos estudos públicos.<sup>166</sup> Os seus intentos não foram, no entanto, bem sucedidos, por a Real Câmara de Santa Clara ter apoiado a continuação das decretais, opondo-se terminantemente à sua extinção.<sup>167</sup>

Voltemos, entretanto, à sequência do processo político, para tratar das importantes mudanças que se verificaram a partir de 1759 no governo da monarquia. Nesse ano morreu Fernando VI de Espanha (meio-irmão de Carlos VII) que subira ao trono espanhol em 1747 com a morte do pai de ambos, Filipe V. Fernando VI – casado com a princesa portuguesa Maria Bárbara de Bragança – governou Espanha durante pouco mais de uma década. Quando a rainha Maria Bárbara faleceu (em 1758), Fernando VI sucumbiu a uma enorme tristeza e a sua saúde mental começou a evidenciar sinais de

---

<sup>162</sup> ASTAITA Tommaso, 2006, op.cit.p.210.

<sup>163</sup>RENDA, Francesco, *Il Riformismo di Bernardo Tanucci. Le Leggi di Eversione dell'Asse Gesuitico 1767-1773*, Serie I, Documenti, Vol. II, Catania, Tipografia dell' Università di Catania, 1969, p. 23.

<sup>164</sup> DAVIS, op.cit.p.30.

<sup>165</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela Rocha, *António Genovesi e o Movimento Iluminista no Sul de Itália*, Coimbra, Separata de Biblos, p.498.

<sup>166</sup> ANTT, Lisboa, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 06/12/1768.

<sup>167</sup>IMBRUGLIA, Girolamo, “Jansenist Jurisdictionalism and Enlightenment: Two ways of Thinking Politics in Mid- Eighteenth Century Naples”, in Cesare Cuttica and Glenn Burgess edition, *Monarchism and Absolutism in Early Modern Europe*, London, Routledge, 2016, p. 106.

fraqueza. Pouco depois adoeceu com gravidade, deixando o reino sem governo até à sua morte, em 1759. Com o seu desaparecimento, o herdeiro mais próximo, o meio-irmão Carlos VII, então rei de Nápoles, rumou a Espanha para ocupar o trono, com a denominação de Carlos III.<sup>168</sup>

Todo este processo sucessório – desde que Fernando VI de Espanha adoeceu até à sua morte – foi acompanhado pelo ministro plenipotenciário português em Nápoles, José da Silva Pessanha, personalidade muito querida a Carlos de Bourbon. Ao herdar a coroa espanhola, Carlos VII foi forçado a deixar o trono de Nápoles, o que implicou a nomeação de um dos filhos como seu sucessor. Não foi fácil a escolha do novo monarca de Nápoles devido à incapacidade mental do príncipe primogénito. Nos primeiros meses de 1759, Pessanha suscitou pela primeira vez a possibilidade de o rei de Nápoles suceder ao irmão no trono espanhol, apresentando num ofício de 28 de fevereiro de 1759, uma descrição dos planos que se faziam na corte de Nápoles, caso o rei tivesse de partir para Madrid.<sup>169</sup>

No documento, Pessanha enunciou as três razões principais que determinaram a partida do rei de Nápoles para Madrid: a primeira relacionada com a morte do rei católico; a segunda baseada no argumento de que mesmo que o rei espanhol escapasse ao perigo mortal, ficaria com sequelas psicológicas, que o impediriam de reinar, e a terceira, e última, decorrente da vontade do próprio rei, que antes da sua doença manifestara o desejo de ceder o trono ao irmão, o soberano das Duas Sicílias.<sup>170</sup> O diplomata português esforçou-se por transmitir para Portugal o que sabia sobre a provável partida de Carlos de Bourbon para Espanha. Admitiu, no entanto – a D. Luís da Cunha, secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em Lisboa – que muitos aspetos mantinham-se sigilosos e confinados a um núcleo restrito de ministros. Anunciou, ainda, que comunicaria as informações que chegassem ao seu conhecimento sobre esta matéria ao representante de Portugal em Madrid, para que pudesse “*aproveitar-se do pouco que chega à minha notícia.*”<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> KAMEN, Henry, *Who's who in Europe, 1450-1750*, London, Routledge, 2000, p.112.

<sup>169</sup> PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE, 2010, p.55.

<sup>170</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-02-1759.

<sup>171</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-08-1759.

Ao ser proclamado rei de Espanha em 11 de Setembro de 1759, Carlos de Bourbon foi obrigado, em conformidade com o clausulado do Tratado de Viena de 1738 a abdicar do trono napolitano, onde permanecera mais de duas décadas.<sup>172</sup> O processo de sucessão ao trono de Nápoles foi o principal problema que Carlos VII teve de resolver antes da sua partida para Madrid. Primeiramente houve necessidade de provar a incapacidade para governar de seu filho mais velho, o infante D. Filipe, Duque da Calábria, pois a sua insanidade mental não lhe conferia as faculdades nem as competências necessárias para ser rei, nem de Espanha nem de Nápoles.

A morte de Fernando VI em Espanha, em 10 de Agosto de 1759, tornou inadiável a necessidade de atestar a inaptidão governativa do mais velho dos infantes, originando a formação de uma junta habilitada para analisar as capacidades intelectuais e cognitivas do príncipe.<sup>173</sup> O atestado que tornou pública a incapacidade do seu filho mais velho constituiu um momento penoso para Carlos VII: “a imbecilidade do infeliz infante foi descrita e autenticada num documento que o rei, quase em lágrimas, ordenou que fosse lido numa assembleia”.<sup>174</sup>

Em Nápoles sabia-se que seria impossível ao filho mais velho de Carlos III (sétimo de Nápoles) governar qualquer reino dado a sua debilidade mental, pormenorizada por Pessanha ao redigir sobre D. Filipe: “já se acha na idade de 11 para 12 anos, e ainda é bastante robusto, parece que não tem raciocínio por causa dos ataques epiléticos que tem padecido desde que nasceu ou por defeito da natureza. Não diz mais que as poucas palavras que ouve repetir muitas vezes. Não tem memória para aprender a doutrina cristã”.<sup>175</sup>

Provada a incapacidade de D. Filipe, foi levado para Madrid o secundo génito de Carlos VII – que, após a morte do pai, se tornaria rei de Espanha –, deixando em Nápoles como sucessor o seu terceiro filho, que foi coroado como Fernando IV das Duas Sicílias. Contudo, por Fernando IV ser ainda menor, foi constituído um Conselho de Regência que se incumbiu da governação do reino até o infante atingir a maioridade.<sup>176</sup> Quando o

---

<sup>172</sup> ACTON, 1998, op.cit.pp.15 e 106.

<sup>173</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-08-1759.

<sup>174</sup> COLLETTA, 1856, op.cit.p.100.

<sup>175</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel de 28-02-1759.

<sup>176</sup> DAVIS, 2006, op.cit.p.23.

novo rei católico seguiu com a sua comitiva para Madrid, José da Silva Pessanha também a integrou. Mediante a prévia autorização do rei português, ao qual pedira para acompanhar Carlos VII “*para que não faltasse nunca um ministro de Portugal junto deste rei*”<sup>177</sup>, partiu para a sua nova legação com o título de embaixador.

Após a partida dos pais para Espanha, o príncipe Filipe permaneceu em Nápoles com seu irmão Fernando (agora rei), ficando também ele ao cuidado da Regência. Por causa das suas deficiências, o infante não surgia em público com regularidade, pelo que só esporadicamente os membros do Conselho de Regência assinalavam a presença do príncipe em cerimónias ou actos fora da esfera privada.<sup>178</sup> Havendo registos de que, anos mais tarde, a arquiduquesa austríaca Maria Carolina, que casara com Fernando IV, passou a visitar o príncipe Filipe com alguma frequência.<sup>179</sup> Em 1769, através de uma ordem enviada para Nápoles, Carlos III de Espanha decretou que o seu filho Filipe passasse a frequentar o passeio público duas vezes por semana. Sobre esta decisão do rei Católico, o diplomata português residente em Nápoles escreveu: “*a efeito da imbecilidade em que lastimosamente se conserva, vai ali menos para ver, que para ser visto.*”<sup>180</sup> Foi também decidido que o príncipe concedesse algumas audiências de beija-mão aos ministros estrangeiros nos seus aposentos, embora não fizesse mais do que levantar a mão sobre os seus assistentes.<sup>181</sup>

Filipe ficou (como já mencionado) aos cuidados da Regência, mas foi sobretudo Tanucci quem ficou responsável pela administração da casa deste infante, cargo que, aliás, conservaria mesmo depois do seu afastamento político em 1776.<sup>182</sup> Apesar da sua incapacidade mental, a morte de Filipe, em setembro de 1777, não foi por ela causada. Acometido por um contágio de bexigas, não resistiu, sendo embalsamado e velado durante três dias, no paço real. O luto pela morte de Filipe que durou somente um mês

---

<sup>177</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel de 28-08-1759.

<sup>178</sup> ACTON, 1998, op.cit.p.118.

<sup>179</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel de 09-05-1769.

<sup>180</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel de 27-06-1769.

<sup>181</sup> ACTON, 1998, op.cit.p.186.

<sup>182</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 10-06-1777.

foi, no entanto, muito mais breve do que era usual quando falecia um membro da realeza.<sup>183</sup>

Entretanto, do Conselho de Regência que governava em nome de Fernando IV, fazia parte Tanucci, que foi também o principal responsável pela orientação do jovem monarca até à sua maioridade. Os restantes membros do Conselho foram escolhidos por Carlos VII antes de se instalar em Espanha. Foi, aliás, a grande confiança que Carlos de Bourbon depositava em Tanucci que lhe possibilitou o exercício do cargo mais destacado no Conselho de Regência.<sup>184</sup> Ainda que devido à sua tenra idade Fernando IV não pudesse executar qualquer ato político, foi-lhe permitido receber frequentemente na corte o corpo diplomático acreditado em Nápoles.<sup>185</sup>

Durante a estadia do ministro plenipotenciário português Aires de Sá e Melo em Nápoles, este escreve a título pessoal, em 1761, algumas memórias sobre o reino das Duas Sicílias, encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino. Entre os assuntos focados nestas memórias, Sá e Melo deixou assente o nome de todas as figuras que constituíram o Conselho de Regência que governava em nome do rei. Dividido entre conselheiros napolitanos e sicilianos, era constituído por: “*D. Miguel Reggio, Domingo de Sangro, Príncipe de Yaci, Príncipe de S. Nicandro, Marquês Fogliani (ainda que ausente no governo da Sicília), Príncipe de Consola, Príncipe de Campo Real e o Marquês de Tanucci...Este Conselho segue sempre a corte; ou ela esteja em Nápoles ou nos palácios de Portici e Caserta, passando a fazenda real uma certa porção aos conselheiros de estado para o aluguer de casa naqueles sítios e também para mesa.*”<sup>186</sup> Numa pequena nota escrita também por Aires de Sá e Melo, encontrada junto do mesmo conjunto documental do Arquivo Histórico Ultramarino, torna-se possível saber que, segundo lhe terá dito Bernardo Tanucci, “*os secretários de estado tem de soldo por ano quatro mil e quinhentos ducados; os conselheiros de estado tem de soldo por ano três mil ducados, isto ouvi ao Marquês de Tanucci.*”

---

<sup>183</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 04-11-1777.

<sup>184</sup> COLLETTA, Pietro, Horner Susan, *A Century of Despotism in Naples and Sicily*, Bibliolife, 2009, p.11.

<sup>185</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 29-12-1761.

<sup>186</sup> AHU, CU, Reino, caixa 214, pasta 11.

Optar por incluir simultaneamente membros napolitanos e sicilianos no Conselho de Regência foi o expediente político encontrado por Carlos de Bourbon para manter alguma estabilidade no governo do reino de Nápoles, dada a notória oposição entre estas duas facções, uma incompatibilidade que não passou despercebida aos ministros estrangeiros como Aires de Sá e Melo. “*Como entre sicilianos e napolitanos se conserva uma espécie de anulação teve S. Majestade Católica a política de ostentar os dois partidos – na Regência o Príncipe de Yaci, o Príncipe de Campo Real e D. Miguel Regio são sicilianos.*”<sup>187</sup>

De acordo com as fontes diplomáticas consultadas, Fernando IV era uma criança bem-humorada, saudável e criteriosamente seguida pelos membros do Conselho de Regência.<sup>188</sup> A forma como foi educado parecia, no entanto, invulgar e desapropriada a um futuro governante, pois na maior parte os seus dias eram dedicados a atividades de cariz físico, não lhe tendo sido inculcadas muitas responsabilidades. Existindo inclusivamente a ideia de que Tanucci pretendia que o jovem soberano fosse pouco instruído nos assuntos de governo, por ter encarregado “o tutor do rei para lhe ensinar o menos possível”.<sup>189</sup>

Carlos III de Espanha tentou pôr em prática em Madrid muitas das ideias reformistas que planeava para Nápoles, especialmente no âmbito da economia, justiça, administração do estado e fiscalidade.<sup>190</sup> Em Nápoles, os planos de reforma mantiveram-se após a partida de Carlos III, embora todas as decisões do Conselho de Regência necessitassem do aval do rei de Espanha que, na frequente correspondência epistolar com Tanucci, não se coibia de manifestar as suas opiniões acerca das políticas em curso no reino de Nápoles. O Conselho de Regência prosseguiu com os ideais reformistas legados por Carlos de Bourbon, caracterizado por uma gestão regalista, não submetida aos poderes da Igreja e da nobreza feudal e impulsionadora da descentralização das riquezas do reino.

---

<sup>187</sup> *Idem. ibidem*

<sup>188</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-11-1762.

<sup>189</sup> VOVK, 2009, op.cit.p.100.

<sup>190</sup> PAQUETTE, 2005, op.cit.pp.108 e 109.

Como é possível comprovar através das memórias escritas por Aires de Sá e Melo, muito do poder decisório em Nápoles, mesmo que não oficializado, permanecia sob a tutela de Carlos de Bourbon, sobretudo graças à lealdade de Bernardo Tanucci. O diplomata português escrevia desta forma sobre Tanucci: *“o qual na realidade é o chefe ou membro principal da regência, porque tem nela a maior autoridade, tanto por ser o mais instruído nos negócios; como pela imediata correspondência com el rei Católico.”*<sup>191</sup> O Conselho de Regência, embora se regesse aparentemente por um sistema de pluralidade de votos no tratamento dos assuntos do reino, na prática a decisão dos principais negócios estava quase totalmente nas mãos de Tanucci, guiado pela concordância com o rei Católico. Aires de Sá e Melo esclarece, claramente, que *“Este é o sistema aparente da regência, mas o particular e verdadeiro é que os conselheiros só resolvem os negócios do expediente ordinário; mas os de maior ponderação são enunciados da corte de Madrid ao Marquês Tanucci que executa pontualmente sem que algum dos conselheiros se atreva a replicar”*.<sup>192</sup>

Continuamos a servir-nos das memórias de Aires de Sá e Melo para apresentar algumas das mais importantes instituições estatais do reino de Nápoles. A Grande Corte da Vicaria, que era a principal magistratura para os assuntos criminais e civis, cuidando da jurisdição do reino e que o diplomata português qualificou como sendo equivalente *“à nossa Casa da Suplicação. Nela há de ministros, uns para o civil outros para o criminal. Nestas duas classes existem sempre dois conselheiros do real Conselho e o presidente tem o título de Regente da Vicaria, o qual corresponde ao nosso Regedor das Justiças.”*<sup>193</sup>

Para o controlo e exame da fazenda régia e gestão das receitas públicas existia a Real Camera da Sommaria, que Aires de Sá dizia corresponder *“ao nosso conselho de fazenda, composto por sete ministros togados para as causas legais e onze de capa e espada para os de economia e de contas”*.<sup>194</sup>

Semelhante à Junta do Comércio em Portugal, o diplomata português refere, *“para o comércio há o consulado de mar e terra composto de homens de negócio,*

---

<sup>191</sup>AHU, CU, Reino, caixa 214, pasta 11.

<sup>192</sup>*Idem. ibidem*

<sup>193</sup>*Idem. ibidem*

<sup>194</sup>*Idem. ibidem*

*correspondente à Junta do Comércio, que consta de negociantes e ministros. Cada ofício ou arte elege um cônsul em sua representação.*”<sup>195</sup>

O mais poderoso dos tribunais de Nápoles era a Real Camera de Santa Clara, com funções consultivas e jurisdicionais, estando incumbido de deliberar sobre assuntos eclesiásticos ou laicos. Segundo Aires de Sá e Melo, “São muitos os tribunais desta cidade e reino em que se administra a justiça, o principal se denomina Real Camera de Santa Clara e compõe-se de cinco ministros togados de maior graduação, um é sempre o presidente do sacro real conselho e os outros quatro são presidentes, ou como aqui dizem, capos do mesmo real conselho: Neste tribunal se tratam as causas mais relevantes, sobre eles se consulta a el rei.”<sup>196</sup>

Durante o período de regência, a nobreza e todos os interesses particulares desta classe social foram o maior obstáculo às políticas de Tanucci.<sup>197</sup> No século XVIII, a autoridade régia no Reino de Nápoles era por vezes limitada por três antigos tribunais da capital que se ocupavam do governo da área peninsular, o tribunal de *San Lorenzo*, responsável pela polícia, ordem e moral da capital, o *Regio Portolano*, responsável pelo uso dos solos e terrenos públicos, e o *Regio Giustiziere*, que regulava o mercado e os preços dos bens. Estes tribunais eram controlados por uma pequena mas potente oligarquia urbana de nobres feudais pertencentes à chamada *nobilita di piazza* (à qual pertenciam as mais antigas famílias da nobreza napolitana), conhecidos também como *Togati*, capazes de condicionar todas as iniciativas políticas e administrativas da monarquia, tal era o seu monopólio e autonomia. A chegada de Carlos III a Nápoles, em 1734, foi especialmente bem recebida pela velha aristocracia, a *nobilita di spada* e a *nobilita di piazza*, que consistiam em cerca de 120 famílias que possuíam o monopólio do governo da cidade de Nápoles.”<sup>198</sup>

Em 1756 começou uma redefinição da balança de poderes entre os vários segmentos da nobreza napolitana e entre estes e a coroa, o que a longo prazo poderia anular a supremacia dos mais antigos nobres napolitanos (*di piazza*). Este objetivo esteve no

---

<sup>195</sup>*Idem. ibidem*

<sup>196</sup>*Idem. ibidem*

<sup>197</sup>IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.12.

<sup>198</sup>MONTRONI, Giovanni, “The Court: Power Relations and Forms of Social Life”, in Girolamo Imbruglia Edition, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p.29.

entanto longe de se concretizar. Mesmo que parte da nobreza se tivesse aproximado mais do rei, a outra parte afastava-se dos ideais políticos do monarca e do seu secretário de estado, Tanucci. Apesar das tentativas de centrar o poder máximo na figura do rei, nem Carlos de Bourbon, nem Tanucci no período da regência, foram suficientemente capazes de inverter totalmente a questão do poderio feudal. Em 1764, no contexto da grande fome, Tanucci responsabilizou a mais antiga nobreza e os senhores feudais pelas desgraças do reino, por estes desejarem sobretudo “dominar através de crimes e da jurisdição civil”.<sup>199</sup>

À semelhança dos nobres, também a Igreja desejava preservar o seu poder e influência na corte. No caso da Igreja, foi uma luta da qual Tanucci e os seus seguidores conseguiram sair parcialmente vitoriosos, especialmente no respeitante ao poder dos jesuítas, cuja ordem foi expulsa do reino em 1767, como veremos adiante. Porém, este sucesso político – a erradicação definitiva dos jesuítas do reino – só se concretizou quase uma década após a partida de Carlos VII para Espanha. Porque, até essa data, o reino enfrentou vários problemas, entre os quais um cataclismo de enormes proporções que desviou a atenção de Tanucci das demais questões políticas: a grande fome de 1764, causada por dois anos consecutivos de más colheitas.

A fraca colheita de cereais, que começou em 1763 e se agravou no ano seguinte, deu origem à maior fome do século naquele reino. Esta crise cerealífera não só gerou uma profunda carência alimentar nas populações de todo o reino, como esteve na origem de fortes epidemias que, juntamente com a fome, causaram a morte de milhares de pessoas num curto lapso de tempo. As perdas de vidas humanas (e de animais) foram devastadoras e as consequências financeiras agravaram-se, obrigando o governo a recorrer à importação de cereais (produto que normalmente exportava), o que custou milhões de ducados ao reino.

Perante este cenário de crise, o preço dos géneros alimentares sofreu uma forte inflação, o que trouxe dificuldades acrescidas à maioria da população, principalmente os mais pobres. Foi também neste período que parte da elite napolitana aproveitou para se beneficiar com a tragédia, aumentando (de forma ilegal e clandestina) a quantidade de

---

<sup>199</sup> RAO, Anna Maria, “The Feudal Question, Judicial systems and the Enlightenment”, in Girolamo Imbruglia Edition, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p.107

pão produzida, misturando à farinha normal uma porção de pó de mármore, num ato criminoso que provocou a morte, por infeções intestinais, a muitos consumidores.<sup>200</sup>

Recorra-se novamente às informações inscritas nos ofícios enviados pelos diplomatas portugueses acreditados em Nápoles, desta vez, por Aires de Sá e Melo que presenciou os primeiros indícios da grande fome. Ainda em 1763, Aires de Sá apercebeu-se como era escassa a colheita cerealífera daquele ano, reportando para Lisboa esclarecimentos sobre os prejuízos, que se intensificariam no ano seguinte.<sup>201</sup> Segundo o diplomata, *“as colheitas de trigo daquele ano não eram abundantes em nenhuma parte daquele reino sendo especialmente escassas nos campos mais próximos da cidade de Nápoles, no mês seguinte, o preço do trigo e da cevada subiu devido à escassez de oferta destes produtos.”*<sup>202</sup>

O desespero por alimentos levou muitos populares à revolta e à criminalidade, passando pelo pensamento de muitos que “o pão apenas podia ser obtido com uma pistola apontada; não podia ser comprado de modo pacífico.”<sup>203</sup> A situação piorou à medida que o tempo passava. Deu-se, então, o maior caso de fome daquele século, traduzida na subida generalizada da taxa de mortalidade num espaço temporal de apenas dois anos e a estimativa de 26.000 mortos na cidade de Nápoles.<sup>204</sup> Para proteção do jovem monarca napolitano, a corte e todos os membros do Conselho de Regência retiraram-se para a povoação de Caserta durante o período da fome.

A grande fome de 1763-1764 e as epidemias por ela causadas serviram de fundamento a uma intensificação das políticas reformistas no reino. A catástrofe aumentou em Tanucci a vontade de proceder a uma profunda transformação nos mecanismos de funcionamento do estado, mas, “apesar do seu notório esforço para reverter a situação, pouco conseguiu fazer. Com esta calamidade social vieram à tona alguns casos de corrupção que vigoravam em todo o reino, associados à influência da Igreja e ao feudalismo provinciano, mas principalmente ficaram expostas as grandes fragilidades

---

<sup>200</sup> ACTON, 1998, op.cit.pp.115 e 116.

<sup>201</sup> ANTT, MNE, Caixa 779 de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 09-08-1763.

<sup>202</sup> PEREIRA, 2010, op.cit, p.67.

<sup>203</sup> ACTON, 1998, op.cit. p.114.

<sup>204</sup> IMBRUGLIA, 2000, op.cit. p. 106.

das instituições regidas pelo estado.”<sup>205</sup> Com a intervenção dos órgãos institucionais cortada por poderes paralelos, a ação do Conselho de Regência foi sempre limitada pelo poder de atuação dos grandes monopolistas do reino e dos tribunais locais, também estes dirigidos por membros da nobreza. Esta situação fez surgir a opinião de “um novo grupo de autores, pensadores e professores, que começaram a fazer da reforma institucional e política a premissa para a recuperação económica e para a regeneração civil do reino”.<sup>206</sup>

A poderosa rede de influências da nobreza napolitana impediu, claramente, o bom sucesso de muitas das ideias reformistas de Tanucci. Após a grande fome de 1764, o secretário de estado tinha justificações bastantes para acabar com os privilégios excessivos de certos nobres. Começou por fazê-lo ao criar a “Giunta dell’Annono”, um órgão que deveria velar pelos interesses do estado, fiscalizando a conduta das elites. Com esta Junta Tanucci tentou submeter a aristocracia ao poder do estado absoluto.<sup>207</sup> Não o conseguiu, por ter encontrado opositores à sua política dentro do próprio Conselho de Regência. Alguns nobres com cargos relevantes nesse órgão opuseram-se e travaram a aprovação de muitas das normas por ele planeadas.<sup>208</sup>

Em 1767, Fernando IV, o jovem rei de Nápoles atingiu a maioridade, e pôde assumir a liderança do reino, deixando de ser necessária a existência de um Conselho de Regência, que então se converteu em Conselho de Estado, agora dirigido pelo rei, mas conservando todos os antigos conselheiros.

No novo contexto poucas coisas mudaram politicamente. O rei era pouco instruído, manifestava pouco interesse pelos assuntos públicos e não cuidava da governação, numa abdicação voluntária das suas responsabilidades que, na prática, correspondia a que outros decidissem por si: “assim como os regentes governaram o reino durante a sua menoridade, os seus ministros ou a sua mulher governaram-no depois da sua independência”.<sup>209</sup> Na realidade, o monarca preferia dedicar-se a atividades como a caça e a pesca, deixando a terceiros o governo do reino. Alguns autores atribuem, aliás,

---

<sup>205</sup> PEREIRA, 2010, op.cit, p.67.

<sup>206</sup> DAVIS, 2006,op.cit.p.36.

<sup>207</sup>IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.15.

<sup>208</sup> IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.36.

<sup>209</sup> COLLETTA, 1856, op.cit.pp.110 e 111.

a gritante impreparação do rei a uma negligência intencional dos seus tutores durante o período de formação do jovem soberano, deixando-o com aptidões mínimas na leitura e redação, e não falando outra língua para além do dialeto napolitano.<sup>210</sup>

Chegado à maioridade em 12 de janeiro de 1767, o primeiro ato legislativo de Fernando IV consistiu na expulsão dos jesuítas dos reinos de Nápoles e da Sicília, uma decisão que foi obviamente concebida, fundamentada e impulsionada por Bernardo Tanucci.<sup>211</sup> Como acontecera em Portugal, França e Espanha, foi a vez de Nápoles concretizar o objetivo de se livrar da Companhia de Jesus. Em Espanha, as acusações dirigidas aos jesuítas fundavam-se no seu suposto envolvimento nos tumultos populares de 1766, que provocaram o afastamento político de alguns dos ministros italianos que Carlos III trouxera de Nápoles. O motim teve consequências políticas que desagradaram ao monarca, pelo que após a realização de uma comissão de inquérito (em fevereiro de 1767), o rei Católico aprovou a expulsão dos jesuítas.<sup>212</sup>

Em abril desse mesmo ano chegou a Nápoles, através do representante diplomático de Espanha naquela corte, a decisão de Carlos III de afastar os jesuítas dos domínios espanhóis. Este acontecimento alertou os jesuítas de Nápoles para a forte probabilidade de, muito em breve, lhes acontecer o mesmo. Um mês mais tarde (em maio), Tanucci empenhou-se para que se procedesse à expulsão; no entanto, o rei parecia hesitante e à espera de um aval de seu pai, em Espanha. Para contornar este impasse, o secretário de estado solicitou ao rei Católico que manifestasse o seu entendimento sobre o assunto, ao que o monarca, com prudência e redobrada precaução, aconselhou que se fizesse em Nápoles o que tinha sucedido em Espanha, afirmando, no entanto, ser uma decisão que só o governo napolitano poderia pôr em prática.

Ao contrário de Fernando IV, os conselheiros de estado do rei de Nápoles, não tinham qualquer dúvida sobre o que deveria ser feito em relação aos jesuítas. Mais que os restantes, Tanucci estava ciente da necessidade de se justificar e argumentar com racionalidade os motivos que tornariam legítima a expulsão da Companhia de Jesus de Nápoles. Uma tarefa árdua que, ainda assim, soube resolver. Não podendo (como sucedera no caso português e francês) atribuir aos jesuítas qualquer culpa num eventual

---

<sup>210</sup> FERRYBRIDGE, 2010, op.cit.p.168.

<sup>211</sup> COLLETTA, 2009, op.cit.pp.9 a 12.

<sup>212</sup> CHADWICK, 1981, op.cit.p.360.

crime de lesa-majestade, baseou-se na influência negativa que poderia advir dos jesuítas em Nápoles, cujos princípios eram semelhantes aos dos seus congéneres expulsos de Espanha, alegando que eram notoriamente inimigos das casas reais da família Bourbon, argumentando ainda existir o temor de uma possível vingança jesuítica em Nápoles devido à ordenação do seu desterro por outras cortes europeias.<sup>213</sup>

Tanucci agiu com perspicácia, eficácia e rapidez na questão jesuítica, atribuindo aos padres desta ordem religiosa atos imorais e ideologias que os tornavam perigosos e uma séria ameaça às casas borbónicas. A expulsão dos jesuítas de Nápoles foi, porém, adiada alguns meses, devido a uma erupção do vulcão Vesúvio, que temporariamente desconcentrou o governo desta questão. Não foi, contudo, motivo bastante para impedir o que estava já decidido: entre o fim de outubro e o início de novembro de 1767, todos os jesuítas no reino foram obrigados a abandonar aqueles domínios.<sup>214</sup>

Mesmo sendo um católico convicto, Tanucci considerava que os jesuítas representavam um grande entrave às reformas que queria implementar em Nápoles, por terem detido durante séculos uma esmagadora influência, além de propriedades e riqueza no reino. É, aliás, possível afirmar que devido à expulsão dos jesuítas a limitação da propriedade eclesiástica nas Duas Sicílias foi provavelmente a reforma mais relevante do governo de Tanucci.<sup>215</sup> Indiferente à política, o soberano de Nápoles assinou a expulsão dos jesuítas com base nas vontades e planos de Bernardo Tanucci, o que permitiu a expropriação das propriedades da Companhia de Jesus em benefício da coroa, a maioria das quais seriam destinadas a políticas de caridade e obras públicas.<sup>216</sup>

O próximo passo de Tanucci no confronto com os jesuítas foi dado no âmbito da política externa do reino. Depois de cumprir o objetivo de expulsar os jesuítas dos domínios régios de Nápoles, pretendeu posteriormente aliar-se à campanha internacional iniciada pelo Marquês de Pombal em Portugal e apoiada por Espanha e

---

<sup>213</sup> GARCÍA, Juan Antonio Alejandro, Sánchez María Jesús Torquemada, “La expulsión de los Jesuitas del Reino de Nápoles: Algo más que una Obsesión”, in *Cuadernos de Historia del Derecho*, nº7, 2000, pp.233, 239, 240, 244, 249 e 250.

<sup>214</sup> CHADWICK, 1981, op.cit.p.363.

<sup>215</sup> MILLER, Samuel J, *Portugal and Rome 1748-1830 An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978, p.20.

<sup>216</sup> COLLETTA, 1856, op.cit.p.115.

França, de apelo à abolição total da Companhia de Jesus, uma decisão que, contudo, dependia única e exclusivamente da Santa Sé.

Com a finalidade de continuar a perseguir os jesuítas, mas sobretudo como forma de pressionar Roma para que extinguisse a Companhia de Jesus, Tanucci mandou cercar as cidades papais de Benevento e Pontecorvo. Esta acção – semelhante à que os franceses estavam a realizar nos territórios apostólicos de Avignon – obrigou o Papa Clemente XIII a escutar as intenções das monarquias borbónicas. O Sumo Pontífice ainda tentou obter o apoio da Áustria – que era favorável à causa dos padres jesuítas –, mas esse auxílio foi recusado pela Imperatriz Maria Teresa, que optou por uma atitude de neutralidade, possivelmente devido à sua pretensão de casar uma das filhas com o rei de Nápoles.

Esta questiúncula entre as cortes Bourbon e Roma teve origem em 1768, quando de Espanha foram dadas instruções para que Nápoles cercasse as cidades de Benevento e Pontecorvo. Nesse momento, estando ambas as cidades já rodeadas pelas tropas napolitanas, Tanucci fez crer aos habitantes locais que se tratava de uma anexação permanente, reclamando os direitos de posse do rei das Duas Sicílias àqueles territórios. Durante esta contenda, Tanucci ordenou, ainda, a expulsão de todos os jesuítas residentes nos dois territórios que estavam sitiados.

Posteriormente, no ano de 1773, quando foi negociada com a Santa Sé a extinção da Companhia de Jesus, a reivindicação dos direitos do rei de Nápoles sobre os territórios pontifícios de Benevento e Pontecorvo – que se encontravam dentro das fronteiras do reino napolitano – esmoreceu. Com a cedência do Papa ao desejo das cortes borbónicas de extinguir a Companhia de Jesus, deixou de haver motivo para se manter a ocupação das duas cidades.<sup>217</sup>

Como se tem vindo a observar, desde que Carlos de Bourbon subiu ao trono de Nápoles, em 1734, este reino voltou a estar fortemente ligado a Espanha e na sua esfera de influência, não obstante o seu estatuto formal como estado independente e soberano. Este enquadramento iria alterar-se 34 anos depois, já durante o reinado de Fernando IV. A partir de 1768 – ano em que o rei de Nápoles desposou a princesa austríaca Maria

---

<sup>217</sup> CECHIELLO, Gaetano, “La Estrategia Antiromana de Bernardo Tanucci Ante Los Acontecimientos de 1768”, in *Revista de Historia Moderna*, nº18, Universidad de Alicante, 2000, pp. 41, 49, 50, 56 e 57

Carolina, filha da Imperatriz Maria Teresa de Habsburgo – a ascendência que a coroa espanhola tinha sobre a corte de Nápoles começou gradualmente a desvanecer-se. Com a chegada da futura rainha Maria Carolina a Nápoles, a influência austríaca ganhou cada vez mais força na corte napolitana. Após uma primeira tentativa da Imperatriz Maria Teresa em casar Maria Carolina com o futuro rei de França, Luís XVI – que viria a contrair matrimónio com outra das suas filhas: a fatalmente conhecida Maria Antonieta –, a soberana austríaca optou por casá-la com o rei napolitano.<sup>218</sup>

Nascida em Viena, em 13 de agosto de 1752, Maria Carolina foi a décima filha da Imperatriz Maria Teresa e do Imperador Francisco I.<sup>219</sup> Esta princesa não foi, no entanto, a primeira escolha da Imperatriz para o matrimónio com Fernando IV. Antes dela, uma outra filha, a arquiduquesa Maria Josefa, esteve prometida ao soberano de Nápoles desde que este tinha 13 anos de idade.<sup>220</sup> Mas Maria Josefa viria a falecer, por doença, em outubro de 1767, precisamente na data em que deveria selar o seu casamento com o rei napolitano.<sup>221</sup>

Ao receber a notícia, Fernando IV endereçou para Viena as suas condolências, aproveitando para solicitar à Imperatriz que lhe concedesse em casamento outra das suas filhas. Na sequência desse pedido, Maria Teresa ordenou o envio dos retratos de duas das suas filhas (Maria Amália e Maria Carolina) para a corte de Espanha, uma delas mereceu a aprovação do rei Católico e tornar-se-ia rainha de Nápoles. Como já referido, a escolhida foi Maria Carolina, cuja idade mais se aproximava de Fernando IV, tendo apenas menos um ano que o monarca.<sup>222</sup>

Fernando IV e Maria Carolina casaram-se por procuração em 7 de abril de 1768, realizando-se cerca de um mês mais tarde, já com a presença da consorte em Nápoles, uma cerimónia no palácio de Caserta. Maria Carolina tornou-se rainha com apenas 16 anos de idade e da sua união com Fernando IV nasceram 17 infantes.<sup>223</sup> Este casamento veio provocar uma mudança gradual no cenário político napolitano. Embora os

---

<sup>218</sup> FRASER, Antonia, *Marie Antoinette: The Journey*, New York, Anchor Books, 2001, p.30

<sup>219</sup> VOVK, 2009, op.cit.p.95.

<sup>220</sup> ACTON, 1998, op.cit.p.127.

<sup>221</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-10-1767 e de 27-10-1767.

<sup>222</sup> ACTON, 1998, op.cit.p.130.

<sup>223</sup> VOVK, 2009, op.cit.p.102

primeiros tempos em Nápoles tenham sido de difícil adaptação para Maria Carolina, dadas as grandes diferenças entre aquele reino meridional e a imponência de Viena, a jovem rainha rapidamente pôs em prática os conselhos que sua mãe lhe transmitiu: gerar filhos para, assim, possuir legitimamente poder decisório, dado o rei parecer não se importar de “ser governado por outros”.<sup>224</sup> O espírito de liderança e a ambição da rainha de Nápoles em querer manipular o marido, colidiam com os arbítrios do poderoso secretário de estado, Bernardo Tanucci, que sobre a soberana escreveu ter-se mostrado “dotada de grandes talentos, ativa, ousada, completamente sem escrúpulos nos meios que usou para gratificar as suas ambições e amor pelo domínio”.<sup>225</sup>

Não tardou até que Maria Carolina entrasse em conflito com o principal dos conselheiros do marido, dada a tenaz oposição que Tanucci manifestou aos seus projetos. Os dois foram protagonistas em Nápoles da divergência existente entre a preponderância espanhola, sustentada por Tanucci, e a influência austríaca fortalecida através da soberana. Na prática, só após o afastamento político de Tanucci se deu uma ingerência quase total por parte da Áustria e dos Habsburgo nas linhas da política externa napolitana. Com a passagem do tempo, a influência de Espanha foi diminuindo, o mesmo acontecendo ao maior protetor deste vínculo com a corte católica, Bernardo Tanucci, saindo vencido do confronto com todos os que circundavam a rainha, entre os quais se contavam muitos maçons, totalmente desafetos ao secretário de estado.

De facto, supõe-se que a rainha Maria Carolina, à semelhança de seus irmãos – o Imperador José II e Leopoldo, Grão-Duque da Toscana – terá simpatizado e aderido às ideias maçónicas, apoiando as lojas que a maçonaria clandestinamente criara em Nápoles. Estas lojas eram, na sua maioria, compostas e frequentadas por indivíduos ligados às ciências e ao direito e, embora a sua existência estivesse proibida desde 1751, recrudesceram com o apoio da rainha.<sup>226</sup> Na realidade, durante anos o governo terá revelado alguma negligência na verificação prática daquela medida proibicionista, assim permitindo a expansão da maçonaria no reino, por a atenção dos governantes (e especialmente de Tanucci) ter-se centrado na perseguição aos jesuítas e na destituição do seu património e rede de poder. Tanucci acabaria por ser uma das principais vítimas

---

<sup>224</sup> VOVK, 2009, op.cit.p.103.

<sup>225</sup> FERRYBRIDGE, 2010, op.cit.p.173.

<sup>226</sup> ASTARITA, 2006, op.cit.p.112 e 113.

dessa mesma negligência, dado ter havido o envolvimento concreto de membros da maçonaria no seu afastamento político, em 1776. Houve ainda uma tentativa tardia de Tanucci para combater os “pedreiros-livres”, em 1775, com o diploma régio de proibição das reuniões da maçonaria, mas este decreto real teve pouco ou nenhum efeito dado o apoio que a maçonaria recebia por parte da rainha.<sup>227</sup>

A pretensão da rainha de ser parte ativa na governação ganhou precisamente mais força em 1775, com o nascimento do primeiro filho varão, Carlo Tito. A partir do momento em que Maria Carolina deu um herdeiro à coroa de Nápoles, achou-se no direito de reivindicar um lugar no Conselho de Estado, como ficara consignado no contrato de casamento com Fernando IV. Desta forma, poderia envolver-se na política do reino e contrariar a governação de Tanucci.<sup>228</sup>

A reclamação pela rainha do direito de voto no Conselho de Estado contou com a oposição direta e frontal de Tanucci, que discordava em absoluto que a soberana interferisse nas decisões políticas do reino. Tanucci tentou, aliás, impedir este intento da soberana, mas em vão. Com o apoio dos opositores a Tanucci no próprio Conselho de Estado, Maria Carolina conseguiu o seu objetivo. A partir desse momento, a influência política de Tanucci começou a definhar, até a sua saída da cena política ser definitivamente consumada em outubro de 1776. Após 44 anos na chefia do governo de Nápoles, Tanucci foi exonerado das suas secretarias de estado, não exercendo, um ano mais tarde qualquer cargo na corte. Acabaria por se mudar para uma casa de campo onde permaneceu até ao fim da sua vida, em 1783. Nos últimos tempos viveu com pouco dinheiro e longe de qualquer intervenção ou contacto com o rei.

Em substituição de Tanucci foi nomeado um diplomata com afinidades à corte austríaca: Giuseppe Beccadelli Bologna, Marquês de La Sambuca, que já havia exercido o cargo de embaixador de Nápoles na corte de Viena. Não surpreendendo que tenha sido sempre um aliado e apoiante da rainha desde a chegada desta à corte de Nápoles, o que lhe valeu o mais elevado cargo político entre os secretários de estado.<sup>229</sup> No passado ficou todo o trabalho político de Tanucci, a sua herança, os seus sucessos e insucessos

---

<sup>227</sup> BENIMELI, José A. Ferrer, *La Masoneria Española en el Siglo XVIII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1986, p. 448.

<sup>228</sup> *Idem. ibidem*, p. 448.

<sup>229</sup> COLLETTA, 1856, op.cit.pp.142 e 143.

na tentativa de concretizar uma reforma regalista do estado napolitano, assim como ficou a influência política de Carlos III e de Espanha em Nápoles.<sup>230</sup>

### ***1.3 As Relações Diplomáticas Bilaterais: Tipo de Representação e Enquadramento Político.***

Remetendo grande parte deste estudo para a importância que teve a diplomacia no quadro das relações bilaterais entre Portugal e Nápoles, parece fundamental, desde já, e antes de passar para a análise mais detalhada de cada um dos agentes diplomáticos que compõem este trabalho, apresentar alguns esclarecimentos preliminares sobre o funcionamento das representações diplomáticas, mais concretamente no que respeita ao carácter, preparação e relevância dos ministros plenipotenciários de Nápoles em Lisboa e de Portugal na corte napolitana.

No início da década de 50 do século XVIII, inaugurou-se oficialmente – com as nomeações dos ministros plenipotenciários, José da Silva Pessanha e Carlos de Guevara – a instituição das legações diplomáticas entre Portugal e o reino de Nápoles, o que evidencia uma evolução na importância das relações diplomáticas entre os dois reinos.

Sendo os diplomatas os representantes dos estados soberanos junto das cortes estrangeiras deve ter-se em consideração a posição na hierarquia, que correspondia ao grau de relevância das relações entre os Estados. Assim, o monarca nomeava cada diplomata consoante a importância do seu carácter (categoria) – que era proporcional à importância do reino da sua acreditação. Tanto o protocolo como o cerimonial seguido por cada diplomata estava, por conseguinte, dependente do seu carácter.

Como escreveu M.S. Anderson, o diplomata do século XVIII deveria ser “modesto, controlado e discreto. Tinha de ser sagaz e fazer bons julgamentos, ser paciente e ao mesmo tempo firme na manutenção dos interesses do governante que representa. Tinha de ser um orador fluente e persuasivo.”<sup>231</sup> Embora estas características do “diplomata

---

<sup>230</sup>TANUCCI, Bernardo, *Epistolario*, volume. IX, 1760-1761, a cura di M. G. Miorini, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, pp.10 e 14.

<sup>231</sup>ANDERSON, Matthew Smith, *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919*, London, Pearson Education, 1993, p.45.

ideal”apresentado por Anderson fossem desejáveis nem sempre correspondiam ao perfil dos nomeados, sobretudo dos diplomatas com carácter secundário, como um ministro plenipotenciário.

Um exemplo representativo é o de Aires de Sá e Melo, nomeado sem possuir qualquer preparação diplomática ou experiência antes da sua enviatura para Nápoles e sem dominar outra língua que não fosse o português, o que não o impediu de cumprir com a sua função em Nápoles e de ser, posteriormente, promovido a embaixador em Espanha. Refira-se ainda que, durante o período em estudo, se verificou uma diminuição das imposições relativamente à formação académica dos diplomatas<sup>232</sup>, pelo que “a partir do pombalismo o peso dos diplomatas com uma licenciatura diminuiu bastante.”<sup>233</sup>

Para as missões diplomáticas mais importantes eram nomeados embaixadores ordinários, que, por norma, desempenhavam missões permanentes. Quando as missões tinham um carácter temporário, enviavam-se os embaixadores extraordinários. Os ministros plenipotenciários ocupavam um lugar secundário na hierarquia diplomática, atribuindo-se-lhes na maioria dos casos uma representação do seu país junto de uma corte estrangeira de menor relevo.<sup>234</sup>

No período em análise (1750-1777) constata-se que, no caso de Portugal, o número de missões diplomáticas aumentou, como se verificou com as missões de Portugal no reino de Nápoles, inexistente até 1753. Também nesta época ampliou-se o número de missões a cargo de indivíduos não pertencentes à alta nobreza. Aires de Sá e Melo, o seu antecessor, José da Silva Pessanha, e o diplomata que lhe sucedeu, José de Sá Pereira, são três exemplos elucidativos.

Relativamente às nomeações para a Legação de Portugal em Nápoles – e, presumivelmente pelos mesmos motivos, para a legação de Nápoles em Portugal – a nomeação de um ministro plenipotenciário em vez de um embaixador explica-se pelo facto de estas cortes representarem reciprocamente uma importância secundária,

---

<sup>232</sup>CARDIM, Pedro, David Felismino, Nuno Gonçalo Monteiro, “A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *OptimaPars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp.315, 316 e 327.

<sup>233</sup>Idem, *ibidem*, p.325.

<sup>234</sup>Idem, *ibidem*, p.287 a 288.

entendendo-se não ser necessário indigitar um diplomata de estatuto mais elevado e dispendioso.<sup>235</sup>

No entanto, e diversamente do que era mais habitual, em que as missões dos ministros plenipotenciários apenas tinham uma duração média máxima de um ano,<sup>236</sup> tal não aconteceu com nenhum dos ministros portugueses colocados em Nápoles nem com a maioria dos napolitanos que chefiaram a legação em Lisboa, registando-se, em todos os casos, estadas superiores a um ano.

Em Portugal, o órgão de governo responsável pelas legações diplomáticas era a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, devendo os diplomatas reger-se segundo as instâncias por ela pautadas. Os procedimentos resultantes das missões eram transmitidos através da correspondência trocada entre os diplomatas e o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Antes de se analisar a atividade do consulado de Nápoles em Lisboa, o que se verificará no capítulo seguinte, faça-se um breve balanço sobre o papel dos cônsules e dos consulados no século XVIII, e do seu estatuto na diplomacia. Primeiramente deve ter-se presente que as características dos consulados e dos seus titulares, bem como as atividades por eles desempenhadas, sofreram alterações e evoluíram ao longo da época moderna.<sup>237</sup>

Os cônsules e respetivas atividades tiveram a sua origem no comércio internacional, tendo os primeiros consulados sido estabelecidos nas cidades portuárias do Mediterrâneo.<sup>238</sup> Relativamente à localização dos consulados, a península itálica, especialmente a longa faixa costeira de Génova a Nápoles, era onde existia a maior concentração de consulados. Normalmente, o representante consular era escolhido entre indivíduos com bons conhecimentos da atividade e alguma influência na cidade de

---

<sup>235</sup> Idem, *ibidem*, pp. 307 e 308.

<sup>236</sup> Idem, *ibidem*, p.314.

<sup>237</sup> AGLIETTI, Marcella, “The Consular Institution Between War and Commerce, State Nation: Comparative Examples in Eighteenth Century Europe” in, Antonella Alimento Edition, *War, Trade and Neutrality: Europe and the Mediterranean in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Milano, Franco Angeli Storia, 2011, p. 41.

<sup>238</sup> BERRIDGE, G, *Diplomacy, Theory and Practice*, 4<sup>th</sup> edition, Basingstoke, Palgrave, 2010, p.125.

acreditação do consulado, que falasse e entendesse a língua local e que estivesse a par dos costumes da região.<sup>239</sup>

Durante o século XVIII o crescimento do comércio internacional criou, em muitos estados europeus, a necessidade de aperfeiçoar o sistema consular, o que conduziu a alterações nas funções dos cônsules através de uma definição mais rigorosa dos seus cargos e poderes. Para algumas nações foi-se também tornando mais evidente que a atividade consular deveria ter um caráter de representação governamental. Porém, a prestação deste serviço com um tal cariz e sob alçada das secretarias de estado dos Negócios Estrangeiros só viria a assumir, de modo sistemático, uma natureza oficial no início do século XIX.<sup>240</sup>

Acrescente-se que, no quadro da representação diplomática, o cônsul tinha um estatuto específico e algo diferente dos agentes diplomáticos, fossem eles embaixadores ou ministros plenipotenciários. Enquanto os diplomatas, geralmente recrutados na nobreza, cumpriam os seus serviços numa relação de maior proximidade e dependência funcional e política com as respetivas cortes, os cônsules, normalmente oriundos de famílias de classe média, “andavam em torno dos portos marítimos.”<sup>241</sup>

Salvo algumas exceções, “até ao século XX o serviço consular e o serviço diplomático tinham burocracias separadas.”<sup>242</sup> Os diplomatas estavam incumbidos da representação e das relações de “alta política” entre os estados, como o trato nos assuntos contenciosos de fronteiras e guerras, a criação ou consolidação de alianças e questões relativas ao estabelecimento da paz. Por sua vez, os cônsules encarregavam-se das relações comerciais, facilitando os trâmites de comercialização, tratando da documentação necessária, vigiando o valor das mercadorias transacionadas e dos navios e protegendo os direitos dos mesmos. “Um cônsul ou cônsul geral num importante porto, fazia habitualmente mais ou menos o mesmo tipo de trabalho em relação à autoridade regional que um diplomata em relação ao poder central.”<sup>243</sup>

---

<sup>239</sup> AGLIETTI, 2011, op.cit. p.49.

<sup>240</sup> BISWANATH, Sen, *Diplomat's Handbook of International Law and Practice*, The Hague, Nijhoff, 1965, p.203.

<sup>241</sup> BERRIDGE, 2010, op.cit.p.127.

<sup>242</sup> CARROLL, Francis M., *The American Presence in Ulster: A Diplomatic History 1796-1996.*, Washington D.C, The catholic University of America Press, 2005, p.21.

<sup>243</sup> BERRIDGE, 2010, op.cit.p.127.

## **Conclusão**

Neste longo capítulo, que tem um carácter introdutório e de enquadramento para o resto da tese, procurámos traçar, para o período em apreço, um quadro sumário de como se apresentavam, como evoluíram, quais eram os principais atores políticos e que paralelismos se podem estabelecer entre os dois países cujo relacionamento constitui objeto deste trabalho.

No caso português, este período é incontornavelmente dominado pela figura e pela acção política do Marquês de Pombal, sem dúvida o mais poderoso secretário de estado do executivo de D. José I e, para muitos autores, o mais poderoso governante do regime monárquico em Portugal. Na história do Antigo Regime português, Sebastião José de Carvalho e Melo acabaria por ser merecedor de mais destaque que o próprio rei, ao concentrar na sua pessoa, em termos práticos, o exercício do poder decisório e a direcção das políticas de governo.

Na presente tese não se separa a ascensão de Pombal daquele que foi talvez o grande ‘trampolim’ da sua promoção política e causa de uma maior proximidade ao rei: o terramoto de 1 de Novembro de 1755. A destreza de Carvalho e Melo na gestão dos trabalhos de reconstrução da cidade e na restituição da ordem pública após a catástrofe cativou de tal modo D. José, que o soberano fez dele o seu mais importante servidor, autorizando a concretização das suas ideias reformistas e o exercício de uma acção governativa centralizadora, em que a soberania do estado se sobrepunha a qualquer outra entidade.

Na verdade, a resposta à catástrofe e a reconstrução do país ocorrem em simultâneo com a congeminação de um novo sistema de governo liderado por Carvalho e Melo e assegurado por um conjunto de colaboradores fiéis aos ideais do poderoso secretário de estado. Surge desta forma o Pombalismo, entendido como um projeto político plural que, embora centrado em Pombal, refletiu igualmente os desígnios e os esforços de quem o rodeava, apoiava ou dele esperava obter benefícios, permitindo, assim, a implantação de todas as mudanças administrativas, políticas e económicas por iniciativa do estado, genericamente designadas como reformas pombalinas.

Não obstante algumas das políticas pombalinas se enquadrarem nos parâmetros iluministas em voga na época, as particularidades que caracterizam o governo de Pombal podem ser interpretadas como configurando um caso singular entre os modelos de absolutismo reformista ou esclarecido que vingaram na Europa.

Nesta matéria, uns autores defendem que Pombal foi, à sua maneira e de acordo com as especificidades nacionais, um déspota esclarecido semelhante a outros governantes em cortes europeias; outros autores consideram que Pombal traiçou o espírito iluminista, não colocando em prática os seus princípios, como por exemplo, a separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) preconizada por Montesquieu. Este trabalho não se propõe alinhar por nenhuma das posições em confronto: admite a coerência tanto das teses que sustentam a existência de um despotismo esclarecido no caso português, como das que advogam a inconformidade das ações de Pombal com os ideais das Luzes. Para efeitos do presente trabalho, apenas é suficiente reconhecer que Pombal foi responsável por um amplo programa reformista, visando a modernização e o desenvolvimento do país, e a eliminação de alguns dos obstáculos e desigualdades que, no seu diagnóstico, se opunham a esses objetivos.

Pombal foi, nomeadamente, bem sucedido no afastamento dos opositores, em particular os jesuítas e importantes altos dignitários da nobreza portuguesa, cujo poder poderia ter obstaculizado o seu programa reformista, caso não tivesse agido no sentido de aniquilar a influência que detinham nas redes decisórias. O processo dos Távoras – que culminou com a detenção e morte dos principais membros desta família pertencente à nobreza de sangue – é o momento que ilustra melhor a eficácia de Pombal na sua ‘cruzada’ contra alguma da nobreza mais influente do reino.

Pese embora o reconhecimento de vários resultados da administração do Marquês de Pombal, não se pode negar a existência de lacunas na sua ação política – a mais profunda foi, porventura, a incapacidade para acabar ou reduzir com a dependência de Portugal face à Inglaterra, especialmente em matérias referentes ao comércio e ao exército. A premência em preservar a aliança luso-britânica foi uma constante ao longo do reinado de D. José, situação que se agravou na década de 60 com a guerra ibérica, cujo desfecho menos desfavorável para Portugal se deveu ao auxílio militar e diplomático patrocinado pela Inglaterra.

Na segunda parte deste capítulo – no qual se examinou a formação do reinado da casa de Bourbon em Nápoles, a partir de 1734 – procurou traçar-se um paralelismo com o caso português, apresentando o percurso e a atuação da figura política mais proeminente no governo napolitano: o marquês Bernardo Tanucci. O seu trabalho como titular da pasta da Justiça e a crescente proximidade ao rei Carlos de Bourbon contribuíram em grande parte para que fosse depositário da mais alta confiança do monarca que o nomeou para a chefia do Conselho de Regência, órgão vigente no Reino de Nápoles entre os anos de 1759 e 1767.

Esta breve descrição da história de Nápoles apresenta os momentos mais marcantes da vida política napolitana e as principais propostas reformistas de Tanucci. Verificando-se que, à semelhança do que sucedera no caso português, Tanucci entendeu ser necessário tentar travar os opositores às reformas pretendidas, em Nápoles como em Portugal, também eles, membros da alta nobreza e da Igreja.

Embora alguns planos reformistas pretendidos para Nápoles possam assemelhar-se ao projeto político pombalino, ao analisar a história dos dois reinos constata-se que, apesar de muitas finalidades em comum, os meios e o desfecho das reformas tentadas em Nápoles foram diferentes das aplicadas em Portugal. Nápoles foi, sem dúvida, a pátria de importantes teóricos das Luzes, como Galiani e Genovesi, mas era também um reino onde a nobreza fundiária detinha um poder de tal modo influente que impedia o avanço de qualquer reforma política que pusesse, de facto, em causa os seus privilégios socioeconómicos e interesses na condução dos assuntos de estado.

A um nível estritamente teórico, a ilustração napolitana foi certamente muito rica, tendo as ideias dos atrás referidos pensadores, entre outros, se difundido por toda a Europa. No entanto, a capacidade para concretizar na prática as alterações políticas, sociais e económicas defendidas por esses mesmos teorizadores, foi em diversos casos inconsequente ou bloqueada. Em relação à Igreja, as políticas de Tanucci acabaram por seguir um rumo idêntico às de Pombal: a diminuição das imunidades e regalias das ordens religiosas e a expulsão dos jesuítas, em 1767.

O fim político de Pombal, em 1777 assinalou também o fim de um período de reformas, sendo inegável a supremacia decisória que deteve durante o reinado de D. José. No caso de Tanucci, em Nápoles, verifica-se que a sua dispensa política em 1776, também acarretou uma série de mudanças contrárias à orientação que seguira enquanto governou. A influência que a coroa espanhola detinha no Reino de Nápoles – exercida

através de Tanucci em concertação com as diretrizes emanadas de Madrid – finda quando este ministro é afastado do governo, iniciando-se um novo ciclo político mais consonante com os interesses da casa de Áustria, representada em Nápoles pela rainha Maria Carolina e seus aliados políticos, opositores declarados de Tanucci.

Por último, neste primeiro capítulo, pretendeu-se fazer uma breve descrição da diplomacia e do aparelho diplomático setecentista – o oficial e o paralelo (consular) –, do seu funcionamento e da hierarquia dos seus representantes. Aí se pôs em evidência que a categoria dos representantes diplomáticos trocados entre Portugal e Nápoles – a de “ministros plenipotenciários” – traduzia a importância relativamente secundária que um e outro estado se reconheciam mutuamente na respetiva política externa, não se justificando a nomeação de um representante mais qualificado (e mais dispendioso), como seria um “embaixador”.

## **Capítulo 2**

# **Representação diplomática portuguesa em Nápoles**

Com o propósito de deslaçar o emaranhado de vias de contato que caracterizavam o intercâmbio informativo entre os reinos de Portugal e Nápoles destaque-se desde já que a representação oficial nas duas cortes através da acreditação recíproca de ministros plenipotenciários, só se iniciou em 1753 com as enviaturas de D. Carlos de Guevara para a legação de Nápoles em Lisboa e de José da Silva Pessanha para a legação portuguesa na corte napolitana. Porém, deve ressaltar-se que em Lisboa já existia, pelo menos desde 1741, uma representação das Duas Sicílias a nível consular, como se verificará mais adiante.

Quanto à legação de Portugal em Nápoles contaria ainda, até 1777, com outros dois diplomatas. Entre 1759 e 1764 foi ocupada por Aires de Sá e Melo – primo de Sebastião José de Carvalho e Melo e um dos seus homens de confiança – a quem se seguiu José de Sá Pereira, cuja estada em Nápoles perdurou muito para além do fim do governo pombalino: chegou como ministro plenipotenciário no ano de 1765 às Duas Sicílias, onde permaneceu até 1808.

São estes três ministros plenipotenciários que protagonizam, do lado português, os contactos oficiais e diretos entre as duas cortes, a eles se devendo o maior volume de informação expedido de Nápoles para Portugal, através dos inúmeros ofícios que semanalmente redigiam para a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Neste capítulo pretende-se evidenciar o perfil dos três diplomatas (Pessanha, Sá e Melo e Sá Pereira) e dar a conhecer o papel por eles desempenhado ao serviço do reino de Portugal.

Centenas de ofícios redigidos por estes três ministros plenipotenciários foram endereçados e enviados da legação de Portugal em Nápoles ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em Lisboa. Muito do conteúdo destes escritos diplomáticos será apresentado ao longo do presente trabalho. Encontram-se ainda no conjunto de documentos analisados algumas cartas particulares que os três diplomatas dirigiram a Pombal ou a D. Luís da Cunha Manuel.<sup>244</sup>

As missões diplomáticas orientavam-se, em regra, pelas instruções emanadas pela corte de origem – uma espécie de guia comportamental e de orientação política pelo qual o diplomata deveria pautar a sua conduta e atuação junto da corte estrangeira para onde era destacado. É nestas instruções que, como já foi observado por Ana Leal de Faria, se “encontram numerosos retratos de personalidades políticas com que o embaixador terá de contactar quando ocupar o seu posto; pedem-se e dão-se também informações sobre determinadas pessoas e, sobretudo, sobre o processo negocial e político.”<sup>245</sup>

Relativamente às instruções dos ministros de Portugal em Nápoles, apenas se conhecem as que foram transmitidas a Aires de Sá e Melo, as quais serão abordadas mais à frente, aquando da análise da sua missão. As instruções passadas a Silva Pessanha e a José de Sá Pereira permanecem ignoradas, seja porque se perderam ou seja porque eventualmente nunca chegaram a existir. No caso de Pessanha, admite-se que as suas instruções se tenham perdido por efeito do terramoto, a exemplo do que aconteceu com grande parte dos ofícios, e outra documentação, que enviou de Nápoles entre o início da sua missão em 1753 e a data do terramoto em 1 de novembro de 1755.<sup>246</sup>

Neste capítulo, as referidas três missões diplomáticas são abordadas cronologicamente, analisando-se primeiramente a missão de Silva Pessanha, que decorre entre 1753 e setembro de 1759. A década de 1750 assinala o início das relações diplomáticas oficiais entre os Bourbon de Nápoles e o reino de Portugal, reforçando a ideia de que algo sucedido em 1753 espoletou a necessidade de instalar emissários diplomáticos nos dois

---

<sup>244</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para Carvalho e Melo, de 20-04-1762.

<sup>245</sup> FÁRIA, Ana Maria Homem Leal, *O Tempo dos Diplomatas. Estudo sobre o Processo de Formação da Diplomacia Moderna e o Seu Contributo na Tomada de Decisão Política*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2003/2004, p.51.

<sup>246</sup> DOMINGOS, Manuela D, *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do Coleccionador à Biblioteca Publica*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998, p.27.

reinos, dado que até esse ano as duas cortes se contactavam apenas, quando necessário, por intermédio dos embaixadores espanhóis.

Entre 1753 e 1756, o principal recetor dos ofícios redigidos por José da Silva Pessanha foi Sebastião José de Carvalho e Melo, que então chefiava a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo substituído em 1756 por D. Luís da Cunha Manuel, que exerceu o cargo durante os dezanove anos seguintes. A partir de 1775 o cargo seria ocupado precisamente por um antigo ministro plenipotenciário no reino napolitano, Aires de Sá e Melo.

Carlos VII, que reinava desde 1736 nas Duas Sicílias, foi forçado a abdicar a favor de um dos seus filhos devido à morte do rei de Espanha, seu irmão, no ano de 1759, por este acontecimento o formalizar como herdeiro do trono espanhol. No decurso desta troca de tronos é ordenado a Silva Pessanha que se mude da legação de Nápoles para a de Madrid, passando a ser o embaixador português junto do novo rei Católico.

O sucessor de Pessanha em Nápoles é Aires de Sá e Melo, um ministro muito próximo de Pombal. Uma decisão algo estranha por ser enviado para uma corte cuja importância seria aparentemente secundária no quadro da política externa portuguesa. A estadia de Sá e Melo em Nápoles ocorre num período em que o reino era governado por um Conselho de Regência liderado por Bernardo Tanucci devido à menoridade do novo soberano, Fernando IV.

À semelhança do percurso efetuado por José da Silva Pessanha, Sá e Melo segue em 1763 para Madrid como embaixador, deixando a legação de Nápoles para o seu substituto, José de Sá Pereira. Este representante diplomático é nomeado ainda em 1764, mas chega a Nápoles em março 1765, onde assistirá ao período final do Governo de Regência, mas também à expulsão dos jesuítas e ao afastamento político de Tanucci, em 1776. A partir destas notas iniciais, analise-se, então, o perfil e a atuação de cada um destes três ministros plenipotenciários portugueses junto da corte napolitana no tempo do ministério pombalino.

### ***2.1. José da Silva Pessanha (1753-1759)***

Nascido a 11 de abril de 1717, como filho ilegítimo do nobre D. Miguel da Silva Pessanha e de Antónia Luísa da Silva, José da Silva Pessanha é o primeiro diplomata a

ser acreditado no reino de Nápoles. Sobre as suas raízes sabe-se que foi batizado na paróquia da freguesia dos Mártires a 8 de junho de 1717.<sup>247</sup> E que o pai conseguiu torná-lo seu válido herdeiro, em 1719, através de um requerimento dirigido ao rei D. João V. Sendo o apelido Silva Pessanha de formação recente – nascente de uma junção familiar já do século XVIII –, o primórdio representante deste patronímico foi o seu pai Miguel da Silva Pessanha, oriundo de Elvas. Em 1729 é concedida a José da Silva Pessanha a honra de ser armado cavaleiro. É também nomeado Moço Fidalgo da Casa Real em 1743 – ainda durante o reinado joanino – e é elevado à condição de Fidalgo escudeiro em 1744.<sup>248</sup>

No que respeita à sua vida pessoal, foi a estada em Nápoles que lhe permitiu conhecer a futura esposa, a nobre napolitana D. Leonor Spinelli, filha de Sebastião Spinelli, Príncipe de Cariati, e da sua segunda esposa, D. Maria Rosa Caraccioli.<sup>249</sup> O enlace matrimonial do diplomata português com esta dama da nobreza napolitana realizou-se a 30 de setembro de 1759<sup>250</sup>, pouco antes de Pessanha deixar Nápoles. Do casamento com Leonor Spinelli nasce o seu único filho, Miguel da Silva Pessanha,<sup>251</sup> em 21 de dezembro de 1762.<sup>252</sup>

A primeira missão diplomática de Pessanha data de 1751, com a enviatura especial a Haia, onde, de acordo com as fontes da época, “desempenhou, ao que parece, um bom trabalho, visto que já durante a sua estadia na legação de Nápoles, os soberanos holandeses lhe enviaram um presente como lembrança dos seus préstimos”.<sup>253</sup> Manifestando um interesse profundo pela literatura, Pessanha acumula na sua estada nos Países Baixos algumas obras relevantes, que vieram compor a sua vastíssima biblioteca.

---

<sup>247</sup> KOROBTCHEENKO, Júlia Platonovna, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros eda Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens. (1736-1756)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna, Universidade de Lisboa, 2011, p. 165.

<sup>248</sup> DOMINGOS, 1998, op.cit, pp.21 e 23.

<sup>249</sup> KOROBTCHEENKO, 2011, op.cit, p.166.

<sup>250</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario*, volume. IX, 1760-1761, a cura di M.G.Miorini, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, p.189.

<sup>251</sup> DOMINGOS, 1998, op.cit, p.30.

<sup>252</sup> ANTT, *TSO, CG, Hab.*, José, mc. 111, doc. 2555, fl. 19.

<sup>253</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 17-10-1758.

Chegou, aliás, a expedir de Haia para Portugal alguns livros de Voltaire (filósofo iluminista francês) endereçados a Pombal e ao próprio rei.<sup>254</sup>

Em 1753, Pessanha é o escolhido de S. Majestade Fidelíssima para ministro plenipotenciário na nova legação de Portugal em Nápoles. Numa carta enviada por Carvalho e Melo a Martinho de Mello e Castro, em 29 de janeiro de 1753, surgem bem explicitados os planos régios para a missão de Pessanha no reino de Nápoles, assim como o enorme sigilo da sua nomeação: “*El Rey N. Sr. Tem nomeado em segredo a D. Joseph da Silva Pessanha para seu Ministro na corte de Nápoles...*”<sup>255</sup>

O ministro plenipotenciário passou ainda por Viena, antes de se estabelecer em Nápoles. Para esta missão contava com uma pensão de 500 mil reis mensais e com um pagamento extra, geralmente concedido para cobrir as despesas com o envio de correspondência.<sup>256</sup> Sendo este um encargo suplementar e, por vezes, oneroso para a bolsa dos diplomatas. Em 1756, por exemplo, os gastos de Pessanha nos portes de envio eram os seguintes: “*2.625 reis que despendeu em portes de cartas e secretaria desde janeiro até ao último de agosto do corrente ano.*”<sup>257</sup>

Na viagem para Nápoles, D. José da Silva Pessanha encontra-se em Roma com Carlos de Guevara, ministro plenipotenciário que a corte napolitana estava simultaneamente, a enviar para Lisboa. Ao cruzarem-se, a caminho das suas futuras legações, trocaram ideias sobre o que cada um podia esperar das cortes para onde se dirigiam. Na sequência deste encontro casual, Guevara escreve para Nápoles: “*Informou-me de muitas coisas de Lisboa assim como eu lhe disse muitas coisas de Nápoles...*”<sup>258</sup> Em março de 1754, Pessanha chega à cidade de Nápoles<sup>259</sup>, onde se estabelece com familiares e criadagem, numa “*casa contígua à Vila Stefaniana, situada na estrada real, que de Nápoles conduz a Portici.*”<sup>260</sup>

---

<sup>254</sup> DOMINGOS, 1998, op.cit.pp.24, 25 e 37.

<sup>255</sup> ANTT, MNE, Caixa 816, de Carvalho e Melo para Martinho de Melo e Castro, de 29-01-1753.

<sup>256</sup> ANTT, MNE, Livro 246, livro de despesas pertencentes aos Embaixadores e Ministros de S. Majestade nas Cortes Estrangeiras, de 30-04-1756.

<sup>257</sup> ANTT, MNE, Livro 246, livro de despesas pertencentes aos Embaixadores e Ministros de S. Majestade nas Cortes Estrangeiras, de 6-11-1756.

<sup>258</sup> ASN, Esteri, Busta 917, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 29-10-1753.

<sup>259</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 12-03-1754.

<sup>260</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 05-02-1754.

A partir de 1756, os ofícios de Silva Pessanha passam a ser endereçados a D. Luís da Cunha Manuel, que substituiu, a 6 de maio daquele ano, Carvalho e Melo na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.<sup>261</sup> Porém, o futuro Marquês de Pombal só abandonou definitivamente os seus encargos da secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no mês de agosto, quando passou a assumir o cargo de secretário de estado do Reino.

Nos seus ofícios, Pessanha preocupou-se sempre em relatar a rotina e o estado de saúde da família real das Duas Sicílias, assim como as constantes andanças daquela corte entre Nápoles, Caserta, Bovino, Portici e Procida. Normalmente este diplomata português e todos os outros que representavam as legações dos respectivos países eram recebidos pelos soberanos aos domingos, dirigindo-se muitas vezes para as reais casas de Caserta e Portici, caso a família real se ausentasse de Nápoles para uma temporada num destes locais.

Ainda em 1756, o ministro plenipotenciário português envia de Nápoles para Carvalho e Melo as primeiras informações que lhe chegavam sobre a Guerra dos Sete Anos. Segundo o que escreveu Pessanha, em Nápoles já se conheciam as ameaças francesas a Inglaterra e constava a possibilidade de uma mediação por parte da Espanha para um entendimento entre estas duas cortes.<sup>262</sup> O diplomata assegura, ainda no mesmo ofício, que as notícias que tinha dada a localização geográfica de Nápoles, chegavam com algum atraso, estando Lisboa em melhores condições de receber as mesmas notícias mais atempadamente.

Em Junho de 1757, celebrou-se em Caserta o aniversário do príncipe primogénito do reino de Nápoles e Sicília, D. Filipe, o mais direto herdeiro ao trono não fossem as grandes moléstias na sua saúde física e mental, que com os anos se foram agravando. Naquele seu dia de aniversário, segundo mencionou Pessanha, o jovem príncipe não

---

<sup>261</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 22-06-1756.

<sup>262</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 14-04-1756.

apareceu para receber os ministros estrangeiros, como seria natural, transmitindo o diplomata português que a ausência se devia a tais efemeridades.<sup>263</sup>

Em relação às informações enviadas por Silva Pessanha acerca das hostilidades portuguesas com os jesuítas, no seu ofício de 22 de Novembro de 1757 vem uma lamentação do diplomata por não conseguir dar respostas às interrogações do rei de Nápoles sobre as pendências com os padres da Companhia de Jesus, por não lhe chegarem cartas de Lisboa sobre o desenrolar do caso dos jesuítas em Portugal.<sup>264</sup>

Após a morte da rainha de Espanha e infanta de Portugal, D. Maria Bárbara de Bragança, em 12 de setembro de 1758, o rei viúvo começa a dar sinais da debilidade da sua saúde.<sup>265</sup> Este facto, rapidamente propalado, começa a ser conhecido além-fronteiras, acentuando a curiosidade das cortes europeias sobre os direitos sucessórios ao trono espanhol, por Fernando VI não deixar filhos herdeiros à coroa. Precisamente um ano mais tarde, em 11 de Setembro de 1759, Carlos de Bourbon torna-se rei de Espanha sucedendo ao irmão Fernando VI, já defunto desde 10 de agosto. Implicando a sua aclamação como Rei Católico (como já referido) a abdicação do trono de Nápoles em benefício de um dos seus filhos.

A proximidade de Pessanha ao novo monarca de Espanha motivou a sua promoção ao carácter de embaixador de Portugal na corte espanhola e, conseqüentemente, a sua partida de Nápoles para Madrid juntamente com a comitiva real. Pessanha esteve à frente da embaixada de Portugal em Espanha até 1762, quando o corte de relações diplomáticas suscitado pela ‘Guerra Fantástica’ entre os dois reinos ibéricos, o obriga a retornar a Portugal. Devido ao conflito, durante dois anos, entre 1762 e 1764 não houve representação diplomática portuguesa em Espanha, sendo somente reposta com a chegada de Aires de Sá e Melo, que é nomeado embaixador já em período de paz entre portugueses e espanhóis.

De ministro de Portugal em Espanha a preterido em Lisboa no final da vida, Pessanha deparou-se após a saída de Nápoles com a animosidade mantida entre as cortes ibéricas

---

<sup>263</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 14-06-1757.

<sup>264</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 22-11-1757.

<sup>265</sup> ÁLVAREZ, Maria de los Ángeles Rodríguez, *Uso y Costumbres Funerarias en la Nueva España*, México, El Colegio Mexiquense, 2001, p.209.

durante a Guerra dos Sete Anos. Com a recusa de Portugal à adesão ao Pacto de Família – proposto pelos monarcas franceses e espanhóis – a chamada Guerra Fantástica deflagra em solo português, com a invasão do território nacional pelas tropas de Espanha.<sup>266</sup>

Em Nápoles, durante o curso da contenda ibérica, Tanucci permanecia bem informado sobre a situação de Silva Pessanha na corte madrilena. No dia a 5 de Janeiro de 1762 escreve ao Duque de Losada – gentil-homem de câmara do rei, também vindo de Nápoles com a comitiva de Carlos III, em 1759. Afirma nessa missiva que o diplomata português lhe parecia agitado em relação aos movimentos militares na Galiza.<sup>267</sup>

O ministro Tanucci guardava uma boa lembrança do diplomata português, de quem era bastante próximo, considerando-o mesmo um amigo. Como revela numa carta endereçada a Carlos III, na qual evidencia essa amizade, fazendo também uma observação sobre a decisão que desejava e esperava de Pombal em relação aos ingleses face às circunstâncias presentes. “*Dê-me qualquer notícia de Silva e de Palavicini os dois meus amigos... são dois homens honestos servem a Ministros honestos, mas não fáceis de informar a tempo. Carvalho, no entanto, realizou gloriosamente aquilo que planeava e assegurou a sua reputação. Ele deveria meter os ingleses na viga dos jesuítas. Não sei qual deles é mais pernicioso para Portugal.*”<sup>268</sup>

A guerra ibérica ainda não tinha sido declarada quando o desagrado do ministério de Portugal acerca da atuação de Pessanha em Madrid se torna evidente (talvez por ser conhecida a proximidade do diplomata aos monarcas de Espanha) para o representante diplomático de Nápoles em Lisboa. Transmitindo-a de forma direta e taxativa: “*Não se ignora que aqui estão pouco satisfeitos com o Sr. Silva.*”<sup>269</sup> De facto, quando Pessanha retorna a Portugal nesse ano de 1762, não volta a desempenhar qualquer cargo diplomático no estrangeiro ou na própria corte.<sup>270</sup> Tornara-se quase *persona non grata*. Aliás, em 1765, estando a saúde de Carvalho e Melo momentaneamente ameaçada, a ponto de ser aventada a possível substituição do poderoso secretário de estado por

---

<sup>266</sup> COELHO, José Maria Latino, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Grande Edição Popular, 1905, p.176.

<sup>267</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario, 1761-1762*, a cura di M.G.Maiorini, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1988, p.430.

<sup>268</sup> Idem, *ibidem*, p.537.

<sup>269</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 02-03-1762.

<sup>270</sup> DOMINGOS, 1998, op.cit, pp.32.

Martinho de Melo e Castro ou por José da Silva Pessanha, “o Conde de Oeiras terá dito que o único que se reputava capaz para o efeito era o primeiro.”<sup>271</sup>

A já anteriormente referida ligação de José da Silva Pessanha à cultura e a posse de uma vastíssima e rica biblioteca (que foi compondo ao longo da sua vida) granjearam-lhe alguns momentos gratos nesta fase menos gloriosa da sua carreira. Em 1767, apesar de estar afastado da vida diplomática há alguns anos, Silva Pessanha ainda não tinha sido esquecido pela corte de Nápoles que, conhecendo o seu profundo interesse literário, ordenou que ao longo dos anos lhe fossem oferecidos os tomos já publicados da obra “Pitture di Ercolano.”

Embora estivesse apartado da vida pública e já não frequentasse a corte, este antigo embaixador continuava também a merecer a admiração do ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa, D. Vespasiano Macedonio, que a ele se refere nos seguintes termos: “Este Sr. D. José da Silva, que desde o momento que residiu junto à nossa corte como Ministro deste soberano, foi agraciado por S. Majestade não só com o volume do catálogo das PitturediErcolano, mas do primeiro e segundo Tomo daquela, gostaria de implorar pela munificência real a continuação da graça acordada, com os Tomos subsequentes. Quis que eu desse em seu nome súplicas a V. Excelência, e eu o faço com prazer, tratando-se de favorecer um cavalheiro que sabe merecer a estima dos outros, a consideração de V. Excelência.”<sup>272</sup>

Um mês após Macedonio ter redigido esta solicitação obsequiosa a de Silva Pessanha, é remetida para Lisboa a resposta de Tanucci, confirmando que serão impressos para o antigo diplomata os restantes Tomos das “Pitture di Ercolano”.<sup>273</sup>

Pessanha faleceu em 1 de fevereiro de 1775.<sup>274</sup> Pouco tempo depois, grande parte dos seus bens foi submetida a leilão público, incluindo a sua vastíssima livraria.<sup>275</sup> À data da sua morte foram conhecidos outros bens de José da Silva Pessanha. Para além da sua famosa biblioteca possuía “um Palácio na Freguesia dos Mártires, entre a Rua das

---

<sup>271</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, pp.271.

<sup>272</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 01-09-1767.

<sup>273</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 27-10-1767.

<sup>274</sup> BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p.156.

<sup>275</sup> DOMINGOS, 1998, op.cit, p.34.

Portas de Santa Catarina e a Rua do Outeiro, que perdeu com o terramoto. Tinha uma casa em Elvas e outra na Junqueira onde o seu neto D. João da Silva Pessanha construiu o Palacete Pessanha.”<sup>276</sup>

## **2.2. Aires de Sá e Melo (1760-1764)**

Foi a partida de José da Silva Pessanha para Madrid, em 1759, que originou a nomeação de Aires de Sá e Melo – um dos credenciados mais próximos de Pombal – para a legação de Portugal em Nápoles. De origem nobre, Aires de Sá e Melo nasceu em 1715 na Anadia<sup>277</sup> (a norte de Coimbra) e foi agraciado em 1734, aos dezanove anos de idade, com a nomeação de fidalgo escudeiro.<sup>278</sup> Em 1748, tendo por propósito a aquisição de melhores conhecimentos sobre a história da Igreja, torna-se sócio da Academia Litúrgica de Ritos, em Coimbra.<sup>279</sup> Casado por duas vezes, teve dois filhos de cada um dos matrimónios. O seu único filho homem, João Rodrigues de Sá e Melo, tornar-se-á Visconde de Anadia por nomeação da rainha D. Maria I, que o consagra com esta mercê em nome dos “muitos e valiosos serviços de seu pai.”<sup>280</sup>

Sem ter exercido qualquer cargo diplomático antecedente, Nápoles é a primeira experiência de Sá e Melo nesta carreira. O cargo político de adjunto do secretário de estado do reino, criado a 6 de maio de 1756<sup>281</sup>, que desempenhou entre 1756 e 1759, tornara-o uma figura muito próxima de Carvalho e Melo.

É neste contexto que a sua nomeação para ministro plenipotenciário na corte napolitana suscita algumas interrogações. Porquê eleger o braço direito de Pombal para uma função diplomática numa corte de importância secundária para a política externa portuguesa? Para esta questão podem sobrevir duas explicações: ou esta nomeação serviu de compensação para o facto de em julho de 1759 o cargo de secretário Adjunto

---

<sup>276</sup> KOROBTCHENKO, 2011, op.cit, p.167.

<sup>277</sup>[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=28623](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=28623)

<sup>278</sup> ARAUJO, Afonso Domingos de, Valdez Rui Dique Travassos, *O Livro de Ouro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933, p.99.

<sup>279</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta UniversitatisConimbrigensis, 1965, p. 286.

<sup>280</sup> ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, p. 278

<sup>281</sup> SUBTIL, José, *Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006, p. 89.

ter sido atribuído a Francisco Xavier Mendonça Furtado, irmão de Carvalho e Melo<sup>282</sup>; ou Nápoles era mais importante para o governo português do que aquilo que era oficialmente reconhecido, necessitando-se de uma personagem leal aos desígnios pombalinos junto de S. Majestade Siciliana, para promover a luta contra os jesuítas.

As razões da escolha de Sá e Melo para a legação napolitana permanecem incógnitas. Para além de não ter qualquer preparação diplomática, o referido ministro não dominava outra língua que não fosse o português e desconhecia por completo o idioma falado em Nápoles. Segundo refere Tanucci, o diplomata português dirigia-se-lhe num francês muito pobre, mas, em simultâneo, as suas credenciais continham mais palavras de elogio do que as do seu antecedente, Silva Pessanha.<sup>283</sup> Não deixa de ser curioso que Carvalho e Melo deixasse nomear para Nápoles, uma corte de importância secundária para as relações externas portuguesas, alguém que lhe era tão próximo.

Uma das questões que pode ter estado na origem da escolha de Aires de Sá para ministro em Nápoles, relaciona-se com a campanha portuguesa contra os jesuítas, vislumbrando-se no reino de Nápoles a mesma hostilidade a estes padres muito contribuiria para o sucesso internacional desta campanha uma pessoa que tão bem conhecia os objetivos de Pombal em relação aos jesuítas, uma pessoa que pudesse cooperar com Bernardo Tanucci para a continuação da mesma luta em Nápoles. O empenho de Pombal leva-o a solicitar ao ministro interino de Nápoles em Lisboa, Joseph Maturi, que fizesse chegar ao Marquês de Tanucci uma recomendação a favor de Sá e Melo,<sup>284</sup> comunicando Maturi a Tanucci que todos lhe diziam ser Sá e Melo um bom homem.<sup>285</sup> Uma semana depois, Giuseppe Maturi é apresentado pessoalmente a Aires de Sá, durante um almoço patrocinado por Carvalho e Melo. A partir desse momento, o ministro interino napolitano pôde julgar por si mesmo a competência do diplomata que estava prestes a ser enviado a Nápoles. *“Fiquei muito satisfeito com a sua conversa...fala com propriedade e com juízo.”*<sup>286</sup>

---

<sup>282</sup> Idem, *ibidem*, p.90.

<sup>283</sup> TANUCCI, 1985, op.cit.pp.241 e 247.

<sup>284</sup>TANUCCI, 1985, op.cit, p.25.

<sup>285</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 09-09-1760.

<sup>286</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 16-09-1760.

Já Sá e Melo havia iniciado a sua viagem para Nápoles quando o Conde de Oeiras solicita novamente a Maturi que prestasse boas referências deste ministro plenipotenciário a Tanucci. *“Encontrando-me no passado sábado com este Sr. Conde de Oeiras na antecâmara de S.M. Fidelíssima a Rainha, antes da audiência me disse, que em seu nome suplicasse a V. excelência, que tivesse em sua conta o Sr. Aires de Sá e Melo, seu parente, que partiu para residir como plenipotenciário, porque mesmo sendo um homem de bem, era, todavia, um novato, sendo a primeira vez que saía de Portugal.”*<sup>287</sup>

As instruções de Sá e Melo, redigidas antes da sua partida para Nápoles, datam de 10 de setembro de 1760. Tal como o seu antecessor, contava com uma mesada de 500 mil reis, e devia reger as suas ações pelo estabelecido nas instruções, a partir do momento em que partisse de Lisboa. De acordo com as instruções assinadas pelo rei Fidelíssimo, durante a sua jornada Aires de Sá deveria evitar a passagem pelos Estados Pontifícios, caso a viagem fosse feita por via terrestre.

Uma vez chegado a Nápoles, na correspondência que emanasse para a corte de Lisboa deveriam constar, em primeiro lugar: *“Tudo o que pertencer às finanças daqueles reinos e à importância e estado delas, o número e estado das tropas, o mesmo pelo que pertence à marinha e tudo o que puder dar uma ideia clara do comércio dos mesmos reinos: Isto é, as relações exatas dos géneros que deles se transportam, para os países de fora com as declarações dos seus preços comuns. Dos géneros que os estrangeiros lhe introduzem, do estado da balança dos mesmos reinos de Nápoles e Sicília, com cada um dos outros que com eles comerciarem, e das manufaturas e fábricas, que nos mesmos reinos se acharem estabelecidas.”*<sup>288</sup>

Pelas mesmas instruções se constata considerar a corte portuguesa que a presente situação do reino de Nápoles *“e os tenros anos em que se acha aquele monarca, não permitem, que por hora haja negociações, dependendo todas da corte de Madrid.”*<sup>289</sup>

No dia 27 de Setembro é emitido o passaporte que lhe permite sair de Portugal com a sua equipagem e comitiva, sem qualquer impedimento.<sup>290</sup> Três dias depois, em 30 de

---

<sup>287</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 28-10-1760.

<sup>288</sup> ANTT, MNE, Livro 187, Instruções de Aires de Sá e Melo.

<sup>289</sup> Idem, *ibidem*.

Setembro de 1760, começa a jornada para Nápoles.<sup>291</sup> Faz uma paragem de alguns dias em Madrid, de onde retoma a viagem no dia 17 de Novembro. Em Cartagena embarca para Nápoles, onde chega no dia de Natal, “*pelas quatro para as cinco da tarde e vim em direito para estas casas que o Duque de Seminara cunhado do nosso embaixador D. José da Silva Pessanha tinha tomado por recomendação sua para a minha residência nesta corte de Nápoles.*”<sup>292</sup>

O mandato de Sá e Melo na chefia da legação de Portugal em Nápoles ficou especialmente marcado por questões ligadas à luta contra os jesuítas, ao corte de relações entre Portugal e a Santa Sé e à Guerra dos Sete Anos, que conseqüentemente originou a chamada Guerra Fantástica, no território português. Outras ocorrências documentadas por Aires de Sá e Melo durante a sua permanência em Nápoles dizem respeito à grande fome que se alastrou por todo o reino, e embora o ministro plenipotenciário tenha partido de Nápoles antes de a crise atingir o seu auge em 1764, pôde ainda durante a sua estadia relatar nos seus ofícios, acerca dos primeiros indícios desta tragédia.<sup>293</sup>

Sobre o jovem rei das Duas Sicílias, Fernando IV, o diplomata português esclarece que uma criança bem-humorada e de boa saúde, andando o conselho de regência sempre a segui-lo, para onde quer que fosse.<sup>294</sup> Apesar da distância que separava Madrid de Nápoles, o monarca Carlos III não deixava de ter em atenção a educação do filho que deixara em Nápoles, instruindo-o muitas vezes através de Tanucci e presenteando o jovem, com espingardas ou gaiolas com aves, enviadas de Espanha, como conta Sá e Melo.<sup>295</sup>

Entretanto, em julho de 1763, Sá e Melo toma conhecimento da sua nomeação para embaixador na corte de Madrid, da qual informa prontamente o Marquês de Tanucci.<sup>296</sup> No início de novembro de 1763, solicita a Tanucci uma embarcação napolitana que o

---

<sup>290</sup> ANTT, MNE, MF 6208.

<sup>291</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-10-1760.

<sup>292</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 05-01-1761.

<sup>293</sup> PEREIRA, 2010, op.cit, p.59.

<sup>294</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-11-1762.

<sup>295</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 29-03-1762.

<sup>296</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 26-07-1763.

transporte no início do percurso até à costa da Ligúria.<sup>297</sup> No dia 15 do mesmo mês de novembro obtém a autorização de embarque até Génova.<sup>298</sup> Após uma audiência de despedida na corte napolitana, deixa a cidade a 26 de novembro chegando um dia depois ao porto genovês.<sup>299</sup> Em Génova, ficaria hospedado numa quinta pertencente ao cônsul de Portugal naquela cidade, Nicolau Piaggio.<sup>300</sup>

A sua estada em Génova prolongou-se por algumas semanas, considerando que apenas chega a Turim em 14 de janeiro de 1764, segundo refere o ofício enviado para Lisboa nesse mesmo dia pelo ministro plenipotenciário Henrique de Menezes.<sup>301</sup>

Apesar de já estar nomeado embaixador na corte de Madrid, Sá e Melo não segue diretamente de Itália para a sua nova legação. Deixa Turim no dia 23 de janeiro de 1764, mas em direção a Lisboa. Como foi de imediato registado: *“O embaixador Aires de Sá e Melo saiu desta corte a 23 do corrente, por terra, determinado a sua jornada até Lisboa, sem entrar em Madrid.”*<sup>302</sup>

O diplomata permanece como embaixador em Espanha até 1774, embora tenha efetuado uma deslocação a Portugal em 1771, que é mencionada na carta enviada por D. Luís da Cunha Manuel em Lisboa para João Pereira Barbosa, o secretário de Aires de Sá em Madrid. *“Nesta corte e reino não há novidade alguma que possa ser referida mais, que tão e somente ter já saído dela para a sua quinta da Anadia o Sr. Embaixador.”*<sup>303</sup> A breve ida de Sá e Melo à pátria gerou um rumor que o indicava como futuro braço direito do Marquês de Pombal, o que porém, só aconteceria anos mais tarde, já no fim da sua missão em Madrid. Como constava ainda antes de ser nomeado para o honroso lugar: *“E numa surda voz se diz que depois de algumas semanas de assistência em Lisboa, será declarado ajudante deste Sr. Conde para a liquidação dos assuntos especialmente do Reino.”*<sup>304</sup>

---

<sup>297</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-11-1763.

<sup>298</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-11-1763.

<sup>299</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 02-01-1764.

<sup>300</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 31-12-1763.

<sup>301</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 14-01-1764.

<sup>302</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-01-1764.

<sup>303</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha para João Pereira Barbosa (secretário de Aires de Sá em Madrid), de 23-07-1771.

<sup>304</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 04-09-1770.

Todavia, o emprego de secretário Adjunto do Marquês seria atribuído a Seabra da Silva, não obstante os rumores que apontavam o embaixador Sá e Melo como favorito.

*“A notícia da vinda aqui do Sr. Aires de Sá fez suscitar vozes de que há a ideia de empregá-lo nesta corte, muito fundada na amizade e parentesco que tem com este Sr. Marquês, induz a acreditar que este o teria mesmo sugerido ao Rei para seu ajudante. Em menos de vinte e quatro horas depois da sua chegada ficou tudo designado, depois de quinta-feira de manhã antes do beija-mão foi por S. Majestade nomeado Secretário de Estado Ajudante do Sr. Marquês o Sr. José Seabra procurador da Coroa.”*<sup>305</sup>

Sá e Melo retornou à sua legação em Madrid em 1773 – após uma ausência dois anos, comentando em 1771 o representante diplomático napolitano em Lisboa, Vespasiano Macedonio nos seus ofícios para Bernardo Tanucci que, em sua opinião, Sá e Melo não pensava voltar a Espanha.<sup>306</sup> Segundo refere alguns meses mais tarde este diplomata napolitano, Sá e Melo só regressou a Madrid devido à morte do seu secretário de Legação que ficara a representá-lo na corte Católica.<sup>307</sup>

Em 25 de Janeiro de 1773, Sá e Melo parte novamente de Portugal para Espanha. *“Ontem, se meteu em viagem de retorno a Madrid o Sr. Aires de Sá depois de cerca de vinte meses de ausência daquela Embaixada.”*<sup>308</sup> No entanto, a estadia de Sá em Madrid não seria muito longa. Em março de 1774, o secretário da legação napolitana na corte portuguesa refere que constavam dois nomes para substituir Seabra da Silva, como adjunto de Pombal: um era o filho do poderoso ministro, outro era Aires de Sá e Melo.<sup>309</sup>

No mesmo ano de 1774, Sá e Melo é chamado de volta a Lisboa para ocupar o cargo de secretário de estado adjunto, em substituição de José Seabra da Silva, que tendo recentemente suscitado o desgosto de Pombal, foi enviado para o exílio.<sup>310</sup> Chegado a

---

<sup>305</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 11-06-1771.

<sup>306</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 21-01-1772.

<sup>307</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 28-07-1772.

<sup>308</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 26-01-1773.

<sup>309</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 15-03-1774.

<sup>310</sup> SUBTIL José, “O Processo Político (1621-1807)”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.417.

Lisboa, em fevereiro de 1775<sup>311</sup>, Sá e Melo volta a ser a figura mais próxima de Pombal. E passado pouco tempo assume, por morte de D. Luís da Cunha Manuel, o cargo de secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cuja nomeação foi certamente influenciada pelo Marquês de Pombal.<sup>312</sup>

Com o afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo – determinado pela morte de D. José I em fevereiro de 1777 e a subsequente subida ao trono de D. Maria I – Aires de Sá e Melo consegue manter-se na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não obstante a sua ligação pessoal e apoio às políticas de Pombal. Aires de Sá assumiu mesmo que interinamente a chefia da secretaria do Reino de fevereiro a 14 de março de 1777, numa altura em que, embora Carvalho e Melo permanecesse oficialmente no cargo, as suas funções tinham sido drasticamente reduzidas.<sup>313</sup>

Tendo sido ministro do governo Mariano até à sua morte em 10 de maio de 1786<sup>314</sup>, Aires de Sá e Melo faz parte do grupo de governantes que personificam a herança pombalina no contexto da ‘Viradeira’. Contudo, por ter sido sempre ofuscado pela personalidade férrea do seu mentor, Sá e Melo será caracterizado no governo de D. Maria I como o ministro que “tinha um carácter franco, um juízo reto e muita probidade, mas como não possuía as mesmas luzes do Marquês de Pombal, posto que este dele muito se servia, dava a entender que ele não tinha nem boca nem energia”.<sup>315</sup>

### **2.3. José de Sá Pereira (1764-1808)**

Nascido em 11 de dezembro de 1731<sup>316</sup>, José de Sá Pereira é o último dos três ministros plenipotenciários que representaram Portugal em Nápoles durante o período pombalino. Contrariamente ao que sucedeu com Aires de Sá e Melo – que partira para Nápoles sem ter qualquer experiência no domínio diplomático – Sá Pereira começa a sua carreira

---

<sup>311</sup> ANTT, MNE, Caixa 958, de D. Luís da Cunha Manuel para Martinho de Melo e Castro, de 18-02-1775.

<sup>312</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit, p. 321.

<sup>313</sup> SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p.231.

<sup>314</sup> LABOURDETTE, Jean François, *História de Portugal*, Porto, Dom Quixote, 2001, op.cit.p.457.

<sup>315</sup> RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2010, p.74.

<sup>316</sup> ZUQUETE, 1960, op.cit, p.278.

ainda jovem. Em 1750, com apenas dezanove anos vai para Haia como enviado extraordinário ministro plenipotenciário. Em 1762 regressa novamente à Holanda, como ministro plenipotenciário.<sup>317</sup>

Antes de regressar a Haia, em 1762, José de Sá Pereira passa algum tempo em Inglaterra, em casa de Martinho de Melo e Castro, ministro de Portugal em Londres. Esta passagem por terras britânicas destinava-se a melhorar a instrução de Sá Pereira como diplomata, focando-se especialmente na necessidade de aprender a falar fluentemente francês. Numa carta dirigida pelo Conde de Oeiras a Melo e Castro destaca-se a recomendação para que se instrua devidamente Sá Pereira, por este nunca ter conhecido outros horizontes fora de Coimbra. Além disso, a missiva tece uma apreciação crítica sobre o ensino ministrado na universidade daquela cidade, considerado medíocre e insuficiente para formar um tão jovem tão intelectualmente capacitado:

*“Sua Majestade ordena que V.S. o receba nessa casa da sua residência e que nela o instrua, de sorte, que dilatando-se aí, debaixo de quaisquer pretextos não passe a Holanda antes de estar mais desembaraçado em falar a língua francesa, e de ter vencido as preocupações indispensáveis em quem nunca saiu de Condeixa senão para Coimbra, e foi educado em uma universidade, onde as teimas, os sofismas e os maus livros fazem grande figura. A sua índole e clareza de juízo espero que deem menos trabalhos a V. S., e que lhe façam a sua companhia tão grata como eu desejo que o seja, interessando-me por ele as razões de parentesco e de amizade que sempre tive com a sua casa.”*<sup>318</sup>

Em maio de 1762, quando já se encontrava em Nápoles, Aires de Sá e Melo agradece também a Melo e Castro os ensinamentos que transmite ao seu parente, o jovem José de Sá Pereira, para que este saiba *“como se deve portar na sua ocupação.”*<sup>319</sup> Em 1764, Sá Pereira é nomeado para a corte de Nápoles, onde se mantém como ministro

---

<sup>317</sup> CARDIM, Pedro, David Felismino, Nuno Gonçalo Monteiro, “A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *OptimaPars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, p.301.

<sup>318</sup> BIKER, Júlio Firmino Júdice, *O Marquês de Pombal, Alguns Documentos Inéditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1882, pp.27 e 28.

<sup>319</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para Martinho de Melo e Castro, de 28-05-1762.

plenipotenciário nos quarenta e quatro anos seguintes.<sup>320</sup> Muito possivelmente, as três filhas que teve com a sua esposa, Maria Joana de Sá Menezes (com quem casou em 1799) nasceram em Nápoles entre 1804 e 1808<sup>321</sup>, ano em que regressa definitivamente a Portugal.

Durante o exercício do cargo em Nápoles, Sá Pereira assiste (entre 1765 e 1777) a alguns eventos políticos relevantes, entre os quais se destacam a expulsão dos jesuítas das Duas Sicílias em 1767; o desenvolvimento da gestão política do reino acompanhando o período do governo da regência liderada por Tanucci; os primeiros anos de prática governativa do rei Fernando IV e posteriormente, a queda em desgraça de Bernardo Tanucci em 1776, acontecimentos que foi reportando nos seus ofícios para Lisboa.<sup>322</sup> Outro momento que mereceu uma cuidada atenção por parte do diplomata português foi o casamento do rei das Duas Sicílias com a princesa imperial Maria Carolina de Áustria.

Retornemos, então, aos momentos preliminares da missão de Sá Pereira. Antes de viajar para Nápoles, Sá Pereira desloca-se a Lisboa, para receber o seu passaporte e poder iniciar a jornada, o que acontece em 18 de outubro de 1764. *“Da cidade de Lisboa vai para a corte de Nápoles José de Sá Pereira, do Conselho do mesmo Senhor, Gentil Homem da sua Real Casa e seu Ministro Plenipotenciário naquela corte”*.<sup>323</sup>

A sua chegada à cidade de Nápoles ocorre em 31 de março de 1765.<sup>324</sup> No seu trajeto rumo a Itália passa primeiramente pela corte de Madrid<sup>325</sup>, onde o ministro inglês nessa corte lhe oferece transporte para Nápoles a bordo de uma nau britânica.<sup>326</sup> Após obter autorização de Portugal, embarca no porto de Cartagena rumo às Duas Sicílias.<sup>327</sup> A sua primeira formalidade diplomática à chegada a Nápoles foi anunciar a Bernardo

---

<sup>320</sup> TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo e, Manuel de Castro Pereira, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal: Acompanhada das Notícias Biográficas de Alguns Indivíduos das Mesmas Famílias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, p.18.

<sup>321</sup> ZUQUETE, 1960, op.cit.p.278.

<sup>322</sup> PEREIRA, 2010, op.cit.p.71.

<sup>323</sup> ANTT, MNE, MF 6208.

<sup>324</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 02-04-1765.

<sup>325</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-11-1764.

<sup>326</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-12-1764.

<sup>327</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-03-1764.

Tanuccia sua entrada na cidade. Datando a sua primeira audiência com o rei de 7 de abril de 1765.<sup>328</sup>

O Conselho de Estado napolitano – constituído em 1759 quando Carlos de Bourbon partiu para Espanha – seria dissolvido em 1767 com a maioridade do Rei Fernando IV que, desde 1765, era preparado para governar o reino, assistindo e tomando parte dos Conselhos de Regência, no qual (segundo Sá Pereira) o jovem monarca podia “*em uns e outros dar o seu voto não decisivo mas consultivo*”.<sup>329</sup> O primeiro ato de autoridade régia do Monarca das Duas Sicílias celebra-se em 13 de janeiro de 1767, em que adquire emancipação governamental.<sup>330</sup>

Atingida a maioridade do soberano, é necessário garantir a sucessão régia através do seu casamento com a princesa austríaca, Maria Josefa, a ele prometida alguns anos antes.<sup>331</sup> Ao mesmo tempo que decorrem em Nápoles os preparativos para a cerimónia matrimonial e para receção da futura rainha, chega de Viena a notícia da morte da princesa consorte, falecida em 15 de outubro de 1767.<sup>332</sup>

A solução para colmatar a perda de uma princesa que assegurasse o casamento do rei de Nápoles, é encontrada dentro da mesma casa real – a princesa Maria Carolina, irmã da falecida e apenas um ano mais nova que Fernando IV foi considerada a escolha ideal para ostentar a coroa das Duas Sicílias.<sup>333</sup> As celebrações do casamento real iniciaram-se em 24 de Abril, segundo consta numa carta de Tanucci para Sá Pereira, que este refere no ofício de 26 de Abril de 1768.<sup>334</sup> O diplomata português conheceria pessoalmente a nova rainha no mês seguinte, em 22 de fevereiro.<sup>335</sup>

Um outro episódio relevante ocorre em 1772 quando, no dia 9 de setembro o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel, envia de Lisboa uma carta a José de Sá Pereira a informá-lo da sua nomeação para uma missão especial a Viena, que o obrigou a ausentar-se de Nápoles durante quase dois anos. Entre

---

<sup>328</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 09-04-1765.

<sup>329</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 02-07-1765.

<sup>330</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 13-01-1767.

<sup>331</sup> ACTON, 1998, op.cit. p.127.

<sup>332</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-10-1767.

<sup>333</sup> ACTON, 1998, op.cit. p.130.

<sup>334</sup> ANTT, MNE, Caixa 779 de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 26-04-1768.

<sup>335</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 24-05-1768.

agosto de 1772 e janeiro de 1776 José de Sá Pereira estará ausente de Nápoles para cumprir a enviatura especial à corte austríaca, ficando responsável pela legação de Nápoles o seu Encarregado de Correspondência, Miguel Lopes da Fonseca.

Os motivos para esta enviatura resultam da morte de Ambrósio Freire de Andrade, ministro de Portugal em Viena. Após a morte do diplomata, toda a documentação desta legação foi fechada num cofre e entregue ao seu secretário particular, Manuel Pereira de Sousa, que também morre antes da chegada de um novo ministro, segundo D. Luís da Cunha, devido a *“inevitáveis embaraços que tem sobrevindo à pessoa que El Rei N. Senhor...”*<sup>336</sup> Assim, *El Rei N. Sr. considerando ser V. Ilustríssima dos seus Ministros o que se acha mais próximo à corte de Viena, e por hora também o mais desembaraçado de negócios tanto pelo que diz respeito à corte da sua atual residência, como pelo que toca ao real serviço de S. Majestade a que não prejudicará a ausência de V. Ilustríssima por um pouco de tempo.*<sup>337</sup>

Pelos motivos assinalados, Sá Pereira parte para Viena. Durante a jornada para a corte imperial fez uma paragem em Milão, assim informa D. Henrique de Menezes, ministro português em Turim, a D. Luís da Cunha Manuel.<sup>338</sup>

Na ausência de Sá Pereira em Nápoles (entre agosto de 1772 e janeiro de 1776) fica encarregue do despacho de ofícios para Lisboa, Miguel Lopes da Fonseca, que remete para Portugal vinte e um ofícios, embora não tão pormenorizados ou interessantes quanto os redigidos pelo seu superior. Na realidade, os ofícios de Fonseca não se expandem muito para além de uma descrição da rotina da família real napolitana e de algumas notícias relativas àquele reino, como um tumulto popular ocorrido em Palermo no Verão de 1773 e que continuou até ao mês de dezembro. Tais alvoroços obrigaram ao envio de algumas embarcações de guerra de Nápoles para aquela região.<sup>339</sup>

Na documentação da legação de Portugal em Nápoles encontram-se os ofícios enviados por José de Sá Pereira de Viena para Lisboa durante a sua estada na corte imperial, onde permaneceu até 21 de setembro de 1775.<sup>340</sup> No regresso a Nápoles passa por Roma,

---

<sup>336</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, carta de 09-06-1772.

<sup>337</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>338</sup> ANTT, MNE, Caixa 859, de D. Luís da Cunha Manuel para José de Sá Pereira, de 01-08-1772.

<sup>339</sup> PEREIRA, 2010, op.cit.p.78.

<sup>340</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-09-1772.

onde é recebido por Francisco de Almada e Mendonça, o qual em carta para o Marquês de Pombal revela: “*Sábado passado, 25 do corrente chegou a esta casa José de Sá Pereira, e logo na terça-feira imediata o conduzi comigo à audiência de S. Santidade que já se achava por mim prevenido. Antes de irmos à audiência passámos pelo quarto do Sr. Cardeal Conti, que também nos esperava, o qual estimou muito de o ver tendo-o conhecido e tratado na corte de Nápoles.*”<sup>341</sup>

José de Sá Pereira segue de Roma para Turim, onde chega a 9 de outubro de 1775 segundo o diplomata Henrique de Menezes, “*Segunda-feira 9 do corrente chegou a esta casa José de Sá Pereira com perfeitíssima saúde, na mesma noite o levei à Secretaria de Estado e a 11 o apresentei a S. Majestades.*”<sup>342</sup> Faz ainda uma paragem em Génova, hospedando-se em casa do cônsul João Piaggio, “*Terça-feira passada 24 do corrente pelo meio-dia tem aqui chegado a esta sua casa o Exmo. Seu Sr. primo D. José de Sá Pereira vindo de Turim, conforme tive a honra de lhe avisar desde o correio passado. Ele, por inexplicável sua bondade tem a paciência de aceitar a minha inutilidade e se demora ainda alguns dias nesta cidade para ver as festas que se prepararam ao Arquiduque Maximiliano de Áustria.*”<sup>343</sup>

Na tarde de 10 de novembro de 1775, Sá Pereira deixa Génova em direção a Liorne, e, só depois embarca para Nápoles.<sup>344</sup> Quando finalmente chega a Nápoles em 3 de janeiro de 1776, escreve a Aires de Sá e Melo – que já ocupava o cargo de secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra –, dizendo que informaria o Marquês de Tanucci sobre os motivos que o levaram (imprevisivelmente) a alongar a sua permanência na corte de Viena.<sup>345</sup>

Ao retomar as suas funções na legação de Nápoles, Sá Pereira não poderia imaginar que, alguns meses depois, transmitiria para Lisboa a notícia do súbito afastamento de Tanucci do seu elevado cargo político. Segundo o diplomata português, a dispensa de Tanucci foi decidida e aplicada pelo Conselho de Estado liderado pelo rei. No entanto, o

---

<sup>341</sup> ANTT, MNE, MF 6451, de Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 30-11-1775.

<sup>342</sup> ANTT, MNE, Caixa 859, de D. Henrique de Menezes para Aires de Sá e Melo, de 14-10-1775.

<sup>343</sup> ANTT, MNE, Caixa 276, de João Piaggio para Aires de Sá e Melo, de 30-10-1775.

<sup>344</sup> ANTT, MNE, Caixa 276, de João Piaggio para Aires de Sá e Melo, de 13-11-1775.

<sup>345</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 09-01-1776.

rei de Espanha também concedera o seu parecer, aceitando a mudança na secretaria de estado: de Tanucci para o Marquês de La Sambuca.<sup>346</sup>

A exoneração de Tanucci deve-se em grande parte à determinação da rainha, Maria Carolina, em que o velho ministro fosse afastado. Tanucci discordava da participação da soberana no Conselho de Estado, direito que adquiriu a partir do nascimento do seu primeiro filho, em 1775. A sugestão de Tannuci no sentido de afastar a rainha do centro das decisões políticas do reino acabaria por se voltar contra o próprio. Maria Carolina passa a dispor de um argumento válido contra o seu detrator e acusa o ministro de traição à coroa em pleno Conselho de Estado, não demorando muito até à manhã em que Bernardo Tanucci (estando ainda na cama) acorda e recebe a notícia do seu afastamento.<sup>347</sup>

Há algum tempo que Tanucci estava em declínio, tendo perdido parte da sua preponderância na corte devido a um poderoso grupo de opositores, especialmente da nobreza, que desejava o seu afastamento. O processo de afirmação crescente da rainha nos assuntos de Estado não é referido pelo representante português em Nápoles, mas em junho de 1776, Sá Pereira salienta num dos seus ofícios que o rei de Nápoles tinha “*cada vez mais envolvimento em tudo o que dizia respeito ao governo dos seus Estados*”.<sup>348</sup>

Constata-se ainda a opinião favorável transmitida pelo diplomata português em novembro de 1776 sobre Tannuci aquando da sua destituição dos principais cargos políticos em outubro de 1776. Dado afirmar o seguinte:

*“Tanucci continuava a governar esta monarquia com o mesmo sistema e incansável zelo, que vossa excelência aqui presenciou; não perdendo ocasião de abater por uma parte a demasiada autoridade que se haviam arrogado estes barões os quais em outros tempos eram insuportáveis; e por outros os abusos e entreprezas da corte de Roma, a fim de estabelecer os justos limites entre uma e outra jurisdição e de fazer cada vez mais respeitável o nome deste soberano.”*<sup>349</sup>

---

<sup>346</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 29-10-1776.

<sup>347</sup> VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009, p.186

<sup>348</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 04-06-1776.

<sup>349</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 05-11-1776.

Sá Pereira revela também duas razões que originaram o afastamento de Tanucci: teria caído no desagrado do rei por transmitir a Carlos III todas as medidas tomadas pelo soberano de Nápoles, o que levava o rei de Espanha a censurar, por vezes, as ações deste monarca que era seu filho. A segunda razão (apontada por Sá Pereira) consistia na discórdia de Tanucci relativamente à participação da rainha no Conselho de Estado, após o nascimento do primeiro infante, como ficara estipulado no contrato de casamento.<sup>350</sup>

Depois de Tanucci ser afastado, verifica-se um decréscimo da influência de Espanha na política do reino de Nápoles. Em contrapartida, o domínio austríaco apresentava-se em ascensão, tendo como principal representante a própria rainha.<sup>351</sup> No período de alguns meses ocorre em Portugal uma situação semelhante à experimentada por Tanucci, quando em consequência da doença e subsequente morte de D. José I, o Marquês de Pombal é desprovido de todos os seus poderes no governo do Reino. O rei português morre em fevereiro de 1777, mas a notícia do seu óbito só chega ao conhecimento de Sá Pereira em março, através das postas de Espanha.<sup>352</sup> Não obstante o governo pombalino ter terminado, Sá Pereira continuou o seu trabalho diplomático em Nápoles, doravante como representante de D. Maria I, faltando muitos anos ainda até retornar definitivamente a Lisboa.

#### ***2.4. A importância de Roma, Turim e Génova.***

O contacto e o intercâmbio de informação estabelecidos entre Nápoles e Lisboa através da diplomacia contêm várias vertentes passíveis de serem abordadas. A atividade diplomática direta e corrente praticada pelos representantes oficiais nas duas cortes era complementada por outras vias, mais institucionalizadas ou menos, que também contribuíam para o fluxo de informação sobre as principais ocorrências de interesse político e cultural relativas a ambas as nações. É neste contexto que assume agora um particular interesse avaliar o papel desempenhado pelos diplomatas portugueses acreditados em outros estados italianos, nomeadamente em Roma, Génova e Turim, como agentes do contacto entre Portugal e Nápoles.

---

<sup>350</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>351</sup> SALVATORELLI, Luigi, *Sommario della Storia d'Italia*, Torino, Einaudi, 1974, p. 386.

<sup>352</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 25-03-1777.

Tal não significa que se descarte a possibilidade de outros estados ou agentes diplomáticos, não referidos neste trabalho, terem sido uma via informadora entre portugueses e napolitanos, mas a proximidade geográfica e política daqueles estados italianos estimula a análise destes ‘itinerários informativos’.

A legação de Portugal em Roma – sede da cúria pontifícia e capital política dos denominados estados papais – esteve confiada no período em estudo a António Freire de Andrade Encerrabodes (1750-1756) e a Francisco de Almada e Mendonça (1756-1779). Este foi o estado italiano que teve as relações mais controversas com Portugal durante o tempo de Pombal, já bastante reconhecidas e estudadas pela historiografia, em trabalhos como o de Samuel J. Miller “*Portugal and Rome c. 1748-1830. An Aspect of the Catholic Enlightenment*”, ou o de António Lopes, na revista *Lusitania Sacra* “*Loucas Relações entre Clemente XIV e Pombal Sobre a Extinção da Companhia de Jesus*”. O que se pretende salientar são os reflexos do ambiente hostil entre Portugal e a Santa Sé para o contacto e circulação de informação entre os reinos napolitano e português, facultados especialmente pela pena de Almada e Mendonça e dos seus correspondentes em Lisboa: o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel e o secretário de estado do Reino, Carvalho e Melo.

Com efeito, pouco se retira da correspondência enviada pelo seu antecessor, António Freire de Andrade Encerrabodes, nomeado ainda por D. João V, em Março de 1750, após ser conhecida a notícia da morte do ministro plenipotenciário de Portugal em Roma, o Comendador Manuel Pereira Sampaio.<sup>353</sup> A justificação mais plausível para o escasso envio de ofícios por parte de Encerrabodes que mencionassem Nápoles consiste no desinteresse deste ministro em informar Sebastião José de Carvalho e Melo sobre este ou outro qualquer assunto, dado o desafeto e o desacordo existentes entre ambos.

“O facto notório de serem contrários reflete-se bem na correspondência de todo o período dessa missão: ofícios diretos, breves e impessoais, não raramente atrasados, de um para o outro, além do normal.”<sup>354</sup> Entende-se, assim, que não despachando de forma regular os assuntos da própria legação de Roma, muito menos Encerrabodes teria a preocupação de abordar questões respeitantes a outras paragens.

---

<sup>353</sup> *Courrier d'Avignon*, 6 de março de 1750.

<sup>354</sup> MIRANDA, Tiago dos Santos, “António Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783) no Espelho de Pombal”, in *Penélope*, nº30/31, 2004, p.100.

Da sua correspondência são apenas destacáveis três cartas que enviou em 1752 ao futuro Marquês de Pombal: uma a participar (como era usual) o nascimento de mais um príncipe das Duas Sicílias<sup>355</sup>, e duas referentes à movimentação de diplomatas napolitanos para cortes estrangeiras e ao motivo das respetivas jornadas. Na carta de 25 de maio de 1752 revela que “*aqui se acha o Duque Riario que dizem vai a Londres em qualidade de Embaixador del Rey das Duas Sicílias.*”<sup>356</sup>

A última carta de Encerrabodes em que alude à corte de Nápoles reporta-se à enviatura de um diplomata a Madrid com o objetivo de “*persuadir naquelas cortes ajuste com que S. Majestade Siciliana recusa a aceder ao tratado da neutralidade de Itália.*”<sup>357</sup> Uma questão possivelmente relacionada com a chamada ‘Revolução Diplomática’ que marcou o início da década de 1750, na sequência da assinatura do Tratado de Aix-la-Chapelle (1748). Este convénio originou a formação de um bloco católico-borbónico, encabeçado pela França e a Áustria, que constituía um sistema de alianças contra ingleses e prussianos.<sup>358</sup>

Em 1756 chega a Roma o diplomata Francisco de Almada e Mendonça, primo de Carvalho e Melo, apologista das ideias jansenistas e principal dirigente da campanha anti-jesuítica em Roma.<sup>359</sup> Assunto, aliás, dominante e presente em quase todo o conteúdo das cartas e ofícios que remeteu para Lisboa, incluindo as que se referiam ao reino de Nápoles e que interessam, particularmente, a esta tese. Não se devendo, porém, ignorar a intervenção de Mendonça noutras matérias não relacionadas com a erradicação da Companhia de Jesus, dado alguns aspetos de carácter cultural constarem também nos seus escritos referentes a Nápoles.

Antes de 1759 – ano da expulsão dos padres jesuítas de Portugal – nota-se que foram praticamente inexistentes os pareceres remetidos por Mendonça para a corte portuguesa com informações sobre o reino de Nápoles. Excepto em junho de 1758, quando informa

---

<sup>355</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de António Freire de Andrade Encerrabodes para Carvalho e Melo, de 18-05-1752.

<sup>356</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de António Freire de Andrade Encerrabodes para Carvalho e Melo, de 25-05-1752.

<sup>357</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de António Freire de Andrade Encerrabodes para Carvalho e Melo, de 26-10-1752.

<sup>358</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006, p.304.

<sup>359</sup> MILLER, Samuel J, *Portugal and Rome 1748-1830: An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978, pp.51-52.

Carvalho e Melo sobre uma pendência entre as cortes francesa e napolitana a respeito da nomeação de cardeais feita pelo Papa Clemente XIII; Mendonça explica que no dia 25 de maio o embaixador de França em Roma despachou para Nápoles um correio expresso relativo ao conclave para influenciar as escolhas, “*pois é certo que a França fará todo o possível para tirar ofícios aos cardeais napolitanos para poder fazer mais figura no conclave*”.<sup>360</sup>

Observa-se ainda que, a partir do momento em que a luta contra os jesuítas encabeçada pela corte portuguesa se torna mais acesa, provocando a saída destes clérigos de todas as terras de S.M. Fidelíssima, aumentou o volume de informações enviadas pelo ministro português na Santa Sé com referências ao reino napolitano. O processo de expropriação e retirada dos padres jesuítas de Portugal iniciou-se logo em janeiro de 1759, com “os sequestros dos conventos e casas dos jesuítas em Lisboa...a 22 do mesmo mês”.<sup>361</sup> No desenrolar das acções que se iam consumando contra a Companhia de Jesus no decurso de 1759, Mendonça escreve a Pombal contando o que sabe sobre a posição de S. Majestade Siciliana – que já equacionava substituir no trono de Espanha o seu irmão Fernando VI – a respeito dos jesuítas em Portugal e na América espanhola, situação que desagradava profundamente ao rei de Nápoles.

Recorrendo às palavras de um dignitário cardinalício, o diplomata apresenta, em Abril de 1759, o pretenso descontentamento do rei das Duas Sicílias relativamente à operação em curso contra a ordem protegida pelo Papa nos territórios sob soberania ibérica: “*O Cardeal Orsini protetor da coroa de Nápoles assegura ao Papa que sua Majestade Siciliana não aprova a conduta dos dois Ministérios de Portugal e de Espanha e que quando tomar as rédeas ao governo daquela monarquia examinará o Tratado dos Limites que foi o principal objeto da perseguição dos jesuítas.*”<sup>362</sup>

No mês seguinte é a D. Luís da Cunha Manuel que Mendonça fala do suposto apoio do rei de Nápoles aos jesuítas. “*Os Jesuítas fazem crer ao público que o real Conselho de Castela não obrou coisa alguma sem consentimento do Rei de Nápoles pois sendo bem*

---

<sup>360</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 01-06-1758.

<sup>361</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalves, *D. José na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, p.168.

<sup>362</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para D. Luís da Cunha Manuel, de 17-04-1759.

*informado da inocência dos jesuítas de Portugal ordenou ao sobredito Conselho que fizesse queimar por mão do Algoz não só os Folios anónimos que se tinham divulgado contra a Companhia, mas também a sentença, cartas régias e tudo quanto contra a mesma Companhia tinha publicado o Governo de El Rei nosso Senhor.*”<sup>363</sup>

Saber-se-á dias mais tarde que a alegada oposição do rei de Nápoles às medidas do governo português em desfavor dos jesuítas não passava de um boato levantado pelos padres dessa congregação. O que leva Mendonça a serenar o primo Carvalho e Melo, dizendo-lhe: “*tudo isto desvaneceu com uma voz.*”<sup>364</sup> Decorrida uma semana, escreve-lhe de novo para o avisar “*das demonstrações que El Rei de Nápoles fez fazer nesta para desmentir as fantasias dos padres jesuítas, que nem por isso deixam de continuar nas suas insolentes declamações contra El Rei nosso senhor e contra o seu governo.*”<sup>365</sup>

Em nova carta de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo surgem descritas as origens dos rumores sobre a posição do rei de Nápoles contra as manobras de Lisboa em relação à Companhia de Jesus e as diligências da corte napolitana para desmentir definitivamente tal boato. Primeiramente, o diplomata português responsabiliza pelo equívoco o Cardeal Orsini – ministro plenipotenciário napolitano em Roma,<sup>366</sup> o qual teria agido por influência do Geral dos jesuítas. Orsini assegurou ao Papa que seria do agrado de S. Majestade Siciliana toda a proteção que sua Santidade prestasse aos jesuítas, mesmo sem qualquer instrução da sua corte.<sup>367</sup>

Na mesma carta, Almada e Mendonça refere ter dado conhecimento do acontecido ao ministro português em Nápoles, José da Silva Pessanha, “*o qual me respondeu pedindo que escrevesse uma carta ostensiva, que logo lhe dirigi, e ele mostraria àquele Ministro de Estado.*”<sup>368</sup> Por último, revela algumas contendas pendentes entre Nápoles e a Santa Sé, ao escrever: “*El Rei de Nápoles também tem duas pretensões pouco agradáveis à sede apostólica, a primeira pretende a lista dos Núncios, como tem as mais cortes, a*

---

<sup>363</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para D. Luís da Cunha Manuel, de 03-05-1759.

<sup>364</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 10-05-1759.

<sup>365</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 17-05-1759.

<sup>366</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario 1757-1758*, a cura di G. Lucia., Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, p.718.

<sup>367</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 13-06-1759.

<sup>368</sup> Idem, *ibidem*.

*segunda pretende que lhe faça um cardeal na primeira promoção. Todas estas pretensões, é muito provável que favoreçam a nossa porque sendo a mais justa deve também ser a mais bem-sucedida, e assim o espero.*”<sup>369</sup>

Em abril de 1759 D. José I dirige-se por escrito à Santa Sé a indagar se S. Santidade avalizava o julgamento coletivo dos jesuítas pela Mesa de Consciência e Ordens – acusados de serem os principais indutores do atentado de que tinha sido alvo no ano anterior. Obtém meses mais tarde (em 2 de agosto) a resposta do Papa, abonatória de um julgamento restrito aos padres alegadamente envolvidos na tentativa de regicídio e não de todos membros da Ordem, assumindo, desta forma, o Sumo Pontífice uma determinação contrária à desejada por Portugal.<sup>370</sup>

Durante esta disputa entre a corte apostólica e a portuguesa coube a Mendonça reportar a D. Luís da Cunha Manuel a posição que sabia terem muitos ministros estrangeiros em relação a esta questão, destacando, em particular, a opinião de um ministro de Nápoles. Embora não refira o nome do dito ministro, poderia muito bem ser Tanucci, dada a sua posição regalista, o seu interesse na questão como jurista e por se conhecer a sua correspondência com amigos de Roma como o Cardeal Neri Corsini, núncio apostólico em Nápoles entre 1744 e 1755.<sup>371</sup> Da carta do diplomata português retira-se o seguinte excerto:

*“Primeiro todos os Ministros Estrangeiros e ainda a maior parte do sacro colégio estranharam o haver S. Majestade recorrido à Santa Sé, para castigar os réus de tão execrando assassínio, e um dos Primeiros-ministros d’El Rei de Nápoles me consta que escreveu a um seu amigo de confiança formalizando-se muito, que sua Majestade Fidelíssima se privasse da sua Autoridade real e abrisse uma estrada às pretensões de Roma em matéria de jurisdições.”*<sup>372</sup>

Mendonça passou o mês de agosto de 1759 quase inteiramente na Campânia, território do reino napolitano<sup>373</sup>, deslocando-se em 25 de setembro para Caprarola na região de

---

<sup>369</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>370</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit. p.171.

<sup>371</sup> TANUCCI, 1985, op.cit. p.282.

<sup>372</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para D. Luís da Cunha Manuel, de 14-07-1759.

<sup>373</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, de Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 09-08-1759.

Lazio, também pertencente aos territórios do rei de Nápoles. Em Caprarola ficou hospedado num palácio do soberano de Nápoles, como afirma na carta que enviou ao recentemente condecorado Conde de Oeiras:

*“Ontem me retive a esta casa de Campania, na forma que avisei a V. Excelência no correio próximo passado até 25 de Setembro quando as obrigações do meu Ministério o permitam, conto partir para Caprarola a desfrutar o benefício daquele clima que é agora propício à minha saúde como também por não desprezar os favores de S. Majestade Siciliana que me concedeu o uso daquele seu palácio.”*<sup>374</sup>

É provável, embora não o explicita nos seus escritos, que Mendonça tenha ficado instalado no Palácio Farnese transferido pela rainha de Espanha Elisabete Farnese, mulher de Filipe V, para o filho Carlos de Bourbon.<sup>375</sup> Esta gentileza do rei de Nápoles para com o diplomata português não prova a existência de qualquer cooperação entre as duas cortes, mas demonstra existir uma relação cordial entre as casas reais, indiciando ainda a aprovação de Carlos de Bourbon ao trabalho até então desenvolvido por Mendonça junto à cúria Romana.

Finalmente, em 3 de setembro de 1759, é promulgada a Lei de Expulsão que determina o banimento dos jesuítas de qualquer parcela de território português (europeu ou colonial),<sup>376</sup> precipitando a rotura com Roma no ano seguinte. Esta quebra de relações obrigou grande parte dos portugueses residentes neste estado do Papa a partir para outros destinos. Mendonça (também ele ausente da cidade pontifícia) informa de Génova para Lisboa que os portugueses que abandonaram Roma foram maioritariamente para Nápoles e para a Toscana, tendo uma pequena minoria retornado à pátria. *“Todos os nacionais, exceto alguns, que como lá não têm que perder, têm saído de Roma. A maior parte passa para o Reino de Nápoles, alguns para a Toscana e poucos para esse reino.”*<sup>377</sup>

Nos anos seguintes, Portugal e a Cúria Romana permaneceram de ‘costas voltadas’, a questão jesuítica continuou no centro das dissensões e cada vez mais o governo de Lisboa procurava concordância de outros estados com a total abolição da Companhia de

---

<sup>374</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 16-08-1759.

<sup>375</sup> CHILVERS, Ian, *Dizionario dell'arte*, Milano, Baldino Castol di Da lai Editore, 2008, p.335.

<sup>376</sup> SUBTIL, José, *Terramoto Politico (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006, p.144.

<sup>377</sup> ANTT, MNEJ- MF, 6450, Francisco de Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, de 06-10-1760.

Jesus. “O êxito da ofensiva da propaganda portuguesa teve muito a ver com a recetividade que as ideias de Pombal encontraram entre outros reformadores católicos do sul da Europa.”<sup>378</sup>

Distante de Roma desde 1760, Mendonça mantém-se atento e constantemente informado sobre os passos dos ‘inimigos’ jesuítas. No ano de 1761, encontrava-se em Turim, de onde continua a emitir pareceres para Lisboa sobre as ocorrências que lhe eram noticiadas acerca do comportamento dos padres da Companhia de Jesus em Nápoles. Em dezembro desse ano, (através de correspondência de Francisco de Almada que se encontra junto à documentação referente à legação de Portugal em Nápoles) informa a D. Luís da Cunha Manuel que “*os jesuítas se fizeram mais petulantes com a notícia do sucesso de Malagrida: em Nápoles benzem os doentes com um bordão e, em Palermo, com uma carta que dizem serem relíquias deste (como eles lhe chamam) servo de Deus.*”<sup>379</sup>

Sobre o que Almada designa de sucesso de Malagrida – jesuíta italiano nascido em Menaggio, que foi missionário no Brasil antes de se estabelecer em Lisboa – podemos fazer duas observações: a primeira ligada ao facto de não terem sido julgados todos os jesuítas acusados, como queria o Conde de Oeiras, pois (como é explicado) D. José “travou as pretensões de Pombal em relação ao julgamento dos jesuítas, porque o desejo do Ministro era faze-los julgar por um tribunal civil, o que era sem dúvida um atropelo ao Direito Canónico.”<sup>380</sup> Os eclesiásticos da Ordem foram poupados, à exceção do padre Gabriel Malagrida que, condenado à morte, foi garrotado e queimado na fogueira num auto de fé na praça do Rossio, em Lisboa.

A segunda observação acerca do comentário do diplomata português prende-se com a imagem de terror transmitida por Portugal para o exterior após o suplício de Malagrida em 20 de Setembro de 1761, que não só suscitou críticas por toda a Europa<sup>381</sup> como forneceu aos jesuítas a oportunidade de explorarem como mártir a “imagem

---

<sup>378</sup> MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal, Lisboa*, Editorial Presença, 2001, p.38.

<sup>379</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Francisco de Almada e Mendonça para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-12-1761.

<sup>380</sup> MONTEIRO, Miguel Corrêa, *Inácio Monteiro (1724-1812) Um Jesuíta Português na Dispersão*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p.181.

<sup>381</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit. p.188.

santificadora” do defunto padre para se vitimizarem e manterem a sua influência junto das populações, como aparentemente aconteceu em Nápoles.

Mendonça chega mesmo a declarar, em dezembro de 1761 (três meses após o auto de fé): “*é verdade que aqui corre uma voz de que os jesuítas prevalendo-se da aversão, que os napolitanos têm ao St. Ofício espalham na capital daquele Reino embustes contra o de Lisboa, e proclamam mártir o seu Gabriel Malagrida, mas este é um facto que não averigui ainda.*”<sup>382</sup>

Com o passar dos anos, a ofensiva diplomática de Pombal junto de outros reinos europeus para que apoiassem a abolição integral da Companhia de Jesus começou a dar os seus frutos. De facto, entre 1759 e 1767 os jesuítas acabariam por ser expulsos de Portugal, França, Espanha e Nápoles. O triunfo final dos desígnios pombalinos contra os ‘filhos de Loiola’ ocorreria graças à cooperação e intervenção diplomática dos napolitanos, franceses e espanhóis junto do Papa, que acaba por ceder, decretando a extinção da Companhia de Jesus na Bula de 21 de julho de 1773.<sup>383</sup>

O próprio Almada e Mendonça recebeu instruções de Lisboa para se juntar a este esforço diplomático internacional que visava a dissolução completa dos jesuítas por ordem da Santa Sé, como se pode ler nesta carta de D. Luís da Cunha Manuel: “*nem pela outra parte tenha V. ilustríssima a menor omissão em unir os seus ofícios e diligências às do embaixador de França, e Ministros de Espanha e Nápoles.*”<sup>384</sup>

Embora o principal assunto abordado nos ofícios de Mendonça se relacionasse com os padres jesuítas, o ministro plenipotenciário expedia também informações de cunho cultural que aproximavam Nápoles e Lisboa. A importância do envolvimento dos agentes diplomáticos na propagação de aspetos culturais entre a corte portuguesa e napolitana será tratada em capítulos posteriores.

Turim era, nesta época, uma das principais capitais políticas italianas. Ali estava a corte ou sede do, oficialmente denominado, reino da Sardenha, o qual, na verdade, era desde 1720 uma monarquia compósita governada pela Casa de Sabóia e que incluía, entre

---

<sup>382</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Francisco de Almada e Mendonça para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-12-1761.

<sup>383</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, p. 67.

<sup>384</sup> ANTT, MNE, Caixa 958, de D. Luís da Cunha para Francisco de Almada e Mendonça, de 27-02-1769.

outros, o reino da Sardenha, o principado do Piemonte e o ducado de Sabóia. O papel desempenhado pela legação de Portugal em Turim não difere muito do de Génova, no que se refere à propagação de informações acerca da corte de Nápoles. À frente da legação de Turim esteve D. Vicente de Sousa Coutinho, entre 1762 e 1763, e D. Henrique de Menezes, de 1763 até 1777. De acordo com os ofícios desta legação, as novidades que os ministros portugueses transmitiam sobre o reino de Nápoles reportavam-se especialmente à permanente influência que Espanha continuava a exercer sobre aquele reino, à grande fome de 1764 e, inevitavelmente, à luta anti-jesuítica.

Após a guerra de sucessão austríaca, o Tratado de Aix-la-Chapelle de 1748 entregou os Ducados de Parma, Guastalla e Piacenza a D. Filipe de Bourbon, infante de Espanha (irmão do futuro Carlos III). O mesmo tratado estipulou também que, caso Carlos VII ficasse com a coroa de Espanha, passando Nápoles para a posse da Áustria, D. Filipe ficaria com o reino de Nápoles e com os Ducados de Parma e Guastalla, cabendo a Carlos Emanuel III da Sardenha o Ducado de Piacenza.<sup>385</sup>

Como já referido, o rei de Nápoles acaba por assumir o trono espanhol em 1759, após a morte de Fernando VI, deixando a coroa das Duas Sicílias ao filho, o Infante Fernando, e não ao seu irmão D. Filipe, contrariando assim o articulado do Tratado de Aix-la-Chapelle. Este episódio irá desencadear uma série de contactos diplomáticos protagonizados pela corte de Nápoles, destinados a estabelecer tratos que cessassem as reivindicações da Áustria e da Sardenha sobre os ducados de Parma, Guastalla e Piacenza.

Nesta sua primeira enviatura diplomática como enviado extraordinário de Portugal a Turim, D. Vicente de Sousa Coutinho – que será mais tarde nomeado embaixador na corte francesa<sup>386</sup> – comunicou à corte em Lisboa as novas que lhe chegavam acerca da ação diplomática em curso para manter D. Filipe de Bourbon como soberano dos ducados de Parma, Guastalla e Piacenza. Ao escrever a D. Luís da Cunha Manuel, em 27 de novembro de 1762, Sousa Coutinho refere: “*El rei Católico tem no coração*

---

<sup>385</sup> FERRARI, Maria Claudia, “Una Controversia di Politica Estera. La Riversione del Piacentino,” in *Bernardo Tanucci Statista Letterato Giurista, Atti del Convegno Internazionale e di Studi per il Secondo Centenario, 1783-1783*, a cura di R. Ajello e M. D’Addio, Napoli, Vol. I, 1988, pp. 262 e 263.

<sup>386</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Memórias do Duque de Palmela*, Alfragide, Dom Quixote, 2010, p.60.

*sustentar a seu filho a coroa das Duas Sicílias, e ade evitar quanto a possa fazer trémula, ou menos segura.*”<sup>387</sup>

Durante as conferências de Paris de 1763, a situação parece encaminhar-se em sentido favorável à corte napolitana, pelo que Sousa Coutinho escreve que “*S. Majestade Sarda se resolve a aceitar o dinheiro que Espanha lhe havia proposto*” para abandonar a sua pretensão sobre Piacenza.<sup>388</sup> Neste mesmo reporte, o diplomata português alega ter lido cópias exatas dos ofícios de Bernardo Tanucci referentes a esta questão.<sup>389</sup>

Em maio de 1763 chega a Turim o aviso da nomeação de D. Vicente de Sousa Coutinho para a embaixada na corte de Paris, partindo para França no mês seguinte.<sup>390</sup> No final de 1763, a legação de Portugal em Turim é atribuída ao ministro plenipotenciário D. Henrique de Menezes, que é quem passa a assinar as informações dali provindas sobre o que acontece na corte de Nápoles. Sobre a penosa situação de fome que aflige em 1764 as populações napolitanas, envia em março a seguinte descrição dos acontecimentos:

*“O povo já se atreve a entrar nas casas dos particulares, e a roubar tudo o que encontra. Todos têm mandado para fora da cidade os objetos mais preciosos, e não obstante o grande número de tropas que a regência chamou àquela capital, S.M. Siciliana se reclusou a uma casa de campo, o que contribuiu para aumentar a consternação.*”<sup>391</sup>

Em Espanha, Carlos III apoquentava-se com a situação do reino confiado ao seu filho, considerando o monarca ser necessário identificar os responsáveis por tal calamidade. Desta exigência deu parecer para Lisboa Henrique de Menezes, certificando que “*ao Conselho de Regência tinha chegado segunda carta de S. M Católica, não só o repreendendo, mas ameaçando-o de castigo grande, pela negligência, que tinha mostrado naquela conjuntura.*”<sup>392</sup>

---

<sup>387</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de Vicente de Sousa Coutinho para D. Luís da Cunha Manuel, de 27-11-1762.

<sup>388</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de Vicente de Sousa Coutinho para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-01-1763.

<sup>389</sup> Idem, *ibidem*

<sup>390</sup> SANTAREM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VI, Paris, J. P. Aillaud, 1850, p.92.

<sup>391</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 17-03-1764.

<sup>392</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 05-05-1764.

A continuidade da epidemia causada pela grande fome de Nápoles torna evidente ao representante de Portugal em Turim algumas das reformas propostas para debelar a tragédia, apontando (como era desejo de Carlos III) os pretensos responsáveis pela mesma: *“A mortandade em Nápoles começa a diminuir no povo, mas as doenças se têm comunicado à nobreza, e a mais pessoas que vivem com abundância, o susto é tal que os doentes recebem os sacramentos sem fausto... Na mesma capital houve publicamente uma memória, que dizem ser feita pelo Marquês Tanucci, na qual demonstra, que para diminuir os abusos e as desordens no reino, é necessário que S. M. siciliana diminua consideravelmente as prerrogativas e a grande autoridade da nobreza.”*<sup>393</sup>

Em setembro de 1764, a situação parece regressar à normalidade com a cessação das mortes e das doenças.<sup>394</sup> Mas, em contrapartida, vislumbra-se o começo de uma disputa política interna pela regência de Nápoles. *“Havia grandes bulhas entre os membros da regência, sobre o modo porque se devia tomar contas à cidade das grandes somas de dinheiro que se empregaram na compra dos trigos no tempo da fome. Os sicilianos que estão na regência eram do partido do Marquês Tanucci, os napolitanos contra, mas os últimos requereram a Madrid pedindo uma decisão de S.M Católica.”*<sup>395</sup> A avaliação de Carlos III sobre a dissensão foi favorável ao partido de Tanucci, segundo afirma Menezes a D. Luís da Cunha Manuel.<sup>396</sup>

Um outro elemento de mudança na sociedade napolitana está relacionado com a expulsão dos jesuítas e a ocupação pelo governo dos bens e áreas de influência dos membros dessa ordem religiosa. Era conhecida a pouca simpatia que o ministro Tanucci nutria pelos jesuítas. Logo que é decretada a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios do rei Católico, Tanucci começa a preparar o mesmo cenário em Nápoles, iniciativa que é apoiada pelo governo de Madrid.

Os ofícios de Menezes mostram que estava em Turim bem informado sobre as diligências anti-jesuíticas de Nápoles. A ponto de escrever para a secretaria de estado em Lisboa: *“o Marquês Tanucci deseja ver fora de Nápoles os jesuítas, e que se entende que as cartas particulares que continuamente recebe de D. Manuel de Roda o mantêm*

---

<sup>393</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-07-1764.

<sup>394</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-09-1764.

<sup>395</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 22-09-1764.

<sup>396</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 06-10-1764.

*ainda mais nesta boa vontade.*<sup>397</sup> Em julho de 1767 Menezes parece não duvidar que a expulsão dos jesuítas de Nápoles ocorreria muito em breve: *“Todas as cartas que aqui se recebem de Nápoles, dão os maiores indícios da próxima expulsão dos jesuítas daqueles dois reinos.”*<sup>398</sup> Um vaticínio que se confirmará definitivamente para Portugal em dezembro desse mesmo ano.<sup>399</sup>

Em Génova – cidade capital da república do mesmo nome – a diplomacia portuguesa contava apenas com uma representação de nível consular. Mas, tal como acontecia com Francisco de Almada e Mendonça, também os cônsules de Portugal em Génova demonstraram uma intervenção ativa no intercâmbio informativo que se estabeleceu entre Portugal e Nápoles no terceiro quartel de Setecentos. Numa primeira fase, as notícias eram divulgadas por Nicolau Piaggio e, após a sua morte (a 15 de maio de 1772)<sup>400</sup>, pelo seu sucessor no consulado: o filho João Piaggio. À semelhança do representante português em Roma, também os cônsules da família Piaggio detinham um papel relevante no despacho de informação cultural, através do envio de diversas publicações provenientes de Nápoles e do seu envolvimento direto em questões negociais ligadas à arte musical, aspeto que será pormenorizado mais adiante.

Neste subcapítulo descrevam-se as notícias mais rotineiras que de Nápoles chegaram ao conhecimento destes dois cônsules na década de 1760, e que eles, em jeito de carta ou de ofício, transmitiam ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em Lisboa.

São dois os assuntos mais frequentes nos escritos despachados pelo consulado de Génova: um respeitante à descrição dos acontecimentos e desenvolvimentos políticos ocorridos em Nápoles no decurso da grande fome de 1764; o outro remetendo para a matéria que à época centrava a atenção de qualquer diplomata português – a ação internacional contra os jesuítas. Num volume bem mais reduzido de documentos, é também focada a queda política do Marquês Bernardo Tanucci, o poderoso ministro do reino de Nápoles, em 1776.

---

<sup>397</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 16-05-1767.

<sup>398</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-07-1767.

<sup>399</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 05-12-1767.

<sup>400</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-05-1772.

Dos três temas que integram grande parte do conjunto informativo emitido de Génova exponha-se primeiramente a grande fome de Nápoles, deflagrada ainda no ano de 1763, com o advento em várias partes da península itálica da crise cerealífera resultante das más colheitas desse ano. No reino de Nápoles a escassez de víveres atingiu uma gravidade tal que deu origem à maior fome do século, no ano de 1764. E, por consequência, a um aumento muito significativo da mortalidade em todo o reino, causada pela falta de alimentos e as consequentes epidemias. Em simultâneo, agravando ainda mais a situação, a necessidade de recorrer à importação de uma grande quantidade de cereais para colmatar a extrema carência alimentar dos napolitanos provocou uma crise financeira.<sup>401</sup>

Para que em Lisboa os governantes se inteirassem da desgraça que assolava o reino de Nápoles, Nicolau Piaggio alude frequentemente à calamidade. Em abril de 1764 alerta: *“as notícias da fome continuam cada vez mais tristes, particularmente as de Nápoles e as de Roma pela calamidade daquelas cidades e províncias que se acham sem trigo. Deus os remedeie a todos como pode.”*<sup>402</sup> O cônsul não se limita, porém, a descrever o desolador cenário. Num ofício de julho de 1764 expressa a sua opinião, culpabilizando a má gestão do governo napolitano pelo agravamento da situação em Nápoles. A sua apreciação é feita nas seguintes palavras:

*“Pelas providências que deram os senhores daquela regência, ainda que muito tarde, as doenças no povo tem diminuído, mas a nobreza começou a padecê-las com bastante violência, me escrevem vários que já não morrem tantas pessoas, mas sempre soante na cidade não passava dia que não morresse mais de 150 pessoas. Todos efeitos de uma administração que certamente não é muito plausível.”*<sup>403</sup>

Parecia ser grande o interesse de Portugal pelas notícias mais recentes sobre a grande fome em Nápoles e as medidas preventivas para evitar a sua propagação. Uma carta de D. Luís da Cunha Manuel a Piaggio é demonstrativa desse interesse. *“Aqui nos achamos ainda com o cuidado que nos causam as doenças de Nápoles, vossemecê nos*

---

<sup>401</sup> ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, pp.115 e 116.

<sup>402</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 09-04-1764.

<sup>403</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 16-07-1764.

*avise em todos os correios o estado que elas vão tendo, e as precauções que contra elas nessa Republica se tomam.*”<sup>404</sup>

O termo da crise napolitana é finalmente noticiado no Outono de 1764: *“pelo que respeita as doenças que foram no reino de Nápoles, graças a Deus, as notícias que de lá vieram nestas duas últimas postas, são mais firmes que nunca, porque todas as cartas afirmam que desvaneceram inteiramente.*”<sup>405</sup> No ano seguinte, a tragédia de 1764 era já só mencionada pelas reformas empreendidas pelo governo para que Nápoles não voltasse a sofrer semelhante catástrofe.<sup>406</sup>

Neste ponto, vale a pena expor as palavras escritas por Nicolau Piaggio em Março de 1765, sendo talvez a melhor forma de atestar o fim da crise e de se aferir a atitude festiva dos napolitanos perante a primeira colheita abundante. *“Em Nápoles e muito menos em Sicília continuam a desfrutar aqueles povos da mais perfeita saúde, e da sua primeira abundância, mas não com aquela antiga comodidade nos preços porque, como várias pessoas me escrevem, em tudo geralmente se experimentava um conhecido excesso, porém, não deixaram o carnaval, fazem-no com muita alegria de teatros e inumeráveis festins e passatempos, a que aquela nação é naturalmente inclinada, e neste ano se vingaram do pouco que no passado se divertiram. E ainda que a tropa tivesse ordem de não maltratar o povo, não se puderam escusar algumas mortes. Refiro a V. Excelência tudo isto para que veja que em Nápoles em lugar de doenças, há galhofas.*”<sup>407</sup>

Lisboa permanecia, no entanto, reticente relativamente à recuperação de Nápoles, persistindo quem afirmasse o retorno da crise. Em janeiro de 1765, o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra não crê que a fome napolitana se tenha dissipado em definitivo e, revelando uma manifesta prudência, solicita a atenção de Piaggio às notícias provenientes de Nápoles. *“Presentemente se oferece dizer que as doenças de Nápoles se tornam a renovar, e assim vou advertir a vossemecê o avisar-*

---

<sup>404</sup> ANTT, MNE, Caixa 951, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel de 24-08-1764.

<sup>405</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel de 15-10-1764.

<sup>406</sup> DAVIS, John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006, p.35.

<sup>407</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 11-03-1765.

*nos em todas as postas do que aí se souber com certeza, neste particular, pois é de tanta consequência, quanto vossemecê conhece.*”<sup>408</sup>

O período da grande fome coincide com a campanha internacional contra a Companhia de Jesus iniciada pelo Conde de Oeiras, não deixando Nicolau Piaggio (como muitos dos seus colegas noutras cortes) de enviar para Lisboa toda e qualquer informação respeitante aos jesuítas que por ele passasse. No que concerne às ações napolitanas, o facto mais reportado de Génova é a expulsão dos jesuítas do reino de Nápoles e Sicília, em 1767, e respectivas consequências.

À data da entronização de Carlos III como rei de Espanha, em 1759, a Companhia de Jesus não poderia prever a extinção em preparação e o descrédito que sobre ela se abateu em terras espanholas. Contudo, nos anos seguintes o soberano foi fortemente aconselhado (e pressionado) a agir contra a referida Ordem pelo seu anterior ministro que permanecera em Nápoles, Bernardo Tanucci, e pelo seu governo em Madrid. Governo no qual “havia entrado Manuel de Roda, com a sua obsessão contra a Companhia, como secretário de Graça e Justiça, ministério decisivo em todas as questões eclesiásticas.”<sup>409</sup> Não tardaria a proibição da presença dos jesuítas no reino de Espanha, ocorrida em finais de março de 1767. Em Nápoles, receando idênticas medidas, os jesuítas iam tomando algumas precauções, como assinala Nicolau Piaggio: *“Até ao presente em Nápoles não havia novidade para aqueles jesuítas, somente que tinham queimado muitos papéis porque temem que serão expulsos e que depositaram muitas coisas de noite em várias casas de seus devotos.*”<sup>410</sup>

Em setembro de 1767, Piaggio reportava o confisco do património detido pela Companhia de Jesus no reino das Duas Sicílias e a expulsão de parte dos seus membros, pese embora a tenaz resistência manifestada pela Santa Sé:

*“No reino de Nápoles foi daquele fisco régio feito sequestro de todos os bens que lá tinham os sobreditos corvos, não obstante as pretendidas oposições da corte de Roma.*

---

<sup>408</sup> ANTT, MNE, Caixa 951, de D. Luís da Cunha Manuel para Nicolau Piaggio, de 15-01-1765.

<sup>409</sup> TEÓFANES EGIDO, “El Siglo XVIII: Del Poder a la Extinción”, in Egido Teófanos coord., *Los Jesuítas en España y en el Mundo Hispánico*, Madrid, Centro de Estudios Hispánicos e Ibero-americanos, 2004, p. 256.

<sup>410</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-05-1767.

*Aqui junta, remeto a V. Excelência, cópia da relação da expulsão dos jesuítas da Sicília e de Palermo.*<sup>411</sup>

Decorreriam, contudo, mais dois meses até se efetivar a saída definitiva dos jesuítas de Nápoles. No dia 21 de Novembro de 1767 foram expulsos 388 padres da Companhia, à semelhança do que havia sucedido anteriormente noutras cortes borbónicas.<sup>412</sup> Alcançada a expulsão dos jesuítas dos seus reinos por decisão dos respetivos soberanos, os Bourbon e demais monarcas aliados pretendiam que a Santa Sé decretasse a total supressão da Companhia.

Em setembro desse ano de 1772, as negociações das cortes borbónicas com a Santa Sé para a abolição da Companhia de Jesus pareciam estar em franco desenvolvimento. A cooperação estabelecida entre os reinos hostis aos jesuítas estava a ser profícua. Sobre este assunto, João Piaggio dá notícia reportando o acordo que se ia fazendo em Nápoles e que muito interessaria a Portugal: “*O Sr. Munino Ministro de Espanha em Roma tinha partido para Nápoles a gozar de aquelas festas, outros dizem que no mesmo tempo deve conferir com o Ministro Tanucci para acabar em bem os seus negócios com o Papa a respeito da extinção dos jesuítas.*”<sup>413</sup>

O sucesso das referidas negociações com Roma parecia evidente em abril de 1773, como assegurava Piaggio que tomava conhecimento da situação por cartas secretas vindas de Nápoles.<sup>414</sup> Nesta ocasião ainda se encontravam tropas napolitanas em Benevento e Pontecorvo, que haviam marchado para estes territórios pontifícios em 1768, como forma de pressão para que a Santa Sé declarasse a extinção dos jesuítas.<sup>415</sup> Esta contenda só cessaria em 21 de julho de 1773 com a aprovação da Bula *Dominus ac Redemptor Noster Jesus Christus*, que dava como revogada a Companhia de Jesus.<sup>416</sup>

---

<sup>411</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 04-09-1767.

<sup>412</sup> IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p.82.

<sup>413</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de João Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel de 07-09-1772.

<sup>414</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de João Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 10-04-1773.

<sup>415</sup> CECHIELLO, Gaetano, “La Estrategia Antiromana de Bernardo Tanucci Ante Los Accontecimientos de 1768”, in *Revista de Historia Moderna*, nº18, Universidad de Alicante, 2000, p.41.

<sup>416</sup> SERRÃO, 1982, op.cit. p.67.

O desfecho da ‘cruzada’ contra os jesuítas não pôs fim ao envio das notícias de Nápoles por Piaggio, mas o seu teor informativo tornou-se diferente, passando a destacar principalmente o quotidiano da corte e as esporádicas remodelações ministeriais, a mais importante das quais é divulgada em novembro de 1776, respeitando à destituição política de Bernardo Tanucci. Comunicada por Piaggio em poucas palavras e como se tratasse de uma mera uma jubilação: “*Considero que antes da presente, pela via de Madrid V. Excelência terá entendido a grande notícia de Nápoles da jubilação do Sr. Marquês Tanucci e de estar em seu lugar nomeado por o Secretário de Estado Marquês de La Sambuca.*”<sup>417</sup>

### **Conclusão**

Face ao exposto no presente capítulo conclui-se que, no que respeita à política de representação diplomática, os dois reinos seguiram estratégias distintas, destacando-se como elemento diferenciador a maior rotatividade das nomeações dos diplomatas napolitanos na capital portuguesa em contraponto aos três representantes nacionais indigitados para Nápoles ao longo de 24 anos. Enquanto a corte de Nápoles nomeou para Lisboa vários ministros plenipotenciários entre os anos de 1753 e 1777, durante o mesmo período a corte portuguesa acreditou em Nápoles somente três diplomatas: José da Silva Pessanha, Aires de Sá e Melo e José de Sá Pereira.

Verifica-se ainda que, em dois casos, a missão em Nápoles antecedeu uma progressão significativa na sua carreira, e no restante, a permanência prolongada em funções poderá ter-se devido ao mérito do seu trabalho e à confiança depositada neste titular. Dos ministros plenipotenciários enviados para Nápoles, dois foram posteriormente promovidos ao cargo de embaixador na corte de Madrid, e o último, José de Sá Pereira, permaneceria no reino de Nápoles durante mais de quatro décadas. No caso de Aires de Sá e Melo, dada a sua estreita ligação ao Marquês de Pombal, chega mesmo à chefia da secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Como se infere pela vasta biblioteca que foi compondo ao longo da sua vida, José da Silva Pessanha foi, dos três ministros, o mais culto e interessado em literatura. Sobre a

---

<sup>417</sup> ANTT, MNE, Caixa 276, de João Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 11-11-1776.

sua estada no reino de Nápoles e no que concerne às pretensões da corte de Portugal, no sentido de se estabelecerem e fortalecerem os laços de amizade entre as duas coroas, pode afirmar-se que Pessanha cumpriu devidamente estas instruções, tornando-se muito próximo do rei Carlos de Bourbon e do seu mais importante secretário de estado, o Marquês de Tanucci.

Em contrapartida, a relação de Pessanha com Sebastião José de Carvalho e Melo não foi tão cordial. O diplomata suscitou o desagrado do poderoso valido de D. José, acabando por ser destituído de todos os cargos, após ter concluído a sua missão em Espanha, cujo termo se deveu à guerra da Península Ibérica. Embora tenha sido, dos três diplomatas que se acreditaram em Nápoles no período em estudo, o aparentemente mais qualificado para a carreira diplomática foi o mais hostilizado pelo governo de Lisboa, que não lhe atribuiu qualquer outro cargo, ao que as fontes indiciam devido à falta de confiança que Pombal nele depositava.

No que respeita a Aires de Sá e Melo, ressalta a sua proximidade a Pombal e a consequente ascensão política resultante dessa relação próxima e de grande lealdade ao secretário do Reino. A sua nomeação para Nápoles apresenta duas peculiaridades evidentes: em primeiro lugar a sua manifesta impreparação para ingressar na carreira diplomática; em segundo lugar, por à data da sua nomeação já ser secretário-adjunto de Sebastião José de Carvalho e Melo e seu braço direito.

Considerando que Nápoles era uma corte de relevância secundária para a política externa portuguesa, este facto torna algo estranha a nomeação de Aires de Sá, que nesse momento já ocupava em Portugal uma posição de grande relevo político. Não se pode afirmar inequivocamente os motivos que determinaram a sua envidatura para o reino de Nápoles, mas é possível aventar duas hipóteses: a primeira prende-se com a necessidade de Carvalho e Melo lhe conceder um novo cargo, uma espécie de compensação por ter escolhido o irmão, Mendonça Furtado, para seu secretário-adjunto nos Negócios do Reino. A segunda hipótese para o envio de Aires de Sá para Nápoles poderá ter que ver com a necessidade sentida por Pombal de ali colocar um diplomata “político”, da sua estreita confiança pessoal, capaz de trabalhar ativamente na campanha empreendida contra os jesuítas, que Pombal pretendia que adquirisse dimensão internacional.

No caso de José de Sá Pereira, a sua longa permanência em Nápoles como ministro plenipotenciário indicia um cenário de estabilidade na relação entre as duas cortes e o agrado pelo trabalho deste diplomata que, perdurando muito além do reinado de D.

José, lhe permitiu naturalmente conhecer melhor que os seus predecessores as pessoas, a cultura e a política do reino de Nápoles.

Embora Pessanha, Aires de Sá e José de Sá Pereira tenham sido os representantes oficiais de Portugal em Nápoles – e, por conseguinte, os informantes mais diretos de Lisboa sobre o que acontecia naquela corte, este estudo demonstra que a via diplomática no que respeita à transmissão de informações era muito flexível: não era feita somente a partir de Nápoles, mas também através de outras capitais italianas, e não se limitava ao reporte de factos institucionais. É neste contexto que se inserem os representantes de Portugal acreditados em Roma, Génova e Turim, cujos ofícios regularmente enviados para Lisboa continham, amiúde, notícias de Nápoles.

De Roma, Turim e Génova chegavam frequentemente ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em Portugal, informações sobre as ocorrências de Nápoles. Muitas delas eram notícias já repetidas, de teor idêntico ou igual às transmitidas em primeira instância pelos ministros plenipotenciários acreditados naquela cidade, mas outras reportavam factos inéditos desconhecidos em Lisboa, complementando assim os ofícios emitidos de Nápoles. Este variado conjunto de informantes (em diferentes localizações e com perspetivas distintas) assegurava a chegada de mais novidades a Lisboa, o que garantia a existência de fontes alternativas, caso ocorresse algum desvio do correio. Os temas abordados com mais frequência pelos representantes diplomáticos portugueses em Roma, Turim e Génova eram praticamente os mesmos dos remetidos de Nápoles pelos ministros plenipotenciários.

## Capítulo 3

# Representação diplomática napolitana em Portugal

Como já foi assinalado no início do capítulo precedente, a formalização das relações diplomáticas directas entre os reinos de Portugal e Nápoles só se iniciou em 1753, através da acreditação recíproca de ministros plenipotenciários, respectivamente José da Silva Pessanha na legação portuguesa na corte napolitana e D. Carlos de Guevara na legação de Nápoles em Lisboa.

Antes da colocação de representantes diplomáticos oficiais nas referidas cortes, o reino de Nápoles era representado pelo embaixador de Espanha em Portugal. Os primeiros vestígios da comunicação diplomática entre Portugal e Nápoles (durante o período pombalino) datam de 1751, quando o embaixador de espanhol acreditado em Lisboa, o Duque de Sottomayor, assumiu a função de emissário da corte napolitana na capital portuguesa, ao estabelecer um intercâmbio epistolar com o Marquês Fogliani, secretário dos Negócios Estrangeiros do reino de Nápoles.

De acordo com as fontes analisadas, a primeira carta que Sottomayor terá enviado para Nápoles data de 10 de fevereiro de 1751. Nela o diplomata comunica ao rei de Nápoles ter entregado ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra português uma carta de Suas Majestades Sicilianas para os reis de Portugal, pela qual se soube do nascimento de mais um príncipe.<sup>418</sup>

Sottomayor serviu também de intermediário na troca de correspondência entre o rei de Nápoles e a rainha de Portugal, a sua irmã D. Mariana Vitória, segundo indica a carta

---

<sup>418</sup> ASN, Esteri, Busta 917, do Duque de Sotomayor para Marquês Fogliani, de 10-02-1751.

que redigiu em novembro de 1751, na qual refere: “*recebi a que Vossa Excelência me incluiu de S.M. das Duas Sicílias para a rainha Fidelíssima sua irmã, em cujas reais mãos a pus imediatamente.*”<sup>419</sup>A documentação analisada não permite, no entanto, afirmar que o ministro espanhol transmitisse para Nápoles elementos de relevo para além de notícias superficiais sobre a rotina da família real.

No ano de 1753, Sottomayor deixou o cargo, procedendo Espanha à nomeação de um novo embaixador para Portugal. O diplomata escolhido para este lugar foi o Conde de Perelada,<sup>420</sup>que não desempenhou um papel tão eficiente quanto o seu antecessor na transmissão de notícias para Nápoles. Não foram encontrados ofícios ou cartas assinadas por Perelada na documentação do Arquivo de Estado de Nápoles, possivelmente por, nessa ocasião, já se encontrar nomeado o primeiro representante diplomático napolitano para Lisboa.

Durante o período pombalino foram acreditados sete representantes diplomáticos da corte napolitana em Lisboa: cinco com o carácter de ministro plenipotenciário, um ministro interino e um secretário de legação que, durante algum tempo, assumiu o comando dada a ausência de ministro. Os cinco ministros plenipotenciários foram D. Carlos de Guevara, Michele Pignatelli, Giambattista Albertini (Príncipe de San Severino), Vespasiano Macedónio e Salvatore Montaperto (Príncipe de Raffadali). O abade Giuseppe Maturi desempenhou as funções de ministro interino, e, por fim, Nicola Piansantea de secretário de legação.

### **3.1. Carlos de Guevara (1753-1757)**

O primeiro dos ministros plenipotenciários napolitanos acreditados em Portugal durante o reinado de D. José foi Carlos de Guevara. A sua missão iniciou-se em 1753 e terminou em 1757.<sup>421</sup> Oriundo de uma distinta família de origem espanhola que se

---

<sup>419</sup> ASN, Esteri, Busta 917, do Duque de Sotomayor para Marquês Fogliani, de 25-11-1751.

<sup>420</sup> ASN, Esteri, Busta 917, do Duque de Sotomayor para Marquês Fogliani, de 19-03-1753.

<sup>421</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario 1757-1758*, a cura di G. Lucia,, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, p.85.

instalou no reino de Nápoles no século XVI<sup>422</sup>, Carlos de Guevara, segundo filho dos Duques de Bovino<sup>423</sup>, nasceu em 13 de dezembro de 1714. Iniciou jovem uma carreira militar na qual conseguiu ascender ao posto de general de brigada. Também lhe foi reconhecido mérito nos estudos literários e políticos.<sup>424</sup>

Não existem indícios de que este ministro tenha ocupado outros cargos diplomáticos para além daquele que desempenhou na corte portuguesa. Posteriormente à estada de D. Carlos de Guevara em Lisboa regista-se o seu empenho na redação da obra “*Ricerche per Riscontrar e quei Principi che Sieno come Elementi a Ben Comprimerel’Istoria e la Giurisprudenzia*”.<sup>425</sup> Atendendo ao seu interesse pela escrita e ao eventual conhecimento que lhe seria facultado pelas inúmeras obras existentes na sua rica biblioteca,<sup>426</sup> poder-se-á considerar que Guevara possuiria uma formação cultural elevada ou, pelo menos, mais que mediana.

Em abril de 1753, Carlos Guevara recebe a notícia da sua nomeação para Lisboa: “*S. M. teve por bem decidir nomear V. Excelência para seu ministro plenipotenciário na corte de Portugal*”.<sup>427</sup> Somente em outubro de 1753 é disponibilizada ao diplomata a documentação essencial à sua viagem: as costumadas instruções, as credenciais para o rei e para a rainha de Portugal, os códigos para a comunicação cifrada e o passaporte.<sup>428</sup> Pelas instruções que lhe foram dadas sabe-se ter sido Portugal que tomou a iniciativa de investir num maior e melhor contacto com o reino de Nápoles através do estabelecimento de representantes diplomáticos em ambas as cortes. No excerto seguinte podem ler-se os principais motivos do assentimento napolitano relativamente à intenção do rei português:

*“Havendo a Majestade do Rei de Portugal demonstrado desejo de facilitar a maneira a melhor cultivar a nossa amizade, mediante a respectiva missão de um recíproco*

---

<sup>422</sup> RECCHO, Giuseppe, *Notizie: di Famiglie Nobili ed Illustri della Citá e Regno di Napoli*, Napoli, Presso Domenico Antonio e Nicola Parrino, 1717, p. 168.

<sup>423</sup> PAOLINO, Giovanni Giuseppe Origlia, *Istoria dello studio di Napoli*, Volume 2, Napoli, Stamperia di Giovanni di Simone, 1752, p.320.

<sup>424</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario, 1760-1761*, a cura di M.G.Maiorini, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, p.25.

<sup>425</sup> Idem, *ibidem*, p.25

<sup>426</sup> Idem, *ibidem*, p.25

<sup>427</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 30-04-1753.

<sup>428</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 21-10-1753.

*Ministro nas duas cortes: e estando no nosso coração corresponder sempre àquele soberano naquilo que possa contribuir para apertar cada vez mais os vínculos de amizade e consanguinidade, encontrando-se no trono daquele reino a minha amada irmã Mariana Vitória, a rainha reinante: temos com afeto absoluto que destinar para aquela corte um sujeito que em meu real nome vá residir naquela corte, na qualidade de meu ministro plenipotenciário já tendo contemporaneamente S.M. portuguesa nomeado D. José da Silva, que era seu Enviado Extraordinário aos Estados Gerais das Províncias Unidas, para transferir-se a esta com o carácter de ministro plenipotenciário.”<sup>429</sup>*

São também as mesmas instruções que permitem conhecer em pormenor as principais diretrizes que deveriam pautar a conduta do ministro plenipotenciário durante a sua missão em Lisboa, as quais se aplicavam não só ao desempenho das funções oficiais, mas também a atos relativos às suas relações particulares:

“ – *Cultivar as boas relações entre as duas cortes e demonstrar o profundo afeto pela Rainha.*

– *Deverá informar-se minuciosamente do cerimonial que se pratica com os Ministros das cortes estrangeiras com qualidade semelhante.*

– *Do Embaixador de Espanha residente naquela corte poderá tomar informações sobre a maneira como se deve regular nos primeiros passos de etiqueta.*

– *Levar para a primeira audiência uma carta escrita pelo próprio punho do rei de Nápoles para a irmã.*

– *Deverá também conversar com Ministros e primeiros sujeitos daquela corte e ainda com os Embaixadores e Ministros estrangeiros.*

– *Ter uma perfeita relação com os Ministros das potências nossas amigas, especialmente, de Espanha, França e Dresda.*

– *Não abrigar, na sua residência, sob o pretexto de imunidade, a bandidos e rebeldes.*

– *Tomar conhecimento dos principais assuntos e da substância de todo o sistema da corte, do estado e força do reino. Sobretudo, deverá apresentar possíveis manipulações*

---

<sup>429</sup> ASN, Esteri, Busta 918, Instruções de Carlos de Guevara, de 21-10-1753.

*dessa corte com outras, especialmente com os seus aliados e com as potências marítimas. Advertindo-nos quando possa haver relação com os nossos interesses e com os interesses da Espanha.*

*– Ter sempre em conta, tudo aquilo que se relacione com o comércio interno e externo daquele reino e o seu sistema e regulamento.*

*– Encarregamo-lo com particularidade a aplicar-se em conhecer a essência, qualidade e circunstância de maneira que possa formar-se um regimento de comércio daquele reino com o nosso.*

*– Ter bem presente a qualidade do comércio que a nação portuguesa mantém coletivamente e particularmente com a Inglaterra e a Holanda.*

*– Enviar correspondência regular ao Marquês de Fogliani, Conselheiro de estado e Primeiro Secretário de estado no Despacho de estado de Guerra e Marinha.*

*– Manter uma correspondência regular com o nosso Ministro residente em Espanha.*

*– Para efetuar as suas cartas com maior liberdade poderá, se lhe convier, valer-se da cifra que, para tal fim, temos feita. Usar a cifra apenas para notícias cujo carácter exige tal cautela.”<sup>430</sup>*

Quando deixou Nápoles rumo a Lisboa, Guevara fez a primeira paragem em Roma<sup>431</sup>, seguindo depois para Génova.<sup>432</sup> Nesta segunda interrupção da viagem, Guevara estabeleceu o seu primeiro contacto escrito com o secretário português dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual se apresenta, informando-o também que já se encontrava a caminho de Portugal. Ao mesmo ministro solicitou o envio pela via do cônsul de Nápoles em Lisboa<sup>433</sup> de um passaporte para poder entrar em Portugal sem preocupações.<sup>434</sup> O requerimento de passaporte para a continuidade da viagem e a emissão do mesmo era uma prática natural, mas no caso de

---

<sup>430</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>431</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 29-10-1753.

<sup>432</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 17-11-1753.

<sup>433</sup> Giuseppe Moreschi

<sup>434</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Carvalho e Melo, de 20-11-1753.

Guevara gerou um conjunto de especulações e de mal-entendidos que acabariam por retardar a sua chegada à capital portuguesa.

Guevara partiu de Génova no dia 25 de novembro de 1753, rumo a Barcelona, de onde seguiu para Madrid.<sup>435</sup> Entretanto, Carvalho e Melo escreveu-lhe acerca do passaporte que o diplomata napolitano previamente solicitara. Nessa carta, Carvalho e Melo assegurou a Guevara o seguinte: “os passaportes que V. Excelência me falou por sua pessoa e família não foram remetidos a Madrid por serem desnecessários, pois que, em Elvas e mais lugares do caminho de V. ilustríssima se acham dadas as ordens necessárias para livrar V. Ilustríssima de todo o embaraço.”<sup>436</sup> Mas Guevara não recebeu esta carta de Carvalho e Melo.

No seu ofício de 5 de Fevereiro de 1754, Guevara justificou a Fogliani a sua permanência em Espanha, alegando que a falta de passaporte o impedira de prosseguir caminho. Acrescentou, porém, ter sido informado pelo cônsul Moreschi (cônsul de Nápoles em Lisboa) sobre a carta que lhe enviara o ministro português.<sup>437</sup> De Nápoles, em 12 de Fevereiro, Fogliani enviou carta a Guevara, afirmando compreender e apoiar a permanência do diplomata em Madrid motivada pela falta de passaporte.<sup>438</sup> No mesmo dia, Guevara respondeu, remetendo de Madrid para Nápoles a informação de que ficaria persuadido das boas intenções da corte portuguesa quando tivesse a certeza da chegada do ministro José da Silva Pessanha a Nápoles, estando convicto de que o atraso das respostas de Carvalho e na emissão do passaporte era “*mais efeito da lenteza que outra coisa.*”<sup>439</sup>

Ao tomar conhecimento da chegada de Pessanha ao reino de Nápoles Guevara ficou mais tranquilo,<sup>440</sup> começando a fazer as suas despedidas na corte de Madrid no final desse mês de fevereiro.<sup>441</sup> Acabando, finalmente, por receber a carta de Carvalho e Melo no dia 26 de Fevereiro de 1754.<sup>442</sup>

---

<sup>435</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 29-12-1753.

<sup>436</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carvalho e Melo para Carlos de Guevara, de 30-12-1753.

<sup>437</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 05-02-1754.

<sup>438</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 12-02-1754.

<sup>439</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 12-02-1754.

<sup>440</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 19-02-1754.

<sup>441</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 22-02-1754.

<sup>442</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 26-02-1754.

A receção da carta não acabou, contudo, com as reivindicações do diplomata napolitano relativamente ao envio de um passaporte, voltando a pedi-lo ao ministro Carvalho e Melo, desta vez através de uma carta do Conde de Unhão, representante diplomático de Portugal em Madrid. A resposta à carta do Conde de Unhão também não parece ter tardado, o que suscitou a Guevara o seguinte comentário: *“A dilatação a não responder a esta invólucra carta duplicada e não mandar o passaporte tem sido a conduta do Sr. Carvalho.”* Criticando ainda o ministro português, ao afirmar: *“Carvalho, Farinelo e o embaixador de Portugal lamentam-se da conduta de Carvalho”*.<sup>443</sup>

Ao diplomata napolitano chegaram opiniões menos favoráveis sobre o ministro português, que terão sido formadas pelo famoso cantor Farinelo, então residente em Madrid,<sup>444</sup> pelo ministro de estado de Fernando IV de Espanha, José de Carvalhal y Lencastre e pelo próprio embaixador de Portugal em Madrid. Enquanto Guevara se limitou a declarar: *“O Sr. Carvalho para mim mete-se em tantos empreendimentos, como corrigi-los!”*<sup>445</sup>

A exceção foi protagonizada por Fogliani que ao responder à carta de 5 de fevereiro se manifestou a favor de Carvalho: *“Qualquer que tenha sido o motivo que acreditava ter procedido o Sr. Carvalho, não merece tão sútil indagar, num assunto que não apresenta nenhum prejuízo, tenha sido por sua conveniência ou ofício o decoro do seu carácter.”*<sup>446</sup> Em 12 de março de 1754, Fogliani confirmou a receção de uma carta de Guevara na qual assegurava que iria seguir viagem para Badajoz, onde segundo lhe tinha dito o cônsul Moreschi estavam criadas todas as condições para prosseguir em segurança a sua viagem em direção a Lisboa.

A permanência de Guevara em Espanha começou, no entanto, a desagradar ao soberano das Duas Sicílias. O diplomata recebeu, aliás, ordens expressas para partir de Madrid rumo a Lisboa sem demora alguma.<sup>447</sup> E no dia 6 de abril, pôs-se novamente a caminho de Portugal.<sup>448</sup> Depois de sair de Madrid, Guevara passou por Badajoz, onde o esperava

---

<sup>443</sup> ASN, Esteri, Busta 918, carta de 05-03-1754.

<sup>444</sup> LOPEZ, Alicia, “Las Virtuosas Cortesanas en los Reales Sitios”, in Luciano García Lorenzo (ed.), *Autoras y Actrices en la Historia del Teatro Español*, Spain, Universidad de Murcia, 2000, p.291.

<sup>445</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 05-03-1754.

<sup>446</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara de 03-1754.

<sup>447</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 02-04-1754.

<sup>448</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 05-04-1754.

um soldado a cavalo que lhe entregou uma carta de Carvalho e Melo. Foi escoltado por oito soldados de cavalaria até Elvas, com destino a Estremoz.

Chegou finalmente a Lisboa em 19 de abril de 1754. As suas primeiras preocupações consistiram em de imediato dar a conhecer a sua entrada na cidade a Carvalho e Melo e ao embaixador de Espanha. No dia 22 de abril foi-lhe concedida a primeira audiência com os reis de Portugal.<sup>449</sup> Sobre os primeiros dias em Lisboa Guevara teceu as suas opiniões no ofício que enviou em 5 de maio de 1754 para Nápoles, no qual referiu a receção cordial que os monarcas lhe prestaram, embora sejam sobre o ministro Carvalho as principais informações contidas neste ofício. O diplomata ficou aparentemente satisfeito com a gentileza com que foi recebido pelo secretário de estado português, estranhando, porém, o modo como Carvalho desempenhava as suas funções, assunto sobre o qual escreveu as seguintes palavras:

*“Este Sr. Sebastião José de Carvalho tenta por meio da sua gentil cortesia apagar qualquer conceito que pudesse ter formado sobre ele, o qual, não por má vontade mas por algum impedimento casual ou por culpa da sua lentidão natural foi totalmente culpado, que eu não tivesse com efeito cumprido o meu desígnio, que era o de estar em Lisboa a 5 do passado Fevereiro, podendo também dizer que desta sua maneira de agir tenho seguinte exemplo: Já havia duas horas da meia-noite mandou-me o aviso da minha audiência para a manhã seguinte, sem pensar que tendo eu chegado há dois dias em poucas horas teria de me pôr em muita agitação para estar pronto à hora prescrita.”*<sup>450</sup>

Não foi fácil a adaptação de Guevara ao estilo de vida da sociedade portuguesa, e até a acomodação em sua casa lhe pareceu um incómodo difícil de contornar. Por decorridos três meses sobre a sua chegada a Lisboa, a sua residência ainda não se encontrar em condições de albergar qualquer convidado. De modo que o diplomata napolitano se lamentou dos lentos e dispendiosos os trabalhos que teve de encomendar para colocar a casa em ordem.

*“Tenho em todo este tempo tido quatro carpinteiros em casa, e apenas no passado sábado terminaram a sua incumbência. Mas nada mais que camas, mesas, bancos, telas*

---

<sup>449</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 23-04-1754.

<sup>450</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 07-05-1754.

*para as janelas e cadeiras ... o salário que se lhes paga é caríssimo, o trabalho que fazem é muito pobre. Espero por todo este mês encontrar-me em estado de ter posta a casa em alguma ordem, se não levar segundo material, dificilmente a posso ter, porque pouco ou nada há, e tudo a preços extravagantes.”*<sup>451</sup>

Uma das principais incumbências delegadas a Carlos de Guevara nas suas instruções era a obrigação de estar o mais próximo possível da rainha de Portugal. Guevara entregava pessoalmente à soberana as cartas que o rei de Nápoles, seu irmão, lhe remetia com alguma frequência.<sup>452</sup> Esta função que lhe foi confiada ao embaixador de Espanha antes da sua ida para Lisboa.<sup>453</sup> A proximidade e a demonstração de afeto à Rainha foi uma ordem taxativa, tanto que alguns dos seus ofícios se limitavam a retratar o estado em que se encontrava a soberana e restante família real: “*Não me resta senão assegurar a V. Excelência a preciosa conservação de S.M. a Rainha e de toda a real família, que é o mais notável e o de maior prazer que eu posso daqui dar.*”<sup>454</sup>

Outro elo de ligação entre a rainha Mariana Vitória e o diplomata napolitano foi marcado pela paixão que a soberana nutria pela ópera italiana. As óperas chegavam a Portugal por intermédio da corte de Nápoles, que geria todo o processo de envio das mesmas, originárias de Nápoles ou de outros Estados italianos, com o intuito principal de agradar aos reis de Portugal. O Marquês Fogliani questionou muitas vezes Guevara, no sentido de conhecer a opinião da rainha sobre as óperas que eram expedidas de Nápoles.<sup>455</sup> O ofício de 3 de setembro de 1755 comprova o procedimento normalmente usado no envio das óperas, no qual Guevara revela já ter apresentado à rainha as três óperas que Fogliani enviara de Nápoles.<sup>456</sup>

Em junho de 1755, é abolido em Nápoles o posto de primeiro-ministro, que o Marquês de Fogliani ocupara até esse momento; “daí em diante o rei decide governar sozinho, por meio de secretários de vários departamentos.”<sup>457</sup> Fogliani torna-se, então, vice-rei da Sicília. A notícia chegou ao conhecimento de Carlos de Guevara em 25 de julho de

---

<sup>451</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 18-07-1754.

<sup>452</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>453</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 26-03-1754.

<sup>454</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 25-02-1755.

<sup>455</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 01-04-1755.

<sup>456</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 02-09-1755.

<sup>457</sup> ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998, p.96.

1755, com a informação de que a partir dessa data o recetor dos seus ofícios seria o novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Bernardo Tanucci, que acumulava também as secretarias de Estado da Justiça e da Casa Real.<sup>458</sup>

No dia 1 de Novembro de 1755, o terramoto de Lisboa marcou profundamente a estada do diplomata napolitano em Lisboa: os episódios subsequentes ao cataclismo e o impacto que tiveram em quem os vivenciou foram provavelmente as circunstâncias mais dramáticas da missão do que foi o primeiro ministro plenipotenciário de Nápoles em Portugal. No ano seguinte à ocorrência do sismo na capital portuguesa, a saúde do diplomata deteriorou-se significativamente, principalmente após a embolia que o atingiu em finais de 1756 e que o deixou parcialmente paralisado.

Carlos de Guevara sofreu um ataque compulsivo na manhã de 21 de dezembro de 1756, tendo o seu secretário, Giuseppe Maturi, informado prontamente Tanucci do ocorrido.<sup>459</sup> A saúde do ministro plenipotenciário não voltaria a ser a mesma a partir desse dia, afetando o desempenho das suas funções em Lisboa que, aliás, acabaram por cessar em consequência da sua fragilidade. Sobre este assunto D. Luís da Cunha Manuel (secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra) envia uma carta ao representante português na corte napolitana, D. José da Silva Pessanha, na qual afirma: *“M. de Guevara ministro plenipotenciário dessa corte residente nesta sentiu há dias um acidente de paralisia de que ficando livre de perigo se não acha ainda da moléstia que lhe tem fadado o braço esquerdo.”*<sup>460</sup>

Embora fora de perigo, a fraqueza de Guevara impossibilitou-o da concretização total das suas funções como diplomata, pelo que o seu secretário passou a ocupar-se dos principais encargos da Legação. Quando se encontrou mais capacitado, o diplomata escreveu para Nápoles, afirmando querer transmitir o *“detalhe confidencial do estado em que me pôs o insulto, da qual fui, vão já mais de três meses, atacado...De noite o flato acalma um pouco... não me posso ver sozinho e por isso tento estar sempre acompanhado. A vista no olho esquerdo sofreu muito.”*<sup>461</sup> Os desassossegos derivados da moléstia do diplomata evidenciaram-se, em especial a partir de 1757 quando, numa

---

<sup>458</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 25-07-1755.

<sup>459</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 21-12-1756.

<sup>460</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha para José da Silva Pessanha, de 28-12-1756.

<sup>461</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 29-03-1757.

carta ao representante de Nápoles em Madrid datada de 8 de fevereiro de 1757, Tanucci confidencia: “quanto me tem preocupado a doença do nosso bom Guevara!”<sup>462</sup>

Em Lisboa, Guevara instalou-se temporariamente no Convento dos Capuchinhos italianos (situado na Calçada dos Barbadinhos), com o objetivo de melhorar o seu estado de saúde através dos banhos terapêuticos ali praticados.<sup>463</sup> Posteriormente, começou a solicitar permissão à sua corte para sair esporadicamente de Lisboa, alegando a necessidade de voltar à pátria para se restabelecer. Nápoles reagiu com compreensão ao pedido de retorno solicitado pelo ministro plenipotenciário que seria aceite pelo rei. No entanto, distaram alguns meses entre a data da primeira súplica para deixar Lisboa e a data em que lhe foi finalmente concedida a autorização régia para a sua partida.

Em 12 de julho de 1757, Tanucci escreveu-lhe em resposta a uma carta escrita pelo diplomata em 7 de junho do mesmo ano, na qual Guevara terá abordado pela primeira vez a possibilidade de abandonar as suas funções em Portugal. Embora a resposta de Tanucci não fosse uma negação direta ao pedido, também não pareceu muito condescendente em relação à cessação de funções de Guevara. Dado Tanucci ter alegado que uma longa jornada até Nápoles poderia agravar o estado de saúde do ministro, não se inibindo de sugerir que parte do mal de que o diplomata padecia poderia caracterizar-se como mera hipocondria.<sup>464</sup>

A desconfiança de Bernardo Tanucci sobre a motivação alegada pelo diplomata para deixar Lisboa é comprovada na carta que dirige ao representante de Nápoles na corte espanhola, o Príncipe de Iaci, a quem Tanucci solicitou, em 26 de julho de 1757, que tente descobrir qual o verdadeiro estado de saúde de D. Carlos de Guevara.<sup>465</sup> Contudo, no mês seguinte (em agosto de 1757), os fundamentos de Guevara acabam por ser inteiramente aceites pela corte napolitana. No último dia de agosto a corte portuguesa concede-lhe o passaporte necessário à viagem até Nápoles, que realizou por terra.<sup>466</sup> Chegou a Nápoles no dia 4 de abril de 1758.<sup>467</sup> O lugar que deixou vago em

---

<sup>462</sup> TANUCCI, 1985, op.cit, p.403.

<sup>463</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 05-04-1757.

<sup>464</sup> TANUCCI, 1985, op.cit, p.137.

<sup>465</sup> Idem, *ibidem*, p.163.

<sup>466</sup> ANTT, MNE, MF 6208, Passaporte para Carlos de Guevara, 31-08-1757.

Lisboa foi interinamente ocupado pelo secretário Giuseppe Maturi, já de proveccta idade. É Guevara quem escreve sobre o seu sucessor *“que por mais de sete meses desempenhou a minha incumbência, permanecerá, provisoriamente, encarregado...Ele, é verdade que a sua avançada idade lhe faz desejar a pátria, mas não soube contradizer-me.”*<sup>468</sup>

Da correspondência enviada pelo próprio Carlos de Guevara a D. Luís da Cunha Manuel apenas se conhecem algumas cartas redigidas após a sua saída de Lisboa. Durante a jornada para Nápoles, numa paragem na cidade de Pisa, Guevara informou D. Luís da Cunha que os ares de Itália tinham já proporcionado uma melhoria na sua saúde.<sup>469</sup> Em maio de 1758, já se encontrava em Nápoles e abonava em favor do seu possível regresso a Lisboa, caso recuperasse da sua maleita.<sup>470</sup> Pese embora a predisposição referida a D. Luís da Cunha, Guevara não voltou a Portugal. Somente três anos depois, em 1761 informa que apesar de todos os esforços *“Deus não me tem concedido voltar depois de tantos tratamentos”*.<sup>471</sup> Ao mesmo ofício anexou uma declaração médica, na qual são detalhadamente explicitadas as razões que o impossibilitavam de retomar o seu serviço junto a S. Majestade Fidelíssima, D. José de Portugal.

A tentativa de restabelecer-se foi o principal fundamento que Guevara evocou para justificar a incerteza do seu retorno a Lisboa, segundo Tanucci refere a José da Silva Pessanha. O que é confirmado na carta particular que Pessanha dirige a D. Luís da Cunha em março de 1759. *“O Secretário de estado Marquês Tanucci me repetiu o mesmo fazendo-me crer em que el rei não o demorava por evitar a despesa dos ordenados, porque se lhe satisfaziam, mas porque queria que ele se restabelecesse perfeitamente, e não fosse obrigado a fazer segunda viagem por causa de sua pouca saúde.”*<sup>472</sup> Na mesma carta, o diplomata português admite que a falta de vontade de Guevara em voltar a Portugal poderá relacionar-se com os honorários que continuava a receber em Nápoles, mesmo estando ausente de Lisboa. É neste sentido que afirma: *“D.*

---

<sup>467</sup> TANUCCI, 1985, op.cit, p.217.

<sup>468</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 02-08-1757.

<sup>469</sup> ANTT, MNE, Caixa 503, de Carlos de Guevara para D. Luís da Cunha Manuel, de 08-01-1758.

<sup>470</sup> ANTT, MNE, Caixa 503, de Carlos de Guevara para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-05-1758.

<sup>471</sup> ANTT, MNE, Caixa 503, de Carlos de Guevara para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-08-1761.

<sup>472</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-03-1759.

*Carlos se não sente em estado de voltar e, que ainda que o tenha por homem honesto e de boa moral, que contudo não sei se lhe falta a resolução para dizer que não poderá tornar a Portugal, talvez porque a continuação dos ordenados estando aqui lhe possa fazer algum peso.*<sup>473</sup>

Em 1757 surge a possibilidade de nomear novo ministro que substitua Carlos de Guevara em Lisboa. De Nápoles, Silva Pessanha avisou que quatro candidatos se ofereceram para o cargo<sup>474</sup>. Em Lisboa, o abade Giuseppe Maturi continuou interinamente à frente da legação de Nápoles durante cinco anos, até à chegada do ministro plenipotenciário Michele Pignatelli. Constatando-se que a legação napolitana em Lisboa permaneceu sem titular até 1761, desconhecendo-se que motivos retardaram a nomeação de um ministro para a corte portuguesa. Presumivelmente – como alude Lucia G. num dos volumes do epistolário de Tanucci –, os fundamentos para tal demora estariam relacionados com a contenção de despesas, dado a legação em Lisboa ter uma relevância secundária para o governo napolitano.<sup>475</sup>

### **3.2. Giuseppe Maturi (1757-1761)**

Quando em dezembro de 1756 Carlos de Guevara ficou gravemente doente, o seu secretário, Giuseppe Maturi passou a responsabilizar-se pela legação napolitana em Lisboa. Mesmo depois de Guevara recuperar algumas forças, a sua condição física coartou-lhe a sua capacidade e desenvoltura, no despacho dos assuntos da legação, pelo que delegou algumas das suas funções ao seu secretário.

No período entre dezembro de 1756 e julho de 1757 registou-se uma quebra significativa na correspondência diplomática expedida para Nápoles. O único canal de informação estabelecida consistiu na troca epistolar entre uma aia da rainha de Portugal, D. Luísa de Belandia e Bernardo Tanucci. No dia 5 de Abril de 1757, esta dama escreve do palácio de Belém para Nápoles sobre o restabelecimento de Guevara, relatando que o

---

<sup>473</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-03-1759.

<sup>474</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 08-11-1757.

<sup>475</sup> TANUCCI, 1985, op.cit, p.137.

diplomata se ia refazendo dos seus males com “*uns banhos que aqui chamam de alcaçaria*”<sup>476</sup>

Belandia foi uma permanente via de contacto entre Portugal e Nápoles, existindo inclusivamente cartas suas com datas anteriores ao estabelecimento da legação napolitana em Lisboa. A primeira data de julho de 1751 e foi dirigida ao Marquês de Fogliani, podendo deduzir-se pelo seu conteúdo que era uma dama de origem espanhola e grande a sua proximidade à soberana. “*Aqui S. Majestades logram de muito beneficio, suas filhas e toda a família real neste sítio de Belém em que estão há já onze dias, vieram com o fim da rainha minha ama tomar aqui banhos.*”<sup>477</sup> Luísa de Belandia continuará a escrever para Nápoles até à sua morte em 1759, noticia que Tanucci recebe através de um ofício de Maturi,<sup>478</sup> entretanto, nomeado ministro interino da legação de Nápoles, entre a partida de Guevara e a chegada do plenipotenciário, Michele Pignatelli, alguns anos mais tarde.

Depois do seu colapso e passado o maior perigo, Guevara retomou lentamente as suas funções. Em junho de 1757 prosseguiu a redação dos seus ofícios, embora o conteúdo dos mesmos fosse muito mais superficial, limitando-se a relatar o seu estado de saúde e alguns acontecimentos palacianos. Paralelamente, Maturi, que ainda era o secretário de legação, redigia ofícios de teor mais político. Como o de 5 de Julho de 1757, em que reporta um grande combate na América entre franceses e ingleses, no qual os primeiros saíram vitoriosos.<sup>479</sup>

Carlos de Guevara parte de Lisboa em 5 de setembro de 1757.<sup>480</sup> E Maturi assume o lugar como ministro interino, numa ocasião em que ocorrem eventos marcantes para a sociedade portuguesa. De facto, o abade Maturi acompanha e descreve momentos-chave do período pombalino, como o crime de lesa-majestade perpetrado contra D. José e as consequências sancionatórias desencadeadas por esse ato. No âmbito da religião relatou a expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses e o consequente início da propaganda internacional impulsionada pelo Conde de Oeiras contra a Companhia de

---

<sup>476</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de D. Luísa de Belandia para Bernardo Tanucci, de 05-04-1757.

<sup>477</sup> ASN, Esteri, Busta 917, de D. Luísa de Belandia para Bernardo Tanucci, de 21-07-1751.

<sup>478</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 09-10-1759.

<sup>479</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 05-07-1757.

<sup>480</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 06-09-1757.

Jesus. Assistiu também ao corte de relações entre Portugal e a Santa Sé, observando tais acontecimentos em Lisboa, uma cidade ainda profundamente afetada pelo terramoto de 1755.

Giuseppe Maturi foi ministro interino em Lisboa até ser definido se a saúde do seu antecessor Carlos de Guevara lhe permitiria retornar a Portugal. Em 1760 dissiparam-se as esperanças de reenviar Guevara para Lisboa. Em 30 de agosto desse ano, Bernardo Tanucci informa Guevara que *“já se pensa em sujeito para o substituir em Lisboa.”*<sup>481</sup> O escolhido para novo ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa é Michele Pignatelli.

Com esta nomeação, Maturi torna a ocupar o cargo de secretário de legação, a intenção do interino era, porém, voltar a Nápoles, a pretexto da avançada idade e pouca saúde para permanecer em Lisboa, como explica Pignatelli a Tanucci quando chega à capital portuguesa.<sup>482</sup> Esta pretensão de Maturi não era novidade em Nápoles. Uns meses antes o próprio escrevera a Tanucci, a pedir que lhe fossem pagas as despesas do seu retorno à pátria quando chegasse o novo diplomata, dado não possuir meios financeiros para a viagem, justificando ser o custo de vida excessivamente caro em Portugal.<sup>483</sup>

Segundo Pignatelli, Maturi partiu de Lisboa em março de 1762, na companhia do diplomata português D. Vicente de Sousa Coutinho que havia sido nomeado para a Legação portuguesa em Turim. *“D. Vicente de Sousa Coutinho atravessou quinta-feira o Tejo para seguir, em seguida, a sua viagem para Turim, por Madrid, e com ele parte o Abade Maturi.”*<sup>484</sup> No mês seguinte, Pignatelli informa que Maturi sofrera um violento ataque de peito na passagem por Madrid, do qual se recuperara.<sup>485</sup> Também Sousa Coutinho, presente nessa jornada, descreve o sucedido:

*“A 27 do corrente cheguei a Madrid, e demorei-me tanto no caminho, porque o abade Maturi logo que saiu de Portugal, fosse pela diferença do clima, fosse pela fadiga da estrada começou a sentir-se muito aflito da sua antiga moléstia de peito...entrou aqui quase moribundo e sem embargo de generosa assistência que lhe tem feito o nosso*

---

<sup>481</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara, de 30-08-1760.

<sup>482</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 26-08-1761.

<sup>483</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 02-12-1760.

<sup>484</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 16-03-1762.

<sup>485</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 13-04-1762.

*Ministro, entendo não escapará, capitulando os melhores médicos desta corte a queixa por um empiema, que em idade tão avançada parece irremediável, fez as suas ultimas disposições com o acerto de sábio e de católico.*<sup>486</sup>

Pese embora o quadro dramático traçado pelo diplomata português, Maturi recuperou. Dois meses mais tarde, Pignatelli recebe notícias referentes a essa melhoria: “*Recebi carta do Abade Maturi que me assegura ter já escapado do perigo de sucumbir ao estupor sofrido.*”<sup>487</sup>

### **3.3. Michele Pignatelli (1761-1763)**

Quando a corte napolitana concluiu que o ministro plenipotenciário Carlos de Guevara não detinha condições de saúde para retornar à legação de Nápoles em Lisboa – depois de passar uma longa temporada a tentar restabelecer-se na sua pátria – foi nomeado um novo diplomata para a capital portuguesa. O Conselho de Regência napolitano elegeu em dezembro de 1760, o Conde Michele Pignatelli para ministro plenipotenciário em Portugal, como consta na carta redigida por Tanucci a Pignatelli a informá-lo do seu novo cargo.<sup>488</sup>

Através das instruções confiadas a este novo ministro plenipotenciário constata-se que o envio de Aires de Sá Melo para a chefia da legação diplomática portuguesa em Nápoles, – em substituição de Silva Pessanha que foi promovido em 1759 a embaixador em Espanha – apressou a nomeação de Pignatelli, para que a sua escolha correspondesse temporalmente com a enviatura de Aires de Sá.<sup>489</sup>

Michele Pignatelli nasceu no ano de 1725 e faleceu em 1803.<sup>490</sup> Pertencente à família italiana dos Príncipes de Belmonte, serviu como diplomata nas cortes de Lisboa, Londres e Turim. Em abril de 1761, Pignatelli encontra-se a caminho de Lisboa. Numa breve paragem em Roma comunica a Tanucci que também iria a Florença e Parma antes

---

<sup>486</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de Vicente de Sousa Coutinho para o Conde de Oeiras, de 30-03-1762.

<sup>487</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 04-05-1762.

<sup>488</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 10-12-1760.

<sup>489</sup> ASN, Esteri, Busta 919, instruções de Michele Pignatelli, 04-04-1761.

<sup>490</sup> RECCA, Cinzia, “Sentimenti e Politica.” *Il Diario Inedito della Regina Maria Carolina di Napoli*, Milano, Franco Angeli, 2014, p. 74.

de concluir a sua jornada.<sup>491</sup> Em junho, a viagem ainda não terminara. Encontrava-se, então, em Barcelona<sup>492</sup> e só depois seguiria para Madrid.<sup>493</sup> Chegaria à zona de Alenquer (a norte de Lisboa) em 22 de agosto, sendo esperado na Aldeia Galega, por duas embarcações que o conduziram (como descreve) pelo Tejo até Belém:

*“ [...] onde está toda a corte e onde se situa a minha Barraca, que é a mesma que foi feita construir pelo Cavaleiro Guevara. Ao atravessar o Tejo na noite se apresentou aos meus olhos esta cidade toda iluminada, (pelo nascimento do príncipe da Beira) é expressa por pequenas colinas localizadas acima, como Nápoles, em seguida o seu aspeto se oferece inteiro à minha vista. Desembarcado que fui, subitamente passei à minha Barraca, situada em frente àquela do Sr. Embaixador de Espanha.”*<sup>494</sup>

A partir dessa noite de 22 de agosto iniciou-se na prática a missão de Michele Pignatelli em Lisboa, cujo fio condutor se encontrava plasmado nas instruções que lhe haviam sido entregues em Nápoles. Pela leitura destas instruções conhecem-se os principais objetivos, precauções e cuidados que o diplomata deveria ter em consideração, demonstrando-se nos pontos seguintes os preceitos que Pignatelli teria de adotar:

- *“Deve regular-se pelo Embaixador de Espanha, nas primeiras audiências.*
- *Com prudência e desenvoltura investigar o génio, e inclinação dos soberanos, conhecer os máximos empenhos, aderências e carácter do ministério, dos principais sujeitos e favoritos.*
- *Não ignorar o estado e força do reino e, sobretudo, procurar quanto possível penetrar nos manejos da mesma corte com outras, especialmente com os seus aliados, e com as potências marítimas, advertimos para não deixar escapar quanto possa haver relacionado com os nossos interesses e com os de Espanha.*
- *São conhecidas a turbulência que sofreu nos últimos tempos com dimensão interna aquela corte: a revolução ocorrida sobre os padres jesuítas e a aberta rotura vincular com a corte romana. Vai portanto, ser também um objeto peculiar de vossa atenção e vigilância.*

---

<sup>491</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 11-04-1761.

<sup>492</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 20-06-1761.

<sup>493</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 14-07-1761.

<sup>494</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 25-08-1761.

– Não convém finalmente esquecer aquilo que pertence ao comércio interno e externo daquele reino, o seu sistema e regulamento, aplicando-se com particularidade em conhecer a essência, qualidade e circunstâncias: de maneira a que se possam aqui formar com a vossa iluminação os nossos Ministros uma justa ideia de aliciar ocorrendo um recíproco comércio daquele reino com o nosso para aqueles géneros que a comutação se tornasse vantajosa às respectivas nações.

*Para efetuar em seguida as suas cartas com maior liberdade e precaução de eventuais acidentes, se prevalecerá da cifra, que para tal fim o fizemos administrar.*<sup>495</sup>

Para além destas instruções, Michele Pignatelli recebera, antes da sua partida para Lisboa, uma carta particular de Tanucci, recomendando-lhe que no que aos jesuítas dizia respeito “*não deverá tomar, jamais, partido nem dar significação alguma de parcialidade, que possa desgostar o ministério português. Deve manifestar toda a aderência à corte, às suas disposições e medidas e colocar-se sempre do lado que a mesma favoreça e promova.*”<sup>496</sup> A análise dos ofícios escritos por Pignatelli mostra claramente que os tópicos predominantes durante a sua estada na capital portuguesa relacionavam-se com a Guerra Fantástica na Península Ibérica e com a sua intervenção numa matéria específica nunca referida nos ofícios dos seus antecessores: as relações comerciais entre Portugal e Nápoles.

Nos primeiros dias em Lisboa, o ministro napolitano teve a costumada audiência com S. Majestade Fidelíssima, recebeu na sua residência o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel – que assim retribuiu a visita que Pignatelli lhe fizera anteriormente –, que o napolitano explicou ser coisa honrosa pois, “*os secretários de estado não costumam aqui restituir visitas, nem mesmo aos embaixadores.*” À semelhança de Luís da Cunha, também o Conde de Oeiras e outros secretários e ministros estrangeiros realizaram visitas de boas-vindas a Pignatelli, como o próprio refere: “*O Sr. Conde de Oeiras me favoreceu igualmente Domingo último por*

---

<sup>495</sup> ASN, Esteri, Busta 919, instruções de Michele Pignatelli, 04-04-1761.

<sup>496</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 8 de Abril de 1761.

*longo tempo, e um após o outro, a maior parte dos Conselheiros e Ministros Externos.*”<sup>497</sup>

Esta cordialidade entre o ministro napolitano e os altos representantes do Estado português permaneceu durante toda a sua missão. No entanto, se a campanha contra os jesuítas aproximou gradualmente as duas partes, pondo-as em comunhão, a Guerra Fantástica tornou-as adversárias, mesmo que não diretamente. Como se constatará mais adiante, Pignatelli foi, no contexto bélico, uma peça fundamental no auxílio informativo a favor dos espanhóis. A guerra e a tentativa de estabelecer um pacto comercial entre napolitanos e portugueses tornaram a missão de Pignatelli ativa e de grande valia para a sua corte. Mas a espionagem do diplomata de Nápoles, durante o conflito Portugal-Espanha teve consequências e impulsionou a sua saída, dado o ambiente de desconfiança que passou a rodeá-lo, provocando-lhe um sentimento de solidão que possivelmente contribuiu para a sua ligação à Maçonaria.

Em janeiro de 1763 Pignatelli escreve uma carta particular a Bernardo Tanucci, na qual expõe as razões da sua aflição: *“A Angustia a que me vejo reduzido, me obriga a exprimir a V. Excelência, com aquela franqueza de um filho para o pai. Não é necessário que eu descreva como tem sido infeliz a minha vida nesta capital, depois da rotura com a Espanha... evitado, e fugido de tudo, resolvi no princípio a passar os meus dias retirado, para não expor-me a qualquer maior dissabor.*”<sup>498</sup>

Na mesma carta, o ministro plenipotenciário dá também conhecimento da depauperação das suas economias e do seu envolvimento na fundação de uma sociedade composta por alguns generais britânicos, que justifica pela necessidade de conviver com outros agentes sociais: *“Para não permanecer totalmente privado da vida civil pensei em juntar-me à sociedade de Generais e outros oficiais ingleses vindos para a defesa deste reino. Assim voluntariamente me prestei à execução deste projeto*”<sup>499</sup> Não se pode afirmar categoricamente que a sociedade a que se refere Pignatelli fosse uma loja maçónica. No entanto, foi durante o período pombalino e com a chegada do Conde de Lippe, declaradamente maçom, que surgiram e se desenvolveram as primeiras sociedades de pedreiros livres em Portugal. Segundo Silva Dias, “as lojas toleradas

---

<sup>497</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 01-09-1761.

<sup>498</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-01-1763.

<sup>499</sup> Idem, *ibidem*.

eram constituídas por militares e alguns civis estrangeiros, na fase imediata à invasão de Portugal por Castela em 1762, quando não podíamos dispensar o auxílio de Lippe e seus oficiais.”<sup>500</sup>

Cerca de um mês depois das lamentações proferidas por Pignatelli sobre a sua vida na capital portuguesa, recebeu de Nápoles uma carta escrita por Tanucci, a comunicar-lhe que o rei considerara conveniente a sua retirada de Lisboa, transferindo-o com o carácter de enviado extraordinário para Turim. Por essa missiva soube ainda que o seu substituto na legação de Portugal seria o Príncipe de Cimitile, Giambattista Albertini.<sup>501</sup> Podem ponderar-se três motivos para a célere atuação da corte de Nápoles no sentido de afastar Pignatelli de Lisboa. Primeiramente, o seu estado de infelicidade e desconfiança que lhe era manifestada na capital portuguesa desde os tempos da guerra. Em segundo, a debilidade das suas finanças, que de tão deploráveis eram insuficientes para custear a viagem do diplomata até Turim, sem o financiamento do seu soberano.<sup>502</sup> Por último, o provável desejo de Tanucci de querer afastar o seu ministro da maçonaria, motivo plausível se considerarmos o esforço de Tanucci no combate à consolidação dos maçons em Nápoles. Ainda assim, Pignatelli permaneceu em Portugal durante oito meses. Tendo sido informado da sua saída de Lisboa em fevereiro de 1763, apenas em outubro lhe foi entregue o passaporte, o que permitiu que rumasse a Madrid, uma das paragens que efetuou ao longo da viagem para Turim.

### ***3.4. Giambattista Albertini, Príncipe de Cimitile (1763-1765)***

Michele Pignatelli ainda estava em Lisboa quando soube quem o substituiria. A escolha do Conselho de Estado de Nápoles para representante em Portugal foi Giambattista Albertini, nobre napolitano com os títulos de Príncipe de Cimitile e San Severino e Marquês de S. Marzano. Nascido em 1714, Albertini inicia a sua carreira diplomática com uma enviatura à corte de Londres em 1752, onde permanece quase onze anos, até

---

<sup>500</sup> DIAS, José Sebastião da Silva, “Pombalismo e Projecto Político”, in *Cultura-História e Filosofia*, Vol. II, Lisboa, 1983, p.127.

<sup>501</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 15-02-1763.

<sup>502</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 22-03-1763.

1763, “quando vem destinado à sede de Lisboa.”<sup>503</sup> No dia 21 de junho de 1763 são escritas as instruções pelas quais Cimitile se deveria guiar na nova legação:

- “ – *Continuar a reciproca correspondência entre as duas coroas.*
- *Reavivar a nossa amizade com aquele soberano, e dar um testemunho público do nosso afeto e da nossa singular consideração por aquela estimadíssima e caríssima nossa tia D. Mariana Vitória rainha reinante.*
- *Deve regular-se pelos Ministros de França e Espanha em questões de etiqueta.*
- *Não deverá descuidar das primeiras conveniências com os Ministros de estado e primeiros sujeitos daquela corte, com os Embaixadores e outros Ministros externos ali residentes.*
- *Praticar sempre com os Secretários de estado sobre os assuntos externos, com a maior inteligência.*
- *É nossa intenção também cultivar uma perfeita união com os Ministros Externos das outras potências, residentes na mesma corte, mantendo sempre uma muito estreita inteligência com o Ministro de Espanha e de França.*
- *Para regular a vossa conduta vos sugiro que um Ministro não pode acertadamente pretender que a própria imunidade pessoal e local, e não estendê-la abusivamente em coisas que perturbem a boa ordem da justiça e obra dos Magistrados.*
- *Conhecer as máximas, empenhos, aderências e caracter do Ministério, dos principais sujeitos e favoritos: Pôr -se a par do sistema todo da corte, dos assuntos que se tratam e da sua situação: Não ignorar o estado das forças do reino e, sobretudo, procurar, se possível, apresentar os manejos da mesma corte com as outras, especialmente com os seus aliados e com as potências marítimas, advertindo que não deixe fugir quanto possa em particular ter relação com os nossos interesses e com aqueles de Espanha.*

---

<sup>503</sup> TANUCCI, 1985, op.cit. p.17.

– *As circunstâncias da guerra que terminou e da paz que se seguiu, lhe darão também matéria especial de explicação e indagação. Deve formar uma ideia muito clara do novo sistema de força, que prende Portugal à pega que vai demorar a sua manifesta aderência com a Inglaterra, e da sua disposição militar, política e no tráfico: máxima para aquelas que possam ter qualquer relação com a nossa Itália.*”

– *São notórias as turbulências, que tem sofrido nos últimos tempos, pela deserção interior, aquela corte. A revolução a respeito dos Padres jesuítas e a expressa rotura resultante com a corte de Roma vai, por conseguinte, também ser um peculiar objeto da sua atenção e vigilância. O advertimos para a propósito que os interesses da corte da sua residência deve evitar tomar jamais partido no assunto, não dar significação alguma de parcialidade que possa fazer inveja ou desgostar o Ministério português: antes convencer este do contrário, deve em qualquer encontro nos seus discursos e operações manifestar toda a aderência à corte, às suas disposições e medidas: e pondo-se sempre no partido daquilo que a mesma favoreça e promova.*

– *Ter em atenção o que respeita ao comércio interno e externo daquele reino, o seu sistema e regulamento, aplicando-se com particularidade a conhecer, a essência, qualidade e circunstâncias, de maneira que se possa aqui formar com as vossas luzes, os nossos Ministros uma justa ideia de se envolver ocorrendo um reciproco comercio daquele reino com o nosso, para que géneros, que comutações são vantajosas às respectivas nações.*

– *A sua primeira aplicação é formar o mais adequado carácter dos Principais Ministros daquela corte e do atual sistema da mesma para me dar o mais perfeito possível um exato e acertado retrato como aquele que deve dar luz aos outros conhecimentos para os quais o havíamos encarregado.*

*Para efetuar as suas cartas com maior liberdade e precaução de eventuais acidentes, vai per valer-se da cifra*”.<sup>504</sup>

---

<sup>504</sup> ASN, Esteri, Busta 921, Instruções do Príncipe de Cimitile, de 21-06-1763.

Estas instruções chegam às mãos do Príncipe de Cimitile em julho, quando está de passagem por Madrid, onde pretendia ficar até setembro, dado o avançado estado da gravidez da sua esposa.<sup>505</sup> A estada na corte espanhola prolongar-se-ia até ao ano seguinte, desconhecendo-se a data da sua chegada a Lisboa. O primeiro ofício emanado da capital portuguesa encontrado na pesquisa para esta tese, foi o que escreveu a Tanucci em 1 de Abril de 1764.<sup>506</sup> No entanto, Cimitile terá chegado a Lisboa em finais de 1763, pois percebe-se pela carta que redigiu ao secretário de estado português dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel, em 8 de novembro de 1763,<sup>507</sup> que chegou a Lisboa antes desta data.

De todos os ministros de Nápoles enviados para Lisboa durante o tempo de Pombal, Cimitile foi o que permaneceu menos tempo em Portugal: a sua missão durou pouco mais de um ano. A sua produção como diplomata – assim como o seu empenho no seguimento das instruções que recebera – foi praticamente nula, constatando-se que a maior parte dos seus ofícios abordam assuntos superficiais, limitando-se ao relato do quotidiano da corte portuguesa.

Em janeiro de 1765 parece até ter falhado a habitual escrita dos ofícios semanais para Nápoles, tendo Tanucci escrito ao ministro plenipotenciário para Lisboa a lamentar a ausência de correspondência.<sup>508</sup> As explicações para a fraca atividade de Giambattista Albertini surgem em abril de 1765, quando o cônsul de Nápoles em Lisboa, Giuseppe Moreschi, envia a Tanucci um ofício a explicar a situação do diplomata napolitano. Em nome da Princesa de Cimitile, esposa de Albertini, o Cônsul roga licença real para o ministro plenipotenciário sair de Lisboa por motivo de doença, considerando tratar-se de *“um pedido irreparável de um marido a uma pobre desconsolada mulher, e de um pai a quatro pobres terníssimos filhos.”*<sup>509</sup>

A resposta afirmativa de Tanucci ao pedido de Cimitile não tardou. De Nápoles foi enviada a ordem real que lhe permitiu ausentar-se de Lisboa por um ano. No primeiro

---

<sup>505</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci, de 12-07-1763.

<sup>506</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci, de 01-04-1764.

<sup>507</sup> ANTT, MNE, Caixa 503, de Príncipe de Cimitile para D. Luís da Cunha Manuel, de 08-11-1763.

<sup>508</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile, de 15-01-1765.

<sup>509</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 04-04-1765.

dia de maio de 1765, Albertini aportou em Génova.<sup>510</sup> De onde seguiu até à sua propriedade de Cimitile.<sup>511</sup> O seu retorno a Lisboa nunca se concretizou, desconhecendo-se o que terá feito durante os anos seguintes. Sabe-se, porém, que no dia 19 de outubro de 1775 foi nomeado ministro plenipotenciário em Roma, onde se manteve até 1782. No regresso a Nápoles foi agraciado com os cargos de Presidente do Real Conselho de Fazenda e Diretor das Finanças Reais, falecendo em maio de 1788.<sup>512</sup>

### 3.5. *Vespasiano Macedonio (1767-1772)*

No dia 4 de julho de 1766 foi oficialmente decretada a impossibilidade de retorno do Príncipe Cimitile à legação de Lisboa, por motivos de saúde. O rei de Nápoles nomeou então D. Vespasiano Macedonio novo ministro plenipotenciário junto a S. Majestade Fidelíssima.<sup>513</sup> Vespasiano MacedoniodiRuggiano nasceu em Nápoles no ano de 1724, filho primogénito do Marquês de Ruggiano e de Oliveto, Alessandro Macedonio, de quem recusa a herança dos títulos de nobreza, por ser, desde 1748, cavaleiro da Ordem de Malta. O novo diplomata indigitado para Lisboa foi também mordomo do rei de Nápoles e gentil-homem de câmara. Em 1776, depois da sua estada em Portugal, passa a ser introdutor dos embaixadores na corte de Nápoles (Função existente em algumas cortes, importante para o cerimonial diplomático, pois cabia ao detentor deste cargo a introdução e encaminhamento dos ministros estrangeiros nas cerimónias da corte ou eventos diplomáticos). Exerce ainda funções militares como brigadeiro do exército napolitano.<sup>514</sup> Tornando-se em 1799 vice-presidente da Accademia Realedi Scienze e BelleLettere de Nápoles.<sup>515</sup>

Macedonio fez a sua estreia na carreira diplomática em Lisboa, sendo a sua manifesta inexperiência o que terá levado Tanucci a escrever a título pessoal ao Marquês de

---

<sup>510</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci, de 01-05-1765.

<sup>511</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci, de 07-06-1765.

<sup>512</sup> [http://www.treccani.it/enciclopedia/giambattista-albertini\\_\(Dizionario\\_Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/giambattista-albertini_(Dizionario_Biografico)/)

<sup>513</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio, de 04-07-1766.

<sup>514</sup> RUSSO, Luigi, “*Luigi Macedonio, Autorevole Ministro e Consigliere di Stato del Regno di Napoli (1764-1840)*”, in *Rivista di Storia e Cultura del Mediterraneo*, II, n. 2, 2016, p.33.

<sup>515</sup> NAPOLI, Maria Consiglia, *Giuseppe Maria Galanti. Letterato ed Editore nel Secolo dei Lumi*, Milano, Franco Angeli, 2012, p.115.

Almodôvar, embaixador de Espanha em Portugal, solicitando-lhe ajuda e orientação para Macedonio, “*afim de se lhe administrar aquelas luzes de que possa necessitar nos primeiros passos do seu Ministério.*”<sup>516</sup> Segundo a informação prestada pelo cônsul Moreschi a Tanucci, Macedonio chegou a Lisboa em 1 de fevereiro de 1767.<sup>517</sup> Sendo portador das seguintes instruções:

– *“Não haveis de pretender nem mais nem menos distinção que aquela que ali tiveram os vossos antecessores, o Cavaleiro de Guevara, o Conde Michele Pignatelli e o Príncipe de Cimitile.*

– *Aconselhar-se com os Ministros de Espanha e França.*

– *Para os casos e matérias que vos possam parecer dignos de reserva, se vos entrega uma cifra, da qual só vos servireis em assuntos tão urgentes e zelosos que, necessariamente, para escrever com liberdade requeiram esta cautela.*

– *O tráfico e o comércio por o recíproco interesse que regularmente produzem a todos na estreita união das nações entre si mas distantes, e como esta alternativa vem assegurar-se mais com a aplicação de um Tratado entre os respetivos dominantes: será melhor que não perdeis de vista a ocasião e ocasiões que oportunamente se poderão apresentar de tocar esta matéria como nascida do nosso zelo e de fazer útil o nosso Ministério com reciprocidade, e no suposto certo de que esta espécie de um tratado entre ambas as cortes foi tocada pelo Ministro de Portugal antecessor ao presente, bem que sem algum progresso, por o grave inconveniente que naquele tempo sobreveio da rotura de Espanha com aquele corte, mas já acalmada aquela guerra, em efeito podereis conseguir com os Ministros de Portugal alguma abertura sobre isto. Nos dareis conta individual para podermos prevenir o condescende para o nosso governo.*

– *O trato civil e a comunicação, que a apresentação pública vos facilitará com os mais bem instruídos dos interesses dos príncipes naquela corte, será o meio oportuno para que procureis indagar com destreza as negociações secretas de alianças ou tratados, que ali se podem manejar particularmente com a Inglaterra e a Holanda.*

---

<sup>516</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Bernardo Tanucci para Marquês de Almodôvar, de 25-11-1766.

<sup>517</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 16-02-1767.

– *Deve dar também atenção ao corte de relações entre Portugal e Roma, por conta do problema com os jesuítas, com prudente circunspeção e reserva para informar-nos do que chegar à vossa notícia.*

– *Procurareis que os vossos familiares e domésticos sejam moderados e quietos, de modo que não deem o menor motivo de queixa, àquele governo.*

– *Não deixeis que na casa de vossa habitação se dê auxílio nem proteção ou refugio a nenhum delinquente nem a qualquer outra pessoa que seja mal vista por aquele governo.*<sup>518</sup>

As instruções passadas a Macedonio tornam evidentes os principais focos da sua missão, nomeadamente a pretensão da corte de Nápoles em restabelecer o projeto de um tratado comercial com Portugal, ideia que, segundo as instruções, foi introduzida por Aires de Sá e Melo, que já havia sido ministro de Portugal em Nápoles. Um outro ponto a evidenciar é a observação inscrita acerca das relações de Portugal com a Cúria romana, e a cooperação entre as cortes borbónicas e a portuguesa, com a finalidade comum de extinguir a Companhia de Jesus. Macedonio acompanhou também o momento de reorganização do Colégio dos Nobres, dado o insucesso da vertente científica ter conduzido à reformulação dos seus estatutos e à conseqüente chegada de um novo Reitor, o napolitano Isidoro Olivieri.

No final de 1771, a inconstância do clima português afetou a saúde do diplomata napolitano que, por aconselhamento médico, requereu uma licença temporária para se ausentar de Lisboa. Porém, antes de partir certificou-se num ofício para Tanucci que a legação de Lisboa ficaria ao cuidado do seu secretário Niccola Piansante, “*o qual é conhecido dos secretários de estado.*”<sup>519</sup>

Macedonio ficou algo indeciso acerca do seu destino depois de sair de Portugal, hesitando entre um *tour* pela Europa ou um retorno temporário a Nápoles.<sup>520</sup> Em abril de 1772 decidiu-se pelo regresso à pátria<sup>521</sup> e, embora tivesse inicialmente planeado retornar às suas funções diplomáticas em Lisboa, partiu de Portugal para jamais voltar.

---

<sup>518</sup> ASN, Esteri, Busta 921, Instruções de Vespasiano Macedonio, 25-11-1766.

<sup>519</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 03-12-1771.

<sup>520</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 04-02-1772.

<sup>521</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 14-04-1772.

O secretário Niccola Piansante ficou encarregado da legação de Nápoles em Lisboa, mas, mesmo ausente, Macedonio permaneceu como titular oficial durante dois anos e meio. Somente em Novembro de 1774, Tanucci ordenou ao secretário de legação que informasse o Marquês de Pombal e D. Luís da Cunha Manuel da impossibilidade de retorno de Vespasiano Macedonio à corte portuguesa.<sup>522</sup>

### **3.6. Niccola Piansante (1772-1776)**

Após a partida de Vespasiano Macedonio, a legação de Nápoles em Lisboa fica entregue ao secretário do ministro plenipotenciário, como anteriormente acontecera após a saída do ministro Carlos de Guevara, quando os negócios da legação na capital portuguesa ficaram a cargo do seu secretário, o abade Giuseppe Maturi. O secretário de legação de Macedonio era Niccola Piansante, que contava já com uma experiência de catorze anos de assistência ao diplomata titular, primeiro em Londres e mais tarde em Lisboa.<sup>523</sup> Durante quatro anos Piansante foi o intermediário diplomático entre Nápoles e Lisboa, reportando à sua corte as principais movimentações da política externa e interna portuguesa naquele período. Nos ofícios semanalmente enviados por Piansante a Bernardo Tanucci destaca-se, no respeitante à política interna, a reestruturação dos estudos públicos em Portugal, particularmente a reforma da Universidade de Coimbra que se encontrava em curso. No campo das relações internacionais focou-se, essencialmente, na extinção da Companhia de Jesus, ocorrida em 1773 e em mais um desentendimento entre as monarquias ibéricas que, suscitado por questões relativas à América do Sul, ameaçava novamente a paz na Península.

Niccola Piansante acompanhava os principais acontecimentos ocorridos em Portugal, registando nos seus ofícios para Tanucci, os que lhe pareciam de maior interesse. Contudo, o secretário de legação em Lisboa não gozava das mesmas condições nem beneficiava das regalias reservadas a um ministro plenipotenciário. A sua mesada, por exemplo, ficava aquém da que era paga ao seu antecessor. Após a partida de Vespasiano Macedonio, Piansante continuou a residir na casa do anterior ministro e assumiu a

---

<sup>522</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 29-11-1774.

<sup>523</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 11-05-1773.

chefia da legação napolitana naquela capital, arcando com as mesmas despesas, embora detivesse um capital mais limitado.

Naquele momento, Nápoles considerava oportuno que se verificasse um corte nas despesas da legação na capital portuguesa. O primeiro passo nesse sentido seria a venda da casa onde residira Macedonio, onde Piansante permanecia. Confrontado com o desalojamento, o secretário alegava que, não obstante as suas tentativas, não conseguira encontrar nenhuma outra residência que “*fosse decente*”, com condições condignas e uma renda inferior a 50 moedas por ano, ou o equivalente a 360 ducados.<sup>524</sup> Para demonstrar como lhe era difícil subsistir face à carestia de vida em Lisboa e quão elevados eram os seus gastos, Piansante expunha o seguinte: “*dos preços anotados poderá V. Excelência fazer uma ideia daquilo que são as despesas em Lisboa. O país é caro e não dá para compará-lo nem com Nápoles nem com outro. O dinheiro é forte, mas é escasso e não se encontra senão na mão de poucos negociantes os quais emprestam com má vontade, e com grandíssima dificuldade, especialmente aos estrangeiros.*”<sup>525</sup>

Em 20 de março de 1775, Bernardo Tanucci solicita num ofício que Piansante lhe remeta uma nota manual de todas as despesas necessárias para se poder viver decentemente em Lisboa.<sup>526</sup> Reafirmando, pouco tempo depois, a necessidade de venda da casa de Macedonio e a aquisição de outra mais modesta.<sup>527</sup> Meses mais tarde, perante o agravamento da sua situação financeira, Piansante confessa a Tanucci que, para sobreviver, teve que contrair um empréstimo.<sup>528</sup>

Entretanto, a corte de Nápoles entendeu ser chegado o momento de reenviar um ministro plenipotenciário para Portugal, escolhendo para o cargo Salvatore Montaperto, Príncipe de Raffadali. Com a nomeação deste novo ministro, Piansante ficou ciente de que as suas incumbências na legação diplomática terminariam em breve.

---

<sup>524</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Nicola Piansante para Bernardo Tanucci, de 17-01-1775.

<sup>525</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Nicola Piansante para Bernardo Tanucci, de 24-01-1775.

<sup>526</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Bernardo Tanucci para Nicola Piansante, de 20-03-1775.

<sup>527</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Nicola Piansante para Bernardo Tanucci, de 09-05-1775.

<sup>528</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Nicola Piansante para Bernardo Tanucci, de 08-08-1775.

Raffadali chega a Lisboa em 28 de Outubro de 1776 e imediatamente no dia seguinte Niccola Piansante solicita a permissão de Tanucci para voltar a Nápoles.<sup>529</sup> Uns dias mais tarde, reafirma a sua vontade de partir, reforçada pelo facto da sua presença já não se justificar desde a chegada de Raffadali, como desabafou: “*estou persuadido da inutilidade da minha grande demora nesta cidade, especialmente agora que há um Ministro, cujo conhecimento, luzes e experiência reportará ao real serviço todas as vantagens.*”<sup>530</sup>

Finalmente, no dia 17 de dezembro de 1776 Tanucci escreve ao novo ministro plenipotenciário em Lisboa ordenando-lhe: “quando não for necessária a pessoa de Piansante mande que venha para Nápoles.”<sup>531</sup> Niccola Piansante acabaria por voltar somente no ano seguinte a Nápoles, onde ocuparia o cargo de oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros.<sup>532</sup>

### **3.7. Salvatore Montaperto, Príncipe de Raffadali (1776-1782)**

O último ministro plenipotenciário napolitano estudado nesta tese é Salvatore Montaperto, Príncipe de Raffadali, cavaleiro da Real Ordem de S. Genaro, pertencente a uma ilustre família do reino das Duas Sicílias, como indicam as suas credenciais.<sup>533</sup> “Filho único de Bernardo, Príncipe de Raffadali, e de Maria Anna Branciforte dos príncipes de Butera, nasce em Palermo em 22 de julho de 1731. Casou, em data de 11 de abril de 1750 com Ana Maria Naselli dos Príncipes d’Aragona, da qual teve seis filhos, Bernardo, Laura, Baldassarre, Antonia, Francesca e Periconio. Era também cunhado de Diego e Mariano Naselli, ambos altos dignatários maçónicos.”<sup>534</sup> Durante a década de 1760 torna-se membro dos Pedreiros Livres napolitanos, sendo indicado como membro da loja local *Les Zelés*, que estava associada à *Nationaal Groote Loge der Nederlanden*. Mais tarde, alcança “o grau maçónico de

---

<sup>529</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 29-10-1776.

<sup>530</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 05-11-1776.

<sup>531</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Bernardo Tanucci para Príncipe de Raffadali, de 17-12-1776.

<sup>532</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca, de 21-01-1777.

<sup>533</sup> ASN, Esteri, Busta 924, credenciais do Príncipe de Raffadali, de 01-04-1776.

<sup>534</sup> CASTIGLIONE, Ruggiero, *La Massoneria nelle Due Sicilie e i Fratelli Meridionali del 700*, Napoli, Gangemi Editore, 2008, p.148.

mestre scozzese 4º, o seu nome consta em 25 de julho de 1769 na lista da loja *La Secrète* e em 30 de setembro de 1770 na da loja *La zelée et Secrète*.<sup>535</sup>

Antes da sua nomeação para Lisboa, e desde 1773, Raffadali foi o representante diplomático napolitano na corte dinamarquesa, de onde partiu em maio de 1776.<sup>536</sup> Na viagem para Lisboa passou pelas cortes de Paris, Bruxelas<sup>537</sup> e, por fim, Espanha, onde foi apresentado a Carlos III por intermédio do seu tio, embaixador de Nápoles, o Duque St. Elisabetta.<sup>538</sup>

Raffadali chega, finalmente, a Lisboa, na manhã de 29 de Outubro de 1776, mas não encontra as suas instruções na posse de Piansante, como lhe havia indicado Tanucci, a quem pede que as mesmas lhe sejam enviadas, de modo a poder guiar-se no seu ministério.<sup>539</sup> Desconhece-se se as instruções que solicita a Tanucci terão chegado a Lisboa, pois contrariamente às dos seus antecessores, as suas instruções não se encontram no Fundo arquivístico da Legação de Nápoles em Lisboa.

A estada do Príncipe de Raffadali na corte portuguesa, entre 1776 e 1777, é marcada no domínio da política externa pela continuação da contenda que quase fez deflagrar uma nova guerra ibérica, por causa de pendências na América do Sul e dos afastamentos políticos, de Tanucci ainda em 1776 e, no ano seguinte do Marquês de Pombal, em consequência da enfermidade de D. José.

Ao mesmo tempo que a ameaça de guerra ibérica iminente agitava a diplomacia portuguesa, espanhola e napolitana, uma grande mudança esboçava-se na estrutura política da corte de Nápoles: Bernardo Tanucci, pilar administrativo do reino durante os quarenta e quatro anos anteriores foi repentinamente exonerado de quase todas as suas funções. Na origem da destituição de Tanucci esteve – pese embora a existência de outros motivos – o confronto com a rainha de Nápoles, a princesa austríaca Maria Carolina de Habsburgo, que cerceou substancialmente o poder do ministro, a partir do

---

<sup>535</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>536</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci, de 07-05-1776.

<sup>537</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci, de 23-07-1776.

<sup>538</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci, de 12-09-1776.

<sup>539</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci, de 29-10-1776.

momento em que reivindicou e exerceu o seu direito de participação na política do reino, como membro do Conselho de Estado.<sup>540</sup>

Para Tanucci, uma eventual cedência às pretensões da rainha significaria o conseqüente aumento de influência da Casa de Áustria e da maçonaria no reino. Embora as lojas maçónicas estivessem proibidas em Nápoles desde 1751, continuavam a aumentar, mesmo funcionando clandestinamente, sendo a rainha uma das mais proeminentes impulsionadoras. Ao longo do seu consulado Tanucci não considerou que os maçons constituíssem um perigo aos seus projetos políticos, centrando-se antes (e durante muito tempo) na erradicação de quem entendia serem os seus principais inimigos: os jesuítas. Foi neste contexto que a maçonaria ganhou margem de manobra para aumentar o seu círculo de influência, enquadrando nele a própria soberana.<sup>541</sup>

Os procedimentos contra as práticas maçónicas em Nápoles só surgem a partir de 1775, quando em 12 de setembro desse ano é republicado – como acontecera em 1751 por ordem de Carlos VII – um édito de proibição à maçonaria. Tanucci foi o responsável pela elaboração e autoria do referido édito.<sup>542</sup> Gesto que o tornou vulnerável a subseqüentes admoestações superiores. Como seria expetável, a atuação da maçonaria contra o ministro concretizou-se por intermédio da rainha que se queixou ao soberano, seu marido. A carta escrita pelo rei Nápoles a seu pai, Carlos III, em 12 de novembro de 1776 é, a esse respeito, elucidativa: “Agradeço a V.M. pelo que me diz com respeito ao assunto dos maçons protegidos pela minha mulher.”<sup>543</sup>

Para substituir Tanucci no cargo de Principal Conselheiro e na pasta dos Negócios Estrangeiros do Reino, foi nomeado o Marquês de La Sambuca. A quem deveriam, a partir desse momento, serem endereçados os ofícios das legações napolitanas no

---

<sup>540</sup> BENIMELI, José A. Ferrer, *La Masoneria Española en el Siglo XVIII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1986, p. 448.

<sup>541</sup> IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 39.

<sup>542</sup> BENIMELI, José A. Ferrer, “Bernardo Tanucci y La Masoneria Napolitana a Traves de la Correspondencia entre Tanucci y Carlos III (1775-1783), in *Bernardo Tanucci Statista Letterato Giurista*, Atti del Convegno Internazionale di Studi per il Secondo Centenario 1783-1983, Vol. I, Napoli, Jovene Editore, 1986, p.382.

<sup>543</sup> Idem, *ibidem*, p.407.

estrangeiro. No caso da legação em Lisboa, o primeiro ofício remetido a Sambuca data de 3 de dezembro.<sup>544</sup> Dia em que também chegara a notícia da demissão de Tanucci.<sup>545</sup>

Raffadali não faz, em nenhum dos seus ofícios, qualquer referência à demissão de Tanucci nem aos motivos que suscitaram o seu afastamento. Assinale-se, porém, que estando este diplomata ligado à atividade maçônica, a sua discrição pode ser considerada uma forma de cautela, dada a repressão que o governo napolitano continuava a exercer sobre esta sociedade secreta mesmo após a mudança do executivo.

Alguns meses após o afastamento de Tanucci, Portugal iria viver uma situação semelhante, com o pedido de demissão do político mais poderoso do Antigo Regime português. Não se tratou, no entanto, de um acontecimento inesperado ou repentino. A autoridade do Marquês de Pombal terá começado a decair no decurso da enfermidade de D. José. A saúde do rei estava a deteriorar-se rapidamente desde 1775, quando sofreu repetidos ataques apopléticos. Em novembro de 1776, o diplomata napolitano alude a um desses ataques, escrevendo que essa apoplexia deixara D. José totalmente mobilizado do lado esquerdo.<sup>546</sup>

Em termos rigorosos, no que concerne a Pombal “não é certo quando foi que se apercebeu da iminência da sua queda.”<sup>547</sup> O seu primeiro pedido de demissão foi apresentado ainda durante a doença do monarca, no período de a regência da rainha Mariana Vitória, que a recusou. O rei morre a 24 de fevereiro de 1777 e três dias depois Pombal – que já há algum tempo via o seu poder e influência reduzir de dia para dia – redige um novo pedido de demissão, que é aprovado no início de março.

O ministro plenipotenciário de Nápoles avisa prontamente a sua corte da morte do rei português. Nesse mesmo ofício transmite o sentimento geral nutrido por Pombal, manifestando igualmente a sua opinião pessoal. *“Com tudo isto é um lamentável sinal de que não há ninguém que não tenha gostado deste funestíssimo evento. Sentimento injusto e inumano, no entanto, não nasceu do ódio que os portugueses tivessem concebido contra o seu amabilíssimo soberano, mas apenas da esperança de ver a*

---

<sup>544</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca, de 03-12-1776.

<sup>545</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Niccola Piansante para Marquês de La Sambuca, de 03-12-1776.

<sup>546</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca, de 03-12-1776.

<sup>547</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit. p.324.

*mudança de governo, mudando as suas atuais circunstâncias que atribuem ao Sistema de Despotismo Arbitrário, e quase tirânico adoptado por este Marquês de Pombal.*”<sup>548</sup>

Ainda no presente ofício, Raffadali enuncia as esperanças que as várias fações da sociedade acoçadas pelo pombalismo acalentavam em relação ao novo governo e retrata genericamente o estado em que Pombal deixava o Estado português. Sobre a Igreja escreveu: *“esperam todos os eclesiásticos ser reintegrados no livre exercício do seu ministério apostólico.”* Também as aspirações das famílias nobres foram referidas pelo diplomata, para quem a nobreza, *“oprimida e reduzida à última miséria, acredita estar aberto o caminho a poder obter aquela gratificação e beneficência, até agora retardada, à qual lhes dão direitos ou concessões dos antigos soberanos, ou o mérito dos seus antepassados.”*

No campo da Justiça, Raffadali aponta a escassez de funcionários judiciais bem como a profusão e complexidade das leis, deficientemente compreendidas por aqueles que com elas lidavam: *“os tribunais com falta de Ministros necessários e próprios, os poucos que existem são confusos na multiplicidade das leis, das quais não podem nem são capazes nem conseguem entender o verdadeiro espirito e senso.”* Estando o comércio português confinado a um grupo ínfimo de pessoas e à gestão exercida através das Companhias que mercanciavam com o Brasil e as Índias, Raffadali descreve-o nos seguintes termos: era *“restrito nas mãos de poucos protegidos, e de duas Companhias, suspira de retornar à antiga liberdade, que fez noutros tempos a riqueza do estado e de particulares.”* Ao terminar o seu ofício, o diplomata napolitana não resiste a um tom de crítica em relação ao ministro português cessante. *“Era tal e tanta a autoridade que tinha o Ministro arrogada, e tanta a superioridade que tinha sobre o ânimo do Rei, que em tudo devia seguir não a vontade do Patrono mas a sua própria e particular.”*

No dia em que a nova soberana de Portugal, D. Maria I, aprova oficialmente a demissão do Marquês de Pombal, Raffadali reporta algumas mudanças já promulgadas pelo novo governo: uma, é a libertação de um grande número de eclesiásticos que se encontravam presos; outra, a deposição de uma irmã do demissionário Marquês, “que depois do terramoto de 1755 governava despoticamente, com o título de Priora o mosteiro das

---

<sup>548</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca, de 24-02-1777.

Religiosas Dominicanas.”<sup>549</sup> Neste ofício, Raffadali torna a considerar despótica a governação pombalina, comentando a eficácia revogatória das acções em curso: “*Golpes fatais são todos estes para o Marquês, que vê destruída toda a máquina sobre a qual descansava nesta parte o seu Despotismo.*”<sup>550</sup>

Poucos dias depois, o diplomata noticia para Nápoles o desterro de Carvalho e Melo, que deixou Lisboa acompanhado pelo Conde Sampaio e por quatro soldados “*da mesma guarda que tinha, que lhe foram concedidos para garanti-lo dos insultos do povo, que não cessa de exclamar contra ele.*”<sup>551</sup> Raffadali parecia nada saber sobre a sucessão de Pombal, assegurando apenas que “*o sistema será certamente oposto àquele que até agora se seguiu.*”<sup>552</sup> Porém, como antes remeter o presente ofício para Nápoles lhe chegaram novas informações do governo, acrescenta ao seu correio que havia sido “*nomeado para Ministro do reino, no lugar do Marquês de Pombal, o Visconde de Ponte de Lima e foi feito encarregado o Marquês de Angeja da Superintendência Geral do Régio Erário de que tinha a direcção o referido Marquês de Pombal.*”<sup>553</sup>

O afastamento de Pombal da capital portuguesa e a sua substituição pelo Visconde de Ponte Lima (que reportara no dia 11 de março de 1777) encerra, no contexto desta tese, a análise da missão do Príncipe de Raffadali. Embora o diplomata napolitano tenha permanecido mais alguns anos em Lisboa. Em 1781 foi nomeado embaixador para Madrid em sucessão do seu tio, o Duque de Santa Elisabetta, cargo que exercia à data da sua morte, em 28 de setembro de 1801.<sup>554</sup>

### **3.8. Consulado de Nápoles em Lisboa**

Paralelamente à principal representação diplomática – chefiada pelos ministros plenipotenciários nomeados por S. Majestade Siciliana – existia também um consulado, dirigido pelo cônsul Giuseppe Moreschi. Desconhece-se, porém, a data exata da

---

<sup>549</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca, de 04-03-1777.

<sup>550</sup> Idem, *ibidem*

<sup>551</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca, de 11-03-1777.

<sup>552</sup> Idem, *ibidem*

<sup>553</sup> Idem, *ibidem*

<sup>554</sup> CASTIGLIONE, 2008, op.cit, pp.148,149.

fundação deste consulado em Portugal. As fontes apenas indicam que a instituição da delegação consular napolitana na capital portuguesa antecedeu a abertura das relações diplomáticas oficiais entre Portugal e Nápoles, ocorrida com o estabelecimento em 1753 de ministros plenipotenciários das duas cortes.

No caso do cônsul napolitano em Lisboa, Giuseppe Moreschi, que a seguir se apresenta, verifica-se exatamente este distanciamento do ambiente cortesão. Nenhum dos ofícios que redigiu e remeteu a Bernardo Tanucci revela qualquer indício da sua proximidade à corte portuguesa. Mas no que respeita aos acontecimentos diários no porto da capital portuguesa, o discurso de Moreschi é muito mais pormenorizado, evidenciando um maior conhecimento, como se verificará mais adiante.

O estudo deste consulado napolitano permitiu também descortinar a grande distinção que existia entre o estilo de vida de um cônsul e o de um diplomata. Por outro lado – não obstante a diferença de estatuto socioprofissional entre agentes diplomáticos e cônsules – observa-se que nalguns aspetos as funções consulares se podem confundir com as diplomáticas ou até mesmo substituí-las. A título de exemplo e como exceção, mencione-se o caso da família Piaggio, que em duas gerações (pai e filho) serviram como únicos representantes de Portugal em Génova, agindo perante a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra como qualquer diplomata.

Examine-se, então, do cônsul de Nápoles na cidade de Lisboa: responsabilidades, informações transmitidas e condições de regência do consulado que operou do reinado de D. João V até à sua morte em 1762. A acreditação de um representante que defendesse os interesses da nação napolitana em Lisboa pode ser justificada pela presença de uma comunidade mercantil napolitana na capital portuguesa ou, de pelo menos, um trânsito de embarcações das Duas Sicílias no seu porto. Na segunda metade de Setecentos era corrente que, para além “das Embaixadas estabelecidas (geralmente na capital do país) as diversas nações – depois de avaliarem acerca da sua eventual utilidade e viabilidade – fixassem agentes próprios nos centros portuários e outras cidades de relevo, onde detinham interesses económicos.”<sup>555</sup>

---

<sup>555</sup> RAMOS, Pedro Manuel Amaral, “A Instituição Consular no Porto do Século XVIII: Subsídios para a Definição dos seus Contornos.”, in *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, Vol. 4, 2003, p.131.

No conjunto de ofícios do consulado de Nápoles em Lisboa, depositados no Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo de Estado de Nápoles, o primeiro que contém a assinatura de Giuseppe Moreschi data de 29 de Abril de 1751.<sup>556</sup> Desta data até dezembro de 1767 (mês e ano da sua morte) Moreschi enviou semanalmente para o secretário de estado dos Assuntos Externos do reino de Nápoles (Marquês de Fogliani e, depois, Bernardo Tanucci) relatos acerca da sua missão na corte portuguesa, cujos principais assuntos serão tratados em capítulo posterior.

Importa conhecer o melhor possível Giuseppe Moreschi, funcionário consular nunca antes estudado, de modo a aferir a sua importância na circulação de informação e contacto entre as cortes de Portugal e Nápoles. Demonstrar-se-á também que a atuação de Moreschi visou, sobretudo, os assuntos do comércio napolitano em Lisboa, especialmente o negócio do trigo, concedendo ainda particular atenção ao quotidiano portuário e comercial da cidade, de modo que nos seus ofícios encontram-se registadas as principais entradas e saídas de embarcações no porto de lisboeta, com ênfase para o movimento dos navios napolitanos ou sicilianos.

Giuseppe Moreschi era oficialmente o cônsul das Duas Sicílias em Lisboa<sup>557</sup> (segundo informações encontradas numa carta de Giovan Battista Janucci, presidente do Tribunal de Comércio de Nápoles, para Bernardo Tanucci) e, embora não seja possível através das fontes do consulares apurar o ano da sua chegada a Portugal, pode assegurar-se por um seu ofício de 1755, que o consulado já estava em funcionamento em 1741, antes do reinado de D. José.<sup>558</sup> Num anexo a um ofício que enviou a Tanucci com a data de 30 de setembro de 1755, surge um memorial com a seguinte informação: “*O cônsul Geral Giuseppe Moreschi que há mais de catorze anos tem a honra de servir a S.M. nesta corte de Lisboa sem salário algum, sempre dependendo do próprio na remissão das comissões tidas e nas cartas.*”<sup>559</sup>

Moreschi encontrava-se em Lisboa pelo menos desde meados de 1741, o que permite concluir que a fixação de um consulado de Nápoles precedeu em mais de uma década a legação diplomática. Este excerto revela ainda que mesmo estando ao serviço da corte

---

<sup>556</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Marquês Fogliani, de 29-04-1751.

<sup>557</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Giovan Battista Janucci para Bernardo Tanucci, de 29-02-1768.

<sup>558</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 30-09-1755.

<sup>559</sup> Idem, *ibidem*.

napolitana, o posto de Moreschi como cônsul não era remunerado ou patrocinado financeiramente pela coroa. O memorial citado decorre precisamente de um pedido auxílio financeiro à corte de Nápoles pelo cônsul, que até esse momento conseguira sustentar-se pelos próprios meios. “*Me ponho aos pés de V. Excelência e suplico que se digne a pôr o incluso memorial em mãos de S. Real Majestade autorizado da benigna proteção de V. Excelência para eu poder conseguir uma vantajosa ajuda de custo referentes aos que tive de tantos anos sem que precisasse de coisa alguma.*”<sup>560</sup> O cônsul subsistia graças a um vencimento que recebia do Bispado de Mazzara, na Sicília,<sup>561</sup> informação que foi enviada a Bernardo Tanucci, já após a morte de Moreschi, embora os fundamentos para o pagamento dessa pensão não sejam clarificados.

Um outro memorial escrito por Bernardo Tanucci, em 1758, revela, que Moreschi residia em Lisboa desde 1740 e sem nunca ter “*gozado de saldo algum.*”<sup>562</sup> Neste apontamento Tanucci recebia pedido de Moreschi para que lhe fossem livremente concedidos seis mil Tumulos do trigo proveniente de Nápoles.<sup>563</sup> Alguns ofícios de Moreschi indicam que a partir de 1755 o cônsul passou a receber, ocasionalmente e por ordem real, uma quantia em dinheiro, solicitando ainda parte do trigo napolitano, destinado a ser comercializado em Lisboa. A este pedido Tanucci responde negativamente, explicando ao cônsul que “*Não vai S.M. condescender à súplica sua pela fraca extração de 6 mil túmulos de trigo nestes reinos.*”<sup>564</sup>

Meses mais tarde, Moreschi é afinal informado de que lhe será concedida a quantia de trigo que precedentemente rogara<sup>565</sup>, além de 200 ducados anuais, por conta da corte de Nápoles.<sup>566</sup> Embora esta pensão anual constituísse um amparo não supriu as necessidades económicas do cônsul. Em outubro de 1760, Moreschi torna a pedir ajuda financeira a Bernardo Tanucci: “*Eu me recomendo a V. Excelência por algum socorro.*”<sup>567</sup> Situação que se repetiu diversas vezes até ao fim da vida do cônsul.

---

<sup>560</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>561</sup> ASN, Esteri, Busta 922, ofício de Giovan Battista Janucci para Bernardo Tanucci, de 29-02-1768.

<sup>562</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 15-08-1758.

<sup>563</sup> Idem, *ibidem*

<sup>564</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Bernardo Tanucci para Giuseppe Moreschi, de 19-09-1758.

<sup>565</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Bernardo Tanucci para Giuseppe Moreschi, de 06-02-1759.

<sup>566</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 06-03-1759.

<sup>567</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 07-10-1760.

No final do ano de 1767 Moreschi adoece, acabando por sucumbir. Segundo o ministro plenipotenciário D. Vespasiano Macedonio, então acreditado em Lisboa – que se tornara nos últimos tempos de vida do cônsul, o seu único socorro – durante a sua enfermidade Moreschi vivia em condições deploráveis.

*“Apenas tinha panos para cobrir-se e para o seu sustento cotidiano procurei ajuda-lo oferecendo-lhe a minha mesa. Privado de assistência e de maneiras nesta sua doença, por dever e por caridade cristã tive que pôr às minhas custas uma pessoa que o assista, de médico, medicamentos e de outras benevolências e devo tratar também do seu funeral. Muitos são os credores que se apresentam o que fazia notar a sua miséria. Por cautela fez fechar e selar os pouquíssimos móveis que continuavam em sua casa.”*<sup>568</sup>

Esta menção à doença de Moreschi pretende apenas demonstrar a penúria em que se encontrava no final da sua vida. Adiante se referirá novamente as circunstâncias da morte deste cônsul, bem como o futuro do consulado de Nápoles em Lisboa após o seu desaparecimento. Concentremo-nos, por ora, na atividade consular de Moreschi, no longo período que permaneceu na capital portuguesa.

Como cônsul, Giuseppe Moreschi tinha como principais funções o tratamento de assuntos ligados ao comércio e fazer uma observação clara do funcionamento portuário da cidade de Lisboa de forma a poder informar devidamente Tanucci sobre todas as ocorrências relevantes ou com interesse para o reino napolitano. Para já vai só deixar-se claro que o cônsul Moreschi cumpria devidamente a suas funções especialmente as que se relacionavam com o comércio do trigo das Duas Sicílias em Portugal, mas este é um ponto que aprofundaremos mais à frente no sub capítulo dedicado às relações comerciais entre Portugal e Nápoles.

Para além do comércio marítimo de trigo, Moreschi teve durante o seu consulado de acompanhar os efeitos da Guerra Ibérica que, eclodindo em 1762, colocou em risco a segurança dos portugueses. Como se sabe, o Pacto de Família assinado em agosto de 1761 não foi subscrito pelo governo português, por consistir numa aliança entre França e Espanha contra o poderio comercial inglês na economia mundial.<sup>569</sup> Na sequência

---

<sup>568</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 29-12-1767.

<sup>569</sup> SPEELMAN, Patrick J, “Strategic Illusions and the Iberian War of 1762”, in Mark H. Danley and Patrick J. Speelman Ed., *The Seven Years War: Global Views*, Leiden, BRILL, 2012, p.431.

desta recusa foi declarada a Guerra Ibérica de 1762. Em maio de 1762, as tropas espanholas invadem Portugal pela fronteira de Trás os Montes iniciando-se, na prática, o ato bélico entre as duas cortes peninsulares. A partir deste momento qualquer contacto estabelecido com Espanha seria perigoso e a transmissão informativa tornou-se mais difícil, dada a impossibilidade da passagem dos correios por território espanhol.

Durante o conflito, o cônsul Giuseppe Moreschi viu entravada a sua usual correspondência com Bernardo Tanucci. Como aconteceu com o seu compatriota, o ministro plenipotenciário Michele Pignatelli, o cônsul recorreu a vias alternativas para enviar o seu correio para Nápoles durante a guerra. Passou a usar a via mais demorada de Londres, enviando os seus ofícios acoplados aos do Ministro Pignatelli, por em maio de 1762, já se encontrar impedido o “*trânsito das cartas por Madrid.*”<sup>570</sup>

Embora o período de guerra tenha obstruído o processo normal de envio da correspondência de Moreschi para a corte napolitana, as vias alternativas (como a de Londres) permitiram ao cônsul não cessar a sua correspondência com Tanucci. Entre maio de 1762 e abril de 1763 o envio de ofícios semanais para Nápoles não foi quebrado. As temáticas abordadas também não sofreram alterações. Moreschi continuava a reportar as movimentações dos navios mercantes estrangeiros no porto de Lisboa, as variações no preço do trigo e a saúde da família real portuguesa. A guerra pouco ou nada interferiu nas suas funções: com exceção do impedimento à passagem do seu correio por Espanha, quase tudo se manteve normal.

Em abril de 1763 o percurso normal dos correios é, finalmente, restituído e Moreschi escreve a Tanucci, informando que o estabelecimento da paz entre Portugal e Espanha permitia o envio da correspondência pela via espanhola.<sup>571</sup> Restabelecida a normalidade, o consulado napolitano em Lisboa mantém a sua usual utilidade no envio de informação para a corte de Nápoles. Mas porque em 1767 a saúde do cônsul se debilita, a comunicação efetuada pelo consulado passa a ser fornecida a Tanucci através do ministro plenipotenciário napolitano, D. Vespasiano Macedonio.

---

<sup>570</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 30-05-1762.

<sup>571</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 19-04-1763.

Em 29 de Dezembro de 1767, Macedonio alude ao grave estado de saúde e a precariedade do cônsul.<sup>572</sup> Moreschi não resiste à doença e morre no dia seguinte, em 30 de dezembro de 1767, sendo a sua cerimónia fúnebre patrocinada por Vespasiano Macedonio, que escreve a Tanucci as seguintes palavras: *“Foi ele sepultado na paróquia dos italianos com aquela decência que se estima compatível com o seu estado.”*<sup>573</sup> Com a morte de Moreschi, vagava e ficava destituído de funções o consulado de Nápoles na cidade de Lisboa.

Através da documentação dos ministros plenipotenciários napolitanos acreditados em Portugal sabe-se o que sucedeu ao consulado: ficou oficialmente inapto nos restantes anos do governo de D. José. Não obstante terem surgido propostas para a restituição do consulado e até alguns candidatos ao lugar de cônsul. Logo em 12 de janeiro de 1768 – apenas 13 dias após a morte de Moreschi – foi enviada a Tanucci a primeira proposta de sucessão para o posto consular. O candidato que escrevia ao secretário de estado de Nápoles era Niccolò Rocks, vice-cônsul da Holanda, Dinamarca e Veneza, em Lisboa. *“O meu estabelecimento nesta corte com o atual exercício de Vice-cônsul dinamarquês, holandês e veneziano me inspirou o glorioso desejo de pretender o serviço de S. M. e monarca das Duas Sicílias concorrendo a este seu consulado vago pela morte de Giuseppe Moreschi.”*<sup>574</sup>

Sabemos que o Consulado permaneceu inativo nos anos seguintes pois a pretensão deste candidato e as que se sucederam não foram aceites. Ainda no ano de 1768, o ministro plenipotenciário Vespasiano Macedonio dava conhecimento a Tanucci de novos aspirantes ao cargo de cônsul, considerando existir pouca necessidade de reinstaurar o Consulado, opinião que terá influído na decisão da corte de Nápoles de não nomear novo cônsul.

Macedonio refere a Tanucci que os músicos súbditos do rei das Duas Sicílias da comunidade napolitana em Lisboa eram a única opção para se recrutar um candidato capaz de desempenhar o cargo consular. No mesmo ofício, o diplomata reitera a sua opinião sobre a pouca utilidade do consulado, ao mesmo tempo que comunica o interesse de dois italianos no lugar anteriormente ocupado por Moreschi. *“Há muitas*

---

<sup>572</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 29-12-1767.

<sup>573</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 05-01-1768.

<sup>574</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Niccolò Rocks para Bernardo Tanucci, de 12-01-1768.

*casas italianas, mas como o nosso consulado aqui não dá o mínimo lucro porque os navios com a nossa bandeira não aparecem, se encontra em dois, o desejo e a pretensão de poder obtê-lo. Um é um Romano chamado Vincenzo Olandi, o outro é um Monteverde genovês.*”<sup>575</sup>

Macedonio relembra ainda a situação difícil em que Moreschi vivera e adverte que a reposição do consulado implicaria um reforço da situação económica do cônsul, cuja subsistência em Lisboa deveria corresponder ao nível de vida que a sua posição exigia. *“Estimo meu dever preveni-lo, que os cônsules aqui de outras nações fazem muito boa figura, mantendo com decoro a sua representação. Se não se poder fazer da mesma forma para o cônsul de Nápoles, não sei se concordaria em ver um outro negligenciado e desprezado como se tinha reduzido Moreschi à sua miséria.*”<sup>576</sup>

Uma semana mais tarde, o diplomata napolitano remete a Tanucci as referências dos dois candidatos italianos ao lugar de Giuseppe Moreschi. Sobre o genovês Monteverde, certifica não estar habilitado para o cargo, pois não possuía meios para subsistir economicamente nem detinha grande crédito na praça de Lisboa. Olandi – o segundo candidato, de origem romana – reunia melhores condições, por ser considerado na cidade como um homem honesto.<sup>577</sup>

Decorrido um ano após a morte de Moreschi continuavam a apresentar-se candidatos para o substituir. Em janeiro de 1769, Bernardo Tanucci recebe uma carta de um Pietro Mazzinghi, que lhe escreve de Mola di Gaeta (região portuária italiana das Duas Sicílias) a solicitar o lugar vago em Lisboa.<sup>578</sup> Mas, mais uma vez, a corte de Nápoles não emitiu resposta afirmativa à proposta de ocupação do consulado.

A corte napolitana parecia indecisa em repor a representação consular em Lisboa. Em finais de março de 1769 – mais de dois anos depois da morte de Moreschi – Tanucci pede ao seu ministro plenipotenciário em Portugal que lhe remeta uma exposição argumentativa sobre a conveniência ou desvantagem de Nápoles manter um consulado em Lisboa, ao que o diplomata responde:

---

<sup>575</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 01-03-1768.

<sup>576</sup> Idem, *ibidem*

<sup>577</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 08-03-1768.

<sup>578</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Pietro Mazzinghi para Bernardo Tanucci, de 19-01-1769.

*“Os elementos que V. Excelência de mim espera, imagino que sejam aqueles da necessidade, que se possa aqui ter de um cônsul, e da maneira como aqui se vive, para poder S. Majestade, proporcionar a sua real beneficência e coloca-lo em estado de apoiar pelo menos com decência a sua representação... No decorrer de dois anos, e mais dos que eu me encontro nesta capital, não me recorde de ter visto nesta costa nenhum bastimento com a nossa bandeira, nem me parece que vá ver, a menos que se entre em algum comércio direto com esta nação. Portanto, se a necessidade de se ter um cônsul consiste principalmente em assistir os capitães e as tripulações dos nossos navios mercantes, até agora não conheço alguma.*

*A vida aqui é cara, e como sinal, sem falar a V. Ex da despesa que eu estou a sofrer, nem da que fazem o cônsul de Espanha, França, Inglaterra, Dinamarca, Suécia e Holanda lhe poderá servir de regra e luz o cônsul de Veneza, este, como ele diz, tem cem moedas de ouro ao ano, da sua Republica, que valem setecentos e vinte ducados napolitanos... não se vê (cônsul de Veneza) em nenhuma companhia, nem se sente que faça despesas volumosas. Mandar aqui um sem forma de manter-se honestamente e com decência é o mesmo, que continuar a nação naquele descrédito que reduziu o último cônsul Moreschi, que foi visto nos últimos tempos quase a mendigar, era tal e tanta a miséria que depois da sua morte concordei em pagar o médico, os medicamentos e a sepultura.”<sup>579</sup>*

Dois meses mais tarde, (em maio de 1769) a corte napolitana decide não nomear qualquer cônsul para Lisboa, por ser inútil.<sup>580</sup> A resolução vingou. Parecem ter sido acertadas as fundamentações do ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa sobre a fraca necessidade de se estabelecer novo cônsul, porque entre 1769 e 1771 apenas uma situação careceu de representação ou auxílio consular. Esta situação isolada refere-se à chegada a Lisboa de uma embarcação napolitana com cereais que foi assistida em tudo o que necessitou, primeiro pelo ministro plenipotenciário Vespasiano Macedonio e, depois, pelo vice-cônsul veneziano, *“a quem foi dada a faculdade de fazer as vezes do nosso nesta única ocasião.”*<sup>581</sup> Moreschi foi, assim, o único cônsul da corte de Nápoles em funções durante o reinado de D. José. Como justificou Macedonio, um consulado

---

<sup>579</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 28-03-1769.

<sup>580</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 23-05-1769.

<sup>581</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 07-05-1771.

parecia não ter utilidade devido a uma falta de “*reciprocidade de câmbio de géneros entre as duas Nações*”.<sup>582</sup>

### **3.9. Tanucci e Pombal: Pela pena dos Diplomatas.**

A investigação que deu origem a este trabalho não conseguiu encontrar nenhum vestígio de uma troca epistolar direta entre os governantes Tanucci e Pombal, no entanto as fontes diplomáticas (especialmente as fontes napolitanas) conseguiram provar que mesmo que o nível relacionamento e conhecimento entre estes dois políticos não tenha suscitado um trato interpessoal que justificasse um troca de correspondência, Tanucci e Pombal não foram totalmente indiferentes um ao outro, existindo também a opinião pessoal que os diplomatas iam formulando nos seus ofícios e todo um revelar de acontecimentos políticos que ajudavam a que ambos os governantes pudessem formular uma ideia sobre a personalidade e capacidade de governação um do outro.

A via diplomática foi o meio que possibilitou um respetivo reconhecimento das figuras de Pombal e Tanucci, por ela se enviaram mensagens de Tanucci para Pombal e de Pombal para Tanucci. O primeiro ofício que mostra uma troca de atenções mais manifesta é redigido por Michele Pignatelli, numa resposta a Bernardo Tanucci: “*Este Sr. Conde de Oeiras recebeu com sentimento de perfeitíssima estima os cumprimentos que V. Excelência me encarregou de dar-lhe.*”<sup>583</sup>

Cerca de um mês mais tarde, o mesmo diplomata participa uma visita que fez a Carvalho e Melo, que permanecia, por aqueles dias, retido em casa devido a um problema numa perna, e que o mesmo lhe perguntou pela saúde de Tanucci.<sup>584</sup> A este “intercâmbio” de saudações juntam-se, ainda, as seguintes constatações de Pignatelli para Tanucci: “*pode viver bem persuadido de que o Sr. Conde de Oeiras, não só é amigo como adorador,*”<sup>585</sup> ou “*O Sr. Conde de Oeiras acolhe sempre com igual*

---

<sup>582</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 18-06-1771.

<sup>583</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 08-09-1761.

<sup>584</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 21-10-1761.

<sup>585</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 29-12-1761.

*reconhecimento os atestados de amizade que V. Excelência lhe exhibe e se corresponde com outros tantos protestos sinceríssimos de estima.*”<sup>586</sup>

Anos mais tarde, este género de mensagens permanecia. Em maio de 1775, Bernardo Tanucci escrevia ao seu representante em Lisboa a respeito de Pombal. *“Devo dizer-lhe que esse muito vivo reconhecimento demonstra a particular bondade, que demonstra por mim um ministro tão iluminado e tão sábio, e desejo que ele saiba também, este meu sentimento de verdadeira estima e respeito que eu tenho pelo seu distinto mérito.*”<sup>587</sup>

Vamos, agora, concentrar-nos na opinião que os diplomatas napolitanos acreditados em Lisboa foram articulando sobre Pombal e as suas políticas, convicções que variam consoante os assuntos abordados.

Michele Pignatelli, ministro plenipotenciário em 1761, foi o primeiro, dos diplomatas enviados de Nápoles para a corte portuguesa, a proferir uma opinião sobre a necessidade de se manter Pombal no poder, em prol do progresso da nação portuguesa. A 29 de Dezembro de 1761, escrevia a Bernardo Tanucci as suas suposições:

*“Se o Sr. Conde de Oeiras tiver vida longa, como é desejável, se verá, certamente, no espaço de alguns anos, esta nação à altura da felicidade e esta coroa em plena glória. Não obstante todas as tragédias passadas, não tem o seu zelo negligenciado muitas instituições, é na verdade admirável em favor das reais finanças, das ciências, do comércio, da cultura dos campos e da educação da juventude: mas estas instituições para atingir o seu fim necessitam da assistência e da proteção da eficácia e do valor do seu instituidor.*”<sup>588</sup>

Durante a sua permanência em Lisboa, Pignatelli não descuidou de retratar a Tanucci a sua visão, ou a visão de outros, sobre Pombal e as suas atuações políticas. Se, por um lado, o diplomata napolitano considerava necessária a vontade reformista do poderoso ministro português, por outro, admitia um certo ambiente de “terror” que ajudava Carvalho e Melo a manter-se no poder, sem que os seus opositores lhe fizessem frente. *“Este governo é suportado por dois princípios: um de amor pela casa real, outro de um*

---

<sup>586</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 13-04-1762.

<sup>587</sup> ASN, Esteri, Busta 936, de Bernardo Tanucci para Niccola Piansante, de 20-05-1775.

<sup>588</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 29-12-1761.

*extremo temor ao Ministro*”, explicava Pignatelli, num ofício secreto e cifrado, para Tanucci.<sup>589</sup>

O historiador Kenneth Maxwell cita palavras do próprio Pombal, que, numa carta para Luís Pinto de Sousa Coutinho, lhe dizia: “Quando a razão o permite e é preciso desterrar abusos e destruir costumes perniciosos... aja com muita prudência e moderação; que o medo vença mais que o poder...”<sup>590</sup> Serve esta passagem para demonstrar que o conceito de temor apontado por Pignatelli era um recurso político, do qual o ministro fazia uso consoante os seus interesses.

Não se quer com isto afirmar um desagrado do diplomata napolitano a respeito de Carvalho e Melo. Pignatelli era, aparentemente, algo eclético na sua opinião sobre Pombal. É certo que usava palavras como: “*É uma miséria incrível, mas a maior, é aquela que nasce, da opressão e violência que a cada instante se vê*”<sup>591</sup>; porém, também usava outras de exaltação do estadista português, descrevendo-o como “*digno e dotadíssimo Ministro*.”<sup>592</sup>

Através das notícias que lhe chegavam de Lisboa, Tanucci pôde conceber, em carta para Pignatelli, a 2 de Fevereiro de 1762, a sua própria visão da vasta obra reformista pombalina, para a fazenda real, para a promoção das ciências, para a cultura dos campos e para outras sábias disposições “*do Sr. Conde de Oeiras, que é sim zelante, sim ativo, sim esperto e sim penetrante. Desejo tranquilidade, e felicidade, e gloria ao soberano e ao Ministro*.”<sup>593</sup>

Anos mais tarde, em 1767, o poder e influência de Pombal sobre o reino apresentava-se aos olhos do ministro plenipotenciário napolitano, Vespasiano Macedonio, como sendo um domínio inigualável, fomentado pela confiança sem limites do rei e pela lealdade e submissão das restantes personagens políticas às suas vontades.

Este diplomata deixa bem claro, num dos seus ofícios para Tanucci, quais os cargos públicos de Pombal, mas também a sua influência integral em pastas pertencentes,

---

<sup>589</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 19-04-1763.

<sup>590</sup> MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p.111.

<sup>591</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 25-10-1763.

<sup>592</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 27-10-1761.

<sup>593</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario, 1761-1762*, a cura di M.G.Maiorini, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1988 p.509.

oficialmente, a outros secretários de estado. “Sobre o Sr. Conde de Oeiras que tem a inspeção das finanças e da graça e justiça, são outros dois Ministros destinados por este soberano ao governo do reino, e de todas as conquistas ultramarinas. Um é o Sr. D. Luís da Cunha o qual suporta a direção dos negócios estrangeiros e da secretaria de guerra, o outro é o Sr. D. Francisco Xavier de Mendonça, irmão do mesmo Conde, que tem a intendência geral da Marinha. Estes, porém, agem com sujeição e dependência tal da vontade do primeiro, que estão bem longe de poder executar livremente as funções do seu emprego...Este a quem a superioridade e talento fez merecer a consideração e a inteira confiança do seu patrono e ganhou a subordinação dos seus colegas, chamou a si o universal manejo de todos os assuntos. O político, o militar, o civil e o económico, tudo depende absolutamente dele e assim a resolução do senado desta cidade e a procedência da Inquisição não fogem ao seu exato conhecimento, obteve do rei, que se nomeasse Presidente do primeiro e Vice Inquisidor no Tribunal da segunda, outro dos seus irmãos D. Paulo de Carvalho.”<sup>594</sup>

Um dos métodos usados por Pombal para conseguir controlar e dispor à sua vontade em todas as áreas do aparelho de estado português foi, como já se viu, a promoção de pessoas da sua confiança para os mais altos cargos públicos do reino. A ascensão dos seus irmãos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho e Mendonça é um exemplo manifesto; o primeiro nomeado para a secretaria do Ultramar e o segundo para o Santo Ofício, onde agia como Inquisidor - Geral, embora oficialmente não o fosse.<sup>595</sup>

Era inegável, e parecia claro a todos, o poderio exercido por Carvalho e Melo, apesar de, aos olhos de Vespasiano Macedonio, a concentração da autoridade numa só pessoa impossibilitar o regular tratamento de muitas questões de governo. “Entre estes três irmãos por conseguinte está distribuído o inteiro governo de Portugal de cá e de além-mar, e da sua direção depende também o interior económico da casa real. Grande é a mente do Conde e em cada uma das suas providências demonstra possuir ele profundamente a ciência do bom governo. Mas como? Uma vez que não pode ser tudo em tudo e por outro lado, não quer deixar para os outros a execução das coisas, o mais

---

<sup>594</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 19-09-1767.

<sup>595</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, p.184 e 258.

*comum e trivial sucede, que a maior parte dos assuntos permanecem imperfeitos e quase em desordem, e Deus quis, que o próprio interesse não prevalecesse a maior parte do tempo ao útil e à vantagem comum deste povo, e não demonstrasse que toda a beleza do seu pensamento e obra termina só na aparência do bem, sem aquele efeito que o público esperava. Sábias são as suas providências, e merecem atenção, mas uma vez que os objetivos e a razão que o promovem não são notórias senão a ele mesmo, não é possível formar outro sistema que as máximas por ele adotadas na sua administração, fora aquela de conservar-se a absoluta autoridade de dispor e regular tudo como melhor lhe agrada.”*<sup>596</sup>

Seria também interessante trazer aqui um conjunto de opiniões articuladas pelos ministros plenipotenciários portugueses, que residiram em Nápoles, em relação às políticas de Tanucci e à sua forma de governo. Mas, por comparação com os escritos da diplomacia napolitana acreditada em Lisboa, esta prática de expressão de juízos de valor político perde vida nos ofícios da diplomacia lusitana.

A parca manifestação da opinião pessoal dos diplomatas que representaram Portugal em Nápoles entre 1753 e 1777 pode, contudo, derivar de razões como o desinteresse ou falta de curiosidade por parte do governo de Lisboa (diga-se Pombal) em relação a Tanucci, ou o fato de prevalecer a ideia de que Tanucci não passava de uma “marionete” manuseada consoante as deliberações de Carlos III de Espanha, ou, ainda, porque as ocorrências políticas em Nápoles não causavam, em comparação com o caso português, o mesmo nível de interesse além-fronteiras.

Do pouco que se conseguiu apurar nos ofícios da diplomacia portuguesa em Nápoles, a figura de Carlos de Bourbon acaba por ser mais destacada, sendo ele a verdadeira fonte de poder decisório no reino de Nápoles, mesmo após a sua partida para Espanha, em 1759. Sobre este monarca, o ministro plenipotenciário José da Silva Pessanha escreveu: *“Deus o dotou de um grande talento e de um juízo claro, e de uma reta justiça, para distinguir o falso do verdadeiro e para não apoiar senão o que é justo.”*<sup>597</sup>

No contexto da queda política de Tanucci, em 1776, não passava despercebido aos diplomatas portugueses, nem a ninguém, que praticamente toda a ação política de

---

<sup>596</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernado Tanucci, de 19-09-1767.

<sup>597</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 25-07-1758.

Tanucci passava pelo aval do rei Católico, o que acabou por ser um dos motivos da sua despromoção, por desagrado do monarca Fernando IV, que via entravadas algumas das suas vontades pela influência do rei de Espanha, seu pai. Segundo o que escreveu em ofício o diplomata José de Sá Pereira, *“princiava também o mesmo Ministro (Tanucci) a fazer-se pesado ao próprio soberano, tanto pela oposição que nele encontrava em algumas coisas do seu génio e próprias da sua idade como porque estava persuadido de que as relações particulares, que Tanucci dirigia todas as semanas a El Rei Católico lhe atraíam de tempo em tempo algumas admoestações da parte do mesmo seu augusto pai.”*<sup>598</sup>

Os diplomatas portugueses expuseram muito pouco a sua opinião pessoal acerca de Tanucci e dos seus métodos de governo. Contudo, deve lembrar-se que transmitiam nos seus ofícios as medidas governativas mais relevantes e, em certos casos, anexavam à sua correspondência para Lisboa algumas leis ou alvarás régios publicados no reino de Nápoles, o que significa que as práticas políticas de Tanucci acabavam por ser conhecidas em Portugal, também através dos ministros acreditados em Nápoles, e não apenas por intermédio da diplomacia napolitana residente na corte portuguesa.

Em maio de 1769, o diplomata Vespasiano Macedonio informa Bernardo Tanucci da boa impressão que causaram em Lisboa algumas ordens redigidas por Tanucci contra as Regras de Chancelaria Romana, uma medida tão bem aceite por Carvalho e Melo, que acabou por ser traduzida, impressa e divulgada em Portugal. *“Chegou às mãos deste Sr. Conde de Oeiras a ordem de V. Excelência passada a 7 de Março próximo passado à Camara Real de Sta. Clara e à Junta dos Abusos, tocante às Regras de Chancelaria Romana, o considerou sábio e apropriado que o fez traduzir em língua portuguesa, palavra por palavra... o remeteu ao Supremo Tribunal do Palácio com ordem de obedecer inteiramente a quanto está nesse sabiamente disposto de S. M. Siciliana, e mandou ao mesmo tempo cópias com cartas circulares a todos os Bispos do reino.”*<sup>599</sup>

Vamos aqui deixar transcrito o documento elaborado por Tanucci, que consta da tradução portuguesa divulgada em maio de 1769:

---

<sup>598</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 5-11-1776.

<sup>599</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Tanucci, de 16-05-1769.

*“Cópia do Decreto que o Rei das Duas Sicílias fez expedir à Camara Real de Santa Clara/ em Portugal Mesa do Supremo Tribunal do Palácio (Desembargo do Paço), no dia 7 de março de 1769 do seu Primeiro-ministro D. Bernardo Tanucci. Comanda o Rei que a Camara de Santa Clara sem ordem de Sua Majestade não faça menção nem uso das Regras da Chancelaria Romana, as quais sendo regras vitalícias de cada Papa, e expirando com ele; quer El Rei que se o novo Pontífice as vier a suscitar, se examinem, e precedendo a vista do procurador da coroa, se lhe consulte o que parecer à mesma Camara: parecendo que a maior parte das ditas regras sejam contrárias ao nativo direito dado espírito santo aos Bispos e ao bem comum dos Estados católicos.”*<sup>600</sup>

## **Conclusão**

Tal como já se havia verificado no capítulo antecedente, também pelo presente capítulo se pode concluir que as relações entre Portugal e Nápoles não eram consideradas, por nenhum dos dois países, como tendo uma importância prioritária para a sua política externa. No entanto, o contacto entre as duas cortes era mantido e revelava-se dinâmico, mesmo antes da acreditação de diplomatas ser oficializada em 1753. Aliás, neste capítulo fica demonstrado que antes de Nápoles enviar para Lisboa o seu primeiro ministro plenipotenciário já existia uma ligação e troca de informações entre os dois estados através do embaixador de Espanha em Portugal. Embora não o fizesse oficialmente, o diplomata espanhol desempenhava as funções de um representante napolitano, ao corresponder-se frequentemente com o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros do Reino de Nápoles.

A iniciativa de estabelecer uma diplomacia oficial entre Portugal e Nápoles coube à corte portuguesa, (como se confirma nas instruções passadas a Carlos de Guevara, primeiro representante diplomático de Nápoles em Lisboa)<sup>601</sup> que entendia ser importante estreitar as relações bilaterais, invocando para o efeito os vínculos familiares entre as duas casas reais, dado a rainha consorte de Portugal, Mariana Vitória, ser irmã do rei Carlos de Bourbon de Nápoles, futuro Carlos III de Espanha.

---

<sup>600</sup> ASN, Esteri, Busta 922, Real Despacho 7-03-1769.

<sup>601</sup> ASN, Esteri, Busta 918, carta de instruções, 21-10-1752.

Constata-se igualmente que as instruções passadas a qualquer dos ministros plenipotenciários napolitanos radicados em Lisboa entre 1753 e 1777 eram claras no que respeitava à proximidade que deveriam manter com os embaixadores espanhóis e ao alinhamento que deveriam manter relativamente aos interesses e política do governo dos reis católicos.

No período em estudo, todos os diplomatas enviados da corte de Nápoles para Lisboa e da corte portuguesa para Nápoles detiveram o mesmo carácter de ministro plenipotenciário, o que demonstra que, durante mais de duas décadas, a importância das relações diplomáticas entre os dois reinos no contexto da política externa oficial, apesar de não ser prioritária, se manteve intacta e não regrediu.

Apesar de todos os diplomatas acreditados pela corte napolitana em Portugal terem sido nomeados com o mesmo carácter, registam-se algumas diferenças de preparação e experiência na carreira diplomática, verificando-se que em certos casos a enviatura para Lisboa era a sua primeira missão diplomática. Obviamente, as escolhas recaíam em sujeitos com um certo estatuto social adquirido ao longo da sua atividade profissional ou pertencentes a famílias nobres ou influentes.

Para alguns destes diplomatas napolitanos a estada em Lisboa foi um ponto de partida ou de evolução da carreira. Verifica-se, aliás, que alguns dos ministros napolitanos colocados na corte portuguesa seguiam após concluírem a sua missão para a corte de Londres – Inglaterra era a grande aliada de Portugal no espectro das monarquias europeias de então – ou para outros estados italianos. Dos diplomatas napolitanos abordados neste estudo apenas um foi exceção, ao não seguir o percurso referido: o Príncipe de Raffadali, que tinha sido embaixador em Copenhaga antes de ser acreditado em Lisboa, seria nomeado embaixador em Madrid após a sua missão em Portugal.

Embora detivessem o mesmo carácter junto do rei português, os ministros plenipotenciários enviados pela corte de Nápoles para Lisboa assumiram diferentes condutas no desempenho das suas funções. A quantidade e a importância dos assuntos abordados nos seus ofícios revelam que uns demonstravam maior interação e interesse que outros na divulgação de notícias relevantes sobre a política (interna e externa) portuguesa.

Tornou-se também evidente que Michele Pignatelli foi o ministro plenipotenciário que mais interagiu de acordo com as instruções que lhe foram transmitidas pela sua corte, enquanto o Príncipe de Cimitile foi aquele que se mostrou menos produtivo.

Este capítulo revela igualmente questões de natureza privada sobre os diplomatas napolitanos, como a ligação (ou afiliação) de alguns à maçonaria, que, apesar de proibida no reino de Nápoles, se foi expandindo com a passagem dos anos. Como parece indicar o facto de figuras influentes desobedecerem às ordens reais para se juntarem às lojas maçónicas.

Com efeito, dois dos diplomatas de Nápoles enviados para Lisboa estiveram ligados aos ritos maçónicos. No caso do Príncipe de Raffadali as certezas são absolutas: este diplomata já era maçom antes da sua instalação em Portugal. Ainda que nos seus ofícios não conste qualquer indício sobre a sua ligação à maçonaria, sabe-se que pertenceu a diversas lojas ao longo da sua vida e que foi ascendendo como pedreiro livre. Pignatelli, por seu turno, poderá ter iniciado a sua participação em ritos maçónicos em Lisboa, no período da Guerra Fantástica, no entanto, não é possível aferir se continuou ligado a estes ritos após deixar Portugal.

Importa também referir a existência do consulado de Nápoles em Lisboa, nunca antes mencionada pela historiografia, que justificou a necessidade de conhecer a instituição deste consulado e o seu funcionamento, de forma a enquadrá-lo como mais um posto de ligação e relação entre os reinos de Portugal e Nápoles. Neste capítulo é igualmente provada a existência do consulado napolitano na capital portuguesa antes de diplomatas de Nápoles se acreditarem em Portugal.

Outro ponto relevante consiste na diferença do estilo de representação entre o cônsul e os ministros plenipotenciários. Verifica-se que os diplomatas seguiam um protocolo mais rigoroso, pautando-se o seu desempenho pelo cumprimento das normas inscritas nas suas instruções. Não manifestando os cônsules o mesmo interesse dos diplomatas em relação a assuntos de corte ou política.

Constata-se, no entanto, que a utilidade deste consulado começou a ser posta em causa após a morte do cônsul Moreschi. Até ao ano de 1740 Moreschi sustentou-se em Lisboa pelos próprios meios, tendo começado a receber a partir de 1755 alguma assistência económica da corte de Nápoles. A quantia que lhe era remetida pelo rei de Nápoles não

foi, porém, suficiente para se manter com dignidade na capital portuguesa, a qual era, à época, considerada pelos napolitanos uma cidade com um custo de vida elevado.

Relativamente à situação financeira do consulado de Nápoles, verifica-se que se foi agravando, tornando-se mais precária à medida que os anos passavam, de tal modo que nas vésperas da sua morte Moreschi enfrentava grandes carências – descritas nos ofícios como reveladoras de um estado acentuado de miséria – necessitando de ser amparado pela caridade do ministro plenipotenciário napolitano.

Serviu esta fase do capítulo terminado para atestar que mesmo não tendo havido entre os dois poderosos estadistas, Tanucci e Pombal, uma relação direta, que pela distância que separava Portugal e Nápoles só poderia ter sido mantida através de uma troca epistolar, nada impediu que se servissem dos representantes diplomáticos para se irem conhecendo, cumprimentando e elogiando um ao outro, o que até certo ponto comprova a existência de uma convergência de ideias políticas. A via diplomática aparece aqui como o grande meio instigador da concordância política entre os dois secretários de estado, pois foi através dos ofícios diplomáticos e respetivos anexos, em que por vezes seguiam, éditos, leis e alvarás, que foi possível conhecer-se mais a pormenor as reformas que se foram fazendo nos dois reinos entre 1753 e 1777, como se poderá verificar em capítulos posteriores.

Ficou ainda analisada a ideia pessoal que ao longo dos anos os diplomatas iam tecendo sobre o Marquês de Pombal, ideia essa que oscilava entre a constatação de que o valido de D. José era um espírito ilustrado ou um déspota que regia tudo consoante os seus interesses e vontades.

## **Capítulo 4**

# **Os grandes temas da correspondência diplomática entre Portugal e Nápoles**

O período em análise (1750-1777) comporta, indiscutivelmente importantes momentos políticos e socio-culturais não só para a história portuguesa e napolitana, mas também para a História da Europa na época moderna. Assim, pretende-se no presente capítulo trazer à luz a visão da diplomacia portuguesa e napolitana sobre os grandes temas abordados nos ofícios dos representantes diplomáticos, temas esses que dada a sua preponderância mereceram a atenção e menção na correspondência diplomática que ao longo dos anos em estudo circulou entre Portugal e Nápoles. O terramoto de Lisboa de 1755, a campanha contra os Jesuítas, a Guerra dos Sete Anos e a Disputa Ibérica na América do Sul, as relações comerciais entre Portugal e Nápoles, as reformas Internas de Portugal e Nápoles e as políticas ilustradas e o despotismo de Pombal e Tanucci aos olhos da diplomacia foram os principais assuntos em destaque na documentação diplomática dos representantes dos dois reinos e são estes mesmos temas que se vão desenvolver no seguimento do presente capítulo.

### ***4.1. O Terramoto de Lisboa de 1755***

A manhã de 1 de novembro de 1755 marcou para sempre a história de Lisboa quando a terra tremeu e uma onda gigante se formou no Tejo, submergindo a zona baixa da cidade. Nesse Dia de Todos os Santos, o vigoroso estremecimento da terra, a força torrencial da água e a fulgurante propagação do fogo destruíram a capital e várias outras cidades e regiões costeiras de Portugal, com elevados danos materiais e um número ainda hoje indeterminado de vítimas.

Facultando a historiografia estudos abundantes e aprofundados sobre o terramoto de Lisboa, o contributo deste trabalho centra-se na visão e na vivência dos diplomatas portugueses acreditados em Nápoles, dos congéneres napolitanos radicados em Lisboa e do cônsul de Nápoles na capital portuguesa, Giuseppe Moreschi, sobre a catástrofe e suas consequências.

Examine-se, primeiramente, como o ministro napolitano Carlos de Guevara, a residir em Lisboa desde 1753 experienciou o dia do terramoto, recorrendo ao seu testemunho – redigido na primeira pessoa, após sobreviver à catástrofe – e à sua descrição do horror sentido e de como passou a ser a vida na capital de Portugal após o dia 1 de novembro de 1755.

Tendo sobrevivido ao terramoto, nos dois primeiros ofícios que enviou para Nápoles nos dias subsequentes à catástrofe, Guevara retrata bem o ambiente de terror vivenciado na cidade, descrevendo as condições em que ele e a família se encontravam e noticiando a morte do embaixador de Espanha, na sequência do sismo ocorrido às nove horas e trinta minutos do primeiro dia do mês de novembro.

Guevara não se dilatou muito a enviar para Nápoles as primeiras notícias sobre o cataclismo, despachando um ofício em 4 de novembro de 1755 com seguintes palavras: *“Este soberano e toda a real família, graças a Deus, estão a salvo, escaparam ao flagelo do horrível pavorosíssimo terramoto que aconteceu no sábado primeiro deste mês pelas nove e meia da manhã. Não há casa, daquelas que permaneceram de pé, que esteja habitável porque ameaçam ruína eminente e aquelas que não estão de pé formam mais de duas partes da cidade. Na mesma manhã o fogo atacou a igreja Patriarcal causado pela luz para a função da solenidade de todos os santos, que todo em consonância passou para os edifícios vizinhos, e permanecem consumidos pelo fogo, o teatro novo, a maior parte da casa real localizada na cidade e, no final, toda a parte principal da cidade.*

*O Sr. Conde de Perelada está morto sob os escombros. Em suma, tudo aqui respira terror, confusão e desordem. O fogo não acabou. Tentei na manhã seguinte ir a Belém, mas não posso seguir por terra pelos incêndios e ruínas, permaneci por não haver embarcações. Esta manhã procuro encontrar S. Majestades e a real família em bom estado de saúde.*

*Eu, por misericórdia de Deus, e toda a minha família estamos vivos. A casa de minha habitação está toda arruinada, e em consequência a tapeçaria e os móveis. Habito em campanha sob uma tenda feita de cortinados e somos já ajudados para a construção de uma barraca.*”<sup>602</sup>

Considerando André Belo que “a notícia manuscrita, na forma de carta ou texto noticioso autónomo, é mais rápida do que o impresso”, pois “...pode começar a circular imediatamente,”<sup>603</sup> admita-se como plausível que o ofício escrito por Guevara tenha sido o primeiro canal a difundir os factos do terramoto de Lisboa para Nápoles. Se observarmos o ofício que Bernardo Tanucci envia a Guevara em 18 de novembro de 1755, percebe-se que, naquele momento, em Nápoles ainda não se sabia da fatalidade.<sup>604</sup> Apesar de Guevara ter sido célere no envio das notícias, a distância entre os dois reinos, terá provavelmente retardado a chegada do seu ofício. Como se constata pelas datas de envio e de receção: a carta escrita por Guevara em 4 de novembro só é recebida em Nápoles no dia 28 de novembro.<sup>605</sup>

Comparando a avaliação dos resultados do terramoto referida no ofício de Guevara com o de um outro diplomata acreditado em Lisboa – por exemplo, o embaixador francês Mr. De Baschi – encontram-se dados semelhantes nas notícias transmitidas às respetivas cortes, um dos quais a simultaneidade na data de expedição dos primeiros ofícios pós catástrofe. Baschi também remete os primeiros escritos para França em 4 de novembro.<sup>606</sup> Como se verificou no ofício de Guevara, acima transcrito, o relato do Embaixador francês incide, essencialmente, sobre a descrição do número de vítimas mortais, o estado em que se encontrava o rei e a restante real família, a duração do sismo, a propagação dos incêndios e a morte do embaixador de espanhol.<sup>607</sup> As diferenças encontram-se nos pormenores: enquanto o diplomata napolitano se refere a 25 mil mortos – quantitativo que se aproxima mais da realidade – o representante francês aponta, exageradamente, para 100 mil defuntos.

---

<sup>602</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 04-11-1755.

<sup>603</sup> BELO, André, “A Notícia do Terramoto no Sistema de Informação do Antigo Regime”, in Ana Isabel Buesco, Maria Fernanda Rollo e Pedro Cardim (Org.) *História e Ciência da Catástrofe 250º Aniversário do Terramoto de 1755*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p.57.

<sup>604</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara, de 18-11-1755.

<sup>605</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara, de 09-12-1755.

<sup>606</sup> BELO, 2007, op.cit.p.59.

<sup>607</sup> Idem, *ibidem*

Cerca de uma semana depois do envio das primeiras notícias, Guevara torna a escrever para Nápoles, desta vez, noticiando que a terra tremera noutras partes do território português, como o Algarve. Volta também a alvitar sobre a quantidade de vítimas mortais, escrevendo não serem menos de 20 mil, acrescentando, porém: “*é difícil calcular o número de mortos, estes tem permanecido nas igrejas, nas casas e nas estradas.*”<sup>608</sup>No final do mês que se seguiu assegurava que as cidades africanas de Fez, Sale e Arzila haviam sofrido graves danos com o terramoto.<sup>609</sup>

Na tomada de decisão política é, desde logo, destacada a “*intervenção enérgica e bem-sucedida de Carvalho e Melo na conjuntura pós-terramoto, que é habitualmente evocada para justificar o reforço do seu poder e influência junto do Rei.*”<sup>610</sup> As palavras redigidas pelo ministro de Nápoles sobre as primeiras intervenções políticas de saneamento dos danos causados em 1 de novembro corroboram este ponto de vista: “*Não faltou a prudência do Rei e do Ministro para fornecer o enterro dos cadáveres e comida e tudo o que possa contribuir para ordenar esta cidade desordenada.*”<sup>611</sup>

Por outro lado, não se encontra nestes dois primeiros ofícios de Guevara (de 4 e 11 de novembro) qualquer alusão à possibilidade da origem divina do terramoto tão instigada pelos jesuítas. O diplomata foca somente a ação laica desenvolvida no rescaldo dos trágicos acontecimentos, o que converge com a ideia de que “o terramoto tinha causas naturais, e que só o poder secular estava apetrechado para lidar com eficácia e resolver a emergência em que o país e a sua capital se encontravam.”<sup>612</sup> À divindade, Guevara apenas se refere para agradecer o facto de estar vivo: se tivesse saído de casa meia hora mais cedo, ficaria soterrado nos escombros. Estava, assim, grato pela demora desse dia em vestir-se para ir fazer a corte aos reis em Belém, um pequeno atraso que, segundo afirma, o salvou de um desfecho funesto.<sup>613</sup>

---

<sup>608</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 11-11-1755.

<sup>609</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 23-12-1755.

<sup>610</sup> CARDOSO, José Luís “Pombal, O Terramoto e a Política de Regulação Económica,” in Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão e Walter Rossa (Org.), *O Terramoto de 1755 Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 177.

<sup>611</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 11-11-1755.

<sup>612</sup> CARDOSO, 2007, op.cit. p.175.

<sup>613</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 11-11-1755.

E como vislumbrou e transmitiu o cônsul Moreschi os momentos pós-terramoto para Nápoles? Os primeiros dados que redigiu sobre a catástrofe datam de 11 de novembro. Moreschi declara que a aflição dos primeiros dias, o impediu de informar Tanucci com mais brevidade. Sobre o desastre escreveu o seguinte:

*“O primeiro golpe levou sete minutos e arruinou muitos templos e casas, e logo de seguida um grande incendio que tem queimado metade da cidade...A Patriarcal, Palácio, o Real Teatro, a Casa da India, que é a alfândega dos ditos géneros, a Grande Alfândega e a do tabaco, em todos se achavam muito ricas quantidades de géneros de fazenda e muitos mercadores...perderam-se muitas pessoas nas ruínas e queimadas, nas igrejas e conventos de monges e houve também estragos no mar causado pela grande leva de águas, chegando pelas ruas...S. Majestade, com grande cuidado e zelo, se aplica com grande piedade nas ordens para fornecer os víveres e tudo mais necessário...O Embaixador católico Sr. Conde de Perelada morreu na ruina do seu palácio e escapou o seu filho e foi depositado na igreja dos padres de S. Bento, o Núncio fez o funeral.”*<sup>614</sup>

Não é possível apontar a data em que o referido ofício chegou a Nápoles, mas em 23 de novembro, Bernardo Tanucci já tomara conhecimento da sobrevivência do cônsul à catástrofe. *“Com gosto o felicito de seu salvamento nessa ruina tão deplorável como geral, cujas notícias nos entristeceram muito porque o desprazer foi tão grande que sem dor não se pode pensar.”*<sup>615</sup> Como no ofício enviado em 4 de novembro de 1755 pelo ministro plenipotenciário napolitano, Carlos de Guevara a noticiar o terramoto não surge qualquer menção à sobrevivência de Moreschi, podemos presumir que Tanucci soube deste facto pelo ofício de 11 de novembro do próprio cônsul, que terá demorado cerca de duas semanas a chegar a Nápoles.

Nos dias seguintes, Moreschi refere-se, algumas vezes, às réplicas sísmicas que frequentemente se faziam sentir em Lisboa. *“Continuam os tremores de terra e no domingo cerca das nove horas tivemos dois terramotos, fortes mas de pouco espaço que arruinaram algumas casas e obrigaram o povo a fugir todo para as ruas e até os religiosos que celebravam a santa missa fugiram.”*<sup>616</sup> *“O tempo está muito seco e*

---

<sup>614</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 11-11-1755.

<sup>615</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Bernardo Tanucci para Giuseppe Moreschi, de 23-11-1755.

<sup>616</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 23-12-1755.

*quente nem parece inverno, os tremores de terra continuam aqui quotidianos.*”<sup>617</sup> “*Os tremores de terra continuam repetidas vezes.*”<sup>618</sup>

Um ponto importante dos efeitos do terramoto, durante algum tempo menos atendido pela historiografia da especialidade, mas que conta mais recentemente com alguns trabalhos<sup>619</sup>, é o que respeita aos impactos económicos da catástrofe.<sup>620</sup> As consequências económicas mais evidentes são as perdas materiais resultantes do abalo terrestre, dos incêndios e do maremoto, assim como os seus efeitos sobre a actividade dos homens de negócio. Alguns destes efeitos transparecem também da correspondência diplomática. Como descreveu o ministro napolitano no seu primeiro ofício pós terramoto, os danos na sua residência foram notavelmente elevados. Para Guevara, os tempos que se seguiram à catástrofe foram algo delicados. Passou os primeiros dias após o terramoto numa tenda e somente em dezembro se iniciou a construção da sua barraca – um novo estilo de residência que alojou muitos habitantes de Lisboa, incluindo a família real portuguesa.<sup>621</sup> Por causa da destruição de grande parte da cidade de Lisboa, os preços subiram, onerando os encargos do ministro de Nápoles, que, em fevereiro de 1756, remete para a sua corte a nota das despesas extra resultantes do terramoto, incluindo os gastos com a construção da sua barraca.<sup>622</sup>

Nos dias que se seguiram ao abalo da terra e ao *tsunami*, o fogo e as réplicas mais suaves do terramoto atormentaram as populações. Até porque no início de dezembro os incêndios ainda não estavam totalmente extintos.<sup>623</sup> Como Guevara escreveu para Nápoles que “*dia 11 de Dezembro, pelas 4.30 da manhã houve um abalo de alguma duração, e tão poderoso que fez cair muitos destes edifícios.*”<sup>624</sup> A questão das réplicas do grande terramoto de 1 de novembro é um assunto que será mencionado com alguma

---

<sup>617</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de, 27-01-1756.

<sup>618</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de, 27-04-1756.

<sup>619</sup> CARDOSO, José Luís “Pombal, O Terramoto e a Política de Regulação Económica,” in Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão e Walter Rossa (Org.), *O Terramoto de 1755 Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

<sup>620</sup> SERRÃO, José Vicente, “Os Impactos Económicos do Terramoto” in Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão e Walter Rossa (Org.), *O Terramoto de 1755 Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p.141.

<sup>621</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários 1759-1771*, 1º Volume, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981, p.73.

<sup>622</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 10-02-1756.

<sup>623</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 02-12-1755.

<sup>624</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 16-12-1755.

frequência nos ofícios dos diplomatas napolitanos ao longo dos anos seguintes. Saliente-se, aliás, que as repercussões do terramoto ultrapassam a estada de Guevara em Portugal (como se verá mais adiante), sendo algumas das consequências do trágico acontecimento referidas pelos seus sucessores, embora não tão intensamente.

O medo constante e pequenos incidentes consequentes ao terramoto passaram a ser rotineiros no quotidiano de quem residia em Lisboa e os diplomatas não eram exceção. Guevara relata um desses episódios ocorrido com o Conde de Aranda, então embaixador extraordinário de Espanha,<sup>625</sup> que substituíra o defunto Perelada: “*Na noite de 20 de dezembro, pelas 3 da manhã houve um incendio no casebre onde está o Conde de Aranda. E apesar de ter sido com grande vento, no entanto, deu-lhe lugar para ser capaz de salvar todo o equipamento.*” No mesmo ofício regista ainda que os pequenos tremores eram muito mais frequentes, havendo dias em que se sentiam quatro ou cinco vezes.<sup>626</sup>

Guevara também se encontrava em grande alvoroço. Segundo conta, na manhã de domingo de 21 de dezembro registara-se um abalo de terra de breve duração mas de alguma violência, que abateu muitos edifícios e algumas igrejas causando a morte de muitas pessoas e tornando as casas mais inabitáveis do que já eram. “*Eu estou na precisa necessidade de transportar a minha pequena casinha para outro lugar.*”<sup>627</sup>

Ao longo dos meses, diversas as vezes Guevara noticiou novos tremores de terra, todos de pequena escala se comparados com o de 1 de novembro. Decorridos sete meses exatos após o cataclismo participa dois pequenos tremores.<sup>628</sup> Um ano depois, as consequências da tragédia permaneciam. À fragilidade em que a cidade de Lisboa se encontrava juntaram-se novos prejuízos, como a queda de parte da igreja de Belém e a de muitas fábricas que restaram depois do grande terramoto devido à chuva intensa que caiu naqueles dias.<sup>629</sup>

Nos ofícios de Giuseppe Maturi – que chefiou interinamente a legação napolitana em Lisboa depois de Guevara adoecer e abandonar Portugal – registam-se, entre os anos de

---

<sup>625</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 02-12-1755.

<sup>626</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 23-12-1755.

<sup>627</sup> Idem, *ibidem*

<sup>628</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 01-06-1756.

<sup>629</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 09-11-1756.

1757 e 1761, pelo menos cinco pequenos sismos na capital portuguesa. Um ocorrido em 30 de dezembro de 1757<sup>630</sup>, um outro na semana de 6 de junho de 1758<sup>631</sup>, dois na semana de 22 de agosto de 1758<sup>632</sup> e um último em março de 1761, com a duração de dois minutos.<sup>633</sup>

As consequências destas réplicas somavam-se às resultantes do terramoto de 1755. Lisboa não era claramente o local mais seguro para se viver no final da década de 50, porque às intempéries naturais que ajudavam a aumentar a degradação, se juntava a cobiça humana. “*A chuva contínua unida ao vento impetuoso, fizeram cair algumas casas que tinham sofrido muito com o terramoto provocando a morte de cinco ou seis pessoas... Os ladrões fazem sentir maldições especialmente à noite.*”<sup>634</sup> “*O terramoto da passada semana fez cair algumas casas, é surpreendente ver que o pouco que até agora foi fabricado na rua a que deram a denominação de Rua Augusta teve tudo prejuízo.*”<sup>635</sup>

O desconforto para quem permanecia em Lisboa era indiscutível. Entre o dia do terramoto e o fim da construção das barracas de madeira passaram-se vários meses de vivência em condições precárias e nem mesmo a realeza escapava a este incómodo. No mês de março de 1756, a família real ainda habitava uma tenda, na qual (segundo refere Guevara) o calor era demasiadamente excessivo para aquela estação do ano, agravando o mau estar do dia-a-dia.<sup>636</sup>

Entretanto, é construída com mais comodidades, a Real Barraca, que abrigaria a família real a partir do verão de 1756. Em julho, Guevara escreve: a realeza “*já começa a ir almoçar à Real Barraca que é verdadeiramente cómoda.*”<sup>637</sup> No mesmo ofício, o diplomata anuncia que a sua própria barraca estará pronta nesse mesmo mês. No final de julho os reis mudam para a nova habitação, mas a sua instalação não foi definitiva. Como conta o ministro napolitano: “*Sábado à noite S. Majestades com a Real família*

---

<sup>630</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 03-01-1758.

<sup>631</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 06-06-1758.

<sup>632</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 22-08-1758.

<sup>633</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 31-03-1761.

<sup>634</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 12-12-1758.

<sup>635</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 07-04-1761.

<sup>636</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 09-03-1756.

<sup>637</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 13-07-1756.

*passaram à nova habitação, mas o mau cheiro que dava a tinta das portas e janelas os fez retornar na mesma noite às tendas.*”<sup>638</sup>

Esta contrariedade adiou cerca de uma semana a mudança da real família.<sup>639</sup> Alguns dias depois em conferência com a rainha, Guevara fica a par do contentamento da soberana em relação à nova residência, pois embora tenham sido “*grandes os incómodos, que pelo espaço de mais de oito meses haviam tolerado, a Barraca (que bem se pode dizer um real palácio) a puseram em estado de não conseguir recordar-se mais do passado.*”<sup>640</sup>

No que respeita ao auxílio prestado por países estrangeiros à catástrofe da capital portuguesa, a ajuda britânica foi a que assumiu maior destaque. Nos meses de dezembro e março desembarcaram em Lisboa bens de primeira necessidade, ferramentas e 450 mil cruzados enviados da Gã Bretanha.<sup>641</sup> Sobre este assunto, Guevara confirma a ajuda financeira de Londres, assim como o envio de um conjunto de instrumentos: enxadas, lâminas, picaretas e outros utensílios que para os trabalhos que se iniciavam em Lisboa.<sup>642</sup>

Ainda em dezembro de 1755, o diplomata de Nápoles refere a gentil oferta por meio de remessas de dinheiro fosse para Lisboa, concedida pela corte francesa.<sup>643</sup> Em fevereiro do ano seguinte reporta o auxílio prestado pelo rei de Espanha que mandava para Portugal “*grandes somas em dinheiro*”.<sup>644</sup> Nos documentos escritos por Carlos de Guevara não surge qualquer alusão a uma eventual ajuda ao reino português por parte do reino de Nápoles, conhecendo-se somente os apoios da corte napolitana a Guevara e à sua legação.

Na verdade, não existem certezas sobre que montantes e quantos estados estrangeiros efetuaram doações para minimizar as consequências do Terramoto, da mesma forma

---

<sup>638</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 20-07-1756.

<sup>639</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 27-07-1756.

<sup>640</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 03-08-1756.

<sup>641</sup> SERRÃO, 2007, op.cit. pp.152.

<sup>642</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 23-12-1755.

<sup>643</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 30-12-1755.

<sup>644</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 17-02-1756.

que continua por identificar a quem se destinava, concretamente, a ajuda externa e qual a sua influência no restabelecimento da economia portuguesa.<sup>645</sup>

A prestação de ajuda exterior no rescaldo da catástrofe não fugiu à atenção do cônsul Moreschi. Logo em 18 de novembro, Moreschi informa da chegada de embarcações britânicas, carregadas de víveres e mercadorias.<sup>646</sup> A ajuda inglesa consistiu em “*carne salgada, manteiga, arroz, outros petrechos e dinheiro. Dizem que o valor será de 800 mil ducados.*”<sup>647</sup> Por ordem real, a ajuda britânica em bens de primeira necessidade foi direcionada para a população mais carente, como Moreschi enuncia no seu ofício de 2 de março de 1756. “*S.M. pelo seu Secretário mandou a todos os párocos das igrejas que lhe informassem das pessoas mais pobres das suas dioceses para se distribuir por eles os mantimentos que vieram de Londres.*”<sup>648</sup>

Quando ocorreu o terramoto de Lisboa, a diplomacia portuguesa estabelecida no reino de Nápoles era representada pelo ministro plenipotenciário, José da Silva Pessanha. Seria interessante ler os ofícios à data escritos por este diplomata, verificando as suas primeiras reações à tragédia. Porém, a correspondência de Pessanha para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra entre 1753 e 1755 não se encontra disponível – como acontece com os restantes ofícios (deste período) da legação de Portugal em Nápoles – por paradeiro ignoto ou total desaparecimento.

Na documentação arquivística existente, o ofício mais antigo da correspondência de Pessanha dirigida ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, Carvalho e Melo, data de 30 de dezembro de 1755. Um ofício cujo conteúdo manifesta o pesar do diplomata em relação ao terramoto de 1 de novembro de 1755 e a inquietação em que permaneciam os comerciantes napolitanos. “*Começa já a produzir muito maus efeitos no ânimo, tanto dos negociantes desta praça como no de todos os mais de Itália, que tinham em Lisboa seus interesses.*”<sup>649</sup>

---

<sup>645</sup> SERRÃO, 2007, op.cit, p.152.

<sup>646</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Bernardo Tanucci para Giuseppe Moreschi, de 18-11-1755.

<sup>647</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 30-11-1755.

<sup>648</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 02-03-1756.

<sup>649</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, ofício de 30-12-1755.

Através dos registos de óbitos da paróquia dos Mártires verifica-se que D. José da Silva Pessanha perdeu a sua casa em Lisboa no fatídico primeiro de novembro de 1755. Nas ruínas da casa do diplomata português terá falecido, pelo menos, um homem.<sup>650</sup>

Em junho de 1756, Pessanha passou a enviar os seus ofícios a D. Luís da Cunha Manuel, o novo secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que substituiu o Conde de Oeiras nesta secretaria de estado.<sup>651</sup> Porém, já há alguns meses que a notícia da promoção de Cunha para a pasta dos Negócios Estrangeiros e de Carvalho e Melo para a do Reino chegara ao conhecimento de Pessanha, como se verifica na carta que D. Luís da Cunha Manuel envia para Nápoles em 9 de Novembro de 1756: *“o desarranjo em que naturalmente me havia de achar na minha chegada a esta corte, depois do terrível terramoto sucedido nela, e a influência dos negócios, a que era preciso acudir, não ocorrendo alguns que precisassem de ser participados a V. Ilustríssima tem sido a causa de eu não ter escrito até agora, depois do meu primeiro aviso em que noticieei a V. Ilustríssima a honra que El Rei nosso Sr. me tinha feito, nomeando-me seu Secretário de Estado para esta Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.”*<sup>652</sup>

Aos poucos, começavam a conhecer-se os planos para o restabelecimento e edificação da cidade de Lisboa, devendo manter-se presente que a reconstrução da capital adquiriu ritmos inconstantes, variando o progresso da reedificação consoante a zona ou a tipologia dos edifícios a edificar. Embora os planos para a reconstrução da cidade tenham ficado concluídos em 1758, na prática, a recuperação total do património urbano teve de esperar muito para além do final do reinado josefino.<sup>653</sup>

Em 6 de junho de 1758, o interino Giuseppe Maturi já se encontrava à frente da legação napolitana em Lisboa e envia a Tanucci um exemplar do Decreto real para a reedificação da capital portuguesa.<sup>654</sup> O referido Decreto estabelecia que se alinhassem as ruas e se edificassem as casas no espaço compreendido entre a Rua Nova do Almada e Padaria, e também entre a extremidade setentrional do Rossio até ao Terreiro do Paço,

---

<sup>650</sup> ANTT, Paróquia de Mártires, Livro de Óbitos 1.

<sup>651</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 22/06/1756.

<sup>652</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha Manuel para José da Silva Pessanha, de 09-11-1756.

<sup>653</sup> SERRÃO, 2007, op.cit.p.148.

<sup>654</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 06-06-1758.

incluindo esta praça, e indicava que ministros deveriam expedir as diligências relativas à reedificação.

Treze meses mais tarde (em julho de 1759) chegam a Nápoles por intermédio de Maturi, alguns impressos para a construção da cidade e do palácio real.<sup>655</sup> Nas estampas enviadas anexas ao ofício do ministro interino constam: um aviso de 9 de junho para que as obras de reedificação do Rossio se fizessem antes da chegada do inverno; outro, de 30 de junho, sobre como os terrenos deveriam ser concessionados aos antigos proprietários; uma instrução para a entrega subsequente dos terrenos das três ruas principais da cidade baixa aos respetivos proprietários para principiarem a construção dos seus edifícios, além de uma outra instrução, de 19 de junho, para a evacuação imediata do Rossio para se iniciarem as obras e o plano de construção do Palácio da Ajuda e arredores.

O terramoto de novembro de 1755 marcou profundamente a vida de todos os contemporâneos, não só alterou o aspeto urbanístico da cidade de Lisboa, como suscitou nos residentes um maior interesse pelo conhecimento deste tipo de catástrofe. Como registou Walter Rossa: “Lisboa não ficara na ignorância dessas catástrofes.”<sup>656</sup> A propósito da vontade de parte dos portugueses em saber mais sobre tremores de terra, refira-se a publicação nos anos seguintes ao terramoto de um trabalho de grande densidade sobre o assunto: *A História Universal dos Terramotos*, de Joaquim Joseph Moreira de Mendonça.

Esta não era, porém, uma atenção surgida após novembro de 1755, a curiosidade sobre este género de catástrofes foi antecedente, por Lisboa ter sofrido pequenos abalos na primeira metade do século XVIII. Acresce que, no ano da tragédia, já haviam sido divulgadas em Portugal notícias de outros sismos, como o de Palermo (reino de Nápoles) em 1 de setembro de 1726.<sup>657</sup>

Não se sabendo como nem quando lhe terá chegado às mãos, Sebastião José de Carvalho e Melo tinha em sua posse a *Relação do Terramoto de Nápoles de 1732*, um texto da época sobre o abalo ocorrido em 29 de novembro de 1732. Este documento

---

<sup>655</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 10-07-1759.

<sup>656</sup> ROSSA, Walter, *Fomos Condenados à Cidade: Uma Década de Estudos Sobre Património Urbanístico*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p.385.

<sup>657</sup> Idem, *ibidem*.

anónimo descreve os danos causados pelo cataclismo que atingiu parte das regiões de Salerno, Avellino, Nápoles e Melfi. Na cidade de Nápoles “caíram as melhores fábricas, com grande mortandade de povo, o qual por enquanto, presentemente ascende ao número de 150 pessoas.”<sup>658</sup>

Nápoles era suscetível a este género de desastres naturais, como os tremores de terra e as erupções do vulcão Vesúvio, situado a poucas léguas da cidade. Estas ocorrências são, aliás, mencionadas nalguns dos ofícios que os ministros plenipotenciários portugueses em Nápoles enviavam para Lisboa. Por exemplo, em agosto de 1757 José da Silva Pessanha reportou que um terramoto tinha sido sentido naquele Reino, especialmente, nos territórios de Calábria, Sicília, Messina e Palermo.<sup>659</sup>

Anos mais tarde, é Aires de Sá e Melo quem transmite uma relação de um terramoto ocorrido em 5 de outubro de 1762, “em Aquila e noutros lugares das Duas Sicílias.”<sup>660</sup> Posteriormente, à semelhança dos antecessores, José de Sá Pereira noticiará a ocorrência de terremotos na Calábria em 1767<sup>661</sup>, e em Messina no ano seguinte.<sup>662</sup>

À semelhança de outras catástrofes naturais, como o terramoto de Lisboa, algumas das erupções do Vesúvio provocavam prejuízos materiais e sociais resultantes, em grande medida, da destruição das terras cultivadas nas proximidades do vulcão. A cidade de Nápoles e as suas redondezas eram muito afetadas pelas erupções do Vesúvio – que durante o século XVIII ocorreram várias vezes e de forma violenta – despertando cada vez mais a curiosidade da comunidade científica sobre o vulcão e a sua atividade.<sup>663</sup>

As erupções atraíam inúmeros estudiosos ao local. Mas não eram somente os cientistas que se aproximavam (ainda que a uma distância segura) do vulcão para assistir a este fenómeno natural. Em 1766, José de Sá Pereira, Ministro de Portugal subiu ao cume de um monte para observar a erupção do Vesúvio.<sup>664</sup> Assim como a própria família real

---

<sup>658</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, cód. 671, fls. 159 a 162.

<sup>659</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 16-08-1757.

<sup>660</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 19-10-1762.

<sup>661</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-07-1767.

<sup>662</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 12-01-1768.

<sup>663</sup> LANCASTER, Jordan, *In the Shadow of Vesuvius: A Cultural History of Naples*, London, Tauris Parke Paperbacks, 2008, p.125.

<sup>664</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 08-04-1766.

napolitana, segundo revela o diplomata em 1771: “Majestades Sicilianas foram ver de perto uma nova erupção do Vesúvio.”<sup>665</sup>

Os representantes de Portugal em Nápoles referiam-se várias vezes às erupções, como Silva Pessanha que, em 1756, menciona uma nova erupção na montanha do Vesúvio<sup>666</sup>, voltando a fazê-lo posteriormente nos meses de fevereiro<sup>667</sup> e maio de 1757.<sup>668</sup> Os diplomatas apontavam ainda os avultados prejuízos que algumas erupções vulcânicas causavam aos napolitanos. Como o faz Pessanha ao informar que em dezembro de 1757 uma forte erupção do Vesúvio cobrira grande parte dos campos.<sup>669</sup> Em 1766, também José de Sá Pereira relata que as erupções do vulcão continuavam a prejudicar a terra.<sup>670</sup> O mesmo ministro reportará uma nova erupção, afirmando que “larga tanta lava que acaba por destruir muitas quintas e casas”.<sup>671</sup>

#### ***4.2. A Campanha Contra os Jesuítas e as Relações com a Santa Sé***

Um dos temas com maior projeção, e também mais controversos, do período pombalino foi a campanha contra a Companhia de Jesus que, iniciada por Portugal, se estendeu a vários estados europeus, um dos quais o reino de Nápoles. O Marquês de Pombal foi o protagonista político da luta contra os jesuítas; como frisou Silva Dias, o “antijesuítismo despertou na sensibilidade de Pombal e tornou-se uma das suas obsessões, pouco depois de subir ao poder”.<sup>672</sup> Obsessão que culminou com o sucesso dos seus objetivos: a extinção da Companhia de Jesus em 1773. Sendo a questão dos jesuítas, um dos temas centrais da história do reinado de D. José – tanto no contexto da política interna como externa do país – torna-se evidente a importância dada pela diplomacia da época a este assunto.

---

<sup>665</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 12-05-1771.

<sup>666</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-12-1756.

<sup>667</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-02-1757.

<sup>668</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 10-05-1757.

<sup>669</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-12-1757.

<sup>670</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 29.04.1766

<sup>671</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 17-12-1776.

<sup>672</sup> DIAS, José Sebastião da Silva, “Pombalismo e Projecto Político”, in *Cultura-História e Filosofia*, Vol. II, Lisboa, 1983, p.249.

Nápoles é apresentado neste estudo como um dos reinos que mais se preocupou, interessou e envolveu na campanha internacional contra esta ordem religiosa e o seu poder. Este estudo comprova a relevância das relações entre Portugal e Nápoles no que respeita aos jesuítas, que, considerados inimigos comuns por estes dois reinos, os levou a cooperar e a compreenderem-se mutuamente. Não é claro o momento exato em que surge a antipatia de Sebastião José de Carvalho e Melo pelos jesuítas, nem que motivo concreto suscitou tal animosidade, embora os primeiros sinais políticos desta hostilidade se evidenciem no contexto da política colonial da América do Sul.

A Companhia de Jesus detinha desde o século XVI uma posição privilegiada nas colónias portuguesas relacionada com o seu papel missionário. Foi, aliás, o pretexto de serem essenciais ao projeto colonial de doutrinação e evangelização das populações indígenas, que muitas regalias que lhes foram atribuídas. Na segunda metade do século XVIII, o território dos Sete Povos das missões jesuíticas no Uruguai pertencia à coroa de Espanha. Começava, no entanto, a propalar-se a ideia de que a auto-suficiência económica dos jesuítas constituía um “Estado dentro do Estado”, argumento que incitou tanto Portugal como Espanha na hostilização aos padres jesuítas naquele território.<sup>673</sup>

O Tratado de Madrid, assinado em 1750 entre as cortes ibéricas, estipulou que Portugal cedia à Espanha a colónia do Sacramento e, em contrapartida, os espanhóis entregavam aos portugueses territórios do interior do Uruguai, onde os jesuítas das Sete Missões<sup>674</sup> se haviam estabelecido. A partir daquela data, os missionários teriam de abandonar o território concedido por Espanha a Portugal, a leste do rio Uruguai. A resistência indígena, liderada pelos padres da Companhia, conduziu à denominada Guerra dos Guaranis de 1754-1756, que obrigou à intervenção de forças militares conjuntas luso-espanholas, colocando claramente os jesuítas como “inimigos de estado”. Pela mesma época, também Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, que desde 1751 ocupava o posto de governador e capitão general do Pará e Maranhão, avisava Lisboa da atitude hostil contrária às ordens reais manifestada pelos jesuítas naquele estado e no do Brasil.

---

<sup>673</sup> ROCHA, Jefferson Marçal da, *As Raízes da Crise da Metade Sul: Estudo da Formação Económica do Rio Grande do Sul*, Jaguarão, Unipampa, 2011, p.59.

<sup>674</sup> SERRÃO, 1986, op.cit.p.413.

A ordem do governo português para a criação da Companhia Geral do Pará e Maranhão, em 6 de junho de 1755 – que passou a deter o monopólio do tráfico de escravos e da venda dos produtos brasileiros – e a concessão de maiores liberdades e direitos aos índios foram recebidas com desagrado pelos jesuítas, ao verem os seus privilégios ameaçados, o que originou a expulsão de alguns deles do território brasileiro.<sup>675</sup>

Na metrópole, a luta contra os jesuítas começaria algum tempo depois, em 1757. A primeira medida influenciada por Carvalho e Melo surge dentro da própria corte, quando retira aos jesuítas o papel de confessores da família real, sendo destituídos destas incumbências em Setembro de 1757 e “substituídos por padres da confiança do Marquês de Pombal.”<sup>676</sup> Pelo que “o conflito com a Companhia de Jesus tornava-se agora oficial.”<sup>677</sup>

No mesmo mês de setembro de 1757 assumia a liderança interina da legação de Nápoles em Lisboa o abade Giuseppe Maturi. Oito meses mais tarde, Maturi escrevia a Tanucci a seguinte frase: “*Pela Bula pontifícia que aqui veio pelo extraordinário na passada semana foi o Sr. Cardeal Saldanha declarado visitador geral e reformador dos padres da Companhia em todo o Portugal.*”<sup>678</sup>

Embora, com a nomeação de Saldanha, o Pontificado romano reconhecesse a necessidade de reformar aspetos da vigência da Companhia de Jesus em Portugal – entre eles, com especial acuidade, a proibição do “indecoroso” comércio colonial praticado pelos padres jesuítas<sup>679</sup> – já não era possível anular o ódio crescente a estes padres.

A 28 de dezembro de 1756, o diplomata Silva Pessanha escreve de Nápoles uma carta a D. Luís da Cunha pedindo-lhe uma licença real para ir a Roma, justificando não haver naquela ocasião grandes negócios que o prendessem em Nápoles.<sup>680</sup> A autorização real ao pedido de Pessanha não foi concedida. Após uma espera de quase dois meses, o

---

<sup>675</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit.p.87 e 90.

<sup>676</sup> MAXWELL, Kenneth, *Pombal, Paradox of the Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p.96.

<sup>677</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “O Tempo de Pombal”, in, *Rui Ramos (Coord.), História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p.368

<sup>678</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 09-05-1758.

<sup>679</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios Jesuíticos: o Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.40.

<sup>680</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-12-1756.

diplomata recebe em Nápoles a resposta e a fundamentação da recusa real, que lhe é transmitida por D. Luís da Cunha: “*Em todos desejarei sempre ter muitas ocasiões de dar gosto a V. Ilustríssima sendo mais bem-sucedido do que na presente, em que representando a El Rei nosso Sr. o desejo de V. Ilustríssima de passar a ver a corte de Roma, não achei disposta a sua real vontade, para esta faculdade, com o justo motivo de que fazendo-se sempre mistério das jornadas, e digressões dos Ministros, quando esta de V. Ilustríssima se não fizesse reparável na corte em que reside se havia sem dúvida fazer misteriosa na de Roma, na conjuntura presente, na qual ainda que as melhoras de S. Santidade possam dar esperanças a se prolongar por mais tempo a sua preciosa vida. Logo que não ocorrerem semelhantes circunstâncias talvez que a súplica de V. Ilustríssima seja muito bem recebida.*”<sup>681</sup>

A conjuntura mencionada por D. Luís da Cunha relacionava-se (como o próprio afirma) com o estado de saúde do Papa. Acrescente-se que aquele era um momento sensível em que as relações com a Sé apostólica deviam ser cautelosas devido à crescente hostilização que Portugal começava a manifestar aos jesuítas, uma campanha que seria legitimamente irrepreensível, caso Portugal obtivesse a aprovação de Roma.

Nem sempre favorável às disposições ideadas pela Companhia de Jesus, o Papa Bento XIV revelava-se um aliado precioso da causa pombalina. Muito antes da opressão de Pombal se abater sobre os jesuítas, já o Santo Padre se mostrava relutante em dar o seu beneplácito aos jesuítas. Em 20 de dezembro de 1741, “com o breve *ImmensaPastorum* do Papa Bento XIV, dirigido aos arcebispos e bispos do Brasil...o Papa clama contra a escravidão dos índios e violências a que eram submetidos e estimula D. João V a proibir e punir severamente tais abusos.”<sup>682</sup> Com a saúde periclitante deste Pontífice e a incerteza sobre o futuro próximo, a prudência da diplomacia portuguesa devia ser redobrada.

Em reação às demonstrações de desagrado organizadas pelos jesuítas do Brasil surge em Nápoles uma versão traduzida em italiano do panfleto: “*Sobre o escandaloso*

---

<sup>681</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha Manuel para José da Silva Pessanha, de 08-02-1757.

<sup>682</sup> SILVA, Francisco Ribeiro da, “Os índios do Brasil à Luz da Lei Portuguesa (sécs. XVII e XVIII)”, in Luís António de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia (org.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume II, Porto, Faculdade de Letra da Universidade do Porto, 2001, p. 431.

*procedimento dos jesuítas na América*”,<sup>683</sup> que o ministro português na corte napolitana, José Pessanha, dá a conhecer à corte portuguesa, com a intenção de informar sempre sobre as principais novidades difundidas naquele reino.

No final da década de cinquenta as atenções diplomáticas viravam-se, sobretudo, para a guerra e, no caso português para a restrição do poder jesuítico. Mesmo antes da expulsão da Companhia de todos os domínios portugueses, já a curiosidade sobre a campanha de Pombal contra os jesuítas palpitava pela Europa, curiosidade que também era sentida no reino de Nápoles. Como revela Pessanha, em 22 de novembro de 1757 o rei de Nápoles inquiriu-o acerca da situação dos jesuítas portugueses, não podendo, porém, dar-lhe qualquer resposta pela falta de notícias de que padecia no que a esta contenda respeitava.<sup>684</sup>

A queixa pela falta de notícias de Portugal parece ter sido constante durante a missão de Pessanha, que ousa escrever a D. Luís da Cunha lamentando-se que tanto este como Carvalho e Melo não respondiam às suas cartas.<sup>685</sup> Devido a esta ausência de correio – durante oito meses não recebeu qualquer despacho de Portugal – o diplomata sentia embaraço em se apresentar perante os soberanos napolitanos sem qualquer informação, deixando de fazer, nesse período, a costumada corte aos reis.<sup>686</sup>

A situação torna-se ainda mais caricata quando o diplomata passa de informador a informado pelo monarca, como acontece em fevereiro de 1758, quando Carlos de Bourbon revela ao representante português alguns factos ocorridos em Portugal, por ele desconhecidos: *“a 5 do corrente estive em Caserta, e El Rei me fez a honra de dizer que tinha recebido cartas de Portugal, com a gostosa notícia de que os reis N.N.S.S. passavam com perfeita saúde. Disse-me mais que tinha recebido duas Leis, que aí se publicaram: uma para evitar os contrabandos, e outra em que se proibiam certas licenças, que o senado costumava dar para que se pudesse vender pelas ruas fora das*

---

<sup>683</sup> ANTT, MNE- Caixa, 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-02-1758.

<sup>684</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 22-11-1757.

<sup>685</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 13-06-1757 e de 29-08-1757.

<sup>686</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 03-01-1758.

lojas. E que também lhe mandaram uma espécie de manifesto de mau procedimento dos jesuítas na América”.<sup>687</sup>

Um dia depois, em 8 de fevereiro, o ministro Bernardo Tanucci transmite ao Príncipe d'Iaci, embaixador de Nápoles em Madrid, a sua perplexidade sobre o futuro das missões indígenas dos jesuítas na América: “Tenho pena daqueles pobres índios do Paraguai, forçados a abandonar a sua casa. Mas onde vão estabelecer-se com os seus jesuítas?”<sup>688</sup>

Pombal desejava aniquilar o poder jesuítico na América portuguesa para explorar sem obstáculos os territórios coloniais. Em prol desse objetivo era necessário dismantelar as sete missões que possuíam no Rio da Prata, no Uruguai e no Paraguai e dividir as tribos indígenas, pretensão à qual estavam a oferecer resistência. “Entretanto, os jesuítas espanhóis e os índios Guaranis das Sete Missões recusavam obedecer à ordem de saída.”<sup>689</sup>

O manifesto sobre o procedimento condenável dos jesuítas na América, parte do qual o rei de Nápoles enviou a Pessanha, foi traduzido para italiano. Não há, no entanto, notícia – pelos ofícios do ministro plenipotenciário – de que tenham sido impressos.<sup>690</sup>

A ignorância em que Pessanha se mantinha acerca dos assuntos dos jesuítas portugueses, devido à falta de notícia dos seus superiores em Lisboa, desacreditava-o na corte de Nápoles. Confessando: “o Ministro de Espanha tem sido instruído neste particular pela sua corte e que duvida da sincera ignorância em que eu lhe digo que estou.”<sup>691</sup> Em 20 de julho de 1758, o representante português em Nápoles recebe finalmente de D. Luís da Cunha Manuel os primeiros esclarecimentos sobre o que se passava com os jesuítas portugueses: “Eu não tinha até agora mais informação do negócio que V. Excelência me participa a respeito dos padres jesuítas que a que tive a honra de avisar-lhe nos meus despachos de 7 e 21 de fevereiro deste ano, e a que podia

---

<sup>687</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-02-1757.

<sup>688</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario, 1756-1757*, a cura di L. del Bianco, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1984, p.403.

<sup>689</sup> LABOURDETTE, Jean François, *História de Portugal*, Porto, Dom Quixote, 2001, p.420.

<sup>690</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-02-1758.

<sup>691</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-02-1758.

*resultar-me das vozes vagas que desde o mesmo tempo aqui corriam sobre esta matéria.*”<sup>692</sup>

Pessanha pôde, então, responder às questões que lhe dirigiam na corte de Nápoles sobre a polémica dos jesuítas na América. Pôde, também, a exemplo de outros diplomatas portugueses, usar as informações em sua posse para desacreditar os jesuítas naquele reino e remeter para Lisboa, com a máxima celeridade possível, qualquer novidade que surgisse em Nápoles sobre este assunto. Segundo Pessanha, o soberano de Nápoles não seria influenciado pelas artimanhas jesuíticas, dado deter “*um juízo claro e uma reta justiça para distinguir o falso do verdadeiro.*”<sup>693</sup>

No ano de 1759, a posição de Portugal face à Companhia de Jesus tornou-se mais austera, parecendo a vontade do governo de desacreditar os jesuítas junto das cortes estrangeiras aumentar a cada dia. Nesse mesmo ano a transferência do rei de Nápoles para o trono de Espanha – na sequência da morte do rei católico, seu irmão – tornou-se uma certeza cada vez mais absoluta. De Portugal, Carvalho e Melo escreve a Pessanha uma carta cujo teor era claramente anti-jesuíta. Segundo Samuel Miller, nesta carta o ministro de Portugal em Nápoles era incumbido de “assegurar ao rei, que ele poderia contar com a amizade portuguesa quando fosse para Espanha”, acrescentando que, em contrapartida, “o caso de Juan de Palafox, sendo então considerado para canonização a pedido da Espanha, tinha de todo o coração o apoio de Portugal.”<sup>694</sup> Juan de Palafox foi um bispo do século XVII, autor de textos críticos às práticas dos jesuítas sobre os nativos mexicanos, cuja reimpressão Carlos de Bourbon ordenou.<sup>695</sup>

Em junho de 1758, Maturi escreve de Lisboa: “*O Sr. Cardeal Saldanha tem dado a sua carta pastoral pelos assuntos dos padres da Companhia, e o Sr. Cardeal Patriarca suspendeu a ministração da pregação e confissão em todo o seu patriarcado.*”<sup>696</sup> O plenipotenciário interino napolitano explicava ainda o que se ia orquestrando contra os jesuítas de Portugal. “*Sendo esta semana publicada outra escritura que contém os*

---

<sup>692</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de D. Luís da Cunha Manuel para José da Silva Pessanha, de 25-07-1758.

<sup>693</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 25-07-1758.

<sup>694</sup> MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome 1748-1830: An aspect of catholic enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978, p.82.

<sup>695</sup> EGIDO, Teófanos, “La Ofensiva Contra los Jesuitas”, in Teófanos Egido (coord.), *Los Jesuitas en España y en el Mundo Hispánico*, Madrid, Amboos Mundos, 2004, p.251.

<sup>696</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 13-06-1758.

*pontos principais, com os quais os Padres da Companhia tinham usurpado os domínios da América, também aqui acuso a V. Ex que embora seguro o que está neste assunto, a seguir não deixarei de levá-lo para sua notícia.*”<sup>697</sup>

O argumento final que serviu de pretexto à expulsão dos jesuítas de Portugal foram as acusações sobre o alegado envolvimento destes padres no atentado a D. José, no dia 3 de setembro de 1758, apesar de nenhuma decisão ter sido tomada até ao total restabelecimento do monarca. Neste interregno – entre o momento do atentado e a expulsão dos padres da Companhia –, enquanto o rei convalescia e o violento processo dos Távara se desenrolava, decorreu a regência de Mariana Vitória. Uma semana depois do atentado, Maturi já tinha conhecimento da concessão do governo à rainha, pelo próprio rei.<sup>698</sup> No final desse trágico mês, Maturi descreve o panorama da regência a Tanucci. “*A Rainha que com aplauso comum governa está perfeitamente bem, assim como toda a Real família.*”<sup>699</sup> Em 26 de Setembro envia para Nápoles, anexo ao seu ofício, cópia do Decreto de 5 de setembro, que oficializa a entrega do governo à Rainha.<sup>700</sup>

Em dezembro desse ano de 1758 “parecia que o rei estava novamente bem.”<sup>701</sup> Pelo que era chegado o momento de punir os suspeitos do atentado. Os principais suspeitos eram o Duque de Aveiro, os Marqueses de Távara e respetivos familiares e, naturalmente, os jesuítas.<sup>702</sup> Sobre este processo, o representante napolitano conta detalhadamente o que vai sabendo: “*Muitos fidalgos da primeira hierarquia foram presos na manhã de 13 deste mês, e são, o Sr. Marquês de Távara, Gentil Homem de Cavalaria, com os seus três filhos, sem excetuar o canónico da Patriarcal, o Sr. Marquês de Alorna, o Sr. Conde de Atouguia e S. Vicente, o Sr. D. Emanuel Távara pai, Conde de Vilanova, e outros que foram conduzidos, alguns para a Torre de Belém, outro para aquela de S. Julião, do Bugio... As damas da casa Távara no mesmo dia foram trazidas para um mosteiro... As três casas de Padres jesuítas foram e ainda estão rodeadas pela tropa.*O

---

<sup>697</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 25-07-1758.

<sup>698</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 11-09-1758.

<sup>699</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 19-09-1758.

<sup>700</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 26-09-1759.

<sup>701</sup> MONTEIRO, Miguel Corrêa, *Inácio Monteiro (1724-1812) Um Jesuíta Português na Dispersão*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p.191.

<sup>702</sup> Idem, *ibidem*

*Sr. Duque de Aveiro, Mordomo maior do rei Fidelíssimo, e seu filho foram também presos e conduzidos na quinta-feira a Lisboa. Diz-se ser incluído na dita prisão o bispo do Porto e de Évora, que é também Távora.*<sup>703</sup>

Como se verifica, alguns jesuítas foram acusados de cumplicidade na tentativa de regicídio, ainda que a expulsão dos padres desta Ordem só se efetivasse alguns meses depois. Cada vez mais hostilizada pelo estado português, a Companhia de Jesus começa a agir em sua própria defesa. Em março de 1759, o interino napolitano comunica a impressão em língua espanhola do “Memorial do Geral da Companhia dado a S. Santidade”. Sem certezas de que este memorial tenha chegado a Tanucci, Maturi enviou-lhe um exemplar estampado em Lisboa em língua portuguesa.<sup>704</sup> Passado algum tempo, promete remeter a Tanucci, logo que o tiver nas mãos, um livrete escrito em italiano intitulado “Riflesione d’ unportoghese sopra il memoriale del General de Gesuiti”, estampado em Roma e entregue ao Papa,<sup>705</sup> cujo autor era o italiano Urbano Tosetti.<sup>706</sup>

No verão de 1758, o poder dos jesuítas na sociedade portuguesa estava praticamente dizimado. O ensino – que era um dos pilares da sua força – é-lhes retirado um ano depois, pelo alvará de 28 de julho de 1759.<sup>707</sup> Alguns dias antes, Maturi remetera para o seu reino o impresso explicativo da reforma do ensino em Portugal: “*Me enviou o estampador o impresso para o método que se deve ter nas escolas novamente fundadas, e para as quais se proíbe aos padres da Companhia o exercício de ensinar. O junto para V. Excelência*”<sup>708</sup>

Em setembro de 1759, os jesuítas são finalmente expulsos de Portugal. Alcançado este desígnio, o objetivo do Conde de Oeiras passou a ser o aniquilamento total da Companhia de Jesus em todos os estados católicos. Ao ofício de 9 de outubro, Maturi,

---

<sup>703</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 20-12-1758.

<sup>704</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 06-03-1759.

<sup>705</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 22-05-1759.

<sup>706</sup> GUASTI, Niccolò, *Lotta Politica e Riforme all'Inizio del Regno di Carlo III: Campomanes e l'Espulsione dei Gesuiti dalla Monarchia Spagnola (1759-1768)*, Firenze, Alinea Editrice, 2006, p. 227.

<sup>707</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*, 1º Volume, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981, p.15.

<sup>708</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 17-07-1759.

anexa um exemplar do impresso publicado em Portugal a determinar a expulsão dos jesuítas.<sup>709</sup>

Começa, então, um período de ofensiva e contra-ataque entre a corte portuguesa e a Companhia de Jesus. Continuando Maturi a reportar para Nápoles o que ia tendo conhecimento e a enviar a Tanucci qualquer documento (panfleto, texto ou manuscrito) que lhe chegasse às mãos. “*Vi outro livrete intitulado ‘Resposta Primeira de um Italiano Pertencente ao Serviço do Rei Fidelíssimo a um Prelado da Cúria Romana Sobre a Presente Controvérsia da Corte de Portugal com os Padres Jesuítas’ se mais se estamparem não deixarei de manda-lo a V. Excelência.*”<sup>710</sup>

O Terramoto de 1755 e, mais tarde, a campanha contra a Companhia de Jesus iniciada por Pombal foram dois momentos em que a atenção além-fronteiras incidu sobre Portugal. No caso dos jesuítas, a diligente e eficaz atuação do ministério pombalino serviu de exemplo às posteriores expulsões dos jesuítas de Espanha, França e Nápoles, em grande parte devido à propaganda anti-jesuítica empreendida por Portugal a partir de 1759, mas também graças à “recetividade das ações de Pombal pela opinião iluminista europeia”.<sup>711</sup>

No fim do inverno de 1760 surge em Lisboa um compêndio de origem francesa, intitulado “Notícias Eclesiásticas ou Folhas Periódicas que Todas as Semanas Saem na Corte de Paris”. Publicado em janeiro desse ano, com um intuito claramente anti-jesuítico, enunciava os danos que a Companhia de Jesus causara à igreja católica ao longo dos mais de dois séculos de existência, desde a sua criação em 1534. O referido compêndio não era mais do que uma advertência contra os jesuítas e um aplauso à iniciativa portuguesa. Maturi consegue enviar para Nápoles um exemplar da tradução portuguesa das ditas Notícias Eclesiásticas.<sup>712</sup> Proferindo sobre Portugal nas últimas linhas, as seguintes palavras: “*Quem sabe se um tal povo será algum dia, senão objeto da inveja, certamente da emulação das Nações que são mais ilustradas.*”

---

<sup>709</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 09-10-1759.

<sup>710</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 13-05-1760.

<sup>711</sup> MAXWELL, Kenneth, *Pombal, Paradox of the Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 85.

<sup>712</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 11-03-1760.

Nos meses posteriores, recrudesciu a atenção dos diplomatas napolitanos ao que se publicava, sobre os jesuítas, mas também sobre a acrimónia que caracterizava as relações entre o reino de Portugal e a Santa Sé. Em 8 de abril de 1760, Maturi escreve: “há alguns meses que se publicou um impresso intitulado «Coleção de Breves Pontífices e Cartas Régias» que em substância contém tudo aquilo que de vez em quando eu mandava a V. Excelência”. Neste mesmo ofício conta, durante uma conversa com o Conde de Oeiras, lhe revelou não ter conseguido encontrar o dito impresso, pelo que o ministro português lhe ofereceu três exemplares, dois dos quais foram expedidos para Nápoles.<sup>713</sup> A pronta atitude de Carvalho e Melo em fornecer a Maturi os impressos demonstra o interesse do governante português em aliciar as cortes estrangeiras a seu favor na contenda em curso com os jesuítas e com Roma.

Na realidade, o ministro parecia apostado em afrontar a autoridade papal. Nas celebrações do casamento da Princesa do Brasil, a falta da tradicional iluminação na residência do Núncio Apostólico ditou a expulsão deste dignatário eclesiástico, alguns dias depois. Em 24 de junho de 1760, é remetida da legação napolitana em Lisboa para Tanucci, uma cópia do impresso que explicava a evacuação do Núncio<sup>714</sup> que foi expulso de Portugal em 15 de junho de 1760. Por outro lado, um mês mais tarde Almada (representante diplomático de Portugal na Santa Sé) abandonava Roma. “Iniciava-se assim a larga rotura, período em que Pombal foi livre para desenvolver um programa de reformas sem interferências de Roma.”<sup>715</sup>

Suspendidas as relações com Roma, Carvalho e Melo permitiu que fosse enviado a Bernardo Tanucci, por intermédio do interino Maturi, o “*volumoso suplemento à coleção de Breves Pontíficos, Leis Régias e Ofícios que se passaram entre as cortes de Roma e Lisboa*”.<sup>716</sup> O suplemento iria juntar-se à vasta coleção documental de Tanucci, cujas cópias lhe haviam sido levadas por Carlos de Guevara quando este partiu de Lisboa para Nápoles. No dia 12 de maio de 1761, Maturi remete ao ministro napolitano um fólio onde se constata as principais razões do ódio de Carvalho e Melo aos jesuítas

---

<sup>713</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 08-04-1760.

<sup>714</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 24-06-1760.

<sup>715</sup> GARCÍA, Mar Arenas, “El Embajador Portugués Francisco Almada e Mendonça en el Proceso de Extinción de la Compañía de Jesús (1768-1773)”, in Martínez Fernández, José Enrique y Álvarez Méndez Natalia (coords.), *El mundo del Padre Isla*, León, Universidad de León, 2005, p. 118.

<sup>716</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 12-08-1760.

e as ações que contra eles levou a cabo. O mencionado fólio intitulava-se: “*Observação sobre a conduta do Ministro de Portugal nos assuntos dos jesuítas.*”<sup>717</sup>

Daf em diante desenvolve-se uma campanha diplomática extraordinária encabeçada por Portugal, com vista à extinção da Companhia de Jesus, através da captação de individualidades influentes e da impressão de livros de propaganda. Uma das personalidades cujos escritos auxiliaram a demanda de Carvalho e Melo contra os jesuítas foi o Abade Platel, chegado a Lisboa em agosto de 1760 para servir os desígnios do Conde de Oeiras. Platel escrevera anteriormente contra os jesuítas e era favorável aos jansenistas. Instalara-se na capital portuguesa com a finalidade de criar mais redações contra a Companhia.<sup>718</sup> Maturi propagava para Nápoles as produções escritas de Platel, fomentando desta forma a circulação dos escritos anti-jesuíticos entre as duas nações. “*Junto envio a V. Excelência o manifesto publicado pelo Abade Platel.*”<sup>719</sup>

O processo dos Távora e as desavenças com os jesuítas e a Santa Sé foram notícia em toda a Europa. Apoiadas ou criticadas, as medidas de Sebastião José de Carvalho e Melo tornavam-se cada vez mais polémicas. Ainda assim, a imagem do secretário de estado português aos olhos do napolitano Maturi era benévola: “*é um homem de toda a estima e o repito três vezes.*”<sup>720</sup> À normal cordialidade entre os diplomatas napolitanos e o Conde de Oeiras juntava-se também o interesse que ambos tinham em erradicar os jesuítas dos respetivos reinos. Sobrevindo, por intermédio dos diplomatas napolitanos, trocas de conhecimento e de elogios entre Carvalho e Melo e o Marquês Tanucci: “*Fui almoçar no Sr. Conde de Oeiras, ofereceu-me um livro intitulado «Institutum Societaty Jesu» dois tomos de quatro estampados em Praga em 1759. Disse-me haver lido com prazer na gazeta que o jesuíta D. Genaro Sanchez<sup>721</sup> tinha sido exilado do Reino de Nápoles, e me impôs de dar a V. Excelência em seu nome as suas saudações.*”<sup>722</sup>

No mesmo período, o Conselho de Regência napolitano embargou a leitura do livro “*La Verità Difesa*”, de Gennaro Sanchez de Luna, favorável à causa jesuítica. Ordenado o

---

<sup>717</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 12-05-1761.

<sup>718</sup> MILLER, 1978, op.cit.p.12.

<sup>719</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 13-01-1761.

<sup>720</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 30-09-1760.

<sup>721</sup> Jesuíta autor da obra “La Verità Difesa”

<sup>722</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 01-09-1761.

desterro do autor da obra, Tanucci promete a Aires de Sá e Melo uma cópia da ordem de desterro. Este trabalho escrito em Nápoles por Sanchez de Luna, era uma resposta às acusações de Francisco de Almada Mendonça aos jesuítas. Para além da suspensão à venda do livro, o autor foi proibido de publicar escritos sobre o assunto em países estrangeiros.<sup>723</sup> A proibição da leitura e venda de “*La Verità Difesa*” no reino de Nápoles foi o primeiro indício de adesão às políticas anti-jesuíticas de Pombal e de uma cooperação direta entre aquela corte e a corte portuguesa. Haverá, no entanto, um episódio subsequente que marcará, ainda mais, a interação entre os dois reinos no combate aos jesuítas.

No início da década de 60, Portugal mantinha uma política externa de neutralidade na Guerra dos Sete Anos, o mesmo não acontecendo com as relações com a Santa Sé que se deterioravam cada vez mais. Agravadas pelo suplício do padre jesuíta, Gabriel Malagrida, julgado e condenado pelo tribunal da inquisição em setembro de 1761. A corte espanhola ainda tentou uma mediação no sentido de apaziguar a discordância entre Portugal e a Sé Apostólica em relação à pena atribuída a Malagrida, mas sem qualquer efeito.<sup>724</sup>

Ao mesmo tempo, os diplomatas portugueses colocados no estrangeiro empenhavam-se em provar a culpabilidade de Gabriel Malagrida e, com ela, a justiça da pena que lhe havia sido aplicada. Quando José da Silva Pessanha deixa a corte de Nápoles para assumir a sua Embaixada em Madrid “*traz com ele o que pareciam ser provas convincentes de que as visões de Malagrida tinham sido justamente censuradas*”.<sup>725</sup> Assim finda em Portugal a supremacia de Roma em matéria de jurisdições, incluindo sobre o Tribunal da inquisição que adquire carácter secular “dependente da Coroa”. Como refere Oliveira Ramos: “Cunhado tanto pelo despotismo, como pelo regalismo, o Santo ofício funciona, agora, enquanto instrumento do poder real, por especial delegação deste no concernente às regras processuais e à aplicação dos castigos.”<sup>726</sup>

---

<sup>723</sup> MILLER, 1978, op.cit.p.120.

<sup>724</sup> MILLER, 1978, op.cit.p.124.

<sup>725</sup> Idem, *ibidem*

<sup>726</sup> RAMOS, Luís António de Oliveira, *Sob o Signo das Luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, p. 45.

Em setembro de 1761, mês da polémica execução de Malagrida em Lisboa, é enviada de Nápoles – juntamente com um ofício de Aires de Sá e Melo – uma carta circular redigida por Niccola Fraggianni, contendo os procedimentos que o Tribunal da inquisição deveria tomar em caso de crime de lesa-majestade.<sup>727</sup> Também o poder estatal em Nápoles retirava poder jurisdicional a Roma.

Com a partida de Silva Pessanha para a corte espanhola, o seu cargo é assumido por Aires de Sá e Melo, também ele nomeado pelo rei de Portugal, ministro plenipotenciário. Um dos principais enfoques da missão de Aires de Sá e Melo em Nápoles relacionava-se, indubitavelmente, com a ofensiva anti-jesuítica promovida por Lisboa. Aliás, como comprova a documentação, muitos dos seus ofícios incidem sobre esse assunto. Quando, em 28 de julho de 1761 escreve a D. Luís da Cunha Manuel, Sá e Melo inicia um processo sequencial de transmissões informativas sobre os jesuítas, que a partir daí se intensificaria. Revelando neste ofício: “*A gazeta desta corte que não costumava tratar de coisa alguma que respeitasse aos presentes negócios dos jesuítas, há três semanas que mudou de estilo, e já anunciou ao publico o desterro do jesuíta bascos dos Estados do rei de Sardenha, do jesuíta Rouzoni dos Estados que na Itália pertencem à casa de Áustria*”<sup>728</sup>

Em Roma, é notícia um acontecimento controverso suscitado pela redação e impressão de textos anti-jesuíticos, por um impressor de nome Niccolò Pagliarini que, por ordem de Francisco de Almada vinha imprimindo, clandestinamente, propaganda contra os padres daquela ordem religiosa. O impressor acabou por ser descoberto, detido, e mais tarde, obrigado a fugir de Roma para Nápoles e desse reino para Portugal, onde foi recebido de “braços abertos”.<sup>729</sup> Sublinhe-se, porém, que a proteção concedida ao tipógrafo – desde que foi preso e acusado em Roma até finalmente partir para Lisboa – dependeu da cooperação entre Aires de Sá e Melo e Bernardo Tanucci.

O processo começa quando, após saída de Francisco de Almada de Roma, o Papa ordena a prisão do impressor, devido à impressão da “Dedução dos Factos”. O Cardeal Secretário Torregiani descobre “que Pagliarini não apenas imprimia material anti-jesuíta para Almada, mas também para um grande número de outros embaixadores em

---

<sup>727</sup> ANTT, MNE, Caixa, 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-09-1761.

<sup>728</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-07-1761.

<sup>729</sup> MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p.210.

Roma.<sup>730</sup> Pagliarini permaneceu preso de 11 de dezembro de 1760 a 14 de novembro de 1761, sendo condenado a sete anos de trabalho forçado nas galeras. Mas poucos dias depois, não convencido sobre a culpabilidade do impressor, Clemente XVIII absolveu-o.<sup>731</sup>

Durante o seu encarceramento, Pagliarini contou com a ajuda de um advogado napolitano – auditor na legação de Nápoles em Roma, D. Gaetano Centomani – que, em sua defesa, assinou uma escritura redigida pelo abade Nicolò Rossi. O facto de Centomani se aliar à causa de Pagliarini não significava, contudo, que as suas ações recebessem a aprovação da corte de Nápoles. Pelo contrário, numa carta ao Cardial Domenico Orsini, Tanucci revela que o Conselho de Regência não se aprazera com os atos de Centomani, desaprovando a sua atitude.<sup>732</sup>

As razões apresentadas em defesa de Pagliarini – em 29 páginas escritas em italiano e assinadas por Centomani – foram enviadas para Lisboa através de Aires de Sá e Melo, encontrando-se anexas ao ofício de 4 de agosto de 1761.<sup>733</sup> Embora o Conselho de Regência napolitano repudiasse a atitude de Centomani, é plausível que Bernardo Tanucci não partilhasse a mesma opinião. Aliás, Sá e Melo presumia haver um envolvimento do ministro neste caso. *“Toda a dificuldade consistiu em achar advogado que assinasse as sobreditas primeiras razões, porque todos se escusavam pelo receio de incorrer na desgraça do Cardeal (Torrigiani) que com paixão manifesta se tem declarado instrumento da vingança jesuíta a respeito deste livreiro, mas o advogado Centomani, agente desta corte, desprezou esse receio, porque me persuado, que teve instrução do Marquês Tanucci que lhe fez entender, que receberia gosto de todo o favor que se fizesse ao preso.”*<sup>734</sup>

Não obstante a reticente posição inicial da corte em relação à inocência de Pagliarini, a sua libertação foi aplaudida em Nápoles.<sup>735</sup> Já em liberdade, Pagliarini recebe o

---

<sup>730</sup> MILLER, 1978, op.cit, p.132.

<sup>731</sup> JOLY, Jacques Crétineau, *Clemente XIV y los Jesuitas, o Sea Historia de la Destrucción de los Jesuitas*, Madrid, Establecimiento Tipográfico Literario de D. Nicolas de Castro Palomino y Compañia, 1848, p.64.

<sup>732</sup> TANUCCI, 1988, op.cit. p.6.

<sup>733</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 04-08-1761.

<sup>734</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-08-1761.

<sup>735</sup> TANUCCI, 1988, op.cit.p.311.

patrocínio da corte portuguesa, (pelos serviços prestados ao imprimir o que Almada solicitava contra os jesuítas) para fixar residência em Veneza ou Nápoles.<sup>736</sup> O impressor escolheu a segunda opção.

Informado por Aires de Sá e Melo, Tanucci revela numa das suas cartas que Pagliarini ia sair de Roma em segredo, com a ajuda do Cardial Orsini.<sup>737</sup> Em 27 de fevereiro de 1762, as palavras que Tanucci escreve a Centomani provam a sua envolvimento direta no caso de Pagliarini: “faço os mais humildes agradecimentos à divina providência por aquela primeira conversa feita casualmente à minha mesa em Portici com este ministro de Portugal, que escreveu imediatamente à sua corte, onde ao mesmo tempo chegou a minha carta.”<sup>738</sup>

Pagliarini chega a Nápoles em fevereiro de 1762, hospeda-se na casa de Aires de Sá e Melo e passa a ser secretário da legação de Portugal naquela cidade, com a graça de cavaleiro fidalgo do rei Fidelíssimo.<sup>739</sup> Em 1763, Carvalho e Melo propõe-lhe que se instale com a sua família em Lisboa, logo que lhe fosse possível e se assim o entendesse. O impressor parte para Portugal em novembro de 1763 juntamente com Aires de Sá e Melo que, tendo sido nomeado embaixador para a corte de Madrid, se desloca a Portugal, antes de assumir a sua nova função. Apesar das insistências de Tanucci para que o impressor se mantivesse em Nápoles como encarregado de negócios da legação portuguesa, opta por partir para Portugal – como desejava o Conde de Oeiras – onde chega a 15 de março de 1764.<sup>740</sup>

O caso de Pagliarini retrata o espírito de cooperação, reconhecimento político e troca de opiniões entre o governo português e o napolitano. Quando Pagliarini é preso em Roma, no ano de 1761, Portugal e Nápoles trabalham em sua defesa e proporcionam, mais tarde, a sua fuga. Porém, o envolvimento do governo napolitano nesta querela deve-se, sobretudo, à solidariedade pessoal de Bernardo Tanucci em relação ao impressor de

---

<sup>736</sup> TANUCCI, 1988, op.cit.p.322.

<sup>737</sup> TANUCCI, 1988, op.cit.p.520.

<sup>738</sup> TANUCCI, 1988, op.cit.p.573.

<sup>739</sup> JOLY, 1848, op.cit. p.64.

<sup>740</sup> Idem, *ibidem*

Roma. “Tanucci não quis empenhar diretamente o governo”<sup>741</sup>, não obstante, houve inevitavelmente envolvimento da diplomacia oficial napolitana neste caso.

A primeira reação à prisão de Pagliarini por parte da diplomacia napolitana em Lisboa data de 29 de dezembro de 1761, momento em que Michele Pignatelli informa Tanucci “*que muito mal foi levada a condenação de Pagliarini, quando foi aqui recebida esta semana.*”<sup>742</sup> Os passos dados em seguida, no sentido de proteger o impressor romano, foram expostos por Tanucci na carta que escreveu ao rei de Espanha a 9 de fevereiro de 1762. Informado, por Aires de Sá e Melo, das intenções do soberano português de dar a Pagliarini o cargo de secretário de legação e uma pensão mensal de 150 ducados napolitanos, Tanucci revelou ao rei Católico os planos, que se fizeram para a saída de Pagliarini de Roma, com ordem para estabelecer-se em Portugal, em Veneza ou em Nápoles.

Tanucci indicava na carta que todo este processo estava aos cuidados de Aires de Sá, por falta de um ministro português em Roma, mas que ele mesmo havia prestado assistência ao enviar uma ordem ao representante de Nápoles junto à Santa Sé, para que fosse dado passaporte a Pagliarini e as devidas instruções para se dirigir a Nápoles em segredo.<sup>743</sup> No mesmo dia, despacha para a legação de Nápoles em Lisboa um ofício, onde avisa o ministro plenipotenciário Pignatelli de que “Desejou o Sr. Sá que eu o ajudasse a fazer sair de Roma para vir para aqui Pagliarini...Ele veio. Aplaudi e aplaudo a eficiência desse glorioso monarca, aconselhado por um grande Ministro, que tem as rédeas desse governo.”<sup>744</sup>

Em março de 1762, já após a fuga do impressor para Nápoles, sob proteção de Tanucci, o diplomata Pignatelli torna a escrever, apontando a satisfação de Carvalho e Melo no auxílio dado a Pagliarini em Nápoles. “*O Sr. Conde de Oeiras que ainda não recebeu resposta desse Sr. de Sá, permanece surpreso de prazer de sentir Pagliarini em Nápoles com o trabalho de V. Excelência e mostrou um excesso de complacência nos aplausos e nas suas expressões de reconhecimento.*”<sup>745</sup>

---

<sup>741</sup> MAIORINI, 1988, op.cit. p.XXXVIII.

<sup>742</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 29-12-1761.

<sup>743</sup> TANUCCI, 1988, op.cit.p.527.

<sup>744</sup> TANUCCI, 1988, op.cit.p.530.

<sup>745</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 9-03-1762.

Neste mesmo ofício de março de 1762, Pignatelli menciona uma carta que lhe havia sido endereçada por Tanucci. Pelas palavras de Pignatelli pode apenas supor-se que se tratava da apresentação de informações relacionadas com a defesa do impressor romano, mas o que daqui importa ressaltar é a divulgação desta carta de Tanucci junto de Carvalho e do monarca português, e a oportunidade aproveitada por Pignatelli para exaltar as “luzes” de Tanucci e de Pombal. *“Mesmo que domine a luz da generosidade deste monarca, a sabedoria do seu Ministro serve para ofender qualquer outro talento. Numa palavra, a carta de V. Excelência foi lida e relida pelo Rei e pelo Conde várias vezes e sempre com sumo prazer.”*<sup>746</sup>

Durante a sua estadia em Nápoles, Pagliarini residiu, como já referido, com o ministro plenipotenciário português Aires de Sá e Melo, até que em 1763 o impressor aceita o convite de Pombal para se estabelecer em Lisboa ao serviço de S. Majestade Fidelíssima.<sup>747</sup> Seis anos mais tarde, Pagliarini permanecia nas boas graças de Pombal que fez dele diretor da impressão régia, medida que mereceu uma apreciação positiva do diplomata napolitano Vespasiano Macedónio, que explica a Tanucci, mais uma vez, a eficácia da gestão pombalina. *“A série de ocupações, que o vasto campo da empresa e emergências correntes, deste destemido Ministro, não perde de vista a habilidade e o bem público. A Prova disso é o estabelecimento que fez de uma estamperia régia, da qual deu a direção a Pagliarini.”*<sup>748</sup>

Os assuntos relacionados com a disputa contra a Santa Sé e, mais concretamente, contra os jesuítas foram o grande elo de ligação entre Carvalho e Melo e Nicolau Pagliarini, mas após a vinda do impressor para Portugal o seu papel ao serviço da coroa e de Pombal não se limitou exclusivamente a estas questões. Em 1768, era já Diretor-Geral da Impressão Régia e responsável pelas livrarias do Real Colégio dos Nobres e do Paço.<sup>749</sup>

O secretário de legação napolitano, Niccola Piansante, escreve, em 1773, a Tanucci, sobre a associação de Pagliarini a um projeto relacionado com a Universidade de

---

<sup>746</sup> Idem, *ibidem*

<sup>747</sup> MILLER, 1978, op.cit.p.133.

<sup>748</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 17-01-1769.

<sup>749</sup> BARATA, Paulo J.S, *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública uma Alteração de Paradigma*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003, p.139.

Coimbra. “A assiduidade com que Pagliarini está com o Sr. Marquês e o longo tempo que permanece com o mesmo a trabalhar no gabinete faz qualquer um entender que havia relação com os assuntos de Roma. Eu, no entanto, imagino que não se trate de qualquer obra que quer dar aqui para estampa, a conferência e o trabalho podem ter por objeto o estabelecimento de uma biblioteca publica em Coimbra, e a estamperia que se quer abrir naquela cidade.”<sup>750</sup>No final do ano saía, realmente, o Alvará de 16 de dezembro, que concedia a Pagliarini o exclusivo de impressão dos livros da Universidade.<sup>751</sup>

O caso de Pagliarini serviu, manifestamente, para aproximar Pombal e Tanucci. Alguns ofícios de Pignatelli deixam perceber que os dois políticos usavam a correspondência da diplomacia napolitana para se cumprimentarem e trocarem palavras de apreço um com o outro, prática inexistente antes do ocorrido processo de Pagliarini.

À medida que a década de 60 avança, aumenta a animosidade contra os jesuítas por parte das cortes borbónicas de Espanha e Nápoles, até serem expulsos dos dois reinos em 1767, à semelhança do que acontecera em 1759 em Portugal.

Em agosto de 1765, Sá Pereira – sucessor de Aires de Sá e Melo na legação portuguesa da cidade de Nápoles – envia uma mensagem cifrada para Lisboa, cujo conteúdo evidencia um preambular do desagrado do rei de Espanha para com os padres da Companhia de Jesus: “*Conversando particularmente com alguns íntimos amigos, o secretário Tanucci lhes disse, graças a Deus que já El rei de Castela se desenganou, ele protesta que o respeito que tem à Rainha-Mãe o embaraçará a fazer justiça aos jesuítas. Corroborase o sobredito com uma carta de Esquilachi ao filho em Roma na qual lhe disse que se as coisas não mudarem de semblante dará Castela a Roma um presente de jesuítas mais importante que os de Portugal.*”<sup>752</sup>

Esta mensagem codificada demonstra não só que o diplomata português era informado por Tanucci sobre os procedimentos relacionados com os jesuítas, como também explica que a expulsão destes padres dos domínios espanhóis ainda não se concretizara, apenas por causa do afeto que a rainha-mãe de Espanha nutria pelos inicianos.

---

<sup>750</sup> ASN, Esteri, Busta 923, ofício de 19-01-1773.

<sup>751</sup> BANDEIRA, José Raimundo, *Universidade de Coimbra. Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos*, Tomo II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1942, p. 44.

<sup>752</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-08-1765.

Defendendo, mesmo, um autor contemporâneo italiano que em Espanha somente se esperava a morte de Elisabete Farnesio para seguir o exemplo português.<sup>753</sup>

Uns dias mais tarde, foi Sá Pereira quem aliciou o governo de Nápoles contra os jesuítas ao divulgar algumas cópias do manifesto português contra a *Bulla Apostolicum*, manifesto que agradara à corte de Nápoles. Sobre o do Manifesto, Sá Pereira comunica que “*ao Marquês Tanucci e a outras muitas pessoas doutas desta corte, tem merecido geral aplauso.*”<sup>754</sup> A Bula em questão havia sido promulgada em Janeiro de 1765 por Clemente XIII e “reagia contra as pressões de algumas monarquias europeias sobre a Santa Sé, especialmente as de Portugal e de França, para que a Companhia fosse supressa.”<sup>755</sup>

Outra reação portuguesa contra a Companhia de Jesus foi explanada na tese “*Doctrinam Veteris Ecclesiae de Suprema Regum*” do oratoriano António Pereira de Figueiredo, tornada pública em novembro de 1765.<sup>756</sup> Nesse mês, Sá Pereira aludia à divulgação das Teses Teológicas do padre António Pereira de Figueiredo – sobre a jurisdição régia da corte portuguesa – em Nápoles, onde tinham sido muito bem recebidas.<sup>757</sup>

Em finais de 1765, Sá Pereira anuncia o apoio de uma importante figura da corte napolitana à causa anti-jesuítica portuguesa, o Marquês de Acciaiuoli, gentil-homem de Câmara de S. M. Siciliana, governador de Portici e irmão do famoso Núncio Apostólico expulso de Lisboa em 1760, na sequência da demorada dispensa papal para o casamento entre a princesa do Brasil e o seu tio D. Pedro, que foi “visto como um insulto à dignidade da monarquia portuguesa”.<sup>758</sup> Acciaiuoli terá comentado a Sá Pereira acerca do Núncio, seu irmão que lhe era “*sensível o considerar-se infelizmente confundido na desgraça de El Rei nosso senhor e a qual ele protesta e protestou sempre haverem*

---

<sup>753</sup> GUSTI, Nicolò, *Lotta Politica e Riforme all'Iniziodel Regno di Carlo III: Campomanes e l'Espulsione dei Gesuiti dalla Monarchia Spagnola (1759-1768)*, Firenze, Alinea Editrice, 2006, p.42.

<sup>754</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 03-09-1765.

<sup>755</sup> FRANCO, José Eduardo, “O Terramoto Pombalino e a Campanha de Desjesuitização”, in *Lusitana Sacra, Catolicismo e Sociedade na Época Moderna: O Terramoto de 1755*, 2ª Série, Tomo XVIII, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2006, p.209.

<sup>756</sup> MILLER, 1978, op.cit.p.147.

<sup>757</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 05-11-1765.

<sup>758</sup> MAXWELL, 2001, op.cit.p.116.

*merecido com o Cardeal seu irmão todos os da mesma família, que influíram ou aprovaram a sua conduta nos últimos tempos de Núncio em Portugal.*<sup>759</sup>

Sá Pereira acrescenta que o Marquês Acciaiuoli “*havia repetidas vezes advertido por carta ao dito seu irmão, o quanto lhe importava separar-se das perniciosas e detestáveis máximas dos jesuítas, dos quais ele, com grande mágoa sua, o reconheceu sempre parcial: acrescentou, que caso se houvesse verificado a jornada, que ele projetava fazer a Lisboa antes de ser nomeado para o governo de Portici, esperava desviar seu irmão das caluniosas inspirações, que o precipitaram em tão funesto absurdo. Concluindo, enfim, que ardentemente desejava que El Rei nosso senhor seja informado de que sobre a expulsão dos jesuítas, e rotura com a corte de Roma, ele Marquês guiado pela razão, e não pelos estímulos do próprio sangue, pensará sempre conforme ao respeito por todos os títulos devido à coroa de Portugal, e às sábias determinações do seu iluminado Ministério. Parece sincera esta protestaçoão do Marquês, não somente porque nela não aparece outro fim que o de justificar a retidão dos seus sentimentos, mas também porque ele se mostrou sempre um dos maiores anti-jesuítas de Nápoles apesar do crédito, com que aqui se achavam estabelecidos.*”<sup>760</sup>

Em 1766, o Papa tornou a assentir aos jesuítas as suas missões ultramarinas, por um período de mais vinte anos, revelando tal benesse que Roma insistia em ser complacente com estes eclesiásticos.<sup>761</sup> Alguns meses mais tarde, é posta em prática a resolução que decretava o afastamento definitivo dos jesuítas das Duas Sicílias. Durante o mês de abril de 1767 surge na cidade de Nápoles o anúncio da expulsão dos jesuítas de Espanha, bem como a fundamentação deste procedimento que o rei católico enviou ao Papa.<sup>762</sup>

Concretizada a sua expulsão de Espanha, o receio dos jesuítas de Nápoles acentua-se dada a certeza (quase absoluta) de que mais tarde ou mais cedo, este reino italiano faria o mesmo. A precaução leva-os a pedir o aval do governo napolitano para vender algumas propriedades, replicando Tanucci que tal licença devia ser-lhes concedida pela Cúria Romana.<sup>763</sup>

---

<sup>759</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 03-12-1765.

<sup>760</sup> Idem, *ibidem*

<sup>761</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 16-12-1766.

<sup>762</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-04-1767.

<sup>763</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-04-1767.

Tanucci começa, então, a agir para expulsar os jesuítas das Duas Sicílias. Em junho de 1767, envia a Carlos III o plano no qual se deveria basear uma futura evacuação dos padres da Companhia de Jesus.<sup>764</sup> Nos meses seguintes a presença jesuítica em Nápoles é significativamente cerceada. Primeiro, o governo manda encerrar a irmandade de escribas de um tribunal que estes padres dirigiam.<sup>765</sup> De seguida, são impedidos de ministrar os sacramentos aos presos de Nápoles e inicia-se a busca por novos professores que os substituíssem nas escolas.<sup>766</sup> No Outono começa o preparo das embarcações que os conduziriam para longe do reino de Nápoles.<sup>767</sup>

No dia 17 de novembro de 1767 a expulsão dos jesuítas das Duas Sicílias é consumada.<sup>768</sup> Roma seria o destino da grande maioria dos padres escorraçados de Nápoles. Qualquer tentativa de regresso a Nápoles seria impedida pelos soldados colocados nas fronteiras do Reino.<sup>769</sup> “A partir do momento em que estes padres são expulsos das Duas Sicílias, qualquer tipo de contacto ou correspondência secreta, que se mantivesse com eles, estava sujeita a penalizações, como prisão ou desterro.”<sup>770</sup>

O final dos anos 60 ficou, assim, marcado pelo sucesso das cortes europeias que se opuseram aos padres jesuítas, expulsando-os dos seus domínios. Em 1768 a Companhia de Jesus já se encontrava dissolvida em Portugal, França, Espanha, Nápoles e Parma. Nas potências onde a ordem dos inicianos fora extinta estavam criadas as condições para uma campanha internacional que conduzisse à sua erradicação definitiva, ainda que esse desfecho só pudesse ocorrer por ordem apostólica. Portugal prestava atenção à desgraça contínua que atingia os jesuítas nos Estados borbónicos, mas “o caso espanhol pela proximidade geográfica e familiar entre as duas coroas teve, porventura, efeitos ainda mais salientes em Portugal.”<sup>771</sup>

Pombal não hesitou em aproveitar as circunstâncias para tentar uma reconciliação com Roma através da intervenção de Carlos III. Vespasiano Macedonio – à data ministro

---

<sup>764</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 23-06-1767.

<sup>765</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel de 21-07-1767.

<sup>766</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel de 04-08-1767.

<sup>767</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel de 27-10-1767.

<sup>768</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel de 17-11-1767.

<sup>769</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel de 01-12-1767.

<sup>770</sup> PEREIRA, 2010, op.cit.p.73.

<sup>771</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit. p.256.

plenipotenciário de Nápoles em Portugal, cujo contacto com o embaixador espanhol em Lisboa lhe permitia estar a par dos acontecimentos— transmitia a Tanucci, através de uma cifra, que Carvalho deixara “*cair a reflexão de quão oportuna é esta ocasião para S. M. Católica de recompôr a diferença dos diversos Estados que estão em rotura com Roma. Vendo que o Embaixador não se avançava com alguma oferta ou abertura, tomou o Conde de Oeiras a resolução de fazer perguntar à Espanha diretamente por aquele Comendador Aires de Sá.*”<sup>772</sup>

Um mês mais tarde, a intenção do Conde de Oeiras em servir-se dos espanhóis para mediar a aproximação da corte portuguesa à Cúria Romana era ainda mais evidente a Macedonio. O diplomata napolitano afirmava que a falta de resposta por parte da corte católica, até esse momento, levava Carvalho e Melo a lamentar-se ao Marquês de Almodôvar – embaixador espanhol em Lisboa. Em cifra, Macedonio diz ainda: “*o Embaixador não autorizado da mínima coisa sobre este assunto participou na mesma semana o discurso deste Ministro e com o ordinário de sexta-feira passada recebe, que as intenções do Rei seu Patrão não era avessa a prestar a este soberano e que isso podia assegurar ao Conde de Oeiras.*”<sup>773</sup>

A reconciliação com a Santa Sé estava obviamente nos planos de Carvalho e Melo, mas enquanto o entendimento não era alcançado, havia que usufruir da influência e das relações mais pacíficas das cortes borbónicas perante Papa, como meio de destruir por completo a Companhia de Jesus.

Embora a extinção dos jesuítas pela Santa Sé só se concretize em 1773, Macedonio apercebe-se em 1767 dos contactos mútuos entre as cortes ibéricas no sentido de efetivarem as suas intenções anti-jesuíticas. Noutra cifra, o ministro napolitano revela, que caso Roma não concedesse obséquio à demanda movida contra os jesuítas, Carvalho e Melo recomendaria ao rei de Espanha que não entrasse “*em mínima conferência com o Cardeal Torreggiani, mas que fizesse a solicitação diretamente ao pontífice, e que vendo nisso obstinada disposição de apoiar a Companhia, sem outro discurso, se devesse abrir rotura com a corte de Roma.*”<sup>774</sup>

---

<sup>772</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 03-06-1767.

<sup>773</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 14-07-1767.

<sup>774</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 15-09-1767.

Macedonio não tardou a registrar que o ‘ultimato’ a Roma sugerido pelo Conde de Oeiras não parecia despropositado ao rei de Espanha: *“Daquilo que se escreve de Madrid, está aquele soberano sempre pouco satisfeito e descontente com as procedências da cúria romana, não demorará muito a ver-se posto em execução o plano combinado.”*<sup>775</sup>

Portugal não se envolvera oficialmente nas negociações promovidas pelas cortes Borbónicas para extinguir em definitivo a Companhia de Jesus, mas embora se mantivesse à margem, acompanhava as diligências negociais e os trâmites burocráticos em curso com a Cúria, estando bem informado sobre os progressos do seu objetivo. Como menciona Macedonio: *“Com o correio de sexta-feira recebeu este Cônsul de França como encarregado dos negócios da sua corte, todo o plano formado de concerto com a nossa, aquelas de Espanha e Parma para o que vai fazer-se relativamente ao Breve de 30 de janeiro que diz respeito à extinção dos padres da Companhia, e com ordem de comunica-lo a este Sr. Conde de Oeiras.”*<sup>776</sup>

O Breve (a que se refere Macedonio) é o Monitorio de Parma, ordenado pelo Papa contra as medidas do Duque Fernando de Parma –excomungado pelas suas ações contra a jurisdição romana e pela excessiva interferência deste monarca nos assuntos que eram tutelados pela Sé apostólica.<sup>777</sup> A ação papal conduziu à união da casa Bourbon em defesa de Fernando. No entanto, a reparação do insulto desencadeado pelo Breve de janeiro, não obteve do Papa, a resposta que os Bourbon pretendiam. A propósito desta questão, o Conde de Oeiras evidenciou a sua convicção acerca da *“obstinação do Santo Padre, e da imbecilidade do seu espirito.”*<sup>778</sup>

Depois da morte de Clemente XIII, em 1769, parecia cada vez mais próxima de realizar-se a vontade de Carvalho e Melo com vista à abolição total dos jesuítas. Mais do que nunca era importante manter a parceria entre as potências católicas europeias, constituindo a via diplomática um fator chave para a promoção da diplomacia ideológica de Carvalho e Melo.

---

<sup>775</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 27-10-1767.

<sup>776</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 26-04-1768.

<sup>777</sup> GILABERT, Francisco Martí, *Carlos III y la Política Religiosa*, Madrid, Rialp, 2004, p.134.

<sup>778</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 30-05-1768.

A conversa particular que Vespasiano Macedonio teve com o Conde de Oeiras, demonstra claramente a relevância da transmissão das suas teorias anti-jesuítas ao corpo diplomático: “*Me chamou o Sr. Conde à parte e me fez um longo discurso sobre a extinção dos jesuítas, e sobre a maneira de pensar do Papa sobre este assunto. Me repetiu brevemente o quanto a Companhia tinha operado, por meio dos seus indivíduos contra os príncipes, contra a religião e contra a igreja.*”<sup>779</sup> O desfecho da demanda de Pombal contra os jesuítas só ocorreria, porém, num período posterior à missão de Macedónio em Lisboa.

O corte de relações entre Portugal e Roma alongava-se já há nove anos, e por mais tempo se estenderia, não fosse o esforço de Espanha e França no sentido de se alcançar uma reconciliação, o que aconteceria em 1769, com o novo pontificado de Clemente XIV, “quando uma perspectiva de uma próxima dissolução da Companhia de Jesus se desenhava.”<sup>780</sup> O contato diplomático entre as duas cortes restabeleceu-se com o regresso de Almada Mendonça a Roma e com o envio do núncio, Monsenhor Conti, Arcebispo de Tiro, em 1770 para Lisboa, onde permaneceria até 1774.<sup>781</sup>

No início de 1769, o Papa Clemente XIII morre e surge a possibilidade de eleger um novo pontífice que decretasse a abolição da Companhia de Jesus. Francisco de Almada Mendonça – que, até ao corte de relações, havia sido o representante de Portugal junto da Santa Sé – desejava acompanhar de perto a eleição do conclave e pergunta ao Cardeal Orsini, “*embaixador de Nápoles junto da Santa Sé, se poderia ir a Roma e que tratamento iria receber.*”<sup>782</sup> O eclesiástico napolitano responde-lhe que iria necessitar de credenciais de Lisboa para assistir ao conclave.

De regresso a Roma, Francisco de Almada recebe da sua corte as instruções fundamentais para se manobrar e dar a conhecer aos conclavistas a posição de Portugal

---

<sup>779</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 10-10-1769.

<sup>780</sup> LABOURDETTE, Jean François, *História de Portugal*, Porto, Dom Quixote, 2001, p.410.

<sup>781</sup> FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p. 224.

<sup>782</sup> LÓPEZ, Enrique Giménez, “Portugal y España ante la extinción de los Jesuitas” in, TIEZ, Manfred (ed.), *Actas del Coloquio Internacional Los jesuitas Españoles Expulsos. Su imagen y su Contribución al Saber Sobre el Mundo Hispánico en la Europa del siglo XVIII*, Berlín, Vervuert Iberoamericana, 2001, p. 355.

sobre a escolha do novo Papa.<sup>783</sup> Em 20 de junho de 1769 é, então, eleito Lorenzo Ganganelli, com o título apostólico de Clemente XIV. O conclave durou três meses (de abril a junho) e embora não tenha estado presente, o Cardeal Patriarca português D. Francisco de Saldanha foi convidado a participar.<sup>784</sup>

No verão seguinte (de 1770) a chegada a Lisboa Inocêncio Conti, o Núncio apostólico formaliza a reconciliação oficial de Portugal com a Santa Sé. Em 28 de agosto de 1770, o ministro napolitano Vespasiano Macedonio remete para Nápoles, o Édito traduzido para a reabertura do Tribunal da Nunciatura e da comunicação com Roma.<sup>785</sup>

A chegada de Conti a Portugal era aguardada com expectativa pelo ministro plenipotenciário napolitano, até porque soubera de uma conversa entre Carvalho e Melo e o Procurador da Coroa, Seabra da Silva. Nesse encontro, o primeiro terá incumbido o segundo de visitar o núncio, mal este aportasse à cidade de Lisboa. Segundo Macedonio, seria a primeira vez que um procurador fazia uma visita de boas-vindas a um ministro estrangeiro. O diplomata napolitano desconhecia que motivos levaram Pombal a dar tal ordem a Seabra da Silva, mas transmitiu a Tanucci que na sua apresentação ao representante de Roma, Seabra teria de dizer algo semelhante a: *“meu senhor, nós somos amigos, mas a nossa amizade terminará em breve, se você quiser entrar na minha temporalidade.”*<sup>786</sup>

Conti chega a Portugal em 1770, documentando Vespasiano Macedonio em 21 de agosto de 1770 a decisão do governo português de decretar a abertura oficial da Nunciatura Apostólica em Lisboa no dia 17 de Setembro daquele ano.<sup>787</sup>

As relações entre Portugal e a Santa Sé ficaram restabelecidas desde 1769 e a comunicação entre as duas cortes mostrava-se regular, especialmente após a nomeação do novo Papa Lorenzo Ganganelli, eleito em abril desse ano e da enviatura de um núncio apostólico para Lisboa, em 1770. Por fim, em 23 de julho de 1773 chegou o dia

---

<sup>783</sup> GARCÍA, Mar Arenas, “La Intervención de María Ana Victoria de Borbón en las Relaciones Diplomáticas Hispano-Portuguesas (1758-1773)”, in María José Pérez Álvarez e Alfredo Martín García (eds.), *Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas el Mundo Hispano*, León, Fundación Española de Historia Moderna, 2012, p.2161.

<sup>784</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit.p. 257.

<sup>785</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 28-08-1770.

<sup>786</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 26-12-1769.

<sup>787</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 21-08-1770.

pelo qual Carvalho e Melo esperara mais de uma década, com a supressão da Companhia de Jesus pelo breve *DominusRedemptor*.<sup>788</sup>

Os exemplares impressos da Bula da extinção da Ordem dos jesuítas chegam a Lisboa em setembro de 1773, tendo sido enviados pelo representante português em Roma, Francisco de Almada.<sup>789</sup> No dia 28 do mesmo mês, Niccola Piansante, secretário da Legação napolitana em Lisboa – que fica por ela encarregue até chegada de novo ministro plenipotenciário – divulga para Nápoles que a referida Bula já se encontrava traduzida em português.<sup>790</sup>

A partir de 1759, qualquer material impresso e publicado sobre os jesuítas interessava a Portugal, designadamente as novas ideias reformistas ocasionadas pela expulsão destes padres dos reinos de Espanha, França, Nápoles e Parma. Em 1767 – ainda antes de os jesuítas serem desterrados do reino de Nápoles – as reformas educacionais que estavam a ser implementadas intensificaram-se: uma das quais relacionada com o ensino do Direito Canónico praticado no Seminário Arcivescoviledi Napoli, instituição responsável pelo ensino dos eclesiásticos.

De Génova, Nicolau Piaggio, cônsul de Portugal, escreve ao Conde de Oeiras acerca do surgimento de uma nova obra em Nápoles referente a esta matéria de direito canónico. No ofício menciona o envio de dois tomos da dita obra para o futuro Marquês de Pombal e tenta evidenciar as diretrizes da mesma.

*“O amigo Conde D. Carlos de Gros, de Nápoles, me mandou dois tomos de Canónica estampados em Nápoles, para uso daquele seminário arcibiscovile, com ordem de presentear em seu nome a V. Ex. Em esse, diz o conde de Gros, historicamente se contem todas as verdades e os bons princípios capazes para iluminar a mocidade, e que algumas fraquezas nas conclusões não se poderão tirar, para acomodar-se ao lugar, e tempo em cujo deve servir: mas facilmente se poderão consertar para Portugal, e farão ainda prazer a V. Ex de ver a política daquele reino nas matérias canónicas, que estão em ditos tomos.”*<sup>791</sup>

---

<sup>788</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit.p.257.

<sup>789</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 07-09-1773.

<sup>790</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 28-09-1773.

<sup>791</sup> ANTT, MNE, Caixa, 275, de Nicolau Piaggio para o Conde de Oeiras, de 02-06-1767.

Pela descrição apresentada no ofício de Nicolau Piaggio, é muito plausível que se referisse ao trabalho de Carlo Gagliardi, “*Institutionum Juris Canonici Communis*”, obra editada em Nápoles e constituída por quatro volumes, dois dos quais publicados em 1766 e 1767 – que seriam, muito provavelmente, os dois tomos a que o cônsul de Génova se refere – e os últimos editados respetivamente em 1768 e 1771.<sup>792</sup>

Também através de Génova, em julho de 1768, D. Luís da Cunha Manuel recebe um ofício que adverte para um decreto publicado em Nápoles contra o *Breve e Bulla de Cea*. Embora não remeta para Lisboa as duas obras referidas devido à sua grossura e peso, garante que “todo tal qual ao dessas leis com lugar lhe remeto cópia do édito que fez publicar em Benevento.”<sup>793</sup> A oposição que em Nápoles se fez à *Bulla de Cea* é semelhante à que lhe é desferida em Portugal: nesse mesmo ano de 1768 inicia-se a publicação da “Dedução Cronológica e Analítica”, que evidencia que a “Bula da Cea foi manifestamente repelida”.<sup>794</sup>

De todo o conteúdo documental que foi enviado sobre a luta contra os jesuítas em Nápoles, em especial no ano de 1767, destaque-se um catálogo dos Despachos sobre a ação da corte de Nápoles a respeito dos padres jesuítas, encontrado junto aos papéis pombalinos, cujo emissário é desconhecido.<sup>795</sup> O referido catálogo é constituído por dez pontos que se dividem entre leis, instruções e memórias engendradas pela corte de Nápoles durante o processo de expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus. A existência deste catálogo indicia o acesso do Marquês de Pombal aos documentos referidos.

Quanto ao incremento das reformas eclesiásticas após a expulsão dos jesuítas, eram evidentes os cuidados e a atenção do ministro plenipotenciário português em Nápoles a qualquer conteúdo respeitante a este assunto que, de imediato, encaminhava a D. Luís da Cunha Manuel. Entre a documentação emitida por José de Sá Pereira em 1767 encontra-se o escrito de Bernardo Tanucci “*Istruzionidi sua maestailre' delledueSicilie per lo sfratto de' gesuiti, e sequestro de' loro beni*”. Este documento, como o próprio

---

<sup>792</sup> GIUSTINIANI, Lorenzo, *Memorie Istoriche Degli Scrittori Legali Del Regno Di Napoli*, Volume 2, Napoli, Stamperia Simoniana, 1788, p.64.

<sup>793</sup> ANTT, MNE, Caixa, 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 04-07-1768.

<sup>794</sup> SILVA, José Seabra da, *Deducção Chronologica e Analytica*, parte segunda, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1768, p.295.

<sup>795</sup> ANTT, MNEJ, MF, 6452.

diplomata afirma, é “*sobre a administração geral de todos os bens, que pertenciam à abolida Companhia chamada de Jesus, saiu aqui ultimamente um despacho, do qual é resumo substancial o papel incluso.*”<sup>796</sup>

Precisamente no mesmo mês e prosseguindo a reestruturação do sistema de ensino napolitano, anteriormente dominado pelos jesuítas, surge anexo a outro importante ofício de Sá Pereira um despacho assinado pelo Marquês Tanucci, contendo a lista de nomes, respetivas funções e vencimentos de cada um dos novos professores do Colégio-máximo, “*que aqui era administrado pelos chamados jesuítas.*” O documento adianta ainda, que os sujeitos escolhidos foram propostos por António Genovesi, “*Avendo fatto presente al Re la nomina de soggettiproposti da D. Antonio Genovesi*”<sup>797</sup>

### **4.3. A Guerra dos Sete Anos e a Disputa Ibérica na América do Sul**

Portugal embrenhava-se progressivamente na luta interna contra os jesuítas enquanto na Europa eclodia, em simultâneo, um conflito internacional, no qual os portugueses acabariam por se envolver. A chamada Guerra dos Sete Anos foi inicialmente protagonizada pelas batalhas da Espanha, Áustria e França contra a Grã-Bretanha e a Prússia. Tal como Portugal, Nápoles optou por uma posição neutral no conflito, mas contrariamente ao reino português manteve-se afastado do conflito armado até ao fim da beligerância.<sup>798</sup>

De Nápoles, Silva Pessanha escreve as primeiras notas a respeito da Guerra dos Sete Anos em 14 de abril de 1756. Segundo o diplomata, no reino napolitano já se conheciam as ameaças de guerra feitas pela França aos ingleses, circulando rumores sobre uma provável mediação espanhola entre as duas cortes em confronto.<sup>799</sup> Pessanha concluiu que a situação geográfica de Nápoles dificultava e atrasava a chegada de notícias vindas de outros Estados europeus e evidenciou as melhores condições que Lisboa tinha em relação a esta matéria, e, assim sendo, muitas das informações acerca

---

<sup>796</sup> ANTT, MNE, Caixa, 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, ofício de 16-02-1768.

<sup>797</sup> ANTT, MNE, Caixa, 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 23-02-1768.

<sup>798</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006, pp. 304 e 305.

<sup>799</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 14-04-1756.

dos conflitos na Europa já eram conhecidas em Portugal à data da chegada dos seus ofícios a terras lusas.

Oficialmente a corte napolitana declara-se imparcial no conflito que opõe as potências europeias, mas eram inegáveis as suas preferências pelo lado espanhol e austríaco. É neste contexto que Pessanha descreve a posição oficialmente neutra do governo napolitano, ao mesmo tempo que menciona a existência de uma receptividade completa aos voluntários que se ofereciam para servir na guerra ao lado das tropas austríacas.<sup>800</sup>

Em 7 de setembro de 1756, Pessanha envia para Lisboa, anexo ao seu ofício, um Decreto Real publicado em Nápoles, no decurso da Guerra dos Sete Anos (iniciada nesse ano) exigindo aos governadores das cidades marítimas dos domínios de S. Majestade Siciliana que não permitissem que nelas fosse equipada qualquer embarcação com armamento. O Decreto permitia ainda a livre entrada nos portos do reino tanto das esquadras inglesas como francesas.<sup>801</sup>

Ressalve-se que o conflito que irrompia na Europa opunha Inglaterra à França, as duas grandes potências marítimas da época, que disputavam a hegemonia da navegação mercante atlântica e mediterrânica. O reino de Nápoles desejava manter-se à margem de qualquer conflito, usando de uma hospitalidade homogénea para com as nações francesa e britânica, como assinala Pessanha ao escrever sobre o assunto a D. Luís da Cunha Manuel.<sup>802</sup>

Relativamente a Portugal, em paz desde a Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714), “o exército português tinha sido esquecido e a sua força não chegava a vinte mil homens mal-armados e pior disciplinados.”<sup>803</sup> A perceção do estado degradante das forças armadas portuguesas é aferida logo após a recusa de Portugal em aderir ao Pacto de Família, uma aliança formada pelas monarquias governadas pelos Bourbons (Espanha, França, Parma e Nápoles), assinado em agosto de 1761. O momento torna perceptível a opção de Portugal em manter-se como aliado de Inglaterra, rejeitando a pretensão franco-espanhola de encerrar os portos portugueses às embarcações britânicas.

---

<sup>800</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 08-08-1758.

<sup>801</sup> ANTT, MNE, Caixa, 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-09-1756.

<sup>802</sup> ANTT, MNE, Caixa, 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 31-08-1756.

<sup>803</sup> SALES, Ernesto Augusto Pereira, *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Comissão de História Militar, 1936, p.51.

Embora não existisse ainda qualquer ameaça bélica contra Portugal, em novembro de 1761 o receio ou precaução com a probabilidade de um confronto começava a ser notória. Como informa Pignatelli, ministro napolitano em Lisboa: “*Aqui continua a leva de tropas e sente-se que aos poucos se fortificam as praças e os portos deste reino.*”<sup>804</sup>

Em dezembro de 1761, decorrido um mês, já não era seguro o diplomata napolitano escrever de forma clara os seus ofícios. Algumas informações que retinha sobre as discórdias entre França e Inglaterra – que requeriam, cada vez mais, um envolvimento de espanhóis e portugueses, até então neutros na Guerra dos Sete Anos – ou sobre a situação militar em Portugal, eram redigidas através da cifra diplomática. Nunca como no período compreendido entre 1761 a 1762 se verificou um número tão elevado de cifras no conjunto documental da legação de Nápoles em Lisboa, referente ao tempo do reinado de D. José. Pignatelli foi de todos os ministros napolitanos em Lisboa durante o época pombalina, o que mais utilizou a escrita codificada para transmitir à sua corte informações sigilosas, principalmente no período de guerra.

A primeira carta cifrada de Pignatelli data de 29 de dezembro de 1761. O seu conteúdo informava que a corte portuguesa se encontrava em grande angústia, dada a possibilidade de ser solicitada por Espanha ou por Inglaterra a declarar-se contra uma das partes beligerantes. Na mesma carta, o diplomata acrescenta que as tropas portuguesas eram reduzidas e pouco disciplinadas, apesar dos muitos “*esforços para a aumentar.*”<sup>805</sup> De Nápoles Bernardo Tanucci concordava que o momento era de grande prudência, ordenando a Pignatelli que se valesse das cifras na escrita de alguns dos seus ofícios.<sup>806</sup>

Não é segredo para a historiografia portuguesa que Pombal pretendia minimizar ao máximo a dependência do país face à Grã-Bretanha, uma ideia que fomentava desde a sua enviatura diplomática à corte de Londres. Da mesma forma que considerava vantajoso um afastamento de Portugal em relação à Espanha e à sua aliada francesa, em nome da segurança e independência nacionais.<sup>807</sup>

---

<sup>804</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 03-11-1761.

<sup>805</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 29.12.1761.

<sup>806</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Pignatelli, de 12.01.1762.

<sup>807</sup> DIAS, José Sebastião da Silva, “Pombalismo e Projecto Político”, in *Cultura-História e Filosofia*, Vol. II, Lisboa, 1983, p.256.

A preferência do rei português pela aliança inglesa ditada pela rejeição do Pacto de Família aumentou, no entanto, a subordinação portuguesa a Inglaterra, dada a grande necessidade de auxílio militar que só a aliança luso-britânica podia dirimir, caso Portugal fosse atacado. Em janeiro de 1762, Tanucci revelava-se totalmente ciente da submissão portuguesa ao poderio britânico, ao escrever ao seu diplomata em Lisboa: “*A Inglaterra quer assegurar o seu imperioso comércio sobre os portugueses, ocupa-se dele e devora toda a sua substância*”.<sup>808</sup>

No dia 4 de Janeiro de 1762, a Inglaterra declara guerra à Espanha. A partir desse momento, torna-se indeclinável para Inglaterra a defesa do aliado português de uma eventual investida espanhola. Estavam criadas as circunstâncias que conduziriam ao envio de um regimento militar inglês para território português.<sup>809</sup>

Dois meses depois, em 9 de março de 1762 é Pignatelli quem faz um balanço da situação portuguesa numa das suas cifras: “*Dá verdadeiramente pena, este pobre reino se for perturbada a sua paz. Se ele tiver vontade do partido da casa de Bourbon, verá invadido por ingleses o Brasil e sentirá subitamente os efeitos da fome porque a Espanha não pode introduzir aquilo que por mar não terá mais de outras nações.*”<sup>810</sup>

Num outro ofício codificado, nesse mesmo dia 9 de março, Pignatelli afirma necessitar, mais do que nunca, das instruções de Tanucci sobre que conduta deveria adotar. O receio por ser representante de uma corte – totalmente afável à de Madrid – também é evidente, quando escreve: “*O implacável ódio entre portugueses e espanhóis ameaça tragédia, são amigas ou inimigas as armas de Espanha: e a paixão que em mim devia supor pela felicidade dos projetos do Rei Católico me fará suspeito?*”<sup>811</sup>

Nesse período, França e Espanha continuavam a pressionar Portugal a aderir ao pacto borbónico, sem que o Conde de Oeiras pudesse procrastinar por muito mais tempo uma decisão definitiva. A resposta oficial foi conhecida em 20 de março, com a comunicação da recusa aos diplomatas francês e espanhol: “*Hoje foi entregue, nas suas mãos, uma contra- memória na qual S. Majestade Fidelíssima entende de justificar que se recusa o*

---

<sup>808</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 26.01.1762.

<sup>809</sup> SPEELMAN, Patrick J., “Strategic Illusions and the Iberian War of 1762,” in Mark H. Danley and Patrick J. Speelman Ed, *The Seven Years War: Global Views*, Leiden, BRILL, 2012, p.432.

<sup>810</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 09-03-1762.

<sup>811</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 09-03-1762.

*convite para a aliança.*<sup>812</sup>” Nesse mesmo mês de março, Bernardo Tanucci manifesta as suas preocupações na correspondência mantida com o embaixador napolitano em Espanha, em relação a José da Silva Pessanha, que passou de Nápoles para Madrid como embaixador do rei português (e de quem se tornara amigo durante a sua estada em Nápoles como ministro plenipotenciário). Segundo Tanucci, Silva Pessanha poderia não ser cordialmente recebido pela corte portuguesa, dada a grande proximidade que tinha com os soberanos católicos.

Quando no decurso da Guerra se interrompem as relações diplomáticas entre Espanha e Portugal, Pessanha é chamado de volta a Lisboa. Nessa ocasião já Tanucci sabia da inimizade que Pombal demonstrava ao referido embaixador, como confidência por carta ao Duque de Losada (ministro de Carlos III de Espanha), em março de 1762: “*Tenho pena de Silva, Carvalho não lhe é amigo.*”<sup>813</sup> No mês seguinte, Tanucci manifesta de novo a sua inquietude acerca da situação de Pessanha: “*Não gosto do estado ao qual se reduziu o pobre Silva. Aqui parecia-me um homem honesto, espero que Deus o ajude.*”<sup>814</sup>

Ainda em março de 1762, o ministro plenipotenciário de Nápoles na corte portuguesa, Michele Pignatelli, informa Tanucci que Pessanha já se encontrava a caminho de Portugal, transportando parte da herança da falecida Rainha de Espanha, Maria Bárbara de Bragança, cujo legatário era o infante D. Pedro. “*Já passou de Badajoz para esta corte escoltado, o secretário de D. José da Silva portador do resto do tesouro que compõe a herança da defunta rainha Bárbara em benefício deste sereníssimo Sr. Infante D. Pedro seu irmão.*”<sup>815</sup>

Cerca de dois meses mais tarde, já no mês de maio, as incertezas sobre como seria a receção a Pessanha à chegada a Lisboa continuavam. Pignatelli envia, então, uma cifra a Tanucci em que expõe as suas dúvidas sobre o futuro do embaixador português, exprimindo o seu pressentimento de que a reação do governo português seria nefasta, dada a proximidade de Pessanha à corte católica. “*Mas tudo crê que Silva venha a*

---

<sup>812</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 20-03-1762.

<sup>813</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario 1762-1763*, a cura di S. LOLLINI, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1990, p.12.

<sup>814</sup> TANUCCI, 1990, op.cit.p.56.

<sup>815</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 23-03-1762.

*perder a liberdade e talvez a vida em Lisboa, onde cometem o erro de tê-lo como traidor. É este o usual destino de todos os portugueses que deram provas do seu talento nas cortes estrangeiras e que tem adquirido a estima da nação junto da qual se representam.*”<sup>816</sup>

Na semana seguinte, Michele Pignatelli torna a salientar, noutra cifra, a sua compaixão por Silva Pessanha e pela esposa napolitana, Leonor Spinelli. *“Parece que Silva está ciente do cativo se vier a Lisboa, todos o choram e eu mais do que os outros, parecendo-me inevitável a sua perdição, tenho pena da pobre sua mulher.*”<sup>817</sup>

No dia 13 de abril ainda existia incerteza em relação a uma possível invasão espanhola e embora os portugueses não desejassem entrar em guerra, havia que tomar as precauções necessárias e reunir todas as tropas disponíveis. Nesta data, Pignatelli conta, (através de uma cifra) que Lisboa estava praticamente desprovida de forças militares. Na capital restava apenas um único regimento para proceder à vigilância do palácio, estando os restantes em preparação, tendo sido reunidos em dois campos de força fora da cidade de Lisboa.<sup>818</sup>

Ainda em abril de 1762, as dúvidas persistentes dissipam-se, quando um grupo de 1800 militares de Espanha entra em território português pela fronteira de Trás-os-Montes. Às forças invasoras logo se renderam a tropas portuguesas estacionadas em Miranda do Douro, Bragança e Chaves.<sup>819</sup> A notícia da incursão armada chega a Nápoles pelo ofício redigido por Pignatelli em 20 de abril.<sup>820</sup>

Com o início do ataque espanhol a Portugal, as preocupações de Pignatelli aumentam, tornando-se a sua situação em Lisboa menos confortável, embora Nápoles se mantivesse como estado neutral face ao confronto. Em Portugal, a imparcialidade de Pignatelli era no entanto, considerada fictícia, segundo o próprio mencionava: *“A minha conduta em factos e em palavras é aquela que convém a um representante de uma potência*

---

<sup>816</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 11-05-1762.

<sup>817</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci de 18-05-1762.

<sup>818</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 13-04-1762.

<sup>819</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalves, *D. José na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, p.196.

<sup>820</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 20-04-1762.

*neutral...por agora, recebo da corte e do Ministério a habitual sutileza, mas todos os outros me evitam.*”<sup>821</sup>

O ofício secreto de 27 de abril de 1762 dirigido a Tanucci, prova que a posição de Pignatelli não era isenta nem indiferente às vontades do rei Católico, revelando a sua cifra a espionagem que executava:

*“O Rei católico ordenou que se entregasse na minha mão a cifra do seu Embaixador, por um meio que levasse ao Sr. Wall as notícias que possam interessar-lhe. Para evitar qualquer suspeita desta corte que no dobrado de V. Excelência anexei o fôlio em números de Madrid. Assim não serei acusado de intrigas pelas cifras que escrevo para a minha corte.*”<sup>822</sup>

Informado da declaração de guerra entre espanhóis e ingleses no início de 1762, Aires de Sá e Melo não sabia, contudo, qual a posição portuguesa face ao conflito. Residia em Nápoles, onde grassava ainda uma grande incerteza acerca da veracidade destes acontecimentos. Não obstante a situação descrita, Tanucci assegura ao ministro português que aquele reino tomaria uma posição neutra caso tudo fosse confirmado.<sup>823</sup>

As certezas de Portugal tomar o partido inglês começaram a vincar-se quando o ministro inglês em Nápoles informa Aires de Sá sobre a probabilidade de Portugal ser invadido por tropas espanholas, o que suscitara o pedido de auxílio português à Inglaterra.<sup>824</sup> Como já foi referido, a notícia da entrada das tropas espanholas em território português chega a Nápoles em 20 de Abril de 1762, sendo relatada da seguinte forma: *“quase todas as cartas de Espanha trazem neste correio, que S.M. Católica ordenara às suas tropas, que entrassem em Portugal deixando ao arbítrio de El Rei N. Senhor recebê-las como amigos ou como inimigos, pois até agora não tinha vindo de Lisboa resposta clara, e decisiva às proposições feitas de Madrid.*”<sup>825</sup>

Como era costume, Aires de Sá continuou, neste período controverso, a comparecer na corte napolitana e nas reuniões em casa do Marquês Tanucci. Numa dessas ocasiões, o ministro de Nápoles revela ao diplomata português as suas dúvidas sobre o estado das

---

<sup>821</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 23-04-1762.

<sup>822</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 27-04-1762.

<sup>823</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 19-01-1762.

<sup>824</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 02-02-1762.

<sup>825</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-04-1762.

relações entre Portugal e Nápoles face à guerra em curso com Espanha, não deixando de realçar a sua compreensão pela submissão de Portugal aos interesses britânicos.<sup>826</sup>

Em maio, Tanucci pede a Aires de Sá informações sobre a melhor forma de, naquele tempo de guerra, fazer chegar correspondência a D. Luís da Cunha, por ser impossível o correio de Nápoles seguir pela via espanhola, até então a mais usual. O diplomata português indicou-lhe Londres como o melhor itinerário para a correspondência expedida de Nápoles chegar a Lisboa.<sup>827</sup>

Ainda em maio de 1762, o embaixador de Espanha, José Torrero é coagido a abandonar Lisboa, aguardando em Estremoz a chegada do embaixador português José da Silva Pessanha, proveniente de Madrid, crendo que só assim seria restituído à sua pátria em segurança. Neste mesmo ofício, Pignatelli informa da chegada a Portugal de um contingente militar irlandês com 2200 homens, segundo o diplomata muito diferentes dos soldados portugueses, por serem de “*belíssima aparência, muito bem vestidos, armados e disciplinados.*”<sup>828</sup>

Oficializada a guerra entre os dois reinos da Península Ibérica em maio de 1762, nos meses antecedentes a posição portuguesa parecia ainda incerta. Ao informar o rei de Espanha das notícias que obtinha de Lisboa, no mês de fevereiro de 1762 Tanucci não discernia se haveria mesmo guerra, porque, escrevia, “Lisboa ou finge ou conspira na ficção com Londres para enganar e adormecer a Espanha, ou é verdadeira e sincera a conduta de Lisboa contrária à mira da Inglaterra. Silva é a mascara desta ficção.”<sup>829</sup>

Em junho, a cavalaria inglesa “*vem animar a coragem dos portugueses*”.<sup>830</sup> Com o auxílio das tropas britânicas os combatentes nacionais reforçam o seu ânimo. Sentimento que se intensificou com a chegada a Lisboa, no dia 3 de julho, de oficiais alemães chefiados por Guilherme de Schaumbourg Conde de Lippe, o novo Marechal General e diretor de armas do exército português. “Através da sua vinda ganhava corpo,

---

<sup>826</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel de 20-04-1762.

<sup>827</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel de 25-05-1762.

<sup>828</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 11-05-1762.

<sup>829</sup> TANUCCI, 1990, op.cit. p.556.

<sup>830</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 04-06-1762.

um dos apoios mais relevantes que a Inglaterra ia fornecer a Portugal contra as forças invasoras.”<sup>831</sup>

Segundo o ministro plenipotenciário napolitano, a ajuda inglesa não se limitava à fortificação militar de Portugal, informando numa das suas cifras que “*algumas cartas de Londres dizem que se enviará aqui um subsídio de quatrocentas mil libras esterlinas*”, num momento em que a guerra já fazia sentir no reino e os efeitos da fome na capital.<sup>832</sup>

Em Nápoles Tanucci lamenta o corte de relações entre as cortes ibéricas, ao mesmo tempo que incentiva o seu representante em Lisboa a seguir as disposições do rei de Espanha.<sup>833</sup> Pignatelli cumpria o seu papel e colocava Tanucci a par de tudo o que sabia sobre a guerra. Em agosto de 1762 expôs mais uma vez a situação bélica, revelando que os exércitos portugueses e ingleses se encontravam em quartéis separados. Pormenorizando: Os portugueses estão estabelecidos em Abrantes e os ingleses em Tomar, “*atendendo à discórdia que agora reina entre estas duas nações... O exército agora tem falta de tudo, e sofre contínuas indisposições. A corte não sabe de onde tirar dinheiro: todas as esperanças estão sobre a frota do Rio, que dizem chegar no mês de setembro, mas não se deixa de recrutar gente e de manda-la para o campo.*”<sup>834</sup>

Neste mesmo ofício, o diplomata napolitano desvenda a estratégia adotada no envio desta cifra: remeteria a carta pela via de Londres, para desviar as suspeitas de espionagem que recaiam sobre ele, justificando a tática seguida: “*poderá resguardar-me, já que constantemente dizem: O que faz aqui o Ministro de Nápoles senão a espionagem para a sua corte e para aquela de Madrid?*”<sup>835</sup>

Naquele verão, a miséria, a fome e as doenças provocavam um descontentamento geral no país e a guerra originava boatos sobre o governo de Portugal. Um deles motiva Pignatelli a escrever que o Conde de Oeiras se encontrava em grande angústia e que até

---

<sup>831</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit, p.197.

<sup>832</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci ofício, de 09-06-1762.

<sup>833</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci ofício, de 15-06-1762.

<sup>834</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 13-08-1762.

<sup>835</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 13-08-1762

“caiu já em desgraça do Rei”.<sup>836</sup> Informação que desmente pouco tempo depois, assegurando que Carvalho e Melo continuava a exercer as suas funções.<sup>837</sup>

Entre setembro e outubro Pignatelli vai contando, por cifra, o que sabia sobre a estratégia militar do Conde de Lippe. Segundo o napolitano, o Marechal tinha o plano de invadir a Espanha pela Estremadura.<sup>838</sup> E, como se não bastasse a ocupação da praça de Almeida pelos espanhóis – que obrigara à retirada do exército inglês daquela fortificação –, circulava a notícia de os militares portugueses morrerem em grande número, “não pelo confronto com o inimigo, mas pelo desconforto e pela fome tendo estado dois dias sem pão”.<sup>839</sup>

O principal obstáculo ao bom funcionamento do trabalho militar, sob chefia do Conde de Lippe, advinha de fatores financeiros e socioculturais. Por um lado, Portugal não tinha fundos para alimentar convenientemente o exército ou para pagar salários condignos; por outro, os militares portugueses padeciam de uma enorme falta de regras e disciplina. “O Conde de Lippe permanece em grandíssima angustia pelo inimigo que avança, e vê a sua armada incapaz de disciplina, mal nutrida, mal vestida, não paga.”<sup>840</sup> No que concerne às medidas tomadas pelo poder central para tentar diminuir os efeitos de tal degradação, Pignatelli somente noticia para Nápoles, que Carvalho e Melo se deslocou pessoalmente ao quartel general de Abrantes a fim de processar muita da nobreza militar, que culpabilizava pelo atual estado da situação.<sup>841</sup>

Em setembro de 1762, Tanucci escreve de Nápoles ao rei de Espanha sobre Aires de Sá, afirmando: “está até agora tranquilo, comparece pouco em Portici não o tenho mesmo visto.”<sup>842</sup> A atitude insegura do ministro plenipotenciário português era notória. Mesmo quando é informado pelo diplomata inglês, James Gray, sobre o acordo de paz entre as cortes beligerantes mostra-se indeciso sobre como havia de agir perante as novidades. As suas inquietações deviam-se ao facto de não ter ordens expressas de Lisboa.<sup>843</sup>

---

<sup>836</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 28-08-1762.

<sup>837</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 05-09-1762.

<sup>838</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 08-09-1762.

<sup>839</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 19-09-1762.

<sup>840</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 01-10-1762.

<sup>841</sup> Idem, *ibidem*

<sup>842</sup> TANUCCI, 1990, op.cit.p.418.

<sup>843</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-12-1762.

“Os preliminares da paz foram assinados em 3 de novembro de 1762.”<sup>844</sup> Seis dias depois, o diplomata napolitano certificava a Bernardo Tanucci a possibilidade de ser alcançado um cessar-fogo definitivo, e alude aos novos receios do Conde de Oeiras em relação aos custos da paz para Portugal. “*Carvalho, no entanto, deseja-a, mas não gostaria que fosse toda por obra dos ingleses, porque prevê quanto custará, gostaria de fazer valer sobre Portugal a qualidade de defensor e de pacificador.*”<sup>845</sup>

Embora fosse inegável o desgaste e a pobreza do exército português e as dificuldades enfrentadas durante a invasão espanhola, Portugal conseguiu – quase totalmente graças aos aliados ingleses – vencer o conflito. Pignatelli não entendia este desfecho: “*Não há pessoa no mundo nem haverá, que entenda o andamento das armas espanholas. Uma armada formidável, bem paga, assistida de tudo, perde o tempo nos confins, se avança retrocede inutilmente em duas províncias abertas.*”<sup>846</sup>

Esta inconstância do invasor que mudava frequentemente de frente de ataque – primeiro pelo norte de Portugal e, depois pela linha do Tejo – e de objetivos militares, colocou o lado português em vantagem: o maior número de homens do lado franco-espanhol não foi suficiente e faltou um plano estratégico mais seguro.<sup>847</sup> Foi então, tornando-se cada vez mais evidente que “as forças ocupantes não só tinham dispersado, como eram atingidas por inúmeras deserções.”<sup>848</sup> Em novembro as forças espanholas abandonaram Portugal.

Com o final do conflito iminente iniciaram-se as reivindicações inglesas sobre Portugal. Sobre este assunto é esclarecedora a cifra de Pignatelli datada de 15 de dezembro de 1762: “*Prevêem-se grandes debates entre esta corte e Londres, quanto ao comércio e privilégios da nação inglesa. Para este efeito virá um Embaixador Extraordinário, aqui é onde Carvalho terá oportunidade de pôr em obra todos os seus talentos para evitar ou a maior escravidão da sua nação ou uma rotura, ou a sua particular ruína.*”<sup>849</sup>

---

<sup>844</sup> MACEDO, 2006, op.cit.p. 311.

<sup>845</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 9-11-1762.

<sup>846</sup> Idem, *ibidem*

<sup>847</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit, p.196.

<sup>848</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit, p.198.

<sup>849</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 15-12-1762.

Dias depois o diplomata napolitano reportava o teor de certos boatos sobre os objetivos britânicos: “Começam já os ingleses a falar das suas pretensões: querem abolir a companhia de Pernambuco e aquela do vinho do Porto como prejudiciais à liberdade de comércio. Se for abolida a Companhia do vinho perde Carvalho um quarto das moedas de ouro que como instituidor e protetor dessa exige.”<sup>850</sup>

A guerra em Portugal chegara ao fim e poucos meses depois terminaria o grande confronto europeu da Guerra dos Sete Anos, que esteve na origem desta guerra ibérica. A paz foi firmada pelo Tratado de Paris assinado em 10 de fevereiro, que, contando com a participação portuguesa, oficializou o fim da guerra marítima e colonial e pelo Tratado de Hubertsburgo, assinado pela Áustria, pela Prússia e pela Saxónia em 15 de fevereiro de 1763.<sup>851</sup>

Findo o conflito, chegou o momento de os portugueses encararem os efeitos da guerra. Os meses seguintes implicaram a realização de algumas reformas, na tentativa de reparar os danos económicos causados pelo confronto ibérico. O imposto da Décima militar foi o recurso escolhido por Pombal para minimizar a situação. “As coisas aqui estão tranquilas...mas muito turvas pela guerra interna que é a exigência do grande peso da Décima da qual todos amargamente se queixam.”<sup>852</sup>

Em março de 1763, os reis fidelíssimos garantem a Pignatelli que estão em harmonia com a casa real espanhola, “O Rei e a Rainha com excesso de prazer me disseram que foi inteiramente feita a paz. A benignidade e franqueza com que me honra o Rei Fidelíssimo, apropriadamente colocando para trás as diferenças passadas fazem-me supor que no seu coração esteja verdadeiramente reconciliado com a Espanha. Sua majestade a Rainha já se corresponde com o Rei Católico, isso é certo.”<sup>853</sup>

Resolvida há mais de uma década a Guerra Fantástica e, em 1773, a questão da supressão da Companhia de Jesus, as atenções da política externa portuguesa centram-se no Brasil, por Carvalho e Melo ter sabido da pretensão espanhola de reunir e enviar tropas para a América do Sul. Por cautela, Lisboa começa a precaver-se militarmente,

---

<sup>850</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-12-1762.

<sup>851</sup> BLACK, Jeremy, *From Louis XIV to Napoleon: the fate of a great power*, London, UCL Press, 1999, p.114.

<sup>852</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de, de 22-02-1763.

<sup>853</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de, de 08-03-1763.

mandando deslocar tropas do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, reforçando o exército em Santa Catarina e encaminhando tropas dos Açores para o Rio de Janeiro.<sup>854</sup>

A disputa entre Portugal e Espanha pelos territórios que delimitavam as fronteiras da região do rio da Prata alongava-se já desde 1763 e só terminaria em outubro de 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Neste contexto, importa analisar a informação que o representante napolitano em Lisboa obteve sobre esta pendência ibérica.

Em 5 de Abril de 1774, Niccola Piansante, secretário da legação de Nápoles em Lisboa – temporariamente seu responsável por ausência de ministro plenipotenciário – reporta o envio de algumas tropas para o Rio de Janeiro, não se inibindo de assegurar a Tanucci que esta expedição militar se destinava a “*fazer frente aos espanhóis*”.<sup>855</sup> Meses mais tarde parece-lhe inevitável a rotura de Portugal com Espanha, por causa das desavenças na América,<sup>856</sup> além do contínuo movimento de tropas firmarem ainda mais essa probabilidade. Em setembro, o envio de militares para o Algarve, onde embarcariam para o Rio de Janeiro, constituiu mais uma manobra de precaução, caso a rotura com a Espanha se concretizasse.<sup>857</sup>

Na metrópole começava também a ser notória a preparação de uma defesa nacional que fizesse frente a um ataque espanhol. Nesse mesmo mês de setembro, Piansante informava Tanucci que estavam a ser organizados todos os regimentos militares do reino de Portugal.<sup>858</sup> Porém, decorre um ano sem que se quebrem as relações entre as cortes ibéricas: no Brasil os movimentos armados mantinham-se, mas não tinham afetado, até então, a paz na Europa. Não obstante o incessante sentimento da iminência de um confronto em território ibérico.<sup>859</sup>

Em 1776, Piansante alude a uma proposta direcionada pela diplomacia portuguesa em França ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Luís XVI, Charles Gravier de Vergennes, para favorecer a mediação da corte francesa com vista ao fim dos confrontos

---

<sup>854</sup> MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal, Lisboa*, Editorial Presença, 2001, p.155.

<sup>855</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 05-04-1774.

<sup>856</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 28-06-1774.

<sup>857</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 13-09-1774.

<sup>858</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 20-09-1774.

<sup>859</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 03-10-1775.

luso-espanhóis no Brasil: *“Chegou um correio expedido para este Primeiro-ministro, do Embaixador que reside em Paris, e se assegura por qualquer um, com o objetivo de comunicar-lhe a observação feita ao Sr. Vergennes à oferecida satisfação para compor as diferenças do Brasil com a corte de Espanha.”*<sup>860</sup>

No mês seguinte (julho de 1776), os esforços para estabelecer a paz no Brasil continuavam e Piansante escreve uma cifra a Tanucci, em que revela a realização de uma longa conferência entre Pombal, o enviado de Inglaterra e o embaixador de França sobre os assuntos do Brasil. *“Acredita-se que o seu grande objetivo seja o de persuadir a Espanha de que as hostilidades começadas são contrárias às intenções de S.M Fidelíssima.”*<sup>861</sup>

O desagrado da corte católica com o que se passava no Brasil aumentava e, segundo Piansante, as disposições militares em todos os portos espanhóis continuavam. Em Portugal cresciam também os receios de um ataque do país vizinho, que Pombal queria a todo o custo evitar: *“Muito se aplicou e trabalhou o Sr. Marquês nos dias de sexta, sábado e domingo seguintes e, como resultado, fez à noite partir um correio de volta para Madrid com toda a diligência, e se crê com novas proposições, e ofertas a fim de evitar aquela rotura que hoje se teme.”*<sup>862</sup> Esta questiúncula ibérica continuaria por mais um ano, ultrapassando a estada de Piansante na corte de Lisboa, de modo que a resolução desta pendência seria acompanhada pelo Príncipe de Raffadalli, sucessor de Piansante à frente da legação de Nápoles na capital portuguesa.

Como já se verificou, durante a missão de Niccola Piansante a discórdia entre portugueses e espanhóis por causa do Brasil não tinha ainda encontrado um consenso favorável às duas partes. Ainda em 1776, chegavam de Tanucci ordens expressas para que, em caso de guerra na península, Raffadali agisse da mesma forma que o seu predecessor, o Conde de Pignatelli durante a Guerra Fantástica.<sup>863</sup> Seguir o exemplo da conduta de Pignatelli durante o confronto da década anterior significava adotar o papel de espião ao serviço de Espanha. As dúvidas sobre que função teria o ministro plenipotenciário de Nápoles caso a guerra fosse declarada, acabam quando Raffadali

---

<sup>860</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 18-06-1776.

<sup>861</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 16-04-1776.

<sup>862</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 06-08-1776.

<sup>863</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Bernrdo Tanucci, de 15-10-1776.

fica a saber que o rei católico ordenara que fizessem chegar ao diplomata napolitano as intenções régias, sobre como deveria agir. Numa carta a Tanucci, Raffadali revela as diretrizes que o rei de Espanha lhe transmitira: “ *verificando-se a guerra entre esta corte e aquela de Lisboa, como sucedeu no tempo do conde Pignatelli, não podendo eu escrever mesmo em cifra ao Sr. Marquês de Grimaldi, o deverei praticar pelo canal do supracitado Embaixador (embaixador de Nápoles em Madrid) o qual depois informará o sobredito Ministro de todo o conteúdo das minhas cifras.*”<sup>864</sup>

No entanto, esta estratégia diplomática entre Nápoles e Espanha nunca chegou a ser posta em prática. Os confrontos no Brasil terminaram no ano seguinte de 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso que restituiu a ilha de Santa Catarina aos portugueses, em consequência da agregação dos territórios da colônia do Sacramento pelos espanhóis.

#### ***4.4. As Relações Comerciais Portugal-Nápoles.***

Partindo primeiramente para um breve quadro geral das relações luso-italianas no século XVIII, e apoiando as afirmações que se seguem nos escritos deixados, em 1822, pelo autor viajante Adriano Balbi, as primeiras ligações comerciais entre portugueses e italianos foram estabelecidas com Génova, o principal parceiro comercial com quem se efetuaram a maior parte dos negócios de mercadorias. Num segundo plano, apareciam também as trocas comerciais com Veneza, Nápoles e Liorne. Balbi destaca ainda que do sul de Itália vinham para Portugal, essencialmente, feijão, trigo e cevada, enquanto em contrapartida Portugal exportava para o sul italiano alguns dos seus produtos vindos dos territórios coloniais.<sup>865</sup>

Na realidade houve ainda durante o tempo de Pombal e graças à grande vontade do valido de D. José de se afastar da grande dependência e influência comercial inglesa, que aos poucos favoreceu uma abertura do comércio português a outras Nações. No final do século XVIII, não obstante a permanência do domínio comercial britânico,

---

<sup>864</sup> Idem, *ibidem*

<sup>865</sup> BALBI, Adriano, *Variétés Politiques et Statistiques de la Monarchie Portugaise*, Paris, Rey et Gravier, 1822, pp. 40-42.

Itália já era o terceiro destino das exportações de Portugal e o quarto a fornecer as importações, “ enquanto estas sofrem uma significativa redução em relação à Grã-Bretanha.”<sup>866</sup>

A Guerra Fantástica foi o grande foco de preocupação da missão do ministro napolitano Michele Pignatelli em Lisboa, não obstante ter recebido em Nápoles ordens expressas para encetar uma negociação que aproximasse comercialmente as duas cortes, um imperativo iniciado em 1761,mas que o conflito armado entre Portugal e Espanha veio interromper.

O trigo – cereal que abundava no Reino de Nápoles, especialmente nos territórios de Puglia, Sicília, Calabria e Nápoles<sup>867</sup> – foi a grande ‘arma’ comercial de Pignatelli em Lisboa. Contrariamente ao caso napolitano, Portugal registava no século XVIII algum défice na produção de trigo, cevada e centeio,<sup>868</sup> obrigando à importação destes bens agrícolas, vindos de várias partes, entre as quais do Reino de Nápoles.

No princípio dos anos 60, a intenção de Bernardo Tanucci, através da acção do seu ministro plenipotenciário, era tirar partido da carência de trigo em Portugal para aumentar a exportação de cereal, especialmente com origem na produção siciliana, “*em troca de géneros daqui*”.<sup>869</sup> Garantindo Pignatelli que o trigo napolitano seria bem-vindo em Lisboa porque era “*certamente tido aqui em grande estima*.”<sup>870</sup>

A intenção da corte de Nápoles em propor um acordo comercial parecia firme, considerando o diplomata napolitano que a ocasião era propícia a uma futura concordância comercial: “*Não há certamente tempo mais oportuno, nem circunstâncias mais apropriadas para lucrar muito no tráfico dos nossos géneros, e particularmente dos cereais, dos quais, aqui, de dia para dia cresce o preço*.”<sup>871</sup>

---

<sup>866</sup>CASSINO, Carmine, *Portugal e a Itália: Emigração, Nação e Memória (1800-1832)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2015, p.79.

<sup>867</sup> CIRILLO, Giuseppe, “Traffici Amalfitani nel Mediterraneo Moderno: Merci e Fluci Commerciali”, in Mirella Mafrić cura, *Rapporti Diplomatici e Scambi Commerciali nel Mediterraneo Moderno*, Università degli Studi di Salerno Rubbettino, 2004, p.231.

<sup>868</sup> SERRÃO, José Vicente, “A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?”, in Márcia Motta (org), *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2007, p.6.

<sup>869</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 29-12-1761.

<sup>870</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 29-12-1761.

<sup>871</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 30-03-1762.

Para Tanucci, o ideal seria firmar um tratado comercial fundado na troca do tabaco e da seda portuguesa pelo trigo napolitano. No entanto, na opinião de Pignatelli, tal negócio poderia não ser vantajoso porque, como o diplomata comunica para Nápoles, *“presentemente o tabaco aqui não só aumentou um pouco de preço correndo a 4.160 réis a arroba, mas aquele que permanece nesta alfândega é também de pouca qualidade. É verdade, no entanto, que as missões deste género da América são frequentes, e que quando o nosso tratado tiver o seu efeito, possa estar em melhores circunstâncias.* <sup>872</sup>

Perante a Guerra dos Sete anos, mesmo antes de Espanha e Portugal se verem envolvidos neste conflito, que opôs um reino ao outro, já existia por parte da corte de Nápoles alguma cautela no que respeita ao seu comércio externo. Segundo informou o diplomata português, José da Silva Pessanha, havia sido dada ordem real para que algumas naus de guerra napolitanas acompanhassem até aos portos de Cádiz, Lisboa e Londres outras naus mercantes, na prevenção de possíveis ataques durante o percurso.<sup>873</sup> Dois meses mais tarde, voltou a assinalar-se uma escolta feita por duas naus napolitanas a navios mercantes carregados de trigo, que tinham como destino os portos de Marselha, Barcelona, Alicante, Cartagena, Cádiz e Lisboa.<sup>874</sup> Pessanha refere-se sobretudo às embarcações de trigo napolitanas, destinadas ao mercado português, afirmando que os comerciantes ponderavam em fazer sair daquele porto os seus carregamentos, conforme as informações sobre variação dos preços que nesses destinos tinha tal mercadoria.<sup>875</sup> Outro fator que por vezes complicava a chegada dos produtos mercantes napolitanos a território português eram as frequentes doenças epidémicas, que no século XVIII apareciam, em qualquer parte. No mês de novembro de 1757, o diplomata português em Nápoles recebeu notícias de Espanha, que contavam sobre uma forte epidemia que se espalhara em Portugal, fato que provocou receios aos mercadores napolitanos ficando estes hesitantes em enviar navios de trigo e cevada a Lisboa.<sup>876</sup>

---

<sup>872</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 24-03-1762.

<sup>873</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 26-07-1757.

<sup>874</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 27-09-1757.

<sup>875</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 23-08-1757.

<sup>876</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 10-05-1757.

Quanto à oportunidade de um tratado comercial Portugal-Nápoles, o surgimento da guerra fez Tanucci vacilar, dada a fortíssima possibilidade de eclodir um confronto entre Portugal e a corte Católica, a quem este ministro de Nápoles prestava a maior das devoções. Pignatelli revela, claramente, o entrave à concretização do trato que a guerra poderia causar, sem, contudo, perder a esperança: *“Eu não duvido, que se porá, felizmente, fim a este digno projeto de permuta, porque convém e beneficia igualmente a ambas as partes, mas as nuvens estão a tornar-se mais densas, e as tropas que ameaçam e que V. Excelência já prevê, entre outros grandíssimos inconvenientes podem também levar a que se dificulte a execução.”*<sup>877</sup>

O avanço do conflito em território português contrariou as pretensões comerciais napolitanas, desde logo porque a própria interrupção do normal funcionamento dos correios impediu a prossecução do acordo, naquele momento.<sup>878</sup> Mas Michelle Pignatelli parecia não querer desistir, embora estivesse ciente dos obstáculos que poderiam surgir de Espanha por motivos bélicos, e da Inglaterra, no sentido de evitar a concorrência de um outro reino na venda dos cereais a Portugal: *“Tenho estado tentado a fazer qualquer prática para a passagem segura do nosso trigo para aqui, entendendo da carta de V. Excelência, que neste reino não abunda e que a Espanha não se queixará. Nós poderíamos fazer com que os Ingleses não se oponham: mas superei a tentação meditando sobre os eventos que a presente crise pode começar.”*<sup>879</sup>

Nos meses subsequentes não se encontram quaisquer menções ao almejado projeto comercial. O diplomata napolitano só torna a mencionar (uma última vez) a possibilidade de um tratado após a restituição da paz ibérica, em 1763, escrevendo a Tanucci ser a ocasião propícia para retomar as negociações sobre a troca do trigo por seda com Aires de Sá e Melo, representante diplomático de Portugal em Nápoles.<sup>880</sup>

Todavia, pela ausência de informações sobre a execução do pretendido tratado de comércio durante o resto da permanência de Pignatelli em Portugal, percebe-se que o projeto não teve continuidade. Os seus sucessores voltarão a falar sobre o assunto, não existindo, porém, na documentação da legação de Nápoles em Lisboa qualquer

---

<sup>877</sup> Idem, *ibidem*

<sup>878</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-05-1762.

<sup>879</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 25-05-1762.

<sup>880</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-01-1763.

testemunho comprovativo da efetiva realização do pacto, embora tanto esta documentação como a do consulado de Nápoles em Lisboa atestem a contínua entrada e comercialização do trigo das Duas Sicílias em terras portuguesas.

Considerando que entre 1767-1770 Portugal passou por uma grave crise agrícola – provocada “por más colheitas, escassez e alta vertiginosa dos preços”<sup>881</sup> – entende-se a atenção do ministro plenipotenciário de Nápoles às oportunidades de comércio do trigo das Duas Sicílias em Lisboa. Pelos seus ofícios podemos identificar as medidas tomadas a este respeito e a concorrência que a pretensão napolitana teve de enfrentar.

Quase dois meses após a sua chegada à capital portuguesa, em 1767, Vespasiano Macedonio ainda se mostrava reticente quanto a uma verdadeira a necessidade de importação de cereais estrangeiros pelos portugueses. A carência ainda não era notória e Tanucci acautelava a não tomar como garantida ou urgente a necessidade de trigo dos portugueses. *”Este reino não tem a necessidade que esse supõe, e aquele preço que na corrente estação principiava a crescer tem, a pouco e pouco, diminuído.”*<sup>882</sup>

Meses mais tarde já não existiam dúvidas acerca da falta de pão em Portugal: *“Nesta capital e reino a escassez de cereais, de que os preços aumentam consideravelmente de dia para dia.”*<sup>883</sup> Macedonio explica as aflições do governo português que, para além de enfrentar a falta interna, via dificultada a importação imediata da quantidade necessária de cereais originários da Sicília e da Grã-Bretanha, dada a morosidade das viagens entre destinos distantes. *“Permanece este governo em alguma agitação, muito mais que perdeu a esperança de ter cereais da Sicília, e não muito lhe é enviado da Inglaterra.”*<sup>884</sup>

Neste período, o Conde de Oeiras executa uma estratégia para controlar e gerir melhor o comércio dos cereais estrangeiros que chegavam a Lisboa. Em setembro de 1768, Vespasiano Macedonio apresenta à sua corte os planos de construção de um novo grande armazém na capital portuguesa para acondicionar os cereais provenientes do exterior, de modo a impedir que a mercadoria fosse levantada sem se pagar aos

---

<sup>881</sup> DURÃES, Margarida, “A Posse da Terra na Região Rural de Braga no Século XVIII”, in, *Ler História*, 43, 2002, p. 63.

<sup>882</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 31-03-1767.

<sup>883</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 10-11-1767.

<sup>884</sup> Idem, *ibidem*

comerciantes a totalidade da compra.<sup>885</sup> O diplomata de Nápoles referia-se ao edifício construído entre 1766-1768, a que se chamou Terreiro do Trigo. Segundo Macedonio, todos os negociantes de cereais deveriam transportar para o Terreiro do Trigo as suas mercadorias, não as podendo vender fora daquele recinto.<sup>886</sup>

A este projeto pombalino opuseram-se os ingleses, a pretexto de tal providência ir contra “o que fora disposto no Tratado de Comércio que lhes assegurava a liberdade de poderem vender os seus géneros em suas próprias casas e armazéns.”<sup>887</sup> Esta oposição dos ingleses acabou por prejudicar o projeto do ministro de D. José para controlar o comércio do trigo e controlar abusos passados, especialmente em fases de carência deste género. Inglaterra interferiu assim nos objetivos de Pombal, inviabilizando a sua concretização, como escrevia o diplomata napolitano: “visto que a Inglaterra não dá a extração, a França pode dar muito pouco pela escassez da sua coleção, e que o pouco que havia de Itália suponho já comprometido.”<sup>888</sup>

Macedonio suspeitava que, face à má vontade britânica, o governo português considerava a importação do trigo de Nápoles uma boa opção para combater a carência cerealífera: “Supõe-se que se pensa aqui fazer passar ofício primoroso à nossa corte a fim de obter do nosso reino alguma porção, mas até agora, a mim nada me foi dito.”<sup>889</sup> Na realidade, nenhum dos ofícios do diplomata napolitano certifica que tenha sido feito qualquer pedido pela corte portuguesa para amplificar a importação do trigo de Nápoles e da Sicília. O que se sabe é que o próprio Macedonio tomou a iniciativa de promover este cereal napolitano junto do governo de Lisboa: “Pressuposta a dificuldade de poder ver este Ministro em lugar ou tempo onde lhe poderei faze-lo saber da abundância de cereais da Sicília vou tentar aproveitar-me daquela abertura que posso ter ao encontrar-me em discurso com o seu irmão Sr. D. Paulo, que se deixa ver mais frequentemente.”<sup>890</sup>

---

<sup>885</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 06-09-1768.

<sup>886</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 13-09-1768.

<sup>887</sup> SANTARÉM, Visconde de, 1865, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, p.310.

<sup>888</sup> ASN, Esteri, Busta 922, ofício de 20-09-1768.

<sup>889</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>890</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 20-12-1768.

Em janeiro de 1769, a falta de pão em Portugal torna a evidenciar-se. Na opinião de Macedonio era a ocasião oportuna para Tanucci autorizar que se formalizasse uma oferta efetiva da exportação do trigo da Sicília para Lisboa.<sup>891</sup> O aval para a oferta comercial de Macedonio chegou no mês seguinte. O ministro napolitano ao conferenciar com o Conde de Oeiras *“lhe disse, que a fim de subtrair esta cidade e reino daquela tirania, a qual só em casos semelhantes subjugar a insaciável voracidade dos negociantes, me tinha S. Majestade ordenado de exhibir da Sicília toda aquela quantidade, de que pudessem aqui necessitar. Recebeu o Sr. Conde gentilmente esta oferta.”*<sup>892</sup>

Porém, no mesmo ofício em que declara a proposta feita a Carvalho e Melo, Macedonio demonstra-se reticente sobre o prosseguimento do ajuste comercial, reconhecendo que, caso os preços para o trigo siciliano se manifestassem elevados, somando-se-lhes as despesas de transporte e a demora do transporte até Lisboa, *“me persuado já, de não ser mais o tempo oportuno para fazer uma oferta.”*<sup>893</sup>

Não obstante Portugal se encontrar dependente da importação de cereais para responder àquela parte da procura que a oferta interna não conseguia cingir, o certo é que, segundo José Vicente Serrão, *“o país mantinha uma apreciável diversidade de fornecedores.”*<sup>894</sup> Uma conjectura que os ofícios do ministro de Nápoles ajudam a certificar quando referem a concorrência feita pelo trigo originário da Sardenha ou de Filadélfia, na América do Norte.<sup>895</sup>

Avançando cronologicamente para os anos de 1776 e 1777, verifica-se pelo trabalho daquele autor que, pelo menos nestes dois anos, Nápoles conseguiu ultrapassar a concorrência, tornando-se *“o principal vendedor de trigos a Portugal, com uma média de 35,4%.”*<sup>896</sup> Tal preferência havia sido também referida por Macedonio seis anos antes: *“O comércio de cereais com esta praça será sempre vivo porque é indispensável.”*

---

<sup>891</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 17-01-1769.

<sup>892</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 14-02-1769.

<sup>893</sup> Idem, *ibidem*

<sup>894</sup> SERRÃO, 2007, op.cit.p.16.

<sup>895</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 19-09-1769.

<sup>896</sup> SERRÃO, 2007, op.cit.p.16.

*Este da Sicília tem a preferência de modo que se acordou o tempo gasto para se poder aqui tê-lo quando a necessidade o exige.*<sup>897</sup>

A distância geográfica tornou-se o principal entrave ao crescimento do comércio dos cereais da Sicília na praça de Lisboa. Existia um claro receio por parte dos negociantes de que as morosas viagens até Portugal não permitissem a chegada atempada da mercadoria nos períodos de maior carência e tivessem, por esse motivo, de pagar indemnizações compensatórias. *“É verdade que outra vez tive a honra de dizer a V. Excelência que o trigo da Sicília é aqui preferido a todos os outros, mas também disse que a menos que a extração se permita em tempo próprio e seja esta praça advertida, os negociantes não sabem como resolver para dar comissão, porque a considerável distância lhes faz temer que não chegassem a tempo, porque temem ser obrigados a pagar.”*

Com o intuito de encontrar uma solução para o problema, Macedonio volta a defender que a melhor forma de garantir a continuidade no comércio do trigo seria com a assinatura de um tratado, que permitisse *“uma reciprocidade de câmbio de géneros com taxas de frete suaves, entre as duas nações”*.<sup>898</sup> Esta ideia não voltaria, porém, a ser referenciada pelo diplomata, ficando mais uma vez em suspenso a realização de um tratado comercial luso-napolitano.

Como já referido no capítulo anterior, o enfoque dos ofícios remetidos pelo cônsul Giuseppe Moreschi para Nápoles era o comércio do trigo das Duas Sicílias em Lisboa. A documentação analisada não aponta com exatidão o número de embarcações carregadas de trigo que aportaram em Lisboa entre 1750 e 1767. Mas as frequentes menções de Moreschi a este processo permitem aferir que o número de embarcações carregadas de trigo das Duas Sicílias com destino a Lisboa aumentou a partir de 1757.

Entre 1751 a 1757 pouco ou nada é mencionado nos ofícios de Moreschi sobre a comercialização do trigo napolitano em Portugal. A partir de 1757, o cônsul regista mais amiúde a comercialização do trigo oriundo da sua pátria. Este é, contudo, um processo oscilante que variava consoante o período do ano dependendo também das perspectivas de lucro, especialmente em épocas de acentuada escassez que justificassem

---

<sup>897</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci de 17-04-1770.

<sup>898</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 18-06-1771.

empreender uma viagem tão longa para vender este cereal em Lisboa. Assim sendo, a falta de pão – que se registava frequentemente em Portugal neste período – motivava os comerciantes a comprar trigo de países estrangeiros, como o das Duas Sicílias.

Ao analisar nos ofícios de Moreschi a década de 1757 a 1767, ano a ano, é possível deduzir os momentos em que a entrada do trigo das Duas Sicílias em Lisboa foi mais frequente e apontar as razões que mais suscitavam o seu transporte para a capital portuguesa. No ano de 1757, Moreschi regista a entrada de 24 embarcações carregadas de trigo vindo das Duas Sicílias entre maio e dezembro desse ano.<sup>899</sup> Saliente-se que o número de navios e a quantidade de trigo que aportava em Lisboa variava consoante os meses. Em outubro de 1757, o cônsul revela que *“desse nosso augustíssimo reino se aguarda aqui todos os dias vindos dessa capital de Nápoles, 15 navios mercantes com 75 tumulos de trigo.”*<sup>900</sup> Mas em dezembro do mesmo ano regista somente a entrada de um navio: *“A semana passada entrou um navio carregado de trigo, com a bandeira do nosso soberano, chamado Santa Virgem de Trapani, capitão Pascoal de Lucca com 6 tumulos.”*<sup>901</sup>

O mês de novembro de 1757 foi uma exceção, por (como salienta Moreschi) a carência de trigo em Portugal<sup>902</sup> incentivar a importação e inflacionar o preço deste produto cerealífero. No mês seguinte o cônsul alude ao lucro que o aumento do preço do trigo proporcionou a um comerciante siciliano. *“Se carece de trigo e cevada que vão aumentando...O capitão Pascoal de Lucca siciliano, que vindo com trigo, vendeu o seu bastimento por cerca de 7200 ducados.”*<sup>903</sup>

Como se referiu anteriormente, esta fonte consular não fornece uma contagem rigorosa do número de embarcações de trigo provenientes do reino de Nápoles. Porque Moreschi nem sempre indica o número de navios aportados a Lisboa ou a quantidade de trigo que transportavam. O ano de 1758 exemplifica bem esta situação. Em muitos casos o cônsul limita-se a informar Tanucci, de que *“entram alguns navios de trigo desse*

---

<sup>899</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 03-05-1757, 12-07-1757, 04-10-1757 e 20-12-1757.

<sup>900</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 04-10-1757.

<sup>901</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 20-12-1757.

<sup>902</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 13-11-1757.

<sup>903</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 13-12-1757.

reino”,<sup>904</sup> sem indicar a dimensão da frota nem a quantidade de mercadoria. Constatase, porém, que o ano de 1758 não diferiu muito do anterior: o trigo napolitano entrou com alguma frequência, sendo em várias ocasiões o reino que mais exportava trigo para Portugal. “*Entraram mais navios esta semana, entre os quais, 30 tumulos de trigo de Espanha, Liorne e, a maior parte, desse augustíssimo reino.*”<sup>905</sup>

Ainda que não seja possível apontar um quantitativo concreto, pode apurar-se a entrada de embarcações napolitanas nos meses de fevereiro, abril e maio de 1758.<sup>906</sup> A irregularidade com que se verificava a falta ou abundância de trigo em Portugal alterava frequentemente o seu preço. Entre maio e julho de 1758, a reiterada importação de trigo determinou uma diminuição dos preços “*Entram 42 navios, desse reino e da Campânia... Tal género baixou muito o preço.*”<sup>907</sup> Em julho, a situação continuava a ser desfavorável aos negociantes de trigo. “*Tem entrado alguns navios de trigo, este género baixou muito o preço.*”<sup>908</sup> Mas em agosto, o cenário de fatura parece mudar radicalmente, revelando Moreschi a Tanucci que Lisboa temia por se avizinhar um ano de fraca colheita.<sup>909</sup>

Em 1759, a entrada do trigo de Nápoles no porto de Lisboa manteve-se regular, mas (mais uma vez) Moreschi não refere nos seus ofícios para Tanucci o número preciso de navios de trigo que aportavam. Em janeiro desse ano de 1759 apenas anotou que “*entraram bastantes navios de trigo desse reino e de outras partes.*”<sup>910</sup> A mesma indicação prestou sobre os meses de fevereiro, março e junho.<sup>911</sup> No ano seguinte, o cônsul não menciona qualquer chegada de trigo vindo das Duas Sicílias, antes de setembro.<sup>912</sup> E até ao final de 1760 não anuncia qualquer carregamento.

---

<sup>904</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 07-02-1758.

<sup>905</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 12-04-1758.

<sup>906</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 7 -02-1758, 12 -04-1758 e 23-05-1758.

<sup>907</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 30-05-1758.

<sup>908</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 11-07-1758.

<sup>909</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 01-08-1758.

<sup>910</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 02-01-1759.

<sup>911</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 06-02-1759, 13-03-1758 e 12-06-1759.

<sup>912</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 16-09-1760.

Em 1761 regista-se a mesma pouca afluência do trigo: Moreschi não acusa a introdução de trigo napolitano em Lisboa. Mas, a partir de maio de 1762, a situação parece mudar novamente, com a entrada de trigo de Nápoles e da Sicília nos meses de maio, junho e julho.<sup>913</sup> No ano de 1763, a chegada de trigo ocorre em janeiro, março e julho.<sup>914</sup>

Do verão de 1763 a finais de outubro de 1764 não se registam entradas de trigo napolitano em Lisboa. Neste ponto assinala-se que 1764 foi o ano da grande fome de Nápoles que, provocada pela falta de cereais, causou em poucos meses uma gravíssima taxa de mortalidade.<sup>915</sup> A fome de Nápoles é a razão óbvia para não se registarem importações de trigo das Duas Sicílias durante a maior parte desse ano. Estranhamente, nos ofícios que redigiu a Tanucci nesse período, Moreschi nada menciona sobre a tragédia que estava a devastar o seu Reino.

Nos meses de março e abril de 1765, a situação parecia já normalizada.<sup>916</sup> Reportando o cônsul a chegada de trigo a Lisboa nesses dois meses. No verão de 1765 também se espera o trigo de Nápoles e da Sicília, sendo fracamente notório em julho e agosto o desejo pela chegada desse cereal.<sup>917</sup> A partir de 1766, as referências ao desembarque do trigo das Duas Sicílias em Lisboa desaparecem dos ofícios. No entanto, não é possível decifrar pela documentação consular analisada se esta ausência de informação se deve a um decréscimo na comercialização do trigo napolitano a partir de agosto 1766, ou se é causada apenas pela manifesta decadência e fraco estado de saúde de Moreschi entre 1766 e a data da sua morte, em dezembro de 1767.<sup>918</sup>

Embora nas fontes diplomáticas não existam, para o período em estudo (1750-1777), dados suficientemente intensos sobre o comércio entre Portugal e Nápoles, levando-nos a parca informação assimilada a crer, que fora a comercialização dos cereais da Sicília em Portugal (sendo até essa oscilante e por vezes nula), as relações comerciais diretas entre os dois reinos foram diminutas. Porém, o cenário apresentado por Miguel Dantas

---

<sup>913</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, ofícios de de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 04-05-1762, 27-06-1762, 29-07-1762.

<sup>914</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, ofícios de 11-01-1763, 22, 03-1763 e 19-07-1763.

<sup>915</sup> MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, Ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967, p.55.

<sup>916</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 05-03-1765 e 30-04-1765.

<sup>917</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 23-07-1765 e 20-08-1765.

<sup>918</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 05-01-1768.

da Cruz demonstra uma ideia da preocupação diplomática em melhorar este cenário, algumas décadas após o fim do período pombalino. Segundo este autor, que cita uma fonte diplomática (ANTT ANTT, MNE, Livro. 611. fl. 20.) “O mediterrâneo voltará a ter uma atenção muito especial em 1809, quando D. Rodrigo Sousa Coutinho, pediu a João Pedro Quin, novo encarregado de negócios em Nápoles, para «*renovar todas as Relações Políticas e Comerciais, que sempre tiveram lugar entre as Coroas de Portugal, e de S.S. M.M. Sicilianas*».<sup>919</sup>Tal como no tempo de Pombal, em 1809 o interesse comercial existente entre os dois reinos parecia centrar-se essencialmente na importação portuguesa do trigo vindo da Sicília, “agindo a diplomacia portuguesa sobretudo como canal oficial de ligação entre a corte napolitana e os mercadores lusos que desejavam extrair cereais daquela ilha.”<sup>920</sup>No início de oitocentos permanecia um problema que condicionava o aumento do comércio entre Portugal e a Itália em geral, relacionado com a perda de grande parte dos lucros serem desembolsadas nos elevados custos do transporte das mercadorias, “quase sempre realizados por navios de diferentes países”.<sup>921</sup>

Na observação que Moreschi faz a Bernardo Tanucci sobre a entrada do trigo napolitano na cidade de Lisboa – que constituía a maior ligação comercial entre os dois reinos – deve considerar-se que, não obstante a importância crucial deste negócio, existiam outras movimentações ou pendências portuárias entre Portugal e Nápoles, que mereceram a atenção do consulado napolitano em Lisboa.

Moreschi informava Tanucci sobre navios de bandeira napolitana que aportavam e partiam de Lisboa e de outros portos portugueses, especificando, por vezes, o motivo da sua escala em território português, outras vezes referindo apenas o nome dos navios e dos respetivos capitães, como faz no ofício de 15 de novembro de 1757: “*Entraram alguns navios de vários países e estando amanhã tempo favorável sairá o dessa real bandeira do capitão Aniello Roggiero.*”<sup>922</sup> Parecia ser incumbência do cônsul zelar pela

---

<sup>919</sup> CRUZ, Miguel Alexandre Dantas da, *Portugal Perante o Sistema Internacional Dos Finais do Século XVIII – 1792-1807*. Dissertação de mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, ISCTE, Academia Militar, 2008, p.70.

<sup>920</sup> Idem, *ibidem*, p.68.

<sup>921</sup> CRUZ, Miguel Dantas da, “The diversification of Portugal’s commercial relations in the late eighteenth century: between discourse and praxis”, in *e-Journal of Portuguese History*, Vol.10, nº1, 2012, pp.45.

<sup>922</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci de 15-11-1757.

segurança e auxiliar (no que fosse necessário) as embarcações chegadas da sua Nação. Escrevendo sobre um navio napolitano ancorado em Peniche: *“passei ordem a pessoa da minha confiança para que lhe assista em tudo o que lhe for preciso e que recupere o que se puder recuperar.”*<sup>923</sup> Verifica-se ainda que, por vezes, os navios de bandeira napolitana provenientes de outros destinos tinham urgência em aportar à costa portuguesa para se restabelecerem de qualquer dano sofrido durante a jornada. *“Entrou chegado de Londres o navio chamado O Rei da Duas Sicílias, para se consertar de alguns danos que sofreu... o capitão é siciliano com a bandeira de S.M. nosso senhor.”*<sup>924</sup>

Uns meses após este episódio, Moreschi torna a solucionar uma situação semelhante, desta vez, em socorro de um navio napolitano que, provindo de Londres, foi forçado a atracar em Peniche: *“Como é lugar muito arriscado se desembarcou 20 pessoas...logo os despachei pedindo ali que o assistissem de tudo o que necessitasse.”*<sup>925</sup> O porto de Cascais também serviu de ancoradouro aos barcos de Nápoles. *“Há alguns dias entrou em Cascais um navio napolitano do Capitão Francesco Balsamo com a sua polaca Santíssima Nunciatura.”*<sup>926</sup> Os navios auxiliados pelo Consulado eram, segundo revelam os ofícios, essencialmente mercantes e carregavam variadas mercadorias. *“Entrou também um navio napolitano de passas e sedas, chegado de mau tempo e muito mal tratado chamado a Santíssima Trindade da conta de D. Genaro Boris.”*<sup>927</sup> Num ofício de outubro de 1762, Moreschi assinala a entrada de embarcações carregadas de sabão e sal.<sup>928</sup>

A partir de janeiro de 1763, Moreschi envia periodicamente a Tanucci uma lista oficializada pelo governo português, em que constavam todos os navios que entravam e saíam de Lisboa, num determinado período. No dia 11 de Janeiro, Moreschi anexa ao seu ofício uma dessas listas, referenciando as entradas e saídas em Lisboa de todos os navios de 2 a 8 de janeiro, entre os quais se contava uma embarcação napolitana.<sup>929</sup>

---

<sup>923</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 28-11-1757.

<sup>924</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 01-01-1758.

<sup>925</sup> ASN, Esteri, Busta 2681, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 21-11-1758.

<sup>926</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 28-10-1762.

<sup>927</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 17-03-1761.

<sup>928</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 28-10-1762.

<sup>929</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 11-01-1763.

Através destas listagens remetidas por Moreschi, também é possível identificar os navios de negociantes estrangeiros que passavam por Lisboa depois de se terem abastecido de cereais nas Duas Sicílias. A lista contém os nomes dos navios, a sua nacionalidade, a carga transportada, o tempo de viagem já despendido e o destinatário da mercadoria carregada. Na lista anexa ao ofício de 7 de maio de 1765 são assinaladas duas embarcações dinamarquesas provenientes da Sicília: o navio *Morgenstern*, propriedade de *Hans Lorentzen*, saído da Sicília, há 48 dias com trigo e cevada para as firmas Cantello & Roncon e Frederico & António Stiesken & Comp e o navio *Maria*, de Peder Hansten, saído da Sicília, há 45 dias com trigo para José de Freitas Guimarães a Frederico & António Stiesken & Com.<sup>930</sup>

Estas listas reforçam a ideia da avultada quantidade de cereais que era exportada de Nápoles para Lisboa. Em 24 de setembro de 1765, Moreschi envia a Tanucci uma nova lista que certifica esta afirmação. “*Como V. Ex verá pela adjunta lista desta semana, dois de trigo e dois de cevada, desse reino e da Sicília.*”<sup>931</sup> O Cônsul refere-se à lista das entradas e saídas do porto de Lisboa de 15 a 21 de setembro de 1765, em que são referenciados o navio *N<sup>a</sup> Senhora de la Gracia*, de Andrea Piseuglich – saído da Sicília, há 53 dias com cevada destinado a Daniel Arthur e o navio *Concordia*, de Christian Hanssen Ablam, dinamarquês, que partira da Sicília há dois meses e meio, com trigo para Bandeira Bacigalupo & Connolly a Frederico & António Stiesken & Comp.

Num período posterior à época aqui em análise, mais concretamente a partir de 1815, os napolitanos tentam uma aproximação comercial mais estreita com Portugal firmada nos seus interesses relativamente ao mercado brasileiro, “coincidente de um lado com a fase de investimento e ampliação, pelo governo napolitano, da frota comercial nacional.”<sup>932</sup>

#### ***4.5. As Reformas Internas de Portugal e Nápoles***

No que concerne à informação política, não obstante os ofícios e cartas dos diplomatas constituírem (só por si) uma fonte informativa, devem examinar-se neste estudo os

---

<sup>930</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 07-05-1765.

<sup>931</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 24-09-1765.

<sup>932</sup> CASSINO, 2015, op.cit, p.88.

múltiplos breves e decretos públicos divulgados no reino de Nápoles –por vezes anexos à correspondência diplomática enviada para Lisboa – os quais mencionam algumas das reformas políticas desenvolvidas entre 1750 e 1777.

Alguns documentos políticos – resultantes das ações reformistas empreendidas nos reinos de Nápoles e de Portugal – foram difundidos pelos emissários diplomáticos, estudados nesta dissertação. Embora as reformas eclesiásticas beneficiem de um destaque evidente, os decretos analisados incidiam sobre variados sectores da vida pública portuguesa e napolitana.

Se a informação remetida pelos diplomatas portugueses sobre as medidas políticas tomadas no reino de Nápoles durante a vigência pombalina pode ser considerada abundante e profusa, mais congratulação merece o que a este respeito transmitiram os ministros de Nápoles acreditados em Lisboa no mesmo período. Dado o número de breves e decretos públicos, e de Leis e Alvarás emitidos pelo governo português entre 1753-1777 – que eram despachados como anexos à correspondência dos diplomatas napolitanos – ser superior ao registado pelos ministros de Portugal em Nápoles.

As fontes permitem concluir que se verificou uma progressão no envio dos decretos coincidente com o aumento do poder de Sebastião José de Carvalho e Melo – simultânea ao curso das reformas políticas e, possivelmente, ao crescimento do interesse napolitano pelos acontecimentos ocorridos em Portugal.

Antes de 1755 poucos ou nenhuns decretos públicos foram enviados para Nápoles por via diplomática. Após o grande choque suscitado pelo Terramoto muitas mudanças se operam no quadro político português, desencadeando (como defende José Subtil) um “terramoto político”.<sup>933</sup> Apoiando-se, ou não, a teoria de que o pombalismo impôs reformas inéditas – resultantes do aumento da esfera interventiva do Estado – pode assegurar-se que existiu, de facto, uma reestruturação em quase todas as áreas da vida pública portuguesa. Fossem elas introdutoras ou (como defende Nuno Gonçalo Monteiro) inspiradas em conceções produzida durante o século XVII.<sup>934</sup>

Os novos parâmetros do paradigma político português já eram óbvios no verão de 1756. Em agosto, o ministro napolitano em Lisboa, Carlos de Guevara, retrata um episódio

---

<sup>933</sup> SUBTIL, José, *Terramoto Político (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006.

<sup>934</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit.p.286.

que originaria o envio do primeiro decreto público para Nápoles, por via diplomática: “Na noite passada depois de meia hora sobre a meia-noite, este Sr. Secretário de Estado D. Luís da Cunha com grande acompanhamento dirigiu-se a casa do Sr. D. Diogo de Mendonça, também Secretário de Estado e lhe deu a ordem da Corte de dever de súbito partir de Lisboa, e ir para uma casa de campo a cerca de trinta léguas daqui.”<sup>935</sup> Duas semanas depois, Guevara remete o decreto com a ordem de desterro de Diogo Mendonça Corte Real.<sup>936</sup> Afastava-se, desta forma, um ministro e antigo diplomata acusado de conspiração contra Carvalho, cuja liberdade jamais lhe seria restituída, ao ser preso no forte de Mazagão e posteriormente no de Peniche, onde ficou até ao fim dos seus dias.<sup>937</sup>

Não é, no entanto, legítimo considerar que Guevara remetesse para Nápoles documentos sobre todos os decretos do governo de S. Majestade Fidelíssima. Pelo contrário. O seu trabalho de despacho de documentos relacionados com o Estado português foi bastante diminuto comparativamente ao do seu sucessor. Constata-se, aliás, que o abade Giuseppe Maturi, nomeado ministro interino da legação de Nápoles em substituição de Carlos de Guevara, apresenta uma atitude mais atenta e pró ativa na comunicação da legislação produzida pelo governo pombalino.

O atentado a D. José na noite de 3 de setembro de 1758 – que ocasionou o célebre processo dos Távora – impossibilitou temporariamente o monarca de governar. “No dia 7 saía um decreto a incumbir a rainha do governo, assistida pelo secretário de estado do Reino.”<sup>938</sup> No final desse mês, o ministro interino da corte de Nápoles em Lisboa consegue aceder a uma cópia do Decreto que proclama a regência de Mariana Vitória: “Sendo-me permitido ter cópia do decreto no qual se dá o governo à Rainha, o transmito a V. Excelência.”<sup>939</sup>

A verdade sobre as causas que afastaram o rei das suas funções só foi revelada publicamente em dezembro, mês em que se iniciou a perseguição aos alegados

---

<sup>935</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 31-08-1756.

<sup>936</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 14-09-1756.

<sup>937</sup> FÁRIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640-1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p.240.

<sup>938</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, “O Despotismo Iluminado (1750-1807)”, Lisboa, Verbo, 1982, p.39.

<sup>939</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 26-09-1758.

responsáveis pela tentativa de regicídio. Maturi anuncia o nome dos fidalgos acusados da pretensa cabala contra D. José, que tinham sido presos (segundo afirma) na manhã de 13 de dezembro, na Torre de Belém e no Forte de S. Julião da Barra. Acrescentando que, as damas supostamente envolvidas na conspiração foram encaminhadas para um mosteiro e para três casas de jesuítas, onde permaneciam cercadas pelas tropas. No dia seguinte, deparou-se nos lugares da cidade, onde habitualmente eram afixadas as decisões do Reino, com dois éditos cujos exemplares envia a Tanucci.<sup>940</sup>

Em 1759 ocorre a proclamação e execução das sentenças dos que tinham sido acusados do crime de lesa-majestade e são confiscados todos os bens pertencentes aos padres jesuítas e extintas, todas as suas escolas. Neste mesmo ano, o crescente poder de Carvalho e Melo é patenteado através da atribuição do título de Conde de Oeiras. Manifestando-se cada vez mais prepotente, Carvalho e Melo rodeava-se de pessoas da sua estrita confiança, nomeando-os para cargos importantes. Uma das promoções mais importantes feitas por intermédio do Conde de Oeiras é referenciada pelo representante napolitano: *“Restitui-se há cerca de dois meses aqui em Lisboa do Maranhão e Grã Pará, onde foi por oito anos Governador, o Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado irmão do Sr. Conde de Oeiras Carvalho Secretário de Estado. O Rei Fidelíssimo o declarou Secretário de Estado Adjunto ao dito Conde por sua carta real, que aqui junto cópia para V. Excelência.”*<sup>941</sup>

O ano de 1759 marca também a continuação das reformas de incidência económica – umas das linhas de ação reformista mais atendidas pelo pombalismo<sup>942</sup> –, de que é exemplo a criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, por alvará de 13 de agosto desse ano, sobre a qual informa o plenipotenciário Maturi logo em 28 de agosto de 1759.<sup>943</sup> Esta não era a primeira companhia monopolista criada pelo pombalismo. Existia desde Junho de 1755, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, e, desde

---

<sup>940</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 20-12-1758.

<sup>941</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 24-07-1759.

<sup>942</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit.p.338. Ver também José Vicente Serrão, “O Quadro Económico”, in Fernando Marques da Costa, Francisco Contente Domingues e Nuno Gonçalo Monteiro edição, *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Veja, 1986, p.67-109, Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica no tempo de Pombal*, Lisboa, Gradiva, 1989, p.141-184 e Francisco José Calazans Falcon, *A Época Pombalina. Política Económica e Monarquia Ilustrada*, São Paulo, Ática, 1982.

<sup>943</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 28-08-1759.

1756, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, mas sobre estas nenhuma informação foi reportada para Nápoles pelo diplomata Carlos de Guevara que, à época, chefiava a legação.

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759, uma das principais áreas que teria obrigatoriamente de ser reformada é o ensino, até então, dominado, em grande parte, pelos padres da Companhia de Jesus. Após a erradicação da Companhia em Portugal as ideias propostas pelos portugueses Luís António Verney e António Ribeiro Sanches para uma reforma profunda da educação conquistaram o apoio do governo de Pombal. Na base esteve a secularização do ensino, desde as primeiras letras até à universidade, e o aumento efetivo da autoridade estatal numa área que se encontrava, até então, dominada pela igreja.

Com o propósito de operar uma reforma geral na educação em Portugal, foi publicado em 28 de junho de 1759 o impresso da ordem real para que se restituísse o método antigo no ensino das classes e no estudo das letras. Instituiu-se ainda a figura de um diretor dos estudos, professores de gramática latina e professores de grego e retórica. Semanas depois, no dia 17 de julho, o representante napolitano em Lisboa anexava ao seu ofício *“o impresso, para o método, que se deve ter nas escolas novamente fundadas, e para as quais se proíbe aos padres da Companhia o exercício de ensinar.”*<sup>944</sup>

Iniciada em 1759, a reestruturação dos graus de ensino desenvolve-se até 1772: “Todo este mundo de ideias e propostas assumiu formas mais ou menos próximas nas atuações que a partir de 1759 e até 1772 se desencadearam com a ação do Marquês de Pombal. A expulsão dos jesuítas e a instituição da Aula do Comércio em 1759, a fundação do Real Colégio dos Nobres, em 1761, a criação da Real Mesa Censória (1768) e da Junta de Providência Literária (1770), a que se seguem as reformas dos estudos menores e da universidade, em 1772.”<sup>945</sup>

A reforma dos estudos realizada durante o reinado josefino divide-se (segundo Banha de Andrade) em dois períodos distintos: o primeiro que decorre entre 1759 e 1771,

---

<sup>944</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 17-07-1759.

<sup>945</sup> GOUVEIA, António Camões, “Estratégias de Interiorização da Disciplina”, in António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 379.

caracterizando-se pela atividade da Diretoria Geral dos Estudos e o segundo correspondente à transferência da gestão dos estudos para a Real Mesa Censória.<sup>946</sup>

Na sequência das remodelações educacionais realizadas em Portugal surgem, em 1768, vozes contestantes à continuação da cadeira de Direito Canónico das Decretais na Universidade de Nápoles, como as de Bernardo Tanucci e a de António Genovesi.<sup>947</sup> Tanucci ordena que se faça consulta acerca da importância da explicação de Decretais nos estudos públicos, como se pode comprovar pelo ofício de 6 de Dezembro de 1768, enviado para Lisboa por José de Sá Pereira, ministro plenipotenciário de Portugal na corte napolitana.<sup>948</sup> Posteriormente o diplomata português Sá Pereira volta ao assunto das Decretais – que parecia estar ainda por resolver – e acusa o envio da cópia de um despacho real sobre esta pendência juntamente com o seu ofício.<sup>949</sup> Este despacho não se encontra na documentação da legação de Portugal em Nápoles.

Em 1770 – onze anos após a saída dos jesuítas de Portugal –, as alterações metodológicas no ensino continuavam. No mês de outubro, o diplomata Vespasiano Macedonio remete a Tanucci uma nova lei que impõe aos mestres-escola o pequeno catecismo de Montpellier, originalmente escrito pelo padre oratoriano francês François Aimé Pouget, como método para ensinar as crianças a ler, sublinhando que o diploma “ordena distribuir primeiro de qualquer outra coisa nos rudimentos da língua nacional.”<sup>950</sup> Confirmando Cândido dos Santos que o catecismo foi “um dos meios mais utilizados para a difusão da doutrina jansenista” na Europa.<sup>951</sup> Enquanto em Portugal é colocado em circulação o catecismo de Montpellier – que substituíra a cartilha

---

<sup>946</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários 1759-1771*, 1º Volume, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981, p.7.

<sup>947</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela Rocha, *António Genovesi e o Movimento Iluminista no Sul de Itália*, Coimbra, Separata de Biblos, 1979, p.498.

<sup>948</sup> PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE, 2010, p. 40 e 41.

<sup>949</sup> ANTT, MNE, Caixa, 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, ofício de 10-01-1769.

<sup>950</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 23-10-1770.

<sup>951</sup> SANTOS, Cândido dos, *O Jansenismo em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p.119. Ver também Francisco Lourenço Vaz, “O catecismo no discurso da ilustração portuguesa do século XVIII”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. X, Lisboa, 1998, p. 217-240.

dos padres da Companhia de Jesus –, em Nápoles seria adotado seis anos mais tarde o catecismo de Nápoles, de Pedro Estevão Gourlin, dedicado à rainha Maria Carolina.<sup>952</sup>

Em 14 de Janeiro de 1770 começa a ser aplicado o novo programa de estudos públicos. *“Domingo fez-se a abertura dos estudos públicos, com a assistência do Sr. Conde, restabelecidos finalmente no convento dos padres franciscanos da terceira ordem, os quais vão apoiar a instrução da juventude sob o mesmo pé que exercitavam os padres do oratório, que sucederam nesta incumbência àqueles da Companhia. Resta só ver qual será o sistema de filosofia, que será adotado.”*<sup>953</sup>

A remodelação do sistema de ensino pretendida por Pombal passou por algumas fases experimentais até se estabelecer em definitivo. Como sucedeu em outubro de 1771, quando Piansante, secretário da legação napolitana em Lisboa, escreve a Bernardo Tanucci a dar conta da suspensão temporária dos estudos públicos de Coimbra, que deveriam iniciar-se no corrente mês.<sup>954</sup>

O novo sistema de ensino público é, finalmente, estabelecido em finais de 1772, informando o diplomata napolitano: *“Esta manhã foi publicado pela Real Mesa Censória o plano das escolas públicas, que para comodidade desta pobre gente, quer o Rei que se estabeleçam nesta capital e nas outras cidades e lugares mais populosos deste reino.”*<sup>955</sup> Um ano mais tarde, Piansante comunica que o corpo docente do reino e das colónias era composto por 456 mestres, na sua maioria seculares, contando-se somente 35 sacerdotes, responsáveis, principalmente, pelo ensino da língua latina. Ao terminar a sua exposição, o representante napolitano afiançava: *“Um tal estabelecimento é próprio do zelo deste soberano e do seu iluminado Ministério.”*<sup>956</sup>

Com o intuito de proporcionar aos moços fidalgos um ensino adequado para adquirirem as habilitações necessárias ao ingresso na universidade foi instituída a aprendizagem de disciplinas como o latim, grego, retórica, poética, lógica, história, francês, italiano, inglês, matemática, arquitetura militar e civil, desenho, física, arte de cavalaria, esgrima e dança. Para executar este programa curricular, o governo português cria, pela Carta de

---

<sup>952</sup> Idem, *ibidem*

<sup>953</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 16-01-1770.

<sup>954</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 08-10-1770.

<sup>955</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 22-12-1772.

<sup>956</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 30-11-1773.

Lei de 7 de Março de 1761, o Colégio dos Nobres<sup>957</sup>, cujos estatutos são enviados para Nápoles, precisamente um mês depois: “*Mando a V. Excelência um impresso intitulado «Estatuto do colégio Real dos Nobres.»*”<sup>958</sup> Embora a fundação do Colégio date de 1761, o primeiro ano letivo só teria início em 1765. Constituída especificamente para os jovens fidalgos, esta instituição de ensino introduz em Portugal “o ensino público de disciplinas da área das Ciências exatas e Naturais.”<sup>959</sup>

Mais de uma década depois verifica-se que os planos do governo de Carvalho e Melo em relação ao Colégio dos Nobres não se processaram como o esperado. A resistência da nobreza ao estabelecido nos estatutos de 1761 viria a ditar o fim da componente pedagógica científica do Colégio levando a que grande parte dos materiais e dos professores da instituição se deslocasse para a Universidade de Coimbra. A oposição das principais famílias da nobreza portuguesa ao ensino científico ministrado no Colégio dos Nobres acabaria por determinar a sua abolição em novembro de 1772, embora a instituição, continuasse a lecionar cursos literários.<sup>960</sup> O Colégio dos Nobres passaria, de seguida, para a tutela e direção da Real Mesa Sensória, por se concluir no sétimo ano de funcionamento, “ser deplorável o seu estado.”<sup>961</sup>

As alterações no Colégio dos Nobres culminariam em Novembro de 1772, mas o princípio da mudança ocorreu no ano anterior com a suspensão dos estudos em Outubro de 1771.<sup>962</sup> A direção do Colégio encontrava-se desde 1766 a cargo de Miguel Ciera, astrónomo e cartógrafo oriundo de Pádua, Prefeito dos estudos até 1772, que se mudou para a Universidade de Coimbra quando o rei mandou abolir “o ensino científico no colégio, transferindo os seus professores e instrumentos de astronomia e física experimental para Coimbra.”<sup>963</sup>

---

<sup>957</sup> ANDRADE, 1966, op.cit.p. 341.

<sup>958</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 07-04-1761.

<sup>959</sup> COSTA, A.M. Amorim da, “As Ciências Naturais na Reforma Pombalina da Universidade. Estudo de Rapazes na Ostentação de Príncipes”, in Ana Cristina Araújo (Coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000, p.165.

<sup>960</sup> COSTA, 2000, op.cit.p.166.

<sup>961</sup> CARVALHO, Rómulo de, *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)*, Coimbra, Atlântida, 1759, p.202.

<sup>962</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedónio para Bernardo Tanucci, de 15-10-1771.

<sup>963</sup> FERREIRA, Marco Clemente, “Os Demarcadores do Tratado de Madrid (1750) e as Reformas Pombalinas do Ensino”, in *IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, Novembro de 2011, p.5.

No dia 23 de Janeiro de 1772 é nomeado um novo reitor: José Isidoro Olivieri que, nascido no Reino das Duas Sicílias, chegara de Madrid, onde era secretário do Duque de Santa Elisabeta (embaixador de Nápoles junto a Carlos III). Sob a nova reitoria, o Colégio dos Nobres ganha um novo alento focando-se numa docência mais literária.

Segundo o diplomata de Nápoles em Portugal, Vespasiano Macedonio, a instalação de Olivieri de Lisboa ocorre em outubro de 1771 e, embora tenha alegado que a viagem se destinava a realizar uma visita a familiares, alguns meses depois foi nomeado reitor. *“Fui no domingo advertido que esta corte o tinha destinado reitor do Real Colégio dos Nobres.”*<sup>964</sup> Macedonio não indica nos seus ofícios a Tanucci, as razões que conduziram à escolha do napolitano para o referido cargo, mas revela a grande proximidade que existia entre este e o impressor Nicolau Pagliarini, o que poderá ter influído na sua nomeação.<sup>965</sup>

No mês de março de 1772 é oficializada a nomeação de Olivieri: *“Sábado, foi publicada a eleição feita deste soberano na pessoa de D. Izidoro Olivieri, que foi secretário do Duque de StaElisabeta, para reitor deste Real Colégio dos Nobres, e para a Secretaria de Estado foi no mesmo dia remetida a patente.”*<sup>966</sup> Macedonio adianta ainda que o salário do novo reitor abrangeria os 2000 cruzados anuais, recebendo, ainda assim, menos que o predecessor.<sup>967</sup>

Poucos dias após o anúncio da nomeação de Isidoro Olivieri como reitor registam-se algumas modificações no seio do Colégio. Macedonio envia a Tanucci a tradução de um alvará régio que pretendia acabar com *“a desordem que reinava no interior deste Colégio dos Nobres.”*<sup>968</sup> Os estudos reabririam meses depois, sob a direção de Olivieri, mas apenas com cinco estudantes.<sup>969</sup> Em março de 1772, Tanucci recebe do mesmo diplomata uma tradução do alvará régio que ordena a venda de parte do património do Colégio, cuja receita seria aplicada em novos investimentos para a instituição.<sup>970</sup>

---

<sup>964</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedónio para Bernardo Tanucci, de 18-02-1772.

<sup>965</sup> Idem, *ibidem*

<sup>966</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedónio para Bernardo Tanucci, de 17-03-1772.

<sup>967</sup> Idem, *ibidem*

<sup>968</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedónio para Bernardo Tanucci, de 24-03-1772.

<sup>969</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 28-12-1773.

<sup>970</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 24-03-1772.

Em Portugal, o início da década de 70 foi também marcado por reformas de carácter interno na educação universitária. Debruçando-nos especificamente sobre reforma da Universidade de Coimbra e a apreciação que sobre ela fizeram os representantes diplomáticos de Nápoles, atenda-se primeiramente ao ofício escrito por Vespasiano Macedonio, antes de deixar Lisboa, sobre a ação de Carvalho e Melo na reforma académica: *“Este Sr. Conde que entre a muito grave e séria ocupação do seu emprego, não perdeu mais de vista a extirpação do ócio e da ignorância deste reino, que tem sido até agora as duas pedras contra as quais se tem geralmente perdido os portugueses, depois de se ter estabelecido nesta capital as artes necessárias, como uma fonte que poderá ao longo do tempo derramar-se sobre as províncias, tornou-se hoje na sua séria atenção à Universidade de Coimbra, e está de facto aplicado na reforma geral destes estudos conhecidos por experiência irregular e inútil. Ajudado nesta obra pela sua iluminação superior, grande é o benefício que fará à sua Nação. A única dificuldade consiste em ser capaz de encontrar entre os seus portugueses, sujeitos capazes de seguir o seu plano.”*<sup>971</sup>

Embora em 1770, já se aguardasse a publicação dos novos estatutos da Universidade de Coimbra, a sua promulgação definitiva só ocorreu em 1772. Retardo que não surpreendia Macedonio: *“não ficarei surpreso se vir diferida a muitos meses a publicação” e justificava esta demora com o facto de não existirem “professores, que se estimem hábeis e capazes de seguir o novo sistema.”*<sup>972</sup> O Ministro de Nápoles estava certo, uma vez que os estatutos só foram anunciados no verão de 1772.

Em agosto de 1771 publica-se a obra com o longo título de *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores Que a Regiam pelas Maquinações e Publicações dos Novos Estatutos por Elles Publicados*. Obra que pretendia divulgar o estado em que se encontrava a Universidade e salientar a necessidade premente de um processo de reforma.<sup>973</sup>

---

<sup>971</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedónio para Bernardo Tanucci, de 29-05-1770.

<sup>972</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedónio para Bernardo Tanucci, de 15-10-1771.

<sup>973</sup> CRUZEIRO, Maria Eduarda, “A reforma pombalina na História da Universidade”, in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, p. 179.

Um ano mais tarde, Niccola Piansante noticia a preparação da impressão do segundo tomo do Compendio Histórico, revelando ao mesmo tempo a Tanucci alguns livros que se utilizariam em Portugal para iniciar os jovens nas ciências. “*Se reestampa aqui o Godeau para a Teologia moral, De Berti para a História eclesiástica: Aqueles de Fleuri e Van Esppen para o Direito Canónico.*”<sup>974</sup>

Em 28 de agosto de 1772 tornam-se públicos os novos Estatutos universitários.<sup>975</sup> Pombal viaja até Coimbra para acompanhar de perto os “acabamentos” da reforma.<sup>976</sup> E Piansante relata as notícias que lhe vão chegando a respeito da nova condição da Universidade. Sobre a admissão estudantil anuncia: “*os requisitos que se precisam para ser admitido nestes estudos são saber a língua latina e a grega, ter estudado retórica, lógica, física e Metafísica.*”<sup>977</sup>

Porém – e para grande desprazer de Carvalho e Melo que ainda se encontrava em Coimbra – o número de candidatos ao ensino superior estava, então, reduzido a cinquenta e sete estudantes, quando anteriormente se contavam cerca de dois mil alunos na universidade.<sup>978</sup> O diplomata napolitano explica ainda que motivo originou o grande número de desistências: a longa duração dos cursos (de 5 anos), a falta de meios por parte dos jovens para se manterem em Coimbra e lhes ser proibido “*fazerem os seus estudos nas suas próprias casas*”, dirigindo-se à universidade apenas para a realização de exames.<sup>979</sup>

Mesmo com o contratempo gerado pela falta de discentes, as reformas continuaram. Em novembro de 1772, o novo estatuto da universidade tornou-se público e Piansante promete a Tanucci a remessa de um exemplar que enviará pela via de Génova.<sup>980</sup>

A destituição dos jesuítas das suas funções de ensino em Nápoles e em Portugal não foram, todavia, as únicas medidas reformistas que os governos dos dois reinos implementaram a favor da laicização do estado. À medida que o tempo decorria e

---

<sup>974</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 04-08-1772.

<sup>975</sup> CRUZEIRO, 1988, op.cit.p. 180.

<sup>976</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 15-09-1772.

<sup>977</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 13-10-1772.

<sup>978</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 20-10-1772.

<sup>979</sup> Idem, *ibidem*

<sup>980</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 17-11-1772.

independentemente do sucesso ou insucesso das suas pretensões, quer Pombal quer Tanucci tentaram eximir a Igreja dos seus poderes dentro dos respetivos estados.

Entre 1755 e 1777 novas cedências e retirada de privilégios foram impostas a determinadas fações da sociedade. No que concerne ao clero é possível apontar um conjunto considerável de decisões políticas que destituíram o seu poder, influência e riqueza dentro do estado português. Se Portugal no reinado de D. João V era considerado o Estado mais “beatificado” entre as cortes europeias – constituindo a Igreja um poder paralelo e equivalente ao poder do Estado –, a entrada de Carvalho e Melo no governo, desfez este cenário, ao bater-se por uma posição mais regalista, pela qual o poder da monarquia se sobrepunha a qualquer outro, incluindo a Igreja.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, uma das primeiras medidas tomadas consistiu na apreensão de todos os bens da Companhia de Jesus, tanto na metrópole como nas colónias. Decorridos mais de 10 anos, a Coroa ainda decretava medidas para a gestão desse património. A título de exemplo, refira-se que em novembro de 1760 foi remetido para Nápoles um novo decreto ordenando a venda pública dos bens que tinham pertencido aos jesuítas.<sup>981</sup>

A década de 60 também foi pautada por medidas de despromoção à credibilidade da Congregação dos Oratorianos. Esta ordem religiosa, que criticou e disputava as áreas de missão da Companhia de Jesus – embora tenha inicialmente servido como modelo ideológico, influenciador de algumas reformas pombalinas que granjearam uma forte popularidade intelectual ao governo – acabaria também por ser visada pelas orientações regalistas de Pombal.

A investida contra os oratorianos teve origem na perspetiva discordante de alguns dos seus membros em relação à política portuguesa.<sup>982</sup> Em 1768 não só foram encerradas as escolas oratorianas como – segundo explica o ministro Macedonio a Tanucci – foi publicado um decreto régio a anular “*os privilégios que por tanto tempo gozaram estes padres do oratório, de estampar e vender à conta da congregação.*”<sup>983</sup>

---

<sup>981</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 06-11-1770.

<sup>982</sup> FRANCO, José Eduardo, “O terramoto Pombalino e a Campanha de Desjesuitização” *Catolicismo e Sociedade na época Moderna: O Terramoto de 1755*, in Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, Tomo XVIII, 2006, p.206.

<sup>983</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 31-01-1769.

No que respeita à propriedade eclesiástica tomaram-se igualmente algumas medidas restritivas. Em 4 de julho de 1768, uma nova lei referente aos bens enfitêuticos da Igreja e das casas religiosas ordenava “*que tais bens que tivessem desde 1611 sejam obrigados a enfiteutica-los dentro de um ano.*”<sup>984</sup> O governo impunha que essas propriedades voltassem a ser aforadas no prazo de um ano “pelos mesmos foros e laudémios dos últimos contratos. Estipulando ainda nos aforamentos perpétuos, a redução dos prazos feitos em bens possuídos ilegítimamente ou aforados contra “o espírito das leis”.<sup>985</sup>

Em Nápoles, as reformas regalistas em desfavor dos privilégios clericais também foram acompanhadas pelos ministros plenipotenciários portugueses, algumas das quais foram noticiadas para Lisboa através dos ofícios redigidos pelos diplomatas. Em março de 1769 surgem na secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em Lisboa cópias de despachos assinados pelo rei de Nápoles contra disposições eclesiásticas. Nestes constam a inibição à “*Camara de St<sup>a</sup> Clara de fazer uso algum das regras da Chancelaria Romana, sem expressa determinação Régia: E em consequência do segundo se estende a esta capital a proibição de missionários estrangeiros.*”<sup>986</sup>

As medidas reformistas de Tanucci perante a classe clerical napolitana nesse ano de 1769 pareciam determinadas. José de Sá Pereira enviava, incansavelmente, para Lisboa todas as cópias de despachos reais a que tinha acesso: “*É datado do dia 27 do corrente o despacho que remeto a inclusa copia em virtude do qual se proíbe aos frades o poderem ter cárceres nos próprios mosteiros, devendo recorrer aos respetivos ordinários para castigo dos próprios delinquentes.*”<sup>987</sup> Em 26 de dezembro, o correio enviado de Nápoles é acompanhado (segundo Sá Pereira) da “*última determinação de S. Majestade sobre os espólios dos bispos deste reino da qual remeto a V. Ex o incluso exemplar*”.<sup>988</sup>

---

<sup>984</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 16-08-1768.

<sup>985</sup> NETO, Margarida Sobral, “Formas de Acesso à Posse da Terra e à Fruição de Rendimentos Fundiários em Portugal na Época Moderna: o Caso da Enfiteuse”, in XIV Congresso Internacional de Historia Agraria, Badajoz, 2013, p.19.

<sup>986</sup> ANTT, MNE, Caixa780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-03-1769.

<sup>987</sup> ANTT, MNE, Caixa, 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-05-1769.

<sup>988</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 26-12-1769.

As novas disposições em matéria eclesiástica perduraram ao longo da década seguinte.<sup>989</sup> Provenientes de Nápoles, surgiam em Portugal cópias dos decretos a proibirem aos institutos pios a aquisição de bens de raiz<sup>990</sup> e até um decreto que revogava a pretendida abolição das Décimas eclesiásticas.<sup>991</sup>

Relativamente ao imposto da Décima atribuído ao clero, o governo napolitano teve um processamento mais demorado que o português. Enquanto a legislação pombalina aplicou a partir de setembro de 1762 o pagamento deste imposto pelo clero português<sup>992</sup>, em Nápoles tal só aconteceria dez anos depois. Como escreve Tanucci: “*a promulgação do despacho de 25 de julho de 1772 sobre a Decima eclesiástica*”<sup>993</sup> foi antecedida por acontecimentos que obrigaram à sua aplicação gradual em determinadas regiões do reino. Apenas em julho de 1772 a lei foi alargada a todos os domínios do reino de Nápoles e, mesmo assim, sujeita a algumas limitações.<sup>994</sup>

Ainda que as reformas na clerezia napolitana fossem as mais divulgadas junto do governo português, outras alterações reformistas ocorridas no Reino de Nápoles mereciam a atenção dos ministros portugueses estabelecidos naquela corte. Se, por um lado, o governo dirigido por Tanucci diminuiu o poder dos tribunais eclesiásticos e, conseqüentemente, das imunidades fiscais e jurisdicionais dos clérigos, por outro, não conseguiu restringir os privilégios judiciais da nobreza feudal, tendo os seus planos sido embargados, devido à forte oposição que suscitou a sua tentativa de “fortalecer o controlo dos tribunais centrais sobre os tribunais feudais e locais.”<sup>995</sup>

Por esse motivo, alguns projetos que visavam a diminuição das regalias nobiliárquicas foram sujeitos a uma reestruturação, conhecida em Portugal através dos despachos enviados por José de Sá Pereira: “*O Despacho de que remeto a inclusa cópia mostra claramente quanto este iluminado ministério constantemente sustenta a justa máxima*

---

<sup>989</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de Miguel Lopes da Fonseca para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-09-1772.

<sup>990</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-08-1771.

<sup>991</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de Miguel Lopes da Fonseca para D. Luís da Cunha Manuel, 29-10-1772.

<sup>992</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit.p.253.

<sup>993</sup> MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967, p.90.

<sup>994</sup> Idem, *ibidem*

<sup>995</sup> IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p.102.

*de abater as exorbitantes regalias, que estes barões antigamente se haviam arrogado, em prejuízo, não menos dos próprios vassallos, que da autoridade do soberano.*”<sup>996</sup>

Um outro assunto que Tanucci tentou resolver durante o seu ministério relacionou-se com o combate à expansão da maçonaria no reino, uma questão que influiria no seu afastamento político e que o diplomata português em Nápoles acompanhou de perto. Segundo Sá Pereira, a perseguição aos chamados ‘pedreiros livres’ remontava ao reinado de Carlos de Bourbon. Sem causar surpresa a publicação a em setembro de 1775, da nova lei penal para os condenados por práticos maçons. “*Apesar de uma nova lei promulgada aqui em Setembro do ano próximo precedente, a qual, em confirmação de outras do tempo de el rei Católico, manda proceder contra os Pedreiros Livres pela mesma forma que contra os criminosos de lesa-majestade, impondo pela primeira vez aos nobres a pena de desterro, e a de galé aos plebeus: Contudo dez dos ditos sectários foram há três dias surpresos em uma casa fora da cidade, no mesmo instante, em que, com as ridículas cerimoniais do costume faziam ali a formal recepção de um noviço...foram todos eles presos...*”<sup>997</sup>

Em agosto de 1776, Sá Pereira envia a Aires de Sá e Melo – então já secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – um édito divulgado em Nápoles referente à proibição de um texto anónimo “*a favor dos Pedreiros livres, a qual foi então distribuída por todos os Ministros da Junta de Estado, e corria impunemente impressa por toda a cidade. Supõe-se autor da mesma, um Advogado parcial da dita seita.*”<sup>998</sup>

Em outubro de 1776, José de Sá Pereira anuncia a súbita jubilação do Marquês de Tanucci do seu cargo, para o qual foi nomeado o Marquês de Sambuca, por eleição do Conselho de Estado.<sup>999</sup>

Há algum tempo que Tanucci via afrouxado o seu poder e influência junto da corte napolitana, encontrando-se os seus oponentes sobretudo no seio da nobreza. Os planos para a retirada de Tanucci seriam congeminados no salão dos irmãos DiGennaro, respetivamente, um poeta e um economista. Neste salão de encontros entre maçons

---

<sup>996</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 23-09-1776.

<sup>997</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 05-03-1776.

<sup>998</sup> ANTT, MNE- Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 08-10-1776.

<sup>999</sup> PEREIRA, 2010, op.cit.p.78.

elaboraram-se os planos contra Tanucci e a sua política.<sup>1000</sup> Para além de descrever detalhadamente nos seus ofícios as ocorrências que conduziram ao afastamento de Tanucci, Sá Pereira envia para Portugal cópia da carta do monarca napolitano para o Marquês Tanucci, a informá-lo da sua demissão.<sup>1001</sup>

Como já foi mencionado, a maçonaria influenciou na queda política de Bernardo Tanucci, não obstante o confronto entre o retirado ministro e os Pedreiros Livres se ter mantido após o seu afastamento político. Tanucci manteve-se à frente do processo anti-maçónico por mais alguns meses. Até março de 1777, quando foi convocado à presença do rei para lhe ser comunicada a “*decisão da Junta de Estado a favor dos Pedreiros Livres.*”<sup>1002</sup> Junto ao ofício, enviado no dia 4 de Março de 1777, Sá Pereira alude de novo ao indulto concedido aos maçons, “*em virtude do qual foram finalmente postos em liberdade os referidos réus.*”<sup>1003</sup>

Pelos escritos diplomáticos expostos parece pouco verosímil qualquer tese sobre a eventual existência de uma rede maçónica internacional que unisse os ministros “ilustrados” Tanucci, Pombal, Aranda e Choiseul em torno de um mesmo “ideário fundamental de fazer derruir o poder da igreja”.<sup>1004</sup> Tal teoria transformaria, inusitadamente, estes déspotas ilustrados em defensores de concepções liberais e membros de uma instituição que reivindicava valores democráticos, totalmente contrários ao centralismo governativo que exerciam.

Com efeito, após a primeira ação anti maçónica de Tanucci e de Carlos III em 1751 – de proibição à presença da ‘seita’ no Reino de Nápoles – as autoridades governamentais manifestaram uma certa negligência no controlo à disseminação daquele movimento clandestino, que se verificou nas décadas seguintes. Não terá havido, nesse período, um esquecimento ou uma mudança de ideias de Tanucci em relação aos maçons. O que aconteceu foi que entre 1751 e 1775 tornou-se prioritária a resolução da crise económica intensificada pela grande fome de 1764 e intensificara-se a luta contra os jesuítas. Estando o governo centrado noutras preocupações, seria normal que o

---

<sup>1000</sup> IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.83.

<sup>1001</sup> ANTT, MNE, Caixa 780 de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo de 05-11-1776.

<sup>1002</sup> ANTT, MNE, Caixa 780 de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo de 04-03-1777.

<sup>1003</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1004</sup> FRANCO, José Eduardo, Anabela Rita, *O Mito do Marquês Pombal. A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria*, Lisboa, Prefácio, 2004, p.37.

movimento maçon aproveitasse para propagar as suas ideias entre a burguesia e parte da influente nobreza napolitana, para além da própria rainha Maria Carolina de Habsburgo.<sup>1005</sup>

Relativamente à transmissão de informações de cariz político de Nápoles para Lisboa saliente-se ainda o que foi relatado sobre a reforma militar napolitana. Junto dos ofícios diplomáticos assinados por José da Silva Pessanha em 1759 consta um documento intitulado: “*Stato della Marina di Sua M<sup>a</sup> Siciliana nell anno 1759*”.<sup>1006</sup> Não se sabe, contudo, a data específica do envio deste documento, que detalha o número e cargos de oficiais da marinha napolitana, assim como, o número e tipologia das embarcações marítimas do reino.

Devem destacar-se igualmente dois ofícios redigidos por José de Sá Pereira no ano de 1765. Em junho desse ano, o diplomata português escreve “*Da lista junta consta o pé em que fica esta tropa em consequência da nova reforma de que tenho feito menção em alguns dos meus ofícios precedentes.*”<sup>1007</sup> Pouco mais de um mês depois envia o regulamento da cavalaria do exército de S. Majestade Siciliana.<sup>1008</sup>

Sobre o contexto militar, o ministro interino da legação de Nápoles em Lisboa, Giuseppe Maturi, escreve em 8 de julho de 1760 a Tanucci, a prometer o envio do impresso com a Lei para a polícia da cidade e Reino de Portugal<sup>1009</sup>, que seria publicada no dia 25 desse mês, em consequência da criação da Intendência-geral da Polícia.<sup>1010</sup>

No que concerne às reformas militares no tempo de Pombal, Pignatelli – novo ministro plenipotenciário napolitano que chegara a Lisboa a 22 de agosto de 1761 – opinava que Carvalho e Melo parecia “*ter toda a intenção de pôr a força militar deste reino em melhor pé, do que aquele que até agora existiu.*”<sup>1011</sup> Até à recusa de adesão ao Pacto de

---

<sup>1005</sup> ASTUTO, Giuseppe, “Dalle Riforme alle Rivoluzioni Maria Carolina D’Asburgo” in Salvatore Aleo e Giuseppe Barone (coord.) *Quaderni del Dipartimento di Studi Politici*, Milano, Giuffré Editore, 2007, p.30.

<sup>1006</sup> ANTT, MNE, Caixa 778.

<sup>1007</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, 04-06-1765.

<sup>1008</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-07-1765.

<sup>1009</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 08-07-1760.

<sup>1010</sup> SUBTIL, José, “Os Poderes do Centro”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.156.

<sup>1011</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, 13-10-1761.

Família de 1761 por Portugal, “nunca a preparação militar fora das prioridades do Conde de Oeiras”.<sup>1012</sup> A probabilidade de a guerra ocorrer, alteraria por completo as preocupações do ministro: apesar de ciente da falta de organização, disciplina e recursos das tropas portuguesas, Carvalho e Melo executou o que lhe, a curto prazo e perante as circunstâncias presentes, era exequível.<sup>1013</sup>

O diplomata Michele Pignatelli mantinha-se atento às alterações verificadas no exército português. Junto à documentação que remetia a Bernardo Tanucci no período correspondente à sua missão em Lisboa, encontram-se dois decretos de 30 de julho de 1762 – um sobre o estabelecimento de fragatas de guerra para protegerem o comércio da cidade do Porto; outro a ordenar aos oficiais e soldados de Regimento que não passassem a outros regimentos ou corpos, sem um decreto prévio de aceitação por parte do Conselho de Guerra.<sup>1014</sup> Com data anterior (de 1 de julho) um decreto ordenava o pagamento dos oficiais do exército em cada dois meses.<sup>1015</sup> Uma semana mais tarde publicava-se a lei que impunha o levantamento dos batalhões de tropas suíças, que também chegaria a Nápoles, pela via diplomática.<sup>1016</sup>

Remontando ao século XVII, recorde-se que a guerra da Restauração instituiu um novo imposto, obrigando ao pagamento extra de uma décima “a todas as rendas de bens de raiz, juros, ordenados, tenças, outras rendas ou honra de ofícios do trato e meneio”.<sup>1017</sup> Com a deflagração da Guerra Fantástica (1762-1763) recorre-se novamente à cobrança da décima como forma de contornar as onerosas despesas extraordinárias provocadas pelo confronto ibérico. O alvará que estabelece a cobrança é publicado em 26 de Setembro de 1762, chega às mãos de Pignatelli e é enviado a Nápoles.<sup>1018</sup>

Em 1772 a desordem no exército português – que se tentara combater na Guerra Fantástica com o comando do Conde de Lippe – parecia ter regressado. Os soldados

---

<sup>1012</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “O Tempo de Pombal”, in Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012, p. 372.

<sup>1013</sup> COELHO, José Maria Latino, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Grande Edição Popular, 1905, p.171.

<sup>1014</sup> ASN, Esteri, Busta 920.

<sup>1015</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1016</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1017</sup> HESPANHA, António Manuel, “Os Poderes do Centro”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.193.

<sup>1018</sup> ASN, Esteri, Busta 920.

pugnavam por uma atitude de desagrado e indisciplina, o que levou à criação de uma nova lei que reprimia as desordens e contrabandos por eles praticados. No dia 17 de março de 1772, Macedonio remete a tradução da sobredita lei.<sup>1019</sup>

Durante a administração pombalina, as finanças reais são alvo de reformas significativas, de centralização das operações no Estado em prol de uma recolha de receitas mais eficaz, o que aconteceu em 1761, com a criação do Erário Régio. Poderá afirmar-se que, na sua essência, este organismo tem permanecido um pouco descurado pela historiografia, embora, segundo Miguel Dantas da Cruz, possa ter sido a principal alteração operada no sistema político português, ao “passar a controlar “tão-somente” a generalidade dos rendimentos que antes se consignavam às demais repartições e tribunais.”<sup>1020</sup>

Muitas das várias áreas sociais reformadas por Sebastião José de Carvalho e Melo chegaram ao conhecimento do governo napolitano através da via diplomática, como já se demonstrou. O que foi realizado a favor daquilo que hoje se chamaria direitos humanos não foi exceção, destacando-se as medidas do pombalismo em defesa da liberdade dos escravos e na questão dos cristãos-novos.

Como assinala Luís António de Oliveira Ramos, “trazem a firma de Sebastião José de Carvalho e Melo dois alvarás régios, um de 1761 e outro de 1773, por meio dos quais D. José cria condições próprias à eliminação da escravatura na metrópole.”<sup>1021</sup> Ambos os alvarás são noticiados à corte de Nápoles. O de 1761 por Michele Pignatelli, no ofício de 13 de outubro desse ano. “*Transmito a V. Excelência, aqui anexo, um exemplar da Lei impressa, proibindo a vinda de escravos dos estabelecimentos ultramarinos desta coroa.*”<sup>1022</sup> Para além deste alvará de 1761, Pignatelli informa sobre a problemática dos escravos que, “*da sabedoria e equidade deste governo se espera uma outra lei, a seu tempo, que modera a atuação de cidadãos nas obras suprimindo a falta de negros.*”<sup>1023</sup>

---

<sup>1019</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 17-03-1772.

<sup>1020</sup> CRUZ, Miguel Dantas da, “Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio”, *Tempo*, Vol.20, 2014, p.6.

<sup>1021</sup> RAMOS, Luís António de Oliveira, “Pombal e o Esclavagismo”, in *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, 1971, p. 169 e 170.

<sup>1022</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, 13-10-1761.

<sup>1023</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, 15-12-1762.

No alvará de 1773, o representante napolitano, Niccola Piansante, escreve o seguinte: *“Fala-se na publicação de uma Lei que passou já pela Chancelaria, a qual não só declara livres todos os filhos de escravos que nasceram em Portugal depois da publicação dessa, mas ainda faz a liberdade aos adultos à medida que vão morrendo os seus actuais patrões. Esta disposição é digna da humanidade deste soberano e do seu iluminado Ministério conforme a natureza e a razão.”*<sup>1024</sup>

No que respeita aos cristãos-novos, em 26 de maio de 1776 é publicada uma carta régia que abolia a distinção entre cristãos velhos e novos. Defende-se que – esta medida do governo de D. José e do seu ministro – visava favorecer a classe mercantil formada, em boa parte, por cristãos-novos muito abastados e influentes.<sup>1025</sup> Embora alguns anos antes, o diplomata napolitano Vespasiano Macedónio tenha enviado a Tanucci uma Lei que já indiciava a tolerância do pombalismo em relação aos cristãos-novos. No ofício que acompanha a dita lei, Macedonio escreve: *“para prevenir os abusos e inconvenientes de infâmias, que resultavam de muitas famílias puritanas, que são chamadas aqui de cristãos velhos, as quais a malícia é referida entre aqueles que de extração judaica são aqui conhecidos com o nome de cristãos novos, e especialmente na nota de tributo que a estes últimos foi imposto pelo Rei de Portugal depois da expulsão feita em Espanha por Decreto do Rei Fernando o Católico, S.M Fidelíssima com o seu público alvará reprovava e abule tal nota.”*<sup>1026</sup>

Anos mais tarde abolia-se definitivamente qualquer distinção entre cristãos velhos e cristãos novos, como foi registado: *“Tenho a honra de remete a V. Ex o remanescente da tradução da Lei que abule e condena a odiosa distinção que aqui se fazia de Cristãos velhos e novos.”*<sup>1027</sup>

Outra reforma reportada para Nápoles foi a instituição formal do Erário Régio, oficializada com a lei de 22 de dezembro de 1761. No início de 1762 não só era revelada para Nápoles a inovação, como era remetida – juntamente com o ofício

---

<sup>1024</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, 09-02-1773.

<sup>1025</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de, “O Terramoto Provocado por Sebastião José de Carvalho na América Portuguesa,” *Catolicismo e Sociedade na época Moderna: O Terramoto de 1755*, in Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, Tomo XVIII, 2006, p. 335.

<sup>1026</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 10-05-1768.

<sup>1027</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 15-06-1773.

diplomático de 5 de janeiro de 1762 – a referida lei, contendo a distribuição da planta e os deveres deste novo Tribunal. “Publicou-se aqui um novo sistema de Governo da Real Fazenda: aboliu-se o antigo Tribunal dito da Fazenda. Formou-se um novo tribunal, presidido pelo rei e como seu lugar-tenente o Conde de Oeiras.<sup>1028</sup> Em março já Bernardo Tanucci tinha recebido os impressos relativos ao Erário Régio. Escrevendo Pignatelli: “*o novo tribunal de economia do qual instituição, regulamento e lei, V. Excelência recebeu, já foi posto nos exercícios das suas funções, assistido sempre pela presença do Sr. Conde de Oeiras.*”<sup>1029</sup>

No dia 5 de Abril de 1768 instituía-se um novo organismo estadual: a Real Mesa Censória, “com o fim de reformar o sistema de textos, livros e ideias que circulavam em Portugal”.<sup>1030</sup> Assim se iniciava uma nova forma de vigilância e controlo que aproximava o Conde de Oeiras do despotismo e do autoritarismo, criando-se ao mesmo tempo um órgão que bania algumas das censuras anteriormente existentes, promovendo-se “um espírito maior de liberdade que surgiu, a pouco e pouco, dos novos conceitos cosmopolitas de Razão e Luzes.”<sup>1031</sup>

Logo nos primeiros dias de funcionamento da Real Mesa Censória foi publicado um índice de obras proibidas, que impedia o acesso dos portugueses aos pensamentos iluministas publicados no continente europeu. Neste contexto, o diplomata napolitano acreditado em Lisboa, Cavaleiro Macedonio, endereça para a sua corte cópia da Bula que impunha a interdição bibliográfica, indicando que a lista de obras reprimida iria provocar “*grandes perdas nas casas religiosas, mas maior será aquela das livrarias, particularmente as estrangeiras, que sem qualquer temperamento ficarão na ruína desde que as suas oficinas, num país que não tinha o gosto da literatura, estava recheado de Moralistas e teólogos.*”<sup>1032</sup> Junto a este ofício segue para Nápoles a introdução desta nova Lei.

Uma semana mais tarde, Macedonio explica a nova forma que rege a publicação e aprovação de livros, agora controlada pela Real Mesa Censória, na qual se “*unia uma*

---

<sup>1028</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 05-01-1762.

<sup>1029</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, 09-03-1762.

<sup>1030</sup> PEREIRA, Rui Miguel Marcelino Tavares, “Pombal e a Censura Iluminista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (Coord), *Dez Luzes Num Século Ilustrado*, Lisboa, Caminho, 2013, p. 496.

<sup>1031</sup> PEREIRA, 2013, op.cit.p.506.

<sup>1032</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 12-04-1768.

*vez por semana, um Presidente, sete Deputados e um Secretário de cuja privativa e independente jurisdição será a revisão e censura de todos os livros, folios e cartas que sejam introduzidas neste reino e domínios.*"<sup>1033</sup>

Foi impetuosa a ação pombalina para retirar de circulação toda aquela "literatura" considerada desadequada ao Estado português. Mais uma vez, os jesuítas estavam no centro dos desagradados, sendo visados no novo decreto censório de 10 de junho de 1768, que Macedonio mandou traduzir para que fosse remetido a Tanucci: *"Na sequência de um decreto emanado no dia 10 do corrente desta Real Mesa Censória foram queimados pela mão do executor de justiça na pública Praça do Comércio, no dia 14 dois livros, condenados como insidiosos e infames e que contavam profecias e superstições maquinadas pelos jesuítas e atribuídas ao sapateiro Bandarra e a outro chamado S. Simão Gomes. Um tinha por título – Carta Apologética – escrita por Padre António Vieira da Companhia de Jesus...outro – Vida do sapateiro S. Simão Gomes - composto por um membro da sociedade.*"<sup>1034</sup>

A partir do momento em que são retiradas à Inquisição a fiscalização e a censura dos livros – que passam a ser competência da Real Mesa Censória – torna-se mais corrente a prática de transgressões às regras do novo organismo, verificando-se que algumas das pessoas mais instruídas possuíam, liam e difundiam livros interditados pelo Estado.<sup>1035</sup>

O novo diploma sobre o método de fiscalização literária é considerado pelo diplomata de Nápoles aparentemente mais liberal, de modo a evitar *"o incómodo e a despesa de mandar comissários para examinar todos os livros que se encontram ou nas oficinas das livrarias ou nas públicas e privadas bibliotecas, se ordena em primeiro, às casas religiosas, Universidade e a qualquer pessoa particular que tenha coleção de livros de forma fiel e exato catálogo na maneira que no mesmo Édito se dispõe e apresenta-lo dentro de seis meses ao mesmo tribunal.*"<sup>1036</sup>

Não obstante os métodos de fiscalização mais permissivos, a censura a alguns livros continuou a ser praticada. No dia 7 de agosto de 1770, Vespasiano Macedonio despacha

---

<sup>1033</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 19-04-1768.

<sup>1034</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 21-06-1768.

<sup>1035</sup> PEREIRA, 2013, op.cit.p.506.

<sup>1036</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 18-07-1769.

um novo édito que proíbe a leitura de determinados livros em Portugal.<sup>1037</sup> Em novembro de 1773 é proibida em Portugal a obra de Guillaume Thomas François Raynal “*História Filosófica e Política dos Estabelecimentos e do Comércio dos Europeus nas duas Índias*”.<sup>1038</sup> E, em janeiro de 1776, a censura recai sobre a obra “*O Verdadeiro sentido do sistema da natureza*”<sup>1039</sup>, do filósofo francês, Claude Adrien Helvétius.

A legislação testamentária pombalina é outro processo que se deu a conhecer na corte de Nápoles. Em 25 de Junho de 1766 iniciou-se a reforma no sistema testamentário português, com a publicação da Lei dos testamentos, a qual (segundo Laurinda Abreu) limitou o direito de testar, ao conceder “maior proteção à sucessão legítima.”<sup>1040</sup> Esta foi a forma encontrada pelo pombalismo para impedir o aumento patrimonial da Igreja, por intermédio de heranças.

No verão de 1768, a Lei dos testamentos sofre novas alterações que são transmitidas para Nápoles por Vespasiano Macedonio. No ofício que este ministro plenipotenciário redigiu em 26 de setembro de 1768 encontra-se uma nota – escrita posteriormente por Bernardo Tanucci – em que declara que o Rei napolitano terá tomado conhecimento da Lei, “*a qual foi encontrada como muito sábia e digna produção da mente iluminada de S.M Fidelíssima.*” Acrescentando ainda: “*O Rei quer que esta Lei se tenha em conta, para aquilo que convenha fazer aqui.*”<sup>1041</sup>

Em Setembro de 1774 o representante napolitano em Lisboa envia uma nova lei sobre o processo de heranças e o reforço dos direitos dos herdeiros legítimos. Tratava-se de uma nova medida, pela qual se proibia para futuro e se anulavam do passado todas as convenções sobre a hereditariedade em vigor nas Leis de 25 de Junho de 1766 e de 9 de Setembro de 1769, as quais declaravam o que era devido aos herdeiros legítimos, proibindo aos proprietários a alienação de bens e capitais, que clandestinamente faziam,

---

<sup>1037</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 07-08-1770.

<sup>1038</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 09-11-1773.

<sup>1039</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 23-01-1776.

<sup>1040</sup> ABREU, Laurinda, “As Relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, na Segunda Metade do Século XVIII: O Impacto da Legislação Pombalina sobre as Estruturas Eclesiásticas”, in Ana Leal de Faria e Isabel Drumond (Coord.), *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, Caleidoscópio, 2007, p.659.

<sup>1041</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 26-09-1769.

para contornar e iludir o espírito das duas citadas leis.<sup>1042</sup> Em 1775 torna a ser decretada uma nova norma testamental, que obrigava os testamentários sem parentes a deixarem à Casa da Misericórdia metade do seu património. Mais uma vez, foi enviada para Nápoles uma cópia traduzida de uma lei pública portuguesa.<sup>1043</sup>

Em 1776, o debilitado estado saúde de D. José agrava-se, forçando a cedência da chefia do reino à rainha Mariana Vitória, em 29 de novembro. Uns dias mais tarde, o ministro plenipotenciário, Príncipe de Raffadali remete para a sua corte uma cópia do decreto que oficializa a regência de Mariana Vitória.<sup>1044</sup> O período de regência marca o início do fim do reinado josefino e, conseqüentemente, o desfecho da governação reformista pombalina.

#### **4.6. As políticas reformistas de Pombal e Tanucci na visão dos diplomatas.**

*“Encho-me de prazer da veneração com que se fala em V. Excelência, sabendo quanto se tem espalhado pela Europa a fama das suas virtudes. Só quem sai de Portugal conhece bem a ignorância, em que estávamos metidos, antes que V. Excelência pusesse mão à grande obra de reformar os Estudos, as Finanças, de estabelecer o Comércio, as Manufaturas, de regular as Tropas, a Marinha, efeito de uma venturosa e sólida administração, o que nós desprezámos durante bastantes séculos. Passávamos no espírito das outras Nações por bárbaros, e V. Excelência é a causa de que hoje se forme um bem diferente conceito.”*<sup>1045</sup>

As palavras citadas neste excerto inicial foram dirigidas a Sebastião José de Carvalho e Melo pelo diplomata D. Vicente de Sousa Coutinho, em ofício enviado de Turim, com a data de 23 de abril de 1763. Este diplomata português caracteriza assim, de forma sucinta, a sua visão pessoal, e a de terceiros, acerca da governação pombalina e dos progressos recentes do reino face a um passado precário.

---

<sup>1042</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 06-09-1774.

<sup>1043</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 07-03-1775.

<sup>1044</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês Sambuca, de 10-12-1776.

<sup>1045</sup> ANTT, MNE, Caixa 857, de D. Vicente de Sousa Coutinho para Carvalho e Melo, de 23-04-1763.

A administração do Marquês de Pombal enquadra-se num contexto político que abrange também alguns outros estados europeus da segunda metade do século XVIII, tradicionalmente classificados pela historiografia como sendo regimes políticos assentes nos princípios de um despotismo esclarecido ou absolutismo iluminado, baseados em governos fortemente centralizados, liderados por políticos poderosos, cuja finalidade primordial era o desenvolvimento de amplos programas reformistas.

Nesta mesma linha política, podemos incluir, também, o caso do reino de Nápoles sob a liderança de Bernardo Tanucci. Assim sendo, partindo da suposta existência de um paralelismo de ideais ou projetos políticos entre Portugal e Nápoles, pretende-se aqui, essencialmente, reportar algumas das opiniões produzidas no contexto das representações diplomáticas dos dois reinos relativamente ao reformismo de Pombal e Tanucci.

Pode, desde já, afirmar-se que, através da análise das fontes diplomáticas portuguesas e napolitanas, se torna claro que o pombalismo e o seu protagonista central (Pombal) suscitavam maior curiosidade e desencadeavam mais controvérsias do que as práticas políticas lideradas por Tanucci em Nápoles. Não se quer com isto dizer que um reino teve mais preponderância política do que o outro, nem se pretende fazer uma análise comparativa, em termos quantitativos ou qualitativos, das medidas reformistas desenvolvidas nos dois reinos. Apenas está em causa assinalar que, no plano do fluxo epistolar realizado pela via diplomática, a conjuntura política portuguesa e os seus protagonistas recebiam claramente maior atenção da parte napolitana do que o inverso.

Aspetos como o juízo formulado pelos ministros plenipotenciários portugueses e napolitanos, sobre os governantes e respetivas práticas políticas, a opinião pessoal de Bernardo Tanucci acerca da legislação pombalina, a troca de cortesias e palavras de louvor transmitidas entre Pombal e Tanucci, por intermédio dos diplomatas e, por último, a perceção dos contextos em que, na correspondência diplomática, eram utilizadas expressões como governo ou governante iluminado, despotismo e razão de Estado, entre outras, permitem traçar, em alguns pontos, uma proximidade, consciente ou não, entre os dois regimes políticos em análise.

A propósito da correspondência diplomática e do seu conteúdo, existe, dentro do correio que circulava entre Portugal e Nápoles, alusão a um infindável número de assuntos relativos à história política e cultural destes dois reinos. Neste sentido, não é possível

permanecer indiferente à época em análise, marcada pela difusão dos ideais iluministas e por reformas relevantes em muitos Estados Europeus.

Portugal e Nápoles passaram, indiscutivelmente, por um processo reformista, cujos fundamentos ideológicos podem, ou não, estar relacionados com a filosofia das luzes. No entanto, deve sublinhar-se que este estudo não quer entrar no já frequente debate historiográfico, formulado para estabelecer como correta ou incorreta a associação que se tem feito entre as reformas políticas de algumas monarquias europeias e a cultura das Luzes, ligação essa que entra no reconhecimento de certos reinos europeus como sendo geridos por um “despotismo esclarecido” ou “absolutismo iluminado”, como nos casos de Portugal e Nápoles.

O que se pretende aqui é simplesmente averiguar qual a frequência do uso de expressões como “governante iluminado”, “despotismo” e “razão de Estado” na escrita diplomática dos representantes napolitanos e portugueses. Quando nesta se recorria à expressão “iluminado”, na maior parte das vezes, a alusão apontava para os próprios monarcas ou para os principais secretários de estado, normalmente em jeito de elogio ou exaltação das personagens ou respetivas medidas governamentais.

O ministro plenipotenciário napolitano Michele Pignatelli, num longo ofício dirigido a Bernardo Tanucci, anota, consciente ou inconscientemente, aqueles que são para ele “pessoas ilustradas” na corte portuguesa. Naturalmente que D. José, sendo o monarca, é o primeiro a ser destacado, seguindo-se Pombal. *“Este monarca é adorado pelos seus súbditos e respeitado pelos forasteiros que aqui se demoram, é geralmente reputado por ser um príncipe bastante iluminado, de muita penetração, com um génio fácil de compreender qualquer coisa difícil, amante da justiça mas muito mais da piedade, gracioso, magnânimo e sem limites generoso, em suma, dotado de todos os atributos de um grande príncipe pai do seu povo.”*<sup>1046</sup>

Sucedem-se a exposição das principais distinções acerca do Conde de Oeiras, cujo poder é claramente enunciado. *“O senhor conde de Oeiras pode ser considerado um homem raro, iluminado, de ciência, pronto para imaginar, corajoso para empreender, forte e constante para sustentar, feliz a executar qualquer grande e difícil coisa...Ele é, portanto, árbitro, ele é o tudo, e embora outros sujeitos sejam encarregados de diversos*

---

<sup>1046</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-12-1761.

*empregos de Estado e de corte, todos são máquinas puramente materiais que atuam na medida que ele as move.*”<sup>1047</sup>

Independentemente das fontes inspiradoras das reformas desencadeadas em Nápoles e Portugal, sob a liderança de Tanucci e Pombal, serem ou não de doutrina iluminista, parecia correto aos diplomatas atribuir elogios a determinadas políticas, como sendo oriundas de espíritos ilustrados. É certo que o uso da expressão poderia derivar de um hábito lexical recorrente e contemporâneo, mas também é verdade, pelo menos na escrita diplomática, que esta locução aparece sempre associada a políticas estaduais e aos seus principais responsáveis.

Vejam, então, algumas medidas que mereceram elogios por parte dos ministros plenipotenciários, justificados pelo seu cariz ilustrado. Um dos casos é a reforma da Universidade de Coimbra, na década de 70, que aparece como meritória do louvor do diplomata Vespasiano Macedonio. Neste ponto, devem destacar-se, sobretudo, os novos estatutos da Universidade, uma reestruturação que, segundo Nuno Gonçalo Monteiro, “adoptou concepções mais proximamente inspiradas no Direito Natural moderno e que se podem situar no campo iluminista.”<sup>1048</sup>

Para o diplomata de Nápoles, Pombal aparecia como o grande mentor da reforma da Universidade portuguesa, execução possibilitada pela iluminação superior de que era dotado o valido de D. José. Um único problema parecia conter o total sucesso da reestruturação da Universidade, a ausência de indivíduos suficientemente providos para pôr em prática as reformas estabelecidas no ensino superior. *“Este Sr. Conde que entre a muito grave e séria ocupação do seu emprego, não perdeu mais de vista a extirpação do ócio e da ignorância deste reino, que tem sido até agora as duas pedras contra as quais se tem geralmente perdido os portugueses, depois de se ter estabelecido nesta capital as artes necessárias, como uma fonte que poderá ao longo do tempo derramar-se sobre as províncias, tornou-se hoje na sua séria atenção à Universidade de Coimbra, e está de facto aplicado na reforma geral destes estudos conhecidos por experiência irregular e inútil. Ajudado nesta obra pela sua iluminação superior, grande é o*

---

<sup>1047</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>1048</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “O Tempo de Pombal”, in, Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, p.375.

*benefício que fará à sua Nação. A única dificuldade consiste em ser capaz de encontrar entre os seus portugueses, sujeitos capazes de seguir o seu plano.*”<sup>1049</sup>

A legislação pombalina desenvolveu, também, algumas mudanças a nível dos direitos civis, tanto no reino como nos territórios coloniais, apostando no aumento da liberdade de circulação, propriedade e comércio dos nativos, quer no Brasil quer no oriente; suprimindo-se, ainda, a distinção entre cristãos novos e velhos, o comércio de escravos e a escravatura na metrópole.<sup>1050</sup>

Quanto à questão da escravatura, ainda que não a anulasse na totalidade do império português, o governo de Pombal pelo menos iniciou uma política nesse sentido, algo que o representante de Nápoles em Lisboa considerou digno de um governo que se pautava pela razão. *“Fala-se na publicação de uma Lei que passou já pela Chancelaria, a qual não só declara livres todos os filhos de escravos que nascerem em Portugal depois da publicação dessa, mas ainda faz a liberdade aos adultos à medida que vão morrendo os seus atuais patrões. Esta disposição para além de ser digna da humanidade deste soberano e do seu iluminado Ministério, é consoante à natureza e à razão.*”<sup>1051</sup>

Em 1768, Pombal manda unir a Misericórdia ao hospital dos expostos impondo-se uma gestão mais atenta que confinasse os excessos na concessão de crédito à alta aristocracia, limitando os empréstimos e os prazos de reembolso dos mesmos. No seguimento destas medidas, surge, em 1775, um novo ato legislativo de Sebastião José de Carvalho e Melo, meritório da apreciação do representante diplomático napolitano, pelo qual se proibia a Misericórdia de emprestar dinheiro a juros a particulares, ou seja, *“importou mais ao Marquês de Pombal a sustentabilidade da Misericórdia do que garantir, através dela, os meios da grande nobreza.*”<sup>1052</sup>

No ofício diplomático de 28 de fevereiro de 1775, remetido a Bernardo Tanucci, aplaudia -se da seguinte forma mais uma decisão considerada iluminada: *“A união feita*

---

<sup>1049</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 29-05-1770.

<sup>1050</sup> BETHENCOURT, Francisco, “Enlightened Reform in Portugal and Brazil”, in Gabriel Paquette (Edition), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750–1830*, Trinity College, Cambridge, ASHGATE, p.42.

<sup>1051</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 9-02-1773.

<sup>1052</sup> LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna: Guia de Estudo e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.132.

*do hospital público e da casa dos expostos, no lugar pio chamado Casa da Misericórdia, tem ocupado este diligente e iluminado governo a extirpar aqueles abusos, que na respetiva administração daqueles distintos lugares eram introduzidos.*"<sup>1053</sup>

No âmbito do projeto de centralização do poder estatal levado a cabo em Portugal e Nápoles, as confrarias foram outras das instituições que estiveram sujeitas à vigilância do poder central, e, em ambos os reinos, foram promovidas diligência para a limitação do seu papel na sociedade. Num contexto geral, o número de confrarias diminuiu na Europa de setecentos, e em Portugal muitas ficaram agregadas às Misericórdias.<sup>1054</sup>

O caso napolitano, por seu turno, não deixa de ser um pouco contraditório. A vontade e tentativa de Bernardo Tanucci para minimizar o poder das confrarias ou estabelecer um maior controlo do estado existiu, porém, elas eram verdadeiros centros de poder económico. A política Tanucciana, assinalou, é certo, algum incremento da intervenção do poder civil na instituição e património eclesiástico e, mais especificamente, das confrarias,<sup>1055</sup> mas não foi tarefa fácil contrariar os interesses de algumas pessoas de estrato social influente. Durante muito tempo, recorriam às confrarias napolitanas, para contrair empréstimos, quer nobres, comerciantes, artesãos, quer os simples trabalhadores agrícolas.<sup>1056</sup>

Mesmo perante os obstáculos, a 28 de junho de 1776 sai em Nápoles uma lei régia que limita a anterior liberdade de ação das muitas confrarias do reino, passando-se a consentir a livre existência, apenas, daquelas confrarias leigas que já tivessem obtido o assentimento real das suas normas, uma legitimidade dependente do aval régio, portanto.<sup>1057</sup> Este maior controlo do governo napolitano sobre as confrarias também foi visto pelo ministro plenipotenciário português, Aires de Sá e Melo, como uma ação ilustrada. *“São bem dignos, não menos do acerto deste iluminado Ministério, que da*

---

<sup>1053</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 28-02-1775.

<sup>1054</sup> LOPES, 2010, op.cit.p.111.

<sup>1055</sup> FRANCESCHI, Fabio, “Le Istituzioni Ecclesiastiche nel Settecento in Italia tra Potere Spirituale e Potere Secolare”, in *Stato, Chiese e Pluralismo Confessionale, Rivista Telematica*, Dicembre 2010, p.23.

<sup>1056</sup> PANICO, Pietro, “La Confraternita Dei Morti di Tricase nel Giurisdizionalismo Napoletano del XVIII Secolo”, in *Itinerari di Ricerca Storica*, XXVII, 2013, numero 2, p.98.

<sup>1057</sup> GILIBERTI, Vito, *Polizia Ecclesiastica Del Regno Delle Due Sicilie*, Napoli, Presso Francesco Azzolino, 1845, p.198.

*real clemência deste soberano os dois despachos, de que remeto os inclusos exemplares, sendo de suma importância o que respeita às confrarias do Reino.*"<sup>1058</sup>

As duas grandes “frentes de batalha” do governo de Nápoles no tempo de Tanucci foram a igreja e a nobreza feudal. Se a restrição do poder clerical foi um objetivo relativamente conseguido da política de Tanucci, no que diz respeito à influência da nobreza as iniciativas legislativas do ministro ficaram aquém dos seus desejos. Após a partida de Carlos III para Espanha, em 1759, Tanucci passou a chefiar o Conselho de Regência, mas o seu cargo não foi suficiente para lhe garantir um poder sem limites, contrariamente aos que aconteceu em Portugal com Carvalho e Melo. Em Nápoles, a nobreza feudal condicionou, substancialmente, a obra política de Tanucci. Muitas medidas eram travadas por alguns membros do Conselho de Regência, oriundos de uma classe senhorial.

Ao longo dos anos, Tanucci ia denunciando nas suas cartas para o rei de Espanha “a miséria, a corrupção, a desordem, a ineficiência dos órgãos administrativos e a debilidade do poder central.” Qualquer decisão só era aprovada no Conselho através de um sistema de maioria de votos e muitas vezes prevalecia a vontade de proteger os interesses particulares.<sup>1059</sup>

Segundo a historiadora Maria Grazia Maiorini, a crise económica e social agravada pela grande fome do reino de Nápoles, em 1763-1764, foi o momento oportuno para Tanucci acometer a nobreza baronil e o poder que detinha na administração local. A falta de alimentos devia-se, especialmente, à ineficácia da gestão autónoma em muitas regiões. Este cenário possibilitou a criação da *Giunta dell'annona*, que permitiu ao Estado controlar diretamente a administração local. No entanto, mesmo não tendo constituído uma mudança extrema no que respeita ao sistema tradicional, ela foi certamente uma mudança na liberdade absoluta dos administradores locais.<sup>1060</sup>

Em pleno ano de 1764, as informações sobre a carestia napolitana circulavam por toda a Itália. De Génova, o representante do consulado português daquela cidade, Nicolau

---

<sup>1058</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 09-07-1776.

<sup>1059</sup> MINCUZZI, Rosa, *Bernardo Tanucci, ministro di Ferdinando di Borbone, 1759-1776*, Bari, Dedalo Libri, 1967, pp.10-12.

<sup>1060</sup> MAIORINI, Maria Grazia, “The Capital and the Provinces”, in Girolamo Imbruglia Edition, *Naples in the Eighteenth Century: The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p.15.

Piaggio, afirmava que os efeitos da catástrofe humanitária, provocada pela fome se deviam a “*uma administração que certamente não é muito plausível.*”<sup>1061</sup>

Passada mais de uma década da grande fome, Tanucci continuava a tentar implementar medidas em desfavor da nobreza, pelo menos era isso que transmitia para Lisboa o diplomata português em Nápoles, José de Sá Pereira “*O Despacho de que remeto a inclusa cópia mostra claramente quanto este iluminado ministério constantemente sustenta a justa máxima de abater as exorbitantes regalias, que estes barões antigamente se haviam arrogado, em prejuízo, não menos dos próprios vassallos, que da autoridade do soberano.*”<sup>1062</sup>

A tão desejada centralização de todos os poderes no Estado requeria uma submissão das instituições ao mesmo. Este argumento legitima uma abordagem à perda da supremacia do tribunal do Santo Ofício em Portugal e à ausência do mesmo, no reino de Nápoles. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, “o Marquês de Pombal desejou enfraquecer o tribunal da Inquisição, embora não o querendo extinguir por seguras razões de ordem política.”<sup>1063</sup> Em Nápoles, diferentemente, as tentativas de estabelecer a Inquisição tinham sempre fracassado. No século XVI, em pleno domínio espanhol, uma tentativa do Vice-Rei para instituir a Inquisição em Nápoles, provocou a primeira revolução religiosa de 1547.<sup>1064</sup> Os napolitanos, cientes dos horrores que desolavam a Espanha pela Inquisição, opuseram-se com uma revolta popular a essas intenções.<sup>1065</sup>

Posteriormente, no século XVIII, já no reinado de Carlos de Bourbon, o Cardeal Spinelli tentou, também, inserir no reino de Nápoles este tribunal religioso e, novamente, o povo se mostrou hostil à Inquisição, de tal forma que o rei foi forçado a decretar a abolição das disposições de Roma, seguidas por Spinelli.<sup>1066</sup>

No caso português, durante a governação pombalina, o Santo Ofício passou por um processo de reestruturação, que acarretou um maior envolvimento régio nas tomadas de

---

<sup>1061</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 16-07-1764.

<sup>1062</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 23-09-1776.

<sup>1063</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Verbo, 1982, p.130.

<sup>1064</sup> MACCHIAROLI, Gaetano, *Napoli e Filippo II: la Nascita della Società Moderna nel Secondo Cinquecento*, Napoli, a cura di I. Ascione, 1998, p.205.

<sup>1065</sup> RENZI, Salvatore De, *Tre Secoli di Rivoluzioni Napolitane*, Napoli, Tipografia D'Angelilli, 1866, p.50.

<sup>1066</sup> RENZI, 1866, op.cit.p.222.

decisão e uma diminuição do número de autos-de-fé. Não deixa, por outro lado, de ser paradoxal que Pombal se tenha servido da “velha severidade” da Inquisição para executar o padre jesuíta Gabriel Malagrida, o último condenado à morte pelo fogo, em 1761, e logo de seguida se tenham abolido os autos-de-fé.<sup>1067</sup> O fato é que a grande divulgação da morte de Malagrida transmitiu uma imagem de horror pela Europa, especialmente nos espíritos iluministas, obrigando Pombal a justificar o ato, através da publicação da sentença, traduzida em francês.<sup>1068</sup>

Apesar da controvérsia em torno da expressão despotismo iluminado, ou até da contradição que a mesma aparentemente encerra, poderá justificar-se o seu uso historiográfico na aplicação a casos como Portugal e Nápoles, nos quais havia que fazer um compromisso entre, por um lado, a vontade de transmitir a ideia de serem estados esclarecidos e abertos às novas reflexões iluministas, e, por outro, a defesa de uma razão de Estado que muitas vezes obrigava a recorrer a medidas despóticas.

A ação da Inquisição no caso de Malagrida, aos olhos do ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa, demonstra, por exemplo, uma mistura de duas ideologias completamente opostas; mesmo lembrando o ódio napolitano pela Inquisição, não deixa de aprovar o uso que dela fez o governo português. *“Às vezes, apesar do meu génio napolitano, convém-me para a política e para a boa conduta dizer bem deste Santo Tribunal (Santo Ofício), que é por outro lado aqui necessário para preconceitos e abusos dos portugueses e também para razão de Estado.”*<sup>1069</sup>

Tanucci, não obstante o seu desprezo pela Inquisição, também aplaudia a condenação de Malagrida. A 17 de Outubro de 1761, remete para Centomani, advogado e auditor da Legação de Nápoles em Roma, uma carta onde afirma que “Malagrida foi condenado por doutrina herege, falsas profecias, falsas visões e locuções.”<sup>1070</sup>

Três meses após o suplício de Gabriel Malagrida, Bernardo Tanucci escreve a Pignattelli, insistindo para que o diplomata apresentasse a Carvalho e Melo uma estampa napolitana de reprovação do Santo ofício, impressa a 8 de agosto de 1761 com o título “Interdictum Perpetuum Tribuna Inquisitionis.” Tanucci declara, na dita carta,

---

<sup>1067</sup> MAXWELL, 2001, op.cit.p.117.

<sup>1068</sup> MAXWELL, 2001, op.cit.p.107.

<sup>1069</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 03-11-1761.

<sup>1070</sup> TANUCCI, 1988, op.cit. p.221.

que “A razão de Estado é a Lei suprema...Eu espero que o Conde de Oeiras viva tanta vida que baste para substituir esta por uma outra Razão de Estado, onde o reino não só se sustente mas se aumente, regozije e que o amor e a virtude tomem suavemente o lugar do terror, e do medo da maior parte do povo...Peço a V. Excelência que me ajude a expressar ao Sr. Conde aquela infinita gratidão que devo a Sua Excelência pela bondade com a qual mostrou apreciar o meu respeitossíssimo obséquio. Pode V. excelência assegurar-lhe uma estima e veneração infinita com a qual eu admiro a sua sabedoria, a sua constância, toda a sua virtude bem rara nas cortes e nos Ministérios.”<sup>1071</sup>

Meses mais tarde, já no encadeamento da Guerra Fantástica, Tanucci escreve ao Duque de Losada, Tenente General do Exército espanhol, algo que deixa transparecer uma opinião de mediocridade relativamente à sociedade portuguesa, vista como bárbara e desprovida de razão. “*Aquela Nação pagará a pena, e não poderá evitar a desolação e o extermínio que os seus haviam provocado. Agora entendo o gosto bárbaro pelos espetáculos fatais do Santo Ofício que ainda perduram em Portugal.*”<sup>1072</sup>

Se, por um lado, Bernardo Tanucci solicitava aos diplomatas napolitanos em Lisboa a manifestação do seu respeito e admiração por Pombal, por outro, e em especial no período da guerra ibérica, não deixou de criticar a contínua violação do direito das gentes pelos portugueses na gestão deste confronto bélico, nas suas cartas para o Duque de Losada e para Ricardo Wall.

Sobre a prisão do embaixador espanhol Torrero, detido em Estremoz até à chegada segura a território nacional do embaixador português José da Silva Pessanha, Tanucci demonstra a sua revolta em carta para Wall a 25 de maio de 1762, expressando que “*é um delito novo contra o Direito das gentes, assim como é nova a pretensão da troca simultânea dos Embaixadores...O ministério de Lisboa comete um atentado horrível contra a Espanha e contra o Direito das Nações.*”<sup>1073</sup>

No mesmo dia, Tanucci escreve ao Duque de Losada um discurso semelhante, acusando o governo português de ser mais vil do que outrora haviam sido os mais poderosos

---

<sup>1071</sup> TANUCCI, 1988, op.cit.pp.335-336.

<sup>1072</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario 1762-1763*, a cura di S. LOLLINI, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1990, p.269.

<sup>1073</sup> TANUCCI, 1990, op.cit.p.140.

monarcas. “Não posso explicar a extravagância do Ministério de Lisboa em prender o Embaixador espanhol... Nem Carlos V, nem Luís XIV, nem Carlos XII, nem Solimano II, nem mesmo o Czar Pedro III, que muitas vezes pisaram a Lei em tempos a nós presentes ou vizinhos, pensaram numa barbárie tão repugnante aos costumes das Nações... O português está pleno daquele interno amor-próprio que pensa só em si, e não faz nenhuma conta dos outros, nem das consequências.”<sup>1074</sup> No mês seguinte, Tanucci temia pela segurança do diplomata napolitano acreditado em Lisboa, receando que Pignatelli tivesse o mesmo tratamento que Torrero. “Não está Pignatelli seguro para continuar quieto em Lisboa, porque não se pensa segundo a razão e o pensar comum das Nações cultas e regulares.”<sup>1075</sup>

O século XVIII é geralmente conhecido como emancipador de várias sujeições a nível político, religioso e cultural, um cenário onde, cada vez mais, teóricos e filósofos apelavam à liberdade de pensamento e ao expoente máximo dos ideais iluministas, o uso da razão. É inegável a circulação destes pensamentos de exaltação da razão natural. No entanto, certos ideais pareciam ser aceites em determinados aspetos e negligenciados noutros. Vejamos, a título de exemplo, como o diplomata Michele Pignatelli descrevia a Bernardo Tanucci sobre o intelecto das mulheres e dos pobres, na corte de Lisboa. “*As mulheres porque vivem na sua imaginação podem talvez ver, como num êxtase, as coisas no seu espectro, operando então somente a benigna luz do ciclo pela qual se informa a vida humana, mas então quando se mantêm meditando dispersam o objeto nas trevas da ignorância ou nas vozes de uma ciência errónea, porque durante o seu curso quase falta a razão vencida pelo costume, mas o quanto tirou Deus às mulheres e aos pobres ingénuos é inaplicável a V. Excelência, pela sua sana razão assistida pela verdadeira ciência que sempre venceu diretamente o dominante costume.*”<sup>1076</sup>

As palavras de Pignatelli davam resposta a um ofício anteriormente redigido por Bernardo Tanucci, em que declarava, citando Ariosto (jurista e escritor do século XVI) “que das mulheres e daqueles que igualmente têm menor compromisso, são os

---

<sup>1074</sup> TANUCCI, 1990, op.cit.p.142.

<sup>1075</sup> TANUCCI, 1990, op.cit.p.158.

<sup>1076</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 04-05-1762.

pensamentos repentinos menos racionais do que aqueles acumulados através da meditação.”<sup>1077</sup>

Este excerto permite entender que, na época, era natural negar-se uma posição às mulheres e aos mais desfavorecidos na concessão do saber e da ciência. Os próprios iluministas caem num paradoxo ao invocarem a lei e a educação como meios essenciais para garantir a liberdade individual e o bem comum, ao mesmo tempo que associam o discurso das luzes e o uso da razão particularmente ao masculino, enquanto o feminino era associado à natureza, atribuindo-se às mulheres “uma razão meramente elementar, infantil e imatura que justifica a sua submissão ao poder masculino.”<sup>1078</sup> Uma das poucas exceções a esta linha de pensamento, na segunda metade do século XVIII, parece ter sido o Marquês de Condorcet, que defendia a educação pública universal, sem diferenciação de género ou classe social.<sup>1079</sup>

Os teóricos das luzes empenhavam-se na luta pelo “esclarecimento”, pela liberdade de pensamento e expressão e, na verdade, as suas vozes ecoaram de uma forma transnacional; porém, por muito que as novas ideias circulassem, estariam sempre dependentes do poder do estado para passarem da teoria à prática, e aí residia o principal obstáculo, a aceitação ou a tolerância dos governantes perante essas novas correntes de pensamento. Figuras como Kant e Diderot tinham consciência de que era infundada a conjugação dos ideais ilustrados de liberdade civil com regimes políticos autoritários. Para ambos, “mesmo o governo de um déspota bom era mau, porque desarmava e desmobilizava os súbditos para os comportamentos pautados não pela Lei, mas por uma vontade arbitrária.”<sup>1080</sup>

Esta noção de incompatibilidade foi também abordada historiograficamente por Franco Venturi, que analisou as ditas reformas iluministas, nos Estados italianos, como sendo tendencialmente utópicas, pois contradiziam a razão de Estado pela qual se pautavam

---

<sup>1077</sup> TANUCCI, 1990,op.cit.p.47.

<sup>1078</sup> SANTOS, Ana Isabel, Ana Paula Jardim, “Marquesa de Alorna”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org), *Dez luzes num Século Ilustrado*, Oeiras, Caminho, 2013, p. 537.

<sup>1079</sup> MARQUES, Viriato Soromenho, “Condorcet. A Condição Humana como Projeto”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org), *Dez luzes num Século Ilustrado*, Oeiras, Caminho, 2013, p.221.

<sup>1080</sup> MARQUES, Viriato Soromenho, “Metamorfoses do Estado e da Sociedade Civil na Era das <Luzes>,” in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org), *Dez luzes num Século Ilustrado*, Oeiras, Caminho, 2013, p.27.

muitos dos governos do Antigo Regime.<sup>1081</sup> A teoria de Venturi é sustentada pelo pensamento de alguns intelectuais italianos do século XVIII, como Beccaria, Genovesi, Filangieri e Verri, que não só consideravam a razão de Estado um sistema de governo desajustado, como defendiam que as novas ideias não deviam ficar confinadas aos cafés, ou aos ministérios.

Na verdade, mesmo com todas as contrariedades inerentes ao controlo da liberdade de circulação das ideias no sul da Europa, o reino de Nápoles foi o berço de pensadores como Giambattista Vico, Genovesi, Galiani e Filangieri, eruditos no campo da filosofia da história, da pedagogia, da economia e do direito, todos eles tendo alcançado notoriedade além-fronteiras. Foi esta corrente ilustrada napolitana que levou Voltaire a afirmar “Quando a razão voltar a Itália é possível que seja para fixar o seu domicílio no Reino de Nápoles.”<sup>1082</sup>

No caso português, como afirma Ana Cristina Araújo, o movimento das luzes foi, irredutivelmente, singular, sendo resultado “do processo de seleção e de adaptação que vão sofrendo as orientações e os valores veiculados pela literatura estrangeira.”<sup>1083</sup> Houve de facto uma mudança gradual de paradigma, sob a forte influência dos chamados estrangeirados portugueses, uma lista que inclui nomes como Luís António Verney, Castro Sarmiento, Ribeiro Sanches e o próprio Pombal.

As mudanças progressivas no estado português, baseadas ou não no espírito das luzes, são confirmadas pelo diplomata napolitano Michele Pignatelli, que, mesmo não resistindo, com um certo exagero, a comparar negativamente Portugal com o seu reino, acaba por reconhecer alguns ventos de mudança proporcionados pela governação pombalina. “*O sistema de nobre humanidade da nossa corte, e nação, sistema ignorado por esta gente, a qual na luz da vida civil vive atrasada pelo menos três séculos a menos... É verdade que foi feita aqui alguma civilidade.*”<sup>1084</sup>

---

<sup>1081</sup> VENTURI, Franco, *Utopia and Reform in the Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University press, 1971.

<sup>1082</sup> ARETIN, Barone Karl Otmar Von, “Bernardo Tanucci ed il Problema dell’ Assolutismo Illuminato nei Paesi Cattolici, in *Bernardo Tanucci Statista, Letterato, Giurista*, Atti del Convegno Internazionale di Studi per il Secondo Centenario 1783-1983, Volume Primo, Salerno, Jovene Editore, 1986, p. 468

<sup>1083</sup> ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 15.

<sup>1084</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-12-1762.

Mesmo aderindo a alguns aspetos próprios das Luzes, e não deixando de ser um homem do seu tempo, o poder de Pombal baseou-se, também, em modelos políticos do século XVII, mais precisamente seguindo a razão de Estado de Richelieu, com quem foi comparado por alguns dos seus contemporâneos e por historiadores recentes.<sup>1085</sup>

O despotismo pombalino contrariava as liberdades exigidas pelas luzes, e mesmo que se atribuisse ao valido de D. José todo o mérito nas reformas do estado português, o seu lado tirânico era igualmente testemunhado pela correspondência diplomática, especialmente após a sua queda política em 1777. Com o afastamento do Marquês de Pombal, a sua caracterização como político despótico é feita sem quaisquer receios por várias figuras, entre elas o diplomata napolitano Príncipe de Raffadali. *“Com tudo isto é um lamentável sinal de que não há ninguém que não tenha gostado deste funestíssimo evento. Sentimento injusto e inumano, no entanto, não nasceu do ódio que os portugueses tivessem concebido contra o seu amabilíssimo soberano, mas apenas da esperança de ver a mudança de governo, mudando as suas atuais circunstâncias que atribuem ao Sistema de Despotismo Arbitrário, e quase tirânico adotado por este Marquês de Pombal.”*<sup>1086</sup> *“Golpes fatais são todos estes para o Marquês que vê destruída toda a máquina sobre a qual descansava nesta parte o seu Despotismo.”*<sup>1087</sup>

## Conclusão

A correspondência diplomática de Lisboa para Nápoles entre 1753 e 1777 focou-se especialmente nos assuntos abordados nos pontos que constituíram este quarto capítulo: o terramoto de Lisboa de 1755, a campanha contra os jesuítas, a Guerra dos Sete Anos, as relações comerciais e as reformas internas em desenvolvimento nos dois reinos sob a liderança de Pombal Tanucci. Estes são os temas mais frequentes nos ofícios diplomáticos portugueses e napolitanos.

---

<sup>1085</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Pombal’s Government: Between Seventeenth-Century *Valido* and Enlightened Models” in Gabriel Paquette (Edition), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, 1750–1830*, Trinity College, Cambridge, ASHGATE, 2009, p.323.

<sup>1086</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês Sambuca, de 24-02-1777.

<sup>1087</sup> ASN, Esteri, Busta 925, de Príncipe de Raffadali para Marquês Sambuca, de 04-03-1777.

O terramoto de 1 de novembro de 1755 é vivido e descrito na primeira pessoa, em ofício, pelo ministro plenipotenciário de Nápoles, Carlos de Guevara, ficando a conhecer-se a sua reação à catástrofe e as mazelas que dela subsistiram nos tempos seguintes. Apesar de todo o alvoroço e desordem provocada pelo terramoto, o diplomata napolitano informa a sua corte da desgraça sucedida em Lisboa, quatro dias após o cataclismo. Também o cônsul do reino de Nápoles em Lisboa, Giuseppe Moreschi transmitiu à corte napolitana a sua exposição dos acontecimentos de 1 de Novembro.

Tanto o ministro plenipotenciário como o cônsul foram mencionando nos seus ofícios a celeridade e pronta ação de Sebastião José de Carvalho, com vista à restituição da ordem na cidade de Lisboa. Ao longo dos anos subsequentes foram frequentemente noticiadas as réplicas do terramoto e as consequências da catástrofe na capital portuguesa, que alterou por completo o estilo de vida e quotidiano de todos que nela habitavam.

Relativamente às ajudas externas oferecidas a Portugal após o terramoto, não existe na documentação diplomática dos ministros napolitanos qualquer indício de auxílio por parte do reino de Nápoles. As ajudas provenientes de Nápoles destinaram-se exclusivamente ao seu ministro plenipotenciário, Carlos de Guevara, para a reparação dos danos materiais que a sua residência sofrera com o terramoto.

Em Nápoles, o ministro plenipotenciário português também registou as reações à notícia do terramoto de Lisboa. Na corte napolitana, além das naturais lamentações pelos danos e pelas inúmeras mortes causadas pela catástrofe, o maior receio – segundo o que escreveu para Lisboa o diplomata José da Silva Pessanha – era evidenciado pelos comerciantes napolitanos que tinham interesses económicos na capital portuguesa.

Este capítulo revela também as informações enviadas para Nápoles pela via diplomática sobre os planos e as novidades que marcavam a reconstrução de Lisboa – dos projetos para a edificação da Baixa pombalina até à construção da nova residência real, conhecida como Real Barraca. Nos anos subsequentes ao terramoto, os diplomatas de Nápoles foram remetendo notícias sobre a Lisboa que se erguia e as mudanças que ainda se faziam sentir na rotina diária da população da cidade. O terramoto foi, portanto, e como não podia deixar de ser, um dos temas mais frequentes e mais importantes na correspondência diplomática, de um lado e do outro. Mas, num certo sentido, aquilo que mais sobressai é a relativa superficialidade, ou o carácter meramente noticioso, com que

o assunto foi tratado. Considerando a história sísmica dos territórios subordinados ao reino de Nápoles, quer na península quer na Sicília, esperar-se-ia, talvez, que a experiência dos napolitanos na forma de gerirem os cenários de catástrofe, na arquitectura e no urbanismo de reconstrução, e noutros aspectos, pudesse ter gerado maior interação entre os dois reinos, fosse por iniciativa de Nápoles ou de Lisboa. Tal não transparece da correspondência diplomática nem há vestígios de que tenha ocorrido por outras vias.

Outro dos assuntos com maior relevo na correspondência diplomática portuguesa e napolitana foi a campanha empreendida contra a Companhia de Jesus e o curso das relações de Portugal e Nápoles com a Santa Sé. Representados como um inimigo comum para Nápoles e Portugal, os jesuítas tornaram-se durante largos anos o principal motivo de contacto entre os dois governos, convergentes no interesse de erradicar definitivamente esta ordem religiosa dos seus domínios.

A grande maioria dos textos redigidos e imprimidos sobre os jesuítas em Nápoles ou em Portugal foi sempre seguida com particular atenção pelos diplomatas de ambos os estados. No respeitante aos ministros plenipotenciários napolitanos, foi considerável a quantidade de impressos relacionados com a luta desencadeada contra os jesuítas que foi anexada aos seus ofícios expedidos de Lisboa.

A vontade de Carvalho e Melo em que a corte de Nápoles constituísse um aliado cooperante contra a Companhia de Jesus é evidente na correspondência diplomática analisada. Pombal recorria aos representantes diplomáticos napolitanos para fazer chegar a Bernardo Tanucci informações e discursos impressos que incriminavam os jesuítas, aliciando, desta forma, a corte de Nápoles a seguir o mesmo rumo em relação a esta ordem religiosa.

A causa comum contra os jesuítas demonstra, claramente, a progressiva concordância entre Nápoles e Portugal nesta matéria. O momento em que esta conformidade entre os dois Reinos se torna mais evidente – dando origem a uma cooperação direta entre ambos – ocorre com o processo de defesa ao impressor romano Nicolau Pagliarini, que tinha sido acusado e detido em Roma, cujo auxílio e proteção se deveram a uma colaboração concertada entre Pombal e Tanucci.

Após a expulsão dos jesuítas de Espanha e de Nápoles, em 1767, criaram-se as condições necessárias a outro grande objetivo de Pombal: a extinção total da

Companhia de Jesus, por ordem do Vaticano. Este foi outro ponto de convergência de interesses entre Portugal e Nápoles, embora as pressões junto da Santa Sé – para que os jesuítas fossem ainda mais hostilizados, com a aniquilação da Companhia de Jesus, por ordem papal – tenham sido especialmente protagonizadas por Espanha e França. Em 1773, o Papa declarou a extinção desta Companhia, correspondendo assim aos desejos recíprocos da corte napolitana e portuguesa.

Se, na iniciativa contra os jesuítas, Portugal e Nápoles se mantiveram cooperantes, na Guerra dos Sete Anos sucedeu o inverso. Na área da política externa, os dois reinos consideravam que o outro detinha importância secundária. Este trabalho demonstra, porém, que, na prática, a intervenção da diplomacia napolitana em Portugal no período da Guerra Fantástica – a guerra ibérica ocorrida no contexto da Guerra dos Sete Anos – foi muito além do expectável.

Nesta questão comprova-se a lealdade e subordinação dos napolitanos aos interesses de Espanha que – sendo inimiga direta de Portugal e dos seus aliados britânicos na Guerra dos Sete Anos – usa como informador e espião o diplomata napolitano acreditado em Lisboa, Michelle Pignatelli. Mesmo que oficialmente Nápoles se tivesse declarado neutral no conflito, quando Espanha declara guerra a Portugal, por recusar aderir ao Pacto de Família, torna-se evidente que os desejos dos napolitanos estavam no sucesso dos espanhóis.

Após a expulsão do embaixador de Espanha de Lisboa, e estando iminente a guerra entre os dois países, o ministro plenipotenciário de Nápoles residente em Lisboa muda de atitude. Aparentemente (e oficialmente) Nápoles procurava mostrar uma posição imparcial, não manifestando qualquer envolvimento nos assuntos de guerra. No entanto, um elevado número de cifras enviadas pelo diplomata napolitano para a sua corte demonstra que a realidade era bem diferente.

Este trabalho permite assegurar que, por ordem da corte de Nápoles, o diplomata Michelle Pignatelli foi um espião ao serviço dos interesses espanhóis, ao redigir em cifra todos os elementos de que tinha conhecimento acerca da guerra. As informações cedidas por Pignatelli eram remetidas para Nápoles que, de imediato, as enviava para Espanha. Refira-se, porém, que mesmo que Pignatelli fosse alvo de suspeita por parte do governo português, nunca foi expressada uma declaração ou condenação dos atos deste diplomata.

Outro tema central deste capítulo consistiu nas relações comerciais entre Portugal e Nápoles: as que, de facto, existiram, e as que se planearam mas não chegaram a concretizar-se. A maior revelação desta tese no que respeita às ligações comerciais entre os dois reinos relaciona-se com os planos conducentes à realização de um tratado de comércio entre Portugal e Nápoles.

Quando o ministro plenipotenciário Michelle Pignatelli é acreditado na corte de Lisboa, recebe ordens para analisar a possibilidade e vantagem de ser firmado um tratado comercial com Portugal. Este tratado deveria envolver o comércio de cereais que os napolitanos exportavam, por ser um género alimentício que frequentemente faltava em Portugal, tornando o reino muito dependente das importações. Em troca – segundo os ofícios trocados entre Bernardo Tanucci e o diplomata Pignatelli – os portugueses exportariam tabaco e outros produtos para Nápoles.

Em 1762 – poucos meses antes da guerra entre Portugal e Espanha – o diplomata napolitano considerava bem encaminhada a celebração do tratado, o que acabou por não se concretizar devido à eclosão da guerra, iniciada nesse mesmo ano. Após o conflito verificou-se uma nova tentativa por parte dos napolitanos para o referido tratado se consumar, o que volta a não acontecer, tendo o próprio Marquês de Pombal justificado ao representante de Nápoles que o entrave ao avanço de um acordo de comércio bilateral decorria do preço elevado do trigo de Nápoles e da grande distância entre os dois reinos, que retardava a chegada atempada dos cereais a Lisboa, um dado questionável se considerarmos que Portugal importava cereais de outras partes geográficas tão ou mais distantes do que o reino da Duas Sicílias.

Ainda a respeito do comércio, os ofícios do cônsul de Nápoles em Lisboa, Giuseppe Moreschi, o enfoque incidia em questões comerciais e relativas à rotina do porto de Lisboa. Na realidade, o fator que determinou a criação deste consulado era a presença regular e, ainda que oscilante, de embarcações mercantes napolitanas no porto lisboeta. No que concerne à atividade do consulado destacam-se nos seus registos o aumento da comercialização do trigo de Nápoles em Portugal, a partir de 1757. Embora esta tenha sido uma prática muito irregular e oscilante ao longo do reinado de D. José.

Nas instruções de missão atribuídas aos diplomatas constavam sempre ordens expressas para estarem atentos e transmitirem às respetivas cortes de origem os principais assuntos e atos de política interna, ocorridos nos reinos onde estavam acreditados. Relativamente à circulação de informações sobre a política interna de Portugal e

Nápoles o mais evidente é a atenção dos diplomatas napolitanos às reformas pombalinas, que parece ter-se intensificado à medida que se processava a ascensão de Pombal.

A análise da documentação diplomática de ambas as partes permite concluir que a transmissão de informações relativas à política interna foi muito mais frequente e relevante por parte dos ministros plenipotenciários de Nápoles acreditados em Lisboa, quando comparada com os relatos enviados pelos diplomatas portugueses para o reino de Nápoles, no mesmo período. Desta forma, tudo leva a crer que foi maior o interesse dos napolitanos pelo que se passava na política portuguesa do que aquele que os portugueses tinham sobre as políticas de estado aplicadas em Nápoles.

Do conjunto de leis e decretos reais enviados para Nápoles durante a governação pombalina destaca-se, sobretudo, a atenção que foi dada a algumas grandes reformas: em primeiro lugar, as que foram empreendidas na educação, tanto a alteração dos primeiros estudos como a reestruturação geral da Universidade de Coimbra; em segundo lugar, as reformas eclesiásticas, pelas quais se procurou limitar muitos dos poderes anteriormente pertencentes à Igreja; por último, as reformas militares e as de incidência económica.

No último ponto deste capítulo deu-se ênfase à questão do iluminismo e da sua aplicação em estados onde vigoravam monarquias absolutas, um aspeto que não se pretendeu aqui discutir em relação à sua associação, correta ou não, nos casos português e napolitano, mas que por outro lado foi impossível de dissociar, pois foram encontradas nos escritos da diplomacia diversas alusões a espíritos e ilustradas, despotismo e razão de estado, associadas às análises que os diplomatas faziam das políticas de Pombal e Tanucci. De acordo com o que se verificou nesta fase do estudo, é possível garantir não só alguns casos em que Tanucci e Pombal se elogiavam mutuamente e se serviram do intermédio dos agentes diplomáticos para se cumprimentarem cordialmente com expressões de admiração, existindo uma concordância nas atuações políticas de que iam tomando conhecimento.

## **Capítulo 5**

# **Formas e vias de circulação da informação diplomática**

Múltiplas vias de cariz diplomático favoreciam o contacto e troca de informação entre os reinos de Portugal e Nápoles no período pombalino, constituindo a diplomacia direta praticada pelos ministros plenipotenciários de Portugal em Nápoles e pelos representantes diplomáticos napolitanos em Lisboa apenas um dos vários canais por onde seguia a informação. Como já se verificou nos capítulos antecedentes, existiam também os ofícios dos diplomatas portugueses acreditados em Roma, Turim e Génova e ainda os do cônsul de Nápoles em Lisboa.

Nesta fase pretende abordar-se o carácter dos diplomatas e mostrar-se como trabalhavam as diversas vias diplomáticas envolvidas na troca de informação entre Portugal e Nápoles – apresentando-se quais as postas mais frequentes e seguras e quais as vias que melhor permitiram as principais notícias chegassem ao destino. Serão desvendados os vários trajectos e intermediários que proporcionavam a chegada segura da correspondência diplomática a Nápoles e a Lisboa, favorecendo-se desta forma um mútuo reconhecimento entre ambas as partes.

Após este esclarecimento – sobre a instituição política das legações diplomáticas de Nápoles em Lisboa e de Portugal em Nápoles e a forma como circulava a informação – deve atender-se à tipologia e conteúdo da mesma informação que permitirá avaliar a importância da diplomacia nas relações entre Portugal e Nápoles, no que respeita à partilha de conhecimento político e cultural.

### 5.1. Os Documentos Diplomáticos: Normas e Tipologia

A correspondência, amiúde redigida pelos diplomatas, era indubitavelmente um dos aspetos mais importantes da diplomacia, sendo (quase sempre) a única forma de comunicação entre os agentes diplomáticos e os dirigentes governativos do seu Estado de origem. Dada a importância do correio escrito entre os diplomatas e os secretários de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, os agentes diplomáticos tinham de seguir na redação da sua correspondência um método rigoroso e protocolar, nomeadamente, “o tamanho da folha, a qualidade do papel, as formas de tratamento ou endereço”.<sup>1088</sup> Verifica-se, aliás, o cumprimento destas normas de redação em muitos ofícios diplomáticos manuscritos pelos ministros plenipotenciários portugueses e napolitanos abordados neste trabalho.

Quanto à língua utilizada na correspondência, os ministros de Portugal usavam o português enquanto os diplomatas napolitanos escreviam em italiano. Os secretários de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra redigiam também na sua língua materna.

No que concerne à classificação da correspondência trocada entre os diplomatas e os secretários de estado, encontramos essencialmente os chamados ofícios e os despachos e cartas. Os ofícios eram enviados pelos ministros plenipotenciários para a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e tratava-se de um relato pormenorizado dos assuntos que consideravam importantes dar a conhecer ao secretário de estado, ao passo que os despachos eram redigidos pelos secretários de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e destinavam-se a dar uma rápida resposta aos ofícios dos diplomatas. Quanto às cartas, o seu teor era essencialmente de uso particular, não sendo documentos oficiais, embora tal como os ofícios e os despachos fossem também trocadas entre diplomatas e secretários de estado, ou mesmo entre os próprios diplomatas, serviam muitas vezes como um complemento informativo mais informal aos despachos e ofícios.<sup>1089</sup>

---

<sup>1088</sup> KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna, Universidade de Lisboa, 2011, p.48.

<sup>1089</sup> KOROBTCHENKO, op.cit. pp.55 e 56.

Como se verifica na análise da correspondência presente na documentação diplomática das legações existe um número elevado de despachos que se limitam a acusar a receção da correspondência e a informar os diplomatas sobre os principais assuntos da corte. Confirmando-se nesta pesquisa que a dimensão discursiva não era uniformizada. De facto, “os despachos podiam variar em tamanho e extensão.”<sup>1090</sup> No núcleo documental observado encontraram-se tanto despachos curtos contendo informações básicas e correntes, como outros de maior complexidade que, por necessidade do secretário de estado, eram mais longos e instrutivos, dependendo da importância dos assuntos.

Por sua vez, os ofícios redigidos pelos ministros plenipotenciários – ou pelos secretários de legação face à ausência dos primeiros – eram mais cuidados, o que é, desde logo, evidenciado pela sua extensão, em regra, maior que a dos despachos. Nos ofícios eram escritos os assuntos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos no local da missão.<sup>1091</sup> E como é possível verificar no conjunto da documentação diplomática analisada – em especial, nos ofícios da legação de Nápoles em Lisboa –, muitos eram acompanhados por anexos que podiam ser cópias de decretos, tratados, gazetas, entre outras publicações.

No que respeita à sua periodicidade, os ofícios – tanto napolitanos como portugueses – eram redigidos semanalmente ou mais do que uma vez por semana, caso o assunto que estava ser acompanhado o justificasse. Do mesmo modo que, relativamente aos meios usados para o envio da correspondência, se constata que os ofícios, despachos ou cartas trocadas entre os diplomatas e os respetivos secretários de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra eram usualmente enviados através dos serviços de correio local. Em caso de urgência ou confidencialidade, a opção passava, geralmente, pelo recurso a um transportador nacional.<sup>1092</sup>

Na correspondência com um cunho mais secreto os diplomatas preferiam, muitas vezes, de forma codificada ou utilizar tinta invisível, para se precaverem da possibilidade de interceção dos ofícios durante o percurso até ao destinatário. Também se encontram, por

---

<sup>1090</sup> KOROBTCHEKNO, op.cit.pp.54.

<sup>1091</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1092</sup> BARBER, Peter, *Diplomacy. The World of the Honest Spy*, London, The British Library, 1979, p.100.

vezes, várias cópias de um mesmo ofício: uma das formas encontradas pelos diplomatas para garantirem a chegada segura da sua correspondência ao destino final.<sup>1093</sup>

Ordinariamente, as fontes das legações diplomáticas são (como já vimos) os ofícios e despachos. Com igual relevância, existem ainda as instruções, que podem ter um caráter mais público ou mais sigiloso. Nas instruções, diplomáticas emitidas antes do início de cada missão e entregues aos agentes diplomáticos estão, normalmente expressos os principais motivos de cada missão e as finalidades centrais do Estado de origem face à presença do diplomata no Estado para onde será enviado. Nas instruções encontram-se os principais aspetos que o diplomata deverá ter em atenção durante a sua missão, bem como o nome das personalidades com que deverá comunicar.<sup>1094</sup>

## ***5.2. Vias Portuguesas***

Quando em 1753 são estabelecidos representantes diplomáticos do rei de Portugal em Nápoles e de S.M. Siciliana em Lisboa, inicia-se uma reciprocidade de representação direta por parte dos dois estados. Abrindo-se, assim, caminho a uma transmissão de conhecimento mútuo, mais frequente e substancial, concretizada pela correspondência despachada por esta via diplomática oficial. Em simultâneo, envolvem-se nas conexões entre Portugal e Nápoles diplomatas acreditados noutras cortes de Itália (Roma, Génova e Turim) que, embora de uma forma menos sistemática, também serviram de informantes ativos.

Existia, de facto, uma cooperação entre os diplomatas portugueses para que a informação chegasse de forma segura a Lisboa. Para além das postas ordinárias, por onde era enviada a correspondência diplomática oriunda ou de Nápoles ou de Lisboa, detetam-se, na documentação analisada, outras três vias mais frequentes: a de Roma, Madrid e Génova. Aparentemente, os ministros que Portugal tinha nestas cidades ficavam, por vezes, encarregues de fazer seguir por via segura, a correspondência trocada entre os Ministros portugueses residentes em Nápoles e a secretaria de estado

---

<sup>1093</sup> *Idem, ibidem*

<sup>1094</sup> BARBER, 1979, op.cit.p.52.

dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ou tomavam eles mesmo a iniciativa de enviar para Lisboa as informações que lhes chegavam às mãos relativas à corte napolitana.

Cada um dos ministros Portugueses destinados à corte de Nápoles entre 1753 e 1777 parecia optar por colegas específicos, acreditados numa legação exterior, quando não queria ou não tinha oportunidade de enviar a sua correspondência diretamente de Nápoles para Lisboa. D. José da Silva Pessanha (1753-1759), escolheu maioritariamente as vias de Roma e Madrid. Seriam, talvez, as melhores, porque no período da sua missão em Nápoles ainda não tinha ocorrido o corte de relações com a Santa Sé e a Guerra dos Sete Anos ainda não tinha oposto Portugal e Espanha.

Em Roma contava-se com a intervenção do ministro plenipotenciário Francisco de Almada e Mendonça que, por vezes, remetia para Lisboa as cartas e ofícios que os diplomatas acreditados em Nápoles dirigiam ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros. *“Dilatee a expedição do expresso que disse no correio passado ficava para expedir por me avisar D. José da Silva Ministro d El Rey nosso Senhor na corte de Nápoles me havia de dirigir um maço de cartas do Real serviço: Como amanhã chegará o dito maço conto expedir logo o expresso.”*<sup>1095</sup>

De Lisboa também chegavam até Francisco de Almada cartas que deveria despachar para o ministro português em Nápoles. *“As duas cartas que também acompanham esta, para os nossos Ministros nas cortes de Nápoles e Viena vossa Senhoria as remeterá com segurança logo”*.<sup>1096</sup> Em 7 de Março de 1758, o ministro português em Nápoles, D. José da Silva Pessanha acusa a receção das cartas de D. Luís da Cunha Manuel, por intermédio de Francisco de Almada. *“Ontem à noite recebi pela posta ordinária de Roma o despacho que V. Excelência me dirigiu na data de 11 de fevereiro próximo passado, e que me remeteu Francisco de Almada e Mendonça.”*<sup>1097</sup>

Os motivos que ditaram o uso destas vias indiretas eram variados, geralmente ligados à segurança ou à rapidez com que as postas faziam chegar a Lisboa o correio vindo de Nápoles. Um desses motivos é explicado por D. José da Silva Pessanha no ofício que

---

<sup>1095</sup> ANTT, MNEJ, MF 6450, de Francisco de Almada Mendonça para D. Luís da Cunha Manuel, de 12-07-1759.

<sup>1096</sup> ANTT, MNE, Caixa 958, de D. Luís da Cunha Manuel para Francisco de Almada Mendonça, de 11-02-1758.

<sup>1097</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de D. José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-03-1758.

envia a Sebastião José de Carvalho e Melo em dezembro de 1755. “*Como daqui não se podem expedir expressos senão 24 horas depois de partida da corte eu me valerei da ocasião de escrever a V. Excelência, pelo correio que se hade despachar a Madrid*”<sup>1098</sup>

De Lisboa também parecia não existir qualquer problema em optar pela via de Madrid quando se escrevia a Pessanha acerca de assuntos delicados, como o atentado régio de 1758. O próprio ministro português em Nápoles afirma ter recebido por D. António de Saldanha, embaixador de Portugal em Madrid, um despacho que lhe dirigia D. Luís da Cunha Manuel com um edital acerca do atentado ao rei Fidelíssimo, meses antes.<sup>1099</sup>

Quando em 1759 morre Fernando VI de Espanha e lhe sucede no trono o seu irmão, Carlos de Bourbon, rei de Nápoles, Portugal nomeia um novo embaixador para a corte de Madrid em substituição de D. António de Saldanha.<sup>1100</sup> A escolha recaiu em D. José da Silva Pessanha que parte de Nápoles juntamente com o novo rei Católico, que abdicara da coroa das Duas Sicílias em nome de um dos filhos. Antes da morte de Fernando VI, Pessanha recebe, do colega que vai substituir em Madrid, as primeiras credenciais do governo de Lisboa, indicando-lhe como deve proceder assim que seja conhecida a morte do soberano espanhol, como atesta a carta de D. Luís da Cunha para António de Saldanha: “*o caso de falecer El Rei Católico se despachará logo expresse a D. José da Silva com as credenciais para cumprimentar S. M. Siciliana na sua própria corte.*”<sup>1101</sup>

Com o rompimento de relações entre Portugal e a Santa Sé, em 1760, e com a eclosão das hostilidades entre Portugal e Espanha após a recusa portuguesa em aderir ao Pacto de Família, em agosto de 1761<sup>1102</sup>, a via de Génova – como intermediária do correio remetido e destinado a Nápoles – aumentou. Pelos ofícios do cônsul de Portugal em Génova, Nicolau Piaggio, constata-se que este era incumbido de prosseguir o envio despachos do Ministro português em Nápoles para Carvalho e Melo, em Lisboa.<sup>1103</sup>

---

<sup>1098</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de D. José da Silva Pessanha para Carvalho e Melo, de 30-12-1755.

<sup>1099</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de D. José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 23-01-1759.

<sup>1100</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008, p.182.

<sup>1101</sup> ANTT, MNE, Caixa 958, de D. Luís da Cunha Manuel para António de Saldanha, de 24-02-1759.

<sup>1102</sup> SERRÃO, José Vicente, “Guerra dos Sete Anos e Portugal”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in José Costa Pereira (coord.), Volume II, Alfa, 1986, p.302.

<sup>1103</sup> ANTT, MNEJ, MF 6450, de Nicolau Piaggio para Carvalho e Melo, de 17-08-1761.

Dois anos mais tarde, os métodos de envio mantinham-se: “O Sr. Aires de Sá e Mello, de Nápoles pela via de mar com sua carta de 10 do corrente mandou-me um maço também para V. Excelência.”<sup>1104</sup>

Durante a missão de José de Sá Pereira em Nápoles, Génova continuava a ser um dos pontos de passagem de parte da correspondência oriunda de Nápoles: “Remeto a V. Ex um pacotinho o qual contem um maço de cartas que me mandou de Nápoles o Sr. José de Sá Pereira, com ordem que pela via de mar o envie a Excelência.”<sup>1105</sup> A mesma situação é observada no percurso inverso: ofícios remetidos de Lisboa passavam pelo Cônsul genovês antes de chegarem a Nápoles, como comprova o ofício que D. Luís da Cunha escreve a Nicolau Piaggio em agosto de 1770.<sup>1106</sup>

### 5.3. Vias Napolitanas

Como acontecia no caso português, o envio das informações divulgadas através da via diplomática nem sempre era direto. O método dos ministros napolitanos acreditados em Lisboa revela-se muito semelhante, nas estratégias adotadas na expedição de notícias de Portugal para Nápoles. Espanha é a grande ponte da informação que saía de Lisboa rumo ao reino de Nápoles, passando (muitíssimas vezes) os ofícios ou cartas trocadas entre os diplomatas de napolitanos acreditados em Lisboa e o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros do mesmo reino pelos ministros de Nápoles em Espanha ou dos secretários de estado espanhóis.

Não se devem, contudo, ignorar outras vias pelas quais circulava a documentação dos diplomatas nomeados pelo rei de Nápoles para a corte de Portugal, como Génova, Londres e Amesterdão. No entanto, a transmissão de ofícios do Marquês de Fogliani e, mais tarde, de Bernardo Tanucci para os respetivos ministros em Lisboa, concretiza-se, por vezes, por intermédio dos ministros plenipotenciários de Portugal na cidade de Nápoles: “Do correio expedido por esse Ministro Sr. D. José da Silva me foi entregue hoje 25 do corrente Julho às 4 depois do meio-dia, a carta de V. Excelência de 4 do

---

<sup>1104</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 29-08-1763.

<sup>1105</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 23-01-1769.

<sup>1106</sup> ANTT, MNE, Caixa 951, de D. Luís da Cunha Manuel para Nicolau Piaggio, de 21-08-1770.

*dito mês.*<sup>1107</sup> Ocorria igualmente o intercâmbio contrário, verificando-se que os diplomatas napolitanos em Lisboa incluem nos envios para Nápoles (direcionados a Tanucci) “*os que regularmente se lhe entregam para este Ministro de Portugal.*”<sup>1108</sup>

A documentação da legação de Nápoles em Lisboa evidencia a quase inevitabilidade da passagem dos ofícios dos diplomatas napolitanos pela corte espanhola. Um dos muitos exemplos deste percurso da correspondência por terras hispânicas é o ofício de 2 de julho de 1754, enviado pelo Marquês de Fogliani a Carlos de Guevara, em que o primeiro acusa a receção de duas cartas do diplomata estabelecido em Lisboa, pela via de Espanha.<sup>1109</sup>

Os diplomatas de Nápoles colocados em Portugal aproveitavam muitas vezes a frequência e maior rapidez dos correios Lisboa-Madrid, administrados pelo embaixador espanhol acreditado em Lisboa, para fazer chegar à sua pátria, com a maior brevidade possível, os ofícios por eles redigidos. “*Dou caminho a esta carta por um extraordinário, que se vai expedir para Madrid, deste Sr. Embaixador de Espanha, e assim a receberá V. Ex oito dias antes, daquele que seria pelo ordinário de amanhã.*”<sup>1110</sup> Para Bernardo Tanucci era habitual o envio de cartas ou ofícios para Lisboa através do embaixador de Nápoles na corte de Madrid. No dia 25 de Outubro de 1757, este ministro assegura a Carlos de Guevara que continua a enviar regularmente as cartas para Lisboa, por intermédio do Príncipe de Iachi<sup>1111</sup>, representante napolitano junto dos reis Católicos.

Porém, a grande proximidade entre a corte napolitana e espanhola possibilitava outras ‘escalas’ para a correspondência destinada a Lisboa ou Nápoles. Tal significa que os napolitanos não tinham necessariamente de restringir-se aos representantes em Madrid para fazer prosseguir a correspondência até ao endereço final. Tanto o secretário de estado em Nápoles como os diplomatas napolitanos em Portugal sentiam-se seguros em despachar as cartas e ofícios por intermédio de Ministros ao serviço do rei de Espanha como Ricardo Wall – Secretário de Estado de origem irlandesa, que ocupava o lugar de

---

<sup>1107</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 25-07-1754.

<sup>1108</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara, de 27-04-1756.

<sup>1109</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 02-07-1754.

<sup>1110</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 17-01-1757.

<sup>1111</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara, de 25-10-1757.

maior destaque entre os servidores do rei de Católico<sup>1112</sup> – como aponta o ofício de 26 de janeiro de 1762, redigido pelo então ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa, Michele Pignatelli a Tanucci.<sup>1113</sup>

Nas vias alternativas à de Espanha, Génova apresentava-se como uma das possibilidades. Carlos Guevara, por exemplo, afirma receber cartas pela via do cônsul de Nápoles em Génova.<sup>1114</sup> Na realidade, esta via era pouco utilizada no trajeto de cartas e ofícios diplomáticos. A sua mais valia encontrava-se não na transmissão de informações escritas, mas na expedição de encomendas de dimensão razoável, desde animais a objetos ou alimentos, colocados no porto genovês com destino a Nápoles ou Lisboa. “*Tendo dirigido a D. Bartolomeu Poggi em Génova duas caixas com os retratos da família real... Seguirão para Lisboa na primeira oportunidade para que possam ser entregues à rainha de Portugal.*”<sup>1115</sup>

Quando em 1762 a Guerra dos Sete Anos chega à Península Ibérica opondo os dois reinos, o uso da via espanhola no envio de cartas para Nápoles torna-se menos frequente – por questões de segurança ou por inexistência de correios que ousassem passar as fronteiras. Poucos correios se atreviam a passar pelas cidades costeiras de Málaga e Cádiz, e nunca por Madrid, dado o risco que a travessia representava. Diversas cópias dos ofícios da legação napolitana na capital portuguesa foram, então, enviadas simultaneamente por Génova, Cádiz e Málaga, “*em suma por todas aquelas conjunturas que aqui se ofereceram*”<sup>1116</sup>, para garantir a sua chegada a Nápoles.

No dia 25 de Maio de 1762, a guerra ainda não impusera o embargo da transmissão de correio entre Madrid e Lisboa,<sup>1117</sup> o que acabaria por acontecer com o desenrolar do conflito ibérico. Só meses mais tarde, Pignatelli volta a falar da possibilidade de reabrir o tráfico do correio para a capital espanhola, retomando a sua normal

---

<sup>1112</sup> SPEELMAN, Patrick, “Strategic Illusions and the Iberian War of 1762”, in Mark Danley, Patrick Speelman edition, *The Seven Years' War: Global Views*, USA, Brill, 2012, p. 429.

<sup>1113</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 26-01-1762.

<sup>1114</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 24-09-1754.

<sup>1115</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 25-06-1754.

<sup>1116</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 02-08-1762.

<sup>1117</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 25-05-1762.

regularidade<sup>1118</sup> apesar de em fevereiro de 1763 se manter “*a suspensão do correio ordinário de Espanha.*”<sup>1119</sup>

A situação arrastou-se. No mês seguinte (em março), Pignatelli afiançava já não existirem beligerâncias que impedissem a retoma do normal procedimento no envio da correspondência, sem que estivesse, porém, ainda “*estabelecida a recíproca correspondência do correio ordinário de Madrid.*”<sup>1120</sup> Finalmente, em 15 de março de 1763, o diplomata napolitano avisava Tanucci que todos os países da Europa que se correspondiam com Lisboa deixavam “*a via de Inglaterra e retomam a expedição pela Espanha.*”<sup>1121</sup>

Como já demonstrado em capítulos anteriores, a guerra obrigou ao uso de novas alternativas p no envio de correspondência que se revelaram seguras que as postas ordinárias. As opções encontradas pelos diplomatas e pelos secretários de estado, obrigavam a uma maior demora na chegada da correspondência ao destino final, os percursos eram mais longos e demorados. Durante o conflito entre Portugal e Espanha, as principais vias escolhidas pelos diplomatas para o despacho de correspondência entre Nápoles e Lisboa foram as de Génova, Londres e Amesterdão.

Em 4 de Junho de 1762, o ministro plenipotenciário napolitano, Michele Pignatelli, revela que remeterá essa carta pelo cônsul de Génova, “*depois da última minha enviada a V. Excelência pela via de Londres.*”<sup>1122</sup> Quanto a Tanucci acusa em setembro de 1762 a receção de uma carta de Pignatelli pela via de Amesterdão e um duplicado da mesma proveniente de Cádiz. Neste ofício, Tanucci escreve também que lamenta a privação de Pignatelli no recebimento de cartas de Nápoles, “*as quais continuei a praticar pela via de Holanda e por aquela de Génova.*”<sup>1123</sup>

Como verificámos a guerra obrigou à adoção de medidas alternativas na troca de correspondência entre Portugal e Nápoles. No entanto, o atraso dos correios entre os

---

<sup>1118</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-12-1762.

<sup>1119</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 22-02-1763.

<sup>1120</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 08-03-1763.

<sup>1121</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci de 15-03-1763.

<sup>1122</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 04-06-1762.

<sup>1123</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 02-09-1762.

dois reinos era um fato recorrente mesmo em tempos de paz, por a distância geográfica causar, por vezes, alguma demora na receção da correspondência.

Num dos seus ofícios, o ministro plenipotenciário napolitano, D. Vespasiano Macedonio, demonstra claramente as desconformidades vigentes na emissão e receção do correio. “*Contínuo surpreso com tanta desordem, mais do que isso, não tínhamos aqui notícia alguma até agora, de que o correio de Lisboa se tinha atrasado no caminho, não chegando a tempo a Madrid para a partida do extraordinário de Nápoles. Este é um dos inconvenientes em que se vê demasiado exposto particularmente que vive a tanta distância.*”<sup>1124</sup>

A desordem atribuída por Macedonio ao funcionamento do correio português que seguia pela via de Madrid é também constatada por Tanucci: “*Faltando-me esta semana a usual carta de V. Excelência, mesmo que tenha chegado com regularidade aqui o correspondente extraordinário de Espanha, devo atribuí-lo à tardança do ordinário desse reino, que sem dúvida, como outras vezes sucedeu, não chegou no tempo oportuno da partida do correio de Madrid.*”<sup>1125</sup>

#### **5.4. Os correios e a Insegurança das Postas**

Neste ponto, pretende-se dar a conhecer alguns dos intervenientes que transportavam a correspondência que circulava de um reino para o outro, porém deve tentar-se, mesmo que de forma sumária, abordar o funcionamento dos correios no século XVIII

Sendo reconhecido que durante os séculos XV e XVI, o transporte da correspondência real, municipal ou particular era feito pelos chamados almocreves, recoveiros ou caminheiros<sup>1126</sup>, no que respeita ao século de setecentos, a responsabilidade do encaminhamento da correspondência estava nas mãos do Correio-Mor (cargo criado por nomeação real em 1520) ou dos seus delegados. Só em 1797 se verificaria a extinção do ofício de Correio-Mor, passando para a alçada do secretário de estado da repartição dos

---

<sup>1124</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 15-03-1768.

<sup>1125</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio, de 15-11-1768.

<sup>1126</sup> FRAZÃO, Luís, *História Postal da Cidade do Porto na Era Pré – Adesiva*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2006, p. 9.

Negócios Estrangeiros, nomeado administrador das postas.”<sup>1127</sup> No século XVIII foi criada pelo Correio-Mor Luís Afonso “a linha Lisboa-Elvas, por onde se fazia a ligação com Espanha e toda a Europa. Uma barca fazia a travessia do Tejo até Aldeia Galega do Ribatejo e daí até à fronteira existiam as estações de Pegões, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Estremoz, Veiros, Elvas e Badajoz.”<sup>1128</sup> Em pleno período pombalino, os correios espanhóis tinham duas malas por semana para Portugal, via Badajoz, o que levou o Correio-Mor português, José António da Mata Sousa Coutinho criou, debaixo de muitas insistências por parte principalmente de comerciantes, uma segunda carreira de correio para Espanha.<sup>1129</sup>

Vamos centrar-nos agora nas viagens dos correios que faziam circular a correspondência entre Lisboa e Nápoles. As estadas dos referidos correios nas cidades de Lisboa e Nápoles era naturalmente curta e, muitas vezes, apressada pela urgência de fazer chegar atempadamente a correspondência ao destino pretendido. O longo trajeto percorrido por quem se deslocava de Lisboa a Nápoles (ou vice-versa) obrigava a paragens que, por vezes, eram noticiadas nos ofícios dos diplomatas acreditados nas cidades escolhidas pelos viajantes para um pouso temporário.

Além de longas, as viagens podiam ser dispendiosas e sujeitas aos mais diversos imprevistos. Situações como a que descreve um ofício redigido no dia 1 de abril de 1758, em Roma, pelo diplomata Almada e Mendonça para o primo, Sebastião José de Carvalho e Melo, então secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no qual refere a chegada do correio português Joaquim Marques, chegado de Nápoles. Em Roma, Joaquim Marques solicita a Almada e Mendonça que interceda por ele junto a Carvalho e Melo, pedindo auxílio financeiro para prosseguir viagem até Lisboa. Almada e Mendonça assente, explicando a Carvalho e Melo, que o dito correio “*resolve recolher a essa corte à sua custa e como nesta sua irregular viagem foi mal sucedido espera com a proteção de V. Excelência recuperar o excessivo dano que esta lhe causou...O bom procedimento do referido correio faz com que eu tome a liberdade de o recomendar.*”

1130

---

<sup>1127</sup> FRAZÃO, 2006, op.cit.p. 25.

<sup>1128</sup> VILELA, José Luís, “Os Correios em Portugal”, in *Correios em Direto*, 1991, p. 9

<sup>1129</sup> VILELA, 1991, op.cit.p. 13.

<sup>1130</sup> ANTT, MNEJ, MF, 6450, de Francisco de Almada Mendonça para Carvalho e Melo, de 1-04-1758.

Usualmente os correios enviados por secretários de estado ou por diplomatas recebiam guarida nas legações diplomáticas na chegada ao destino e nas paragens que necessitassem realizar durante o percurso. Em agosto de 1759, o correio português António Vitório é recebido na legação de Portugal em Roma. Recebendo o diplomata Almada Mendonça as seguintes ordens de Lisboa, escritas pelo secretário de estado D. Luís da Cunha Manuel: *“O expresso que leva estas é António Vitorio o qual vossa ilustríssima expedirá logo sem a mínima dilação para Nápoles, e quando ele não chegue em estado de poder continuar de casa de vossa ilustríssima a carreira a Nápoles, V. Ilustríssima enviará outro que seja pessoa de sua confiança por quem vão com toda a segurança os despachos que remeto para D. José da Silva.”*<sup>1131</sup>

Quase dois meses depois há de novo notícias do paradeiro deste correio, António Vitório. Almada e Mendonça anuncia que Vitório retornara a Roma provindo de Nápoles e que dali prosseguiria viagem com toda a pressa para Lisboa, pois o ministro plenipotenciário de Portugal em Nápoles, D. José da Silva Pessanha, *“me pede que não faça demorar muito este expresso.”*<sup>1132</sup>

Para além de Roma, a cidade de Génova parecia ser – especialmente após a rutura de relações entre Portugal e a Santa Sé – um frequente local de paragem dos correios que viajavam entre os reinos de Nápoles e Portugal. O cônsul em representação da corte portuguesa naquela cidade, Nicolau Piaggio, anotava a passagem dos expressos nos seus ofícios para Lisboa e (como já referido) prestava a costumada assistência se necessário, como demonstra a sua correspondência para D. Luís da Cunha Manuel, no dia 1 de fevereiro de 1762. *“Sábado passado pelas nove horas da manhã chegou-me aqui o correio Manuel Marques, que V. Ex despachou do sítio do Pinheiro para Nápoles. O dito correio disse-me que necessitava de dinheiro para poder continuar a sua carreira.”*<sup>1133</sup>

Deste expresso de nome Manuel Marques pode concluir-se a sua chegada a Nápoles e o seu retorno a Génova vinte e dois dias após ter estado pela primeira vez naquela cidade, de onde saiu para voltar a Lisboa. *“Me chega o correio Manuel Marques que de*

---

<sup>1131</sup> ANTT, MNE, Caixa 958, de D. Luís da Cunha Manuel para Francisco de Almada Mendonça, de 20-08-1759.

<sup>1132</sup> ANTT, MNEJ, MF, 6450, de Francisco de Almada Mendonça para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-10-1759.

<sup>1133</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-02-1762.

*Nápoles aquele Sr. Aires de Sá e Mello Ministro Plenipotenciário de El Rey Nosso Sr. o despachou para essa nossa real corte.*”<sup>1134</sup>

No ano seguinte (1763), um outro ofício do cônsul de Génova para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra permite verificar as cautelas que deveriam os correios tomar nas suas jornadas por Itália, por naquela ocasião a corte de Roma ser considerada hostil opositora ao governo de Portugal. Este ofício mostra que apesar dos perigos, por vezes os expressos portugueses ousavam passar por Roma. Revelando também a intervenção de um correio napolitano que retornava de Lisboa e que garantiu a segura chegada do seu colega a Nápoles. “*Sexta-feira 15 do corrente, pelas dez horas e meia da manhã, o expresso Jaquez Gerardo chegou aqui felizmente, entregou-me a muito venerada carta de V. Excelência de 23 de junho, da qual fiz a devida estimação. A teor das ordens que V. Excelência foi servido de me dar, fiz seguir ao dito sua viagem para a corte de Nápoles, com ter-lhe instruído, e insinuado o caminho que devia tomar chegando a Viterbo, sem passar pela de Roma, mas como ele veio em companhia do correio de Nápoles, seguindo a jornada com o mesmo, com o forasteiro, que vai armado com o mesmo correio de Nápoles, e procurando entrar de noite em Roma, tirando-se as armas de peito, antes de chegar no estado pontifício, bem pode passar por lá sem suspeita, que ninguém o conhece. Por ser certo que o referido correio de Nápoles saberá guardar o segredo conhecendo a proibidade do dito homem. Espero brevemente de ouvir do Sr. Aires de Sá que terá recebido o dito expresso, e que passasse pelo Estado Pontifício, com toda a felicidade e dissimulação.*”<sup>1135</sup>

No dia 1 de Agosto de 1763, Piaggio escreve a dar a notícia da jornada de regresso do correio Gerard que vinha de Nápoles e cujo destino era Lisboa. “*Esta madrugada me chegou de Nápoles o expresso Jaques Gerard, que foi daquele Exmo. Sr. Aires de Sá e Melo, despachado para essa corte. Mas como o dito pobre Gerard veio com uma grande febre e muito abatido, em lugar de lhe fazer prosseguir logo sua viagem, foi preciso mandar-se chamar o médico...porém muito se teme que para amanhã esteja em estado e capaz de poder continuar esta jornada, se não com muito perigo de ficar no caminho e de perder a vida. Neste caso que o médico não consente que o faça seguir sua carreira, por não fazer sortir maior demora, ao serviço de S. Majestade, nem maior*

---

<sup>1134</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 22-02-1762.

<sup>1135</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-07-1763.

*dilatação aos despachos para V. Excelência e para o Excelentíssimo Sr. Conde de Oeiras, me tenho determinado de expedir outro correio, um dos melhores desta sereníssima república, em lugar de Gerard, o qual aqui nesta casa será muito bem assistido.*”<sup>1136</sup>

As longas viagens feitas por estes correios ao serviço do Estado eram obviamente antecedidas de muitas precauções: era-lhes atribuído um passaporte que legalizava as deslocações, como demonstra o passaporte passado no dia 3 de março de 1769, em Lisboa, ao correio José Gonçalves de Abreu. “*Se deu passaporte ao correio José Gonçalves de Abreu, que foi expedido com cartas do real serviço para os Ministros de S. Majestade residentes nas cortes de Madrid, Paris, Veneza e Nápoles, assinado pelo Sr. conde de Oeiras.*”<sup>1137</sup> Outro destes modelos encontra-se num passaporte emitido no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em março de 1777, no qual se declara: “de Lisboa faz jornada pela posta para as de Madrid, Paris, Turim, Roma e Nápoles o correio de gabinete Domingos Joseph de Andrade.”<sup>1138</sup>

O século XVIII “foi por toda a parte um século de desenvolvimento de comunicações, de epistolografia, de correios, de viagens — de intercâmbio, como hoje se diria”.<sup>1139</sup> Tais evoluções no modo de fazer circular a informação não afastavam, contudo, as incertezas relativas à segurança das vias de correspondência. Na realidade, a falta de garantia das postas era um dado adquirido pelos agentes diplomáticos que, por vezes, viam os seus ofícios ou cartas desviados da rota pretendida, como é assinalado num ofício de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel: “*Segundo o que me escreve de Madrid neste correio o nosso embaixador, vejo se tem desencaminhado, ou retido alguns dos meus ofícios.*”<sup>1140</sup>

Os escritos dos ministros de Portugal em Nápoles revelam, claramente, o receio dos diplomatas em remeter notícias de carácter sigiloso pelas postas ordinárias. Para contornar o problema, escolhiam vias mais seguras ou optavam por as enviar através de

---

<sup>1136</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-08-1763.

<sup>1137</sup> ANTT, Ministério do Reino, Livro 384, passaporte de 03-03-1769.

<sup>1138</sup> ANTT, MNE, MF 6208, passaporte de 02-03-1777.

<sup>1139</sup> MONCADA, Luís Cabral de, *Um Iluminista Português do Século XVIII: Luiz António Verney*, Coimbra, 1941, p.101.

<sup>1140</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-05-1765.

um criado particular de confiança no lugar dos costumados correios, atendendo ao sigilo ou importância da correspondência transportada.

Num ofício de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel são referidos tanto o uso do criado de legação como estafeta, como o uso de alternativas às postas ordinárias. *“Quinta-feira 20 do corrente chegou a esta casa um criado de Francisco de Almada e Mendonça o qual tinha partido de Roma no dia antecedente, e me entregou o despacho que V. Excelência me dirigiu na data de 7 de maio próximo passado, com os papéis impressos e manuscritos de que nele faz menção... Se nesta corte houver novidade que diga respeito a esta matéria, a qual eu não deva fiar da incerteza das postas, a passarei ao conhecimento de V. Excelência por outra via.”*<sup>1141</sup>

Num outro relatório, Pessanha expressa nitidamente que a falta de segurança das postas era usual, o que justifica a sua opção por outra via menos trivial. *“O justo motivo que tenho para não dizer a V. Excelência pelas postas ordinárias o que pede segredo, pelo perigo a que vão sujeitas as notícias que por elas se escrevem, e o dever de evitar expedir expressos sem que a causa de o fazer seja muito necessária, pelo que esta novidade dá sempre em que cuidar, me obrigam a tomar a resolução de mandar passar a Madrid um criado meu com estas cartas, remetendo-as ao embaixador António de Saldanha para que ele as dirija a V. Excelência pelo primeiro extraordinário que se lhe ofereça”*.<sup>1142</sup>

Como se examinou, o encaminhamento de informações secretas de Nápoles para Portugal era uma realidade, como provam as afirmações dos diplomatas portugueses em Nápoles e as mensagens em cifra inscritas nos ofícios de 20 de agosto de 1765<sup>1143</sup> e de 15 de novembro de 1768.<sup>1144</sup> O caráter sigiloso de determinada correspondência obrigava a manobras específicas dos diplomatas, no envio seguro do correio para Lisboa. Uma carta datada de 8 de outubro de 1763 – que Aires de Sá e Melo envia ao Conde de Oeiras – revela o envio de informações sigilosas, prestadas por um informante secreto e o cuidado requerido na expedição da mesma. *“De Segredo: “Um Ministro muito sério que me obrigou a prometer-lhe de não escrever o seu nome, me comunicou*

---

<sup>1141</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 25-07-1758.

<sup>1142</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-02-1759.

<sup>1143</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-08-1765.

<sup>1144</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-11-1768.

*que lhe tinham certificada uma secreta negociação do Ministério Romano relativo aos jesuítas na corte de Espanha, que as principais figuras de que poderá instruir-se eram o médico e secretário da rainha católica mãe, e uma dama, por meio dos quais se prometiam introduzir tais sugestões e intrigas na corte de Lisboa, que se esperava a diminuição ou inteira perda do bem merecido credito que tinha o Sr. Sebastião José no conceito de El rei, que o enredo não era para desprezar porque a rainha católica estava declarada protetora dos padres e muito preocupada dos sentimentos romanos...Me achei na obrigação de participa-la logo a V. excelência tomando as precauções possíveis para que esta carta não fosse aberta antes de chegar às mãos de V. excelência.*<sup>1145</sup>

Também os ministros plenipotenciários napolitanos junto do rei Fidelíssimo tinham consciência da insegurança das postas. Como já referido, a sua estratégia passava pelo envio de vários exemplares de um ofício, cujas cópias partiam de Lisboa por diferentes vias.

A maior ‘arma’ dos diplomatas napolitanos para evitar o perigo de perda ou violação de correspondência era o uso frequente da escrita cifrada, sempre que os assuntos exigiam sigilo. Conclusão fundamentada pelo vastíssimo número de ofícios e cartas em cifra que se encontram na documentação da legação de Nápoles em Lisboa. O maior volume de cifras encontrado na correspondência refere-se ao período da Guerra Fantástica (1762-1763), que terminou com a assinatura do Tratado de Paris em 10 de fevereiro de 1763.<sup>1146</sup>

A guerra obrigou a redobrar os cuidados no envio de informações, num período em que a necessidade de as enviar também acrescia. O ofício em cifra redigido por Pignatelli em 9 de março de 1762 demonstra de modo elucidativo a indispensabilidade de recorrer a esse subterfúgio: *“Eu sou mais do que nunca, com a maior necessidade do esclarecimento e da Instruções de V. Excelência sobre a minha conduta...O implacável ódio entre portugueses e espanhóis ameaça tragédia, são amigas ou inimigas as armas*

---

<sup>1145</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de Aires de Sá e Melo para Conde de Oeiras, de 08-10-1763.

<sup>1146</sup> CASTRO, José Ferreira Borges de, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 478.

*de Espanha? e a paixão que em mim devia supor pela felicidade dos projetos do Rei Católico me fará suspeito?*”<sup>1147</sup>

Nápoles era oficialmente neutral perante o conflito que opunha os ingleses e os portugueses aos espanhóis e franceses mas, oficiosamente estava ao lado do eixo franco-espanhol. Era inevitável que Nápoles tomasse partido por Carlos III<sup>1148</sup>, posição que não era desconhecida dos oponentes de Espanha (Portugal e Inglaterra). O anseio de reportar a Tanucci notícias sobre as contendas entre as cortes ibéricas e o sigilo das informações que remetia obrigaram o diplomata napolitano em Lisboa a procurar diversas vias de despacho da correspondência e a recorrer ao uso da cifra.

Em 2 de fevereiro de 1762, o ministro plenipotenciário Michele Pignatelli escreve a propósito deste assunto: *“As faltas de barcos ingleses não têm muitas notícias, se bem que alguns pretendem, que o retardo das mesmas seja em si uma notícia, que merece reflexão, deduzindo-se que se maquina em Inglaterra qualquer coisa de grande expectativa, em que o segredo muito premente deixe suspensa a saída de correios, e de outro meio de comunicação com nações externas.”*<sup>1149</sup>

Contornando os embaraços das expedições, a eficácia do modelo seguido por Pignatelli no envio dos ofícios, triunfava. Tanucci acusava a receção dos ofícios, alegando que os recebia com *“toda a regularidade”*.<sup>1150</sup> O mesmo não se pode dizer das cartas remetidas por Tanucci para Lisboa. Perante a iminência da Guerra, Pignatelli queixava-se da falta de cartas de Nápoles<sup>1151</sup> chegando mesmo a equacionar uma interrupção na regular correspondência mantida com Tanucci, ao declarar: *“temo muito que as nossas cartas sejam interrompidas por algum tempo e esta é a maior desgraça que nesta conjuntura podia esperar.”*<sup>1152</sup>

Os receios de Pignatelli confirmaram-se. Durante o mês de julho de 1762 a exatidão no envio semanal de ofícios foi quebrada – porque o diplomata não escrevia ou porque os ofícios eram desviados antes do seu destino. Na documentação da legação napolitana

---

<sup>1147</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 09-03-1762.

<sup>1148</sup> PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE, 2010, pp.64 e 65.

<sup>1149</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 02-02-1762.

<sup>1150</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 30-03-1762.

<sup>1151</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 11-05-1762.

<sup>1152</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 18-05-1762.

em Lisboa apenas constam dois ofícios de Pignatelli de julho e são nulas as costumadas respostas de Tanucci nesse mesmo mês.

Embora sem a pontualidade pretendida, a troca de ofícios entre Tanucci e o representante diplomático permanece nos meses seguintes. O secretário de estado *“lamenta a privação em que Pignatelli se encontra, por vezes, do recebimento de cartas de Nápoles, “as quais continuei a praticar pela via de Holanda e por aquela de Génova”*.<sup>1153</sup> Pouco tempo depois, Tanucci comunica a Pignatelli já conhecer os *“motivos que embaraçaram a nossa correspondência.”*<sup>1154</sup> Tais razões advinham de o trânsito dos barcos que levavam as cartas pela via inglesa ser menos frequente e mais incerto, o que explica a opção de Tanucci em expedir as suas cartas para Portugal pela via da Holanda. Pignatelli chegará à mesma conclusão ao saber que durante quatro semanas não saíram barcos para Inglaterra. Impedido de expedir o correio por esta via, apenas consegue enviar a sua correspondência através da via holandesa.<sup>1155</sup>

Conhecidas as vias mais frequentes da correspondência entre Portugal e Nápoles, questione-se agora a tipologia e conteúdo das informações políticas e culturais trocadas entre estes dois reinos. Com este fim, examinem-se as relações paralelas estabelecidas entre diplomatas, e entre estes e outras figuras eminentes, o que ajudará a conhecer alguns informantes dos agentes diplomáticos e a destacar situações de convergência e divergência que, inevitavelmente, ocorreram entre os reinos de Nápoles e Portugal.

### ***5.5. O Conteúdo da Mala Diplomática***

Os diplomatas tentavam, na sua correspondência para os secretários de estado, ofícios cujo conteúdo abrangesse não apenas a rotina das cortes onde estavam acreditados, mas também todos os assuntos de ordem política e cultural que consideravam ser importante chegar ao conhecimento dos secretários de estado. Neste sentido, entenda-se como mala diplomática todo o conteúdo dos ofícios ou documentos anexos aos mesmos, que compunham a riqueza informativa da correspondência diplomática, nomeadamente a

---

<sup>1153</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 02-09-1762.

<sup>1154</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 05-10-1762.

<sup>1155</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 08-10-1762.

divulgação de obras literárias, musicais e gazetas. O que se pretende é demonstrar a forte ingerência da atividade diplomática na circulação de livros ou informações literárias, na promoção da música e envolvimento diplomático nos negócios musicais praticados entre Portugal e Nápoles, especialmente no que respeita o envio das óperas napolitanas para a corte portuguesa e, por fim, o envio e divulgação de gazetas.

### **Livros**

No período em estudo, tanto a remessa de livros como o fornecimento de novidades literárias de Nápoles para Portugal ganham relevo, destacando-se os livros e opúsculos relacionados com os jesuítas e outros sobre matérias de religião, história, filosofia e direito. Não se pode afirmar, que o envio de livros de Nápoles através do correio diplomático fosse um processo constante e movimentador de uma numerosa quantidade de volumes, mas tal não impedia os agentes diplomáticos de produzirem reparos sobre essas obras, por vezes, de autêntica censura literária.

Também se regista o envio de livros sem que seja divulgada a temática, o autor ou o título das obras, o que sugere a entrada em Portugal de livros napolitanos (pela via diplomática) que os ofícios diplomáticos não identificam. Como no caso transcrito: *“Nesta última posta recebi de Nápoles alguns livrinhos... remeto a V. Excelência um exemplar dos ditos livrinhos.”*<sup>1156</sup>

A causa anti-jesuítica foi de tal modo relevante para o ministério pombalino que as atenções dos representantes diplomáticos se centraram literalmente em tudo o que se produzia sobre a questão. A sua atitude não seria, contudo, motivada exclusivamente pelo interesse de Pombal. Também seria suscitada pela necessidade de encontrar argumentações válidas que pudessem justificar o banimento da Companhia de Jesus de Nápoles. De facto, a procura de legitimidade para a expulsão dos jesuítas de Nápoles estava a ser preparada há já muito tempo.

Em 1764, um livro em vários volumes intitulado *Inquietudini de' Gesuiti* denunciava “o perigo social e político representado pela Companhia de Jesus.”<sup>1157</sup> Esta obra foi amplamente propagada, além de avidamente e intencionalmente lida por todo o reino

---

<sup>1156</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 09-12-1765.

<sup>1157</sup> IMBRUGLIA, 2000, op.cit.p.82.

napolitano. A Portugal chegou por duas vias: pela de Génova e por diligência direta do ministro plenipotenciário de Portugal em Nápoles.

O período de tempo que separa a expedição dos primeiros tomos da obra por Génova e por Nápoles é de dois anos. A primeira notícia deste trabalho em Portugal proveio do ofício que, em 5 de maio de 1765, Nicolau Piaggio dirigiu ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: “*Tomei a liberdade de remeter a V. Excelência dois livros, primeiro e segundo tomo, que me vieram de Nápoles, intitulados Inquietudes dos Jesuítas*. Objeto de várias traduções, o mais singular dos seus conteúdos são as defensas de duas demandas, que os jesuítas daquele reino pelas usurpações fizeram a duas famílias.”<sup>1158</sup> Dois anos depois (em 1767), José de Sá Pereira remete o terceiro tomo a D. Luís da Cunha Manuel, sublinhando nele estarem contidos “*todos os escritos respetivos à expulsão dos jesuítas espanhóis dos quais muitos talvez se não fizessem até agora públicos*.”<sup>1159</sup>

Os livros de índole filosófica – que ganhavam um reconhecimento crescente na Europa de Setecentos – circulavam constantemente entre os estados europeus, o que não significa que muita dessa literatura merecesse a aceitação dos governantes. Uma obra expressamente censurada e proibida em Nápoles foi o *Dizionario Filosofico Portatile* de Voltaire.<sup>1160</sup> Analisando o ementário diplomático nesta matéria verifica-se que tanto a via do cônsul de Génova como a do ministro plenipotenciário em Nápoles comunicam a interdição da obra a Luís da Cunha Manuel. Primeiro, foi Sá Pereira quem enviou de Nápoles, o seu ofício de 20 de agosto de 1765, anexando-lhe “*uma cópia da pragmática proibitiva do Dicionário filosófico de Voltaire em todos os domínios de S.M. Siciliana*.”<sup>1161</sup> Dias mais tarde, foi a vez de Nicolau Piaggio despachar o mesmo Édito emanado da corte de Nápoles.<sup>1162</sup>

Em 1769 são anunciadas em Nápoles mais reprovações a obras provindas do exterior. “*Foi S.M servido proibir com público Édito as detestáveis obras no mesmo*

---

<sup>1158</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 05-05-1765.

<sup>1159</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 29-09-1767.

<sup>1160</sup> AMBRASI, Domenico, *Riformatori i Ribelli a Napoli nella Seconda Metà del Settecento: Ricerche sul Giansenismo Napoletano*, Napoli, 1979, p. 8.

<sup>1161</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-08-1765.

<sup>1162</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 02-09-1765.

mencionadas, como V. Excelência pode ver do exemplar incluso.”<sup>1163</sup> Pelo mesmo ofício de José de Sá Pereira deteta-se a aversão aos livros interditados, considerando serem “detestáveis obras” as seguintes publicações proibidas: *La Philosophie de l’Histoire, Dictionnaire Théologique* (atribuído a Voltaire), *La Chandelle d’Arras, Droits de L’Homme* fur l’Homme, *Christianisme dévoilé, Analyse de la Religion Chrétienne par le Monsieur Marsais. Examen importante par Mylord Bolingbroke, Catéchisme de l’ bonnetéhomme, Dialogue de qui doute & de qui adore, Derniers mots d’Epictète a son fils, Idée la Motte* le Vayer e *Mémoire sur les libertés de l’église gallicane*<sup>1164</sup>

Sobre a circulação de livros ou de informação literária oriunda de Nápoles, é aceitável classificar como diminuta a intervenção da diplomacia portuguesa quando comparada com a napolitana. Pode-se desde já garantir que o número de obras literárias remetidas de Portugal para o reino de Nápoles pela via da diplomacia foi superior ao trajeto contrário recém - analisado. Refira-se, porém, que algumas obras de origem napolitana eram enviadas para Lisboa diretamente pelo governo de Nápoles aos seus representantes na capital portuguesa, o que explica a pouca intervenção dos diplomatas portugueses neste processo.

Em 1755 foi impresso em Nápoles o primeiro volume da obra *Commentario sulle Tavole Eracleensi*, publicada um ano antes pelo clérigo Alessio Simmaco Mazzocchi. Nele o autor registou os resultados da sua análise às inscrições nas placas de bronze do século IVa.c – conhecidas como Eracleas, palavra que deu nome à extinta cidade romana de Herculano – descobertas em 1732, descrevendo as origens da Magna Grécia e dos seus habitantes.<sup>1165</sup> Dois fatores relevantes devem ser realçados neste ponto: o primeiro é a divulgação desta obra de Mazzochi em Portugal; o segundo refere-se ao envolvimento do ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa, Carlos de Guevara, na produção da mesma.

Antes de ser nomeado ministro em Lisboa, Carlos de Guevara, adquire as duas placas de bronze e oferece-as, posteriormente, ao rei de Nápoles. Ficando Alessio Simmaco

---

<sup>1163</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 27-06-1769.

<sup>1164</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1165</sup> CESERANI, Giovanna, *Italy's Lost Greece: Magna Graecia and the Making of Modern Archaeology*, Oxford, Oxford University Press, 2012, p. 8.

Mazzocchi encarregue da redação de dois volumes sobre a Eraclea.<sup>1166</sup> Mencione-se ainda que, embora Mazzocchi tenha permanecido um pouco nas sombras da historiografia – em comparação com Vico, Gnovesi, Filangieri ou Galiani – não deve excluído dos famosos estudiosos ilustrados napolitanos de setecentos.<sup>1167</sup>

No dia 6 de janeiro de 1755, o Marquês Fogliani escreve para Lisboa uma carta endereçada a Guevara, com o intuito de agradecer a impressão do trabalho de Mazzocchi e de informar o sucesso que a mesma estava a ter em Nápoles.<sup>1168</sup> Um ano mais tarde – pelo ofício de 10 de fevereiro de 1756 – Guevara revela que receberá em Lisboa o primeiro tomo da *Tavole d’Eraclea*.<sup>1169</sup> Dada a presença do patrocinador da obra em Portugal não surpreendia que a obra fosse particularmente divulgada na corte portuguesa. Por conseguinte, os primeiros exemplares enviados para Portugal destinaram-se aos Reis fidelíssimos e a Carlos de Guevara.<sup>1170</sup>

Com as escavações da década de 1730 – que conduziram à redescoberta das cidades romanas de Pompeia e Herculano, destruídas em 79 d.C por uma erupção do Vesúvio, iniciou-se a divulgação dos tesouros arqueológicos das duas cidades soterradas. Espalhando-se “pela Europa graças aos ricos volumes ilustrados publicados pelos impressores da casa real de Nápoles,”<sup>1171</sup> as primeiras informações sobre o que foi descoberto nas escavações. Em 1757 publica-se o primeiro volume de uma série intitulada *Le Antichità di Ercolano Esposte con Qualche Spiegazione*, cuja publicação dos tomos seguintes se estenderia até 1792.<sup>1172</sup>

Foi durante a chefia interina do abade Maturi na legação napolitana em Lisboa que se receberam nesta cidade os primeiros exemplares das antiguidades de Herculano. Confirmando Maturi em 31 de Outubro de 1758 a recepção de cinco exemplares do

---

<sup>1166</sup> SANTILLI, Gabriele, *Alessio Simmaco Mazzocchi e le Due Tavole Eracleesi*, Caserta, G. Nobile e c<sup>a</sup>, 1868, p.6.

<sup>1167</sup> LICATESE, Alberto, *Alessio Simmaco Mazzocchi*, Santa Maria Capua Vetere, Edizioni Spartaco, 2001, p.6.

<sup>1168</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara, de 06-01-1755.

<sup>1169</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 10-02-1756.

<sup>1170</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 28-02-1756.

<sup>1171</sup> DAVIS, John A., *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, New York, Oxford, 2006, p. 29.

<sup>1172</sup> LAIDLAW, Anne “Mining the Early Published Sources”, in John J. Dobbins and Pedar W. Foss edition, *The World of Pompeii*, New York, Routledge, 2007, p. 628.

primeiro tomo da obra: dois para os Reis, dois para os infantes D. Pedro e D. Emanuel e um último para Carvalho e Melo.<sup>1173</sup>

O segundo tomo de *Le Antichità di Ercolano* também é posteriormente enviado à corte portuguesa. Um pequeno rumor marcou a chegada deste volume a Portugal: algumas vozes afirmavam que o Santo Ofício retivera a entrega da obra ao diplomata napolitano, mas Maturi nega-o no seu ofício de 8 de Janeiro de 1760: “*não é verdade o que se diz de ter este Santo Ofício proibido o Tomo das pinturas de Herculano, é verdade, no entanto, que sendo mandado da alfândega ao inquisidor a caixa do dito livro, o inquisidor a reteve dizendo que não devia entregar-se, porque as figuras eram escandalosas. Imediatamente dirigi-me ao Sr. Conde de Oeiras, e com ar de moderado ressentimento lhe disse aquilo que ocorrerá.*” Não menos interessante é a resposta que lhe terá dado Carvalho e Melo: “*Respondeu que outra coisa não se podia esperar daquele ignorante, mas que imediatamente ma faria ter, e de facto no dia seguinte foi-me mandada.*”<sup>1174</sup>

Este incidente com o inquisidor do Santo Ofício não terá tido qualquer prejuízo no prosseguimento da difusão da obra em Portugal. Três anos mais tarde – já durante a missão do diplomata Michele Pignatelli – chegava a Lisboa o terceiro volume das “*Antiguidades de Herculano.*”<sup>1175</sup> Tanucci demonstra também o seu contentamento pela divulgação e boa receção da obra por parte do rei português, no ofício que escreve a Pignatelli no dia 1 de fevereiro de 1763.<sup>1176</sup>

Para além das publicações napolitanas que chegavam através dos ministros daquela corte acreditados em Portugal, os diplomatas tinham o maior interesse em despachar para Nápoles o que se publicava em Portugal. Como revelam as ações de Maturi que “*tendo eu prevenido este estampador, para poder ter imediatamente tudo aquilo que se imprime de curioso, esta manhã me mandou o livreto que junto.*”<sup>1177</sup>

No topo das preferências constavam as obras relacionadas com a questão dos jesuítas, assunto sobre o qual a circulação de impressos entre Portugal e Nápoles foi profusa e

---

<sup>1173</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 31-10-1758.

<sup>1174</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 08-01-1760.

<sup>1175</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 04-01-1763.

<sup>1176</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, de 01-02-1763.

<sup>1177</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 12-06-1759.

rigorosa. Em outubro de 1759, Maturi envia a Bernardo Tanucci um exemplar da obra de autor incógnito “*Reflexões de hum Portuguez Sobre o Memorial do Padre Geral dos Jesuítas, apresentado pelos Padres Jesuítas à Santidade do Papa Clemente XIII*”.<sup>1178</sup>

Em Janeiro de 1760, os textos sobre a questão jesuítica continuavam a proliferar. Maturi mantinha-se atualizado sobre o assunto através das suas leituras e mostrava-se motivado em divulgar o que lia. “*Eu uso todas as diligências para procurar o livro intitulado «Apêndice» foi-me emprestado por dois dias por um fidalgo de corte. Depois de tê-lo lido, e com prazer, fiz a devolução. O livro é bastante volumoso. O estilo parece-me muito uniforme àquele da Reflexão que enviei a V. Excelência e por isso o creio do mesmo autor.*”<sup>1179</sup> Apenas um dia depois desta afirmação remete a Tanucci outro livrete escrito em italiano – também relacionado com a Companhia de Jesus – intitulado “*Crítica de um Romano às Reflexões do Português.*”<sup>1180</sup>

A literatura anti-jesuítica pombalina insere-se na “campanha europeia de tradução das obras, leis, libelos, cartas pastorais, pareceres escritos em Portugal contra os Jesuítas”,<sup>1181</sup> constituindo a via diplomática um dos ‘braços’ responsáveis pela divulgação literária da campanha portuguesa contra a Companhia de Jesus. No respeitante à sua transmissão para Nápoles, era o próprio Pombal quem fazia questão de oferecer publicações a Bernardo Tanucci, recorrendo para esse fim aos diplomatas napolitanos.<sup>1182</sup>

O ofício enviado por Maturi em 1 de setembro de 1761 demonstra de forma cabal a intenção do ministro português de fazer chegar a Nápoles os textos produzidos contra os jesuítas, incluindo os de origem estrangeira. “*Fui almoçar no Sr. Conde de Oeiras, ofereceu-me um livro intitulado «Institutum Societaty Jesu» dois tomos de quatro, estampados em Praga em 1759.*”<sup>1183</sup>

Neste mesmo ofício, Maturi revela a Tanucci a satisfação de Carvalho e Melo ao ler numa gazeta que o jesuíta Genaro Sanchez Luna tinha sido expulso do reino de

---

<sup>1178</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 02-10-1759.

<sup>1179</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 08-01-1760.

<sup>1180</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 09-01-1760.

<sup>1181</sup> FRANCO, José Eduardo, “A Visão do Outro na literatura Anti- Jesuítica em Portugal: De Pombal à Primeira República.” in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 12, 2000, p.125.

<sup>1182</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, 31-07-1760.

<sup>1183</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 01-09-1761.

Nápoles, “e me impôs de dar a V. Exa em seu nome as suas saudações.”<sup>1184</sup> De facto, Carvalho e Melo diz ao representante napolitano ter sabido por uma gazeta do exílio de Sanchez Luna, autor do livro *La Verità Difesa*. Ainda que esta afirmação seja verídica, outras fontes o informaram, como o cônsul de Portugal em Génova que, no dia 24 de agosto escreveu para Lisboa: “Em Nápoles foi proibido por ordem do governo ao som de trompa o livro do padre Sanchez Luna.”<sup>1185</sup>

No mesmo mês de agosto, o representante de Portugal em Nápoles Aires de Sá e Melo também informa que “o rei proibia, em Nápoles, a leitura do livro *La Verità Difesa*, escrito por Gennaro Sanchez de Luna”, favorável à causa jesuítica e que o seu autor recebera ordem de desterro, tendo o Marquês de Tanucci prometido uma cópia dessa mesma ordem ao embaixador português.<sup>1186</sup> Tanucci cumpriu a promessa: na coleção Pombalina encontra-se o Decreto do rei de Nápoles de proibição do livro de Luna, o qual (segundo o diploma régio) tinha sido imprimido de forma fraudulenta na cidade de Veneza, mas registado com data de impressão em Florença no ano de 1761.<sup>1187</sup>

Este livro *La Verità Difesa* do jesuíta napolitano Gennaro Sanchez Luna – supostamente publicado em Florença – foi denunciado ao governo napolitano e remetido à Real Camara de Santa Clara, em junho de 1761.<sup>1188</sup> A publicação desta obra forneceu a Tanucci um pretexto para tentar, pela primeira vez, a expulsão dos jesuítas de Nápoles. Ainda que só alguns deles tenham sido forçados a abandonar o reino, procurando asilo em Roma. Faltou a Tanucci poder suficiente no Conselho de Regência para alcançar o pretendido. A expulsão dos padres da Companhia de Jesus do reino de Nápoles ficaria, assim, adiada por mais seis anos.<sup>1189</sup>

A expedição das obras desfavoráveis aos jesuítas de Lisboa para Nápoles continuou após a saída de Maturi de Lisboa e a chegada do novo ministro plenipotenciário,

---

<sup>1184</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1185</sup> ANTT, MNEJ, MF 6450, de Nicolau Piaggio para Carvalho e Melo, de 24-08-1761.

<sup>1186</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 778, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-07-1761.

<sup>1187</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, cód.640, fls. 123 e 124.

<sup>1188</sup> VIOU, Jean Pierre, *Novelle Interessanti in Proposito Degli Affari del Portogallo e dell' Attentato Comesso A' 3 Settembre MDCCLVIII Sulla Sagra e Real Persona di Sua Maesta Fedelissima Giuseppe I*, Berna, Tomo 0, Stamperia della Suprema Reggenza Elvetica, 1761, p.184.

<sup>1189</sup> MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome 1748-1830 An Aspect of Catholic Enlightenment*, Roma, Università Gregoriana, 1978, p.120.

Michele Pignatelli. Em 1761, circulava uma nova obra impressa em Lisboa, o “*Retrato dos jesuitas feito ao natural pelos mais sabios, e mais illustres catholicos, ou, Juizo feito à cerca dos Jesuitas pelos maiores e mais esclarecidos homens da Igreja e do Estado, desde o anno de 1540, em que foi a sua fundação, até ao anno de 1650*” que – à semelhança de outros livros já mencionados – foi divulgado em Nápoles através da via diplomática.<sup>1190</sup>

A partilha deste tipo de informação e de publicações entre Portugal e Nápoles era patrocinada por Pombal, que deliberadamente direcionava algumas obras para a corte napolitana. Por exemplo, em março de 1762, Bernardo Tanucci escreve a Pignatelli a confirmar a receção dos livros que lhe haviam sido oferecidos pelo Conde de Oeiras.<sup>1191</sup> Pignatelli responde-lhe com as seguintes palavras: “*Sinto satisfação que seja já junto a Excelência o pacote de livros, que este digníssimo Conde de Oeiras lhe havia destinado.*”<sup>1192</sup> Este ofício não refere, no entanto, os títulos dos livros enviados, não sendo possível saber se estariam relacionados com os jesuítas.

Bernardo Tanucci também se servia dos intermediários diplomáticos para divulgar junto de Carvalho e Melo alguns livros. O ofício de 11 de outubro de 1768 escrito pelo ministro plenipotenciário, Vespasiano Macedonio, exemplifica uma dessas ocasiões. “*As contínuas ocupações deste Sr. Conde de Oeiras invisível a menos que se lhe peça uma audiência particular impediram-me nesta semana de poder apresentar-lhe o livro por V. Excelência enviado.*”<sup>1193</sup>

Decorridos sete dias, Macedonio confirma o acesso de Pombal ao livro enviado por Tanucci: “*Tive finalmente quinta-feira passada ocasião de apresentar a este Sr. Conde de Oeiras o conhecido livro, de que não fez mais que mostrar o seu agradecimento e encarregar-me de agradecer a V. Excelência.*”<sup>1194</sup> Mesmo sem nunca referir o título da obra e a autoria da mesma, o diplomata napolitano assegura que Pombal leu a obra, tendo presumido que teria sido redigida por Tanucci: “*Me disse, que havia lido boa parte, que o considerava digno de toda a atenção, forte, erudito, e muito a propósito, e*

---

<sup>1190</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, 09-03-1762.

<sup>1191</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli, 23-03-1762.

<sup>1192</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, 27-04-1762.

<sup>1193</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 11-10-1768.

<sup>1194</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 18-10-1768.

*que não se enganava em acreditar que era obra de V. Excelência, enquanto em tudo encontrava a justa maneira do seu pensar.*”<sup>1195</sup>

Na resposta, Macedonio refere ao ministro português, “*que agradaria a V. Excelência sentir que esse fosse o julgamento que havia feito do tal livro ao estima-lo digno da sua curiosidade, mas que no que diz respeito a acha-lo obra sua, eu duvidava muito, sabendo por experiência quão infatigável era na séria e contínua ocupação, que lhe dava o governo desse reino para remover o tempo necessário.*”<sup>1196</sup> Independentemente do conteúdo das obras oferecidas por Pombal a Tanucci, com base nesta informação pode afirmar-se que os dois ministros tinham em comum a leitura e o acesso a algumas obras.

Em 1767 – nos meses que antecederam a expulsão dos jesuítas do reino de Nápoles – preparava-se em Portugal aquela que foi provavelmente a mais forte ‘arma literária’ contra a Companhia de Jesus: a obra *Dedução Cronológica e Analítica*. A sua verdadeira autoria sempre foi objeto de dúvida: se José de Seabra da Silva, que foi registado como autor no frontispício da obra, ou se Sebastião José de Carvalho e Melo que, por sua vontade, atribuiu a Seabra da Silva a autoria do escrito. O mais provável é que Pombal, o mentor da obra, tenha contado na sua elaboração com o contributo de vários colaboradores, nomeadamente, e para além de Seabra da Silva, Manuel do Cenáculo, Pereira de Figueiredo, Luís António Verney, Francisco de Almada e Mendonça e o Abbé Platel.<sup>1197</sup>

A documentação diplomática napolitana reforça a convicção de ter sido Pombal o principal responsável pela produção e autoria da *Dedução Cronológica*. O ministro plenipotenciário, Vespasiano Macedonio, revela-se, aliás, convicto da ação preponderante de Carvalho e Melo na referida obra: “*Estamos nas vésperas de ver publicado um livro, de que é já terminada a estampa, com o qual se dá conta de tudo o que foi feito pelos padres da Companhia desde o primeiro dia em que puseram os pés nos domínios de S. M. Fidelíssima até ao da sua expulsão dos mesmos. A obra vai em*

---

<sup>1195</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1196</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1197</sup> Entre as mais recentes contribuições para este assunto, ver GARCÍA, Mar Arenas, “La Compañía de Jesús en la *Deducción Cronológica y Analítica* Pombalina”, in *Revista de Historia Moderna*, Anales de la Universidad de Alicante, Nº 21, 2003, p.316.

nome deste Sr. Seabra procurador da coroa, mas a prática é toda deste Sr. Conde de Oeiras.”<sup>1198</sup>

Dois meses depois, em outubro de 1767, ao ser publicada a primeira parte da *Dedução Cronológica e Analítica*, Macedonio compromete-se, de imediato, a enviar um exemplar a Bernardo Tanucci, embora presuma que o próprio Carvalho e Melo já tivesse tomado essa iniciativa. “*Eu terei o dever de mandar a V. Excelência um exemplar se não for assegurado, que este Sr. Conde de Oeiras não lhe tenha feito a expedição de uma nave partida daqui para Génova.*”<sup>1199</sup> Ainda em outubro – mês em que se publica a primeira parte da obra – o diplomata napolitano informa encontrar-se já o Conde de Oeiras a trabalhar numa segunda parte.<sup>1200</sup>

Uns dias depois, Macedonio interroga-se sobre que questões versariam a continuação da obra: “*A segunda parte da Dedução Cronológica e Analítica na qual está infatigavelmente trabalhando este Sr. Conde de Oeiras, sinto que se rege em torno da doutrina dos jesuítas e da maneira de ensinar que praticaram neste reino com o objetivo de tê-lo na ignorância, e sobre a necessidade de reformar os estudos.*”<sup>1201</sup> Quando concluída, verificou-se que a *Dedução Cronológica* compunha-se por duas partes: a primeira sobre os danos causados pela Companhia de Jesus na sociedade portuguesa, apresentando a segunda “um compêndio cronológico estruturado em sete partes.”<sup>1202</sup>

Alguns meses após a publicação da *Dedução Cronológica* é editada uma nova obra que, como a anterior, tinha por finalidade fundamental atacar os jesuítas. Da autoria de Seabra da Silva, este escrito intitulava-se *Memorial sobre o cisma do Sigilismo que os denominados jacobeus e beatos levantaram neste reino de Portugal*. Dividido em duas partes, na primeira apresentava “um compêndio Histórico dos fatos do referido cisma e, na segunda, um discurso jurídico sobre a indispensável necessidade, que há de se abolir o mesmo pernicioso cisma; e sobre os meios, e modos de o arrancar pelas suas

---

<sup>1198</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 25-08-1767.

<sup>1199</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 06-10-1767.

<sup>1200</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 20-10-1767.

<sup>1201</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 27-10-1767.

<sup>1202</sup> GARCÍA, 2003, op.cit.p.319.

raízes”.<sup>1203</sup> Segundo Vespasiano Macedonio, dada a extensão deste trabalho de 268 páginas não seria imediatamente exequível uma tradução da obra para italiano. Enviaria, porém, um resumo do escrito para conhecimento de Tanucci.<sup>1204</sup>

Constituindo o Pombalismo um conjunto de forças colaborantes aos intentos do estado regalista – e não somente à vontade política de Sebastião José de Carvalho e Melo – outros autores foram responsáveis e redigiram obras, que contribuíram para fomentar as ditas reformas pombalinas. Entre outros, mencionem-se os já citados Seabra da Silva e o Padre António Pereira de Figueiredo, cujos escritos se baseiam “no repúdio do poder temporal da igreja e da sua disciplina, tal como era praticada”,<sup>1205</sup> apesar de à época persistir a ideia de que a política e a religião eram indissociáveis. Pereira de Figueiredo inspirou, assim, a reforma eclesiástica em Portugal, ao publicar, em 1766, a sua obra mais famosa, *Tentativa Teológica*, e, no ano de 1769, o seu novo trabalho intitulado *Demonstração Teológica, canónica, histórica do Direito dos metropolitanos*.<sup>1206</sup>

De Nápoles, Bernardo Tanucci escreve, então, a solicitar ao seu diplomata em Lisboa um exemplar do último escrito de Figueiredo, que lhe terá sido prontamente remetido. “*A reserva do desejo que faz notar, de ter um exemplar da obra do Padre Pereira, intitulada Demonstração Teológica, canónica, histórica do Direito dos metropolitanos, a qual procuro mandar a Génova com o primeiro navio que aqui faça vela para aquele porto.*”<sup>1207</sup>

A *Tentativa Teológica* concluída por Figueiredo em 1766 contou com a oposição pontifícia e foi contestada em Roma, pelo livro *Primatodel Romano Ponteficedifeso contro la Tentativa Teológica*, de Bartolomeo Carrara. Em 1770, Pereira de Figueiredo tece a contra-argumentação a esta crítica negativa sobre o seu trabalho.<sup>1208</sup> Passados alguns meses, Macedonio anuncia que vai enviar para Nápoles (através da via de

---

<sup>1203</sup> CATÃO, Leandro Pena, *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais Durante o Período Pombalino*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, p. 161.

<sup>1204</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, 15-08-1769.

<sup>1205</sup> CASTRO, Zília, Osório de, “Antecedentes do Regalismo Pombalino. O Padre José Clemente”, in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p.323.

<sup>1206</sup> CASTRO, 2001, op.cit.p.325.

<sup>1207</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 22-08-1769.

<sup>1208</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 13-02-1770.

Génova) a obra de Pereira Figueiredo, a qual serve de contra resposta ao Padre Carrara que fez uma crítica à sua *Tentativa Teológica*.<sup>1209</sup>

À semelhança das dúvidas suscitadas em torno da autoria da obra *Dedução Cronológica e Analítica*, em 1771, surge outro livro de teor marcadamente anti-jesuíta, ainda que inserido já num outro projeto pombalino, visando a reforma da universidade: o *Compendio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra quando foi invadida pelos denominados jesuítas, e do estrago que estes fizeram nas ciências, nos professores, e nos diretores, que a governavam por meio da sua máquina, e da publicação de novo estatuto*, que foi “redigido no âmbito da Junta de Providência Literária, organismo titular da reforma da Universidade de Coimbra.”<sup>1210</sup>

Embora na autoria se destaque principalmente o nome do Marquês de Pombal, num processo similar ao da *Dedução Cronológica*, a obra resulta de diversas colaborações que foram prestadas por Manuel do Cenáculo, Seabra da Silva, Pereira de Figueiredo, Francisco de Lemos e, obviamente, Sebastião José de Carvalho e Melo.

Sobre a obra, o representante napolitano em Lisboa, Vespasiano Macedonio, diz tratar-se de um volumoso livro de 470 páginas, que vem “*servir de prelúdio à reforma que se pretende fazer dos estudos públicos*”.<sup>1211</sup> O diplomata menciona ainda que a obra é da lavra do Marquês de Pombal, prontificando-se a enviar um exemplar a Tanucci, caso assim deseje. “*Se V. Excelência quiser ficar servida de um exemplar, não deixarei de providencia-lo.*”<sup>1212</sup>

Nesta dinâmica circulação literária entre Portugal e Nápoles observa-se que, além de os ministros napolitanos em Lisboa mencionarem nos seus ofícios as obras que iam sendo proibidas, por vezes, conseguiam adquiri-las e remetê-las para Nápoles. Como faz Macedonio, ao enviar, com o seu ofício de 11 de abril de 1769, a obra proibida *Máxima Espiritual*, de Frei Afonso dos Prazeres, publicada em 1737.<sup>1213</sup>

---

<sup>1209</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 15-05-1770.

<sup>1210</sup> ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo Cultural e Formação das Elites no Pombalismo” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Ana Cristina Araújo (coord.) Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000, p.21.

<sup>1211</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 17-09-1771.

<sup>1212</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1213</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 11-04-1769.

O envio de obras proibidas pela Real Mesa Censória repete-se em 1773, quando é interdita a obra do abade Rey na *História Filosófica e Política dos Estabelecimentos e do Comércio dos Europeus nas duas Índias*. Nessa ocasião, o secretário da legação napolitana, Niccola Piansante, confessa a Tanucci que lera este livro para entender melhor as justas razões que levaram à sua censura. “*Da tradução que tenho o dever de enviar, verá V. Excelência a impiedosa que contém... e imagino que a malícia do autor envolve a curiosidade de quem lê, fui obrigado a ver até à última página, porque o veneno que contém torna-se muito ativo e eficaz.*”<sup>1214</sup>

Dois anos mais tarde, (em 1775) o tribunal censório proíbe o livro *TripliceLacciodi amore a Cristo GesuSagramentato, ed all’ oculto nato Re di Portogallo*, editado em 1680. Piansante envia para Nápoles a tradução do Édito proibitivo e, mais uma vez, concede a sua aprovação à decisão condenatória da Real Mesa Censória, como explica a Tanucci no ofício de 28 de Março de 1775: “*Eu fiz a tradução que tenho a honra de lhe enviar não porque a coisa em si mereça, mas para fornecer a V. Excelência de passar com prazer um bocado de tempo, ao ler tanto lixo e extravagância que o autor uniu.*”<sup>1215</sup>

Após o Alvará de 5 de abril de 1768 – de criação da Real mesa Censória – verificou-se uma menor rigidez na censura literária. Com efeito, “entre 1769 e 1777, ou seja, entre a fundação da Real Mesa Censória e a exoneração do Marquês de Pombal, foram censurados, pelos deputados da Real Mesa Censória cerca de um milhar e meio de textos.”<sup>1216</sup> Contudo, somente um terço dos escritos que passavam pela análise censória era verdadeiramente suprimido. Refira-se também a diminuição da queima de livros como método de censura, após a criação da Mesa Censória que, até ao final da legislação pombalina, mandou queimar apenas seis livros.

Dois títulos queimados na fogueira são mencionados pelo ministro napolitano, Vespasiano Macedonio, quando aponta e envia a Tanucci a tradução do Decreto Censório a duas obras lançadas ao fogo na Praça do Comércio: “*uma tinha por título – Carta Apologética – escrita por Padre António Vieira da Companhia de Jesus..., outro*

---

<sup>1214</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 09-11-1773.

<sup>1215</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 28-03-1775.

<sup>1216</sup> TAVARES, Rui, “Lembrar, Esquecer, Censurar: Pombal, A Censura e as Luzes,” in *Dez Luzes num Século Ilustrado*, Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (Org.), Lisboa, Caminho, 2013, p. 267.

– *Vida do sapateiro S. Simão Gomes - composto por um membro da sociedade.*”<sup>1217</sup> Um outro caso de queima de livros é referenciado (quatro anos mais tarde) pelo representante napolitano Nicolas Piansante. Desta vez, a Mesa Censória ordenara a destruição de um escrito da autoria do jesuíta condenado à morte, Gabriel Malagrida. “*Um sermão impresso que havia por título <Juízo da verdadeira causa do terramoto que sofreu a cidade de Lisboa no primeiro de novembro de 1755 >*”<sup>1218</sup> Como sucedera anteriormente, a tradução deste Decreto foi remetida a Bernardo Tanucci.<sup>1219</sup>

No ofício de 18 de dezembro de 1770, escrito por Vespasiano Macedonio, é possível aferir o interesse da corte napolitana em conhecer o papel dos Núncios apostólicos na censura literária portuguesa. No dito ofício constam as seguintes palavras redigidas pelo diplomata: “*Leio no fôlio assinado de 13, o desejo em que está a Majestade do Rei Nosso Senhor de saber com clareza o sistema desta nunciatura para aquilo que se relaciona com a Mesa Censória. Sobre este assunto tenho a honra de dizer a V. Excelência que o direito de examinar, admitir e proibir a entrada de livros neste reino sempre pertenceu ao Tribunal da Inquisição, ao Ordinário e ao Supremo Tribunal de Palácio, chamado aqui de Desembargo do Paço, nunca o Núncio apostólico teve ou reclamou parte ou ingerência alguma.*”<sup>1220</sup>

Registe-se, por fim, o conhecimento que existia em Portugal do principal *corpus* legislativo napolitano, tal como estava compendiado na obra *Archiviodella Reggia Giurisdizione del Regno di Napoli*, dividida em 18 tomos, datada de 1721 e da autoria de Bartolomeo Chioccarelli e Angelo Rocchi. Nas fontes consultadas não se encontra rasto da sua entrada em Portugal, mas o facto é que existe um exemplar na Torre do Tombo<sup>1221</sup>, e um suplemento com o seu índice faz parte da coleção Pombalina da Biblioteca Nacional, tendo feito parte, portanto, do próprio espólio do Marquês de Pombal.<sup>1222</sup>

Embora não se tenha encontrado nem nas fontes diplomáticas napolitanas nem nas portuguesas indícios sobre a divulgação das obras do napolitano António Genovesi em

---

<sup>1217</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 21-06-1768.

<sup>1218</sup> ASN, Esteri, Busta 923, Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 19-05-1772.

<sup>1219</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1220</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 18-12-1770.

<sup>1221</sup> ANTT, Núcleo Antigo, livros 62 a 60.

<sup>1222</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, cód.201 a 206.

Portugal, a influência dos pensamentos deste teórico é inegável. Na realidade, não houve uma pronta difusão imediata das teorias económicas, jurídicas e pedagógicas do napolitano, junto da maioria dos intelectuais portugueses, na época da publicação dos seus trabalhos mais conhecidos, exceptuando casos como o abade Correia da Serra ou Luís António Verney, que por residirem em Itália tiveram a oportunidade de “absorver” os conhecimentos de Genovesi antes da maioria dos compatriotas. Segundo Carmine Cassino, “os reflexos de uma das suas obras fundamentais, as *Lezioni di Commercio* (1765-67), são visíveis em Portugal já a partir dos anos Oitenta, uma recepção quase imediata pela capacidade de circulação das ideias naquela época.”<sup>1223</sup> Só em 1773 se estampa em Portugal a obra de Genovesi *Institutiones logicae et metaphysicae in usum tironum scriptae*.<sup>1224</sup> Por seu lado António Genovesi demonstra num dos seus trabalhos compatibilidade com o sistema político português, nomeadamente no que respeita às reformas em torno da educação da doutrina cristã, ao escrever que, “La Corte del Portogallo ha obbligato tutti i sacerdoti regolari ad aiutare i parroci nel Catechismo. E affine che la disciplina fosse unisona (perché niente più rovina il costume, quanto la diversità de’ Catechismi) ha fatto tradurre il Catechismo Francese di Francesco Pouget Padre del Oratorio, chiamato più volgarmente il Catechismo di Colbert, e di Mompelcier, e prescrittolo come regola generale a tutti gli educatori cristiani. I Portoghesi prendon tutte le vie per essere la più savia delle Nazioni Europee.”<sup>1225</sup>

## Música

Mais intensa do que a circulação de livros ou de notícias sobre eles foi a difusão de factos relacionados com o universo da música. A arte musical e, mais concretamente, a ópera, representaram o maior elo de ligação cultural entre a nação napolitana e a portuguesa durante o período Pombalino. Nesta secção pretende-se mostrar o dinamismo dos diplomatas portugueses e napolitanos nos “negócios” musicais – e a

---

<sup>1223</sup>CASSINO, Carmine, *Portugal e a Itália: Emigração, Nação e Memória (1800-1832)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2015, p.81.

<sup>1224</sup> CASSINO, 2015, op.cit.p.82.

<sup>1225</sup> GENOVESI, Antonio, *Lezioni di Commercio o sai d’Economia Civile*, II parte, Venezia, Spese Remondini, 1769, p. 127.

palavra tem, em muitos casos, um significado literal – estabelecidos entre os dois estados.

Foi ainda no reinado de D. João V que o gosto pela ópera cativou alguns dos membros da família real, nomeadamente o príncipe e futuro rei D. José e a sua esposa, Mariana Vitória, que não puderam desfrutar tanto quanto desejavam da sua admiração pela música, dado o pouco interesse que o rei Magnânimo lhe manifestava.

Foi, contudo, no decurso do reinado joanino que se verificou a “vinda para Portugal de uma notável quantidade de músicos italianos que, anos mais tarde (1733), contribuíram para que se representassem as primeiras óperas no nosso país.”<sup>1226</sup> Quando em 1750 D. José é entronizado, a ópera ganha grande evidência na corte, que se traduzirá na construção da Ópera do Tejo – que será destruída pelo Terramoto de 1755 – e na contratação do compositor napolitano David Perez.<sup>1227</sup>

A paixão do rei D. José pela música fomentaria um investimento considerável da corte portuguesa na contratação de inúmeros músicos estrangeiros e na formação especializada de vários músicos portugueses fora de Portugal. É neste contexto que Nápoles se destaca na preparação de compositores e intérpretes, cujo trabalho é desejado em Lisboa e como local privilegiado para os aprendizes oriundos de Portugal aperfeiçoarem a sua arte.

Esta dinâmica de cultura musical partilhada entre Portugal e Nápoles é impulsionada pela ação diplomática que, na sua correspondência, relata aspetos interessantes, revelando ocorrências, por vezes, pouco amistosas entre os dois reinos, que a diplomacia procurava mediar.

Em agosto de 1765, a corte portuguesa manifesta interesse em contratar um *castrato* de origem napolitana: Angelo Monanni, conhecido como “Manzoletto”.<sup>1228</sup> Como comprova pela carta de 14 de outubro de 1765 enviada por D. Luís da Cunha Manuel ao representante português em Nápoles:

---

<sup>1226</sup> MONTEIRO, 2008, op.cit.p.47.

<sup>1227</sup> BRITO, Manuel Carlos de, “Portugal and Brazil” in Anthony Deldonna, Pierpaolo Polzonetti edition, *The Cambridge Companion to Eighteenth-Century Opera*, New York, Cambridge University Press, 2009, p. 236.

<sup>1228</sup> ANDRÉ, Naomi Adele, *Voicing Gender: Castrati, Travesti, And the Second Woman in Early Nineteenth century Italian Opera*, Indiana, Indiana University Press, 2006, p. 37.

– “*Achando-se justo para músico da capela de El Rei N. Sr. Angelo Monanni com ordem de vir logo para esta corte se sabe agora que ele tem feito obrigação ao empresário da ópera dessa cidade para nela recitar o Carnaval que vem, e que por este motivo lhe poderá ser embaraçosa a sua viagem, querendo-lhe o mesmo empresário impor a pena em que muito naturalmente há-de ter convindo, pois esta é a forma ordinária porque se fazem semelhantes contractos: Ordena El Rei sem falar na sua real pessoa que V. Ilustríssima interponha a sua autoridade para que o dito empresário haja por desobrigar ao sobredito músico o que a V. Ilustríssima não custará muito a conseguir, pois sendo ele um terceiro papel da ópera que se quer recitar, não faltarão outros muitos músicos.*”<sup>1229</sup>

Desta transcrição podem extrair-se duas informações relevantes: a primeira relacionada com a discórdia entre as partes envolvidas no negócio; a segunda, com o envolvimento direto dos diplomatas em ajustes do género. Não se encontram, no entanto, registos sobre o desfecho deste negócio.

Por vezes, os assuntos de ordem cultural requeriam a interação entre diplomatas acreditados em diferentes paragens. Esta conclusão decorre de um conjunto de cartas e ofícios sobre os procedimentos com a formação de músicos portugueses em Nápoles ou outros assuntos relacionados com a arte musical, sucessivamente trocado entre o ministro português em Nápoles e o cônsul de Génova, obedecendo ambos a ordens expressas de Pedro José da Silva Botelho, que acumulava os cargos de diretor dos teatros reais na corte de Lisboa, porteiro da Real Câmara de S. Majestade e conselheiro ultramarino.<sup>1230</sup>

Esta sequência de contactos é notória num ofício remetido por Nicolau Piaggio a D. Luís da Cunha Manuel: “*Recebi a carta desse Pedro José da Silva Botelho que junto V. Excelência me remeteu, executarei tudo o que ele me diz nela, a tal respeito já escrevi logo ao Sr. José de Sá Pereira, para vir de concerto pela partença do instrumentista de Nápoles, que não sendo ainda de partida, em falta de embarcações de bandeira segura*

---

<sup>1229</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha Manuel para José de Sá Pereira, de 14-10-1765.

<sup>1230</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha Manuel para José de Sá Pereira, de 02-03-1767.

*para este porto, o pode fazer por terra em companhia do Joaquim junto de três rapazes que ainda se acham em Nápoles a estudar musica.*”<sup>1231</sup>

No mês seguinte (julho de 1767) é D. Luís da Cunha Manuel quem mostra – através de uma carta para o cônsul de Génova – a continuidade desta ligação com razões culturais. *“José de Sá Pereira não deixará de remeter a vossemecê algumas vezes certas encomendas, ou maços para mim, ou para Pedro José da Silva Botelho, os quais vossemecê me enviará nas primeiras ocasiões de Navio, que se lhe oferecerem.*”<sup>1232</sup>

Em 1768 chega de Lisboa o pedido de informações sobre um músico português que, por ordem real, aprimorava o seu dom na cidade de Nápoles. *“Nessa cidade, e não sei se em casa de V. Ilustríssima, se acha um sujeito chamado João Baptista Avondano, do qual S. Majestade quer saber sua conduta e se com boas esperanças se aplica ao instrumento a que aqui chamamos rabecão.*”<sup>1233</sup>

A troca de correspondência entre a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e o diplomata acreditado em Nápoles permite a reconstituição dos acontecimentos relativos ao auxílio concedido pelo ministro português em Nápoles aos músicos que iam estudar naquela corte. Na resposta à questão colocada por D. Luís da Cunha Manuel na carta atrás mencionada, Sá Pereira responde de Nápoles: *“depois de haver favorecido ainda dentro do conservatório a João Baptista Avondano, tocador de rabecão, eu me resolvi a dar-lhe cama, e mesa em minha casa há mais de um ano, por ver que ele se achava em circunstâncias mais de aproveitar ao conservatório, que de aproveitar-se nele. Ele em todo este tempo se tem aplicado com fruto, tanto ao dito instrumento como ao uso do contraponto e não menos pelo seu procedimento, que pela sua aplicação me tem merecido o conserva-lo com gosto nesta casa. Ele se faz consequentemente digno da recomendação que V. Excelência dele me faz por ordem d’el Rei nosso senhor, em observância da qual o protegerei daqui por diante com duplicado empenho.*”<sup>1234</sup>

Relativamente aos negócios ligados à música celebrados entre Portugal e Nápoles no reinado de D. José I, a contratação pela corte portuguesa dos serviços artísticos do

---

<sup>1231</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-06-1767.

<sup>1232</sup> ANTT, MNE, Caixa 951, de D. Luís da Cunha Manuel para Nicolau Piaggio, de 18-07-1767.

<sup>1233</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha Manuel para José de Sá Pereira, de 05-07-1768.

<sup>1234</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 09-08-1768.

célebre Nicolau Jommelli, terá sido o mais importante e (talvez) o mais analisado pela historiografia. Nicolau Jommelli foi um compositor nascido em 1714 nas proximidades de Nápoles<sup>1235</sup>, autor de algumas das mais conhecidas e aplaudidas óperas da sua época. O que importa descrever prende-se, porém, com a informação transmitida pela via diplomática sobre os negócios entre este compositor napolitano e a corte de Portugal.

A partir do momento em que Jommelli começa a trabalhar para o rei português, é notória a frequência com que se menciona o seu nome nos ofícios diplomáticos vindos de Nápoles. Da intervenção do ministro plenipotenciário nos negócios de Portugal com Jommelli ressalta o pagamento pelos serviços do compositor, feito através do diplomata português em Nápoles, como consta no seu ofício de 2 de janeiro de 1769. “*Remeto o recibo de Nicolau Jommelli, dos três quarteis que lhe tenho pago, em cumprimento da pensão anual, que goza de S. Majestade.*”<sup>1236</sup>

Era também José de Sá Pereira quem servia de intermediário da correspondência escrita trocada entre Nicolau Jommelli e a corte de Lisboa. “*Recebi juntamente a carta para Jommeli, que lhe fui imediatamente entregar. Se ele mandar hoje a resposta, a incluirei nesta: e fico na inteligência do mais que V. Excelência neste particular me adverte.*”<sup>1237</sup> Note-se ainda que – além de ser a ‘ponte’ de contacto entre o compositor napolitano e dirigentes teatrais da corte portuguesa – Sá Pereira também se revelava atento à divulgação e efeitos da obra de Jommelli em Nápoles. “*Foi aberto o teatro com a nova ópera de Armida. A música de Jommelli, tem recebido universal aplauso estimando-se geralmente aqui por uma das melhores obras deste famoso compositor.*”<sup>1238</sup>

Em 1771, Jommelli cai no desagrado dos seus patrocinadores em Lisboa, aparentemente por não enviar os trabalhos encomendados nos prazos estabelecidos. O ministro plenipotenciário português em Nápoles toma conhecimento das falhas do compositor através do seu colega diplomata, Francisco de Almada.<sup>1239</sup> Uma semana mais tarde, (no início de junho de 1771) Sá Pereira informa D. Luís da Cunha que, por intermédio de

---

<sup>1235</sup> MCCLYMONDS, Marita, *Niccolò Jommelli the Last Years 1769-1774*, Michigan, Ann Arbor, 1980, p.1.

<sup>1236</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 02-01-1769.

<sup>1237</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 25-07-1769.

<sup>1238</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 05-06-1770.

<sup>1239</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 28-05-1771.

Francisco de Almada, envia o último trabalho de Jommelli e uma carta do compositor a justificar as suas faltas.<sup>1240</sup>

Em agosto, Sá Pereira escreve o seguinte excerto sobre a saúde de Nicolau Jommelli:

– “Nicolau Jommelli que a 13 do corrente se achava em perfeita saúde, e de quem remeti a V. Excelência uma carta assinada por ele no dito dia, foi no seguinte repentinamente acometido de um estupor, o qual lhe fez perder a fala, e a sensação de toda a parte direita do corpo, conservando porem suficientemente o conhecimento, e percepção de tudo o que via e ouvia. A efeito dos remédios, que imediatamente se lhe applicaram, principiou ele pouco a pouco a experimentar alguma melhora e a recuperar em fim a articulação da voz, de maneira que se o que Deus não permita lhe não sobrevier alguma repetição, poderá perfeitamente restabelecer-se.”<sup>1241</sup>

O facto narrado por Sá Pereira marca o início do fim da vida profissional de Nicolau Jommelli, e conseqüentemente o termo da sua ligação à corte portuguesa. No mês de janeiro de 1772, a situação clarifica-se: “O Único benefício que Jommelli tem devido ao ar pátrio de Aversa é o de continuar a viver, sem maior incómodo, mas até agora sem esperança alguma de poder recuperar o uso da sua profissão.”<sup>1242</sup> De agosto de 1772 a janeiro de 1776, “não se encontram officios remetidos de Nápoles em nome de José de Sá Pereira devido à sua ausência daquela corte, por ter sido enviado numa missão diplomática à corte de Viena”.<sup>1243</sup> Esta viagem impediu o diplomata de noticiar a morte de Jommelli, em 26 de agosto de 1774, tendo o anúncio chegado a Lisboa através de João Piaggio, cônsul de Portugal em Génova.<sup>1244</sup>

Abordados os principais aspetos ligados à música que envolviam a diplomacia portuguesa interessa saber a função dos diplomatas napolitanos acreditados em Lisboa acerca do mesmo assunto. A ópera surge (neste ponto do trabalho) como uma grande incumbência dos diplomatas oriundos de Nápoles.

Como já frisado, o reinado de D. José marca uma viragem na produção e representação musical em Portugal, especialmente no que concerne à ópera. Pouco tempo passara

---

<sup>1240</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 04-06-1771.

<sup>1241</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-08-1771.

<sup>1242</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-01-1772.

<sup>1243</sup> PEREIRA, 2010, op.cit.p.78.

<sup>1244</sup> ANTT, MNE, Caixa 276, de João Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 12-09-1774.

sobre a morte de D. João V., quando o seu filho e sucessor enceta a importação de talentos italianos para Lisboa.<sup>1245</sup> Momento a partir do qual o papel de Nápoles ganha um significado especial no quadro da cultura musical portuguesa deste reinado.

Mesmo antes de uma legação diplomática napolitana se estabelecer na capital portuguesa já era considerável o interesse da coroa portuguesa nas óperas representadas em Nápoles. Em 6 de Julho de 1751, o Marquês Fogliani – então, o mais importante dos ministros do rei de Nápoles –, escrevia a uma aia da rainha de Portugal, de nome D. Luísa de Belandia, informando-a do envio de uma ópera que deveria apresentar à soberana.<sup>1246</sup> No ano seguinte (1752), o ministro faz-lhe um pedido idêntico: “*Señora com el expreso que parte esta noche para la corte del Spañaremute ai por mana del sr. Joseph Carvajal la opera em musica intitulado “el Ana “ lo que en neste real teatro S. Carlos fue representado nel ultimo carnaval”*”.<sup>1247</sup>

A leitura da documentação da legação de Nápoles em Lisboa permite listar cada uma das óperas que entraram em Portugal entre 1754 e 1777 pela via dos ministros plenipotenciários da corte de Nápoles. Com a chegada do primeiro dos diplomatas de Nápoles que se fixou em Lisboa, a incumbência de fazer chegar à rainha de Portugal as óperas napolitanas era da responsabilidade dos representantes diplomáticos, como se verifica pelo ofício de 16 de julho de 1754, no qual Fogliani avisa Guevara do envio de uma ópera para a Rainha.<sup>1248</sup>

Alguns meses antes do terramoto de 1755, deu-se em Lisboa a inauguração da Ópera do Tejo, teatro cuja arquitetura e cenários tiveram a assinatura do arquiteto bolonhês Giovanni Carlo Sicinio Bibiena. Segundo Aline Beuvink, alguns trabalhos historiográficos do século XX datavam a inauguração deste teatro para 1 ou 2 de abril de 1755, porém o trabalho de Beuvink vem assegurar que na verdade a data de abertura e estreia da Ópera do Tejo se deu no dia 31 de março de 1755, um dado comprovado

---

<sup>1245</sup> BRITO, 2009, op.cit.p.24.

<sup>1246</sup> ASN, Esteri, Busta 917, de Marquês Fogliani para Luísa de Belandia Sicardo, de 06-07-1751.

<sup>1247</sup> ASN, Esteri, Busta 917, de Marquês Fogliani para Luísa de Belandia Sicardo, de 28-03-1752.

<sup>1248</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 16-07-1754.

também nesta tese através de um dos ofícios do representante diplomático napolitano acreditado em Lisboa naquela altura, como se mostrará em seguida.<sup>1249</sup>

A Ópera do Tejo inaugurou-se então 31 de março de 1755, com capacidade para receber 600 espectadores.<sup>1250</sup> A presença napolitana no espetáculo de inauguração contava com o maestro David Perez, os castrati Gizziello e Caffarelli e o autor do libreto da ópera, o siciliano Picini. No dia seguinte ao espetáculo, o diplomata Carlo de Guevara (presente na estreia) dizia maravilhas sobre a representação que, na véspera, tinha celebrado o aniversário da rainha de Portugal.<sup>1251</sup> Uma semana mais tarde, Guevara escreve um bilhete anexo aos ofícios de 8 de abril de 1755, no qual opina: “*Para encontrar o génio e a disposição desta S.M a Rainha parece-me conveniente fazer avisar V. Excelência como lhe são muito apreciáveis a musica das óperas que em Nápoles se representam.*” No mesmo dia refere estar à espera de receber a ópera “Adriano in Siria”, proveniente de Nápoles pela via de Madrid.<sup>1252</sup> No dia 15 de abril já tinha oferecido à rainha o livrete da dita ópera.<sup>1253</sup>

Na ópera do Tejo as entradas para assistir aos espetáculos era restrita, havendo uma distribuição de lugares por hierarquias, segundo vontade do rei. Com camarotes previamente designados. Carlos de Guevara, como ministro plenipotenciário napolitano muito possivelmente assistia, aos espetáculos no camarote nº21, reservado aos ministros estrangeiros de segunda ordem, do lado sul do teatro, entre o camarote do estribeiro mor da rainha e o dos respoteiros, enquanto os embaixadores tinham o camarote nº12, no lado mais distinto entre o dos secretários de estado e o camarote reservado aos irmãos ilegítimos do rei.<sup>1254</sup>

Considerando a totalidade de óperas apresentadas em Lisboa, as de origem napolitana foram as mais transmitidas pelos diplomatas, que as entregavam na corte portuguesa para serem posteriormente representadas, como tanto agradava aos soberanos. Por esta

---

<sup>1249</sup> BEUVINK, Aline Gallasch- Hall de, *Ressuscitar a Ópera do Tejo. O Desvendar do Mito*, Lisboa, Caleidoscópio, 2016, p.17.

<sup>1250</sup> BRITO, Manuel Carlos de, “Portugal and Brazil “ in Anthony R. Del Donna and Pierpaolo Polzonetti edition, *The Cambridge Companion to Eighteenth-Century Opera*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009, p. 236.

<sup>1251</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 01-04-1755.

<sup>1252</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 08-04-1755.

<sup>1253</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Marquês Fogliani, de 15-04-1755.

<sup>1254</sup> BEUVINK, 2016, op.cit.pp.79,83 e 84.

mesma via dos ministros napolitanos em Lisboa regista-se a chegada de outras óperas como “Tito Manilo” do veneziano Vivaldi<sup>1255</sup>, e também “La Nitteti”<sup>1256</sup> do checo Josef Mysliveček, natural de Praga.

No seu ofício de 2 de setembro de 1755, Carlos de Guevara esclarece que a corte portuguesa demonstra uma manifesta preferência pelas óperas que se representam em Roma, e aquelas que “*estão encenadas nesse Real Teatro de S. Carlos*”<sup>1257</sup> (em Nápoles).

Usualmente as óperas enviadas de Nápoles passavam por Madrid, sendo reencaminhadas para Lisboa pelo secretário de estado dos Negócios Estrangeiros da corte espanhola. São vários os ofícios diplomáticos que invocam a participação do ministro espanhol no transporte das óperas. Por exemplo, em 25 de Abril de 1758, Tanucci escreve ao Ministro interino, Giuseppe Maturi, a informá-lo que chegariam em breve a Portugal – pela via do ministro de Espanha, Ricardo Wall – duas óperas representadas em Roma no carnaval anterior, uma intitulada: “Alexandre nas Índias” e outra: “Adriano na Síria”<sup>1258</sup>

Os gastos despendidos nos livretes das óperas e das respetivas pautas de música, mais os portes de envio ficavam a cargo dos diplomatas napolitanos acreditados em Lisboa. A nota das despesas extraordinárias dos valores despendidos de março de 1758 a setembro desse ano – enviada pelo abade Maturi a Bernardo Tanucci – alude a um gasto de 6.400 reis pela música e livrete de “Alexandre na Índia” e “Adriano na Síria”.<sup>1259</sup>

Relativamente às despesas de transporte das óperas de Nápoles até Lisboa, o pagamento normal rondava os 10.000 reis, embora, os preços pudessem oscilar: o porte das óperas “Arianna e Teseo”, “AlesandronellIndie” e “Adriano in Siria” custou 519.130 reis. Um custo excessivo, segundo Maturi, que mesmo depois de procurar o oficial maior da posta – para esclarecer o aparente aumento dos preços – nada pôde modificar.<sup>1260</sup> O

---

<sup>1255</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Foglian para Carlos de Guevara, de 06-05-1755.

<sup>1256</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 28-02-1758.

<sup>1257</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci, de 02-09-1755.

<sup>1258</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi, de 25-04-1758.

<sup>1259</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 05-09-1758.

<sup>1260</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 29-06-1758.

desagrado com os custos dos portes repetir-se-á e Maturi pede ao representante napolitano em Madrid que tente averiguar as razões do novo aumento dos preços.<sup>1261</sup>

As óperas enviadas para Portugal eram oferendas do rei de Nápoles para a sua irmã rainha de Portugal que as recebia com apreço tal, que, em 1759, quando Carlos de Bourbon deixa Nápoles para ocupar o trono de Espanha, encarrega David Perez (o maestro napolitano ao serviço da coroa portuguesa) de saber junto de Maturi se o novo soberano do reino de Nápoles lhe continuaria a enviar as óperas.<sup>1262</sup> Como se verifica pelo número relevante de óperas que foram enviadas em data posterior a dezembro de 1759, a remessa de óperas napolitanas para Lisboa manteve-se frequente nos anos seguintes. Michele Pignatelli – ministro plenipotenciário napolitano que substituiu o interino Maturi – analisa da seguinte forma o desejo e a gratidão da rainha de Portugal pelas óperas que lhe eram enviadas de Nápoles:

– *“Esta magnânima princesa, porque em casa não tem outro divertimento que aquele da música de que é delicadíssima conhecedora, como todos os professores, não só agradece como deseja as últimas composições e quantos mais se passarem para ter mais material, e as sereníssimas filhas não menos dotados do que ela e amadores da ciência harmónica.”*<sup>1263</sup>

A ópera foi uma componente de contacto cultural entre os reinos de Portugal e Nápoles de tal modo forte que nem a Guerra Fantástica fez abrandar a chegada das mesmas a Lisboa. Em 11 de maio de 1762 – em pleno conflito armado entre as cortes ibéricas – o diplomata napolitano informa Tanucci que receberá, ainda naquela semana, mais uma ópera encaminhada pela via de Espanha.<sup>1264</sup> Quando a guerra se agudizou, a via de Génova foi a opção para o envio das óperas. Em setembro de 1762, Pignatelli esperava que chegasse pela via do cônsul de Génova o «Drama de Sesostri», para entregar à rainha Fidelíssima.<sup>1265</sup>

A documentação diplomática comprova que a chegada de óperas de Nápoles a Lisboa não cessou durante todo o reinado de D. José, embora a sua dinâmica não se tenha

---

<sup>1261</sup> ASN, Esteri, Busta 919, Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 27-03-1759.

<sup>1262</sup> ASN, Esteri, Busta 919, Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 25-12-1759.

<sup>1263</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 23-03-1762.

<sup>1264</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 11-05-1762.

<sup>1265</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 19-09-1762.

mantido igual ao longo das décadas. Em 1768, por exemplo, a rainha de Portugal queixava-se da redução do número de óperas que recebia de Nápoles: “*Ontem veio ter comigo um confidente da rainha e em conversa sobre música, me revelou que depois da partida de S.M. Católica de Nápoles não se continuou da nossa corte a mandar a estes soberanos, com aquela regularidade as óperas do nosso teatro real.*”<sup>1266</sup>

Em junho de 1768, Bernardo Tanucci confirma esta quebra no despacho de óperas para Lisboa num ofício que escreve ao diplomata Vespasiano Macedonio, no qual revela que não se remeterem desde 1766 óperas napolitanas para Portugal.<sup>1267</sup> No final do mês mantinha-se a irregularidade na expedição das óperas.<sup>1268</sup> Apenas em agosto, Tanucci comprova que foram expedidas cinco óperas napolitanas pelo cônsul de Portugal em Génova.<sup>1269</sup>

As reclamações da corte portuguesa nos anos anteriores para que o envio de óperas napolitanas fosse abreviado produziram o efeito desejado pela soberana, pois nesse verão de 1768 enviaram-se para Portugal mais 14 produções de ópera provenientes de Nápoles.

Em setembro, Tanucci avisa que serão enviadas nove óperas pela via do cônsul de Portugal em Génova.<sup>1270</sup> A chegada destas partituras a Lisboa ocorre em março de 1769, porque o percurso entre as duas capitais era longo, demorado e indireto. “*Quinta-feira passada à noite veio até mim o usual confidente desta soberana, e me informou de ter no mesmo dia retirado de um navio vindo de Génova a caixa com nove partituras e os livretes correspondentes.*”<sup>1271</sup>

No ano seguinte (1770) continuaram a ser remetidas (pela via de Génova) as óperas representadas no Real Teatro de Nápoles e, em julho, foram embarcados para Lisboa mais cinco livros de música destinados ao serviço da rainha de Portugal.<sup>1272</sup> O processo mantém-se em 1773, ano em que um confidente da rainha aborda o representante diplomático de Nápoles em Lisboa, Niccola Piansante, para que este escreva em

---

<sup>1266</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 03-05-1768.

<sup>1267</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio, de 07-06-1768.

<sup>1268</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 28-06-1768.

<sup>1269</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio, de 02-08-1768.

<sup>1270</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio, de 20-09-1768.

<sup>1271</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 28-03-1769.

<sup>1272</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Bernardo Tanucci para o cônsul de Nápoles em Génova, de 31-07-1770.

agradecimento a Tanucci “*pela bondade com a qual havia contribuído da sua parte à satisfação que prometera, no envio das óperas*”<sup>1273</sup>

Já se mencionou o inegável protagonismo de David Perez, na produção musical da corte portuguesa durante o reinado de D. José. Importa agora verificar como a sua importância foi vinculada nos ofícios da diplomacia napolitana em Portugal. Perez chegou a Lisboa em 1752, aceitando o convite do rei português para ensinar a arte da música à princesa do Brasil. Em Lisboa – onde permaneceria até à sua morte no ano de 1778 – tornou-se diretor da música e principal maestro da corte portuguesa.<sup>1274</sup>

Natural da Sicília, Perez fora entre 1737 e 1748 maestro da capela palatina em Palermo.<sup>1275</sup> Já se encontrava há mais de uma década em Portugal quando recebe, através do ministro plenipotenciário de Nápoles, a informação de que era necessária a sua presença naquela capela siciliana. “*Coloquei-o a par da falta que ele faz naquele real serviço.*”<sup>1276</sup> Aparentemente, o maestro foi requisitado para cumprir funções na referida Capela de Palermo, estando a legalidade da sua presença em Portugal a ser posta em causa. O que levou o músico a assegurar ao Príncipe de Cimitile, à data representante de Nápoles em Lisboa, que obtivera permissão real em 1748 para se instalar na capital portuguesa.<sup>1277</sup>

Em novembro de 1764, Bernardo Tanucci escreve para Giuseppe Moreschi – cônsul do reino de Nápoles em Lisboa – afirmando que, na corte napolitana, em nada constava que David Perez tivesse obtido qualquer licença para partir para Portugal. Tanucci reclama de Perez uma explicação: “*Advirto a V. Excelência que lhe faça assim entender de Real ordem ao Perez de que deve uma justificação própria.*”<sup>1278</sup> Pela via do cônsul Moreschi, Tanucci recebe uma carta de David Perez, na qual o maestro assegura ser legítima a sua presença em Lisboa.<sup>1279</sup>

---

<sup>1273</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 29-06-1773.

<sup>1274</sup> DOTTORI, Mauricio, *The Church Music of Davide Perez and Niccolò Jommelli, With Especial Emphasis on Funeral Music*, Curitiba, De Artes-UFPR, 2008, p.54.

<sup>1275</sup> TEDESCO, Anna, “La Ciudad como Teatro”, in A. Bombi, Juan J. Carreras, Miguel Á. Marín (eds), *Musica y Cultura Urbana en la Edad Moderna*, Valência, Puv, 2005, p.232.

<sup>1276</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci, de 18-09-1764.

<sup>1277</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1278</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci, de 27-11-1764.

<sup>1279</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 01-01-1765.

Apesar de estar ao serviço da corte portuguesa, David Perez continuava a agraciar os seus soberanos de Nápoles com o obséquo do envio de alguns dos seus trabalhos musicais. Em setembro de 1768 entrega ao representante diplomático de Nápoles em Lisboa, “*uma cópia da música por ele composta “A Ilha Desabitada” e deseja que por meio de V. Excelência fosse apresentada a S.M. a Rainha nossa senhora, como um tributo da sua vassalagem.*”<sup>1280</sup>

## Gazetas

Depois de abordada a intervenção diplomática na divulgação de obras literárias e nos negócios de ordem musical, descreva-se o papel da mesma na circulação de gazetas, que constituíam um outro modo de entrada de informação sobre o reino de Nápoles na corte portuguesa.

As gazetas eram um meio de aquisição de conhecimento sobre a cultura e as principais ocorrências dos reinos. Na documentação diplomática é notória a importância que os ministros portugueses presentes em Nápoles atribuíam às gazetas. Os diplomatas não só enviavam para Lisboa a Gazeta publicada em Nápoles, como também solicitavam que lhes fosse remetida a Gazeta portuguesa.

“*A esta petição tenho que juntar a de V. Excelência encarregar a algum dos oficiais da sua secretaria que me mande regularmente a Gazeta da nossa corte, porque convém que se veja que me chegam cartas de Lisboa, visto faltarem-me até as particulares e há muito tempo. E se estas se dirigem a Madrid com a advertência ao nosso embaixador de as mandar entregar ao que ali reside desta corte, para que ele as encaminhe a esta secretaria de Estado.*”<sup>1281</sup> Neste ponto, refira-se ter a gazeta de Portugal sido suprimida em 1762, o que explica a sua ausência a partir dessa data. Não deve, contudo, eliminar-se a possibilidade de se terem recebido em Nápoles edições de períodos antecedentes.

Em março de 1759, o ministro plenipotenciário de Portugal em Nápoles, José da Silva Pessanha, justifica a importância da receção da gazeta portuguesa na sua legação. “*E lhe direi mais a V. excelência. que a razão que tive para lhe pedir várias vezes que V.*

---

<sup>1280</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 27-09-1768.

<sup>1281</sup> ANTT, MNE, Caixa 778, de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 22-11-1757.

*excelência me mandasse remeter pela Secretaria de Estado a nossa Gazeta, e os papeis estampados por ordem da corte, foi porque aqui se metia em conta o ver-se que eu não tinha cartas de V. excelência em ocasiões em que todos falavam em nós, e era necessário distinguir o falso do verdadeiro, para poder responder com acerto.*"<sup>1282</sup>

A chegada de algumas gazetas de Nápoles a Portugal é um dado adquirido não só por os diplomatas as mencionarem nos ofícios, mas porque algumas se encontram anexas aos mesmos. Como a de 25 de Fevereiro de 1766 "*junto aqui a Gazeta de Nápoles do dia de hoje.*"<sup>1283</sup> E a de 15 de Março de 1768.<sup>1284</sup>

Embora não se encontrem mais do que dois exemplares da Gazeta de Nápoles na documentação da legação de Portugal em Nápoles, é possível afirmar que entraram em Portugal mais exemplares, para além dos mencionados, pois em 1771 D. Luís da Cunha Manuel refere ter recebido a Gazeta napolitana. "*Na última posta de sexta-feira passada me não foi entregue, mais que tão-somente a carta, que continha a gazeta e as cartas de Nápoles.*"<sup>1285</sup> Se a este relato se junta toda a informação sobre a difusão da Gazeta de Nápoles recolhida nos documentos da legação de Nápoles em Lisboa, fica totalmente confirmada a entrada da Gazeta de Nápoles em Portugal, com alguma frequência.

Contrariamente aos ministros plenipotenciários portugueses residentes em Nápoles, os que daquela corte passavam por Lisboa não demonstravam nos seus ofícios qualquer urgência em receber a Gazeta de Nápoles, por não carecerem de falta de notícias da sua corte, como acontecia com os diplomatas portugueses. Assinale-se neste ponto que Tanucci respondeu a cada um dos ofícios enviados pelos seus diplomatas acreditados na capital portuguesa, no período de 1753 a 1777. Motivo pelo qual foram raríssimas as vezes em que se quebrou a troca de correspondência semanal entre secretário de estado dos Negócios Estrangeiros em Nápoles e os representantes diplomáticos napolitanos em Lisboa.

Por vezes, junto aos ofícios enviados pelo secretário de estado Tanucci aos ministros plenipotenciários ia anexa a Gazeta de Nápoles, como acusa o ministro interino Maturi no seu ofício de 21 de outubro de 1760: "*Na gazeta que teve a bondade de remeter-*

---

<sup>1282</sup> ANTT, MNE, Caixa 778 de José da Silva Pessanha para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-03-1759.

<sup>1283</sup> ANTT, MNE, Caixa 779 de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 25-02-1766.

<sup>1284</sup> ANTT, MNE, Caixa 779 de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 15-03-1768.

<sup>1285</sup> ANTT, MNE, Caixa, 959, de D. Luís da Cunha Manuel para Aires de Sá e Melo, de 27-01-1771.

me.”<sup>1286</sup> Ou o próprio Tanucci num dos seus ofícios redigidos para a legação de Lisboa: “*Aquilo que se oferece aqui vai na anexa gazeta do dia.*”<sup>1287</sup>

Os exemplares das Gazetas de Nápoles chegados a Lisboa eram posteriormente apresentados pelos diplomatas à rainha de Portugal, como exemplificam os ofícios de 30 de dezembro de 1760<sup>1288</sup> e de 9 de fevereiro de 1761,<sup>1289</sup> indicadores do interesse da soberana pelos acontecimentos que marcavam a atualidade no reino de Nápoles ou, por a publicação conter textos sobre música, uma das temáticas noticiadas na gazeta napolitana.<sup>1290</sup>

Como se demonstrou, os representantes de Portugal em Nápoles não conseguiam ter acesso à gazeta de Lisboa, apesar de a solicitarem. No que respeita aos ministros napolitanos residentes em Lisboa somente se regista um caso em que a gazeta portuguesa chegou a Nápoles, por intermédio dos diplomatas napolitanos.

Em setembro de 1759 é remetida a Tanucci a gazeta de Lisboa. O ministro interino escreve no ofício que a acompanha, que as notícias nela publicadas referentes ao reino de Nápoles lhe poderão interessar.<sup>1291</sup> Com data de 23 de agosto de 1759, a gazeta enviada pelo representante napolitano continha um tópico de enaltecimento às reformas militares recentemente feitas em Nápoles e a notícia do confisco dos bens valiosíssimos de um jesuíta recentemente falecido.

Se no início da década de 60 a chegada da gazeta de Nápoles a Lisboa (pela via diplomática) era persistente, ao avançar-se até 1768 verifica-se que o seu despacho se torna diminuto, ao ponto do ministro plenipotenciário, D. Vespasiano Macedonio, requerer a Tanucci a gazeta de Nápoles, o que não se verificara em períodos precedentes. “*Ao enviar-me V. Ex a Gazeta posso colocar-me a par de quanto se vai passando.*”<sup>1292</sup>

---

<sup>1286</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 21-10-1760.

<sup>1287</sup> ASN, Esteri, Busta 921, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 22-02-1763.

<sup>1288</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 30-12-1760.

<sup>1289</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, 09-02-1761.

<sup>1290</sup> GRIFFIN, Thomas, *Musical References in the Gazzetta di Napoli, 1681-1725*, Berkley, Scarecrow Press, 1993.

<sup>1291</sup> ASN, Esteri, Busta 919, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 04-09-1759.

<sup>1292</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 28-06-1768.

Nos anos seguintes, a menção ao envio da gazeta napolitana nos ofícios da legação de Nápoles em Lisboa cessa quase totalmente. Mesmo que os diplomatas tenham continuado a receber a gazeta da sua pátria, não acusavam a sua receção nem faziam qualquer tipo de agradecimento pelo despacho da gazeta.

### **5.6. Rede Diplomática Informal**

Por fim, saliente-se neste capítulo a importância das relações e dos contactos estabelecidos, à margem do protocolo oficial, entre os diplomatas portugueses e outros indivíduos, por algum motivo, ligados ao reino de Nápoles. Esta parte do presente estudo permitirá identificar algumas ligações importantes na troca de informação entre os reinos de Portugal e Nápoles, revelando quem se relacionava com quem fora do contexto oficial, naquilo que poderíamos classificar como uma rede diplomática informal. Destacando-se novamente, como protagonistas, o ministro Francisco de Almada de Roma, o cônsul Piaggio de Génova, o ministro Henrique de Menezes de Turim e os três ministros em Nápoles, José da Silva Pessanha, Aires de Sá e José de Sá Pereira.

Através dos ofícios de Francisco de Almada e Mendonça é possível descortinar o contacto que estabeleceu com o napolitano Vincenzo Macedonio, secretário da Congregação dos Ritos na Santa Sé e inimigo declarado dos jesuítas.<sup>1293</sup> Estes ofícios do ministro português em Roma indicam que Macedonio era recebido em casa de Almada pelo menos uma vez por semana, no dia dominical, pois refere-se “*ao jantar, que nos Domingos dou a Monsenhor Macedonio e outros prelados e amigos de confiança.*”<sup>1294</sup> Vincenzo Macedonio era irmão do (já muitas vezes mencionado) Vespasiano, ministro plenipotenciário de Nápoles que desempenhou funções em Lisboa entre 1767 e 1774, que segundo Almada e Mendonça, serviu de emissário das cartas que este secretário de Roma escrevia para o Marquês de Pombal: “*Monsenhor Macedoniome pediu que remetesse a V. Ex a carta inclusa, que é cumprimento de Boas*

---

<sup>1293</sup> LOPES, António, “Loucas Relações Entre Clemente XIV e Pombal Sobre a Extinção da Companhia de Jesus”, in *Lusitana Sacra*, 2ª Serie, 18, 2006, pp.490 e 494.

<sup>1294</sup> ANTT, MNEJ, MF, 6451, de Francisco de Almada Mendonça para Marquês de Pombal, de 06-02-1772.

*Festas, cujo ato de atenção praticava por meio de seu irmão quando residia nessa corte.*”<sup>1295</sup>

Não era somente Almada e Mendonça que se correspondia com anti-jesuítas. Nicolau Piaggio, cônsul em Génova, também mantinha uma amizade epistolar com o Conde Carlo Armano de Grós, jansenista piemontês e fanático anti-jesuíta, estabelecido em Roma entre 1756 e 1762, ano em que, intimado a abandonar a capital pontifícia, seguiu para Nápoles, onde permaneceu até à sua morte.<sup>1296</sup> Na maioria dos ofícios em que Piaggio menciona o amigo Conde de Grós, o assunto refere-se a informações sobre os jesuítas. *“De Nápoles me escreve o Conde D. Carlo de Gros, que lá chegou um jesuíta português, mas não me diz o nome, com ideia de achar embarco para passar a Lisboa.*”<sup>1297</sup>

O correspondente de Piaggio era uma espécie de espião que, em Nápoles, servia ocultamente a corte portuguesa. Em agosto de 1767 Grós encaminha pelo cônsul de Génova cartas secretas para D. Luís da Cunha Manuel e para Carvalho e Melo, em que pede auxílio financeiro a Lisboa para poder permanecer em Nápoles, dado a corte piemontesa lhe ter suspenso as rendas por se recusar a abandonar Nápoles. *“Aquele honradíssimo e fiel amigo, o Conde D. Carlos de Gros, em confiança me escreve o capito que tal qual transcrevo a V. Excelência como também ao Sr. Conde de Oeiras.*”<sup>1298</sup>

Para além da amizade cultivada com o cônsul de Génova, Gros contactava com o ministro José de Sá Pereira na cidade de Nápoles, onde ambos residiam. O piemontês informava Sá Pereira sobre notícias da Santa Sé. Deprendendo-se que Gros deixara certamente amigos de confiança em Roma, que o mantinham informado sobre as novas da Cúria, informações que, posteriormente, relatava ao ministro Sá e Melo.<sup>1299</sup>

A situação do Conde de Gros em Nápoles era também acompanhada pelo ministro de Portugal em Turim, que comunicava a D. Luís da Cunha Manuel e ao Conde de Oeiras

---

<sup>1295</sup> ANTT, MNEJ, MF, 6451, de Francisco de Almada Mendonça para Marquês de Pombal, de 03-12-1772.

<sup>1296</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario 1762-1763*, a cura di S. LOLLINI, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1990, p.35.

<sup>1297</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-09-1766.

<sup>1298</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 03-08-1767.

<sup>1299</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de Aires de Sá e Melo para D. Luís da Cunha Manuel, de 07-05-1763.

as oscilações na reação e no acolhimento da corte napolitana perante Gros. No início de janeiro de 1768, Henrique de Menezes detalhadamente pormenoriza a origem da situação do conde: o Marquês Tanucci informara o ministro de Turim naquela corte de Nápoles que Gros contestara a expulsão apenas parcial dos jesuítas, discordando que se tenham conservado alguns membros da Companhia no reino. Porque *“ficando raízes, com o tempo se infestaria de novo”*<sup>1300</sup> aquela terra com estes padres. Tanucci solicita, então, ao ministro de Turim que informe a sua corte acerca do sucedido para que Gros seja expulso Nápoles.

Forçado (ou não) pelas diligências chegadas de Madrid sobre o caso de Gros, passadas algumas semanas o Marquês de Tanucci recua na sua palavra. Como mostra o ofício de Menezes, *“a corte de Madrid protege o referido e o tinha recomendado ao Ministro napolitano, o que causa hoje algum embaraço ao Marquês Tanucci. O Conde de Grós escreveu logo a Espanha dando conta da sua situação.”*<sup>1301</sup>

Numa carta escrita ao Conde de Oeiras, Menezes comprova que mantinha o ministro do reino informado sobre o caso Gros. *“Vossa excelência terá lido nos meus ofícios o que se tem passado a respeito do pobre Conde de Gros, a perseguição continua e creio que lhe não valerá ter-se retratado o Marquês Tanucci, ainda não pude saber o que resolveu S.M. Siciliana.”*<sup>1302</sup> Graças à intervenção espanhola, Gros passa de repellido a apoiado em Nápoles. Porém, aos olhos da corte de Turim, a sua conduta permanece inaceitável: *“S. Majestade Sarda não gostou desta mudança, da parte do Marquês Tanucci, e se entende, que deixará Grós em Nápoles, confiscando-lhe os seus bens em Piemonte.”*<sup>1303</sup>

Quanto a D. Henrique de Menezes – ministro plenipotenciário na corte de Turim – aluda-se à amizade que travou com o diplomata napolitano Michele Pignatelli, que tendo chefiado a legação de Nápoles em Lisboa entre 1761 e 1763, foi, de seguida, nomeado para a corte de Turim.<sup>1304</sup> Pignatelli informava o ministro português sobre certos procedimentos empreendidos pela corte napolitana no confronto com os jesuítas.

---

<sup>1300</sup> ANTT, MNE, Caixa 859, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 02-01-1768.

<sup>1301</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 20-02-1768.

<sup>1302</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para Conde de Oeiras, de 05-03-1768.

<sup>1303</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 27-02-1768.

<sup>1304</sup> TANUCCI, 1990, op.cit.p.777.

Um acontecimento, em particular, é evidenciado por Menezes, respeitante “aos discursos que em Roma fazia o Conde Rivera (Ministro de Turim em Roma) contra o governo napolitano”<sup>1305</sup> Rivera não era partidário dos jesuítas, mas terá aconselhado o Papa Clemente XIV a preservar a Companhia de Jesus, contrariamente ao que faziam as cortes borbónicas e Portugal.<sup>1306</sup>

Tanucci acreditava que os jesuítas eram protegidos pela corte de Turim e que o grande responsável por este apoio seria o Conde de Rivera. O ministro português em Turim acedera a um ofício enviado por Giuseppe Camerana – diplomata que S. Majestade Sarda tinha junto à corte de Nápoles – que revelava ao rei uma queixa que Tanucci lhe fizera, a lamentar “a proteção que os ex jesuítas encontravam no Ministério de Turim, persuadido ele Tanucci que S. Majestade Sarda não tinha nela a mínima parte, posto que certamente não adotava um sistema diverso do que participavam os mais soberanos, e que quanto a ele tudo nascia da influência do Conde de Rivera seu Plenipotenciário em Roma, o que seria necessário que ele Camerana, procurasse que se evitasse para não escandalizar toda a Europa.”<sup>1307</sup>

Retorne-se à ligação entre Pignatelli e Menezes, para apontar um ofício que o diplomata português escreve a D. Luís da Cunha em 10 de agosto de 1770, dando a conhecer o conteúdo de uma carta que lhe escrevera Pignatelli, reveladora da proximidade e cooperação existente entre ambos: “Meu caro amigo, a memória que aqui junto vos instruirá sobre o que é projetado com o Embaixador de Espanha e todos os nossos irmãos que julgaram sobre a forma como vocês conhecem a necessidade de não negligenciar este negócio.”<sup>1308</sup> Não existe, porém, qualquer pista sobre qual seria o negócio referido por Pignatelli.

Quando em 1770 Pignatelli é nomeado para a corte de Londres, substitui-o em 1771 na legação napolitana o Conde Giacinto Catanti, “irmão de Ricciarda, mulher de Tanucci.”<sup>1309</sup> As relações deste diplomata – cunhado do poderoso ministro de Nápoles – com Henrique de Menezes eram, aparentemente, cordiais. Catanti não tinha problemas

---

<sup>1305</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 30-07-1768.

<sup>1306</sup> MILLER, 1978, op.cit.pp.76.

<sup>1307</sup> ANTT, MNE, Caixa 859, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-06-1776.

<sup>1308</sup> ANTT, MNE, Caixa 858, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 10-08-1770.

<sup>1309</sup> TANUCCI, Bernardo, *Epistolario 1757-1758*, a cura di G. Lucia,, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985, p.116.

em confidenciar com o português assuntos respeitantes à sua corte, como se verifica no ofício de 16 de junho de 1773 que Menezes enviou para Lisboa. “*O conde Cattanti enviado de Nápoles, me comunicou ontem uma carta, do encarregado dos negócios da sua corte em Milão, e que contem um capítulo que não afirmo mais que com as razões acima referidas.*”<sup>1310</sup> As razões mencionadas referem-se à expulsão dos frades Gerónimos pelo Duque de Modena, para dar casa a um jesuíta irmão de sua mulher.

A análise da correspondência diplomática das legações de Portugal em Nápoles, Roma, Génova e Turim permite concluir que, no seu conjunto, a atividade diplomática ao longo do período estudado possui uma enorme importância para as relações e conhecimento recíproco entre Portugal e Nápoles. Como se verificou, a informação transitava de Nápoles até Lisboa através de diversos caminhos e consistia em variados conteúdos, dependendo todo o processo da eficiência e agilidade da diplomacia portuguesa.

## ***Conclusão***

Neste capítulo foram apresentadas as várias vias de circulação das informações trocadas entre Portugal e Nápoles. Numa outra vertente, aferiu também que a diplomacia oficial direta não foi a única a protagonizar a partilha recíproca de conhecimentos entre os dois Estados referidos, dado registarem-se variadas formas de fazer chegar a correspondência ao destino de forma segura e regular.

Esta parte do presente trabalho procurou entender como se processava em concreto a circulação de informações. As vias de informação diplomática que canalizavam as novidades de Nápoles para Lisboa eram não só os ministros plenipotenciários portugueses acreditados em Nápoles, mas também os representantes de Portugal noutras cidades de Itália, como Roma, Génova e Turim. Os ofícios remetidos para Lisboa – diretamente de Nápoles ou de outro Estado italiano – poderiam percorrer vários trajetos. Em regra, verificava-se o recurso às vias indiretas, passando a correspondência por

---

<sup>1310</sup> ANTT, MNE, Caixa 859, de D. Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 16-06-1773.

Roma, Madrid e Génova, vias, muitas vezes, utilizadas por questões de segurança, de forma a garantir a chegada da correspondência a Lisboa.

Com exceção do período da Guerra Fantástica – durante a qual as hostilidades entre Portugal e Espanha obrigaram a um corte de relações entre os reinos – a correspondência proveniente de Nápoles passava (na maioria das vezes) por Madrid, antes de chegar a Lisboa. Os ofícios de Nápoles eram entregues aos diplomatas portugueses colocados em Espanha que, por sua vez, os remetiam (assim que fosse oportuno) para Portugal.

Para os diplomatas napolitanos acreditados em Lisboa, a passagem por Madrid da correspondência que remetiam para Nápoles também foi a trajetória mais frequente, o que se devia, sobretudo, à frequência e rapidez dos correios que saíam da capital espanhola para Nápoles. No entanto, em determinadas ocasiões, especialmente durante a guerra ibérica, a correspondência seguia de Lisboa para Nápoles através das vias alternativas de Génova, Londres ou Amesterdão.

A insegurança das postas era uma realidade que os diplomatas tinham de tentar contornar. Sempre que se verificasse um perigo de qualquer natureza ao seguimento de informações relevantes ou sigilosas, tanto os diplomatas portugueses como os napolitanos recorriam a vias alternativas que julgavam garantir uma maior segurança da correspondência. Para evitar os casos de extravio ou interceptação de correio, os diplomatas mencionados neste capítulo usavam estratégias como a escrita em cifra, a repetição de vários exemplares de um mesmo ofício ou o envio de um informante secreto de confiança. Concluindo-se que, na maioria das vezes, as estratégias utilizadas pelos diplomatas funcionaram.

A confirmação da receção da correspondência era regular, encontrando-se praticamente todos os ofícios semanais nos conjuntos documentais da legação diplomática portuguesa e napolitana. Assim, constata-se que o correio diplomático, de um modo geral, chegava ao destino, embora a resposta aos ofícios por parte dos responsáveis governamentais de ambos os lados nem sempre fosse pontual. Detetando-se três motivos: por não haver resposta, por demoras na remissão dos mesmos ou por desvios de correspondência durante o percurso.

A análise à documentação diplomática das legações de Portugal e de Nápoles no período compreendido entre 1750 e 1777 torna evidente que a informação transmitida

para a sua corte pelos diplomatas napolitanos colocados em Lisboa era quantitativa e qualitativamente mais relevante do que aquela expedida pelos seus homólogos portugueses acreditados em Nápoles.

O subcapítulo “Conteúdos da mala diplomática” é, talvez, o que demonstra de forma mais evidente o trabalho desenvolvido pelos diplomatas portugueses e napolitanos na circulação “material” da produção política, intelectual e noticiosa entre os dois estados. Através da documentação diplomática foi possível listar uma circulação intensa e variada – de livros e informações literárias, libretos de óperas, pautas de música e gazetas – que evidencia o intercâmbio político e cultural entre Nápoles e Portugal.

No concernente à circulação de livros foi, naturalmente, prestado grande destaque aos escritos sobre os jesuítas. O próprio Marquês de Pombal remeteu a Bernardo Tanucci – por intermédio dos diplomatas de Nápoles em Lisboa – algumas obras de referência sobre este assunto, incluindo a *Dedução Cronológica e Analítica*. Da mesma forma que Tanucci também chegou a solicitar que lhe fosse enviada de Portugal a “Tentativa Teológica” de Pereira Figueiredo.

Em relação à música, a ligação entre Portugal e Nápoles foi particularmente proporcionada pela ópera. Este estilo musical e os artistas que a ele se dedicavam eram de tal modo apreciados em Portugal e em Nápoles que este foi (talvez) o maior vínculo cultural estabelecido entre os dois reinos. Também nesta questão se verificou uma participação ativa dos agentes diplomáticos portugueses e napolitanos, que tiveram um papel importante nos negócios musicais concretizados entre os dois estados. Praticamente todas as óperas representadas na corte napolitana chegaram a Lisboa. Sendo os compositores Jomelli e David Perez apenas dois exemplos mais conhecidos de músicos napolitanos fortemente ligados à representação da ópera em Portugal.

Para além dos ofícios verificou-se que, por vezes, os diplomatas recorriam às gazetas que se publicavam nos dois Estados, como outra forma de informar as suas cortes sobre as principais ocorrências do reino em que estavam acreditados. Relativamente à chegada da Gazeta portuguesa a Nápoles os números são diminutos e, obviamente, anteriores à sua supressão no ano de 1762. Em relação à Gazeta napolitana foi possível averiguar que Tanucci a enviava, com alguma regularidade, aos seus diplomatas acreditados em Lisboa. Encontrando-se também alguns exemplares anexos aos ofícios da Legação de Nápoles em Portugal.

Tentando este capítulo abranger vários canais das relações entre Portugal e Nápoles, procurou ir além da correspondência diplomática que informava diretamente as cortes, ao identificar a existência de uma rede diplomática informal que, sendo complementar, enriquecia o intercâmbio de informações. Essa rede informal era promovida pelos contactos existentes entre sujeitos de ambos os reinos que conviviam ou se comunicavam através de uma troca epistolar frequente. No presente capítulo transcrevem-se trechos exemplificativos de contactos que os diplomatas portugueses acreditados em diversas cortes mantinham com personalidades napolitanas e vice-versa.

## **Capítulo 6**

# **Para além da diplomacia: a circulação de pessoas entre os dois reinos**

Analisada a importância das vias diplomáticas na circulação da informação política e cultural entre os reinos de Portugal e Nápoles durante a época em estudo, indaga-se neste sexto capítulo que intensidade e ligação terá havido entre os dois reinos relativamente à circulação de pessoas. Neste contexto, divulgaram-se dados de conjunto, quantificáveis, e também se observaram percursos individuais.

Interessa, então, examinar que género de migração era praticada, que grupos sociais deixavam Portugal com destino a Nápoles e quem executava o percurso inverso, ausentando-se de Nápoles para se instalar em Portugal especialmente entre 1750 e 1777.

Para além de apresentar a camada social com mais tendência a abandonar a pátria para se fixar em Nápoles ou Portugal, este estudo procura dar a conhecer os principais motivos das mobilidades, a sua durabilidade e a comunhão cultural proporcionada por esta circulação humana entre os dois reinos.

O conhecimento sobre a mobilidade portuguesa em Nápoles é feito essencialmente através de fontes portuguesas, nomeadamente do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e de alguns ofícios diplomáticos da documentação recolhida do Fundo dos Negócios Estrangeiros do Archivio di Stato di Napoli.

Sublinhe-se, porém, que este estudo –, atendendo ao acervo documental que o sustenta – se centrará, sobretudo, na presença napolitana em Lisboa. O processo contrário (portugueses no reino de Nápoles) não será ignorado, mas a carência de tempo necessário a uma análise profunda das fontes napolitanas – que pudesse identificar de forma mais precisa a presença de população portuguesa no reino de Nápoles – não

permite obter uma informação equivalente no respeitante aos napolitanos radicados em Portugal no período pombalino.

A partir das questões propostas serão investigadas as mobilidades migratórias que terão sido mais frequentes e numerosas no período em análise. Apesar de não se descartar qualquer grupo ou pessoa, tenta entender-se de forma mais pormenorizada a circulação de grupos socioprofissionais específicos que tiveram maior expressão: artistas, médicos, eclesiásticos, militares, fugitivos da lei.

Num quadro geral a Europa na segunda metade do século XVIII as emigrações italianas para Portugal sofrem algumas alterações. De uma importação de homens de negócios detentores de capitais passou-se a receber em território português emigrantes mais ligados ao mundo cultural, embora não desapareçam totalmente os emigrantes ligados ao setor financeiro e comercial.<sup>1311</sup> Quanto à emigração napolitana em específico, ficaram caracterizadas nos finais de setecentos por serem principalmente de cariz cultural, como afirma Carmine Cassino.<sup>1312</sup>

Os vários trabalhos historiográficos já realizados permitem, desde logo, afirmar que dos grupos sociais indicados, a gente ligada às artes, ou agentes culturais, foi quem mais circulou entre os dois reinos no tempo de Pombal, especialmente músicos e, entre estes, aqueles que se dedicavam à música sacra ou à ópera. É, no entanto, plausível que uma grande variedade de pessoas de diferentes estratos sociais tenha integrado o processo de mobilidade em análise. Este cenário de emigração mais virada para uma vertente cultural modifica-se no período de 1800-1826, em que se verifica uma vinda para Portugal de naturais das Duas Sicílias ligados a atividades mais humildes como catraeiros e os caldeireiros.<sup>1313</sup> Também para o início do século XIX ficou identificado por Cassino, que os napolitanos de Lisboa residiam especialmente no bairro de São Paulo, “é neste bairro que se concentra a maioria dos napolitanos cuja morada se conseguiu identificar (devido ao facto de abrigar muitos trabalhadores ambulantes, como os caldeireiros); aqui está também localizado o consulado

---

<sup>1311</sup> CASSINO, Carmine, *Portugal e a Itália: Emigração, Nação e Memória (1800-1832)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2015, p. 63.

<sup>1312</sup> CASSINO, 2015, op.cit.p.76.

<sup>1313</sup> CASSINO, 2015, op.citp.152.

napolitano.”<sup>1314</sup>Infelizmente não podemos afixar neste estudo um quadro semelhante para o período de 1750-1777, os registos encontrados demonstram uma emigração mais virada para pessoas ligadas ao mundo artístico, diferente da classe de pessoas que parecia habitar no bairro de S. Paulo no início do século seguinte, “entre os italianos, não se encontram aqui mercadores, ou trabalhadores do teatro, ou músicos, ou professores de língua ou florete ou instrumentos musicais, nem criados ou médicos; pelo contrário, releva-se a presença de sapateiros, merceiros, fabricantes de panos, gerentes de lojas de bebidas e um vendedor de aguardente, que bem se encaixam na vida social do bairro.”<sup>1315</sup>

O capítulo que se segue está organizado de acordo com as categorias sociais ou profissionais que mais se destacaram, reservando-se o último sub-capítulo para um conjunto de casos diversos.

### **6.1. Agentes Culturais**

Não querendo este trabalho repetir o que tem sido evidenciado pela história da música em Portugal no século XVIII, a ela recorrerá como auxiliar informativo importante para a compreensão das finalidades pretendidas. O que se propõe é uma exposição detalhada do intercâmbio cultural estabelecido entre Portugal e Nápoles no âmbito da música e, mais concretamente, apontar as principais individualidades envolvidas nesses contactos. Identificando, assim, os compositores, cantores e instrumentistas que circularam entre os dois reinos entre 1750 e 1777, ou aqueles que viram o seu trabalho reconhecido em ambas as cortes.

Falar da música em Portugal, neste período, remete principalmente para a ópera. Foi em torno dela que se constituiu o maior vínculo cultural entre portugueses e napolitanos. Vínculo, que viria que permaneceu com a passagem do tempo, ultrapassando o reinado de D. José e mesmo o de D. Maria I. O interesse pelos artistas napolitanos ou treinados nos conservatórios daquela cidade permaneceu para além do reinado do período abordado neste trabalho (1750-1777). Como exemplo, existe uma afirmação de José

---

<sup>1314</sup> CASSINO, 2015, op.cit.p.154.

<sup>1315</sup> Idem, *ibidem*

Pereira Santiago que, em 1790 escrevia para o ministro plenipotenciário de Portugal em Nápoles, José de Sá Pereira a solicitar que este verificasse se haveria nos conservatórios napolitanos cantores que pudessem ser do agrado dos reis de Portugal.<sup>1316</sup>

Mesmo com a corte portuguesa no Brasil, a contratação de napolitanos para exercer funções na real capela da corte do Rio de Janeiro foram uma realidade. O músico Angelo Tinelli (contralto) foi um dos contratados, saindo de Nápoles em Junho de 1817 chegando ao Brasil no final do mesmo ano.<sup>1317</sup>

No caso português, embora se suponha que as primeiras óperas tenham surgido ainda durante o século XVII, no reinado de D. Pedro II<sup>1318</sup>, foi no governo do seu neto D. José que este género musical foi alvo de especial interesse, desde logo por parte da família real e pelas camadas mais privilegiadas da sociedade, o que se repercutiu numa divulgação nunca antes registada. Na primeira metade de setecentos, em pleno período joanino, “a ópera em si era tida como entretenimento privado da corte durante o período do Carnaval”<sup>1319</sup>. Somente após a morte de D. João V se observa uma alteração profunda no protagonismo deste espetáculo em Portugal.

O reinado de D. José marca, assim, um ponto de viragem. De 1750 em diante, a corte portuguesa empenhou-se verdadeiramente na procura e contratação dos melhores profissionais ligados à ópera – compositores, maestros, mestres de cena e intérpretes – a maioria dos quais oriundos de Itália. Em simultâneo, torna-se mais evidente a aposta na formação de artistas portugueses que eram enviados para a península Itálica com vista ao aperfeiçoamento da sua formação.

Sobre a importância de Nápoles no fomento da ópera em Portugal deverá, antes de mais, registar-se que existia um intercâmbio recíproco: nesta cidade se formaram artistas portugueses (compositores, instrumentistas e cantores), do mesmo modo que naturais daquele reino se transferiram ou viram o seu trabalho divulgado na corte de Lisboa. Os

---

<sup>1316</sup> AUGUSTIN, Cristina Neves, *Os castrati e a prática vocal no espaço lusobrasileiro (1752-1822)*, dissertação de doutoramento em música, Universidade de Aveiro, 2013, p.136.

<sup>1317</sup> AUGUSTIN, 2013, op.cit.p.174.

<sup>1318</sup> DELERUE, Maria Luísa, Eugénio dos Santos, “Para a História da Música em Portugal no Século XVIII”, in *Humanidades*, nº1, janeiro de 1982, Edição da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.16.

<sup>1319</sup> AUGUSTIN, K. “A Trajetória dos Castrati nos Teatros da Corte de Lisboa (séc. XVIII)”, in *Revista Música e Linguagem – Vitória/ES*. Vol.1 nº 3, 2013, p.77.

conservatórios de música napolitanos são geralmente apontados como o berço artístico de muitos dos artistas que serão mencionados, nomeadamente, o Conservatorio della Pietà dei Turchini, o Conservatoriodi Santa Maria di Loreto e o Conservatoriodi S. Onofrio.

Passando primeiramente à averiguação da mobilidade de alguns compositores ou das suas obras entre Nápoles e Lisboa, pode assegurar-se que o processo de movimentação foi, na maioria, feito de Nápoles para Portugal.

Ao analisar-se o registo (disponível na Torre do Tombo) de “spartitos” que se fizeram e se representaram em espetáculos musicais durante o reinado de D. José, verifica-se a existência de dez compositores nascidos nos domínios do reino de Nápoles. São eles: NiccolòJommelli, David Perez, GaetanoLatilla, Domenico Fischeti, NiccolòPiccini, Giovanni Paisiello, Pietro Alessandro Guglielmi, TommasoTraetta, GennaroAstarita e Giovanni Battista Borghi.<sup>1320</sup>

Dos nomes indicados apenas David Perez se estabeleceu em Lisboa. Os restantes ficaram conhecidos em Portugal pela divulgação das suas composições. Existem, contudo, outros compositores provindos do reino de Nápoles para Lisboa cujo nome não consta no referido registo de “spartitos”. É o caso de António Majo – filho do famoso compositor napolitano, Giuseppe Majo – e Francesco Saverio Buontempo.

Na década de 60 residia já em Portugal o instrumentista de Nápoles, o pai do compositor João Domingos Bomtempo, Francisco Saverio Buontempo, natural de Foggia no reino de Nápoles que, antes da sua vinda para Portugal foi professor no Conservatório de Santo Onofre. Desconhece-se a data específica da sua chegada à corte portuguesa, mas em 5 de junho de 1762 assinou o livro de entradas da Irmandade de Santa Cecília e assumiu o cargo de primeiro oboé da Real Câmara. Francisco Saverio Buontempo passa o resto da sua vida em Lisboa, morrendo no dia 8 de agosto de 1796.<sup>1321</sup>

A importância dos compositores David Perez e Niccolò Jommelli já foi abordada precedentemente no capítulo anterior. Ambos foram, diversas vezes, mencionados nas trocas epistolares realizadas pelos diplomatas portugueses e napolitanos com as

---

<sup>1320</sup> ANTT, Casa Real, n.º 2995.

<sup>1321</sup> MARQUES, 1965, op.cit. p.215.

respetivas cortes de origem e são os dois autores de ópera oriundos do reino de Nápoles mais revisitados pela historiografia da música. Nesta fase, bastará reavivar sinteticamente a proeminência dos dois compositores em Portugal. Jommelli (1714-1774) nasceu em Aversa, perto de Nápoles, estudou no Conservatório de S. Onofrio<sup>1322</sup>, não havendo registo da sua presença na corte portuguesa. Os seus trabalhos destacaram-se em Portugal a partir de 1767, tendo-lhe a coroa portuguesa atribuído uma pensão anual em troca das suas óperas.<sup>1323</sup>

No registo de “spartitos” que se encontra na Torre do Tombo estão inscritas onze óperas da autoria de Niccolò Jommelli, a primeira referente ao ano de 1767, com o título “Eneanel Latio”.<sup>1324</sup> Jommelli morre a 26 de agosto 1774<sup>1325</sup>, mas os seus trabalhos são representados em Portugal mesmo depois da sua morte. Por exemplo, em março de 1780 (já no reinado de D. Maria I) reedita-se a ópera “L’isoladisabitata.”<sup>1326</sup>

Quanto a David Perez (1711-1778) – compositor e maestro de origem siciliana – chegou a Lisboa em 1752, a convite do monarca português, “tornando-se mestre de música da princesa do Brasil, mestre de capela no seminário da Patriarcal e diretor oficial da música da corte.”<sup>1327</sup> Para além de um destacado nível profissional, Perez conquistou em Lisboa uma privilegiada proximidade à família real, especialmente junto da princesa do Brasil. Como certificava Giuseppe Maturi, o ministro interino da corte napolitana em Lisboa, em dezembro de 1760.<sup>1328</sup>

Embora tenha passado o resto da vida em Lisboa, onde acabaria por falecer em 1778, Perez não deixou de divulgar alguns dos seus trabalhos em Nápoles.<sup>1329</sup> Há ainda registo de, em 1768, ter enviado – através do diplomata napolitano acreditado em

---

<sup>1322</sup> DOTTORI, Maurício, *The Church Music of Davide Perez and Niccolò Jommelli, With Especial Emphasis on Funeral Music*, Curitiba, DeArtes-UFPR, 2008, p.8.

<sup>1323</sup> BRITO, Manuel Carlos de, “Portugal and Brazil “ in Anthony R. Del Donna and Pierpaolo Polzonetti edition, *The Cambridge Companion to Eighteenth-Century Opera*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009, p.237.

<sup>1324</sup> ANTT, Casa Real, n.º 2995.

<sup>1325</sup> ANTT, MNE, Caixa 276, de João Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, ofício de 12-09-1774.

<sup>1326</sup> ANTT, Casa Real, n.º 2995.

<sup>1327</sup> DOTTORI, 2008, op.cit.pp.54.

<sup>1328</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci, de 16-12-1760.

<sup>1329</sup> DOTTORI, 2008, op.cit.p.17.

Portugal – uma reedição da ópera “L’isola disabitata” destinada à rainha Maria Carolina.<sup>1330</sup>

Após a abordagem elementar e sucinta sobre estas duas figuras já bem estudadas pela história da música, importa substanciar o que foi possível descobrir sobre outros artistas cuja passagem por Portugal não lhes logrou a mesma fama de Jommelli ou Perez, mas que serão contemplados nesta tese dada a sua ascendência napolitana. Como António Majoe João Domingos Bomtempo.

António Majo nasceu em Nápoles numa família de músicos, filho do compositor setecentista Giuseppe Majo – que detinha o cargo de maestro de capela da corte de Nápoles – e irmão do célebre compositor, Gian Francesco Majo.<sup>1331</sup> Seguiu os passos dos familiares no mundo da música. Embora o irmão e o pai sejam reconhecidos, pouco se sabe sobre António, devendo provavelmente a sua educação musical ao pai. Também não há conhecimento da data em que se terá deslocado para Lisboa, mas uma carta (sem data de remissão) do ministro Bernardo Tanucci para um dos diplomatas napolitanos acreditados em Lisboa menciona um pedido de uma bolsa de educação feito por António Majo, “*filho de D. Giuseppe de Majo, primeiro maestro da Real capela.*” ao rei de Nápoles.<sup>1332</sup>

Quanto a João Domingos Bomtempo, embora tenha nascido em 1775 já em Portugal, possuía raízes napolitanas: era filho do napolitano Francesco Saverio Buontempo “que viera para Portugal no reinado de D. José e fora primeiro oboísta na câmara régia”<sup>1333</sup>, sobre quem já nos pronunciaremos neste capítulo. João Domingos ficou especialmente conhecido como músico e compositor durante o reinado de D. Maria I, sendo promovido em 1796 com a morte do pai, a primeiro oboé da orquestra real.<sup>1334</sup>

Observando de seguida o processo contrário, relativo à presença de compositores portugueses no reino de Nápoles, encontramos cinco nomes: João Cordeiro da Silva, João de Sousa Carvalho, Brás Francisco de Lima, Jerónimo Francisco de Lima e Camilo

---

<sup>1330</sup> ASN, Esteri, Busta 922, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 1-11-1768.

<sup>1331</sup> BOER, Bertil Van, “Music of the Classical Period”, in *Historical Dictionary of Music of the Classical Period*, United States of America, Scarecrow Press, 2012, p.356.

<sup>1332</sup> ASN, Esteri, Busta 936.

<sup>1333</sup> CIDADE, Hernâni, *Os Grandes Portugueses*, Volume 2, Partes 14-28, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 296

<sup>1334</sup> MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “Músicos na câmara de D. José I ”in Virgínia Rau (Dir.), *Revista do Tempo e da História*, Volume I, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1965, p. 215.

Cabral. Os cinco deslocaram-se para Nápoles com o objetivo comum de se instruírem e formarem nos conservatórios daquela cidade.

Existem indícios de que João Cordeiro da Silva terá estudado em Nápoles, mas não uma certeza absoluta.<sup>1335</sup> Sabe-se que nasceu em Elvas em 1735 e que foi compositor e organista da Capela Real da Ajuda. Cordeiro da Silva foi também “responsável por grande parte das produções operáticas na corte, incluindo a adaptação das óperas de Jommelli para as condições locais.”<sup>1336</sup>

No caso de João de Sousa Carvalho – nascido em 1745, em Estremoz – foi um dos compositores portugueses mais reconhecidos internacionalmente. Ocupou o cargo de Mestre no Seminário da Patriarcal<sup>1337</sup> e recebeu em 1761 do rei D. José uma bolsa de estudo para se aprimorar no conservatório de Santo Onofre Capuana, em Nápoles, onde permaneceria durante os seis anos seguintes.<sup>1338</sup> Em 1778 substituiu David Perez nos cargos de professor de música da princesa do Brasil e de diretor oficial da música da corte portuguesa.<sup>1339</sup> No estilo as suas óperas são comparadas às de Jommelli.<sup>1340</sup>

Também os irmãos Jerónimo Francisco de Lima e Brás Francisco de Lima seguiram como bolsistas para Nápoles em 1760, juntamente com Sousa Carvalho e com o cantor *castrato* Camilo Cabral (de quem se falará mais adiante) como consta no passaporte a eles passado.<sup>1341</sup>

A data de nascimento de Brás Francisco de Lima é desconhecida. Sabe-se que foi pupilo e professor no seminário da Patriarcal, e que “mais tarde abandonou a música como profissão”.<sup>1342</sup> Em relação a Jerónimo, que nasceu em 1741, seguiu exatamente os mesmos passos do irmão nos estudos musicais e na função de professor do seminário da

---

<sup>1335</sup> VASCONCELLOS, Joaquim de, *Os Músicos Portugueses Biographia-Bibliographia*, Volume II, Porto, Imprensa Portuguesa, 1870, p.170.

<sup>1336</sup> FERNANDES, Cristina, Alberto Pacheco, *Dicionário Biográfico Caravelas*, Núcleo de Estudos da História da Música Luso-Brasileira, in, [http://www.caravelas.com.pt/CORDEIRO\\_DA\\_SILVA\\_JOAO\\_junho\\_2010.pdf](http://www.caravelas.com.pt/CORDEIRO_DA_SILVA_JOAO_junho_2010.pdf)

<sup>1337</sup> VASCONCELLOS, 1870, op.cit.p.40.

<sup>1338</sup> BRITO, 2009, op.cit.p.78.

<sup>1339</sup> BRITO, 2009, op.cit.p.77.

<sup>1340</sup> BOER, 2012, op.cit.p.121.

<sup>1341</sup> ANTT, MNE, MF, 6208.

<sup>1342</sup> BRITO, 2009, op.cit.p.79.

Patriarcal, após o retorno de Nápoles. Em 1798 substituiu o colega João de Sousa Carvalho como mestre de capela da Patriarcal.<sup>1343</sup>

Tanto João de Sousa Carvalho como Jerónimo Francisco de Lima viram as suas carreiras ascender após a sua formação em Nápoles. Com o regresso a Lisboa ambos vieram a ocupar cargos relevantes, não só no reinado de D. José, mas também no reinado seguinte.<sup>1344</sup> Parecia claro que para os portugueses Nápoles tinha grande relevo na formação dos músicos e compositores. Mesmo durante o século XIX a eleição de artistas napolitanos para cargos de relevo na cena musical portuguesa continuava. Em 1820, era contratado para gerir o teatro S. Carlos Carlo Coccia, “nativo de Nápoles que se distinguiu como compositor e diretor das óperas italianas em Lisboa.”<sup>1345</sup>

No grupo de artistas que circulava entre Nápoles e Lisboa no segundo quartel de Setecentos, também se encontram alguns cantores napolitanos. São aqui identificados nove que mostraram os seus dotes vocais nos palcos portugueses: D. António Tedeschi, Gioacchino Conti, Gaetano Majorano Cafarelo, Angelo Monanni (Manzoletto), Tadeo Puzzi, António Mazziotti, Michele Mazziotti, Giuseppe Porcaris e Loreto Franchi. António Tedeschi foi o primeiro a rumar a Lisboa, ainda no reinado de D. João V. Nascido em 1704 em Aversa, no reino de Nápoles, foi contratado como cantor para a Patriarcal em 1733 e, durante o reinado de D. José, foi o “doutíssimo professor músico de S.M.F. na capela real de Nossa Senhora da Ajuda.”<sup>1346</sup>

António Tedeschi permaneceu em Lisboa até à sua morte – ocorrida em data posterior a 1771, dado os autos de conta do seu testamento (encontrados na Torre do Tombo) datarem de 13 de julho de 1771. Nesses autos, o cantor declarava: "*Sou Natural da Villa de Frinhano Piccolo, da diocese de Aversa, no Reino de Nápoles, filho de Guilherme Tedeschi e sua mulher Luccia Corsino, ambos já falecidos, e por isso não tenho herdeiros que deve necessariamente instituir e posso livremente dispor dos meus bens.*"<sup>1347</sup>

---

<sup>1343</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1344</sup> BRITO, Manuel Carlos de, *Opera in Portugal in Eighteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp.78 e 79.

<sup>1345</sup> STAFFORD, William C., *History of Music*, Edinburgh, Constable and co., 1830, p.222.

<sup>1346</sup> VASCONCELLOS, 1870, op.cit.p.185.

<sup>1347</sup> ANTT, Feitos Findos, Caixa 384, Auto de 13 de julho de 1771.

Tedeschi revela ainda ser sua vontade deixar como herdeiro o filho ilegítimo, Pedro Thomaz da Silva, nascido em 1746 do seu relacionamento com uma mulher solteira, o qual foi batizado “*neste lugar de Nossa senhora da Ajuda, de cuja real capela exercito ofício de cantor.*”<sup>1348</sup> No seu testamento constam como beneficiários – para além do filho que herdou uma propriedade de casas perto da capela da Ajuda – os seus sobrinhos residentes na citada vila de FrinhanoPiccolo, a quem deixou também uma propriedade de casas naquela região de Nápoles. Tedeschi fez anotar em testamento a sua vontade de ser sepultado na igreja velha de Nossa Senhora da Ajuda.<sup>1349</sup>

Acerca do *castrato* Gioacchino Conti, conhecido também como Gizziello – nascido em 1714 em Arpino, um feudo autónomo do reino de Nápoles – sabe-se que estudou em Nápoles desde os oito anos, tornando-se um dos “maiores cantores do século XVIII.”<sup>1350</sup> Gizziello esteve duas vezes em Lisboa, a primeira em 1743<sup>1351</sup>, (ainda no reinado de D. João V) e, em 1752, permanecendo ao serviço da Coroa portuguesa na Real Capela da Patriarcal até 1755.<sup>1352</sup>

Também durante os primeiros anos do reinado josefino chega à capital portuguesa GaetanoMajoranoCafarelo (Caffarelli), nascido em Bitonto, no reino de Nápoles, no ano de 1710.<sup>1353</sup> A sua mudança para Lisboa, em 1755, esteve relacionada com a abertura da Real Ópera do Tejo, no dia 31 de março desse ano, como um dos principais membros do elenco da ópera inaugural “Alessandro nel Indie.”<sup>1354</sup>

Pode concluir-se que Caffarelli permaneceu em Portugal cerca de dez meses e que somente em janeiro de 1756 lhe foi passado um passaporte, com licença para retornar a Nápoles. “*GaetanoMajoranoCafarelo tem servido Sua Majestade no emprego de cantor da sua câmara com louvável procedimento e pronta satisfação. Preferindo voltar para Nápoles a continuar naquela corte no exercício da sua obrigação, pediu a S. Majestade*

---

<sup>1348</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1349</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1350</sup> FLORIMO, Francesco, *Cenno Storico Sulla Scuola Musicale di Napoli*, Vol. II, Napoli, Tipografia di Lorenzo Rocco, 1871, p.2061.

<sup>1351</sup> FLORIMO, 1871, op.cit.p.2063.

<sup>1352</sup> AUGUSTIN, 2013, op.cit.p.79.

<sup>1353</sup> FEDI, Maria, *Tuo Lumine: l'Accademia dei Risvegliati e lo Spettacolo a Pistoiatra Sei e Settecento*, Firenze, Firenze UniversityPress, 2010, p. 140.

<sup>1354</sup> AUGUSTIN, 2013,op.cit. p.78.

*licença para fazer a dita viagem que houve por bem conceder-lha.*"<sup>1355</sup> Por esta fonte é possível admitir a sobrevivência deste *castrato* ao Terramoto de 1 de novembro de 1755. Não há, no entanto, como afirmar que tenha participado noutros espetáculos da Ópera do Tejo, cujo edifício foi destruído pela catástrofe.

Cafarelli foi, contudo, uma exceção. Nem todos os cantores migrantes da época em estudo alcançavam êxito internacional em vários palcos europeus. Muitos saíam de Nápoles para exercer o seu ofício noutro país, sendo a sua notoriedade artística mais modesta. Giuseppe Porcaris é um desses exemplos. Oriundo de Altamura (em Nápoles), chegou a Lisboa em data ainda desconhecida, mas conseguiu o cargo de Mestre de música da Patriarcal em 1760, que desempenhou até à sua morte em 1772. No ano de 1761, o nome de Porcaris consta na lista de cantores que atuaram nos festejos do Baptizado de D. José, Príncipe da Beira.<sup>1356</sup>

Na década de 60 também se registou a chegada de *castrati* napolitanos à corte portuguesa. Em 1765, o ministro português dos Negócios Estrangeiros e da Guerra escreve ao seu representante diplomático em Nápoles, José de Sá Pereira, uma minuta em que declara o grande interesse da corte na contratação de Angelo Monanni, um *castrato* napolitano, conhecido pelo nome artístico de Manzoletto. A referida minuta – datada de 14 de outubro de 1765 – anunciava:

- “*Achando-se justo para músico da capela de El Rei N. Sr. Angelo Monanni, com ordem de vir logo para esta corte, se sabe agora, que ele tem feito obrigação ao empresário da ópera dessa cidade para nela recitar o Carnaval que vem, e que por este motivo lhe poderá ser embaraçosa a sua viagem, querendo-lhe o mesmo empresário impor a pena em que muito naturalmente há-de ter convidado, pois esta é a forma ordinária porque se fazem semelhantes contractos: Ordena El Rei sem falar na sua real pessoa que V. Ilustríssima interponha a sua autoridade para que o dito empresário haja por desobrigar ao sobredito músico o que a Ilustríssima não custará muito a conseguir,*

---

<sup>1355</sup> ANTT, MNE, MF, 6208.

<sup>1356</sup> FERNANDES, Cristina, Alberto Pacheco, *Dicionário Biográfico Caravelas*, Núcleo de Estudos da História da Música Luso-Brasileira, 2010, in [http://www.caravelas.com.pt/Giuseppe\\_porcaris\\_junho\\_2010.pdf](http://www.caravelas.com.pt/Giuseppe_porcaris_junho_2010.pdf)

pois sendo ele um terceiro papel da ópera que se quer recitar, não faltarão outros muitos músicos.”<sup>1357</sup>

Através da minuta transcrita se percebe que houve, de facto, por parte da corte portuguesa intenção de contratar os serviços de Manzoletto e de o trazer para Portugal. Não foram, porém, encontradas fontes ou estudos históricos que certifiquem a sua vinda para Lisboa. Na verdade, pouco se sabe sobre a biografia deste *castrato*. Sabe-se que em Nápoles foi discípulo de Giovanni Manzuoli<sup>1358</sup> – também ele um *castrato*, reconhecido como professor de canto de Wolfgang Amadeus Mozart.<sup>1359</sup> Na década de 70, Manzoletto cantava no King’s Theatre, em Londres, onde se manteve até 1782.<sup>1360</sup>

No ano de 1765 chegaram também a Portugal os cantores napolitanos António Mazziotti e Loreto Franchi. O primeiro deixou Nápoles em consequência da contratação dos seus serviços por parte de David Perez que dirigia então a companhia lírica do Teatro do Bairro Alto.<sup>1361</sup> No ano seguinte (1766) acumulava também funções como membro da capela real da Ajuda.<sup>1362</sup> António Manziotti permaneceu em Lisboa provavelmente até à sua morte, sendo condecorado em 1824 com a comenda honorária da Ordem de Cristo, como consta no registo geral de mercês de D. João VI.<sup>1363</sup>

Quanto a Loreto Franchi – natural de Salerno, perto de Nápoles – nasceu no ano de 1730, tendo falecido em Lisboa em data incerta. Na capital portuguesa exerceu o ofício de tenor “na Capela Real e Patriarcal de Lisboa e nos teatros reais na segunda metade do século XVIII.”<sup>1364</sup> Embora o seu primeiro casamento se tenha realizado em Itália, todos os seus filhos nasceram já em Portugal e, como o progenitor, seguiram a carreira

---

<sup>1357</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, minuta de 14-10-1765.

<sup>1358</sup> BARBIER, Patrick, *The world of the Castrati: The History of an Extraordinary Operatic Phenomenon*, London, Souvenir Press, 1998, p.84.

<sup>1359</sup> STANLEY, Sadie, *Mozart: The Early Years 1756-1781*, Oxford, Oxford University Press, 2006, p.235.

<sup>1360</sup> GREENE, John C., *Theatre in Dublin, 1745-1820: A Calendar of Performances*, Volume 3, United Kingdom, Lehigh University Press, 2011, p. 1908.

<sup>1361</sup> CARDOSO, Lino de Almeida, *O Som Social: Música, Poder e Sociedade no Brasil. (Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX*, São Paulo, Edição do Autor, 2011, p. 194.

<sup>1362</sup> FERNANDES, Cristina, Alberto Pacheco, *Dicionário Biográfico Caravelas*, Núcleo de Estudos da História da Música Luso- Brasileira, 2010, in,

[http://www.caravelas.com.pt/Carlos\\_Mazziotti\\_Maio\\_2012.pdf](http://www.caravelas.com.pt/Carlos_Mazziotti_Maio_2012.pdf)

<sup>1363</sup> ANTT, Registo Geral de Mercês, D. João VI, liv.19, fl.220

<sup>1364</sup> FERNANDES, Cristina, Alberto Pacheco, *Dicionário Biográfico Caravelas*, Núcleo de Estudos da História da Música Luso- Brasileira, 2010, in, [http://www.caravelas.com.pt/Loreto\\_Franchi\\_agosto\\_2010.pdf](http://www.caravelas.com.pt/Loreto_Franchi_agosto_2010.pdf)

musical. Em 1789, Loreto Franchi casou uma segunda vez, com Jacinta GrechMazziotti, filha do tenor Michele Mazziotti, (sobre quem se falará mais adiante) e sobrinha de António Mazziotti.<sup>1365</sup>

Sobre TaddeoPuzzi, não existe muita informação. Em 1768 encontrava-se já em Lisboa, mas a sua chegada à corte portuguesa era ainda recente, tendo-se juntado ao grupo de novos cantores da orquestra de S. Majestade Fidelíssima.<sup>1366</sup> Como outros, TaddeoPuzzi permaneceu o resto da vida em Lisboa ao serviço da Patriarcal, sabendo-se que o seu filho, o cantor e compositor António PaduaPuzzi seguiu a mesma carreira profissional: entrou para a irmandade de Santa Cecília em 23 de Julho de 1783 e foi “nomeado Mestre de capela da Basílica de Mafra” em 1805.<sup>1367</sup>

Na década seguinte, a corte portuguesa contrata para cantar na Capela Real da Ajuda, Michele Mazziotti – nascido no ano de 1739 na localidade de San Cataldo em Taranto, na província de Puglia, no Reino de Nápoles<sup>1368</sup> – cuja que chega a Lisboa em 1774.<sup>1369</sup> Antes da sua vinda para Portugal, Mazziotti atuava no Teatro de San Carlo, em Nápoles. Em Lisboa fez parte do seminário da Patriarcal e (como já mencionado) foi um dos cantores da Real Capela. Não é conhecida a data da sua morte, mas sabe-se que faleceu em Lisboa.

Mencionados os cantores oriundos do reino de Nápoles que residiram ou estiveram temporariamente em Lisboa entre 1750 e 1777, apresentem-se agora os cantores portugueses que se deslocaram para a cidade de Nápoles, neste caso não como profissionais contratados, como acontecia com os napolitanos que vinham para Portugal, mas sim com objetivos de aprendizagem e formação artística.

Dos quatro intérpretes vocais que importa referenciar, comece-se por Joaquim Pecorari, seguindo-se-lhe Joaquim de Oliveira, José de Almeida e Camilo Cabral – cantores

---

<sup>1365</sup> *Idem, ibidem*

<sup>1366</sup> DOTTORI, 2008,op.cit. p.73.

<sup>1367</sup> FERNANDES, Cristina, “Patronos da Arte dos Sons: a Actividade Musical na Patriarcal e na Capela Real de Lisboa entre 1750 e 1807”, in *Invenire– Revista dos Bens Culturais da Igreja*, nº5, 2012, p. 19.

<sup>1368</sup><http://geneall.net/en/name/1302753/michele-mazziotti/>

<sup>1369</sup> FERNANDES, Cristina, “A Música Sacra no Período Pombalino”, in *Revista Camões*, nº 15/16, 2003, p. 90.

*castrati*, que no âmbito da sua formação musical, “foram selecionados, em 1760, para prosseguirem os seus estudos em Nápoles”<sup>1370</sup>, num dos conservatórios da cidade.

Em 1753, Joaquim Pecorari – português de pai napolitano e mãe romana – segue para Nápoles, onde é integrado no conservatório musical de Santo Onofre. Não se conhece a data do seu retorno a Lisboa, mas sabe-se que se tornou “um destacado cantor da Capela Real.”<sup>1371</sup> Em parte posterior deste capítulo serão abordados outros familiares de Joaquim Pecorari, nomeadamente, o pai e um irmão que, embora não sendo cantores, também serviram na corte portuguesa como músicos.

Joaquim Oliveira – admitido em maio de 1756 (ainda em criança) no Real Seminário de Música da Patriarcal, “por ser castrado”<sup>1372</sup>– foi favorecido pela coroa portuguesa com uma bolsa de estudo, que lhe permitiu ingressar em 1760 no Conservatório de Santo Onofrio Capuana de Nápoles. Oliveira regressa a Lisboa sete anos mais tarde e, no ano seguinte, é contratado como cantor na Patriarcal. Existem, no entanto, dúvidas acerca da veracidade da sua castração. Segundo Cristina Fernandes, o cantor chegou a casar e a ter filhos, factos que impossibilitam a hipótese da castração.<sup>1373</sup>

José de Almeida entrou para o Seminário de Música da Patriarcal, em agosto de 1752, com idade de catorze anos, lá permanecendo até 1760, quando lhe foi atribuída uma bolsa de estudo para se aperfeiçoar (também) no Conservatório napolitano de Santo Onofrio Capuana. No regresso a Portugal foi contratado como cantor da Patriarcal.<sup>1374</sup> Neste caso não existem incertezas em relação à sua condição de castrado, provavelmente originada pela situação de pobreza da sua família que, terá encontrado um socorro financeiro na mutilação do filho. Por resolução de Sua Majestade, o suplicante foi aceite como Seminarista, com a obrigação de anualmente lhe serem concedidos nove mil e seis centos reis, em razão de ser castrado.”<sup>1375</sup>

---

<sup>1370</sup> AUGUSTIN, Kristina Neves, *Os Castrati e a Prática Vocal no Espaço Luso-brasileiro (1752-1822)*, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 2013, p.113.

<sup>1371</sup> QUADROS, Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e, *Alessandro Giusti (1715-1799) e a Aula de Escultura de Mafra*, Volume I, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, p.281.

<sup>1372</sup> AUGUSTIN, K., 2013, op.cit.p.77.

<sup>1373</sup> [http://www.caravelas.com.pt/Joaquim\\_de\\_Oliveira\\_novembro\\_2014.pdf](http://www.caravelas.com.pt/Joaquim_de_Oliveira_novembro_2014.pdf)

<sup>1374</sup> [http://www.caravelas.com.pt/Jose\\_de\\_Almeida\\_novembro\\_2014.pdf](http://www.caravelas.com.pt/Jose_de_Almeida_novembro_2014.pdf)

<sup>1375</sup> ANTT, Lisboa-Patriarcal, Papeis Diversos, Caixa 257.

Por fim, o cantor Camilo Cabral, admitido no Seminário de Música da Patriarcal, em 1759, “por dizerem os cirurgiões ser castrado”<sup>1376</sup>, foi (como José de Almeida e Joaquim Oliveira) enviado em 1760 com o patrocínio do rei de Portugal para Nápoles, onde – no mesmo conservatório dos colegas mencionados – prosseguiu o seu apuro musical. Em 1774 retornou à corte de Lisboa e tornou-se Mestre do Real seminário de Música da Patriarcal.

Do grupo de artistas musicais que circulou entre Lisboa e Nápoles durante o período pombalino falta ainda abordar a classe dos instrumentistas e maestros. Nesta categoria, encontravam-se a residir em Portugal oriundos do reino de Nápoles: André Marra, Vito Manareli, Joaquim Tessitore, Lucca Sovane, Francesco Saverio Buontempo, Michele Giordani e Francesco Todi.

André Marra instalou-se em Portugal para desempenhar a função de violinista da Câmara de D. José I: “tocava violino, mas também era compositor, pois publicou um tema com duzentas variações para violino.”<sup>1377</sup> Marra terá chegado a Portugal antes de 21 de novembro de 1756, dia em que assinou o livro de entradas na Irmandade de Santa Cecília.<sup>1378</sup> “Faleceu em 1782. Seu filho André Cipriano Marra foi organista da Patriarcal nos princípios do século XIX.”<sup>1379</sup>

O músico Vito Manareli chegou a Portugal ainda na década de 50, assinando o livro de entradas da irmandade de Santa Cecília, em 1758. Estabeleceu uma relação de parentesco com André Marra – músico napolitano referido no parágrafo anterior – através do casamento com uma familiar deste, Mariana Marra. Pouco se sabe sobre Vito Manareli. Existe a indicação de que voltou temporariamente a Nápoles, não havendo registo do seu retorno a Lisboa, talvez por ter falecido.<sup>1380</sup>

Embora muitos dos músicos abordados sejam referenciados em obras da história da música em Portugal, outros não o são, sendo o conhecimento da sua passagem por Lisboa ainda incógnito nos estudos existentes. Como D. Lucca Sovane que, segundo uma fonte diplomática napolitana, residia em 1761 na cidade de Lisboa como maestro

---

<sup>1376</sup>[http://www.caravelas.com.pt/Camillo\\_Jorge\\_Dias\\_Cabral\\_novembro\\_2014.pdf](http://www.caravelas.com.pt/Camillo_Jorge_Dias_Cabral_novembro_2014.pdf)

<sup>1377</sup> MARQUES, 1965, op.cit.p.201.

<sup>1378</sup> ANTT, Casa Real, n° 3003.

<sup>1379</sup> MARQUES, 1965, op.cit.p.202.

<sup>1380</sup> MARQUES, 1965, op.cit.p.205.

de música. É o ministro plenipotenciário de Nápoles em Lisboa, Michele Pignatelli, quem escreve ter a rainha de Portugal solicitado (através da via diplomática) ao seu sobrinho rei de Nápoles que fosse dispensada uma pensão real para um sobrinho de Sovane que vivia na cidade de Ostuni. Um favor em nome de um “*sacerdote honestíssimo, muito bem visto por estes reinantes, particularmente pela rainha, que tem sido maestro de musica, bom vassalo do Rei nosso senhor.*”<sup>1381</sup> Sobre Sovane, este ofício é (por enquanto) o único rasto existente da sua permanência na corte portuguesa.

Em 1767 chega a Portugal oriundo do reino de Nápoles, o contrabaixista Michele Giordani, “contratado para a orquestra da Real Câmara.”<sup>1382</sup> E cerca de dois anos mais tarde, o seu compatriota, Francesco Todi, violinista – que em 18 de julho de 1769 casou com a famosa cantora lírica natural de Setúbal, Luísa de Aguiar Todi.<sup>1383</sup> Francesco Todi foi contratado como primeiro violinista do Teatro do Bairro Alto onde permaneceu, pelo menos, até 1775.<sup>1384</sup>

Para finalizar esta análise do intercâmbio de músicos entre os reinos de Nápoles e Portugal de 1750 a 1777, resta examinar o percurso dos instrumentistas portugueses que, neste mesmo lapso de tempo, se radicaram temporariamente em Nápoles.

A década de 1760 e os anos iniciais da década seguinte foi talvez o período em que o maior número de músicos se deslocou de Lisboa para a cidade napolitana. Pertencendo alguns deles à classe dos instrumentistas, como Joaquim Tessitore, António Pecorario (pai e filho) e João Batista Avondano. Sobre Joaquim Tessitore, poucas são as referências conhecidas. Sabe-se que foi tocador de oboé na corte portuguesa e que em 1760 embarcou para Nápoles como bolseiro, para seu aperfeiçoamento musical<sup>1385</sup>.

Respeitante a António Pecorario, o leque de informações é um pouco mais amplo. Pecorario era já reconhecido como escultor antes de abraçar a carreira musical, tendo

---

<sup>1381</sup> ASN, Esteri, Busta 920, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 6-10- 1761.

<sup>1382</sup> BRITO, 2009, op.cit.p.36.

<sup>1383</sup> PELLERIN, AGNÈS, *Les Portugais à Paris: au fil des Siècles & des Arrondissements*, Paris, Editions Chandeigne, 2009, p. 22

<sup>1384</sup> BRITO, 2009, op.cit.p.103.

<sup>1385</sup> FERNANDES, 2003, op.cit.p.95.

sido o primeiro discípulo da Escola de Escultura de Maфра; nela “estudou durante nove anos e, depois, inclinando-se à música foi estudá-la para Nápoles.”<sup>1386</sup>

No dia 19 de Junho de 1761, Pecorario recebeu o passaporte que lhe permitiu viajar para Nápoles. “*Desta corte faz viagem para a de Nápoles António Pecorario, onde vai aprender a arte da música.*”<sup>1387</sup> Aquando do seu retorno a Portugal, Pecorario veio a exercer o cargo de músico da Câmara Real.<sup>1388</sup> Embora já nascido em Portugal, António Pecorario descendia de napolitanos pelo lado paterno: seu pai homónimo era oriundo de Aversa, no reino de Nápoles e emigrara para Lisboa ainda no reinado de D. João V, onde casou (em 1733) com a romana Barbara Bertolotti<sup>1389</sup>, permanecendo em Lisboa como músico da Capela Real até ao final da sua vida, em junho de 1761.<sup>1390</sup>

Mencione-se agora João Baptista Avondano, nascido numa família de músicos de Génova estabelecida em Lisboa, sendo filho do violinista Pedro Jorge Avondano (que chegou a Portugal durante o reinado joanino) e irmão do famoso compositor Pedro António Avondano.<sup>1391</sup> Algumas fontes diplomáticas revelam nitidamente a ascensão musical de João Avondano em Nápoles, como aprendiz num dos conservatórios da cidade. A presença deste Avondano em Nápoles é documentada pelo ministro plenipotenciário de Portugal naquela cidade, José de Sá Pereira, que tece rasgados elogios ao músico, que abrigou na sua própria casa.

*“Depois de haver favorecido ainda dentro do conservatório a João Baptista Avondano, tocador de rabeção, eu me resolvi a dar-lhe cama, e mesa em minha casa há mais de um ano, por ver que ele se achava em circunstâncias mais de aproveitar ao conservatório, que de aproveitar-se nele. Ele em todo este tempo se tem aplicado com fruto, tanto ao dito instrumento como ao uso do contraponto e não menos pelo seu procedimento, que pela sua aplicação me tem merecido o conservá-lo com gosto nesta casa. Ele se faz conseqüentemente digno da recomendação que V. Excelência dele me*

---

<sup>1386</sup> MACHADO, CyrilloVolkmar, *Collecao de Memorias Relativas às Vidas dos Pintores e Escultores, Architetos e Gravadores Portugueses, e dos Estrangeiros que Estiveram em Portugal*, Lisboa, Imp. de Vitorino Rodrigues da Silva, 1823, p.262

<sup>1387</sup> ANTT, MNE, MF, 6208.

<sup>1388</sup> QUADROS, 2012, op.cit.p.282.

<sup>1389</sup> ANTT, *Registos Paroquiais*. Lisboa, Santa Catarina do Monte Sinai. Livro de Casamentos N.º 10, fl. 52.

<sup>1390</sup> ANTT, *Registos Paroquiais*. Lisboa, Ajuda. Livro de Óbitos N.º 5.

<sup>1391</sup> BOER, 2012, op.cit.p.47

*faz por ordem d' El Rei Nosso Senhor, em observância da qual o protegerei daqui por diante com duplicado empenho.*"<sup>1392</sup>

Neste mesmo ofício redigido pelo diplomata português ao ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra deteta-se o interesse da corte de Lisboa na formação musical de Avondano e a intenção de que a continuação da sua aprendizagem não se limite ao conservatório de Nápoles. Porque Sá Pereira revela (no mesmo ofício) que os seis melhores professores de rabeção que se conhecem presentemente em Itália residem um em Pádua, um em Verona, um em Milão, dois em Turim e um em Génova, sugerindo que Avondano opte por Génova, e de lá “ S.M. pode mandá-lo ir ouvir ou todos ou alguns dos sobreditos professores.”<sup>1393</sup> João Avondano parte para Génova em dezembro de 1768, onde foi esperado pelo representante consular de Portugal, Nicolau Piaggio. “Hoje faz 12 dias que João Avondano tocador de Rabecão chegou nesta cidade de Génova, vindo de Nápoles pela via de terra.”<sup>1394</sup>

Por último, evoque-se Manuel Marques Lagoa, cuja única referência encontrada consiste no passaporte que lhe foi passado em abril de 1770. Para viajar da cidade de Lisboa à de Nápoles, por ordem de S. Majestade,” *a estudar música em um dos conservatórios da mesma cidade, Manuel Marques Lagoa.*"<sup>1395</sup> Não existem, contudo, registos indicativos da sua especialidade musical, nem que cargo desempenhou na corte portuguesa, antes e após a sua estada em Nápoles.

Em termos culturais, o Portugal de setecentos procurou os seus maiores representantes e mentores em Itália, criando-se uma forte ligação artística entre as duas nações. O reinado de D. João V assistiu a uma grande expansão da influência artística italiana em Portugal, fenómeno que se manteve no reinado de D. José. É neste contexto que surge (ainda no período joanino) a Academia Portuguesa das Artes em Roma, cuja finalidade era aprimorar a aprendizagem dos artistas portugueses, e enviar para Portugal obras e artistas italianos.<sup>1396</sup>

---

<sup>1392</sup> ANTT, MNE, Caixa 779, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 09-08-1768.

<sup>1393</sup> Idem, *ibidem*

<sup>1394</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D- Luís da Cunha Manuel, de 26-12-1768.

<sup>1395</sup> ANTT, MNE, MF, 6208.

<sup>1396</sup> PAULA, Mara Raquel Rodrigues de, *Pascoal Parente e a Pintura Setecentista em Portugal*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 11.

Esta relação cultural bilateral entre Portugal e Nápoles ficaria inevitavelmente incompleta, caso não fosse referida a influência napolitana na pintura, arquitetura e escultura. Embora nos interesse especialmente a circulação de agentes culturais promovida após 1750, deve ter-se presente que houve uma continuidade de tendências herdada do período joanino. Por exemplo, o pintor Sebastiano Conca – nascido em Gaeta, reino de Nápoles, em 1680<sup>1397</sup> – fez parte do grupo de artistas que realizaram “trabalhos para o meio artístico joanino, em Roma, Lisboa ou Mafra.”<sup>1398</sup> Na pintura sobressaem os nomes dos napolitanos José Francisco Del Cusco e Pascoal Parente, que ficaram ligados à cultura artística do reinado de D. José.

Em 1767, com o intuito de desenvolver o ensino do desenho e da pintura decorativa é fundada a Fábrica das Cartas, por José Francisco Del Cusco<sup>1399</sup>, artista que trabalhara também para Carlos III na corte de Madrid, antes de se estabelecer em Lisboa.<sup>1400</sup>

Quanto a Pascoal Parente – embora não se conheça a data exata da sua chegada a Portugal, mais concretamente, a Coimbra – sabe-se que os seus trabalhos começaram a ser evidenciados a partir de meados da década de 60. “Parente era natural de Resina, Nápoles. Floresceu pelos anos de 1760. Veio para Coimbra por convite de D. Miguel da Anunciação para fazer diversas pinturas. Morreu em Coimbra, a 9 de janeiro de 1792, e jaz na igreja de Santa Thereza”.<sup>1401</sup>

A primeira obra de Parente reconhecida em Portugal, datada de 1756, é a pintura *Calvário, Senhora do Rosário*, exposta na Igreja Matriz de São Martinho do Bispo, no concelho de Coimbra.<sup>1402</sup> Segundo advoga a historiadora de arte Mara Raquel Rodrigues de Paula – na sua tese dedicada à vida e obra deste pintor napolitano – “tanto na cidade mondegúina, quanto nas outras regiões por onde esteve, Parente trabalhou

---

<sup>1397</sup> MARTINI, Vega de, “Sotto il Segno di Vanvitelli: Gli Apparati Decorativi dei Reali Palazzi di Napoli e di Caserta e Qualche “Nota” a Proposito dei Suoi Gusti Musicali”, in Francesco Petrucci Ed., *Vanvitelli Segreto: I Suoi Pittoritra Conca e Giaquinto, la Cathedra Petri*, Roma, Gangemi Editore, 2014, p.29.

<sup>1398</sup> SALDANHA, Nuno, “Árcades e Jesuítas. Agostino Masucci e a Vida de Santo Inácio. Contributo para o Estudo da Génese do Mecenato Joanino”, in *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Volume 15, IIª Série, Centro de História da Cultura, 2002, p.110

<sup>1399</sup> MACHADO, 1823, op.cit.p.232.

<sup>1400</sup> CAMAÑO MARTINEZ, Jesús M., *Relaciones artísticas entre Portugal y España*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 1986, p.78.

<sup>1401</sup> LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora de Marcos Moreira & Companhia, 1874, vol. II, p.343.

<sup>1402</sup> PAULA, 2011, op.cit.p.26.

para as dioceses, para particulares e para diversas ordens religiosas (carmelitas, em Coimbra e Viseu; cistercienses, nos Mosteiros de Lorvão e Salzedas; beneditinos, no Mosteiro de Tibães).”<sup>1403</sup>

Na arquitetura não existiu uma tão grande ligação entre Portugal e Nápoles. Da influência arquitetónica napolitana em Portugal somente se destaca um trabalho do famoso arquiteto Luigi Vanvitelli. No entanto, surgem alguns mestres da arquitetura setecentista que não sendo nem portugueses nem napolitanos estiveram por algum motivo, artístico ou pessoal, ligados a estes dois reinos. Havendo ainda, o caso de um arquiteto português que visitou Nápoles para observar a arquitetura daquela cidade.

Tanto Nápoles como Portugal registaram a partir do segundo quartel do século XVIII importantes progressos no campo arquitetónico. Nápoles “agendou” a edificação ou restauro de inúmeros palácios, cujo expoente máximo foi a construção da monumental ReggiadiCaserta, iniciada em 1752.<sup>1404</sup> Em Portugal, se na primeira metade do século surgiram construções como o Palácio-Convento de Mafra, o novo Palácio e a Patriarcal, na segunda metade desta centúria houve a necessidade vital de reconstruir (praticamente de raiz) a cidade de Lisboa após o terramoto de 1755.

É, de novo, necessário retornar ao reinado de D. João V para que se falar da encomenda da Capela de S. João Batista na igreja de S. Roque que, em 1742, o rei Magnânimo fez aos arquitetos Niccola Salvi e Luigi Vanvitelli.<sup>1405</sup> Salvi e o napolitano Vanvitelli trabalharam em Roma neste projeto para o rei português, tendo a Capela sido “montada em Lisboa em 1748 e inaugurada em 1750.”<sup>1406</sup> Este trabalho de Vanvitelli para a corte portuguesa sobreviveu ao terramoto e antecedeu a grande obra da vida do arquiteto, o Palácio Real de Caserta.

Os arquitetos ou projetos napolitanos de setecentos – à exceção do trabalho de Vanvitelli para a Capela de S. João Baptista – não constam na lista de estrangeiros que vieram durante este século para Portugal. Conhecem-se, no entanto, ligações a Nápoles dos arquitetos António Canevari, João Frederico Ludovice, Nicolau Nasoni e Carlos Bianchoni, todos eles estrangeiros que operaram em território português.

---

<sup>1403</sup> PAULA, 2011, op.cit.pp.100 e 101.

<sup>1404</sup> MARTUCCI, Ettore, *La cittàreale: Caserta*, Napoli, Alfredo Guida Editore, 1993, p.151.

<sup>1405</sup> PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura Barroca em Portugal*, Lisboa, ICALP, 1986, p.96.

<sup>1406</sup> FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1987, p. 48.

António Canevari trabalhou em Portugal entre 1728 e 1732.<sup>1407</sup> Este arquiteto de origem romana esteve envolvido em projetos como o Palácio Real de Lisboa, mais tarde assolado pelo Terramoto, participou no projeto do Palácio-Convento de Mafra e chefiou as obras de construção do Aqueduto das Águas Livres – cargo do qual foi demitido devido a um erro de cálculo na conduta das águas, que ditou a sua partida de Portugal. Canevari rumou em seguida para Nápoles, onde serviu o rei Carlos de Bourbon até ao ano da sua morte, em 1759, contribuindo para a construção dos Palácios de Capodimonte e Portici.<sup>1408</sup>

Fale-se agora de dois arquitetos fortemente ligados à arquitetura portuguesa de setecentos: João Frederico Ludovice e Nicolau Nasoni, ambos com uma ligação de cunho pessoal a Nápoles, por terem casado com senhoras napolitanas.

Embora de naturalidade alemã, Ludovice foi educado em Roma. Chegou a Lisboa em 1700, onde foi o principal arquiteto envolvido na construção do Convento de Mafra, na Capela Mor de S. Domingos de Lisboa e da Sé de Évora. Durante o reinado de D. José foi nomeado arquiteto mor do reino, morrendo em 1752.<sup>1409</sup> Antes da sua vinda para Portugal sabe-se que Ludovice esteve em Nápoles. Nessa cidade contraiu matrimónio com a napolitana Clara Morelli que o acompanhou até Lisboa, onde faleceu no parto do primeiro filho, João Pedro Ludovice.<sup>1410</sup>

No caso de Nicolau Nasoni (1691-1773) nascido em Florença<sup>1411</sup>, o casamento com a napolitana Isabel Castrioto Ricciardi ocorreu já em Portugal, na cidade do Porto, em 31 de julho de 1729.<sup>1412</sup> Nasoni residiu no Porto até à sua morte em 1773 e a sua obra arquitetónica mais reconhecida é a Torre dos Clérigos, cuja edificação se desenvolveu entre os anos de 1754 e 1763.<sup>1413</sup>

---

<sup>1407</sup> PEREIRA, 1986, op.cit.p.82.

<sup>1408</sup> MINOR, Vernon Hyde, *The Death of the Baroque and the Rhetoric of Good Taste*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p.130.

<sup>1409</sup> GOMES, Joaquim da Conceição, *Descrição Minuciosa do Monumento de Mafra: Idéa Geral da sua Origem e Construção e dos Objectos mais importantes que o Constituem*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, p.11.

<sup>1410</sup> MACHADO, 1823, op.cit.p141.

<sup>1411</sup> PEREIRA, op.cit.p.104.

<sup>1412</sup> BRANDÃO, Domingues de Pinho, Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Olímpia Maria da Cunha Loureiro, *Nicolau Nasoni: Vida e Obra de um Grande Artista : Breve Resumo*, Porto, CMP, 1987, p.18

<sup>1413</sup> FRANÇA, op.cit.p.292.

No campo da arquitetura apenas resta falar do português José da Costa e Silva, oriundo de Vila de Povos, a quem o rei D. José enviou para “Bolonha na companhia de João Ângelo Brunelli, com quem iniciara a sua formação em Portugal, levando consigo uma exigência real: a obrigatoriedade de se dedicar exclusivamente ao estudo da arquitectura civil.”<sup>1414</sup>

As fontes da legação diplomática de Portugal em Nápoles revelam a passagem de Costa e Silva e do respetivo mestre naquela cidade em 1776. Informando o ministro plenipotenciário José de Sá Pereira para Lisboa: “Chegou aqui na semana precedente o architecto português José da Costa e Silva, em companhia de seu companheiro e Mestre, o doutor Brunelli. Sem perda de tempo vão eles examinando tudo o que nesta cidade há mais digno das suas úteis observações, para cujo louvável fim eu contribuirei com o maior gosto; muito mais em contemplação da recomendação, muito particular, que me trouxeram do nosso Ministro em Roma.”<sup>1415</sup> Nesta passagem pelo reino de Nápoles, Costa e Silva teve a oportunidade de ver de perto as ruínas de Pompeia e Herculano e o Palácio de Caserta.<sup>1416</sup> Só regressando a Portugal em 1780, onde posteriormente foi responsável pela edificação do Palácio Real de Nossa Senhora da Ajuda.<sup>1417</sup>

No que respeita à escultura, não se encontram referências relativamente à circulação de escultores entre Portugal e Nápoles. Pode, no entanto, anotar-se a existência de trabalhos realizados pelo napolitano Januário Vassalo na igreja do Seminário de Coimbra, nomeadamente as imagens sacras de Nossa Senhora e S. José enviadas pela via de Génova.<sup>1418</sup>

---

<sup>1414</sup> ANACLETO, Regina, “José da Costa e Silva. Um Architecto Português em Terras Brasileiras”, in *Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, 2005, p.459.

<sup>1415</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Bernardo Tanucci, de 07-05-1776.

<sup>1416</sup> ANACLETO, 2005, op.cit.p.459.

<sup>1417</sup> Idem, *ibidem*, p.459.

<sup>1418</sup> RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Tomo IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874, p.5.

## 6.2. *Eclesiásticos*

No século XVIII existia em Portugal e Nápoles um número elevadíssimo de clérigos. Nápoles – conhecido por ser um reino de “incrível número de igrejas, capelas e lugares pios” – registou durante este século uma progressiva diminuição do corpo clerical, que travou o grande aumento registado na centúria anterior. Refira-se, como exemplo, que no ano de 1771 cerca de 7.637 eclesiásticos habitavam na cidade de Nápoles.<sup>1419</sup> Do mesmo modo que quem visitava Portugal no período de setecentos podia também constatar “o elevado número de regulares e clérigos seculares existente na sociedade portuguesa.”<sup>1420</sup>

Embora existam já alguns estudos dedicados às carreiras eclesiásticas e à sua importância na história social, estão ainda pouco sistematizadas as análises sobre a mobilidade clerical do Antigo Regime, ainda que fosse uma realidade bastante frequente. Não se concentrando este estudo nessa temática – o que exigiria uma atenção mais profunda e vasta – é contudo possível fornecer alguns dados preliminares, que poderão ser úteis para futuras investigações. Pretende-se somente fazer uma reflexão genérica sobre a circulação de religiosos entre nações europeias, concretamente sobre a que era protagonizada por portugueses e napolitanos. Assinalam-se alguns casos concretos que comprovam a existência dessa circulação religiosa entre os anos de 1750-1777, com base em algumas fontes que possibilitam o reconhecimento de nomes de religiosos portugueses residentes em Nápoles e de napolitanos domiciliados em Portugal.

Os acervos documentais dos Negócios Estrangeiros do Arquivo de Estado de Nápoles e da Torre do Tombo revelam alguns casos de circulação de eclesiásticos entre Portugal e Nápoles, o que permite consolidar a ideia de que este era um procedimento corrente, passível de ser quantificado com maior exatidão numa investigação científica mais minuciosa. Contabilizar o número de clérigos estrangeiros existente nas ordens religiosas e nos registos paroquiais de ambos os reinos permitiria conhecer com mais

---

<sup>1419</sup> CAMPANELLI, Marceladi, “Una Virtù Soda, Maschia e Robust: Il Monachesimo Femminile nel Settecento Napoletano”, a cura di Giuseppe Galasso, Adriana Valerio, *Donne e Religione a Napoli: Secoli XVI-XVIII*, Franco Angeli Storia, Milano, 2001, pp.140, 141 e 142.

<sup>1420</sup> OLIVAL, Fernanda, Nuno Gonçalo Monteiro, “Mobilidade Social nas Carreiras Eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”, in *Análise Social*, Volume 165, 2003, p. 1214.

pormenor a frequência da movimentação de religiosos entre Portugal e o reino de Nápoles.

Mais uma vez, a lista de nomes de portugueses que se estabeleceram em Nápoles é menor que o processo contrário. Considerando apenas as fontes analisadas, foram encontrados dois sacerdotes portugueses, um estabelecido em Nápoles, outro com uma estada temporária naquela cidade.

O primeiro é o padre Francisco Pinto, residente em Nápoles desde 1766. Na documentação dos diplomatas napolitanos em Lisboa existe sobre este sacerdote uma carta com vários dados da sua vida em Nápoles. Não consta, porém, no documento qualquer indicação do remetente e do recetor da carta, nem a data em que foi redigida.

O remetente anónimo da carta revela as seguintes informações sobre o padre Pinto: *“Aquilo que se conseguiu obter habilmente da boca do P. Francisco Pinto de nação portuguesa, que desde o ano de 1766 está retido em Nápoles e propriamente no convento da enfermaria de Santa Maria da Nova, passou agora a habitar em casa de D. António Gabriel Comissário da Marinha...Este Pinto foi por muitos anos canónico da Patriarcal de Lisboa...Vive em Nápoles com um subsídio mensal que recebe dos seus parentes.”*<sup>1421</sup>

A mesma carta revela que o padre Pinto estabelecia contacto com o Marquês Bernardo Tanucci e com os ministros de Portugal e Veneza, residentes na cidade de Nápoles, frequentando as casas dos mesmos. Este documento incógnito revela também a autoria do sacerdote num projeto hidráulico para o reino de Nápoles. Anexo à dita carta pode encontrar-se um fólio explicativo do projeto hidráulico do padre Pinto, com a data de impressão de 1770.<sup>1422</sup>

Em 30 de Outubro de 1770, o próprio secretário de estado Bernardo Tanucci revela ao ministro plenipotenciário de Nápoles residente em Lisboa algumas informações a respeito do padre Pinto:

*“Acha-se neste convento franciscano de Santa Maria a Nova um religioso português da casa Pinto, graduado, e considerado pela sua doutrina, que segundo as noticias que da*

---

<sup>1421</sup> ASN, Esteri, Busta 923.

<sup>1422</sup> ASN, Esteri, Busta 923. Impressão sobre projeto Hidráulico.

*sua pessoa tenho, parece que se perdeu aí pela causa dos expulsos por disposição desse superior governo...Eu não sei nada capital sobre a sua conduta, no entanto, é melhor ficar suspeito pelas citadas notícias que dele até agora tenho... Para nossa maior luz e governo procure V. Ex indagar aí as circunstâncias do mencionado P. Pinto franciscano, e perguntar para maior segurança ao Marquês de Pombal sem algum mistério.*”<sup>1423</sup>

As palavras de Tanucci permitem concluir que o padre Pinto fez parte dos expatriados portugueses na época da expulsão dos jesuítas. Neste mesmo ofício, Tanucci pede que o diplomata indague em Lisboa quais as circunstâncias do padre Pinto perante a corte portuguesa. Seguindo as ordens de Tanucci, o diplomata Vespasiano Macedonio inicia uma investigação sobre a pessoa do padre Pinto, solicitando para tal efeito o auxílio do Marquês de Pombal, que assentiu em cooperar. “*Nas quantas buscas exatas feitas praticar por este Sr. Marquês de Pombal em todos os conventos da Ordem Franciscana, não lhe foi possível saber se foi o P. Pinto, que se encontrava nesse de Santa Maria a Nova. Crê ele e é natural que o religioso trocou o nome, de modo que sem saber o tempo preciso que se encontra em Nápoles para deduzir que fosse muito próximo àquela da sua ascensão neste reino.*”<sup>1424</sup>

Os ofícios diplomáticos trocados entre Bernardo Tanucci e o representante napolitano na corte de Lisboa, não permitem concluir o desfecho da busca acerca da vida do padre Pinto, tão pouco revela que destino terá tido em Nápoles este religioso.

A expulsão dos jesuítas de Portugal (1759) originou inevitavelmente um movimento migratório, não só dos padres da Companhia de Jesus, mas também de muitos portugueses que residiam em Roma, os quais – no seguimento deste episódio e do subsequente corte de relações entre Portugal e a Santa Sé – foram obrigados a sair do estado papal.

Após a sua retirada da corte de Roma, o diplomata português Almada e Mendonça escreve (do seu exílio em Génova) uma carta ao primo, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a saída de muitos portugueses que residiam em Roma, em que aponta Nápoles como o seu destino predileto. “*Todos os nacionais (portugueses em Roma),*

---

<sup>1423</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio, de 30-10-1770.

<sup>1424</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 01-01-1771.

*exceto alguns, que como lá não têm que perder, tem saído de Roma. A maior parte passa para o Reino de Nápoles, alguns para a Toscana e poucos para esse reino.*"<sup>1425</sup>

Como a expulsão dos jesuítas e o corte de relações entre Portugal e Roma provocaram um fluxo migratório não só de clérigos, mas de população laica, é apropriado mencionar três casos conhecidos de portugueses que – mesmo não sendo exemplos de circulação eclesiástica – foram forçadas a abandonar o seu local de residência em Roma e a dirigir-se para Nápoles devido às desavenças religiosas entre Portugal e a Santa Sé: a família do Abade Correia da Serra, Luís António Verney e a família de Leonor Fonseca Pimentel. José Francisco Correia da Serra partiu de Portugal para Itália com os seus familiares ainda durante na sua infância, quando tinha somente seis anos. Os motivos da emigração desta família constam ter sido a perseguição feita pela Inquisição de Évora ao médico Dr. Luís Dias Correia, pai do abade.<sup>1426</sup>

No fundo documental de Correia da Serra (existente na Torre do Tombo) encontra-se um conjunto de escritos de autoria do Dr. Luís Dias Correia, da época em que a sua família residiu em Roma e, posteriormente, em Nápoles. Neste livro de correspondência do Dr. Dias Correia consta também o registo pessoal que fez do nascimento de cada um dos doze filhos, a última dos quais terá já nascido em Nápoles, em 1765. *“Tivemos o décimo segundo filho, a terceira Maria, que nasceu em Nápoles a 4 de maio de 1765.”*<sup>1427</sup>

O livro de correspondência do pai de Correia da Serra não permite decifrar a data exata da chegada da sua família a Nápoles, mas as primeiras cartas que de lá endereçou para Lisboa a alguém chamado José Telles começam em 24 de novembro de 1760.<sup>1428</sup> Uma última carta remetida de Nápoles para um recetor irreconhecível é escrita em 26 de janeiro de 1769.<sup>1429</sup> Dados que permitem atribuir à família de Correia da Serra uma estada mínima de nove anos em Nápoles.

---

<sup>1425</sup> ANTT, MNEJ, MF 6450, de Francisco de Almada Mendonça para Conde de Oeiras, de 06-10-1760.

<sup>1426</sup> VAZ, Francisco Lourenço, “A Difusão das Ideias Económicas de António Genovesi em Portugal”, in Zília Osório de Castro e António Camões Gouveia (Coord.), *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Volume 11, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p.569.

<sup>1427</sup> ANTT, JFCS, MF7517, Itém 3, folha 2.

<sup>1428</sup> ANTT, JFCS, MF7517, Itém 3, carta de 24-11-1760.

<sup>1429</sup> ANTT, JFCS, MF7517, Itém 3, carta de 26-01-1769.

A correspondência do Dr. Luís Dias Correia não expõe ao pormenor a sua vivência em Nápoles. No entanto, apreende-se das suas cartas o seu envolvimento em atividades comerciais, que consistia na importação de mercadorias vindas de Lisboa (por exemplo, de madeira do Brasil) e de exportação de sedas napolitanas para Portugal.<sup>1430</sup> A situação económica da família de Correia da Serra na cidade de Nápoles deveria ser confortável, dado o futuro abade José Francisco ter usufruído (na sua educação) dos ensinamentos do economista napolitano, António Genovesi, de quem foi discípulo<sup>1431</sup> e de quem provavelmente recebeu os primeiros conhecimentos baseados nos ideais iluministas que defendia.<sup>1432</sup>

De Genovesi “herdou” presumivelmente a “ênfase na economia e nas suas implicações no contexto da política”<sup>1433</sup> como se verifica no seu diário da viagem a Itália, a partir do qual se pode pensar numa ligação intelectual forte entre o abade Correia da Serra e o seu tutor, António Genovesi. Já são reconhecidas a diversas referências que Correia da Serra faz a Genovesi nos estudos que deixou manuscritos, existindo “igualmente uma carta em que é pedido a Correia da Serra que escreva um artigo sobre Genovesi, dada a sua proximidade.”<sup>1434</sup>

Quando em Julho 1769 o Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, vai passar uma temporada a Nápoles<sup>1435</sup> toma conhecimento da existência do jovem Correia da Serra, “que então vivia em Roma”. Será o encontro entre os dois que permitirá o regresso de Correia da Serra a Portugal. Já no nosso país, o Duque de Lafões protegeu e sustentou o abade Correia da Serra, acolhendo-o no seu palácio em Lisboa, desempenhando ambos um papel decisivo na criação da Academia *Real* de Ciências em 1779.<sup>1436</sup> Outro caso de um português que foi fortemente influenciado por eruditos do pensamento ilustrado napolitano foi Luís António Verney. A viver em Itália desde 1736, “relacionou-se com

---

<sup>1430</sup> ANTT, J FCS, MF7517, Itê 3, carta de 24-11-1760.

<sup>1431</sup> VAZ, 1999, op.cit.p.569.

<sup>1432</sup> SIMÕES, Ana, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo, José Francisco Correia da Serra, *Itinerários Histórico-Naturais*, Porto, Porto Editora, 2003,p.3.

<sup>1433</sup> Idem, *ibidem*, p.8.

<sup>1434</sup> Idem, *ibidem*, p.21.

<sup>1435</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-07-1769.

<sup>1436</sup> RIBEIRO, 1872, op.cit.p.38. Ver também António Faria. *Concepção de história e prática política: o Abade Correia da Serra (1751-1823)*. Serpa : Câmara Municipal, 2001. Ana Simões, Maria Paula Diogo, Ana Carneiro. *Cidadão do mundo: uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006.

intelectuais italianos, sobretudo Muratori e Genovesi, cujas obras o influenciaram profundamente.”<sup>1437</sup> Nápoles acabou mesmo por ser o “berço” da primeira publicação da grande obra de Verney, *O Verdadeiro Método de Estudar*, publicada em 1746. Verney chegou também a fazer uma alusão a Giambattista Vico, elogiando na sua obra *Metafísica* este filósofo napolitano.<sup>1438</sup> A hostilidade dos jesuítas de Roma levou Verney a rumar a Nápoles para publicar *O Verdadeiro Método de Estudar*, que por ordem real conseguiu, a 27 de Abril de 1746, a autorização para que a Câmara Real de Santa Clara para concedesse licença para a publicação da obra.<sup>1439</sup>

Verney permaneceu em Roma, mas com o corte de relações de Portugal com a Santa Sé também ele optou por abandonar temporariamente a cidade pontifícia. Verney conheceu o ministro plenipotenciário português Aires de Sá e Melo na época em que se afastou de Roma, tendo estado em Nápoles, onde certamente lhe foi possível privar com Sá e Melo. Provavelmente, Aires de Sá e Melo foi uma das “pontes” mais constantes entre Pombal e Verney, sustentou os interesses do segundo, ao recorrer ao poder do primeiro, “Aires de Sá terá sido o primeiro a indicar Verney como pessoa de Confiança e sabida dos enredos de Roma.”<sup>1440</sup>

Quanto a Leonor da Fonseca Pimentel – uma outra erudita de origens portuguesas – sabe-se que, embora nascida em Roma, foi levada ainda criança para Nápoles, no seguimento do corte de relações entre Portugal e a Santa Sé. “Era filha de portugueses de nascimento: Clemente Henrique da Fonseca Pimentel e sua mulher.”<sup>1441</sup> Uma família originária de Beja, que se transferiu para Roma em data desconhecida e para Nápoles no ano de 1760.<sup>1442</sup>

Leonor nasce a 13 de janeiro de 1752. Quando a família se fixa em Nápoles é-lhe proporcionada uma educação esmerada, que lhe permitiu obter um conhecimento

---

<sup>1437</sup> COXITO, Amândio, Luís António Verney, *Metafísica*, Volume VI, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.5.

<sup>1438</sup> VERNEY, Luís António, *Metafísica*, Volume VI, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.354.

<sup>1439</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1966, p.174.

<sup>1440</sup> ANDRADE, op.cit.p. 318.

<sup>1441</sup> RIBEIRO, Arilda Inês Miranda Ribeiro, *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*, São Paulo, Arte & Ciência Editora, 2002, p. 21.

<sup>1442</sup> FARIA, António Portugal de, *Portugal e Itália*, Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1898, p.418.

razoável das letras. Em idade adulta tornou-se bibliotecária da rainha Maria Carolina e “defendeu as regalias da coroa napolitana contra as invasões eclesiásticas, auxiliou a tradição pombalina, divulgando em italiano a “Analyse da Profissão de Fé”, redigida pelo padre António Pereira Figueiredo”.<sup>1443</sup> Também se deixaria seduzir pelas ideias de liberdade reivindicadas pela Revolução Francesa, acabando condenada à morte por conspiração em 1798.

Não surpreende que Nápoles fosse considerado o destino mais apropriado para os emigrantes portugueses que, perante a quezília entre o Papa e a corte portuguesa, foram forçados a abandonar Roma. Até porque o reino napolitano aplaudira desde cedo a causa portuguesa contra a Companhia de Jesus. Mesmo antes de Portugal decretar a expulsão dos jesuítas, Carlos VII assegurava ao ministro plenipotenciário português em Nápoles, José da Silva Pessanha, “*que o único remédio era a expulsão dos jesuítas de Portugal.*”<sup>1444</sup>

Apesar da afabilidade da corte de Nápoles para com a causa portuguesa contra os jesuítas, foram necessários mais de sete anos para que o exemplo da expulsão fosse concretizado nos domínios napolitanos. De modo que, durante esse período, tanto era permitida a livre circulação pelo reino de Nápoles de portugueses “fugidos” de Roma como de jesuítas expulsos de Portugal.

Em 1766, o cônsul de Portugal em Génova, Nicolau Piaggio, reporta para Lisboa uma situação que prova a livre passagem de um jesuíta português. Estes padres tinham ainda como destinos de fixação possível Roma, Génova e Nápoles, por as possibilidades de retorno a Portugal estarem (evidentemente) vedadas.

*“O ex jesuíta que foi de Roma para Nápoles, de que na posta passada tive a honra de motivar a V. Excelência, agora se me oferece significar-lhe como o dito ex jesuíta, vestido de clérigo, veio de Nápoles por mar transportado da felna napolitana, chegou neste porto 5ª feira, 4 do corrente, logo que se desembarcou se fez conduzir nesta casa de V. Excelência, e com atrevimento jesuítico disse a meu filho João, que era clérigo*

---

<sup>1443</sup> FARIA, 1898, op.cit.p.419.

<sup>1444</sup> ARENAS, Mar García, “La Protección del Anti jesuitismo Portugués en España (1758-1762), in José Martínez Millán, Henar Pizarro Llorente, Esther Jiménez Pablo (Coord.), *Los Jesuitas. Religión, Política y Educación (Siglos XVI-XVIII)*, Tomo III, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 2012, p. 1831.

*português, e queria embarcar-se para Lisboa ...O meu João perguntou-lhe se tinha carta de recomendação para mim ou passaporte do Ministro Plenipotenciário de S.M.F junto à corte de Nápoles, para fazê-lo falar comigo, mas como não tinha nada, o meu João o mandou embora.*”<sup>1445</sup>

Quanto à presença de religiosos napolitanos em Portugal no período pombalino, as fontes observadas permitem conhecer alguns casos específicos. Na lista de nomes encontrada constam tanto estadas permanentes como simples passagens temporárias por Portugal. Examinem-se, então, os casos de três sacerdotes napolitanos que certamente tiveram residência fixa em Portugal entre 1750 e 1777: um encontrado nos processos de autos de fé do Santo Ofício e os outros através da documentação diplomática.

A lista de autos de fé da Inquisição permite conhecer o processo acusatório do padre Carlos António de Vico, natural de Monte Saqueo, no reino de Nápoles. Segundo o processo (apresentado em 26 de outubro de 1756) este religioso teria 80 anos, e era acusado de celebrar o casamento de um luterano com uma católica. No mesmo documento do Santo Ofício estão expressas informações sobre o réu Carlos de Vico, que é apresentado como *“sacerdote secular, capelão de uma capela estabelecida em casa de Manuel Gomes de Carvalho, confessor e pregador, médico...morador na Rua de Cordoeiros, junto a São João Nepomuceno, freguesia de Santa Catarina, Lisboa...filho de Inocêncio de Vico, que vivia de seus bens e de Olímpia Supino... réu estudou gramática, latim e filosofia em Nápoles, medicina na Universidade de Coimbra (sendo reitor Rui de Moura Teles) e matemática em Paris.*”<sup>1446</sup>

Passando aos ofícios da diplomacia de Nápoles em Lisboa, dois revelam nomes de clérigos napolitanos que residiram na capital portuguesa. O primeiro é apresentado pelo secretário de legação Niccola Piansante num ofício de julho de 1772, no qual informa o ministro Bernardo Tanucci do falecimento de um sacerdote de nome Giuseppe de Portaris, natural da cidade de Altamura, pertencente ao reino de Nápoles. D. Giuseppe Portaris morreu (segundo Piansante) *“ao serviço da real igreja patriarcal.*”<sup>1447</sup>

---

<sup>1445</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 08-09-1766.

<sup>1446</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo. 5066.

<sup>1447</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 07-07-1772.

O segundo trata-se do sacerdote beneditino Domenico Mirabella que, em 1766 – segundo contava o cônsul de Nápoles na capital portuguesa – havia sido preso por envolvimento em assuntos relacionados com os expulsos jesuítas. “*Foi preso um napolitano Domenico Mirabella, que me fez crer ser sacerdote beneditino.*”<sup>1448</sup>

Nos casos cuja estada em Portugal terá ocorrido apenas por períodos temporários, identificam-se três religiosos napolitanos: Pedro Onofrio, Giuseppe de Tropea e Maestro Castro. Dos três, Onofrio foi o primeiro a visitar Lisboa, em 1772. Tratava-se de um sacerdote da congregação oratoriana, oriundo de Madrid, que tencionava passar alguns meses em Lisboa. Segundo o representante diplomático de Nápoles, Pedro Onofrio trazia consigo “*os passaportes do Marquês de Grimaldi, do Conde de Aranda (ministros de estado de Carlos III) e do Duque de Sta. Elisabetta (embaixador de Nápoles em Espanha) e me mostrou também aquele com o qual V. Excelência lho havia conferido para passar a Espanha.*”<sup>1449</sup>

Não é possível afiançar a data da chegada de Onofrio a Lisboa, mas o seu retorno a Espanha ocorreu no final de maio de 1772, quando solicita ao representante da legação de Nápoles em Lisboa que mantenha em segredo os motivos da sua deslocação à capital portuguesa. Pedido que não foi obviamente, acedido, pois Tanucci fora informado da presença deste clérigo pelos ofícios de Niccola Piansante. Este transcrevera-lhe, aliás, uma carta que Onofrio lhe endereçara antes de partir de Lisboa, “*concebida nestes precisos termos: -Sem nem a Madrid nem a Nápoles falar da minha vinda a esta corte e súbita partida.*”<sup>1450</sup>

A finalidade da viagem de Giuseppe de Tropea – também vindo de Madrid para Lisboa – era proceder a um recrutamento artístico para a corte de Espanha, de cantoras e bailarinas. Fazendo-se acompanhar por outro napolitano conhecido como Conde Afflisio. “*Chegou a esta capital sábado passado um tal Conde Afflisio, que se diz napolitano, acompanhado de um sacerdote chamado D. Giuseppe de Tropea, também ele napolitano. Vieram de Madrid para empregar algumas cantoras e bailarinas deste*

---

<sup>1448</sup> ASN, Esteri, Busta2683, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 22-04-1766.

<sup>1449</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 19-05-1772.

<sup>1450</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 26-05-1772.

*público teatro ao serviço daquele real de Espanha, e são recomendados pelo Sr. Marquês Grimaldi a este Embaixador.*”<sup>1451</sup>

O acompanhante de Tropea (o referido Conte *Afflisio*) era na verdade Marrati Giuseppe, nascido em Nápoles no ano de 1722 que, por ordem de um tio, ingressou em 1736 na carreira eclesiástica após a morte dos pais. Fizera os seus estudos iniciais com os jesuítas, mas acabara por ingressar na carreira militar. Amigo de uma vida boémia e da prática de jogo ilegal – que o conduziu várias vezes à prisão em Nápoles – Afflisio emprega-se na milícia austríaca na década de 50 e, em 1767 recebe uma promoção militar do Imperador que lhe entrega também a gestão dos espetáculos musicais do Teatro de Viena. Em 1771 ocorre a sua ida para a corte de Espanha, onde trabalha cerca de cinco anos no meio artístico, antes do retorno a Itália.<sup>1452</sup>

Em 1774, o representante diplomático Niccola Piansante refere-se à presença do padre Maestro Castro – o terceiro clérigo do reino de Nápoles – que terá passado um período provisório na corte de Lisboa. Não se conhecem os motivos da sua viagem, nem o tempo da sua permanência, mas sabe-se o que sobre ele escreveu Piansante: *“apareceu aqui há cerca de três semanas um religioso conventual chamado P. Maestro Castro partido de Itália há um ano e meio. Apresentou-se ao Núncio, a quem exibiu todos os foglios necessários para justificar a sua pessoa, e disse o prelado, a menos que tenham sido roubados ou tenham sido falsificados por mãos mais que hábeis, não pode duvidar-se da sua autenticidade. Disse ele ser siciliano.*”<sup>1453</sup>

### **6.3. Militares**

Sem se pretender ir muito além da constatação de que existia alguma circulação entre Portugal e o reino de Nápoles de indivíduos enquadrados na carreira militar deve, no entanto, sublinhar-se a importância do aprofundamento deste tema, no âmbito da história militar.

---

<sup>1451</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 25-08-1772.

<sup>1452</sup>[http://www.treccani.it/enciclopedia/marrati-giuseppe-detto-il-conte-d-affligio\\_\(Dizionario\\_Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/marrati-giuseppe-detto-il-conte-d-affligio_(Dizionario_Biografico)/)

<sup>1453</sup> ASN, Esteri, Busta 924, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 15-11-1774.

No tempo de Pombal foi notório o recurso a forças mercenárias estrangeiras, particularmente acentuado durante a Guerra Fantástica e a reforma militar implementada pelo Conde de Lippe. A presença estrangeira nas tropas portuguesas foi necessária no decurso do período bélico. Mas seria contestada posteriormente por aqueles que, durante as invasões francesas, defendiam um exército exclusivamente nacional, devido ao risco de uma tropa ser maioritariamente constituída por mercenários. Neste sentido, vale a pena recuperar a citação que Fernando Dores Costa fez de Bento José da Cunha Vianna, na sua obra de 1848, *Guia do Orador Militar ou Arte de Fallar aos Soldados, contendo a prática da Eloquencia Militar*, que explica que “o orador militar nada conseguirá de tais soldados porque não são capazes de sentimentos generosos, nem de fazerem sacrifícios; não têm em conta alguma os elogios da nação que lhes paga; homens sem pátria, sem família. A honra não vai além do seu regimento em quanto se lhes satisfaz aos artigos por que foram contratados.”<sup>1454</sup>

Em 1761, o quadro do exército português era deplorável. O número de soldados efetivos era diminuto; o comando das tropas estava entregue a nobres despreparados para o bom desempenho de tais funções; recrutavam-se camponeses sem treinamento militar, uniforme e armamento e os soldados eram mal pagos.<sup>1455</sup>

Às portas de um conflito armado com Espanha, Pombal viu o recurso a pessoal estrangeiro como única alternativa para colmatar as falhas do exército português. Dada a aliança com os britânicos, o número de oficiais estrangeiros incorporados era composto, na sua grande maioria, por ingleses. Porém, “eram de várias nacionalidades, uns nomeados pelo rei inglês expressamente para o serviço de Portugal, outros escolhidos entre os que se dirigiam aos nossos representantes diplomáticos oferecendo os seus préstimos.”<sup>1456</sup>

Entre os mercenários contratados pelo exército português existiriam alguns napolitanos, embora neste estudo não se possa atribuir um número concreto à totalidade de napolitanos que serviram em Portugal, alguns alistados antes da Guerra Fantástica outros posteriormente. Os casos referidos baseiam-se apenas em dados das fontes

---

<sup>1454</sup> COSTA, Fernando Dores, “Os Problemas do Recrutamento Militar no Final do século XVIII e as Questões da Construção do Estado e da Nação”, in *Análise Social*, Volume XXX (130), 1995, p.154.

<sup>1455</sup> CARVALHO, Rómulo de “O Recurso a Pessoal Estrangeiro no Tempo de Pombal”, in *Revista de História das Ideias*, Volume 4, Tomo I, 1982, p. 104.

<sup>1456</sup> CARVALHO, 1982, op.cit.p.106.

diplomáticas napolitanas e portuguesas e um caso registado no fundo do Tribunal do Santo Ofício da Torre do Tombo. Salvo estas duas exceções, apenas se poderá fazer conjecturas sobre os indivíduos oriundos do reino de Nápoles que serviram em Portugal.

Optando-se por uma apresentação cronológica, seguindo a data assinalada na documentação, o primeiro indício da estada de um militar de Nápoles em território português (no período em estudo) data de 1754. Mais precisamente em maio de 1754, quando foi constituído réu do Santo Ofício um siciliano de nome Pascoal Sanson, *"que foi soldado natural da cidade de Palermo, capital do reino de Sicília, sem domicílio certo, por fazer gravíssimos desacatos ao Santíssimo Sacramento e à imagem de cristo senhor nosso, e por dizer missa, confessar sem ser sacerdote."*<sup>1457</sup>

Este documento do Santo Ofício apenas revela tratar-se de um homem que foi soldado no país de origem, o que nos impede de reconhecê-lo como militar ao serviço da coroa portuguesa. Mas, em contrapartida, fica a saber-se que embora tenha sido soldado em Nápoles, em Portugal se fez passar ilegalmente por clérigo.

Do período da Guerra Fantástica apenas se encontrou um caso de mobilidade militar de Nápoles para Portugal, o que não causa estranheza devido à proximidade existente entre Nápoles e Espanha. Como este reino era adversário de Portugal neste confronto armado, qualquer indivíduo de Nápoles seria tido por inimigo, embora este reino se tenha mantido oficialmente neutral face ao conflito.

Este único caso de mobilidade militar (a exceção à regra) surge em plena iminência do conflito armado, quando – por intermédio do cônsul de Portugal em Génova, que escreve a D. Luís da Cunha Manuel – se fica a conhecer o interesse de um militar de nome Carlo Giovaneli, em ingressar no exército português.

*"O apresentador desta será o capitão Carlos Giovaneli, depois de ter servido por vários anos na tropa de el rei de Nápoles, há tempo que se licenciou do dito serviço, porque não foi provido, no tempo de promoção como ele merecia a teor da justiça. O dito capitão Carlos está determinado embarcar-se no navio dinamarquês para vir aos pés de V. Excelência por oferecer-lhe à sua vida para servir na tropa de El Rey nosso senhor que caso haja lugar, para com este meio, merece o amparo e o alto patrocínio*

---

<sup>1457</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, livro 435.

*de V. Excelência, poder buscar à sua fortuna. Pelas informações e recomendações que este capitão trouxe do Marechal Geral Conde João Lucas Pallavicini, se vê que é um oficial capaz no militar, e que fez várias campanhas em guerra viva. Isto é o motivo que me faz atrever de suplicar com maior veneração a V. Excelência, de o favorecer se assim o permitirem as presentes circunstâncias.*"<sup>1458</sup>

As presentes circunstâncias a que se refere o cônsul neste ofício ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra são as eventualidades decorrentes da grande possibilidade de ocorrer um conflito armado entre Portugal e Espanha, confirmada poucos dias após a redação deste ofício. As fontes não permitem perceber se Giovanelli obteve, ou não, algum cargo militar em Portugal. Apenas se pode pressupor que o governo português tinha motivos óbvios para rejeitar a solicitação feita pelo cônsul de Génova, baseando-se na grande proximidade entre a corte de Nápoles e a de Espanha.

Decorrida uma década sobre a guerra ibérica, o diplomata napolitano acreditado em Lisboa informa (em ofício para Bernardo Tanucci) estar, a pedido da sua corte, a recolher informações sobre um oficial que havia servido o exército português durante a Guerra Fantástica.

Independentemente de este oficial ser ou não de origem napolitana, pode deduzir-se a sua presença em Nápoles nesse ano de 1772, o que motivou que o governo daquele reino solicitasse ao seu diplomata em Portugal um conjunto de informações sobre este militar, conhecido como Cavaleiro Bernieri. Segundo o representante de Nápoles em Portugal, Bernieri terá sido Sargento Maior no Regimento de Voluntários Reais – criado em agosto de 1762 no contexto da guerra<sup>1459</sup> – *“todo composto por estrangeiros de várias nações.*”<sup>1460</sup>

A guerra de 1762 proporcionou também a ida de vários engenheiros militares estrangeiros para Portugal. Numa minuta de novembro de 1768 destinada a Nápoles, o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel, escreve acerca de um destes militares, cuja nacionalidade é indecifrável, ficando apenas a certeza de que serviu em Portugal e que mais tarde também se apresentou ao ministro

---

<sup>1458</sup> ANTT, MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, ofício de 01-05-1762.

<sup>1459</sup> SALES, Ernesto Augusto Pereira, *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1936, p.58.

<sup>1460</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Niccola Piansante para Bernardo Tanucci, de 23-06-1772.

plenipotenciário português no reino de Nápoles, a quem (como se verá) conseguiu extorquir algum dinheiro. Na minuta de D. Luís lêem-se as seguintes palavras:

*“Barines, é certo que foi neste reino tenente de infantaria com exercício de engenheiro: Aqui foi casado e morrendo-lhe a sua mulher pediu licença para ir à sua Pátria, a qual lhe foi concedida por tempo e seis meses sem soldo, como é costume, se lá casou ou não, o ignoro, sei porém, que tendo alterado a sua licença por muitos meses tem perdido o seu posto, e também estou certo, que não faz conta a tornar a Portugal, pois assim o indica o seu procedimento tanto pelo engano que a V. ilustríssima fez, e poderá fazer a Nicolau Piaggio com o crédito que V. Ilustríssima lhe deu, como pelo que já praticou em Viena com Ambrósio Pereira Freire, onde também usou da mesma farsa que a V. Ilustríssima, referiu para lhe extorquir um pouco de dinheiro contando sobre seus soldos, que ele sabe que não vence. Com isto tenho respondido a tudo o que V. Ilustríssima me diz neste particular para que lhe não aconteçam outros semelhantes enganos praticados muito ordinariamente por esta casta de homens que correm o mundo todo vivendo deles.”*<sup>1461</sup>

A circulação de militares na segunda metade de setecentos aparentava ser regular, sendo frequente deixarem os seus países de origem para servir e combater em nome de um soberano e de uma pátria que não era a sua. O ministro de Portugal em Nápoles, José de Sá Pereira deparou-se em 1770 com um destes casos: tratava-se de um general inglês que prestara serviço em Portugal, aportando nesse ano a Nápoles com a finalidade de posteriormente se empregar em Veneza. *“Entre os muitos cavalheiros ingleses que tem ultimamente aqui chegado com intenção de passarem o inverno, ou parte dele, em Nápoles se acha juntamente o general Patisson, o qual depois que deixou o serviço de Portugal, aceitou o da Republica de Veneza. Ele se dilatará nesta corte até ao fim deste mês.”*<sup>1462</sup>

O conjunto documental analisado permitiu encontrar somente um nome relativo à presença de militares portugueses ao serviço do reino de Nápoles. Caso que foi mencionado (já após o fim do regime pombalino) num ofício de abril de 1777, do cônsul de Génova para o já secretário de estado Aires de Sá e Melo: *“Neste mesmo*

---

<sup>1461</sup> ANTT, MNE, Caixa 959, de D. Luís da Cunha Manuel para José de Sá Pereira, de 01-11-1768.

<sup>1462</sup> ANTT, MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 01-12-1770.

*navio se embarca D. Bernardo da Silveira português cavaleiro da ordem de cristo e tenente ao serviço de S. M Siciliana, ele vem a essa real corte por seus negócios particulares. Ele vem munido do passaporte do Exmo. Sr. Seu Primo D. José de Sá Pereira, e me tem mostrado também uma carta que tinha do excelentíssimo dito senhor para V. Excelência a fim de acreditá-lo nas estreitas circunstancias em que se acha de falta de dinheiro, porque de Nápoles até aqui teve a desgraça de cair doente, e se demorou muito no caminho “.*<sup>1463</sup>

#### **6.4. Médicos**

Antes de se analisar a circulação de profissionais de saúde entre Portugal e Nápoles apresentem-se algumas ideias sobre a história da medicina no século XVIII, a sua evolução, a reforma do respetivo ensino e a distinção que, então, existia entre médico e cirurgião.

O século XVIII foi a época em que se destacaram grandes nomes da medicina como Boerhaave, mestre em Leiden, incluindo alguns portugueses, como Jacob de Castro Sarmiento e Ribeiro Sanches.<sup>1464</sup> Durante o reinado de D. João V existia já uma vontade evidente de modificar o ensino da medicina, registando-se progressos a nível da cirurgia e da anatomia. É, contudo, durante o ministério pombalino que se concretiza a grande reforma no curso de medicina da Universidade de Coimbra. A saúde foi, aliás, mais uma área em que o governo de Pombal teve de recorrer a profissionais estrangeiros, como o italiano Luís Cichi, contratado para lente da cadeira de Anatomia, mas também de operações cirúrgicas e artes obstétricas da Universidade de Coimbra.<sup>1465</sup>

Relativamente à diferenciação entre cirurgião e médico, ressalve-se a marginalização dos executantes cirúrgicos face aos médicos, ao serem considerados meros cientistas empíricos. O século das Luzes marca um ponto de viragem no reconhecimento social da profissão de cirurgião até então encarada (especialmente pelos médicos) como uma arte

---

<sup>1463</sup> ANTT, MNE, Caixa 276, de João Piaggio para Aires de Sá e Melo, de 12-04-1777.

<sup>1464</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta UniversitatisConimbrigensis, 1965, p.375.

<sup>1465</sup> RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Tomo IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874, p. 391.

mecânica, contraposta à medicina.<sup>1466</sup> Segundo o médico Ribeiro Sanches – que foi talvez o maior teórico do ensino e da prática da medicina em Portugal durante o século XVIII – os médicos formados na Universidade de Coimbra encontravam-se ladeados por “cirurgiões mata-sanos ou incha corvos, os barbeiros sangradores, os curandeiros idiotas, os algebristas, os boticários, as parteiras, os oculistas, os dentistas.”<sup>1467</sup>

Não descurando a importância da troca de saberes e práticas médicas em curso, pretende-se antes frisar a existência de alguns casos de emigração no grupo dos profissionais da medicina. Nesta matéria, Ribeiro Sanches aparece novamente como o exemplo mais abordado pela historiografia. De origem judaica, foi obrigado a abandonar Portugal e a exercer a ciência médica além-fronteiras. É também muitas vezes referido o seu irmão, Manuel Sanches, cirurgião em Viena e, posteriormente, em Nápoles.<sup>1468</sup>

Dos poucos dados que se encontraram sobre as deslocções destes profissionais entre Portugal e Nápoles apresentem-se três médicos portugueses na corte napolitana: o já mencionado Manuel Sanches, Luís Dias Correia (pai do abade Correia da Serra), e um terceiro, menos conhecido: Maurício Mascarenhas. Entre os naturais do reino de Nápoles a praticar a profissão médica em Portugal apuraram-se, somente, os nomes de Baltasar Castro Novo e Bernardo Santucci.

Manuel Sanches realizou a sua formação médica fora de Portugal: em Leiden, no ano de 1738. Anos mais tarde, António Ribeiro Sanches faz uma proposta testamentária, em que pretende beneficiar um irmão de sessenta anos que residia<sup>1469</sup> e “se achava empregado nos exércitos do Rei de Nápoles,”<sup>1470</sup> como cirurgião. Manuel Sanches

---

<sup>1466</sup> ABREU, Laurinda, “A Organização e Regulação das Profissões Médicas no Portugal Moderno: entre as Orientações da Coroa e os Interesses privados” in *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, eds. Adelino Cardoso, António Braz de Oliveira, Manuel Silvério Marques, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2010, p. 118.

<sup>1467</sup> VASCONCELOS, José Manuel, “Antecedentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. A Caminho da Fusão da Medicina com a Cirurgia. Etapas da Afirmção Institucional de uma Profissão, in, *História. Revista da FLUP Porto*, IV série, Volume 4, 2014, p. 249.

<sup>1468</sup> MENDES, António Rosa, *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal. Intelectuais e Poder no Absolutismo Esclarecido*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1998, p.58.

<sup>1469</sup> COSTA, Mário Alberto Nunes, *Em Torno da Correspondência de Diogo Barbosa Machado*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, p. 74.

<sup>1470</sup> ELYSIO, Filinto, *Elogio do doutor Antonio Nunes Ribeiro Sanches*, Tomo IX, Paris, A. BOBÉE, 1819, p. 52.

pertenceu ao Regimento da Rainha de Nápoles durante vinte anos, estando já reformado em 1774.

No caso de Luís Dias Correia – cuja ida para Nápoles foi já relatada neste trabalho – relembrem-se apenas os poucos aspetos que o reconhecem como médico. Um indício do seu estatuto profissional surge na certidão de batismo de José Correia da Serra, onde é designado como “filho do Dr. Luís Dias Correia da vila de Serpa.”<sup>1471</sup>

Luís Dias Correia formou-se médico pela Universidade de Coimbra. Na documentação por ele redigida durante a permanência da sua família em Nápoles – que se encontra no fundo de José Francisco Correia da Serra depositado na Torre do Tombo – não existe, porém, qualquer referência à prática da medicina. Constata-se somente a sua participação em negócios de comércio, como se relatou anteriormente. No período em que o Dr. Dias Correia estudou em Coimbra teve como colega o Duque de Lafões, o que explica a proximidade e proteção que este último concedeu ao abade Correia da Serra. Luís Dias Correia regressou a Portugal em 1771<sup>1472</sup>, não tendo sido possível apurar se voltou a exercer medicina após o seu retorno à pátria.

Outro médico português que rumou à corte de Nápoles durante o reinado de D. José foi Maurício Mascarenhas que – segundo as fontes do Arquivo de Estado de Nápoles – era oriundo de Braga, estando em 1753 na cidade de Nápoles, mas com intenção de regressar a Portugal juntamente com a comitiva diplomática de Carlos de Guevara – o primeiro ministro plenipotenciário napolitano enviado para a corte de Lisboa, como comprova o passaporte emitido em 25 de setembro de 1753.<sup>1473</sup>

No que respeita à presença de médicos do reino de Nápoles em Portugal, e ao processo inverso, é parca a informação disponível. As fontes da Torre do Tombo aludem somente a um caso: o do cirurgião Baltasar Castro Novo. É indefinida a data da sua vinda para Portugal, mas em 1766 – segundo um ofício do Arquivo Histórico Militar – Baltazar

---

<sup>1471</sup> ANTT, JFCS, Microfilme 7517, Certidão de Batismo de José Correia da Serra.

<sup>1472</sup> TEAGUE, Michael, Manuela Rocha, *Abade José Correia da Serra: Documentos do seu Arquivo (1751-1795): Catálogo do Espólio*, Lisbon, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997, p.94.

<sup>1473</sup> ASN, Esteri, Busta 918, passaporte, 25-09-1753.

Castro Novo foi nomeado cirurgião-mor do regimento de cavalaria da praça de Almeida.<sup>1474</sup>

No ano de 1772, Castro Novo já tinha cessado as suas funções de cirurgião do exército português. Nesse ano requereu à corte portuguesa um passaporte para retornar a Nápoles, que lhe foi concedido em 6 de abril de 1772. *“Faz jornada da cidade de Lisboa para Génova e dali para Nápoles, Baltazar Castro Novo, napolitano de nação e cirurgião que foi do exército de Sua Majestade, hoje reformado, o qual com licença do rei português vai a restabelecer-se de várias moléstias de que padece. Viaja num navio chamado Santa Anna.”*<sup>1475</sup>

Outra fonte – desta vez, do fundo documental da legação de Portugal em Génova – revela que a ida de Castro Novo à sua terra natal foi temporária. Dois anos depois de deixar Portugal, o cônsul de Génova informa para Lisboa (ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra) as intenções de retorno do cirurgião. Pode, no entanto, observar-se neste ofício que Castro Novo é mencionado como se ainda exercesse funções em Portugal e não como reformado, como consta do passaporte cedido em 1772. *“Ultimamente chegou aqui de Nápoles Baltazar Castro Novo napolitano cirurgião em serviço das tropas de Sua Majestade nosso real amo que Deus guarde, o qual alcançou licença de dois anos e meio, agora acabando-se a todo o corrente mês de outubro o tempo da dita licença, ele atendendo a sua obrigação tem aproveitado do primeiro navio que achou neste porto, e ontem tem partido embarcado...”*<sup>1476</sup>

## 6.5. Foragidos e Condenados

Disciplinar as sociedades europeias através da ação da justiça foi uma das medidas reformistas dos governos absolutos de Setecentos. Os mecanismos judiciais de controlo social sofreram modificações importantes no governo de Pombal, com alterações relevantes verificadas no direito penal que permitiram um controlo mais eficaz sobre as

---

<sup>1474</sup> AHM, DIV, ofício de 14-09-1766.

<sup>1475</sup> ANTT, MNE, MF6208, Passaporte de 06-04-1772.

<sup>1476</sup> ANTT, MNE, Caixa 276, de João Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 10-10-1774.

condutas desviantes. “Estas orientações parecem visíveis na promulgação de legislação desde 1750 que percorre todo o consulado pombalino, na reformulação dos próprios juristas e na criação, em 1760, da Intendência Geral da Polícia.”<sup>1477</sup>

Os estudos historiográficos sobre a criminalidade no século XVIII têm demonstrado ter havido um aumento crescente ao longo dos anos. Em Portugal, a introdução de investigações históricas sobre esta temática ocorreu na década de 1980, posteriormente destacara-se, porém, os trabalhos de António Manuel Hespanha<sup>1478</sup>, Ana Sofia Vieira Ribeiro<sup>1479</sup> e Laurinda Abreu.<sup>1480</sup>

Para a presente investigação seria vantajosa a existência de estudos indicativos das práticas criminosas perpetradas por imigrantes e das respetivas punições aplicadas pelo estado português a esses residentes estrangeiros. De acordo com este paradigma, pretende-se revelar – com o objetivo de assinalar a circulação de cidadãos entre Nápoles e Portugal de 1750 a 1777 – alguns casos em que a justiça interveio para julgaratos ilícitos de portugueses em Nápoles e de napolitanos em Portugal.

À semelhança dos exemplos anteriores, as fontes analisadas apresentam-nos um número superior de casos referentes a napolitanos estabelecidos ou de passagem por Portugal, do que os respeitantes a portugueses em Nápoles. Sublinhe-se que as informações apresentadas se fundamentam somente em fontes diplomáticas do Arquivo de Estado de Nápoles e em alguns fundos documentais da Torre do Tombo, nos quais se identificaram seis casos de crime ou conduta ilícita.

A documentação diplomática napolitana apenas revela uma situação de comportamento legalmente impróprio atribuído a portugueses residentes em Nápoles. Em fevereiro de 1754, o secretário de estado dos Assuntos Externos de Nápoles informa o representante daquele reino em Lisboa da detenção de duas pessoas de nacionalidade portuguesa, que se encontravam ao serviço doméstico do ministro plenipotenciário Silva Pessanha, as

---

<sup>1477</sup> RIBEIRO, Ana Sofia Vieira, *Convívios Difíceis Viver, Sentir, Pensar a Violência no Porto de Setecentos (1750-1772)*, Porto, CITCEM, 2012, p.24.

<sup>1478</sup> HESPANHA, António Manuel, *Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993; HESPANHA, António Manuel, “O Antigo Regime”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1993.

<sup>1479</sup> RIBEIRO, 2012, op.cit.p.24.

<sup>1480</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes*, Lisboa, Gradiva, 2013.

quais acabariam por ser libertadas, em consideração aos reis de Portugal e ao ministro Pessanha. Segundo o ofício, a prisão foi motivada por uma desavença com soldados de campanha da Real Intendência de Portici, tendo os portugueses sido acusados de desacatos à autoridade.<sup>1481</sup>

À parte este episódio não consta nos documentos do arquivo de Estado de Nápoles qualquer outra referência à prisão ou envolvimento em refregas de portugueses na cidade de Nápoles. Em contrapartida, a situação inversa foi bem mais frequente. No mesmo ano de 1754, em Lisboa, a lista dos autos de fé do Tribunal do Santo Ofício regista o nome de um soldado natural de Palermo (no reino de Nápoles e Sicília) condenado em Portugal por crime de blasfémia. Na lista inquisitorial eram expressas as informações justificativas da condenação: “ – *Pascoal Sanson que foi soldado natural da cidade de Palermo, capital do reino de Sicília, Sem domicílio certo, por fazer gravíssimos desacatos ao Santíssimo Sacramento e à imagem de cristo senhor nosso, e por dizer missa, confessar sem ser sacerdote e solicitar ad turpia no suposto acto de confissão.* ”<sup>1482</sup>

No Tribunal do Santo Ofício encontra-se ainda um processo de 1756 referente a outro natural do reino de Nápoles, com a condenação de um padre de 80 anos de idade: D. Carlos António de Vico. O sacerdote oriundo de Monte Saqueo no reino de Nápoles, residente na freguesia de Santa Catarina da cidade de Lisboa, foi acusado de heresia por celebrar o casamento de um luterano com uma católica. No mesmo processo se constata ser pessoa de erudição, que estudara Gramática, Latim e Filosofia em Nápoles, além de Medicina na Universidade de Coimbra – quando Rui de Moura Teles era Reitor – e Matemática em Paris.<sup>1483</sup>

Por sua vez, as fontes consulares de Nápoles em Lisboa indicam que, em março de 1761, a corte napolitana procurava um assassino napolitano de nome Carmine Cortis. O qual (segundo o cônsul) havia fugido para Londres: “*Cortis, embarcou-se para Londres no navio de guerra.* ”<sup>1484</sup>

---

<sup>1481</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 05-02-1754.

<sup>1482</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Livro 435, 19-05-1754.

<sup>1483</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, processo número 5066.

<sup>1484</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 17-03-1761.

Cerca de um mês mais tarde, o secretário de estado Bernardo Tanucci remete de Nápoles um ofício para o seu cônsul em Lisboa, no qual questiona a ajuda que o cônsul Moreschi concedera a Carmine Cortis, possibilitando a sua fuga para Londres.<sup>1485</sup> Em sua defesa, Moreschi afirma que Carmine Cortis lhe confessara ter morto um homem em duelo, auxiliando-o a partir para Londres, por ser sua obrigação consular.<sup>1486</sup> A atitude de Moreschi é deveras surpreendente, atendendo a que se os duelos estavam legalmente proibidos em Portugal desde o reinado de D. Pedro II<sup>1487</sup> e em Nápoles, desde o século XVI.<sup>1488</sup>

Num outro caso ocorrido em agosto de 1762, o diplomata napolitano em Lisboa recebe ordens expressas da sua corte para prender um foragido, caso seja visto em Lisboa. O procurado era Giacomo Agostino, habilitado num regimento militar do reino de Nápoles, que fugira de Palermo numa embarcação pertencente a Diego Vadalà. Embora não se conheçam os motivos da perseguição a este sujeito, o diplomata napolitano responde ao governo do seu reino nos seguintes termos: “*Ordenando-me de faze-lo prender com o mencionado patrão, no caso de aportarem nesta capital, passando a tal efeito os ofícios convenientes a este governo.*”<sup>1489</sup>

Um último caso respeitante à circulação de foragidos entre Nápoles e Portugal é o de Domenico Mirabella, napolitano, identificado pelo cônsul de Nápoles na capital portuguesa, Giuseppe Moreschi, como religioso beneditino. “*Foi preso um napolitano Domenico Mirabella, que me fez crer ser sacerdote beneditino.*”<sup>1490</sup> As acusações que conduziram à prisão deste alegado padre napolitano em Portugal estão relacionadas com conspiração em favor dos jesuítas expulsos.

---

<sup>1485</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Bernardo Tanucci para Giuseppe Moreschi, de 21-04-1761.

<sup>1486</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 26-05-1761.

<sup>1487</sup> SANTOS, José Maria dos, *Catálogo da Coleção de Miscelâneas - Tomo 8 (Vols. DCLI a DCXCV)*, Coimbra, Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1976, p.159.

<sup>1488</sup> LIGUORI, Alfonso M. de, *Recolte di Lettere Edite ed Inedite*, Parte Prima, Napoli, Gabinetto Letterario, 1841, p. 124.

<sup>1489</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci, de 12-10-1762.

<sup>1490</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 22-04-1766.

## 6.6. Casos Diversos

Neste subcapítulo reúne-se um conjunto de casos de circulação entre Portugal e Nápoles, referentes a grupos sociais ou profissionais cujo número não justifica um tópico específico. Aqui se incluem dados referentes a nobres, pessoal diplomático, gente ligada ao comércio e navegação, empresários da área da música, bailarinos e outros indivíduos cujo estatuto social ou profissional é desconhecido, reconhecendo-se apenas a sua nacionalidade napolitana ou portuguesa.

Os dados recolhidos sobre comerciantes que circulavam por Portugal e Nápoles permitem diferenciar duas situações: a movimentação de naturais destes reinos e as viagens realizadas por estrangeiros, cujos interesses comerciais passavam pelos dois territórios.

No fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Torre do Tombo encontra-se um passaporte passado em Belém, no dia 12 de dezembro de 1757, no qual surge a anotação: “Do Reino de Nápoles vão fazer viagem por mar para a cidade de Lisboa Duarte Gedeas Peroclon, homem de negócios nascido neste reino de Portugal.”<sup>1491</sup>

As fontes do consulado de Nápoles em Lisboa são, no entanto, as que ilustram melhor as chegadas e partidas de navios mercantes de Lisboa para Nápoles e de Nápoles para Lisboa. Num ofício do cônsul Giuseppe Moreschi dirigido a Bernardo Tanucci, de 30 de junho de 1762, é mencionada a entrada recente de cinco navios mercantes napolitanos e os nomes dos respetivos capitães: Francesco Balsamo (navio *Senhora da Anunciata*), Salvatore Caffieri (navio *Santo António*), Francesco Cacache (navio *La Madona della Mercede*), Raffael Caffieri (navio *S. Pietro*) e Giuseppe Ciposito (navio *Anunciata Anime dellPurgatorio*).<sup>1492</sup>

No ano de 1763, o cônsul Giuseppe Moreschi procede ao envio regular da lista mensal de entradas e saídas de navios do porto de Lisboa, identificando algumas dessas listas as embarcações mercantes vindas do reino de Nápoles ou da Sicília. O primeiro navio napolitano cuja saída do porto estava registada na lista publicada pelo governo português – relativa às entradas e saídas no porto de Lisboa entre os dias 2 e 8 de janeiro

---

<sup>1491</sup> ANTT, MNE, Microfilme 6208, passaporte de 12-12-1757.

<sup>1492</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, de Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci, de 30-06-1762.

de 1763 – denominava-se *Nossa Senhora da Anunciata e Almas*, capitaneado por Francisco Basimo<sup>1493</sup>.

Na lista referente ao período de 10 a 16 de julho de 1763 está registada a entrada de um navio sueco *Libertas* que viajava da Sicília com cevada, e que aportou em Lisboa após 63 dias de viagem.<sup>1494</sup> À semelhança desta, na lista correspondente ao período de 28 de abril a 4 de maio de 1765 são referidos mais dois navios, ambos de origem dinamarquesa: um vindo da Sicília para Lisboa – carregado com trigo e cevada, tendo efetuado uma viagem de 48 dias; o outro, também proveniente da Sicília com trigo, chegara a Lisboa após 45 dias de viagem.<sup>1495</sup>

Na lista das chegadas e partidas de navios entre 15 e 21 de setembro de 1765 surgem novamente indicadas as entradas de três navios estrangeiros que rumaram da Sicília até Lisboa: o navio de Ragusa (atual cidade de Dubrovnik, na Croácia) de nome *N<sup>a</sup> Senhora de la Gracia*, com 53 dias de viagem; o navio holandês (Bernard Daniel, Christian Wagner) com 54 dias de navegação; e o navio dinamarquês *Concordia*, que demorou dois meses e meio (75 dias) no trajeto Sicília-Lisboa.<sup>1496</sup>

À parte estas informações fornecidas pela documentação consular, surgem num ofício do diplomata napolitano, D. Vespasiano Macedonio – em 1771 acreditado em Lisboa – dados acerca de um comerciante natural de Piano de Sorrento, de nome Marino Casfiero, que teria durante a sua estada na cidade de Lisboa toda a assistência que necessitasse por parte do dito diplomata.<sup>1497</sup>

Os dados coligidos são escassos no que concerne à circulação de nobres. Deve, no entanto, registrar-se a passagem de D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões, por Nápoles no ano de 1769. Este dignitário da alta nobreza portuguesa visitou e conviveu com a corte de Nápoles numa das suas inúmeras viagens. É o ministro plenipotenciário de Portugal em Nápoles, José de Sá Pereira, que informa Lisboa da

---

<sup>1493</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, Navios que saíram deste Rio de Lisboa de 2 a 8 de Janeiro de 1763.

<sup>1494</sup> ASN, Esteri, Busta 2682, Navios que saíram deste Rio de Lisboa de 10 a 16 de julho de 1763.

<sup>1495</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, Navios que saíram deste Rio de Lisboa de 28 de abril a 4 de maio de 1765.

<sup>1496</sup> ASN, Esteri, Busta 2683, Navios que saíram deste Rio de Lisboa de 15 de a 21 de setembro de 1765.

<sup>1497</sup> ASN, Esteri, Busta 923, de Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci, de 07-05-1771.

chegada do duque à cidade de Nápoles em julho de 1769 e de o ter logo apresentado à família real.<sup>1498</sup>

Em Nápoles, o Duque de Lafões teve honrosa recepção por parte da corte napolitana e, durante todo o período em que este se deteve no reino, foi frequentemente convidado à companhia dos seus soberanos, frequentando bailes na corte e acampamentos reais.<sup>1499</sup> Sobre a estadia do Duque em Nápoles, o ministro plenipotenciário português tece ainda o seguinte comentário: “*O Duque D. João de Bragança não perde aqui o seu tempo. Aquele que lhe resta de algumas indispensáveis atenções o emprega em examinar tudo o que este país lhe oferece, digno da sua aplicação.*”<sup>1500</sup> José de Sá Pereira comunica a partida de D. João de Bragança de Nápoles em outubro de 1769.<sup>1501</sup>

No século XVIII muitos nobres europeus foram atraídos pela descoberta de outros países e culturas, realizando périplos pela Europa que ficariam conhecidos como *Grand Tour*.<sup>1502</sup> D. João Carlos de Bragança não foi exceção e constituiu mesmo um bom exemplo (português) dessa prática cultural. Como ele, outros o fizeram, alguns deles incluindo Nápoles no seu roteiro de viagem.

Um desses viajantes foi o filho do influente Duque Silva Tarouca, um estrangeirado que durante a juventude saiu de Portugal rumo a Haia, onde o pai servia como diplomata da corte portuguesa. Seguindo posteriormente para a Áustria, onde “foi feito Duque de Silva Tarouca pelo Imperador Carlos VI, havendo servido de conselheiro à Imperatriz Maria Teresa”<sup>1503</sup>.

D. Henrique de Menezes, representante de Portugal em Turim, refere-se, aliás, ao filho de Silva Tarouca como estando em 1770 a viajar pela Itália. “*Nesta corte se acha o filho de Manuel Teles Duque Silva, deve demorar poucos dias, e passar a Parma,*

---

<sup>1498</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 18-07-1769.

<sup>1499</sup> PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE, 2010, pp.77.

<sup>1500</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 25-07-1769.

<sup>1501</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para D. Luís da Cunha Manuel, de 24-10-1769.

<sup>1502</sup> FEATHERSTONE, Mike, *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*, São Paulo, Studio Nobel, 1995, p.104.

<sup>1503</sup> MELLO, Evaldo Cabral de, *Um Imenso Portugal. História e Historiografia*, São Paulo, Editora 34, 2002, p.38.

*Florença, Roma e Nápoles.*<sup>1504</sup> O nome próprio do filho do Duque Silva Tarouca nunca é mencionado por Menezes, mas tratava-se de Franz Stephan, Conde de Silva Tarouca, nascido em Viena, contando vinte anos de idade nesse ano de 1770.<sup>1505</sup>

Dois anos mais tarde, o ministro plenipotenciário Henrique de Menezes torna a reportar a chegada à corte de Turim de um grupo restrito de nobres portugueses e espanhóis vindos de Nápoles: “*O Duque de Arcos (embaixador do rei católico na corte napolitana) chegou a esta corte quinta-feira acompanhado dos fidalgos seguintes, D. Pedro da Silva, o Marquês de Penafiel, o Marquês de Gebarra, o Marquês de Cogolhudo e D. José Camanha, todos vem de Nápoles e se recolhem a Madrid, estão de assistência em casa do Conde de Aguillar.*”<sup>1506</sup>

Saliente-se neste ponto que as enviaturas diplomáticas entre Portugal e Nápoles de 1753 a 1777 acarretaram (por si só) uma considerável circulação de pessoas. Um movimento que não abrangia exclusivamente os representantes máximos das legações, mas todo o corpo diplomático dos quadros de pessoal destacado para exercer funções na legação do seu reino e, por vezes, familiares dos ministros plenipotenciários.

Em 25 de Setembro de 1753 – ano em que chega a Lisboa o primeiro dos ministros plenipotenciários de Nápoles em Portugal, D. Carlos de Guevara – é passado na corte napolitana um passaporte que acompanharia o equipamento e pessoal que iria servir na legação da capital portuguesa. “*Passaporte para o equipamento de D. Carlo di Guevara destinado Ministro do Rei para a corte de Lisboa e para oito pessoas que passam com o sobredito para aquela corte.*”<sup>1507</sup> Os oito acompanhantes eram: Giacomo Marini, Ana La Guittonia, Leonardo Scognamiglio, Antonio Janucci, Trojano, Luis Gialone e unidos a estes Mauricio Mascarenhas, médico de Braga e Mr. Denis escultor e arquiteto.

Como exemplo destaque-se também o passaporte concedido aos criados de Carlos de Guevara, passado em 4 de setembro de 1757 correspondente ao seu regresso a Nápoles. “*Passaporte para que possa partir para Nápoles Jacinto Cassalirco, João Baptista,*

---

<sup>1504</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 859, de Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 05-12-1770.

<sup>1505</sup> <http://geneall.net/pt/nome/475209/franz-stephan-conde-de-silva-tarauca/>

<sup>1506</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 859, Henrique de Menezes para D. Luís da Cunha Manuel, de 21-11-1772.

<sup>1507</sup> ASN, Esteri, Busta 918, passaporte para Carlos de Guevara e mais oito pessoas, 25-09-1753.

*Signor Leonardo Seugnsmiglio e António Janucci, os quais são criados de D. Carlos de Guevara.*<sup>1508</sup>

Neste contexto pode igualmente referir-se a estada em Nápoles dos servidores e familiares diretos do ministro plenipotenciário português, José da Silva Pessanha. Num ofício escrito para Lisboa em fevereiro de 1754 verifica-se que já se encontravam em Nápoles os serviçais da legação portuguesa, bem como alguns membros da família do diplomata.<sup>1509</sup>

Ligados área artística musical, embora com ofícios diferentes aparecem mais dois casos de napolitanos que vêm comprovar a grande influência da escola napolitana neste campo, em Portugal. O primeiro, Nicola Setaro (natural de Somma no reino de Nápoles), que se estabeleceu como empresário de óperas, inicialmente em Lisboa e mais tarde no Porto. Antes da sua chegada a Portugal Setaro atuou como cantor em teatros do norte da Itália, sendo a sua atividade como empresário iniciada posteriormente.<sup>1510</sup> Já como empresário, a partir de 1752, terá realizado uma digressão pelas principais cidades costeiras espanholas. Edificou espaços teatrais em várias localidades. Reagindo, eventualmente, à proibição das representações por Fernando VI de Espanha (1755), seguiu para Portugal.<sup>1511</sup>

Setaro vem para Lisboa com a sua família, onde tentam, após o terramoto de 1755 voltar a dar vida ao espetáculo da ópera nos teatros públicos da cidade. Em 1759 consegue fazer sociedade com o proprietário do teatro da Rua dos Condes. Na escritura da dita sociedade Setaro aparece mencionado como “empresário de ópera e de nação napolitana, e morador à Lapa, freguesia de Santos.”<sup>1512</sup> Mesmo tendo sido o responsável pela vinda de inúmeros artistas italianos para Lisboa, o empresário acabou por perder, por ordem régia a gestão da ópera italiana que detinha na capital portuguesa, foi este o

---

<sup>1508</sup> ANTT, MNE, MF 6208, passaporte de 04-09-1757.

<sup>1509</sup> ASN, Esteri, Busta 918, de Marquês Fogliani para Carlos de Guevara, de 05-02-1754.

<sup>1510</sup> FERREIRA, Lúcia Rodrigues, “A passagem dos Setaro em Portugal: Ópera depois do terramoto de 1755”, in *Revista Portuguesa de Musicologia*, 4/2, 2017, p. 273.

<sup>1511</sup> FERREIRA, 2017, op.cit.p.274.

<sup>1512</sup> *Idem. ibidem*

motivo que o levou a partir para a cidade do Porto onde, em 1760, aparece como responsável pela representação de três óperas bufas.<sup>1513</sup>

Também ligado ao mundo artístico há notícia do bailarino Filippo Vicedomini, napolitano que do pouco que se conseguiu conhecer sobre ele, chegou a Lisboa com a grande vaga de artistas italianos, entre os quais bailarinos “provenientes, praticamente todos, de diversas partes da Itália (Turim, Veneza, Nápoles, Florença, Roma, Bolonha, Verona e Veneza).”<sup>1514</sup> Sabe-se também que foi um dos bailarinos presentes no espetáculo de inauguração da ópera do Tejo, logo a sua presença em Portugal data pelo menos do ano de 31 de março de 1755.<sup>1515</sup>

Assinalem-se também as viagens entre Nápoles e Lisboa de dois cavaleiros de Malta. O primeiro é identificado pelo passaporte que lhe foi atribuído em Portugal, facultando a sua jornada para Nápoles e posteriormente para a ilha de Malta, em julho de 1774. “*Da cidade de Lisboa faz viagem em navio inglês para Nápoles e Salerno, António de Abreu, português de nascimento, cavaleiro da sagrada religião de Malta, para cuja ilha faz a sua jornada, com a sua família.*”<sup>1516</sup>

Um segundo caso é reconhecido através de um ofício diplomático redigido pelo ministro de Portugal em Nápoles, José de Sá Pereira, no qual informa a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra sobre a passagem do Comendador D. António de Vilhena por aquela cidade. “*Chegou aqui neste dia o Comendador D. António de Vilhena, vindo de Malta, e ultimamente de Palermo. Segundo ele me disse, dilatar-se-á, por algum tempo, nesta cidade, onde continuará a sua viagem para o reino.*”<sup>1517</sup>

Nos maços documentais do fundo da Junta do Comércio da Torre do Tombo estão registadas muitas das naturalizações concedidas a estrangeiros residentes em Portugal durante o consulado pombalino. O vasto conjunto de documentos respeitante às

---

<sup>1513</sup> FERREIRA, 2017, op.cit.p.280.

<sup>1514</sup> ARANHA, Raquel da Silva, *A Dança na Corte e os Balés nas Óperas de Portugal no Século XVIII: Aspectos da Presença de Elementos Franceses no Ambiente Cultural Português*, dissertação de mestrado, Campinas, 2010, p.23.

<sup>1515</sup> BEUVINK, Aline Gallasch- Hall de, *Ressuscitar a Ópera do Tejo. O Desvendar do Mito*, Lisboa, Caleidoscópio, 2016, p.20.

<sup>1516</sup> ANTT, MNE, MF 6208, passaporte de 22-07-1774.

<sup>1517</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 780, de José de Sá Pereira para Aires de Sá e Melo, de 12-08-1777.

naturalizações evidencia a predominância dos imigrantes da Galiza que se naturalizaram portugueses durante o período em referência (1750-1777). Foram os galegos os que mais e em maior número solicitaram e receberam a naturalização portuguesa, não obstante a lista de naturalizações conter nomes de várias nacionalidades.

O fundo da Junta do Comércio permite do mesmo modo reconhecer uma única pessoa proveniente do reino de Nápoles que alcançou naturalização portuguesa durante o reinado de D. José. Por provisão do Desembargo do Paço foi naturalizado em 1774, Agostinho Mafía, “natural do Reino de Nápoles, por seu bastante procurador Fernando Alvarez Vieira por despacho de 24 de novembro próximo passado.”<sup>1518</sup>

A naturalização não era, porém, um requisito obrigatório para os estrangeiros residentes em Portugal. Os estrangeiros não naturalizados podiam residir, trabalhar e até auferir tenças da coroa, sem qualquer entrave que fosse causado pela sua proveniência externa. No caso das tenças até as podiam receber estrangeiros que, residindo na sua pátria, as obtinham pela prestação de algum tipo de serviço à coroa portuguesa.

Em 1762, o cônsul de Portugal na cidade de Génova escreve um ofício que explicita a atribuição de tenças do governo de Portugal a cidadãos de origem napolitana que permaneciam em Nápoles, mas que serviram algum interesse português. Assim, o cônsul fala na tença de 201.12 £ atribuída aos irmãos Gregório Goes de Nápoles e numa outra de 585.18£ (referente ao mês de julho de 1761) para José Nicolau Carbone, também do reino de Nápoles.<sup>1519</sup>

A finalizar, surgem no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra dois passaportes passados a sujeitos napolitanos, cujas identidades são reveladas pelos nomes e patronímico. Com a data de 20 de julho de 1756 é passado em Belém “*Passaporte de viagem para Nápoles (sua pátria) Andrea Colangelo.*”<sup>1520</sup> Nas mesmas circunstâncias encontra-se o passaporte de Matheus Scarpeta, emitido no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em setembro de 1764. “*Faz viagem de Lisboa para Génova em navio sueco e dali ade passar para Nápoles, sua pátria, Matheus Scarpeta.*”<sup>1521</sup>

---

<sup>1518</sup> ANTT, Junta do Comércio, Livro 253.

<sup>1519</sup> ANTT, Lisboa. MNE, Caixa 275, de Nicolau Piaggio para D. Luís da Cunha Manuel, de 04-01-1762.

<sup>1520</sup> ANTT, MNE, Microfilme 6208, passaporte de 20-07-1756.

<sup>1521</sup> ANTT, MNE, Microfilme 6208, passaporte de 25-09-1764.

## **Conclusão**

A circulação de pessoas entre Portugal e Nápoles não atingiu grandes proporções – claramente, nenhum destes reinos era o destino preferencial para os naturais do outro – mas também esteve longe de ser inexistente ou irrelevante. Dada a maior acessibilidade às fontes portuguesas, tornou-se mais fácil destacar neste capítulo a vinda de napolitanos para Portugal. Ainda assim, anotaram-se também – através das fontes consultadas e de alguns dados bibliográficos – casos de portugueses que passaram pelo reino de Nápoles ou nele residiram entre 1750 e 1777.

Dos grupos sociais ou profissionais que mais circularam entre Portugal e Nápoles, destacam-se os músicos – fossem cantores, compositores ou instrumentistas – numa movimentação pendular justificada pela grande importância atribuída por ambos os reinos às artes do espetáculo e, em particular, à ópera. O recurso a músicos italianos já era frequente desde o início do século, mas, durante o reinado josefino, Nápoles tornou-se, com toda a probabilidade, o principal local de recrutamento de profissionais da música para atuarem em Portugal, contratados pela corte, pela Patriarcal e por alguns mecenas particulares. Em sentido inverso, um número considerável de jovens portugueses foi enviado para Nápoles, com a finalidade de aprenderem e desenvolverem os seus dotes musicais nos conceituados conservatórios daquele reino. Vários desses jovens aprendizes iam para Nápoles como bolseiros, com os estudos totalmente financiados pela coroa. Não se registou somente a circulação física de pessoas, mas também a circulação de trabalhos. Por esse motivo, mesmo nos casos em que não existiu uma deslocação física dos artistas entre Portugal e Nápoles, foram referidos os seus nomes por terem prestado serviços a estes reinos. A arte era exportada enquanto o artista permanecia na sua terra, não deixando, por esse motivo, de existir uma transferência cultural entre os dois reinos.

Não há evidências de que tenha existido em Nápoles uma comunidade portuguesa, propriamente falando, sendo certo que a grande maioria dos portugueses que rumavam a Itália não tinha Nápoles como destino. Houve, porém, uma ocasião em que um número significativo de portugueses (já radicados em Itália) partiu para Nápoles: quando Portugal rompeu relações com a Santa Sé, em 1760. Nesse período, muitos portugueses residentes em Roma mudaram-se para o reino de Nápoles, de entre os quais os que mais se destacaram foram o abade Correia da Serra e Leonor da Fonseca Pimentel.

De acordo com os dados recolhidos, Portugal também não foi ponto de destino ou de passagem de um largo número de napolitanos, em comparação com outros estrangeiros, incluindo outros naturais da península itálica. Aliás, a comunidade italiana em Portugal, e particularmente em Lisboa, era uma das maiores, talvez só ultrapassada por espanhóis e britânicos.<sup>1522</sup> Testemunho dessa relevância, e também elemento congregador das sociabilidades dentro da comunidade, era a igreja de Nossa Senhora do Loreto, também conhecida como “igreja dos italianos”, que haviam edificado no coração da capital portuguesa já na primeira metade do século XVI. Ela é mencionada amiúde pelos representantes diplomáticos de Nápoles em Lisboa, sendo o local onde provavelmente se reuniam com os seus compatriotas.

Infelizmente não foi possível consultar e analisar a riquíssima documentação do arquivo desta igreja, cujo acesso esteve persistentemente interdito durante o período de preparação desta dissertação. Se assim não fosse, teríamos conseguido seguramente apresentar aqui outros dados sobre o número de napolitanos a residir em Lisboa – provavelmente muito superior ao dos poucos casos referidos nesta tese – e sobre o que faziam em Portugal.

---

<sup>1522</sup>CASSINO, Carmine. “Lisboa dos Italianos: Presença Italiana e Práticas de Nacionalidade nos Primeiros Trinta Anos do Século XIX”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2015. Ver também: RODRIGUES, Teresa. “Os movimentos migratórios em Lisboa: estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos”, in *Ler História*, 26 (1994), pp. 45-75.

## Conclusão geral

O relacionamento diplomático entre Portugal e Nápoles constitui sem dúvida o âmbito nuclear deste trabalho, embora ao longo dele várias outras questões tenham merecido algum destaque. Através de uma análise pormenorizada à atuação da diplomacia portuguesa e napolitana foi possível encontrar respostas que permitem explicar de que forma e com que intensidade se concretizava o contacto entre estes dois reinos entre os anos de 1750 a 1777, recorte cronológico que foi adoptado tomando como referência a história portuguesa, por corresponder ao denominado período pombalino.

Ao abordar um tal período não se pode deixar de atribuir o devido protagonismo aos dois grandes atores políticos desta época – o Marquês de Pombal (no caso português) e Bernardo Tanucci (no reino de Nápoles) – e à conexão que indiretamente existiu entre ambos. O principal objetivo desta tese centrou-se, contudo, em entender o que continham e de que forma circulavam as informações e mensagens trocadas através dos canais diplomáticos, procurando aferir através dos agentes da diplomacia as matérias suscitadoras das principais convergências e divergências entre os dois reinos.

A prévia identificação de semelhanças notórias nos ideais e práticas políticas de Tanucci e Pombal foi uma das razões que motivaram a concretização deste projeto, tendo por finalidade a realização de uma análise comparativa dos dois cenários políticos (à partida, similares), através de uma comparação realizada ao longo dos sucessivos capítulos. Avaliou-se especialmente a *performance* da política externa de um estado em relação ao outro, e em relação a terceiros, assim como outras modalidades de contato e circulação entre Portugal e Nápoles – de índole social, intelectual, económica, cultural - matérias até agora pouco ou nada exploradas pela historiografia.

Desta forma – tornando a refletir sobre o exposto nos vários capítulos – interessa nesta conclusão final apontar uma última vez as principais disposições resultantes da ligação entre Portugal e Nápoles no período pombalino. Primeiramente, o foco de atenção recaiu nos atores diplomáticos ou consulares, de cuja correspondência se extraiu a maioria das informações apresentadas. Por ter existido a oportunidade de analisar toda a correspondência diplomática da legação de Portugal em Nápoles e da legação

napolitana em Lisboa, é possível concluir que a prestação dos diplomatas e o conteúdo das informações por eles remetidas foi bastante irregular, variando consoante a personalidade e a categoria do remetente e a importância dos acontecimentos abordados. Com isto, pretende-se afirmar que diplomatas, interinos, secretários de legação ou cônsules mencionados neste estudo não foram homogêneos no comportamento adotado em representação da sua corte, assim como também não existia uma uniformidade quanto à importância informativa dos seus ofícios.

Através destes ofícios apercebemo-nos de determinadas disparidades entre a importância da correspondência enviada pelos diplomatas portugueses e napolitanos. Na maior parte dos casos abordados, a diplomacia napolitana em Lisboa remeteu para a sua corte informações mais pertinentes e evidenciou uma atitude mais ativa que os seus homólogos portugueses em Nápoles. Esta diferença de registos poderá estar relacionada com uma maior curiosidade e interesse da corte de Nápoles face ao que acontecia em Portugal. Uma conclusão plausível se for tida em consideração a relevância das notícias transmitidas nos ofícios, as quais iam muitas vezes além da mera descrição da rotina palaciana, contrariamente ao que acontecia com a maior parte da correspondência dos plenipotenciários portugueses.

Outra constatação é a de que as leis, alvarás e decretos régios promulgados em Portugal que se encontram ou são mencionados na correspondência napolitana são notoriamente em maior número do que os que se encontram na correspondência portuguesa. Assim como são em maior quantidade os ofícios napolitanos em que o cuidado no envio de informações consideradas sigilosas exigia o recurso à escrita em cifra. Não queremos com isto afirmar que os diplomatas portugueses eram totalmente alheios e indiferentes ao que acontecia em Nápoles: também eles anexavam decretos e outras publicações ao seu correio para Lisboa e, por vezes, também redigiam em cifra. No entanto, a nível quantitativo, a disparidade é evidente.

As principais semelhanças detetadas entre a diplomacia portuguesa e napolitana consistiam na conduta protocolar que deveriam seguir na corte da sua acreditação. Encontram-se também parecenças (salvo uma ou outra exceção) na pouca formação e experiência diplomática dos representantes enviados quer para Lisboa quer para Nápoles, justificada pela importância relativamente secundária que, de forma recíproca, um reino atribuía ao outro em termos da respetiva política externa. Em ambos os casos existia, naturalmente, o cuidado de nomear dignitários merecedores de confiança,

capazes de representar e conservar a amizade entre as respectivas coroas, uma constatação confirmada pelas instruções diplomáticas, que contêm praticamente os mesmos preceitos e normas para regulamento dos diplomatas.

Este estudo apresenta ainda uma informação inédita cuja existência se deve à descoberta casual de um conjunto inesperado de documentos no Arquivo de Estado de Nápoles referente ao, até agora desconhecido, Consulado de Nápoles em Lisboa. Apercebemo-nos que o estabelecimento de um cônsul do Reino de Nápoles na capital portuguesa precedeu em alguns anos a acreditação de legações diplomáticas. A sua criação terá tido, certamente, como finalidade principal o registo do comércio e a proteção e monitorização das embarcações mercantes napolitanas que aportavam na capital portuguesa. Por esse motivo, os ofícios enviados pelo cônsul Moreschi a Bernardo Tanucci constituíram também uma via de contato e comunicação de Portugal para Nápoles.

Depois de falarmos dos diplomatas, do seu perfil e dos seus procedimentos, todo um longo capítulo (o quarto) foi dedicado aos grandes temas e acontecimentos abordados pela correspondência diplomática, que correspondem às matérias que geraram maior interação entre as duas coroas. Entre elas contam-se o terramoto de 1755, a campanha dos governos português e napolitano contra a Companhia de Jesus, a Guerra dos Sete Anos, as relações comerciais entre Portugal e Nápoles e as principais reformas internas realizadas em Portugal e Nápoles entre 1750 e 1777.

Sobre o terramoto refira-se o testemunho do ministro plenipotenciário napolitano, Carlos de Guevara, sobre o que viu e sentiu no momento do abalo sísmico e nos meses posteriores à catástrofe. O terramoto de Lisboa deixou marcas profundas na paisagem e na população e desencadeou, por outro lado, grandes mudanças no cenário político português. Os diplomatas napolitanos acompanhavam e descreviam, por vezes, a reedificação da capital portuguesa e através deles a corte de Nápoles tomava conhecimento dos frequentes abalos de terra e de outras adversidades que as gentes de Lisboa tiveram de enfrentar, mesmo alguns anos depois do cataclismo. Todavia, mais do que a existência de informação e curiosidade, chama a atenção a falta de qualquer espécie de cooperação entre os dois reinos numa matéria em que napolitanos e sicilianos tinham larga experiência.

A questão dos jesuítas e as consequências que se seguiram à expulsão dos padres dessa ordem religiosa de Portugal em 1759 e de Nápoles em 1767 – marcadas por diversas

contendas com a Santa Sé, suscitadas pela hostilidade dos dois governos à Companhia de Jesus – foi, provavelmente, o assunto mais abordado nos ofícios, quer da diplomacia portuguesa quer da diplomacia napolitana. Foi, precisamente, na campanha iniciada pelo Marquês de Pombal contra os jesuítas que se verificou o maior momento de cooperação entre Portugal e Nápoles, descortinando-se um entendimento mútuo em praticamente todas as questões apontadas e uma partilha de informação constante, promovida pela via diplomática. A campanha anti-jesuítica pode mesmo ter sido o principal motivo de Pombal para intensificar o relacionamento diplomático com Nápoles, até aí tão residual, ao enviar para lá não um diplomata de carreira mas um político, precisamente o seu adjunto Aires de Sá e Melo.

Se Portugal e Nápoles apareceram como aliados na questão jesuítica – existindo mesmo uma cooperação muito direta quando foi necessário defender e fazer sair de Roma o impressor Nicolau Pagliarini – já no quadro da Guerra dos Sete anos a posição das duas coroas foi divergente. Portugal – inicialmente neutro neste conflito armado na Europa – foi praticamente arrastado para a contenda devido à manutenção da sua aliança com os britânicos. Também Nápoles se declarou um reino oficialmente neutro, embora neste trabalho se conclua que, mesmo não entrando em lutas armadas, os napolitanos não ficaram indiferentes, tomando obviamente partido pelo lado de Espanha, com quem continuavam a manter o principal alinhamento, senão dependência, em matéria de política externa. Nápoles chega mesmo a ter um papel ativo nas questões da guerra em solo português, através da espionagem praticada pelo ministro plenipotenciário Michele Pignatelli, que era informante da corte espanhola, transmitindo (nas muitas cifras que redigiu) as informações que lhe chegavam sobre as atividades militares portuguesas e britânicas. Este é outro dos elementos inéditos contidos neste estudo.

Das relações comerciais foi possível entender como se processava o comércio dos cereais napolitanos em Portugal e a frequência irregular com que se realizava. Mas o principal dado apurado foi a tentativa falhada de se firmar um tratado de comércio entre Portugal e Nápoles, informação nunca antes mencionada, mas que se torna clara ao analisar a documentação da diplomacia napolitana em Portugal. Este foi um projeto travado numa primeira fase pela guerra ibérica e, posteriormente, pela grande distância geográfica, alegadamente considerada uma desvantagem pelo governo de Lisboa.

Sobre as reformas internas empreendidas em Portugal e Nápoles entre 1750 e 1777, pretendeu-se proceder a uma identificação das medidas reformistas que, de parte a parte,

receberam mais atenção e foram mais comunicadas entre os dois reinos. Mais uma vez se verificou que a expedição de informações de cariz político foi bastante mais regular no caso dos representantes diplomáticos napolitanos, que foram enviando para o seu governo, ao longo dos anos, muita informação que colhiam sobre as reformas pombalinas.

Para além de investigar a informação contida nos ofícios diplomáticos, este estudo pretendeu também entender o próprio processo de circulação da informação entre Portugal e Nápoles. As principais conclusões reportam-se à existência de diversas vias de circulação e estratégias de encaminhamento da correspondência. Para o caso português foi possível aferir o papel ativo dos representantes de Portugal nos estados italianos de Roma, Génova e Turim, que constituíam uma opção alternativa às notícias enviadas diretamente pelos ministros plenipotenciários portugueses em Nápoles. Pois também eles redigiam nos seus ofícios as novidades e ocorrências relacionadas com o reino napolitano.

Quanto à trajetória dos correios, raramente se optava por um envio direto quer de Portugal para Nápoles quer no sentido inverso. Grande parte da correspondência seguia um rumo que proporcionasse a passagem dos correios por outros reinos, antes de chegar ao destino final. Madrid foi o principal ponto de paragem da correspondência remetida para Nápoles ou Lisboa. No entanto, regista-se o uso de outras vias como Londres, Génova e Amesterdão. Especialmente no decurso do conflito ibérico (em 1762), na sequência da interdição da passagem dos correios por Espanha, estas alternativas revelaram-se mais ativas e eficazes.

Dos conteúdos da correspondência diplomática também foi possível extrair dados interessantes relacionados com o intercâmbio de livros e de música. A intensidade de circulação de obras impressas ou de informações relacionadas com alguma publicação literária entre Portugal e Nápoles revelou-se surpreendente. O maior destaque consistiu no envio de obras relacionadas com os jesuítas, chegando mesmo a haver ofertas diretas de publicações de Pombal para Tanucci, por intermédio dos diplomatas napolitanos, com intenção de promover a sua causa contra Companhia de Jesus. De Nápoles para Lisboa encontram-se, por exemplo, obras referentes ao projeto arqueológico de Herculano. Refira-se ainda que, embora não se perceba como a obra chegou a Portugal, descobriu-se na coleção Pombalina a vasta obra “*Archiviodella Régia GiurisdizionedelRegnodi Napoli*”, datada de 1721 e da autoria de

Bartolomeo Chioccarelli e Angelo Rocchi. Na correspondência também se mencionam, por vezes, obras de cunho filosófico ou casos de censura literária, quer num reino quer no outro.

No que concerne à música, destaca-se especialmente a ópera, género musical que, como já referido, era muito apreciado por ambas as cortes, e que constituiu sem qualquer dúvida o principal elo de ligação cultural entre Portugal e Nápoles. Sobre este ponto, o presente estudo revela a participação ativa da diplomacia nos negócios respeitantes aos espetáculos de ópera, permitindo saber que eram os diplomatas quem entregava as partituras musicais e os libretos das óperas napolitanas à corte portuguesa para serem posteriormente representadas.

Também abordada neste estudo, sobre a circulação de gazetas podemos concluir que era pouco relevante. Embora constituísse outra fonte de informação entre ambos os países, não foram encontrados (nas alusões às mesmas) dados de grande importância para as relações entre Portugal e Nápoles. Na documentação da legação de Nápoles em Lisboa existem alguns exemplares da gazeta napolitana e, pelos ofícios diplomáticos, percebe-se que Bernardo Tanucci enviava, por vezes, a Gazeta de Nápoles aos diplomatas acreditados em Lisboa. As menções à gazeta portuguesa, porém, são poucas e, naturalmente, todas anteriores a 1762, ano em que foi suspensa.

O sexto capítulo procurou abrir caminho a um estudo futuro (mais detalhado e com recurso a mais fontes, algumas delas ainda indisponíveis por ora) sobre a circulação de pessoas entre Portugal e Nápoles durante o século XVIII, especialmente no tempo de Pombal. A este respeito é possível registar a existência de uma comunidade napolitana em Portugal, composta por indivíduos de várias classes ou grupos sociais, e largamente representada por um grupo de artistas ligados à música sacra e à ópera. Mais uma vez, salienta-se a importância da ligação cultural entre Portugal e Nápoles no contexto musical, referindo-se os nomes dos que se deslocaram de Nápoles para a corte portuguesa, geralmente artistas contratados, e de outros tantos que rumaram de Portugal para Nápoles, estes geralmente com objetivos de formação nos conservatórios daquele reino.

Em jeito de balanço final, pode dizer-se que o facto de Portugal e Nápoles partilharem várias características idênticas, e especialmente o facto de ambos os países terem conhecido, durante o período em causa, processos políticos considerados típicos de um

absolutismo reformista, poderia levar a supor uma clara intensificação das relações e da cooperação entre si.

No final desta investigação pode concluir-se, em abono daquela hipótese de partida, que foi neste período, concretamente em 1753, que as coroas de Portugal e Nápoles inauguraram as relações diplomáticas bilaterais diretas; que, no plano da política externa, houve cooperação em torno de uma causa comum – a campanha anti-jesuítica; que havia alguma partilha de informação sobre as políticas reformistas em curso em cada reino, nomeadamente através da informação prestada pelos diplomatas e da circulação dos diplomas legislativos; que os dois principais protagonistas políticos, Pombal e Tanucci, trocaram mesmo várias manifestações de simpatia e consideração um pelo outro, ainda que nunca de forma direta; e que, fora da esfera política e diplomática, continuou uma circulação relativamente intensa de agentes culturais, particularmente no domínio da música, e que os escritos de importantes intelectuais napolitanos, em particular na área do pensamento económico, foram divulgados em Portugal.

Em contrapartida, também é possível concluir que alguns fatores jogaram contra uma maior aproximação entre os dois países e os dois governos. Desde logo, a falta de uma tradição consolidada de relações bilaterais, visto que, antes de 1738, Nápoles não era um parceiro de pleno direito da política europeia nem tinha uma política externa própria. Mas, sobretudo, o diverso enquadramento geo-económico e geo-político das duas nações travava o aprofundamento das suas relações. Nápoles estava confinado a um enquadramento regional essencialmente mediterrânico, por oposição a Portugal com uma vocação mais atlântica e ultramarina, o que, entre outras coisas, tinha implicações na esfera dos interesses económicos. Mais importante ainda, Nápoles mantinha, em termos de política externa, um vínculo preferencial (senão mesmo um estatuto subsidiário) com Espanha, e, por via desta, com França. Ora, Portugal, não só tinha em Espanha o seu principal adversário, com quem travou vários conflitos durante este período, como, em termos de política europeia, alinhava pelo bloco contrário, liderado pela Grã-Bretanha. Estes diferentes alinhamentos haveriam de comprometer irremediavelmente o aprofundamento da cooperação entre Portugal e Nápoles, não obstante o paralelismo das suas experiências de política interna baseadas no modelo de absolutismo reformista.

# Fontes e Bibliografia

## *Fontes manuscritas*

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Instruções aos Ministros Portugueses no Estrangeiro

ANTT, MNE, Livro 187.

Documentação da Legação Portuguesa em Nápoles.

ANTT, MNE, Caixa 778.

ANTT, MNE, Caixa 779.

ANTT, MNE, Caixa 780.

Legação de Portugal em Roma

ANTT, MNE, Caixa 951.

Legação de Portugal em Turim

ANTT, MNE, Caixa 857.

ANTT, MNE, Caixa 858.

ANTT, MNE, Caixa 859.

Consulado de Portugal em Génova.

ANTT, MNE, Caixa 275.

ANTT, MNE, Caixa 276.

Correspondência de D. Luís da Cunha Manuel.

ANTT, MNE, Caixa 958.

ANTT, MNE, Caixa 959.

Legação de Nápoles em Lisboa.

ANTT, MNE, Caixa 503.

Livro das despesas Pertencentes aos Embaixadores e Ministros de S. Majestade nas Cortes Estrangeiras.

ANTT, MNE, Livro 246.

Correspondência Política Aberta

ANTT, MNE, MF, 5294.

Passaportes

ANTT, MNE, MF 6208.

Papeis Pombalinos.

ANTT, MNEJ, MF, 6450.

ANTT, MNEJ, MF, 6451.

Outros:

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Livro 435.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº5066.

ANTT, Casa Real, Nº 3003.

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra N, Maço 46, Nº 26.

ANTT, Junta do Comércio, Livro 253.

ANTT, Junta do Comércio, caixa 447.

Fundo José Francisco Correia da Serra

ANTT, JFCS, MF, 7517. Itém 3

### **Biblioteca Nacional de Portugal - Coleção Pombalina**

BNP-PBA, cód. 671, fls. 159 a 162, cód.640, fls. 123 e 124, e cód.201 a 206.

### **Arquivo Histórico Militar**

AHM, DIV, ofício de 14-09-1766.

### **Arquivo Histórico Ultramarino**

Memórias de Aires de Sá e Melo sobre os reinos de Nápoles e Sicília.

AHU, CU, Reino, Caixa 125, pasta 42.

AHU, CU, Reino, caixa 214, pasta 11.

### **Archivio di Stato di Napoli**

Legação de Nápoles em Lisboa

ASN, Esteri, Busta 917.

ASN, Esteri, Busta 918.

ASN, Esteri, Busta 919.

ASN, Esteri, Busta 920.

ASN, Esteri, Busta 921.

ASN, Esteri, Busta 922.

ASN, Esteri, Busta 923.

ASN, Esteri, Busta 924.

ASN, Esteri, Busta 925.

Consulado de Nápoles em Lisboa

ASN, Esteri, Busta 2681.

ASN, Esteri, Busta 2682.

ASN, Esteri, Busta 2683.

### ***Fontes Impressas***

BIANCO, L. Del, *Bernardo Tanucci Epistolario 1756-1757*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1984.

BIKER, Júlio Firmino Júdice, *O Marquês de Pombal, Alguns Documentos Inéditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1882.

CASTRO, José Ferreira Borges de, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

LOLLINI, S., *Bernardo Tanucci Epistolario 1762-1763*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1990.

- LUCIA, G., *Bernardo Tanucci Epistolario 1757-1758*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.
- MIORINI, M. G., *Bernardo Tanucci Epistolario 1760-1761*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.
- MIORINI, M. G., *Bernardo Tanucci Epistolario 1761-1762*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1988.
- SANTAREM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa athe aos Nossos Dias*, Tomo VI, Paris, J. P. Aillaud, 1850.

## **Bibliografia**

- ABREU, Laurinda, “A Organização e Regulação das Profissões Médicas no Portugal Moderno: entre as Orientações da Coroa e os Interesses privados” in *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, eds. Adelino Cardoso, António Braz de Oliveira, Manuel Silvério Marques, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2010.
- ABREU, Laurinda, “As Relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, na Segunda Metade do Século XVIII: O Impacto da Legislação Pombalina sobre as Estruturas Eclesiásticas”, in Ana Leal de Faria e Isabel Drumond (Coord.), *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, Caleidoscópio, 2007.
- ABREU, Laurinda, *Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes*, Lisboa, Gradiva, 2013.
- ACTON, Harold, *The Bourbons of Naples: (1734-1825)*, Trafalgar Square, 1998
- ADDISON, Joseph, *Charles the Third of Spain*, Oxford, Biblio Bazaar, 2008.
- AGLIETTI, Marcella, “The Consular Institution Between War and Commerce, State Nation: Comparative Examples in Eighteenth Century Europe” in, Antonella Alimento Edition, *War, Trade and Neutrality: Europe and the Mediterranean in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Milano, Franco Angeli Storia, 2011.
- AJELLO, R., “La Vita Politica Napoletana Sotto Carlo di Borbon”, in *Storia di Napoli*, Vol.VII, Naples, 1972.
- AJELLO, R.; D’ADDIO, M. (org.), *Bernardo Tanucci statista letterato giurista, Atti del Convegno internazionale di studi per il secondo centenario, 1783-1983*, 2 vols., Napoli: Jovene, 1986.
- ÁLVAREZ, Maria de los Ángeles Rodríguez, *Uso y Costumbres Funerarias en la Nueva España*, México, El Colegio Mexiquense, 2001.
- AMBRAZI, Domenico, *Riformatori i Ribelli a Napoli nella Seconda Metà del Settecento: Ricerche sul Giansenismo Napoletano*, Napoli, 1979.
- ANACLETO, Regina, “José da Costa e Silva. Um Arquitecto Português em Terras Brasileiras”, in *Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, 2005.
- ANCHOR, Robert, *Enlightenment Tradition*, New York: Harper and Row, 1967.
- ANDERSON, Matthew Smith, *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919*, London, Pearson Education, 1993.

- ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários 1759-1771*, 1º Volume, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1966.
- ANDRÉ, Naomi Adele, *Voicing Gender: Castrati, Travesti, And the Second Woman in Early Nineteenth century Italian Opera*, Indiana, Indiana University Press, 2006.
- ARANHA, Raquel da Silva, *A Dança na Corte e os Balés nas Óperas de Portugal no Século XVIII: Aspectos da Presença de Elementos Franceses no Ambiente Cultural Português*, dissertação de mestrado, Campinas, 2010.
- ARAUJO, Afonso Domingos de, Valdez Rui Dique Travassos, *O Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2ª Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo Cultural e Formação das Elites no Pombalismo” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Ana Cristina Araújo (coord.) Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000.
- ARETIN, Barone Karl Otmar Von, “Bernardo Tanucci ed il Problema dell’ Assolutismo Illuminato nei Paesi Cattolici, in *Bernardo Tanucci Statista, Letterato, Giurista, Atti del Convegno Internazinale di Studi per il Secondo Centenario 1783-1983*, Volume Primo, Salerno, Jovene Editore, 1986.
- ASSUNÇÃO, Paulo de, “O Terramoto Provocado por Sebastião José de Carvalho na América Portuguesa,” *Catolicismo e Sociedade na época Moderna: O Terramoto de 1755*, in Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, Tomo XVIII, 2006.
- ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios Jesuíticos: o Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- ASTARITA, Tommaso, *Between Salt Water and Holy Water: A History of Southern Italy*, London, Norton & Co, 2006.
- ASTUTO, Giuseppe, “Dalle Riforme alle Rivoluzioni Maria Carolina D’Asburgo” in Salvatore Aleo e Giuseppe Barone (coord.) *Quaderni del Dipartimento di Studi Politici*, Milano, Giuffré Editore, 2007.
- AUGUSTIN, Kristina Neves, “A Trajetória dos Castrati nos Teatros da Corte de Lisboa (séc. XVIII)”, in *Revista Música e Linguagem – Vitória/ES*. Vol.1 nº 3, 2013.
- AUGUSTIN, Kristina Neves, *Os Castrati e a Prática Vocal no Espaço Luso-brasileiro (1752-1822)*, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 2013.
- AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, Lisboa, Clássica Editora, 1909.
- BALBI, Adriano, *Variétés Politiques et Statistiques de la Monarchie Portugaise*, Paris, Rey et Gravier, 1822.
- BANDEIRA, José Raimundo, *Universidade de Coimbra. Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos*, Tomo II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1942.
- BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo, Rui Fernandes de Almada: Diplomata Português do Século XVI, 2 V, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971.
- BARATA, Paulo J.S, *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública uma Alteração de Paradigma*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.
- BARBER, Peter, *Diplomacy. The World of the Honest Spy*, London, The British Library, 1979.

- BARBIER, Patrick, *The world of the Castrati: The History of an Extraordinary Operatic Phenomenon*, London, Souvenir Press, 1998.
- BARRAL, Le Comte de, *Étude sur l'Histoire Diplomatique de l'Europe de 1648 à 1791*, Paris, E. Plon et Cie, 1880.
- BEALES, Derek Edward Dawson, *Enlightenment and reform in 18th-century Europe*, I.B.Tauris, New York, 2005.
- BELO, André, “A Notícia do Terramoto no Sistema de Informação do Antigo Regime”, in Ana Isabel Buesco, Maria Fernanda Rollo e Pedro Cardim (Org.) *História e Ciência da Catástrofe 250º Aniversário do Terramoto de 1755*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- BÉLY, Lucien, *Les Relations Internationales en Europe XVII-XVIII Siècles*, Paris, Presses Universitaires de France, 1992, pp.157. OLIVEIRA, Luís Soares de, *História Diplomática. O Período Europeu 1580-1917*, Lisboa, Edições Pedro Ferreira-Artes Gráficas, 1994.
- BENIMELI, José A. Ferrer, “Bernardo Tanucci y La Masoneria Napolitana a Traves de la Correspondencia entre Tanucci y Carlos III (1775-1783)”, in *Bernardo Tanucci Statista Letterato Giurista, Atti del Convegno Internazionale di Studi per il Secondo Centenario 1783-1983*, Vol. I, Napoli, Jovene Editore, 1986.
- BENIMELI, José A. Ferrer, *La Masoneria Española en el Siglo XVIII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1986.
- BERRIDGE, G, *Diplomacy, Theory and Practice*, 4th edition, Basingstoke, Palgrave, 2010.
- BETHENCOURT, Francisco, “Enlightened Reform in Portugal and Brazil”, in Gabriel Paquette (Edition), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750–1830*, Trinity College, Cambridge, ASHGATE, p.42.
- BEUVINK, Aline Gallasch- Hall de, *Ressuscitar a Ópera do Tejo. O Desvendar do Mito*, Lisboa, Caleidoscópio, 2016.
- BISWANATH, Sen, *Diplomat's Handbook of International Law and Practice*, The Hague, Nijhoff, 1965.
- BLACK, Jeremy, *A History of Diplomacy*, London, Reaktion Books, 2010.
- BLACK, Jeremy, *From Louis XIV to Napoleon: the fate of a great power*, London, UCL Press, 1999.
- BLUCHE, François, *Le despotism éclairé*, Paris: Fayard, 1969.
- BOER, Bertil Van, “Music of the Classical Period”, in *Historical Dictionary of Music of the Classical Period*, United States of America, Scarecrow Press, 2012.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Memórias do Duque de Palmela*, Alfragide, Dom Quixote, 2010.
- BRANDÃO, Domingues de Pinho, Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Olímpia Maria da Cunha Loureiro, *Nicolau Nasoni: Vida e Obra de um Grande Artista : Breve Resumo*, Porto, CMP, 1987.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Para uma Bibliografia da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989.
- BRASÃO, Eduardo, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, 2 vols., Lisboa, Resistência, 1979-1980.

- BRITO, Manuel Carlos de, “Portugal and Brazil” in Anthony Deldonna, Pierpaolo Polzonetti edition, *The Cambridge Companion to Eighteenth-Century Opera*, New York, Cambridge University Press, 2009.
- BRITO, Manuel Carlos de, *Opera in Portugal in Eighteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- BUONAMICI, F, *Annali delle Università Toscane*, Volume 14, Pisa, Tipografia Nistri, 1874.
- CAMAÑO MARTINEZ, Jesús M., *Relaciones artísticas entre Portugal y España*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 1986.
- CAMPANELLI, Marcela di, “Una Virtù Soda, Maschia e Robust: Il Monachesismo Femminile nel Settecento Napoletano”, a cura di Giuseppe Galasso, Adriana Valerio, *Donne e Religione a Napoli: Secoli XVI-XVIII*, Franco Angeli Storia, Milano, 2001.
- CARDIM, Pedro, “A Prática Diplomática na Europa do Antigo Regime”, in Luís Nuno Rodrigues e Fernando Martins (Ed), *História das Relações Internacionais. Temas e Debates*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- CARDIM, Pedro, David Felismino, Nuno Gonçalo Monteiro, “A Diplomacia Portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e Trajectória” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *OptimaPars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005.
- CARDOSO, José Luís “Pombal, O Terramoto e a Política de Regulação Económica,” in Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão e Walter Rossa (Org.), *O Terramoto de 1755 Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- CARDOSO, José Luís, et al., *O tratado de Methuen, 1703: diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- CARDOSO, Lino de Almeida, *O Som Social: Música, Poder e Sociedade no Brasil*, Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX, São Paulo, Edição do Autor, 2011.
- CARROLL, Francis M., *The American Presence in Ulster: A Diplomatic History 1796-1996*, Washington D.C, The catholic University of America Press, 2005.
- CARVALHO, Rómulo de, “Recurso a Pessoal Estrangeiro no Tempo de Pombal”, in *Revista de História das Ideias*, Volume 4, Tomo I, 1982.
- CARVALHO, Rómulo de, *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)*, Coimbra, Atlântida, 1759.
- CASSINO, Carmine, *Portugal e a Itália: Emigração, Nação e Memória (1800-1832)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2015.
- CASSINO, Carmine. “Lisboa dos Italianos: Presença Italiana e Práticas de Nacionalidade nos Primeiros Trinta Anos do Século XIX”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2015.
- CASTIGLIONE, Ruggiero, *La Massoneria nelle Due Sicilie e i Fratelli Meridionali del 700*, Napoli, Gangemi Editore, 2008.
- CASTRO, Zília, Osório de, “Antecedentes do Regalismo Pombalino. O Padre José Clemente”, in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.
- CATÃO, Leandro Pena, *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais Durante o Período Pombalino*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

- CECHIELLO, Gaetano, “La Estrategia Antiromana de Bernardo Tanucci Ante Los Acontecimientos de 1768”, in *Revista de Historia Moderna*, nº18, Universidad de Alicante, 2000.
- CESERANI, Giovanna, *Italy's Lost Greece: Magna Graecia and the Making of Modern Archaeology*, Oxford, Oxford University Press, 2012.
- CHILVERS, Ian, *Dizionario dell'arte*, Milano, Baldino Castol di Dalai Editore, 2008.
- CIDADE, Hernâni, *Os Grandes Portugueses*, Volume 2, Partes 14-28, Lisboa, Arcádia, 1975.
- CIRILLO, Giuseppe, “Traffici Amalfitani nel Mediterraneo Moderno: Merci e Fluci Commerciali”, in Mirella Mafrici cura, *Rapporti Diplomatici e Scambi Commerciali nel Mediterraneo Moderno*, Università degli Studi di Salerno Rubbettino, 2004.
- COELHO, José Maria Latino, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Grande Edição Popular, 1905.
- COLLETA, Pietro, *History of the kingdom of Naples, 1734-1825*, Tomo I, Firenze, Felice le Monnier, 1856.
- COLLETTA, Pietro, Horner Susan, *A Century of Despotism in Naples and Sicily*, Bibliolife, 2009.
- CORREIA, Maria Alcina Ribeiro, *Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena de Áustria*, Lisboa, 1965.
- CORTESE, A., *La Politica Estera Napoletana e la Guerra del 1798*, Naples, 1924.
- COSTA, A.M. Amorim da, “As Ciências Naturais na Reforma Pombalina da Universidade. Estudo de Rapazes na Ostentação de Príncipes”, in Ana Cristina Araújo (Coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000.
- COSTA, Fernando Dores, “Os Problemas do Recrutamento Militar no Final do século XVIII e as Questões da Construção do Estado e da Nação”, in *Análise Social*, Volume XXX (130), 1995.
- COSTA, Leonor Freira da, Maria Manuela Rocha, “Remessas do Ouro Brasileiro: Organização Mercantil e Problemas de Agência em Meados do Século XVIII”, in *Análise Social*, nº182, 2007.
- COSTA, Leonor Freire da, Pedro Lains, Susana Münch Miranda, “The Atlantic Economy”, in *An Economic History of Portugal 1143- 2010*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, *Em Torno da Correspondência de Diogo Barbosa Machado*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992.
- COXITO, Amândio, Luís António Verney, *Metafísica*, Volume VI, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- CROCE, Benedetto, *La Storia del Regno di Napoli*. Bari: Laterza & figli, 1925.
- CRUZ, Miguel Alexandre Dantas da, *Portugal Perante o Sistema Internacional Dos Finais do Século XVIII – 1792-1807*, Dissertação de mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, ISCTE, Academia Militar, 2008.
- CRUZ, Miguel Dantas da, “Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio”, *Tempo*, Vol.20, 2014.
- CRUZ, Miguel Dantas da, “The diversification of Portugal’s commercial relations in the late eighteenth century: between discourse and praxis”, in *e-Journal of Portuguese History*, Vol.10, nº1, 2012.
- CRUZ, Miguel Dantas da, *A Neutralidade Portuguesa na Europa da Revolução*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

- CRUZEIRO, Maria Eduarda, “A reforma pombalina na História da Universidade”, in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988.
- CRUZEIRO, Maria Manuela Rocha, *António Genovesi e o Movimento Iluminista no Sul de Itália*, Coimbra, Separata de Biblos, 1979.
- CUNHA, Mafalda Soares da, Nuno Gonçalo Monteiro, “Aristocracia, Poder e Família em Portugal, Séculos XV-XVIII”, in Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco (ed), *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica: Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa e Múrcia Edições, Colibri, 2010.
- DAVIS, John A, *Naples and Napoleon Southern Italy and the European Revolutions 1780-1860*, Nova York, Oxford, 2006.
- DELERUE, Maria Luísa, Eugénio dos Santos, “Para a História da Música em Portugal no Século XVIII”, in *Humanidades*, nº1, janeiro de 1982, Edição da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- DELGADO, Maria Rosalina Pinto da Ponte, *José da Cunha Brochado. O Homem e a sua época (1651-1733)*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2000.
- DIAS, José Sebastião da Silva, “Pombalismo e Projecto Político”, in *Cultura-História e Filosofia*, Vol. II, Lisboa, 1983.
- DIAS, José Sebastião da Silva, *Pombalismo e Teoria Política*, Lisboa, Centro de Historia da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- DOMINGOS, Manuela D, *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do Coleccionador à Biblioteca Publica*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998.
- DOTTORI, Mauricio, *The Church Music of Davide Perez and Niccolò Jommelli, With Especial Emphasis on Funeral Music*, Curitiba, De Artes-UFPR, 2008.
- DURÃES, Margarida, “A Posse da Terra na Região Rural de Braga no Século XVIII”, in *Ler História*, 43, 2002.
- EGIDO, Teófanos, “La Ofensiva Contra los Jesuitas”, in Teófanos Egido (coord.), *Los Jesuitas en España y en el Mundo Hispánico*, Madrid, Amboos Mundos, 2004.
- ELYSIO, Filinto, *Elogio do doutor Antonio Nunes Ribeiro Sanches*, Tomo IX, Paris, A. BOBÉE, 1819.
- FALKNER, James, *The War of the Spanish Succession 1701-1714*, Yorkshire, Pen and Sword Books, 2015.
- FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008.
- FARIA, Ana Maria Homem Leal de, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um Diplomata Moderno. 1618-1680*, Lisboa, Instituto Diplomático- Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.
- FARIA, Ana Maria Homem Leal, *O Tempo dos Diplomatas. Estudo sobre o Processo de Formação da Diplomacia Moderna e o Seu Contributo na Tomada de Decisão Política*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2003/2004.
- FARIA, António Portugal de, *Portugal e Itália*, Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1898.
- FEATHERSTONE, Mike, *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*, São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- FEDI, Maria, *Tuo Lumine: l'Accademia dei Risvegliati e lo Spettacolo a Pistoia tra Sei e Settecento*, Firenze, Firenze UniversityPress, 2010.
- FERNANDES, Cristina, “A Música Sacra no Período Pombalino”, in *Revista Camões*, nº 15/16, 2003.

- FERNANDES, Cristina, “Patronos da Arte dos Sons: a Actividade Musical na Patriarcal e na Capela Real de Lisboa entre 1750 e 1807”, in *Invenire– Revista dos Bens Culturais da Igreja*, nº5, 2012, p. 19. <http://geneall.net/en/name/1302753/michele-mazziotti/>
- FERNANDES, Cristina, Alberto Pacheco, *Dicionário Biográfico Caravelas*, Núcleo de Estudos da História da Música Luso- Brasileira, 2010, in [http://www.caravelas.com.pt/CORDEIRO\\_DA\\_SILVA\\_JOAO\\_junho\\_2010.pdf](http://www.caravelas.com.pt/CORDEIRO_DA_SILVA_JOAO_junho_2010.pdf)
- FERRARI, Maria Claudia, “Una Controversia di Política Estera. La Riversione del Piacentino,” in *Bernardo Tanucci Statista Letterato Giurista, Atti del Convegno Internazionale e di Studi per il Secondo Centenario, 1783-1783*, a cura di R. Ajello e M. D’Addio, Napoli, Vol. I, 1988.
- FERREIRA, Licínia Rodrigues, “A passagem dos Setar em Portugal: Ópera depois do terramoto de 1755”, in *Revista Portuguesa de Musicologia*, 4/2, 2017.
- FERREIRA, Marco Clemente, “Os Demarcadores do Tratado de Madrid (1750) e as Reformas Pombalinas do Ensino”, in *IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, Novembro de 2011.
- FLASSAN, M. de, *Histoire Générale et Raisonnée de la Diplomatie Française ou de la politique de la France Depuis la Fondation de la Monarchie, jusqu’à la fin du règne de Louis XVI; Avec des Tables Chronologiques de tous les Traités conclus par la France*, 7 tomos, Paris, Imprimerie de Crapelet, 1811.
- FLORIMO, Francesco, *Cenno Storico Sulla Scuola Musicale di Napoli*, Vol. II, Napoli, Tipografia di Lorenzo Rocco, 1871.
- FRANCESCHI, Fabio, “Le Istituzioni Ecclesiastiche nel Settecento in Italia tra Potere Spirituale e Potere Secolare”, in *Stato, Chiese e Pluralismo Confessionale*, Rivista Telematica, Dicembre 2010, p.23.
- FRANCO, José Eduardo, “A Visão do Outro na literatura Anti- Jesuítica em Portugal: De Pombal à Primeira República.” in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 12, 2000.
- FRANCO, José Eduardo, “O Terramoto Pombalino e a Campanha de Desjesuitização”, in *Lusitana Sacra, Catolicismo e Sociedade na Época Moderna: O Terramoto de 1755*, 2ª Série, Tomo XVIII, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2006.
- FRANCO, José Eduardo, Anabela Rita, *O Mito do Marquês Pombal. A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria*, Lisboa, Prefácio, 2004.
- FRASER, Antonia, *Marie Antoinette: The Journey*, New York, Anchor Books, 2001.
- FRAZÃO, Luís, *História Postal da Cidade do Porto na Era Pré –Adesiva*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2006.
- GAGLIARDO John G., *Enlightened Despotism*, Harlan Davidson, 1967.
- GARCÍA, Juan Antonio Alejandro, Sánchez María Jesús Torquemada, “La expulsión de los Jesuitas del Reino de Nápoles: Algo más que una Obsesión”, in *Cuadernos de Historia del Derecho*, nº7, 2000.
- GARCÍA, Mar Arenas, “El Embajador Portugués Francisco Almada e Mendonça en el Proceso de Extinción de la Compañía de Jesús (1768-1773)”, in Martínez Fernández, José Enrique y Álvarez Méndez Natalia (coords.), *El mundo del Padre Isla*, León, Universidad de León, 2005.
- GARCÍA, Mar Arenas, “La Compañía de Jesús en la Deducción Cronológica y Analítica Pombalina”, in *Revista de Historia Moderna*, Anales de la Universidad de Alicante, Nº 21, 2003.

- GARCÍA, Mar Arenas, “La Intervención de María Ana Victoria de Borbón en las Relaciones Diplomáticas Hispano-Portuguesas (1758-1773)”, in María José Pérez Álvarez e Alfredo Martín García (eds.), *Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas el Mundo Hispano*, León, Fundación Española de Historia Moderna, 2012.
- GARCÍA, Mar Arenas, “La Protección del Anti jesuitismo Portugués en España (1758-1762)”, in José Martínez Millán, Henar Pizarro Llorente, Esther Jiménez Pablo (Coord.), *Los Jesuitas. Religión, Políticay Educación (Siglos XVI-XVIII)*, Tomo III, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 2012.
- GENOVESI, Antonio, *Lezioni di Commercio o sai d’Economia Civile*, II parte, Venezia, Spese Remondini, 1769.
- GILABERT, Francisco Martí, *Carlos III y la Política Religiosa*, Madrid, Rialp, 2004.
- GILIBERTI, Vito, *Polizia Ecclesiastica Del Regno Delle Due Sicilie*, Napoli, Presso Francesco Azzolino, 1845.
- GIUSTINIANI, Lorenzo, *Memorie Istoriche Degli Scrittori Legali Del Regno Di Napoli*, Volume 2, Napoli, Stamperia Simoniana, 1788.
- GOMES, Joaquim da Conceição, *Descrição Minuciosa do Monumento de Mafra: Idéa Geral da sua Origem e Construção e dos Objectos mais importantes que o Constituem*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.
- GOUVEIA, António Camões, “Estratégias de Interiorização da Disciplina”, in António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Vol. IV, História de Portugal, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 379.
- GREENE, John C., *Theatre in Dublin, 1745-1820: A Calendar of Performances*, Volume 3, United Kingdom, Lehigh University Press, 2011.
- GRIFFIN, Thomas, *Musical References in the Gazzetta di Napoli, 1681-1725*, Berkley, Scarecrow Press, 1993.
- GUASTI, Niccolò, *Lotta Politica e Riforme all’Inizio del Regno di Carlo III: Campomanes e l’Espulsione dei Gesuiti dalla Monarchia Spagnola (1759-1768)*, Firenze, Alinea Editrice, 2006.
- HESAPANHA, António Manuel, “Os Poderes do Centro”, in António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, História de Portugal, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- HOCHEDLINGER, Michael, *Austria’s Wars of Emergence 1683-1797*, London, Pearson Education Limited, 2003.
- IMBRUGLIA, Girolamo, “Jansenist Jurisdictionalism and Enlightenment: Two ways of Thinking Politics in Mid- Eighteenth Century Naples”, in Cesare Cuttica and Glenn Burgess edition, *Monarchism and Absolutism in Early Modern Europe*, London, Routledge, 2016.
- IMBRUGLIA, Girolamo, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- JOLY, Jacques Créteineau, *Clemente XIV y los Jesuitas, o Sea Historia de la Destrucción de los Jesuitas*, Madrid, Establecimiento Tipográfico Literario de D. Nicolas de Castro Palomino y Compañia, 1848.
- KAMEN, Henry, *Who’s who in Europe, 1450-1750*, London, Routledge, 2000.
- KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens. (1736-1756)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna, Universidade de Lisboa, 2011.

- LABOURDETTE, Jean François, *História de Portugal*, Porto, Dom Quixote, 2001.
- LIDLAW, Anne “Mining the Early Published Sources”, in John J. Dobbins and Pedar W. Foss edition, *The World of Pompeii*, New York, Routledge, 2007.
- LANCASTER, Jordan, *In the Shadow of Vesuvius: A Cultural History of Naples*, London, Tauris Parke Paperbacks, 2008.
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora de Marcos Moreira & Companhia, 1874.
- LICATESE, Alberto, *Alessio Simmaco Mazzocchi*, Santa Maria Capua Vetere, Edizioni Spartaco, 2001.
- LIGUORI, Alfonso M. de, *Recolte di Lettere Edite ed Inedite*, Parte Prima, Napoli, Gabinetto Letterario, 1841.
- LOPES, António, “Loucas Relações Entre Clemente XIV e Pombal Sobre a Extinção da Companhia de Jesus”, in *Lusitana Sacra*, 2ª Serie, 18, 2006.
- LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna: Guia de Estudo e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- LOPEZ, Alicia, “Las Virtuosas Cortesanas en los Reales Sitios”, in Luciano García Lorenzo (ed.), *Autoras y Actrices en la Historia del Teatro Español*, Spain, Universidad de Murcia, 2000.
- LÓPEZ, Enrique Giménez, “Portugal y España ante la extinción de los Jesuitas” in, Manfred Tiez (ed.), *Actas del Coloquio Internacional Los jesuitas Españoles Expulsos. Su imagen y su Contribución al Saber Sobre el Mundo Hispánico en la Europa del siglo XVIII*, Berlín, Vervuert Iberoamericana, 2001.
- MACCHIAROLI, Gaetano, *Napoli e Filippo II: la Nascita della Società Moderna nel Secondo Cinquecento*, Napoli, a cura di I. Ascione, 1998.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.
- MACHADO, Cyrillo Volkmar, *Collecao de Memorias Relativas às Vidas dos Pintores e Escultores, Architetos e Gravadores Portugueses, e dos Estrangeiros que Estiveram em Portugal*, Lisboa, Imp. de Vitorino Rodrigues da Silva, 1823.
- MAGALHÃES, José Calvet, *Breve História Diplomática de Portugal*, Sintra, Publicações Europa-América, 1990.
- MAIORINI, Maria Grazia, “The Capital and the Provinces”, in Girolamo Imbruglia Edition, *Naples in the Eighteenth Century: The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “Músicos na câmara de D. José I ”in Virgínia Rau (Dir.), *Revista do Tempo e da História*, Volume I, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1965.
- MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 2ª edição, 1992.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “O Tempo de Pombal”, in, Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Pombal’s Government: Between Seventeenth-Century Valido and Enlightened Models” in Gabriel Paquette (Edition), *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies , 1750–1830*, Trinity College, Cambridge, ASHGATE, 2009.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2008.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha”, in *e-JPH*, Vol. 5, number 2, Winter 2007.
- MONTRONI, Giovanni, “The Court: Power Relations and Forms of Social Life”, in Girolamo Imbruglia Edition, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- NAPOLI, Maria Consiglia, Giuseppe Maria Galanti. *Letterato ed Editore nel Secolo dei Lumi*, Milano, Franco Angeli, 2012.
- NETO, Margarida Sobral, “Formas de Acesso à Posse da Terra e à Fruição de Rendimentos Fundiários em Portugal na Época Moderna: o Caso da Enfiteuse”, in *XIV Congresso Internacional de Historia Agrária*, Badajoz, 2013.
- O’KELLY, Helen Watanabe, “The Consort in the Theatre of Power: Maria Amalia of Saxony, Queen of the Two Sicilies, Queen of Spain”, in Helen Watanabe O’Kelly and Adam Morton edition, *Queens Consort, Cultural Transfer and European Politics, C.1500-1800*, London, Routledge, 2017.
- OLIVAL, Fernanda, Nuno Gonçalo Monteiro, “Mobilidade Social nas Carreiras Eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”, in *Análise Social*, Volume 165, 2003
- PANICO, Pietro, “LaConfraternita Dei Morti di Tricase nel Giurisdizionalismo Napoletano del XVIII Secolo”, in *Itinerari di Ricerca Storica*, XXVII, 2013.
- PAOLINO, Giovanni Giuseppe Origlia, *Istoria dello studio di Napoli*, Volume 2, Napoli, Stamperadi Giovanni di Simone, 1752.
- PAQUETTE, Gabriel B, “Empire, Enlightenment and Regalism: New Direction in Eighteenth Century Spanish History”, in *European History Quarterly*, Cambridge, SAGE Publications, 2005.
- PAQUETTE, Gabriel B., *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies in the Long Eighteenth Century*, Londres, Ashgate, 2009.
- PAULA, Mara Raquel Rodrigues de, *Pascoal Parente e a Pintura Setecentista em Portugal*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.
- PELLERIN, AGNÈS, *Les Portugais à Paris: au fildes Siècles & des Arrondissements*, Paris, Editions Chandeigne, 2009.
- PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura Barroca em Portugal*, Lisboa, ICALP, 1986.
- PEREIRA, Rui Miguel Marcelino Tavares, “Pombal e a Censura Iluminista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (Coord), *Dez Luzes Num Século Ilustrado*, Alfragide, Caminho, 2013.
- PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE, 2010.
- PITA, João Rui, *Ciência e Experiência. Formação de Médicos, Boticários, Naturalistas e Matemáticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- POZZO, Luigi Del, *Cronaca Civile e Militare delle Due Sicilie Sotto la Dinastia Borbonica*, Napoli, Stamperia Reale, 1857.
- PRESTAGE, Edgar, *D. Francisco Manuel de Melo. Esboço Biográfico*, Coimbra, 1914.
- PRESTAGE, Edgar, *O Dr. António de Sousa de Macedo, Residente de Portugal em Londres 1642-1646*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1916.

- QUADROS, Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e, *Alessandro Giusti (1715-1799) e a Aula de Escultura de Mafra*, Volume I, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- RAMOS, Luís António de Oliveira, “Pombal e o Esclavagismo”, in *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, 1971.
- RAMOS, Luís António de Oliveira, *Sob o Signo das Luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.
- RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2010.
- RAMOS, Pedro Manuel Amaral, “A Instituição Consular no Porto do Século XVIII: Subsídios para a Definição dos seus Contornos.”, in *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, Vol. 4, 2003.
- RAO, Anna Maria, “The Feudal Question, Judicial systems and the Enlightenment”, in Girolamo Imbruglia Edition, *Naples in the Eighteenth Century The Birth and Death of a Nation State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton sobre Occurrencias do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Londres, H. Bryer, 1813.
- RECCA, Cinzia, “Sentimenti e Politica.” *Il Diario Inedito della Regina Maria Carolina di Napoli*, Milano, Franco Angeli, 2014.
- RECCHO, Giuseppe, *Notizie: di Famiglie Nobili ed Illustri della Citá e Regno di Napoli*, Napoli, Presso Domenico Antonio e Nicola Parrino, 1717, p. 168.
- RENDA, Francesco, *Bernardo Tanucci e i beni dei gesuiti in Sicilia*, Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1974.
- RENDA, Francesco, *Il Riformismo di Bernardo Tanucci. Le Leggi di Eversione dell’Asse Gesuitico 1767-1773*, Serie I, Documenti, Vol. II, Catania, Tipografia dell’ Università di Catania, 1969.
- RENZI, Salvatore De, *Tre Secoli di Rivoluzioni Napolitane*, Napoli, Tipografia D’Angelilli, 1866.
- RIBEIRO, Ana Sofia Vieira, *Convívios Difíceis Viver, Sentir, Pensar a Violência no Porto de Setecentos (1750-1772)*, Porto, CITCEM, 2012.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda Ribeiro, *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*, São Paulo, Arte & Ciência Editora, 2002.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Tomo IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874.
- ROBERTSON, John, *The Case for The Enlightenment: Scotland and Naples 1680-1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- ROCHA, Jefferson Marçal da, *As Raízes da Crise da Metade Sul: Estudo da Formação Econômica do Rio Grande do Sul*, Jaguarão, Unipampa, 2011.
- ROSSA, Walter, *Fomos Condenados à Cidade: Uma Década de Estudos Sobre Património Urbanístico*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- RUSSO, Luigi, “Luigi Macedonio, Autorevole Ministro e Consigliere di Stato del Regno di Napoli (1764-1840)”, in *Rivista di Storia e Cultura del Mediterraneo*, II, n. 2, 2016.
- SALDANHA, Nuno, “Árcades e Jesuítas. Agostino Masucci e a Vida de Santo Inácio. Contributo para o Estudo da Génese do Mecenato Joanino”, in *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Volume 15, IIª Série, Centro de História da Cultura, 2002.

- SALES, Ernesto Augusto Pereira, *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Comissão de História Militar, 1936.
- SALVATORELLI, Luigi, *Sommario della Storia d'Italia*, Torino, Einaudi, 1974.
- SAMPAYO, Luís Teixeira de, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Subsídios para o Estudo da História da Diplomacia Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- SANTILLI, Gabriele, *Alessio Simmaco Mazzocchi e le Due Tavole Eracleesi*, Caserta, G. Nobile e c<sup>a</sup>, 1868.
- SANTOS, Ana Isabel, Ana Paula Jardim, “Marquesa de Alorna,” in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org), *Dez luzes num Século Ilustrado*, Oeiras, Caminho, 2013.
- SANTOS, Ana Isabel, Ana Paula Jardim, “Pombal e a Censura Iluminista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org), *Dez luzes Num Século Ilustrado*, Lisboa, Caminho, 2013.
- SANTOS, Cândido dos, *O Jansenismo em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- SANTOS, José Maria dos, *Catálogo da Coleção de Miscelâneas - Tomo 8 (Vols. DCLI a DCXCV)*, Coimbra, Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1976.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VI, “O Despotismo Iluminado (1750-1807)”, Lisboa, Verbo, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal, o Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Edição Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.
- SERRÃO, José Vicente, “A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?”, in Márcia Motta (org), *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2007
- SERRÃO, José Vicente, “Guerra dos Sete Anos e Portugal”, in José Costa Pereira (coord) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986.
- SERRÃO, José Vicente, “Marquês de Pombal”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986.
- SERRÃO, José Vicente, “O Quadro Económico”, in *História de Portugal*, Volume IV, Direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, 1998.
- SERRÃO, José Vicente, “Os Impactos Económicos do Terramoto” in Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão e Walter Rossa (Org.), *O Terramoto de 1755 Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007
- SERRÃO, José Vicente, “Pombalismo”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986.
- SERRÃO, José Vicente, “Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo”, in Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Domingues, Nuno Gonçalo Monteiro (ed), *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Veja, 1986.
- SERRÃO, José Vicente, “Tratado de Madrid”, in José Costa Pereira (coord), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Volume II, Alfa, 1986.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, “Os índios do Brasil à Luz da Lei Portuguesa (sécs. XVII e XVIII)”, in Luís António de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia (org.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume II, Porto, Faculdade de Letra da Universidade do Porto, 2001.
- SILVA, José Seabra da, *Dedução Chronologica e Analytica*, parte segunda, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1768.

- SIMÕES, Ana, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo, *José Francisco Correia da Serra, Itinerários Histórico- Naturais*, Porto, Porto Editora, 2003.
- SODANO, Giulio, “L'Aristocrazia Napoletana e l'Eversione della Feudalità: un Tonfo Senza Rumore? in Ordine e Disordine”, in *Amministrazione e Mondo militare nel Decennio Francese*, a cura di R. De Lorenzo, Napoli, 2012.
- SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.
- SPEELMAN, Patrick J, “Strategic Illusions and the Iberian War of 1762”, in Mark H. Danley and Patrick J. Speelman Ed., *The Seven Years War: Global Views*, Leiden, BRILL, 2012.
- STAFFORD, William C., *History of Music*, Edinburgh, Constable and co., 1830.
- STANLEY, Sadie, *Mozart: The Early Years 1756-1781*, Oxford, Oxford University Press, 2006.
- STAPELBROEK, Koen, *Love, Self-deceit, and Money: Commerce and Morality in the Early Neapolitan Enlightenment*, Toronto, University of Toronto Press, 2008.
- STONE, Harold Samuel, *Vico's Cultural History: The Production and Transmission of Ideas in Naples 1685- 1750*, Leiden, E.J. Brill, 1997.
- SUBTIL, José, “Evidence for Pombalism: Reality or Pervasive Clichés?”, in *JPH*, Vol. 5, number 2, Winter 2007.
- SUBTIL, José, “O Processo Político (1621-1807) ”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, História de Portugal, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- SUBTIL, José, “Os Poderes do Centro”, in António Manuel Hespanha (coord), *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, História de Portugal, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- SUBTIL, José, *Terramoto Politico (1755-1759) Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006.
- TAVARES, Rui, “Lembrar, Esquecer, Censurar: Pombal, A Censura e as Luzes,” in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (Org.), *Dez Luzes num Século Ilustrado*, Lisboa, Caminho, 2013.
- TAVARES, Rui, “Pombal e a Censura Iluminista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (Org.), *Dez luzes num Século Ilustrado*, Lisboa, Caminho, 2013.
- TEAGUE, Michael, Manuela Rocha, *Abade José Correia da Serra: Documentos do seu Arquivo (1751-1795): Catálogo do Espólio*, Lisbon, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997.
- TEDESCO, Anna, “La Ciudad como Teatro”, in A. Bombi, Juan J. Carreras, Miguel Á. Marín (eds), *Musica y Cultura Urbana en la Edad Moderna*, Valência, Puv, 2005.
- TEÓFANES EGIDO, “El Siglo XVIII: Del Poder a la Extinción”, in Egido Teófanos coord., *Los Jesuitas en España y en el Mundo Hispánico*, Madrid, Centro de Estudios Hispánicos e Ibero-americanos, 2004.
- TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo e, Manuel de Castro Pereira, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal: Acompanhada das Noticias Biográficas de Alguns Indivíduos das Mesmas Famílias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, p.18.
- VASCONCELLOS, Joaquim de, *Os Músicos Portugueses Biographia-Bibliographia*, Volume II, Porto, Imprensa Portuguesa, 1870.
- VASCONCELOS, José Manuel, “Antecedentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. A Caminho da Fusão da Medicina com a Cirurgia. Etapas da Afirmação Institucional de uma Profissão”, in *História. Revista da FLUP Porto*, IV série, Volume 4, 2014.

- VAZ, Francisco Lourenço, “A Difusão das Ideias Económicas de António Genovesi em Portugal”, in Zília Osório de Castro e António Camões Gouveia (Coord.), *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Volume 11, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- VENTURI, Franco, *Church and Reform in Enlightenment Italy*, Chicago, University of Chicago Press, 1976.
- VENTURI, Franco, *Settecento riformatore*, vol. 2, *La Chiesa e la repubblica dentro i loro limiti, 1758-1774*. Torino: Einaudi, 1976.
- VENTURI, Franco, *Utopia and Reform in the Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University press, 1971.
- VILELA, José Luís, “Os Correios em Portugal”, in *Correios em Direto*, 1991.
- VIOL, Jean Pierre, *Novelle Interessanti in Proposito Degli Affari del Portogallo e dell' Attentato Comnesso A' 3 Settembre MDCCLVIII Sulla Sagra e Real Persona di Sua Maesta Fedelissima Giuseppe I*, Berna, Tomo 0, Stamperia della Suprema Reggenza Elvetica, 1761.
- VOVK, Justin C., *In Destiny's Hands*, London, Lulu.com, 2009.
- WEIGLEY, Russell F, *The Age of Battles: The Quest for Decisive Warfare from Breitenfeld to Waterloo*, Indiana, Indiana University Press, 2004.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

# ANEXOS

## Anexo I

### Representantes diplomáticos de Portugal e de Nápoles (1753-1777)

#### Representação de Portugal em Nápoles

Posto	Nome	Cargo	Início de Funções	Termo de Funções
Nápoles	José da Silva Pessanha	Ministro Plenipotenciário	1753	1759
Nápoles	Aires de Sá e Melo	Ministro Plenipotenciário	1760	1764
Nápoles	José de Sá Pereira	Ministro Plenipotenciário	1764	1808
Nápoles	Miguel Lopes da Fonseca	Encarregado da Correspondência	1772	1776

#### Representação de Nápoles em Portugal

Posto	Nome	Cargo	Início de Funções	Termo de Funções
Lisboa	Carlos de Guevara	Ministro Plenipotenciário	1753	1757
Lisboa	Giuseppe Maturi	Secretário de Legação(Ministro Interino)	1757	1761
Lisboa	Michele Pignatelli	Ministro Plenipotenciário	1761	1763
Lisboa	Giambattista Albertini (Príncipe de Cimitile)	Ministro Plenipotenciário	1763	1765
Lisboa	Vespasiano Macedonio	Ministro Plenipotenciário	1767	1772
Lisboa	Niccola Piansante	Secretário de Legação	1772	1776
Lisboa	Salvatore Montaperto (Príncipe de Raffadali)	Ministro Plenipotenciário	1776	1782
Lisboa	Giuseppe Moreschi	Cônsul	Década de 1740 – ano incerto	1762

## Anexo II

### Catálogo (sumário) da documentação da Legação de Nápoles em Portugal

(Archivio di Stato di Napoli - Ministero degli Affari Esteri)

<b>ASN-Esteri, Busta 918</b>	
Portici, 30 de Abril de 1753	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Carta que informa Guevara que S. Majestade o nomeou para seu Ministro Plenipotenciário na corte de Portugal.
Pallazo, 21 de Julho de 1753	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Informa Guevara quanto vai receber anualmente no seu emprego em Lisboa.
Pallazo, 21 de Julho de 1753	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Informa que serão cobertas as despesas extraordinárias consequentes da viagem de Guevara para Lisboa e do seu primeiro estabelecimento naquela corte.
Nápoles, 29 de Julho de 1753	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Questiona acerca do modo de pagamento das suas mesadas.
Pallazo, 2 de Agosto de 1753	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Confirma que o rei aceitou o pedido de Guevara a um adiantamento de 35 Ducados, ainda antes da sua viagem para Lisboa.
Pallazo, 2 de Agosto de 1753	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Ordem para disponibilizar a D. Carlos de Guevara 35 Ducados antecipados que serão descontados dos 1000 Ducados anuais que vai receber.
Roma, 29 de Outubro de 1753	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Passagem de Guevara por Roma no seu caminho até Lisboa. Encontra-se em Roma co José da Silva Pessanha, Ministro Plenipotenciário português para a corte de Nápoles.

Portici, 13 de Novembro de 1753	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de carta de Guevara escrita em Roma a 29 de Outubro. Sugere que Guevara ilumine Pessanha sobre o funcionamento da corte napolitana.
Génova, 17 de Novembro de 1753	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Informa sobre o acidente de cavalo de um correio de Nápoles.
Génova, 20 de Novembro de 1753.	<b>De Carlos de Guevara para Sebastião José de Carvalho e Melo</b> Informa Carvalho e Melo de que foi nomeado Ministro de Nápoles em Lisboa. Avisa que já iniciou a sua viagem para Lisboa, estando na altura em Génova. Pede a Carvalho que envie o seu passaporte para Madrid.
Caserta, 11 de Dezembro de 1753	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Carta a desejar a Guevara continuação de boa viagem para Lisboa.
Barcelona, 29 de Dezembro de 1753	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Avisa que saiu de Génova a 25 de Novembro. Avisa que partirá de Barcelona para Madrid no dia seguinte.
Madrid, 8 de Janeiro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Informa da boa receção que teve na corte de Madrid.
Madrid, 8 de Janeiro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz ter recebido carta de Fogliani, na qual o Marquês fala de quatro jarras que deviam ter sido enviadas de Lisboa para Nápoles pelo cônsul Moreschi.
Lisboa, 30 de Dezembro de 1753	<b>De Sebastião José de Carvalho e Melo para Carlos de Guevara</b> Informa que os passaportes para Guevara e família não foram remetidos para Madrid por serem desnecessários, pois já teriam sido dadas ordens para não haver qualquer restrição à entrada de Guevara em Portugal, em Elvas e outros locais do caminho.
S. Ildefonso, 14 de Janeiro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Guevara informa que está em S. Ildefonso com o Ministro de Nápoles em Espanha, o Duque S. Elisabeta. Tem uma audiência com a Rainha mãe, Elisabete Farnesio.
Caserta, 5 de Fevereiro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Guevara é informado da prisão de duas pessoas que estavam ao serviço doméstico de Silva Pessanha. Revela que a residência de Pessanha em Nápoles está situada na estrada real, que de Nápoles conduz a Portici. Alguns membros da família do Ministro Plenipotenciário português já se encontravam na dita casa.

Madrid, 5 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Afirma que a sua demora em Madrid se deve à falta de passaporte para seguir para Lisboa.</p> <p>Diz que Carvalho e Melo tinha assegurado o envio do passaporte de Guevara para Madrid, mas a 5 de Fevereiro ainda não tinha chegado nada.</p>
Madrid, 8 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Acusa receção de cartas de Fogliani.</p> <p>Fala da família real espanhola.</p>
Caserta, 12 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Informa que o rei de Nápoles ficou satisfeito por Guevara ir a S. Ildefonso cumprimentar a rainha sua mãe.</p>
Caserta, 12 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Em Nápoles apoiam a decisão de Guevara se manter em Madrid dada a falta de Passaporte.</p>
Madrid, 12 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Guevara espera de Nápoles a notícia da chegada de Pessanha, que prova as boas intenções da corte de Portugal, ficando assim persuadido que o atraso das respostas de Carvalho e do passaporte se devem à lenteza dos correios.</p> <p>Guevara já sabe que uma carta de Carvalho foi enviada para Badajoz.</p>
Madrid, 19 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Diz saber da chegada de José da Silva Pessanha e que este já teve a primeira audiência co S. Majestade.</p>
Madrid, 22 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Guevara começa a suas audiências de despedida da corte de Espanha</p>
Madrid, 26 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Informa que recebeu a carta de Carvalho e Melo com data de 30 de Dezembro, que lhe diz não necessitar de passaporte na continuação da sua viagem.</p>
Madrid, 29 de Fevereiro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Justifica que teria já partido para Lisboa, depois de 20 de Fevereiro, não fosse a falta de passaporte.</p>
Madrid, 5 de Março de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Recebe carta de Fogliani com data de 5 de Fevereiro.</p>
Madrid, 5 de Março de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Guevara demora-se em Madrid por falta de passaporte.</p> <p>O Conde de Unhão escreve a Carvalho e Melo a explicar a demora do Ministro napolitano mas não obteve até então qualquer resposta por parte do português.</p> <p>Carta com uma frase em Cifra a opinião que gera em Madrid a conduta de Carvalho.</p> <p>Fala da sua opinião sobre a conduta de Carvalho e Melo.</p>

Nápoles, Março de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Fogliani fala do passaporte de Guevara. Defende que o atraso d passaporte, não se deve a uma má-fé, por parte de Carvalho e Melo.
Caserta , 12 de Março de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Diz que Guevara deverá seguir viagem e que, com certeza, confiando na carta que Carvalho dirigiu a Badajoz e que em Badajoz estará tudo tratado para a continuação da sua viagem para Lisboa, em segurança. Informa da chegada de Silva Pessanha a Nápoles.
Madrid, 12 de Março de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Fala sobre a falta de passaporte, culpando Carvalho e Melo pela falta do mesmo.
Caserta, 19 de Março de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Insiste-se na partida de Guevara para Lisboa.
Madrid, 19 de Março de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que o Embaixador de Espanha em Lisboa lhe escreveu a dizer que entregou nas mãos da rainha de Portugal uma carta a ela dirigida pelo Rei de Nápoles, seu irmão.
Madrid, 26 de Março de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que encaminhou pela via do Embaixador de Espanha em Lisboa a carta que o rei de Nápoles escreveu à Rainha de Portugal.
Nápoles, 2 de Abril de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Diz que a carta que Carvalho enviara a Guevara a 30 de Dezembro do passado ano, foi recebida em Badajoz, por se fazer conta da passagem do Ministro de Nápoles por lá. Diz que qualquer que tenha sido o motivo da demora de Guevara em seguir para Lisboa, não agrada ao soberano de Nápoles.
Madrid, 2 de Abril de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz ter recebido o correio de Nápoles com as ordens para partir de Madrid para Lisboa, sem demora alguma. Audiência de despedida na corte espanhola.
Madrid. 5 de Abril de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que vai partir para Lisboa no dia seguinte, a 6 de Abril.
Portici, 16 de Abril de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Confirma a receção das cartas de 19 e 26 de Março. Saúde da família real napolitana.
Portici, 23 de Abril de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Ordem para Guevara se dirigir de Madrid para Lisboa.

Lisboa, 23 de Abril de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Guevara informa que chegou a Lisboa a 19 de Abril de 1754. Informa que avisou logo o embaixador espanhol e Carvalho e Melo da sua chegada a Lisboa. A 22 teve audiência a família real portuguesa. Explica o percurso da sua viagem desde Madrid até Lisboa. Foi acompanhado por 8 soldados de cavalaria até Elvas e depois Estremoz.
Nápoles, 30 de Abril de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa a receção da carta de Guevara de 5 de Maio.
Lisboa, 30 de Abril de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Recomenda, a Fogliani o correio Giuseppe Bruno, que o acompanhou na sua longa viagem até Lisboa.
Lisboa, 30 de Abril de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz ter sido recebido em casa de Carvalho e Melo. No dia seguinte teve audiência com os reais infantes D. Pedro, D. António. A 27 de abril teve audiência com o infante D. Emanuel.
Lisboa, 7 de Maio de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que foi bem acolhido pelos reis de Portugal e por Carvalho e Melo. No dia 1 de Maio teve primeira audiência com a Rainha.
Lisboa, 14 de Maio de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Informa da chegada de uma frota vinda do Rio de Janeiro com mercadorias como marfim, peles, ouro, diamantes e topázio.
Lisboa, 14 de Maio de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Agradece um adiantamento de mesada.
Lisboa, 21 de Maio de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Ofício com um parágrafo escrito em cifra, a decifração é feita no fim do ofício com a letra de Fogliani e refere-se aos rumores de um matrimónio vantajoso entre o príncipe de Nápoles com uma das infantas portuguesas.
Lisboa, 4 de Junho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Família real encontra-se bem. Esteve na presença da rainha, no dia de S. Fernando por se solenizar o nome de S. M. Católica. Fala na nomeação de Ricardo Wall para Secretário de Estado e de Despacho Universal, por Morte de José Carvalhal.

Nápoles, 4 de Junho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Diz ter recebido, por via de Espanha, as primeiras cartas de Guevara enviadas de Lisboa.
Portici, 11 de Junho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Pede para ser informado da saída da próxima embarcação para Lisboa, a fim de poder nela enviar um retrato da família real de Nápoles para os reis de Portugal.
Portici, 11 de Junho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Diz que não tem recebido as cartas de Guevara por falta dos correios de Espanha.
Lisboa, 11 de Junho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Fala sobre a saúde dos membros da família real portuguesa.
Portici, 25 de Junho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Informa que seguem, para Lisboa, pela via do Cônsul de Nápoles em Génova as duas caixas com os retratos da família real de Nápoles.
Portici, 25 de Junho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa a receção de duas cartas de Guevara com a data de 14 de Maio daquele ano. Informa que o rei de Nápoles se mostra contente com a conduta de Guevara, em Lisboa.
Lisboa, 25 de Junho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Fala da sua boa relação e partilha epistolar com o Embaixador de Inglaterra em Lisboa. Menciona a possibilidade da estadia de um navio inglês, procurado, em Gibraltar.
Lisboa, 28 de Junho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Faz a corte à rainha e ao infante D. António
Lisboa, 2 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Audiência com os reis e com o infante D. Pedro em Belem.
Portici, 2 de Julho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Confirma a receção de duas cartas de Guevara pela via de Espanha. Diz que o Rei de Nápoles não pensa, no momento, em estabelecer nenhum negócio matrimonial com a casa real portuguesa.
Portici, 4 de Julho de 1754.	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Participa o nascimento de um novo príncipe de Nápoles.

Lisboa, 9 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que Carvalho e Melo está satisfeito com a presença de Guevara em Lisboa e que o mesmo envia saudações a Fogliani.
Portici, 9 de Julho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde dos soberanos de Nápoles.
Portici, 16 de Julho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Estado de Saúde dos soberanos. Boa recuperação pós parto da rainha de Nápoles. Envio de óperas de Nápoles para Lisboa.
Lisboa, 18 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Entrega carta do Rei de Nápoles à Rainha de Portugal. Fala da lentidão e alto custo do trabalho dos carpinteiros portugueses, nas obras da sua residência. Diz que os preços em Lisboa são extravagantes.
Lisboa, 23 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Portici, 23 de Julho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Envia óperas para Lisboa. Segue uma carta do rei de Nápoles para a irmã, Rainha de Portugal.
Lisboa, 25 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Acusa a receção de carta de Fogliani pela via de um correio enviado por José da Silva Pessanha, Ministro de Portugal em Nápoles.
Lisboa, 29 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Informa da atribuição ao Rei de Portugal do título de S. Majestade Fidelíssima.
Lisboa, 29 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Médico aconselha extrema-unção à Rainha-mãe.
Lisboa, 29 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Entrega pessoalmente à Rainha de Portugal uma carta que informa do nascimento de uma infanta em Nápoles. A carta com as mesmas notícias destinadas ao Rei foi entregue por intermédio de Carvalho e Melo.
Portici, 30 de Julho de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Envia ópera de Roma para a Rainha de Portugal.
Lisboa, 30 de Julho de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Avisa da efemeridade da Rainha-mãe de Portugal.
Portici, 6 de Agosto de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Envia a ópera intitulada “L’ Arface” ultimamente representada no teatro S. Carlos de Nápoles.

Lisboa, 6 de Agosto de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Nápoles, 13 de Agosto de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Agosto de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Pede que lhe seja enviada ópera pela via do Ministro de Nápoles em Espanha, para entregar à Rainha de Portugal.
Lisboa, 14 de Agosto de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Notícia da morte da Rainha- Mãe.
Nápoles, 20 de Agosto de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Pede a Guevara que transmita a Carvalho a disponibilidade dos seus serviços, naquilo que possa auxiliar.
Lisboa, 20 de Agosto de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Recebe 3 óperas por via do Conde de Perelada, Embaixador de Espanha em Lisboa, para apresentar, posteriormente, à rainha. Pratica o mesmo luto que os Ministros de Espanha e França, pela morte da Rainha-mãe.
Nápoles, 21 de Agosto de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção das cartas de 25 e 29 de Julho. Ainda não recebeu, por parte de Pessanha, nenhumaviso sobre o título de Fidelíssimo atribuído à corte portuguesa.
Lisboa, 29 de Agosto de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Nápoles, 3 de Setembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção das notícias sobre a efemeridade da Rainha- Mãe.
Lisboa, 4 de Setembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Apresentou à rainha 3 óperas enviadas por Fogliani.
Lisboa, 10 de Setembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que ainda não recebeu as óperas comédias “L'Eumene” e “L'Arsace” que Fogliani diz ter enviado. Fala da grande quantidade de embarcações inglesas no mar português. A rainha de Portugal manda dois cavalos para o rei de Nápoles, que são enviados por Guevara via Génova.
Nápoles, 17 de Setembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Nápoles, 20 de Setembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Confirma receção da notícia da morte da Rainha-Mãe.
Portici, 24 de Setembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Confirma a chegada da carta com a notícia da morte da Rainha-Mãe

	de Portugal.
Lisboa, 24 de Setembro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Guevara recebe cartas de Nápoles pela via do cônsul de Génova, o Sr. Poggi, e também as duas caixas com os retratos da família real de Nápoles.</p> <p>Quando chegaram a Lisboa ficaram à disposição de Guevara em casa de Carvalho e Melo.</p> <p>Com a última frota vinda do Rio de Janeiro recebeu a rainha mais um animal, que envia para o Rei de Nápoles.</p>
Portici, 1 de Outubro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Acusa receção de cartas de Guevara.</p>
Lisboa, 1 de Outubro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>A rainha de Portugal expressa a Guevara a sua satisfação por ver o resultado do retrato da família real napolitana.</p> <p>Partem a 3 do corrente os animais que a rainha manda para o rei de Nápoles, 4 cavalos e aves.</p>
Caserta, 2 de Outubro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Saúde da Família real.</p>
Portici, 8 de Outubro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Saúde da Família real.</p>
Persano, 10 de Outubro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Acusa a chegada dos animais enviados pela Rainha de Portugal.</p>
Lisboa, 15 de Outubro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Saúde da família real.</p>
Portici, 15 de Outubro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Remete a resposta do Rei de Nápoles para S. Majestade portuguesa sobre a participação da morte da Rainha-mãe e outra confidencial do Rei para a Majestade Rainha sua irmã.</p> <p>Espera que tenham sido recebidas em Lisboa duas óperas (L'Eumene e L'Arsace) por ele enviadas.</p>
Persano, 17 de Outubro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Ainda não chegaram cartas pelo correio de Espanha.</p> <p>Vai uma carta do rei de Nápoles para a Rainha de Portugal.</p>
Portici, 22 de Outubro de 1754	<p><b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b></p> <p>Luto pela Rainha-mãe de Portugal durante seis semanas.</p>
Lisboa, 22 de Outubro de 1754	<p><b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b></p> <p>Acusa receção de cartas.</p> <p>Saúde dos reis</p>

Nápoles, 24 de Outubro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas de Guevara. Remete junto uma carta para a Rainha de Portugal.
Lisboa, 28 de Outubro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Entrega em mão uma carta do rei de Nápoles à Rainha portuguesa.
Lisboa, 29 de Outubro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Portici, 29 de Outubro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Novembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Por se celebrar o dia do nome do rei de Nápoles, foi convidado à mesa de Carvalho e Melo e de todos os Ministros externos que residiam na corte de Lisboa.
Nápoles, 5 de Novembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Persano, 10 de Novembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Novembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Nápoles, 12 de Novembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Nápoles, 19 de Novembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Recebeu a notícia de já serem embarcados os animais que a rainha de Portugal envia ao irmão.
Nápoles, 26 de Novembro de 1754	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Novembro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Foi convidado à mesa de Carvalho e Melo, pelo aniversário da Rainha de Nápoles. Carvalho viu algumas estatuetas de porcelana da fábrica napolitana.
Lisboa, 30 de Novembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Recomenda Tommaso Morando, que conduziu a Nápoles os animais que a Rainha de Portugal deu ao irmão.
Lisboa, 3 de Dezembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que apresentou, através do Conde de Perelada, a carta do rei de Nápoles à rainha sua irmã, porque esteve de cama quatro dias por conta de uma dor de pescoço, que o impedia de se mover.

Lisboa, 10 de Dezembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Entrega carta do rei de Nápoles para a rainha de Portugal.
Lisboa, 17 de Dezembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Lisboa, 24 de Dezembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Desejos de feliz Natal.
Lisboa, 31 de Dezembro de 1754	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Caserta, 6 de Janeiro de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Assegura ter recebido o Tomo primeiro do livro com a explicação das “Tablas Antiquas”. Agradece a Guevara o favor desta impressão.
Caserta, 7 de Janeiro de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Janeiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Janeiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Janeiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que recebeu a carta de Fogliani que avisa terem chegado a Nápoles os animais enviados pela rainha de Portugal ao seu irmão.
Caserta, 14 de Janeiro de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Rei de Nápoles entrega a Pessanha carta sobre a atribuição do título de Fidelíssimo a D. José.
Lisboa, 21 de Janeiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Foi favorito à mesa dos Ministros portugueses e estrangeiros pelo aniversário do Rei de Nápoles. Faltou apenas a mesa de Carvalho e Melo e aquela parte da nobreza que havia partido para Salvaterra servir a corte.
Caserta, 22 de Janeiro de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas de Lisboa. Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Janeiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Recebeu a ópera “l’ Issipile”, que mandou entregar à Rainha em Salvaterra.
Caserta, 28 de Janeiro de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Caserta, 4 de Fevereiro de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real. Segue com esta carta uma do Rei de Nápoles para a Rainha de Portugal.
Lisboa, 11 de Fevereiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real. Ópera em Salvaterra.
Caserta, 11 de Fevereiro de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas de Guevara. Segue com esta uma do Rei de Nápoles para a Rainha de Portugal.
Lisboa, 18 de Fevereiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Família real portuguesa volta a Lisboa depois de uma temporada em Salvaterra.  Guevara garante que a Rainha se mantém bem, assim como toda a restante casa real.
Torre de Guevara, 18 de Fevereiro de 1755.	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Fevereiro de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Torre de Guevara, 25 de Fevereiro de 1755.	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Março de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Março de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Acusa receção de cartas. Entrega carta do Rei de Nápoles para a irmã.
Caserta, 11 de Março de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Caserta, 18 de Março de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Março de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Nápoles, 25 de Março de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.

	Segue uma carta do Rei de Nápoles para a irmã.
Lisboa, 25 de Março de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Abril de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Na celebração do aniversário da Rainha de Portugal, inaugurou-se o novo real teatro, e se representou o Drama intitulado “Alesandro nell Indie.”
Portici, 1 de Abril de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Pergunta se a Rainha de Portugal já recebeu a opera e se já a aprovou.
Lisboa, 8 de Abril de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Apresenta à Rainha de Portugal ópera em música, intitulada “Adriano in Siria”. Segue em anexo um bilhete com a informação de que para a gradar a Rainha de Portugal é importante o envio de óperas.
Portici, 8 de Abril de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Confirma que recebeu pela posta de Espanha o correio o ultimo ofício de Guevara que informa sobre a saúde da família real.
Lisboa, 15 de Abril de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Entregou à Rainha o livro da ópera “Adriano in Síría.”
Lisboa, 22 de Abril de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Apresenta à Rainha o livro de música de uma ópera "Issipile"
Portici, 22 de Abril de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Portici, 28 de Abril de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Abril de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Entregou carta do Rei de Nápoles à Rainha de Portugal.
Lisboa, 6 de Maio de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Portici, 6 de Maio de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real. Segue via Madrid a ópera de Tito Manlio representada ultimamente em Roma.
Lisboa, 13 de Maio de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Recebe o livro em música de Cajo Mario para apresentar à Rainha.

Portici, 13 de Maio de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Diz já ter enviado com o correio antecedente a ópera intitulada “Tito” e que no presente envia outra chamada “Lívia Cláudia”
Lisboa, 20 de Maio de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Portici, 20 de Maio de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Envia a terceira ópera de Roma intitulada “Il cajo Farbrizio”.
Portici, 27 de Maio de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Envia a quarta ópera de Roma, "Pompeo"
Lisboa, 27 de Maio de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Novo Embaixador francês em Lisboa fará no início de Junho a sua entrada pública.
Lisboa, 3 de Junho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Saúde da família real.
Portici, 3 de Junho de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 10 de Junho de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 10 de Junho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Diz que ainda não tem em seu poder a ‘pera “ Tito Manlio”, que vai enviada pela via de Madrid, mas que a apresentará à Rainha, assim que chegue.
Portici, 17 de Junho de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 17 de Junho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Recebe, em Lisboa, a ópera ”il Tito”. A Rainha fica contente por recebe-la.
Portici, 24 de Junho de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 24 de Junho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Estão nove navios franceses na costa de Lisboa.
Lisboa, 1 de Julho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Apresenta à Rainha duas óperas de Roma.
Portici, 1 de Julho de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 8 de julho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Apresenta a quarta opera de Roma à Rainha.

Portici, 8 de Julho de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Julho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Espera por uma ópera representada em Roma para apresentar à rainha.
Nápoles, 15 de Julho de 1755	<b>De Marquês de Fogliani para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real. Chegaram a Nápoles os animais enviados pela Rainha de Portugal para o irmão.
Lisboa, 25 de Julho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Marquês Fogliani</b> Acusa a receção de uma carta de Fogliani, que informa da nomeação deste para o vice-reinado da Sicília, e avisa que o seu substituto será Bernardo Tanucci.
Nápoles, 27 de Julho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 29 de Julho de 1755	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Foi a Belém pelos anos dos infantes D. Luís e D. Maria Benedita.
Nápoles, 5 de Agosto de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 5 de Agosto de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Recebe carta de Tanucci que informa da chegada do Marquês Fogliani a Palermo, a 22 de Junho, para tomar posse como Vice-Rei da Sicília.
Nápoles, 12 de Agosto de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 12 de Agosto de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Envia a nota de despesas correspondente ao último semestre.
Lisboa, 12 de Agosto de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Entrega carta do Rei de Nápoles à Rainha de Portugal.
Portici, 15 de Agosto de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 19 de Agosto de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Não chegou ainda o correio de Nápoles pela costumada via de Madrid.
Lisboa, 24 de Agosto de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Deu-se o barrete ao Cardeal Saldanha. Conde de Baschi, Embaixador de França em Lisboa, teve audiência de despedida com os Reis.
Nápoles, 26 de Agosto de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.

Lisboa, 26 de Agosto de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Atraso dos correios com as cartas de Nápoles.
Lisboa, 2 de Setembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Pede para Tanucci remeter para Lisboa as óperas que se representam em Roma e em Nápoles.
Nápoles, 2 de Setembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa a receção de cartas, uma das quais confirma a receção da opera enviada para Lisboa pelo seu antecessor (Fogliani).
Nápoles, 9 de Setembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Falta do correio de Espanha que traz cartas de Lisboa.
Lisboa, 9 de Setembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Guevara segue o exemplo do Embaixador de Espanha e não faz a visita reivindicada pelo novo Embaixador de França em Lisboa.
Nápoles, 11 de Setembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 23 de Setembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas por via do Conde de Perelada.
Lisboa, 23 de Setembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Espalham-se para o público algumas folhas já impressas da obra “Tavole”. Guevara diz que é plausível e oportuno a ordem de S.M. para, imediatamente, se publicar o primeiro tomo desta obra.
Portici, 23 de Setembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Mesadas de Guevara
Lisboa, 28 de Setembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real. Já apresentou à Rainha a ópera “L’Antigona”, enviada de Nápoles.
Nápoles, 30 de Setembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Ainda não chegaram cartas pelo correio de Espanha.
Lisboa, 30 de Setembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Jantar em casa do Embaixador de Espanha por conta do aniversário do Rei Católico.
Portici, 7 de Outubro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Atraso na chegada do correio.
Lisboa, 9 de Outubro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Sai de Lisboa uma embarcação que transporta por ordem real, animais dirigidos ao Marquês de Squilaci.

Portici, 14 de Outubro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Falta de cartas de Lisboa.
Lisboa, 14 de Outubro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas
Nápoles, 16 de Outubro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Entrada do Núncio Pontifício em Nápoles.
Portici, 21 de Outubro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Portici, 28 de Outubro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Nápoles, 4 de Novembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de duas cartas do mês de Outubro.
Lisboa, 4 de Novembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre o terramoto de Lisboa de 1 de Novembro e conta de forma pormenorizada as consequências da catástrofe.
Lisboa, 11 de Novembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Envia informações sobre as consequências do terramoto de 1 de Novembro.
Lisboa, 11 de Novembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Sábado passado foi a Belém por mar falar com os Reis. Ainda se sentem, por vezes, pequenos abalos de terra.
Nápoles, 13 de Novembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 18 de Novembro de 1755.	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Recebe cartas do mês de Outubro. Parece, ainda, desconhecer as ocorrências de 1 de Novembro.
Lisboa, 18 de Novembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Domingo passado foi a Belém por mar falar com os Reis. Fala das consequências do terramoto.
Lisboa, 24 de Novembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Recebe carta de Tanucci que diz que este informou os Reis das informações dadas por Guevara sobre o terramoto. Fala das consequências do terramoto também em território espanhol.
Caserta, 25 de Novembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Nesta carta Tanucci afirma não ter recebido naquela semana cartas de Lisboa.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa que a 25 de Novembro partiu de Madrid o Conde de Aranda destinado Embaixador extraordinário na corte de Lisboa. Fala das consequências do terramoto.
Caserta, 9 de Dezembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> A carta enviada por Guevara a 4 de Novembro de 1755, que informa pela primeira vez do terramoto de Lisboa, chegou a Nápoles a 28 de Novembro.
Caserta, 16 de Dezembro de 1755	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 16 de Dezembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Temor pelos pequenos abalos que se fazem sentir. Início da construção da barraca de Carlos de Guevara.
Lisboa, 23 de Dezembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Dá notícia de um incendio no casebre onde está a residir o Embaixador de Espanha em Lisboa. Fala da frequência de pequenos tremores de terra. Nomeado novo Embaixador de Espanha para a corte portuguesa. Envio de ajuda inglesa, por conta do terramoto. Cidades do norte de Africa também danificadas pelo terramoto de 1 e Novembro.
Lisboa, 30 de Dezembro de 1755	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Embaixador de França em Lisboa faz uma gentil oferta em nome de S.M Cristianíssima, por conta do terramoto. Família passará a habitar numa casa de madeira que está a ser construída.
Caserta, 6 de Janeiro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Falta de notícias de Lisboa.
Lisboa, 6 de Janeiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas de Nápoles.
Lisboa, 13 de Janeiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que enviará a Tanucci uma relação escrita em francês, acerca do terramoto. Papa enviou as condolências, pelo terramoto, aos reis de Portugal. Continua-se a sentir tremores de terra com muita frequência.
Lisboa, 20 de Janeiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que envia o presente ofício pela via do correio de Espanha. Os pequenos abalos continuam em Lisboa, e o fogo debaixo das ruínas não foi extinto.

Lisboa, 25 de Janeiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz ter recebido a notícia do nascimento de um novo infante em Nápoles.
Caserta, 27 de Janeiro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Recebe cartas correspondentes a 16 e 23 de Novembro de 1755.
Lisboa, 3 de Fevereiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 3 de Fevereiro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Confirma receção de cartas de Dezembro de 1755.
Lisboa, 10 de Fevereiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Fevereiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Envia a nota das usuais despesas extraordinárias e dá parte dos danos, que o terramoto causou, e as despesas necessárias para a Barraca, que se está a construir.
Lisboa, 10 de Fevereiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Agradece a Tanucci por este lhe enviar o primeiro tomo da obra “Tavole d’Eraclea.”
Venafro, 17 de Fevereiro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 17 de Fevereiro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> O Conde de Aranda, Embaixador espanhol destinado à corte de Lisboa saiu de Madrid a 25 de Novembro. Ajuda espanhola para os danos causados pelo terramoto. O Novo Embaixador espanhol também veio habitar numatenda.
Caserta, 24 de Fevereiro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Diz que tudo corre dentro da normalidade naquele reino.
Lisboa, 24 de Fevereiro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 2 de Março de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Informa que foi a Belém ver os reis.
Caserta, 2 de Março de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Os reis de Nápoles estão com pena dos soberanos de Portugal pelas consequências trazidas pelo terramoto. Tanucci espera que os sucessivos tremores, em Lisboa, tenham cessado.

Lisboa, 9 de Março de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas de Tanucci, pela via de Espanha. Diz que entregou à rainha mais uma carta do rei de Nápoles. Fala do desconforto em que vive a família real portuguesa depois do terramoto.
Lisboa, 16 de Março de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas de Tanucci. Notícia novos abalos na terra.
Lisboa, 23 de Março de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Conde de Aranda envia as cartas de Tanucci a Guevara, uma das quais trazia outra carta do rei de Nápoles escreveu à rainha de Portugal.
Caserta, 30 de Março de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Março de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Novos abalos de terra em Lisboa. O Conde de Aranda parte para Madrid e está a caminho o ovo Embaixador de Espanha em Lisboa, Conde de Masseda.
Lisboa, 6 de Abril de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> O novo Embaixador de Espanha tem a sua primeira audiência com o Rei.
Nápoles, 13 de Abril de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Diz que embora não tenham chegado cartas de Lisboa, envia na mesma a sua costumada carta.
Portici, 20 de Abril de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas de Guevara pela via de Espanha.
Lisboa, 20 de Abril de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Cumprimentou a toda a família real no domingo de Páscoa.
Portici, 27 de Abril de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Pede para Guevara lhe remeter um duplicado do despacho instrutivo sobre o ponto do respetivo rendimento de contas das despesas extraordinárias.
Portici, 27 de Abril de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Portici, 27 de Abril de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Manda que Guevara inclua nos seus correios para Nápoles, os que regularmente se lhe entregam para o Ministro de Portugal em Nápoles.
Portici, 4 de Maio de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.

Lisboa, 4 de Maio de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas com notícias de Nápoles.
Lisboa, 4 de Maio de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala das despesas da construção da sua barraca. Pede ajuda financeira ao rei de Nápoles.
Portici, 11 de Maio de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Maio de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> A 4 do corrente recebe um bilhete de D. Luís da Cunha Manuel a avisa-lo da sua promoção para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.
Portici, 18 de Maio de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real. Diz ter recebido a carta de Guevara que comprova a entrega de uma carta do Rei de Nápoles para a Rainha de Portugal.
Lisboa, 18 de Maio de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Correm vozes de haver um mal contagioso em Génova, o que levou aos normais procedimentos de cautela com as embarcações que chegam a Lisboa.
Portici, 25 de Maio de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Diz que recebeu pelo correio de Espanha as cartas de Portugal.
Lisboa, 25 de Maio de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Família real pensa mudar-se das tendas para a real Barraca no próximo mês, na mesma altura em que Guevara espera estar em estado de poder habitar, também, a sua. Recebe cartas de Nápoles pela via do Embaixador espanhol em Lisboa.
Lisboa, 25 de Maio de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Guevara assegura que envia para Nápoles as cartas para Pessanha sempre que alguma lhe chega às mãos.
Lisboa, 26 de Maio de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa a receção de carta de Tanucci de 21 de Abril através do Conde de Maseda. Fala das condições em que vive em Lisboa após terramoto.
Portici, 1 de Junho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Tanucci confirma a Guevara que lhe escreve todas as semanas, mesmo quando não tem notícias de Lisboa.
Lisboa, 1 de Junho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Confirma receção de cartas de Tanucci pela via de Espanha. Fala de abalos de terra.

Portici, 8 de Junho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Falta dos correios de Espanha.
Lisboa, 8 de Junho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala de uma nova Barraca real que estará habitável no fim do mês.
Lisboa, 15 de Junho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Um mês de luto pelo Arcebispo de Braga, irmão de D. João V.
Portici, 15 de Junho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Falta dos correios de Espanha.
Portici, 22 de Junho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real. Falta das postas de Espanha
Lisboa, 22 de Junho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> “Com a minha carta de 18 do passado Maio dei a V. Ex aviso das precauções, que aqui se praticavam por ocasião da suspeita de um mal contagioso, que pudesse haver em Génova.” Estas suspeitas dissiparam-se.
Portici, 25 de Junho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa a receção da carta de Guevara que informa que a Família real portuguesa está prestes a deixar as tendas para se alojar na barraca construída.
Lisboa, 29 de Junho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa que a família real passa bem na nova real barrca.
Portici, 6 de Julho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 6 de Julho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Julho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala da comodidade da real barraca. Guevara diz que fica contente pela construção da real barraca. Guevara informa que também ele irá, dentro de poucos dias habitar a sua barraca, em Belém. Fala de novos abalos de terra.
Nápoles, 13 de Julho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Julho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala da transferência da família real para a nova real barraca.
Nápoles, 20 de Julho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 27 de Julho de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b>

	Família real passou naquela semana a habitar a Real Barraca.
Nápoles, 27 de Julho de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Nápoles, 3 de Agosto de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 3 de Agosto de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Guevara tem audiência com a rainha. A Rainha reconhece como o incómodo em que viveu antes de mudar para a real barraca.
Lisboa, 10 de Agosto de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 10 de Agosto de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas do mês de Julho.
Lisboa, 17 de agosto de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Família real contente com a nova habitação Chegam a Lisboa onze cavalos, enviados por Silva Pessanha, para S.M. Fidelíssimas.
Nápoles, 17 de Agosto de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Diz não ter recebido ainda as cartas que espera de Lisboa, pela via de Espanha, mas que escreve a sua costumada carta.
Nápoles, 24 de Agosto de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 24 de Agosto de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Envia a Lisboa, via Cádiz, cinco caixas, das quais quatro contêm umas quantas efígies de S. José e uma Senhora, que o rei de Nápoles envia à rainha fidelíssima. Numa outra caixa vão livros.
Nápoles, 31 de Agosto de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Agosto de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Rei nomeia Arcebispo de Braga o Sr. D. Gaspar, segundo filho natural de D. João V. Informa sobre a ordem de desterro do Secretário de Estado D. Diogo de Mendonça.
Nápoles, 7 de Setembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Setembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Entregou carta do Rei de Nápoles à Rainha de Portugal. Diz que envia um Decreto anexo ao presente ofício.

Nápoles, 14 de Setembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Setembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Envia junto o Decreto com Ordem de desterro para Diogo de Mendonça Corte Real.
Portici, 21 de Setembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 21 de Setembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Guevara agradece a Tanucci por este o avisar da saída de um Navio de Cádiz para Lisboa.
Lisboa, 28 de Setembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Recebeu as cartas de Tanucci que anunciam a ida de cinco caixas, via Cádiz. Noutra carta Tanucci previne Guevara, que por ordem de S. Majestade, dos três livros, que seguem nas ditas caixas, dois são para presentear o Rei e a Rainha de Portugal e o terceiro para Guevara.
Lisboa, 28 de Setembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa que parte para Paris o Sr. Principal Saldanha, que vai residir naquela corte como Embaixador e que no mesmo barco se vai embarcar Monsenhor Corsini, que trouxe o barrete ao Cardeal Saldanha.
Lisboa, 6 de Outubro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Recebe notícias sobre os movimentos militares do rei da Prússia através de uma carta do Duque de Sta. Elisabeta.
Caserta, 6 de Outubro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas. Fala da irregularidade do correio.
Lisboa, 12 de outubro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que a Secretaria de Estado de Diogo Mendonça Corte Real passará para Tomás da Costa.
Portici, 12 de Outubro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da Família Real.
Caserta, 13 de Outubro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Falta de cartas de Guevara.
Lisboa, 19 de Outubro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da Família Real.
Caserta, 20 de Outubro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Falta de cartas de Guevara. Saúde da Família Real.

Lisboa, 28 de Outubro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Declaração médica com uma descrição detalhada do estado de saúde debilitado de Guevara após.
Portici, 26 de Outubro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da Família Real
Lisboa, 26 de Outubro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 2 de Novembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Agradece a Tanucci pela informação da entrada do Rei da Prússia em Dresda, mas já estava a par deste acontecimento.
Portici, 2 de Novembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas. Saúde da Família Real.
Lisboa, 9 de Novembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz ter caído durante uma noite parte da igreja de Belém e muitas fábricas que restaram depois do grande terramoto, por conta da intensa chuva.
Nápoles, 16 de Novembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 16 de Novembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Nápoles, 23 de Novembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 23 de Novembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 30 de Novembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Novembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Espera por cinco caixas vindas de Cádiz.
Caserta, 7 de Dezembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusar receção de cartas.
Lisboa, 7 de Dezembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 14 de Dezembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Caserta, 21 de Dezembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas. Vem residir em Lisboa o novo Ministro Plenipotenciário da Hungria, Sr. Kevenuller
Lisboa, 28 de Dezembro de 1756	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que embora tenha sido violento e grave o ataque de que padeceu, os médicos o dizem fora de perigo.
Caserta, 28 de Dezembro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Caserta, 4 de Janeiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Janeiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Melhoras do seu estado de saúde. Informa da assistência que lhe foi dada, especialmente, pelo Ministro de Espanha e pelo Núncio, durante a sua doença.
Lisboa, 11 de Janeiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Quatro caixas de vindas de Nápoles endereçadas a Guevara já têm autorização do Secretario de Estado para serem desembarcadas.
Lisboa, 17 de Janeiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Secretário de Guevara entrega à Rainha de Portugal as quatro caixas vindas pela via de Cádiz, e também o catálogo das antiguidades Herculenses. Diz que envia o presente ofício por um correio extraordinário, que tomará a via de Espanha.
Caserta, 18 de Janeiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas
Lisboa, 21 de Janeiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala sobre a melhoria do seu estado de saúde.
Caserta, 25 de Janeiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Caserta, 1 de Fevereiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Fevereiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Continua a convalescer
Caserta, 8 de Fevereiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 8 de Fevereiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Envia o seu secretário a Salvaterra para entregar uma carta do rei de Nápoles à irmã. Diz que está quase restabelecido.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Como se encontra em estado de poder ler as cartas não leu nem deu, ainda, resposta a uma carta enviada por Tanucci descrita como reservada. Tem-se servido do seu secretário.
Lisboa, 15 de Fevereiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Envia a nota de despesas de um ano inteiro.
Caserta, 15 de Fevereiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Caserta, 22 de Fevereiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 22 de Fevereiro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Luto de quatro meses pela morte da imperatriz viúva de Carlos VII.
Caserta, 1 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 1 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Falta das cartas de Itália na presente semana. Terramoto violento, mas de pouca duração às 2.45h da manhã daquele dia.
Portici, 3 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da Família Real.
Caserta, 8 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 8 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Recebe de Tanucci uma memória concernente à venda de um navio. Na mesma semana recebeu carta do Cônsul de Nápoles em Génova, a dizer que lhe vai enviar todas as circunstâncias do negócio.
Lisboa, 8 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Carta do Rei de Nápoles para a irmã. Fala do atentado contra o Rei de França.
Portici, 10 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Caserta, 15 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 15 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Recebe notícia do nascimento de um novo infante em Nápoles.
Lisboa, 16 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Recebe carta de Bartolomeu Poggi, Cônsul de Nápoles em Génova,

	um alerta para a chegada de uma embarcação.
Lisboa, 22 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da Família Real.
Caserta, 22 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da Família Real.
Caserta, 22 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa a receção da nota de despesas do último ano.
Caserta, 25 de Março de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da Família Real.
Lisboa, 29 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Dá pormenores mais detalhados sobre o seu estado de saúde debilitado.
Lisboa, 29 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da Família Real
Lisboa, 31 de Março de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre o negócio da venda de um Navio, que envolve o cônsul de Nápoles em Génova e tem Guevara como intermediário.
Lisboa, 1 de Abril de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que Luísa de Belandia, uma das aias da rainha, depois do terramoto nunca mais ficou apta para coisa alguma.
Lisboa, 5 de Abril de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> O Secretário de Guevara entrega carta do Rei de Nápoles para a irmã. Está atualmente a habitar no convento dos Padres Capuchinhos italianos, por conta do tratamento dos seus males de saúde.
Nápoles, 5 de Abril de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da Família Real
Portici, 12 de Abril de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da Família Real
Lisboa, 12 de Abril de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Continua a habitar no convento dos Padres Capuchinhos italianos. Diz sentir que a sua saúde melhora. Envia, em anexo, um pequeno bilhete acerca de um rumor de que um armador francês de S. Malò havia saqueado o paquete inglês, que transportava as cartas de Londres até Lisboa.

Lisboa, 19 de Abril de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Guevara é avisado de que não havia chegado a Madrid o extraordinário de Nápoles. Na noite de 14 de Abril houve um incendio em todas as barracas que foram construídas no Rossio.
Portici, 19 de Abril de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 19 de Abril de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Avisa Guevara de que este será reembolsado com a quantia que apontou na nota de despesas.
Portici, 19 de Abril de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Diz que Guevara deverá ser reembolsado pela despeza anual que fez em Lisboa entre Fevereiro de 1756 e Fevereiro de 1757.
Lisboa, 25 de Abril de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Abril de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Segundo Guevara, Tanucci quer que ele escreva para Nápoles sobre notícias referentes à América portuguesa. Diz-se que o Sr. Principal Saldanha Embaixador português em Paris está efémero.
Portici, 26 de Abril de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 3 de Maio de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Maio de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Afirma que não se fala em matrimónio na corte portuguesa que permita estabelecer a sucessão ao trono.
Lisboa, 10 de Maio de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 17 de Maio de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Carta do Rei de Nápoles para a irmã entregue pelo Secretário de Guevara, o Abade Giuseppe Maturi.
Portici, 17 de Maio de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Maio de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real. Em anexo vai um bilhete que informa da ida de novo Embaixador português para a corte de Viena, com o propósito de negociar o casamento de uma das infantas portuguesas com o Arquiduque de Áustria.

	Esta carta segue por um correio extraordinário espedido pelo Embaixador de Espanha.
Portici, 24 de Maio de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 24 de Maio de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> D. João de Bragança recebe o título de Duque e parte no dia seguinte para Inglaterra. Novo tremor de terra.
Lisboa, 31 de Maio de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 31 de Maio de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 7 de Junho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 7 de Junho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que os médicos o aconselham a sair de Lisboa. Pede o apoio de Tanucci para poder sair da corte portuguesa para se restabelecer.
Portici, 7 de Junho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 14 de Junho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala de uma questão relacionada com os negócios do Cônsul de Nápoles em Génova.
Lisboa, 14 de Junho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> O Duque de S. Elisabeta de Dresda e o Marquês de Majo avisam Guevara de uma batalha na Bohemia a 6 de Maio.
Portici, 14 de Junho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 21 de Junho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz ter recebido carta do Rei de Nápoles para a Rainha Fidelíssima.
Portici, 21 de Junho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Portici, 28 de Junho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.

Lisboa, 28 de Junho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Julho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala-se em estabelecer a sucessão na corte portuguesa, com um matrimónio dentro da mesma casa Real. Influência britânica no comércio português. Confronto com os jesuítas no Paraguai.
Portici, 5 de Julho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 12 de Julho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 12 de Julho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 19 de Julho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Guerra entre austríacos e prussianos na Bohemia.
Portici, 19 de Julho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 26 de Julho de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 26 de Julho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> O extraordinário de Espanha trouxe-me carta do Cônsul de Nápoles em Lisboa.
Lisboa, 2 de Agosto de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Guevara diz que o seu estado de saúde piora de dia para dia. Secretário de Legação desempenha as funções de Guevara há já sete meses.
Lisboa, 2 de Agosto de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 2 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família Real.
Nápoles, 3 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 9 de Agosto de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Nápoles, 9 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 13 de Agosto de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Apesar dos riscos da viagem Guevara afirma ser mais seguro do que

	passar o inverno em Portugal.
Lisboa, 16 de Agosto de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Nápoles, 16 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 23 de Agosto de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala do envio de correio seu para Nápoles, pela via de Espanha.
Nápoles, 23 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 30 de Agosto de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa que partirá de Lisboa no final da semana.
Nápoles, 30 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 13 de Setembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 20 de Setembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 27 de Setembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 4 de Outubro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
<u>Pisa</u> , 5 de Outubro de 1757	<b>Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> A sua saúde continua no mesmo estado.
Caserta, 11 de Novembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.

**ASN-Esteri,  
Busta 919**

Lisboa, 16 de Setembro de 1755

**De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci**  
Entrega à Rainha o livro com a música da ópera "L'Antigona"

Nápoles, 11 de Novembro de 1755

**De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara**

	Diz que não chegou correio com notícias de Lisboa.
Portici, 19 de Outubro de 1756	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 21 de Dezembro de 1756	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa do ataque compulsivo de que padeceu Guevara naquela manhã. Diz que deverá ser Tanucci a informar o Duque de Bovino (irmão de Guevara) sobre o ocorrido.
Caserta, 8 de Fevereiro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Tanucci diz que procurou informar o Duque de Bovino sobre o acidente do irmão da melhor forma que lhe foi possível.
Portici, 10 de Junho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 28 de Junho de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Julho de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 5 de Julho de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Grande combate entre franceses e ingleses na América, com vantagem dos primeiros.
Nápoles, 26 de Julho de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 2 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 2 de Agosto de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 3 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 9 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Saúde da família real.
Nápoles, 9 de Agosto de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 6 de Setembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que Guevara partiu de Lisboa no dia anterior.
Estremoz, 7 de Setembro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa da sua chegada a Estremoz.
Lisboa, 13 de Setembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.

Lisboa, 20 de Setembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que Guevara deve chegar a Madrid na presente noite e, de lá, enviar para Lisboa as cartas de Nápoles que estavam com o Príncipe de Iachi.
Lisboa, 27 de Setembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Rainha de Portugal pergunta por Guevara a Maturi, que responde que a última carta do diplomata lhe fora enviada de Mérida.
Saragoça, 1 de Outubro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de carta de Tanucci.
Lisboa, 4 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa que Guevara chegou a Madrid. Príncipe de Iachi tem, em Madrid, sete cartas de Tanucci para encaminhar para Lisboa.
Lisboa, 4 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre combate entre fragata inglesa e francesa.
Lisboa, 4 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Barcelona, 8 de Outubro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que vai para Génova no início do seguinte mês.
Portici, 11 de Outubro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 11 de Outubro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas de Guevara.
Lisboa, 11 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Suspeita de peste em Almeida.
Lisboa, 11 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Montpellier, 17 de Outubro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa da sua chegada, naquele dia, a Montpellier.
Lisboa, 18 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que, cada vez mais, se consideram falsas a vozes que falam de doenças contagiosas em Almeida. Oposição entre ingleses e franceses na América.
Portici, 18 de Outubro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Madrid, 20 de Outubro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa da sua chegada a Madrid.
Portici, 25 de Outubro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Diz que continua a enviar regularmente as cartas para Lisboa, dirigidas a Maturi por intermédio da via de Madrid.

Portici, 25 de Outubro e 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 25 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Morte do infante D. António.
Antibo, 27 de Outubro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de carta de Tanucci.
Lisboa, 28 de Outubro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 1 de Novembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 1 de Novembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Desconfianças sobre um tratado secreto entre o Marechal Richelieu e o Duque de Cumberland.
Pegli, 5 de Novembro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Chega a Pegli, nas vizinhanças de Génova.
Nápoles, 8 de Novembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 8 de Novembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 8 de Novembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Génova, 12 de Novembro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que se o tempo for favorável partirá de Génova depois de amanhã.
Nápoles, 15 de Novembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 15 de Novembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas de Guevara.
Lisboa, 15 de Novembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Entra na Barra de Lisboa uma fragata inglesa que trazia presa um corsário francês.
Pisa, 21 de Novembro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Dá conta do seu estado de saúde e diz que não pode, para já, prosseguir a viagem.
Lisboa, 22 de Novembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Os reis perguntam por Guevara.
Pisa, 28 de Novembro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Dá conta da sua saúde.

Nápoles, 29 de Novembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 29 de Novembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas de Guevara.
Lisboa, 29 de Novembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Frota vinda do Rio de Janeiro traz uma lista de carregamentos com um valor correspondente a 8 milhões e trezentos mil Cruzados em diamantes.
Lisboa, 6 de Dezembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Pisa, 12 de Dezembro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Dá conta da sua saúde.
Lisboa, 13 de Dezembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia anexo ao presente ofício duas Pragmáticas em estampa, que se publicaram recentemente em Lisboa.
Lisboa, 20 de Dezembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Entrega carta do Rei de Nápoles à Rainha Fidelíssima. Envia, em anexo ao ofício, um panfleto sobre os jesuítas do Paraguai.
Pisa, 26 de Dezembro de 1757	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas de Tanucci.
Nápoles, 27 de Dezembro de 1757	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 27 de Dezembro de 1757	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Pisa, 2 de Janeiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Melhoras na sua vista. Espera restabelecer-se mais quando for aos banhos de Ischia.
Caserta, 3 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas de Guevara.
Caserta, 3 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 3 de Janeiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Entrega carta do Rei de Nápoles à Rainha de Portugal. Terramoto na manhã 30 de Dezembro.
Pisa, 9 de Janeiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de carta de Tanucci.
Caserta, 10 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de carta de Guevara.

Pisa, 16 de Janeiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de carta de Tanucci.
Caserta, 17 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Saúde da família real.
Caserta, 17 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 17 de Janeiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Pisa, 23 de Janeiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Continua no mesmo estado de saúde.
Caserta, 24 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de carta de Guevara.
Caserta, 24 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Saúde da família real.
Salvaterra, 24 de Janeiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Salvaterra, 29 de Janeiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recomenda e pede proteção a Tanucci para uma pessoa da sua estima, o Cavaleiro D. Feliciano Borges, filho de um criado da Rainha, que vai para Nápoles.
Pisa, 30 de Janeiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Fala sobre o seu estado de saúde.
Caserta, 31 de Janeiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Saúde da família real.
Salvaterra, 31 de Janeiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Conta como foi a caça em Salvaterra.
Pisa, 6 de Fevereiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de carta de Tanucci.
Caserta, 7 de Fevereiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Fevereiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 7 de Fevereiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de carta de Guevara.
Pisa, 13 de Fevereiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de carta de Tanucci
Lisboa, 14 de Fevereiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Chegou no dia anterior de Salvaterra.

Caserta, 14 de Fevereiro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Pisa, 20 de Fevereiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Espera melhoria do tempo para poder partir para Nápoles.
Lisboa, 21 de Fevereiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Pisa, 27 de Fevereiro de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> A sua saúde contínua igual.
Lisboa, 28 de Fevereiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Remete a nota de despesas extraordinárias de Setembro de 1757 a Fevereiro de 1758.
Lisboa, 28 de Fevereiro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recebe de Tanucci o livrete e a música do Drama intitulado “La Nitteti.”
Caserta, 7 de Março de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 7 de Março de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Foi nomeado Governador de Angola D. António Vasconcelos.
Pisa, 13 de Março de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Confirma receção de carta de Tanucci.
Caserta, 14 de Março de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Envia um correio para servir Guevara na viagem que fará de Pisa até Nápoles.
Lisboa, 14 de Março de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala do batismo do filho do Conde de Kevenuller. A prenda dos Reis foi uma pluma de diamantes.
Portici, 16 de Março de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Pisa, 20 de Março de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Continua em Pisa sem alterações no seu estado de saúde.
Lisboa, 21 de Março de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 23 de Março de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Pisa, 27 de Março de 1758	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Diz que retomará a viagem para Nápoles depois de amanhã.
Portici, 28 de Março de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Deseja as melhoras em Itália.

Portici, 28 de Março de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 1 de Abril de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Manda Maturi apresentar aos Reis as condolências pela morte de D. António.
Portici, 4 de Abril de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa receção de carta de Guevara.
Portici, 4 de Abril de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 4 de Abril de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Partem 3 navios para a Índia, com o novo Vice-Rei de Goa, D. Emanuel Saldanha.
Lisboa, 11 de Abril de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 11 de Abril de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 18 de Abril de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 18 de Abril de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Rei deu ordem à Secretaria de Fazenda para que seja reembolsado a Maturi os gatos apresentados na nota de despesas correspondentes ao período que vai de Setembro de 1757 a Fevereiro de 1758.
Lisboa, 25 de Abril de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 25 de Abril de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Envia por meio de Ricardo Wall duas óperas representadas em Roma no ultimo carnaval, uma intitulada “Alexandre nas Índias” outra “Adriano na Síria”
Portici, 2 de Maio de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Saúde da família real.
Lisboa, 2 de Maio de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Maio de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Cardeal Saldanha declarado visitador geral e reformador dos padres da Companhia de Jesus em Portugal.
Portici, 9 de Maio de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Portici, 9 de Maio de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Envia por meio de Ricardo Wall a segunda cópia da ópera

	representada em Roma pelo carnaval.
Lisboa, 10 de Maio de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Avisa do aparecimento de uma Bula pontifícia. Aproveita um correio extraordinário expedido pelo Embaixador de Espanha para enviar a Tanucci a dita Bula.
Lisboa, 16 de Maio de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 30 de Maio de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 30 de Maio de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Família real assiste a procissão na tribuna da “Patriarcal Barraca”
Lisboa, 6 de Junho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 6 de Junho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Terra tremeu naquela semana. Foi publicado o Decreto para a reedificação da cidade de Lisboa. Envia, em anexo, um exemplar do mesmo.
Portici, 13 de Junho de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 13 de Junho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Cardeal Saldanha tem dado a sua carta pastoral pelos assuntos dos padres da Companhia e o Cardeal Patriarca suspendeu a aplicação da pregação e confissão por parte dos jesuítas em todo o seu patriarcado.
Portici, 20 de Junho de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Dá notícias de Guevara, que em Nápoles mostra alguma melhoria na sua saúde.
Lisboa, 20 de Junho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recebe de Tanucci a notícia da morte do Marquês Brancone.
Lisboa, 27 de Junho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Junho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala do alto preço do porte das óperas “Arianna e Teseo” “Alesandro nell Indie” e “Adriano in Siria”
Lisboa, 4 de Julho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Entrega carta do Rei de Nápoles à Rainha Fidelíssima.
Lisboa, 5 de Julho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Batalha entre navios espanhóis e argelinos.
Lisboa, 11 de Julho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b>

	Morte do Cardeal Patriarca.
Lisboa, 13 de Julho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Julho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 25 de Julho de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Cardeal Saldanha exilado em Bragança. É publicada uma escritura, que contém os pontos principais, com os quais os Padres da Companhia de Jesus tinham usurpado os domínios da América. Assegura a Tanucci que o informará de tudo o que souber a respeito do assunto dos jesuítas.
Lisboa, 1 de Agosto de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Agosto de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que irá remeter para Nápoles estampas que saíram em Lisboa.
Lisboa, 15 de Agosto de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Rumores de possível gravidez da Rainha. Maturi afirma que o boato é falso porque o assim o certificou um amigo.
Lisboa, 22 de Agosto de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Pequenos tremores de terra.
Lisboa, 29 de Agosto de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Não recebeu correio de Itália na passada semana.
Lisboa, 5 de Setembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Luto de quatro meses pela Rainha de Espanha.
Lisboa, 5 de Setembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Nota de despesas extraordinárias de Março de 1758 a Setembro de 1758.
Lisboa, 11 de Setembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Rei concede o governo à Rainha enquanto durar a sua indisposição.
Lisboa, 12 de Setembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Setembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> O Rei melhora o seu estado de saúde. Rainha governa e está perfeitamente bem.
Portici, 21 de Setembro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Diz que o Tomo herculanense deverá ser apresentado por Maturi na corte de Lisboa.

Lisboa, 26 de Setembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> O rei está a melhorar. “Envia em anexo o Decreto no qual se dá o governo à Rainha. No mesmo ofício vai, anexo, um pequeno bilhete a informar do envio de Diogo de Mendonça para a Ilha Terceira.
Portici, 3 de Outubro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Envia cinco exemplares do primeiro Tomo Herculanense.
Lisboa, 3 de Outubro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> O Rei vai melhorando, qualquer dia vai conseguir sair da cama.
Lisboa, 10 de Outubro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> O Rei já consegue sair da cama mas ainda não deixa o quarto.
Portici, 17 de Outubro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Confirma que serão reembolsadas a Maturi as suas despesas extraordinárias correspondentes ao período que vai de Março a setembro do presente ano.
Lisboa, 17 de Outubro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que enviou estampas publicadas em Lisboa. Diz que remeterá qualquer documento manuscrito que lhe chegue às mãos.
Lisboa, 24 de Outubro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Continua a melhoria do estado de saúde do Rei.
Nápoles, 27 de Outubro de 1758	<b>De Guevara para Tanucci</b> Recebe carta de Tanucci que ordena que envie a Lisboa alguns exemplares do “Tomo herculanense.”
Lisboa, 31 de Outubro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz ter recebido uma carta de Tanucci que informa que Guevara encaminhou para Lisboa 5 exemplares do primeiro Tomo Herculanense, dois para os Reis, um para o infante D. Pedro, um D. Emanuel e outro para Carvalho e Melo. Ainda um exemplar do desenho da Real Fábrica de Caserta.
Lisboa, 31 de Outubro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 7 de Novembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Novembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 21 de Novembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Novembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.

Lisboa, 6 de Dezembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Dezembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da queda de algumas casas danificadas pelo terramoto devido a chuva e ventos fortes.  Fala no grande medo que causam os ladrões que andam por Lisboa, especialmente durante a noite.
Lisboa, 19 de Dezembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de Carta.
Lisboa, 20 de Dezembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala do início do processo dos Távora com as prisões do Marquês de Távora, dos seus três filhos, o Marquês de Alorna, o Conde de Atouguia, de D. Emanuel Távora, do Duque de Aveiro e o filho do mesmo.  As damas da casa Távora no mesmo dia foram trazidas para um mosteiro.  As três casas de Padres jesuítas foram rodeadas pela tropa. Diz-se ser incluído na dita prisão o bispo do Porto e de Évora, que é também Távora.  Envia para Nápoles dois éditos, publicados em Lisboa.
Lisboa, 26 de Dezembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa do sequestro dos móveis do Duque de Aveiro e do Marquês de Távora e de Atouguia para serem inventariados.  As casas dos jesuítas permanecem cercadas de guardas.
Nápoles, 26 de Dezembro de 1758	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Dezembro de 1758	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Janeiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz terem sido levadas, durante aquela semana, para diferentes mosteiros a Duquesa de Aveiro, as suas duas filhas, a Marquesa de Alorna e a Condessa de Atouguia.  Informa que Carvalho e Melo recebeu do rei uma companhia de cavalos para segurança da sua casa e pessoa.
Lisboa, 16 de Janeiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.  Fala da saúde da família real.
Salvaterra, 23 de Janeiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre a sua ida a Salvaterra.
Salvaterra, 30 de Janeiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da prisão dois jesuítas.

Salvaterra, 2 de Fevereiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz ter enviado para Nápoles pela via de Génova uma caixinha e os exemplares publicados já num Tomo em folha das “Providências dadas dos dia do Terramoto até Julho do Passado ano.”
Lisboa, 13 de Fevereiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 20 de Fevereiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia a Tanucci a escritura, intitulada “Erros Impios.” Diz ter sido informado por uma pessoa muito informada das coisas correntes sobre o a prisão do Conde de Óbidos e do Conde da Ribeira que foram transferidos da torre de Belém para o Pátio dos Bichos.
Lisboa, 20 de Fevereiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 27 de Fevereiro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 6 de Março de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 6 de Março de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa ter sido impresso em Madrid em Língua espanhola o “Memorial do Geral da Companhia dado a S. Santidade”. Envia a Tanucci uma cópia do dito Memorial, que foi estampado em Lisboa. Envia também uma carta régia para o Arcebispo de Braga.
Lisboa, 6 de Março de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas extraordinárias relativa ao período que vai de setembro de 1758 a 2 de Março de 1759.
Lisboa, 13 de Março de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Março de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 27 de Março de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 27 de Março de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia a Tanucci as cartas que trocou com o Príncipe de Iaschi sobre o preço do porte de óperas que o Rei de Nápoles envia para a Rainha Fidelíssima.
Lisboa, 3 de Abril de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala da prisão de D. João de Távora irmão do Marquês de Távora.
Lisboa, 10 de Abril de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b>

	Acusa recepção de carta. Saúde da família real.
Lisboa, 17 de Abril de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta. Saúde da família real.
Portici, 17 de Abril de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 24 de Abril de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 24 de Abril de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Ouve que o filho primogénito de Carvalho e Melo, que estava a estudar em Roma se retirou para Génova, a mando do ministro de Portugal em Roma, por medo do que poderiam fazer os padres jesuítas.
Lisboa, 1 de Maio de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Portici, 1 de Maio de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 22 de Maio de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que enviará a Tanucci, quando o tiver em mãos, um livrete escrito em italiano, com o título “Riflesione d’ un portoghese sopra il memoriale del General de Gesuiti ” dado ao Papa e estampado em Roma.
Lisboa, 29 de Maio de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia a Tanucci cópia de uma carta escritor Carvalho e Melo a Prior provincial dos padres dominicanos.
Lisboa, 8 de Junho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Junho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz ter solicitado a um estampador tudo que se imprime de curioso. Informa que o dito estampador lhe enviou naquela manhã um livreto.
Lisboa, 12 de Junho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 12 de Junho de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa recepção de carta.
Portici, 19 de Junho de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Remete, pela via de Madrid, uma ópera apresentada em Roma.
Lisboa, 19 de Junho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 26 de Junho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Nápoles, 1 de Julho de 1759	<b>De Carlos de Guevara para Tanucci</b> Pede autorização para ir aos banhos de Ischia.
Lisboa, 3 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da chegada do correio de Roma que trazia uma Bulla para o Cardeal Patriarca.
Lisboa, 10 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fez-se a função da publicação da Bula Cruzada. Envia alguns impressos sobre reconstrução de Lisboa e a construção do novopalácio real.
Lisboa, 17 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Revela ter recebido impresso que fala sobre o método que se deve ter nas escolas novamente fundadas, que proíbe o ensino por parte dos jesuítas. Remete o mesmo impresso para Nápoles.
Lisboa, 17 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Ischia, 21 de Julho de 1759	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Informa da sua chegada à ilha de Ischia.
Lisboa, 24 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa do regresso a Lisboa de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, vindo do Brasil. O Rei Fidelíssimo declarou-o Secretário de Estado Adjunto do reino. Envia para Nápoles a carta real que declara a nomeação de Mendonça Furtado a Secretário Adjunto.
Lisboa, 24 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Espera pelo envio de óperas vindas pela via de Madrid.
Lisboa, 31 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Julho de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz-se que o Marquês de Alorna será posto em liberdade e que os Condes de Óbidos e da Ribeira serão condenados ao cárcere perpétuo, notícias dadas não apenas por gente comum mas também por algumas pessoas de distinção.
Lisboa, 7 de Agosto de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Chegam para a Rainha as óperas “ Il Demertio” e “Ciro”. Recebe de Roma um Decreto que encaminha para Nápoles.
Lisboa, 14 de Agosto de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que entregou à Rainha duas óperas, “Ricimero” e “La Melite”.

Nápoles, 24 de Agosto de 1759	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Remete-lhe o livro intitulado «Memória das Principais Providências Dadas pela Corte de Portugal em Ocasião do Terramoto de Lisboa no Primeiro de Novembro de 1755 até 16 de Junho de 1758» enviado de Lisboa pelo abade Maturi.
Portici, 24 de Agosto de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Acusa a recepção do livro «Memória das Principais Providências Dadas pela Corte de Portugal em Ocasião do Terramoto de Lisboa no Primeiro de Novembro de 1755 até 16 de Junho de 1758».
Lisboa, 28 de Agosto de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Agosto de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia para Nápoles o impresso para a instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Envia também uma cópia da carta do Cardeal Patriarca de Lisboa aos Padres da Companhia de Jesus.
Lisboa, 4 de Setembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia a Gazeta de Lisboa, e diz que o capítulo relativo a Nápoles pode interessar.
Lisboa, 4 de Setembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Setembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas referente ao período que vai de 9 de Março de 1759 até ao fim de Agosto de 1759. (No canto inferior esquerdo desta nota vem escrito com a letra de Tanucci um aviso para que Guevara analise a dita nota de despesas enviada de Lisboa por Maturi).
Lisboa, 11 de Setembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Setembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que as hostilidades entre a corte portuguesa e a de Roma vão aumentando. Informa que o Papa envia carta ao rei de Portugal em defesa dos jesuítas. Envia para Nápoles cópia da dita carta.
Lisboa, 25 de Setembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Rainha diz a Maturi que recebeu carta do rei de Nápoles mas que nada indicava a sua partida para Madrid nem o dia em que pensava iniciar a sua viagem.
Lisboa, 2 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa que segue em anexo para Tanucci o livrete “Reflexões” em língua italiana.
Nápoles, 2 de Outubro de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b>

	Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 9 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Avisa terem sido embarcados rumo a Itália cerca de 120 jesuítas. Publica-se o impresso para a expulsão dos jesuítas de Portugal. Envia para Nápoles um exemplar do dito impresso.
Lisboa, 9 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Avisa da morte de D. Luísa de Belandía.
Nápoles, 9 de Outubro de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa a recepção de cartas, uma delas com a Gazeta publicada em Lisboa. Avisa da partida da família real para Madrid, no dia 6, e da consequente passagem do trono ao terceiro infante D. Fernando.
Lisboa, 16 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia um impresso relativo à expulsão dos jesuítas.
Nápoles, 16 de Outubro de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Saúde da família real.
Nápoles, 23 de Outubro de 1759	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Pede para Guevara dar o seu parecer sobre uma nota de despesas enviada por Maturi.
Lisboa, 23 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Corte vai para Vila Viçosa com três secretários de estado, por um período de cerca de quarenta dias.
Lisboa, 30 de Outubro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recebe notícias de Roma sobre o livro «Apêndice à reflexão dos portugueses sobre o memorial do Geral da Companhia apresentado a Santidade do Papa Clemente XIII» Não sabe se o livro chegou a Lisboa mas, caso chegue, enviá-lo-á a Tanucci.
Lisboa, 6 de Novembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Chegam a Lisboa frotas da Baía e do Rio de Janeiro.
Lisboa, 13 de Novembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu a carta de Tanucci que informa sobre o governo de regência em Nápoles. Junta nesta carta a lista daquilo que está na frota do Rio de Janeiro.
Lisboa, 20 de Novembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Chega do Rio de Janeiro o padre provincial dos jesuítas que logo é dirigido para o forte de S. Julião. Vem outro navio vindo do Porto, com os jesuítas da dita cidade, que

	não tardará a ser enviado para Itália.
Lisboa, 27 de Novembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Sai de Lisboa o Navio com o Marquês de Lavradio que vai para governador da Baía.
Nápoles, 3 de Dezembro de 1759	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Dá conta do seu débil estado de saúde.
Lisboa, 4 de Dezembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 11 de Dezembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Cartas de Génova contam sobre a chegada de padres jesuítas àquele porto e da oposição do senado em relação à permanência dos mesmos naquela cidade, partindo dali para Civitavecchia.
Lisboa, 11 de Dezembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Dezembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 25 de Dezembro de 1759	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Impedido de sair de casa devido a uma constipação, Maturi recebe a visita do Maestro da Rainha. Rainha de Portugal quer saber por Maturi se o sobrinho agora rei de Nápoles continuaria a enviar a Lisboa as óperas à semelhança do que fazia o pai.
Lisboa, 1 de Janeiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> São embarcados para Civitavecchia os jesuítas de Évora.
Lisboa, 8 de Janeiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que tem procurado o livro intitulado «Apêndice» Revela ser mentira o que se dizia sobre ter o Santo Ofício proibido o Tomo das pinturas de Herculano. Afirma que é verdade, no entanto, que sendo mandado da alfândega ao inquisidor a caixa do dito livro, o inquisidor a reteve dizendo que não devia entregar-se, porque as figuras eram escandalosas. Diz que se dirigiu pessoalmente ao Conde de Oeiras para conseguir o livro e que este lhe disse que imediatamente lha faria ter. Informa que Pessanha foi nomeado embaixador em Espanha e que lhe foram enviadas as credenciais.
Salvaterra, 9 de Janeiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> O Conde de Oeiras assegura não ser verdadeira a proibição do Tomo das pinturas antigas de Herculano. Envia para Nápoles um livrete escrito em italiano com o título “Crítica de um Romano às reflexões do português.”

Lisboa, 15 de Janeiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Traduziu-se para língua portuguesa e imprimiu-se o Livro intitulado “Apêndice” cujo um exemplar é enviado a Tanucci.
Salvaterra, 22 de Janeiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Falou com D. Luís da Cunha Manuel sobre os interesses de um mercador de nome Sica.
Salvaterra, 5 de Fevereiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 12 de Fevereiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Salvaterra, 19 de Fevereiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Fevereiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 26 de Fevereiro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> O livro intitulado “Crítica de um Romano” está a ser traduzido em português e Maturi promete que o enviará a Tanucci quando for impresso. Processamento da causa do Sr. Sica (negociante) teve um efeito infeliz.
Lisboa, 4 de Março de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Rainha Fidelíssima contente por ter notícias do sobrinho, rei de Nápoles.
Lisboa, 4 de Março de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas de Setembro de 1759 a Fevereiro de 1760.
Lisboa, 11 de Março de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recebe carta de Tanucci de 5 de Fevereiro. Diz não ter novidades particulares. Entraram em Lisboa vários navios de diferentes países.
Lisboa, 11 de Março de 1760	<b>Do Cônsul Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b> Diz ter recebido carta de Tanucci que informa do envio de uma ópera intitulada “L’ Achille in Seiro” que virá pela via de Espanha. Rainha recebe carta do sobrinho, Rei de Nápoles. Envia para Nápoles um impresso intitulado «Notícias Eclesiásticas».
Lisboa, 18 de Março de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Março de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Embaixador inglês, Conde de Kinnoul tem audiência com o Rei.
Lisboa, 1 de Abril de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 8 de Abril de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala da publicação da «Coleção de Breves Pontífices e Cartas Régias». O Conde de Oeiras oferece três exemplares deste impresso a Maturi, dos quais dois foram expedidos para Nápoles pela via de mar, onde Guevara receberá um para ser entregue a Tanucci.
Lisboa, 11 de Abril de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> O Rei fará a cerimónia do barrete ao Núncio Acciajuolli como costuma praticar com os outros Núncios.
Lisboa, 22 de Abril de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Principal Saldanha Embaixador em Madrid teve a sua audiência de despedida com S.M Católica e D. José da Silva Pessanha teve na mesma altura a sua audiência e apresentou a carta credencial que o caracteriza Embaixador.
Lisboa, 29 de Abril de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 6 de Maio de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Chega de Madrid o Principal Saldanha.
Lisboa, 13 de Maio de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que leu um livrete com o título «Resposta Primeira de um Italiano Pertencente ao Serviço do Rei Fidelíssimo a um Prelado da Cúria Romana Sobre a Presente Controvérsia da Corte de Portugal com os Padres Jesuítas». Enviará para Nápoles exemplares do mesmo se mais se estamparem.
Lisboa, 20 de Maio de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> A Rainha recebe a ópera “Il Ciro” vinda de Nápoles, pela via de Espanha. Consegue o Livrete “La Tuba Massima” que transmite na presente carta.
Lisboa, 27 de Maio e 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Rei de Espanha nomeia José Torrero para sucessor do Conde de Masseda na embaixada de Lisboa.
Lisboa, 3 de Junho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Entrega à rainha a ópera intitulada “L’ Artaserse”.
Lisboa, 7 de Junho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Iniciam a iluminações de 3 dias pelo casamento da Princesa do Brasil.
Lisboa, 10 de Junho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Enviou-se um bilhete a todos os Ministros estrangeiros a informar do casamento da Princesa do Brasil com o Infante D. Pedro, exceptuando o Núncio.

Lisboa, 17 de Junho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Conta que só a casa do Núncio não teve iluminação pelo casamento da princesa do Brasil. Informa que o Núncio é expulso de Lisboa.
Lisboa, 17 de Junho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 24 de Junho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia impresso sobre a expulsão do Núncio.
Lisboa, 24 de Junho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 1 de Julho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 8 de Julho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia para Nápoles um exemplar da Lei para a polícia da cidade de Lisboa e restante Reino de Portugal.
Lisboa, 15 de Julho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Filho de D. João V nomeado por D. José inquisidor geral demitiu-se.
Lisboa, 15 de Julho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 19 de Julho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas
Lisboa, 22 de Julho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 22 de Julho de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Maturi acusa o fim da realização de assembleias na casa do embaixador de França em Lisboa (Conde de Merle) que se davam às terças e quintas-feiras.
Nápoles 10 de Dezembro 1760	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Informa-o que foi nomeado para Ministro Plenipotenciário para Lisboa.
Palacio, 8 de Janeiro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Informa que receberá 10000 Ducados anuais como ministro em Lisboa.
Caserta, 4 de Abril de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Envia Passaporte para que possa viajar para Lisboa.
Caserta, 6 de Abril de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Instruções diplomáticas de Pignatelli.

Caserta, 8 de Abril de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Ofício onde Tanucci expressa mais instruções sobre como deverá agir Pignatelli perante a questão dos jesuítas.
-----------------------------	--

<b>ASN-Esteri, Busta 920</b>	
Nápoles, 26 de Março de 1760	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Pede autorização para ir para a ilha de Ischia, desfrutar dos banhos, quer serão benéficos para a sua saúde.
Ischia, 31 de Julho de 1760.	<b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b> Remete um livro que lhe chegou de Lisboa. O dito livro foi oferecido pelo Conde de Oeiras a Tanucci.“
Lisboa, 5 de Agosto de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre a boa saúde dos reis de Portugal.
Lisboa, 6 de Agosto de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que, na sua opinião, muito dificilmente se concretizará a harmonia entre o presente pontificado romano e a corte portuguesa.
Lisboa, 12 de Agosto de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia para Nápoles o suplemento à coleção de “Breves Pontifícios , Leggi Regie, ed Offici” Espera também unir ao suplemento um apêndice que contem tudo o que se passou após a saída do ministro de Portugal de Roma. Informa de uma conversa que teve com o Conde de Oeiras.
Lisboa 19 de Agosto de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia para Nápoles uma cópia de uma Epigrafe vinda de Roma.
Lisboa, 23 de Agosto de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa que enviou, por via de mar, o suplemento à Colecção de Breves Pontífices."
Nápoles, 26 de Agosto de 1760	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Informa Maturi que este receberá 200 ducados por mês até à chegada do sucessor de Guevara.
Lisboa , 26 de agosto de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre a boa saúde dos reis. Informa da partida do embaixador de França naquela semana.
Napoli, 30 de Agosto de 1760	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b>

	Informa que já se pensa em sujeito para o substituir em Lisboa.
Lisboa, 2 de Setembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da boa saúde da família real.
Lisboa, 2 de Setembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia lista de despesas de Março de 1760 até Agosto de 1760.
Lisboa, 9 de Setembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que tomou conhecimento da nomeação de Aires de Sá e Melo para a Legação de Portugal em Nápoles e que já tem as suas credenciais. Informa que foi visitar Aires de Sá e Melo.
Napoli, 9 de Setembro de 1760.	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Confirma recepção das cartas de Lisboa.
Lisboa, 16 de Setembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa que esteve com Aires de Sá e Melo, mas que não sabe quando será a viagem deste para Nápoles. Diz ter recebido de um amigo notícias de um escrito sobre os jesuítas.
Lisboa, 23 de Setembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Mostrou a gazeta de Nápoles à rainha de Portugal. Recebeu no sábado passado a visita de Aires de Sá que lhe disse que ia partir no fim deste mês. Dá notícia da nomeação de Francisco Xavier de Mendonça para Secretário de Estado da Marinha.
Lisboa, 30 de Setembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que Guevara o informou que não voltaria a Lisboa. Fala da grande estima da rainha de Portugal por Guevara. Sobre o Conde de Oeiras diz que é um homem de grande estima.
Portici, 7 de Outubro de 1760	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Resposta à carta de 23 de Agosto. Diz aguardar o suplemento dos breves pontífices que chegam por via do Príncipe de Iacci, como lhe havia prometido o Conde de Oeiras.
Mafra, 9 de Outubro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Caça abundante me Mafra para grande divertimento dos reis. Quatro meses de luto pela morte da rainha católica, por parte da corte portuguesa. Partida de Aires de Sá e Melo para Nápoles.
Lisboa, 14 de Outubro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recebeu de Tanucci a Gazeta de Nápoles e informou a rainha de Portugal das notícias da dita gazeta. Diz que teve notícia de que a sua mesada será de 200 Ducados por mês.

Lisboa, 14 de Outubro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala na chegada de dois navios portugueses vindos de Macau e da Baía. Informa de um ataque na praça de Alorna no reino de Goa. Falou de tal assunto com o Conde de Oeiras que lhe disse que estas notícias não eram verdadeiras. O Navio da Baía trouxe a notícia da morte do Vice-rei, o Marquês de Lavradio.
Lisboa, 21 de Outubro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa que recebeu a gazeta de Nápoles.
Portici, 21 de Outubro de 1760	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Informa que brevemente será nomeado ministro para suceder Guevara em Lisboa.
Lisboa, 28 de Outubro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa do seu encontro com o Conde de Oeiras que lhe pediu que recomendasse a Tanucci Aires de Sá e Melo, seu parente.
Lisboa, 28 de Outubro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Dá a notícia de que os ingleses se apoderaram de todo o Canadá.
Lisboa, 4 de Novembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da chegada a Lisboa de D. José de Torrero embaixador de Espanha.
Lisboa, 11 de Novembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recebe o aviso de Tanucci a comunicar do envio da ópera “il trionfo di Camillo.
Lisboa, 18 de Novembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> A rainha Fidelíssima diz a Maturi que lhe faltam cartas de Nápoles.
Lisboa, 25 de Novembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Recebe notícias de Pignatelli pela via de Madrid.
Lisboa, 30 de Novembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu o ofício de Tanucci a informar que enviou pela via de Génova uma caixa com cinco exemplares do segundo tomo “Ercolanese”. Em conversa com o Conde de Oeiras disse-lhe que vinha a dita caixa.
Lisboa, 2 de Dezembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala da saúde dos soberanos.
Lisboa, 2 de Dezembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Desculpa os seus gastos como o custo de vida excessivamente caro de Portugal. Pede que lhe sejam cobertas as despesas para o seu retorno a Nápoles após a chegada de novo diplomata.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala da chegada de jesuítas do Pará e Maranhão, uns vão para o cárcere de Azeitão, outros para Itália.
Lisboa, 16 de Dezembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da suspeita de gravidez da Princesa do Brasil. David Peres seu Maestro de musica deu a notícia por segura.
Lisboa, 23 de Dezembro de 1760.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Dezembro de 1760	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Mostra à rainha de Portugal a gazeta de Nápoles.
Lisboa, 6 de Janeiro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que o Conde de Oeiras lhe agradeceu a recomendação que fez de Aires de Sá e Melo a Tanucci.
Nápoles, 13 de Janeiro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> A viagem de Maturi de regresso a Nápoles será assegurada.
Lisboa, 13 de Janeiro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 13 de Janeiro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia a Tanucci o manifesto publicado pelo Abade Platel.
Lisboa, 20 de Janeiro de 1761.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa que já sabe que foi nomeado para ministro em Lisboa Michele Pignatelli.
Lisboa, 21 de Janeiro de 1761.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da viagem de Aires de Sá e Melo de Espanha para Nápoles. Diz que o rei de Portugal lhe pediu que quando escrevesse a Tanucci lhe solicitasse cartas do seu sobrinho rei de Nápoles.
Lisboa, 2 de Fevereiro de 1761.	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que o Conde de Oeiras lhe enviou o segundo tomo Ercolanesi que chegara de Nápoles a Lisboa. Diz que apresentará aos reis de Portugal o dito Tomo.
Salvaterra, 9 de Fevereiro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Mostra à rainha de Portugal a gazeta de Nápoles.
Salvaterra, 16 de Fevereiro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Salvaterra, 23 de Fevereiro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta e de duas óperas, que não podem ser representadas no carnaval devido ao luto pela rainha de Espanha.
Lisboa, 3 de Março de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b>

	Foi obrigado a voltar a Lisboa e foi surpreendido pela febre.
Lisboa, 14 de Março de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Dá notícias de um negociante de Livorno. Envia um decreto mandado publicar pelo rei de Portugal.
Lisboa, 17 de Março de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Fala da sua falta de saúde e diz que foi sangrado duas vezes. Diz que a rainha mandou saber da sua saúde e desejou-lhe as melhoras.
Caserta, 21 de Março de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Carlos de Guevara</b> Diz para continuar a tratar da sua saúde e que estão satisfeitos com os serviços do seu secretário (Maturi).
Lisboa, 31 de Março de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Dá notícia de um terramoto com duração de dois minutos, sem saber que danos provocou.
Lisboa, 31 de Março de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Pede para ser reembolsado pelas despesas que teve com a sua doença.
Lisboa, 7 de Abril de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Dá notícia de um terramoto em Lisboa a 31 de Março, que fez cair algumas casas. Envia para Nápoles um impresso intitulado «Estatuto do colégio Real dos Nobres»
Roma, 11 de Abril de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que passará de Roma para Florença e depois para Parma.
Lisboa, 14 de Abril de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 14 de Abril de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Remete opera para a Rainha, com o título “Zinobia”.
Roma, 27 de Abril de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Conta que teve audiência com o Papa.
Lisboa, 28 de Abril de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Maio de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Caserta, 5 de Maio de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Espera que Pignatelli seja prudente e aja com desenvoltura no que toca às desavenças entre Portugal e Roma.
Lisboa, 12 de Maio de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Envia fôlio com “observação sobre a conduta do ministro de Portugal nos assuntos dos jesuítas.

Parma, 16 de Maio de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Anuncia a sua chegada a Parma. Vai a casa de Du Tillot.
Parma, 17 de Maio de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta
Lisboa, 19 de Maio de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Espera-se a ópera “La Zenobia” enviada por Tanucci pela via de Ricardo Wall.
Génova, 22 de Maio de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa da sua chegada a Génova.
Lisboa, 26 de Maio de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Chega de Nápoles uma embarcação com a bagagem de Pignatelli.
Nápoles, 2 de Junho de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa a recepção das cartas que Pignatelli escreveu de Parma.
Lisboa, 2 de Junho e 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz estar a passar muita necessidade.
Lisboa, 2 de Junho e 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de carta.
Génova, 5 de Junho de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que vai embarcar para Antibo.
Lisboa, 9 de Junho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Jesuítas vindos de Goa partem para Itália.
Lisboa, 10 de Junho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que já corre a notícia de que Aires de Sá foi nomeado para ministro em Nápoles. Diz que o Conde de Oeiras fala muito vantajosamente de Aires de Sá. Diz que Aires de Sá é pouco conhecido em Lisboa, porque esteve sempre na província.
Nápoles, 16 de Junho de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Maturi</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 16 de Junho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Barcelona, 20 de Junho de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa da sua chegada a Barcelona e diz que a sua demora naquela cidade será de poucos dias.
Lisboa, 30 de Junho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Chegam dois elefantes de Angola para o Rei de Portugal.

Nápoles, 7 de Julho de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção da carta que avisa da chegada de Pignatelli a Barcelona.
Lisboa, 7 de Julho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Madrid, 14 de Julho de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que chegou a Madrid no dia 10 de Julho. Participa a sua chegada a Madrid ao Conde de Oeiras e a D. Luís da Cunha Manuel por intermédio de Maturi.
Lisboa, 14 de Julho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa de ter ido jantar a casa do Conde de Oeiras, onde leu p uma memória apresentada pelo Cardeal Orsini ao Papa.
Lisboa, 21 de Julho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Balsaino, 28 de Julho de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Caça com Carlos III em Balsaino.
Lisboa, 28 de Julho de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Rainha recebe ópera de Parma e de Nápoles.
Nápoles, 4 de Agosto de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de carta enviada de Madrid por Pignatelli.
Balsaino, 4 de Agosto de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Agosto de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Agosto de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Palacio, 15 de Agosto de 1761	<b>De Bernardo Tanucci paraCarlos de Guevara</b> Termina legalmente a representação de Guevara em Lisboa.
Nápoles, 18 de Agosto de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Informa que enviou ao Abade Maturi carta do rei de Nápoles para o rei Fidelíssimo, para ser entregue a D. Luís da Cunha.
Lisboa, 18 de Agosto de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 22 de Agosto de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Anuncia o nascimento do filho da Princesa do Brasil.
Lisboa, 25 de Agosto de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Informa da chegada de Pignatelli a Lisboa.

Lisboa, 25 de Agosto de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Informa que chegou a Lisboa a 22 de Agosto. Ao chegar a Aldeia Galega, onde era esperado por duas embarcações, foi conduzido pelo Tejo até Belém.</p> <p>Diz que a barraca onde vai habitar se encontra em Belém e será a mesma onde residira Guevara.</p> <p>Descreve a cidade de Lisboa como a viu ao aportar.</p> <p>Diz que a sua barraca se encontra em frente à do embaixador de Espanha.</p>
Lisboa, 26 de Agosto de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que Maturi se justifica com a sua avançada idade para não permanecer ao seu serviço em Lisboa.</p>
Lisboa, 1 de Setembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Conta como foi a primeira audiência com o Rei. O rei falou-lhe em língua portuguesa.</p> <p>Diz que D. Luís da Cunha lhe restituiu a visita que lhe fez e que os Secretários de Estado não costumam restituir visitas, nem mesmo aos embaixadores.</p> <p>Recebe também visita do Conde de Oeiras.</p>
Lisboa, 1 de Setembro de 1761	<p><b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que foi almoçar a casa do Conde de Oeiras e que este lhe ofereceu um livro intitulado « Institutum Societaty Jesu» Informa que o Conde lhe contou haver lido com prazer na gazeta que o jesuíta D. Genaro Sanches tinha sido exilado do Reino de Nápoles e por tal envia saudações a Tanucci.</p>
Lisboa, 8 de Setembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que o Conde de Oeiras recebeu com sentimento de perfeitíssima estima os cumprimentos que Tanucci encarregou de dar-lhe.</p>
Lisboa, 8 de Setembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Saúde da família real.</p>
Lisboa, 15 de Setembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que o rei de Portugal enviará a Guevara, o costumado presente que dá aos ministros estrangeiros com o seu carácter. Ordem para o aumento da tropa portuguesa. Informa que o Abade Maturi parte em poucos dias.</p>
Lisboa, 15 de Setembro de 1761	<p><b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Informa que a rainha recebe a ópera “La Andromaca”.</p>

Lisboa, 22 de Setembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Informa que o Tribunal da Inquisição procede ao geral auto de fé celebrado num grande claustro no convento de S. Domingos de Lisboa.</p> <p>O último dos condenados foi o Padre Gabriel Malagrida.</p> <p>Conta detalhadamente como foi todo o processo do auto de fé, desde a saída da procissão da igreja da Inquisição às sete da manhã até ao suplício de Malagrida.</p> <p>Diz que o abade Maturi partirá de Lisboa brevemente.</p> <p>Rainha envia dois macacos para o sobrinho, rei de Nápoles.</p>
Lisboa, 22 de Setembro de 1761	<p><b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Pede a Tanucci que dê ordem para lhe serem pagos os meses em atraso. Diz que se tem conseguido manter-se graças à ajuda de um amigo.</p>
Portici, 25 de Setembro de 1761	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Lamenta a falta de cartas de Pignatelli e diz que tem recebido correspondência do cônsul Moreschi.</p>
Lisboa, 29 de Setembro de 1761	<p><b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Pede para receber a sua mesada até ao mês de Dezembro.</p>
Lisboa, 29 de Setembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Espera conseguir uma cópia da sentença de Malagrida para Transmitir a Tanucci.</p> <p>Diz que Maturi fará a sua viagem por terra porque detesta o mar.</p>
Portici, 29 de Setembro de 1761	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Acusa recepção de carta.</p>
Nápoles, 3 de Outubro de 1761.	<p><b>De Carlos de Guevara para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Informa ter recebido carta de Pignatelli vinda de Lisboa.</p>
Lisboa, 6 de Outubro de 1761	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>A Rainha pede que através de Pignatelli seja recomendado junto ao rei de Nápoles D. Lucca Sovane.</p> <p>Pignatelli pede ao rei de Nápoles uma pensão para um sobrinho que vive em Ostuni.</p> <p>Diz que o Conde de Oeiras o favorece em todas as ocasiões e que lhe havia pedido que remetesse a Tanucci os estatutos dos padres da Companhia, em dois Tomos, estampados em Praga no ano de 1757.</p> <p>Vai enviar a obra pela via de Génova ou de Livorno.</p>
Portici, 6 de Outubro de 1761	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Acusa recepção de carta</p>

Lisboa, 13 de Outubro de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Informa sobre os planos de Carvalho e Melo para as forças militares portuguesas. Envia anexo, um exemplar da Lei impressa, proibindo a vinda de escravos dos estabelecimentos ultramarinos.
Lisboa, 13 de Outubro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Portici, 13 de Outubro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 20 de Outubro de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Envia cópia de uma carta sobre o auto de fé de Malagrida, escrita pelo Abade Platel.
Lisboa, 20 de Outubro de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Pignatelli foi apresentado à Rainha fidelíssima.
Portici, 20 de Outubro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz ter recebido carta do Régio Cônsul Moreschi.
Lisboa, 21 de Outubro de 1761	<b>De Giuseppe Maturi para Bernardo Tanucci</b> Diz que foi visitar o Conde de Oeiras, que está em casa devido a um problema numa perna e que o mesmo lhe perguntou pela saúde de Tanucci.
Portici, 21 de Outubro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 27 de Outubro de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Fala sobre a maçonaria. “Diz que o Conde de Oeiras já viu a constituição impressa em Praga, em 1752.
Lisboa, 27 de Outubro de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Dá notícia do transporte de negros de Cabo Verde para o Brasil. Condessa de Atouguia transportada para o convento de Chelas.
Lisboa, 3 de Novembro de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que apesar de ser napolitano vê como necessária a existência do Santo Ofício em Portugal.
Lisboa, 3 de Novembro de 1761	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Informa da sua audiência de apresentação a 29 do passado mês. Fala de um levantamento de tropas nos portos portugueses. Informa sobre 3 tremores de terra pouco intensos.
Nápoles, 3 de Novembro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que em Roma se mantém um profundo silêncio sobre o sucedido com Malagrida.

Lisboa, 10 de Novembro de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Recebe carta de Tanucci que lhe pede para encarregar o cônsul (Moreschi) para se corresponder diretamente com a sua secretaria sobre os assuntos de comércio e outros da inspeção do mesmo.
Lisboa, 10 de Novembro de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Afirma que a Inglaterra tem uma grande influência sobre Portugal.
Portici, 15 de Novembro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 17 de Novembro de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu carta do cônsul Moreschi. Diz que em Lisboa se espera a publicação da Bulla Cruzada. Informa que a corte portuguesa nomeará Cardeal o irmão do Conde de Oeiras, Paulo de Carvalho, que é Cabo do Tribunal da Bulla, um dos Inquisidores do Santo Ofício e Ministro encarregado de todos os assuntos da rainha.
Lisboa, 24 de Novembro de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Faltam cartas de Itália.
Nápoles, 1 de Dezembro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 1 de Dezembro de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa que Maturi continua em Lisboa.
Nápoles, 8 de Dezembro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> A pedido da Rainha fidelíssima, o rei de Nápoles concederá uma pensão a D. Luca António filho de D. Felice Giovine.
Nápoles, 8 de Dezembro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 8 de Dezembro de 1761	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 15 de Dezembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que os portugueses aplaudiram muito a lei que proíbe a competição futura de negros no reino e informa que se espera uma outra lei, a seu tempo, que modera a atuação de cidadãos nas obras suprimindo a falta de negros.
Nápoles, 15 de Dezembro de 1761	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Agradece o envio de notícias.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que o rei de Portugal é adorado pelos súbditos e respeitado pelos forasteiros que passam por Lisboa.</p> <p>Faz a sua descrição sobre o rei, rainha e sobre o Conde de Oeiras.</p> <p>Faz uma descrição da nobreza.</p> <p>Descreve o poder que o Conde de Oeiras tem na política do reino.</p>
Lisboa, 22 de Dezembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Vozes que dizem que a guerra entre Inglaterra e Espanha é inevitável.</p>
Lisboa, 29 de Dezembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que ainda não teve oportunidade de começar a tratar de um possível acordo de comércio.</p> <p>Acusa ter recebido uma carta confidencial de Tanucci com instruções sobre como prosseguir com a proposta de acordo comercial com os portugueses.</p> <p>Fala dos progressos do reino de Portugal com as políticas de Carvalho e Melo.</p> <p>Diz que manifestará a Carvalho e Melo o sentimento de estima que Tanucci nutre por ele.</p>
Lisboa, 29 de Dezembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Assegura a Tanucci que o Conde de Oeiras, não só é seu amigo como adorador .</p> <p>Diz que vai, segundo ordem dada por Tanucci, tratar dos assuntos do comércio de Trigo da Sicília entre Portugal e Nápoles.</p>
Lisboa, 29 de Dezembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que não houve boas reações em Portugal acerca da condenação de Pagliarini.</p> <p>Diz que se fala em futuros problemas que a Nação portuguesa pode ter no seu comércio e em particular aquele que ela fazia na Espanha e por meio da Espanha.</p> <p>Diz que a guerra poderá vir a ser muito incómoda para Portugal.</p>
Lisboa, 29 de Dezembro de 1761	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente em cifra</p> <p>Diz que a corte portuguesa se encontra em angústia, prevendo a declaração de guerra.</p> <p>Informa que a tropa portuguesa é pouca e sem disciplina e que se fazem esforços para a aumentar.</p>
Lisboa, 1 de Janeiro de 1762	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente escrita em cifra.</p> <p>Diz que os portugueses esperam que o rei de Espanha deixe esta corte permanecer neutral, porque muito bem conhece quais as vantagens da vizinhança de um reino neutral, e o livre comércio que esta nação faz na Espanha e na América</p>

	Medo em relação a França.
Lisboa, 5 de Janeiro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Informa da publicação de um novo sistema de governo da Real Fazenda. Formou-se um novo tribunal, presidido pelo rei e como seu lugar-tenente o Conde de Oeiras. Envia em anexo a distribuição da planta, e de deveres deste novo Tribunal.</p> <p>Diz que vai enviar, mal esteja impressa, a Instituição do Novo Sistema de Economia.</p>
Lisboa, 5 de Janeiro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente escrita em cifra: Diz que tem havido nos últimos dias muitos Conselhos de Estado extraordinários.</p>
Lisboa, 12 de Janeiro de 1762	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Diz a Pignatelli para se valer das cifras na escrita de alguns dos seus ofícios.</p>
Lisboa, 12 de Janeiro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Entrega à Rainha um diploma do Rei de Nápoles a recomendar D. Luís António Sovane. Diz que se nomeou para Ministro em Haia o Sr. D. José de Sá Pereira. Envia anexo, escritos sobre assunto de finanças, de economia e bom governo do real erário.</p>
Lisboa, 19 de Janeiro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Não há novidades para transmitir.</p>
Lisboa, 26 de Janeiro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Acusa recepção de carta por via de Ricardo Wall.</p>
Nápoles, 26 de Janeiro de 1762	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Resposta à cifra de Pignatelli de 29 de Dezembro de 1761. Diz que a Inglaterra quer assegurar o seu imperioso comércio sobre os portugueses. Revela que Aires de Sá e Melo é da mesma opinião.</p>
Lisboa, 2 de Fevereiro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Fala no retardo propositado de notícias inglesas.</p>
Nápoles, 9 de Fevereiro de 1762	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Chegam cartas de Pignatelli pela via de Espanha. Elogia o bom trabalho e empenho de Pignatelli, em dar-lhe plena descrição do comércio português.</p>

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que nenhum jesuíta preso pela Inquisição foi posto em liberdade.
Nápoles, 16 de Fevereiro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que enviará duas óperas para a Rainha, uma de Bach e outra do compositor napolitano Gregório Sciroli.
Nápoles, 16 de Fevereiro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Informa da assinatura do Pacto de Família. Diz que em Nápoles está tudo tranquilo.
Lisboa, 16 de Fevereiro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que enviou o seu mestre de casa a Salvaterra para saber da saúde da família real.
Lisboa, 16 de Fevereiro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Informa que continuam os preparativos de guerra.
Lisboa, 16 de Fevereiro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que esta semana nada há para escrever em officio.
Lisboa, 23 de Fevereiro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Começa-se a falar na reconciliação entre a corte portuguesa e Roma. Informa que José de Sá Pereira foi rapidamente enviado para Londres para suportar o Ministro residente, Melo e Castro. Na mesma semana partem de Lisboa D. Vicente de Souza Coutinho, acompanhado de Giuseppe Maturi.
Lisboa, 23 de Fevereiro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 23 de Fevereiro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra. Agradece a Tanucci a prevenção que lhe faz de ser falso o que as gazetas e as cartas transmitem sobre os distúrbios de Nápoles com a Inglaterra. Informa que não há indícios de uma reconciliação entre a corte portuguesa e a Santa Sé.
Nápoles, 23 de Fevereiro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que em França já há uma resolução real para a questão dos jesuítas, mas a sua publicação foi suspensa.
Caserta, 2 de Março de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 2 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que remete para Nápoles um foglio numérico.
Lisboa, 2 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Publicou-se a ordem nos três reinos de Inglaterra, Escócia e Irlanda para impedir a saída de navios mercantis.

Lisboa, 2 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Notam-se claramente os preparativos para a guerra.
Lisboa, 2 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Informa que a viagem do nomeado Ministro para Turim será feita por terra. Diz estar curioso sobre a passagem deste Ministro por Madrid. Diz que o governo de Lisboa está pouco satisfeito com o Embaixador José da Silva Pessanha.
Lisboa, (carta recebida em Nápoles a 5 de Março)	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Rumores de que os ingleses apoiam as pretensões do Rei de Sardenha sobre a Sicília.
Lisboa, (carta recebida em Nápoles a 5 de Março)	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Confessa ter em várias ocasiões escrito qualquer coisa a algum dos seus amigos e de ter informado com folhetos alguns dos Ministros napolitanos noutras cortes das notícias aqui correntes. Diz que apenas escreve aquilo que não merece nenhum segredo. Agradece a Tanucci pelo advertimento.
Caserta, 9 de Março de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Recebeu pela via de Génova um pacote de livros expedido por Pignatelli. Envia por Ricardo Wall uma ópera de Catone .
Lisboa, 9 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Diz ter pena de Portugal se for perturbada a sua paz. Diz que Portugal sofrerá qualquer que seja o seu lado neste confronto. São denunciados dois jesuítas à inquisição.
Lisboa, 9 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Pede instruções de como agir a Tanucci. Supõe que a relação próxima entre Nápoles e Espanha o tornam suspeito.
Lisboa, 9 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa que o tribunal de economia foi posto nos exercícios das suas funções, assistido sempre pela presença do Sr. Conde de Oeiras. Diz que Giuseppe Maturi apresentará a Tanucci quando chegar a Nápoles um livro com o Título «Retrato dos Jesuítas»

Lisboa, 9 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Fala da possibilidade de um acordo de comércio entre Portugal e Nápoles. Diz que o Conde de Oeiras está supreso de saber que Pagliarini está em Nápoles graças a Tanucci e aplaude a situação. Dis ter sido lida ao rei de Portugal, pelo Code de Oeiras, uma carta de Tanucci sobre a causa de Pagliarini.
Lisboa, 16 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que envia carta por um por um correio do embaixador de Espanha, até Madrid e espera que este chegue a Nápoles antes do correio ordinário que envia de Lisboa.
Lisboa, 16 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Informa que D. Vicente de Sousa Coutinho, atravessou o Tejo para seguir a sua viagem para Turim, por Madrid, e com ele partiu também o Abade Maturi.
Lisboa, 16 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em Cifra: Informa que partiu de Inglaterra uma soma de muitos navios com oito mil soldados que se dizem para qualquer costa da Espanha, Nápoles ou Sicília.
Caserta, 16 de Março de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 20 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra. O Conde de Oeiras disse que em quatro dias daria aos Ministros espanhol e francês uma resposta. Fala na recusa portuguesa à aliança com Espanha e França.
Lisboa, 23 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Fazem-se os preparativos para a guerra.
Lisboa, 23 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Rainha de Portugal agradece e deseja as composições musicais vindas de Nápoles. Informa já ter passado de Badajoz para Lisboa sob escolta o secretário de D. José da Silva Pessanha portador do resto do tesouro que compõe a herança da rainha Bárbara de Bragança.
Caserta, 23 de Março de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Chegam pela via de Génova livros enviados por Pignatelli por ordem do Conde de Oeiras.
Lisboa, 24 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Recebe carta de Tanucci a falar dos principais géneros que se devem comerciar com Portugal em caso de acordo. Afirma que a possibilidade de um acordo comercial está próxima.

Lisboa, 30 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que não tem nenhuma novidade sobre o assunto do comércio, mas que considera ser a altura ideal para estabelecer um acordo comercial entre Portugal e Nápoles.
Caserta, 30 de Março de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que as cartas de Pignatelli chegam a Nápoles com toda a regularidade.
Lisboa, 30 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que continuam os preparativos bélicos em todo o reino.
Lisboa, 30 de Março de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Informa que D. João da Bemposta filho natural do infante D. Francisco passou com a sua esquadra em Inglaterra para unir-se à grande expedição que aí se prepara para a colónia do Sacramento. Não se tem a certeza quanto ao destino certo desta esquadra portuguesa.
Lisboa, 5 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que vai enviar nessa noite um foglio através de um expresse que o embaixador de Espanha enviará a Madrid e que, provavelmente chegará a Nápoles mais rápido que o correio ordinário.
Lisboa, 6 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que o pacote da presente semana não lhe trouxe a ópera, que Tanucci havia já expedido de Nápoles, pela via de Madrid.
Lisboa, 6 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta escrita em cifra: O secretário de estado apresenta ao rei uma memória dirigida pelos ministros de Espanha e França. A esta memória respondeu o rei que não consentia a entrada de armas espanholas neste reino.
Nápoles, 6 de Abril de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que Itália permanece em paz.
Caserta, 13 de Abril de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de carta.
Lisboa, 13 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Chega notícia de Madrid sobre o violento ataque de peito que deu ao abade Maturi, no entanto, já está fora de perigo.
Lisboa, 13 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que Carvalho e Melo acolhe sempre com igual reconhecimento os atestados de amizade que Tanucci lhe dirige e corresponde com a mesma estima.

Lisboa, 13 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta escrita totalmente em cifra: Informa da criação de dois campos de força armada, um no Alentejo outro em Santa Rena do Tejo. Não se sabe se a tropa espanhola já entrou em Portugal. Em Lisboa resta apenas um regimento, para guardar o palácio.
Caserta, 13 de Abril de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 20 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente em cifra: Avisa que os espanhóis já entraram em Portugal e que a defesa está preparada e que os ingleses dão como segura a guerra em Itália, e dizem que o Estado de Parma será o primeiro a ser atacado pelo rei da Sardenha.
Lisboa, 20 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa da publicação de “uma lei, em virtude da qual todos o súbditos de S.M. não podem usar no futuro em Lisboa outra viatura, que não seja a dois animais.
Caserta, 20 de Abril de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que continua a enviar pela via de Ricardo Wall as composições apresentadas no Real Teatro de Nápoles.
Lisboa, 23 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente em cifra: Diz que a sua é aquela que convém a um representante de uma potência neutral. Diz que continua a receber da corte e do ministério a habitual sutileza, mas que todos os outros o evitam põe causa da guerra.
Lisboa, 27 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Rei fidelíssimo mandada entregar aos ministro de França e Espanha os passaportes. Diz que tomou conhecimento de que Tanucci já havia recebido um pacote de livros, que o Conde de Oeiras lhe havia destinado.
Lisboa, 27 de Abril de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Informa que recebeu ordem sobre do Rei católico sobre a forma como deve proceder no envio das cifras. Explica como vai proceder no envio de informações secretas que possa interessar a Espanha.
Caserta, 27 de Abril de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Caserta, 4 de Maio de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que no reino de Nápoles continua tudo em paz.

Lisboa, 4 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa que recebeu carta confidencial de Tanucci sobre a possibilidade do acordo comercial com Portugal.
Lisboa, 4 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Embora ainda não haja notícias sobre ataque espanhol, continuam os preparativos para a guerra.
Lisboa, 4 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu carta de Giuseppe Maturi, que assegura ter já escapado do perigo de sucumbir ao estupor sofrido. Permanece a paz.
Caserta, 11 de Maio de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de carta.
Caserta, 11 de Maio de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Resposta à cifra de Pignatelli de 13 de Abril. Acusa recepção de cifra.
Lisboa, 11 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Lamenta a falta de cartas de Nápoles. Está tudo na expectativa de uma inevitável guerra. Chega a Portugal tropa Irlandesa com 2200 homens.  O Embaixador de Espanha está em Estremoz, onde deverá manter-se até à chegada de D. José da Silva Pessanha. Chega naquela semana pela via de Ricardo Wall uma ópera para a Rainha.
Lisboa, 11 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Elogia os irlandeses enviados para Portugal.  Diz que o embaixador de espanhol continua em Estremoz.  Tem opinião de que José da Silva Pessanha vai perder a liberdade e talvez a vida quando chegar a Lisboa, por ser considerado traidor.
Lisboa, 18 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Situação de miséria e fome em Portugal. Diz que José da Silva Pessanha está ciente do cativo se vier a Lisboa.
Lisboa, 18 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que há possibilidade de haver uma interrupção na troca de correspondência com Tanucci por causa da guerra.  Diz que a guerra está a dificultar a possibilidade de um tratado de comércio entre Nápoles e Lisboa.
Caserta, 18 de Maio de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que está uma ópera napolitana a caminho de Lisboa, pela via de Ricardo Wall.

Caserta, 18 de Maio de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Resposta à cifra de Pignatelli de 20 de Abril, acusa recepção de cifra.
Caserta, 25 de Maio de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Caserta, 25 de Maio de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Resposta à cifra de Pignatelli de 27 de Abril. Diz que tem piedade da aflição em que está a rainha de Portugal por conta da guerra.
Lisboa, 1 de Junho de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas. Fala da manutenção da paz em Itália.
Lisboa, 4 de Junho de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra. Diz que a cavalaria inglesa vem animar a coragem dos portugueses.
Lisboa, 4 de Junho de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que vai enviar a presente carta pela via do Cônsul de Génova e que havia expedido a anterior pela via de Londres.
Nápoles, 8 de Junho de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 9 de Junho de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra. Informa que as cartas dizem que se enviará para Portugal um subsídio de quatrocentas mil libras esterlinas. Revela que já há fome em Portugal por conta da guerra. Informa que José da Silva Pessanha já se encontra em Elvas.
Nápoles, 15 de Junho de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Resposta à cifra de Pignatelli de 18 de Maio. Tanucci lamenta profundamente o corte de relações entre Portugal e Espanha.
Lisboa, 20 de Julho de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Revela estarem oito mil militares espanhóis em Castelo Branco e outros em Abrantes.
Lisboa, 29 de Julho de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Manda a presente carta pelo capitão de um navio napolitano que sai de Lisboa para Cádiz. Espanhóis destroem as fortificações de Chaves, dizendo que esta notícia não é confirmada de bom canal. Diz que a comercialização dos cereais napolitanos está a correr bem e que os negociantes para quem vieram têm-se declarado satisfeitíssimos.

Lisboa, 2 de Agosto de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu cartas de Tanucci pela via da Holanda. Quanto a ele, enviou as suas cartas pelas vias de Holanda, Génova, Cádiz e Málaga.
Lisboa, 13 de Agosto de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Exército português e inglês em quartéis separados, portugueses estão estabelecidos em Abrantes e os ingleses em Tomar. O exército tem falta de tudo. A corte não sabe de onde tirar dinheiro para as despesas de guerra. Pignatelli manda carta pela via de Londres para desviar algumas suspeitas de espionagem que recaem sobre ele.
Lisboa, 13 de Agosto de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Suspeitas de nova gravidez da princesa do Brasil. Envia alguns folhos estampados a Tanucci.
Lisboa, 28 de Agosto de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Diz que há cada vez mais miséria e doenças em Portugal causada pela guerra e que Carvalho e Melo está angustiadíssimo. Diz existirem rumores de que Carvalho e Melo caiu já em desgraça do rei
Lisboa, 28 de Agosto de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Envia esta carta por um navio holandês que parte para Génova e acredita que esta chegará primeiro do que uma antecedente que expediu por Londres, por isso, envia também o duplicado da dita carta antecedente.
Nápoles, 2 de Setembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Recebe carta de Pignatelli pela via de Amesterdão e o duplicado por Cádiz. Diz que lamenta a privação em que Pignatelli se encontra do recebimento de cartas de Nápoles.
Lisboa, 5 de Setembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que em Portugal se elogia muito o General Conde de Lippe.
Lisboa, 5 de Setembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente em cifra: Diz que há 4 mil militares no sul do país. Diz que é mentira o que se diz sobre a desgraça de Carvalho e Melo, que continua nas suas funções
Lisboa, 8 de Setembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Fala do plano de Lippe de invadir a Espanha pela Estremadura.

Lisboa, 8 de Setembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Diz que Portugal está confiante no general Lippe e com esperança na proximidade da paz. Envia um elogio escrito que um italiano fez ao Conde de Oeiras. Diz ter sido informado pelo vice-cônsul de Nápoles em Faro da entrada de um navio inglês naquele porto.
Lisboa, 8 de Setembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa ter recebido carta confidencial de Tanucci onde lhe explica as intenções respeitante aos custos abundantes dos cereais que se poderia dar a Portugal.
Portici, 14 de Setembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 19 de Setembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Exército inglês retorna de Almeida para Abrantes. Tropas portuguesas em Abrantes perderam muita gente por desconforto e fome.
Lisboa, 19 de Setembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Espera que chegue pela via do cônsul de Génova o «Drama de Sesostri» para entregar à rainha fidelíssima. Espera-se pela paz entre as potências depois do ataque em Almeida. Já se fala do envio de embaixadores portugueses para França e Espanha.
Portici, 21 de Setembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Permanece a tranquilidade em Itália.
Portici, 28 de Setembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Permanece a paz em Itália. Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 1 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Diz que o Conde de Lippe permanece em grandíssima angustia pelo inimigo que avança, e vê a sua armada incapaz de disciplina, mal nutrida, mal vestida e não paga. Carvalho e Melo resolve deslocar-se até Abrantes. Diz que Carvalho e Melo quer demonstrar que não é a favor dos ingleses e quer fazer subitamente a paz com o rei Católico a todo o custo.
Lisboa, 1 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Ainda se fala da possibilidade de um ataque espanhol ao quartel de Abrantes.
Portici, 5 de Outubro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Tanucci diz já conhecer os motivos que embaraçaram a correspondência entre ele e Pignatelli.

Lisboa, 8 de Outubro de 1762	Explica que durante quatro semanas não saíram barcos para Inglaterra ficando impedido de expedir o correio por esta via, apenas consegue enviar esta pela via holandesa.
Lisboa, 8 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Continuam os preparativos bélicos. Fala do mau estado exército português.
Lisboa, 8 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que o correio está menos frequente e mais incerto.”
Lisboa, 8 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Encontro entre o Conde de Oeiras e Lippe para conferenciarem sobre o estado precário do exército português. Saiu um édito que informa do castigo a qualquer um que faltasse com a obediência ao comando.
Lisboa, 12 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Espera ópera (Sesostri) que vem pela via de Génova.
Lisboa, 12 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Informa que a armada portuguesa se retirou toda do campo de Abrantes. Diz que foi falsa a voz que corria sobre uma suspensão das hostilidades em Portugal. Continuam as reclamações pelo silêncio de Londres quanto ao tratado de pacificação.
Portici, 12 de Outubro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 14 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 16 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Negoceia-se a paz em Paris. Esta segue por um correio piemontês.
Lisboa, 16 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Revela que é através da sua pessoa que são entregues as cartas da Rainha-mãe de Espanha para a Rainha fidelíssima.
Lisboa, 19 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que se alegra de serem falsas as notícias da queda do Conde de Oeiras.
Portici, 19 de Outubro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Lisboa, 22 de Outubro de 1762	<b>De Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b>

	Diz que Pignatelli se mantém vivo e a gozar de boa saúde.
Portici, 26 de Outubro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Fala-se da paz.
Lisboa, 28 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Informa que uma embarcação napolitana foi forçada por tempestades violentas a refugiar-se no porto de Cascais.
Lisboa, 28 de Outubro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Diz-se que a armada espanhola já foi inteiramente retirada algumas léguas para lá de Castelo Branco. Considera terminada a campanha de guerra.
Caserta, 2 de Novembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Portici, 9 de Novembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> O rei aprovou a nota de transporte de cartas desse ministério.
Lisboa, 9 de Novembro de 1762	<b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Fala-se em estabelecer a paz. Diz que o Conde de Oeiras deseja a paz, mas gostaria que fosse toda por obra dos ingleses, porque prevê que isso muito custará a Portugal. Diz que não entende o resultado da guerra, pois Espanha tinha uma armada formidável, bem paga, assistida de tudo.
Portici, 16 de Novembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Elogia o trabalho de Pignatelli apesar das dificuldades presentes no envio dos ofícios.
Portici, 23 de Novembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Já conhece os preliminares da paz. Diz que não tem recebidos cartas de Lisboa.
Nápoles, 30 de Novembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa recepção de cartas.
Nápoles, 7 de Dezembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Europa com as atenções viradas para a possibilidade pacificação.
Nápoles, 14 de Dezembro de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Já se anunciam as providências para ratificar os preliminares da paz.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Cifra: Informa sobre a atual suspensão de armas. Prevêem-se grandes debates entre esta corte e Londres, quanto ao comércio e privilégios da nação inglesa. Para este efeito virá um embaixador extraordinário.</p> <p>Informa que o Conde de Oeiras partiu sábado, 4 do corrente para o Alentejo para conferenciar, com o Conde de Lippe e talvez com algum General espanhol.</p> <p>Diz-se que o Rei Católico escreveu à Rainha sua irmã de querer a paz e que para além da proposta de aliança não existia, outra forma de livrar Portugal da escravatura perante os ingleses.</p> <p>A Rainha Fidelíssima disse a Pignatelli que a correspondência entre ela e a sua mãe continua.</p> <p>Diz haver rumores de que a Espanha será obrigada a sacrificar a Florida para reaver Havana.</p>
Lisboa, 18 de Dezembro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente escrita em cifra:</p> <p>Diz-se honrado com as reflexões de Tanucci nos foglios que envia.</p> <p>Diz que começam já os ingleses a falar das suas pretensões após a guerra.</p> <p>“Rumores de que se poderá abolir a Companhia do vinho.</p>
Nápoles, 21 de Dezembro de 1762	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Acusa recepção de cartas</p> <p>Envia a gazeta de Nápoles daquele dia.</p>
Lisboa, 28 de Dezembro de 1762	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente escrita em cifra:</p> <p>Diz que já se conhece o conteúdo dos preliminares (da paz). Espanha cede a Florida aos ingleses.</p> <p>Continua a correspondência entre Suas Majestades a rainha – mãe e filha mas o Rei Católico não escreveu até agora à irmã.</p>
Nápoles, 28 de Dezembro de 1762	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Acusa recepção de cartas após algum tempo sem receber.</p>

ASN-Esteri,  
Busta 921

Lisboa, 25 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que a cidade de Miranda se rendeu às armas espanholas, assim como, Bragança e Braga. Informa da publicação de alguns éditos, nos quais se proíbe o comércio e negocio entre este reino e aquele de Espanha. E impõe-se ao súbditos da Espanha e da França saírem destes domínios dentro de quinze dias, sob pena de serem acusados como inimigos do Estado. Envia um exemplar deste édito. Embora tenha sido suspenso o comércio, Pignatelli pensa que não será suspenso, por enquanto, a transmissão de correio entre Portugal e Espanha.
Lisboa, 25 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que tem trabalhado no sentido da passagem segura do trigo napolitano para Portugal.
Lisboa, 31 de Maio de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que envia correio por um amigo que vai para Badajoz e de lá seguirá para Madrid onde será entregue ao Principe della Católica que por sua vez o remeterá a Tanucci.
Nápoles, 6 de Julho de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que já sabe os motivos do retardo do correio de Lisboa. Diz que Tendo em conta a contingência atual considera-se indispensável a via da Inglaterra para o envio do correio.
Nápoles, 13 de Julho de 1762	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Novembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real. Pede autorização para a saída de um siciliano, Giuseppe Morroi.
Lisboa, 9 de Novembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Agradece a Tanucci as notícias que lhe comunica sobre os assuntos da Europa.
Lisboa, 17 de Novembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Manda o presente ofício pela via de Londres. Diz que estão privados de qualquer notícia vinda de países estrangeiros, já que nenhum outro paquete depois daquele de 9 do corrente mês veio ao porto de Lisboa. Informa que a tropa espanhola já se retirou de Portugal. Informa do retorno de diversos generais ingleses a Lisboa e alguns destes resolveram voltar para Inglaterra. Refere a publicação da prorrogação da Bula Cruzada por mais um ano.
Lisboa, 15 de Dezembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que o Conde de Lippe não partirá antes da próxima primavera estando ocupado neste inverno a regular as coisas militares do reino de Portugal. Fala de uma espécie de represália feita em Espanha a um navio de

	comércio napolitano que vinha de Lisboa com sal, cujo comerciante era napolitano Patrão Balsamo.
Lisboa, 15 de Dezembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Ofício totalmente escrito em cifra: Fala dos preliminares da paz.
Lisboa, 18 de Dezembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que deve espera pela abertura do tráfico do correio para Madrid e poder retomar o correio a sua usual regularidade.
Lisboa, 28 de Dezembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Ofício totalmente escrito em cifra: Já se conhecem em Lisboa os preliminares da paz. Continua a correspondência entre a Rainha -mãe e filha. (Mariana Vitória e Elizabete Farnesio)
Lisboa, 28 de Dezembro de 1762	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que Martinho de Melo e Castro passará a Paris como ministro ordinário para o Tratado de Paris.
Lisboa, 4 de Janeiro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Informa que chegou o 3º tomo das antiguidades de Herculano.
Nápoles, 4 de Janeiro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Tanucci envia foglio que permitirá ao siciliano Morrois regressar.
Lisboa, 11 de Janeiro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Diz que Portugal quer investir na reforma militar após a paz.
Lisboa, 11 de Janeiro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que o presente ofício, só chegará a Madrid depois da partida do correio extraordinário que de lá parte para Nápoles.
Nápoles, 11 de Janeiro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que as cartas que recebeu de Paris informam sobre a chegada de Martinho de Melo e Castro.
Lisboa, 15 de Janeiro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Diz que o Conde de Oeiras tem ciúmes do Conde de Lippe, pela consideração grande que lhe tem o rei. O Conde de Oeiras vai a Salvaterra com toda a família, para não deixar um momento o soberano em conferência particular com o sobredito General. Nota com a letra de Tanucci que diz ser importante guardar outra cópia desta cifra por prevenção.
Lisboa, 18 de Janeiro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 18 de Janeiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Fala da restituição da paz e afirma que é o momento para tentar novamente um Tratado de comércio com Portugal.</p> <p>Rumores de que será abolida a Real Fabrica da Seda, ou porque não rende contos ou para gratificar alguma nação estrangeira comerciante.</p> <p>Fala da angústia e infelicidade em que tem vivido em Lisboa desde que houve o corte de relações entre Portugal e Espanha.</p> <p>Insinua que participou em algumas reuniões da maçonaria.</p>
Nápoles, 18 de Janeiro de 1763	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Diz que continua a regularidade do correio também durante a privação das que deviam vir de Lisboa.</p>
Lisboa, 22 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente escrita em cifra:</p> <p>Fala da paz.</p> <p>Informa do grande peso do pagamento Décima da qual todos amargamente se queixam.</p>
Nápoles, 22 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Envia a gazeta do dia.</p>
Lisboa, 25 de janeiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Acusa receção de cartas.</p>
Nápoles, 25 de Janeiro de 1763	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Diz que continua privado das cartas de Lisboa.</p>
Lisboa, 1 de Fevereiro de 1763.	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que o Conde de Lippe já foi para Salvaterra, onde se encontra a família real.</p>
Nápoles, 1 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Diz estar satisfeito com o acolhimento que teve, por parte de S. Majestade fidelíssima, o Tomo Herculanense.</p> <p>Fala do andamento do Tratado de Paris e da paz entre a Imperatriz austríaca e o Rei da Prússia.</p>
Nápoles, 8 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Acusa receção de cartas.</p>
Lisboa, 8 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Ofício totalmente escrito em cifra:</p> <p>Diz que em Portugal se combate a abolição da Companhia de Comércio.</p> <p>Diz que só se paga aos soldados ingleses.</p>
Lisboa, 8 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b></p> <p>Rumores de que o Cardeal Torregiani havia deixado de viver, e em consequência se espera a reconciliação com a Santa sé.</p>

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Fala da reconstrução de Lisboa. Diz que se combate a abolição desta Companhia de Comércio, e particularmente daquela do vinho do Porto. Fala da paz com Espanha. Diz que se trabalha na reforma militar.</p>
Lisboa, 15 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente escrita em cifra: Fala do descontentamento em relação ao pagamento da Décima e do aumento dos preços das casas.</p>
Lisboa, 15 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Fala na possibilidade de se nomear para embaixador em Espanha o Cardeal Saldanha.</p>
Nápoles, 15 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Informa Pignatelli de que o rei o mandou transferir de Lisboa para Turim como seu enviado extraordinário, de onde passará o Marquês Caracciolo para a corte de Londres e que para Lisboa será nomeado o Príncipe de S. Severino Albertini.</p>
Nápoles, 15 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Acusa receção de ofícios. Diz que envia as notícias do reino enviando anexa a gazeta do dia.</p>
Lisboa, 22 de Fevereiro de 1763	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que continua a suspensão do correio ordinário de Espanha. Envia o presente ofício pelo correio português que parte para Madrid.</p>
Lisboa, 1 de Março de 1763	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Saúde da Família Real.</p>
Caserta, 1 de Março de 1763.	<p><b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b></p> <p>Diz que o rei e o Conselho de Estado concordam em ajustar as contas de Pignatelli tendo em conta as circunstâncias especiais do tempo da guerra.</p>
Lisboa, 8 de Março de 1763.	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Diz que já não há motivo para as suas cartas de não serem enviadas com normal procedimento, no entanto, não foi ainda estabelecida a reciproca correspondência do correio ordinário de Madrid, aqueles de Cádiz e Sevilha pela via do Algarve está aberta e pratica-se há já diversas semanas.</p>
Lisboa, 8 de Março de 1763.	<p><b>De Michele Pignatelli para Bernardo Tanucci</b></p> <p>Carta totalmente escrita em cifra: Informa que o rei e a rainha disseram que foi inteiramente feita a paz. Fala da benignidade e franqueza com que lhe honra o rei Fidelíssimo, apropriadamente colocando para trás as diferenças passadas.</p>

	Informa que a rainha já se corresponde novamente com o rei Católico.
Caserta, 8 de Março de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que embora não tenha tido notícias de Lisboa envia como normalmente o presente ofício.
Caserta, 15 de Março de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Envia ópera pela via de Espanha.
Lisboa, 15 de Março de 1763.	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Fala da permanência da paz. Fala do restabelecimento do normal funcionamento dos correios para Madrid, mas que ainda há dificuldades que atrasam em alguns dias as expedições por conta do Tratado definitivo em Paris .
Lisboa, 15 de Março de 1763.	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Fala das frequentes conferências entre o ministro sardo e o Conde de Oeiras.
Lisboa, 22 de Março de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Fala do mau estado em que se encontram as suas finanças. Revela não ter meios financeiros para poder pagar a sua viagem de Lisboa para Turim. Pede dinheiro para a viagem para Turim
Caserta, 22 de Março de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 28 de Março de 1763.	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Agradece a ajuda que lhe será fornecida para os seus problemas económicos. Diz que tem estado com gota, o que o impede de sair de casa para tratar dos seus negócios.
Nápoles, 29 de Março de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas
Caserta, 12 de Abril de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 19 de Abril de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Ofício totalmente escrito em cifra: Fala do temor dos portugueses a Carvalho e Melo e da tirania deste secretário de estado.
Caserta, 19 de Abril de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Envia a gazeta do dia. Diz que Turim quer a reconciliação da corte de Roma com a corte portuguesa. Informa que o Cardeal Spinelli é apontado como homem a ser

	empregado no ministério de Papal.
Nápoles, 21 de Junho de 1763	<b>Instruções Diplomáticas</b> Instruções do Príncipe de Cimitile (passa da legação de Londres para a de Lisboa, com o carácter de ministro plenipotenciário).
Nápoles, 21 de Junho de 1763	<b>De Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Diz que envia anexas as instruções e as credenciais de Cimitile.
Madrid, 12 de Julho de 1763	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu as instruções e as credenciais para entregar na sua primeira audiência com o rei de Portugal. Diz que ficará em Madrid até Setembro.
Nápoles, 22 de Agosto de 1763	<b>De Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Diz que continuará a ser remunerado sem interrupção, desde a sua partida de Londres até à sua chegada a Lisboa.
Lisboa, 6 de Setembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 13 de Setembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Agradece as notícias que Tanucci lhe vai dando sobre os fatos da Europa Oriental.
Lisboa, 20 de Setembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 27 de Setembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Avisa do nascimento do Príncipe D. João.
Ajuda, 27 de Setembro de 1763	<b>De D. Luís da Cunha Manuel para Michele Pignatelli</b> D. Luis da Cunha solicita que Pignatelli envie para Nápoles com o seu maço de correspondência a carta dos reis de Portugal para o ei de Nápoles, que avisa do nascimento do príncipe D. João. Manda a carta por esta via porque Aires de Sá já partiu de Nápoles e José de Sá Pereira ainda não chegou.
Lisboa, 4 de outubro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 4 de Outubro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que, apesar paz após a Guerra dos Sete Anos, os reinos envolvidos no confronto vão sentir alguns efeitos do mesmo.
Portici, 11 de Outubro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas. Informa da chegada a Veneza do Duque João Carlos de Bragança acolhido com todas as demonstrações de amor.

Lisboa, 11 de Outubro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Informa da morte do infante recém-nascido.
Portici, 18 de Outubro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Avisa que o Marquês Grimaldi já está em Madrid para desempenhar as suas funções nos negócios estrangeiros.
Lisboa, 18 de Outubro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que já lhe foi dado o passaporte para seguir viagem para Madrid e que partirá nos próximos dias.
Lisboa, 25 de Outubro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real
Lisboa, 25 de Outubro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Fala da miséria em Portugal. Visão que tem do estado da política económica em Portugal.
Portici, 25 de Outubro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Fala do contentamento do rei pelas notícias do feliz parto da sua prima princesa do Brasil.
Lisboa, 1 de Novembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que até agora não teve notícias da chegada do Príncipe de Cimitile.
Portici, 1 de Novembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Dá informações sobre a sucessão na coroa da Polónia. Diz que já avisou para Madrid sobre a passagem de Pignatelli por aquela corte.
Lisboa, 4 de Novembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz ter feito naquele dia, pela última vez, a corte à rainha Fidelíssima.
Portici, 15 de Novembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas
Portici, 8 de Novembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz ter recebido as notícias da morte prematura príncipe D. João.
Portici, 22 de Novembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Diz que Aires de Sá ainda permanece em Nápoles à espera de embarcação para Génova.
S. Lorenzo, 22 de Novembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> A 6 do corrente parte de Aldea Galega o príncipe de Cimitile para Lisboa, viajando através do rio Tejo. Diz que já teve oportunidade de fazer a corte ao rei Católico.
Madrid, 29 de Novembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu a notícia de Tanucci que informa que o Rei de Nápoles ofereceu uma das suas embarcações para transportar Aires

	de Sá até Génova.
Portici, 4 de Dezembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Diz que embora não tenha recebido correspondência de Cimitile, pela irregularidade do correio, envia na mesma o presente ofício.
Nápoles, 6 de Dezembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas.
Madrid, 6 de Dezembro de 1763	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Agradece a Tanucci a informação de que Aires de Sá terá feito a sua audiência de despedida com S.M Siciliana.
Madrid, 13 de Dezembro e 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu a notícia Aires de Sá e Melo está à espera de oportunidade para passar a Génova a bordo da fragata real.
Nápoles, 13 de Dezembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas.
Nápoles, 20 de Dezembro de 1763	<b>De Bernardo Tanucci para Michele Pignatelli</b> Acusa receção de cartas.
Madrid, 20 de Dezembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real espanhola.
Madrid, 27 de Dezembro de 1763	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real espanhola.
Madrid, 3 de Janeiro de 1764	<b>De Michele Pignatellipara Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real espanhola.
Lisboa, 1 de Abril de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Fala da grande fome de Nápoles.
Lisboa, 10 de Abril de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Espera receber melhores notícias sobre a fome de Nápoles.
Lisboa, 23 de Abril de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Diz que o Cardeal Secretário do Vaticano não é a favor de uma reconciliação com a corte portuguesa.
Lisboa, 1 de Maio de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Pede reembolso de despesas extraordinárias.
Lisboa, 15 de Maio de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 22 de Maio de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Informa que o Conde de Oeiras pretende impedir o contínuo contrabando de ouro e diamantes que se faziam nos navios provenientes o Brasil.

Lisboa, 29 de Maio de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 12 de Junho de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Acusa reção de cartas.
Portici, 19 de Junho de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Acusa reção de cartas.
Portici, 26 de Junho de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Reembolso de seis meses de salário por ordem do Rei
Portici, 26 de Agosto de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Acusa reção de cartas.
Lisboa, 18 de Setembro de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu a carta de Tanucci sobre a tença de David Perez da real capela de Palermo, de que é maestro de música proprietário. Diz que David Perez lhe assegura ter tido real permissão para se ausentar daquele serviço em 1748 .
Lisboa, 6 de Novembro de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Informa que José de Sá Pereira se foi despedir dele antes de partir para Nápoles, onde será ministro plenipotenciário da corte Portuguesa.
Lisboa, 13 de Novembro de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Diz que Aires de Sá partirá hoje de Lisboa e que irá com ele Nicolau Pagliarini nomeado secretário de embaixada junto à corte Católica.
Lisboa, 20 de Novembro 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 27 de Novembro de 1764	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família Real.
Portici, 27 de Novembro de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para o Cônsul Giuseppe Moreschi</b> Fala da falta que faz o maestro David Perz no serviço que largou na real capela de Palermo. Pede ao cônsul que faça com que Perez justifique a sua vinda para Lisboa.
Portici, 11 de Dezembro de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Diz ter informado o rei de Nápoles da próxima partida para aquela corte de José de Sá Pereira.
Portici, 18 de Dezembro de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Confirma a chegada regular de cartas de Lisboa. Fala da nomeação de Nicolau Pagliarini para o serviço diplomático português em Espanha.
Nápoles, 25 de Dezembro de 1764	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Acusa receção de cartas.

Lisboa, 1 de Janeiro de 1765	<b>Do cônsul Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b> Resposta à carta de Tanucci de 27 de Novembro de 1764. Diz que intimou David Perez sobre as ordens de S.M Siciliana. Diz que remete a carta de Perez para Tanucci.
Nápoles, 15 de Janeiro de 1765	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Lamenta a falta de cartas de Cimitile.
Lisboa, 4 de Abril de 1765	<b>Do cônsul Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b> Em nome da Princesa de Cimitile escreve a Tanucci, a pedir licença real para sair de Lisboa por doença do diplomata. Moreschi usa o exemplo da licença dada a Carlos de Guevara .
Génova, 1 de Maio de 1765	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Agradece pelo facto do rei lhe ter permitido ir por um ano a Nápoles para restabelecer a sua saúde.
Cimitile, 7 de Junho de 1765	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Informa que chegou ao feudo de Cimitile.
Cimitile, 7 de Junho de 1765	<b>De Príncipe de Cimitile para Bernardo Tanucci</b> Recebe, por Tanucci, notícias do irmão.
Nápoles, 15 de Junho de 1765	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Cimitile</b> Felicita Cimitile por este ter chegado ao seu feudo. Deseja que se restabeleça com os remédios indicados.
Palazio, 24 de Janeiro de 1766	<b>De Bernardo Tanucci para o secretário de Fazenda</b> Rei solicita uma licença de um ano a Cimitile datada de 6 de Novembro de 1764. Voltar à pátria por motivos de saúde.
Palazio, 4 de Julho de 1766	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedónio</b> Minuta- informa Macedonio que o rei o nomeou ministro plenipotenciário para Lisboa.
Portici, 23 de Setembro de 1766	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedónio</b> Informa que a sua mesada como ministro em Portugal será de 10 mil ducados anuais.
Nápoles, 25 de Novembro de 1766	<b>Do rei de Nápoles para o rei de Portugal</b> Credenciais de Macedonio: Vai em substituição de Cimitile, cujo estado de saúde impede o retorno a Lisboa. Macedonio- Mordomo de Semana e Gentil-homem de manga.
Nápoles 25 de Novembro de 1766	<b>De Tanucci para Marquês de Almodovar</b> Recomenda Macedonio ao embaixador de Espanha em Lisboa e pede-lhe que o oriente nos primeiros passos do seu novo Ministério.
Nápoles 25 de Novembro de 1766	<b>Instruções Diplomáticas</b> Instruções de Vespasiano Macedonio nomeado ministro plenipotenciário para Lisboa.
Nápoles, 9 de Dezembro de 1766	<b>Passaporte para Vespasiano Macedonio</b> Mordomo de semana, gentil-homem de Manga parte de Nápoles

	para Lisboa coma sua família.
--	-------------------------------

<b>ASN-Esteri, Busta 922</b>	
Lisboa, 19 de Agosto de 1766	<b>Do cônsul Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b> Fala do preço dos cereais que se mantem ajustado. Chega ópera napolitana pela via de Madrid.
Portici, 23 de Setembro de 1766	<b>De Bernardo Tanucci para Giuseppe Moreschi</b> Diz que fica feliz por a rainha de Portugal apreciar a última ópera enviada.
Madrid, 20 de Janeiro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que chegou a Madrid no dia 17 de Janeiro. Diz que teve oportunidade de beijar a mão do rei Católico no dia seguinte.  Diz que escreveu ao Cônsul Moreschi para que tarte do seu passaporte para entrar em Lisboa.
Lisboa, 16 de Fevereiro de 1767	<b>Do cônsul Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b> Informa da chegada de Macedonio a Lisboa, no dia 1 de fevereiro.
Lisboa, 17 de Fevereiro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que saiu de Madrid a 29 de Janeiro, chegando a Elvas a 6 de Fevereiro chegando no dia seguinte a Lisboa.  Visitou no dia seguinte o Conde de Oeiras e participou por carta a sua chegada a D. Luís da Cunha Manuel. É seguro o tratado de comércio entre Portugal e a Dinamarca.
Lisboa, 24 de Fevereiro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Foi nomeado Ministro português para a corte da Dinamarca.
Lisboa, 3 de Março de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que está em Lisboa há 3 semanas em Lisboa e ainda não recebeu nenhum despacho de Tanucci. Francisco de Melo foi o nomeado para residir como enviado extraordinário na corte da Dinamarca.
Lisboa, 10 de Março de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Oficio totalmente escrito em cifra:  Fala de um artigo que lhe foi dado sobre o Tratado de comércio entre Portugal e a Dinamarca.

	Diz que a pessoa que lhe deu o artigo pede segredo.
Lisboa, 10 de Março de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de um despacho de Tanucci. Espera pela primeira audiência com o rei.
Lisboa, 17 de Março de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala das primeiras audiências que teve com o rei e com a restante família real.
Lisboa, 24 de Março de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala na entrada de vários navios mercantes no porto de Lisboa.
Lisboa, 31 de Março de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que há 3 semanas que não recebe correspondência de Tanucci. Fala do comércio de cereais em Lisboa.
Lisboa, 7 de Abril de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da reconstrução de Lisboa e dos planos para as lojas da cidade. Fala de direitos dos comerciantes estrangeiros.
Lisboa, 14 de Abril de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chega notícia da expulsão dos jesuítas de Espanha. Fala dos barcos mercantis que entraram ultimamente em Lisboa.
Lisboa, 21 de Abril de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que o Conde de Oeiras tem estado por muitos dias incomodado com uma seria fluxão nos olhos.
Lisboa, 28 de Abril de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia carta do rei de Portugal para o rei de Nápoles, acerca da tomada de conhecimento do afastamento, por motivos de saúde, do Príncipe de Cimitile.
Lisboa, 28 de Abril de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da expulsão dos jesuítas de Espanha.
Lisboa, 5 de Maio de 1767	<b>Do cônsul Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b> Diz que Macedonio se mantém vivo e a gozar de boa saúde.
Lisboa, 5 de Maio de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Confirma o seu atestado de vida.
Lisboa, 5 de Maio de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas. As diferenças entre a corte de Londres e a corte portuguesa já se acomodaram. Os ingleses afirmam que a corte portuguesa lhes deve não só por serviços prestado em diversas ocasiões como também pela assistência prestada com a tropa e munições da última guerra.

Lisboa, 12 de Maio de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que foram presos alguns jesuítas que estavam reclusos numa casa distante uma légua de Lisboa na torre da Junqueira.
Lisboa, 19 de Maio de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real
Lisboa, 26 de Maio de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de cartas. Batismo do novo infante na real capela.
Lisboa, 26 de Maio de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala dos seus rendimentos nas funções que exerceu em Nápoles.
Lisboa, 2 de Junho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência. Fala de uma revolta dos habitantes da ilha Terceira, por conta do imposto da Decima. Preparam-se duas embarcações de guerra para irem para os Açores.
Lisboa, 3 de Junho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Sobre a expulsão dos jesuítas de Espanha.
Lisboa, 9 de Junho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envio de esquadra militar para o Brasil, afim de, guardar a fronteira com o Paraguai.
Lisboa, 12 de Junho de 1767	<b>Do cônsul Giuseppe Moreschi para Bernardo Tanucci</b> Torna a confirmar o atestado de vida de Macedonio. (por conta dos saldos que recebia como Tenente Coronel numa Ordem Militar)
Lisboa, 16 de Junho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Confirma receção de correspondência. Vão ser enviadas tropas para o Rio de Janeiro para fazerem frente ao povo do Paraguai.
Lisboa, 20 de Junho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência.
Lisboa, 23 de Junho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Rei de Nápoles faz estudo geral das moedas e Tanucci pede a Macedonio todas as que conseguir de Portugal.
Lisboa, 30 de Junho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência.
Nápoles, 7 de Julho de 1767	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Garante que lhe serão pagos os soldos a que tem direito como Tenente General.
Lisboa, 7 de Julho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Festejos pelo aniversário do Infante D. Pedro em Queluz com a representação do pequeno drama “L’isola disabitata.”

Lisboa, 14 de Julho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Fala da mediação de Espanha na tentativa de reconciliar Portugal e a Santa Sé.
Lisboa, 14 de Julho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que já tem completa a recolha de todas as moedas correntes de Portugal para enviar para a coleção do rei de Nápoles. Diz que continua a procurar as moedas mais antigas.
Lisboa, 21 de Julho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência. Informa que a Condessa de Oeiras fez cantar o Te Deum na igreja dos padres carmelitas pelo restabelecimento da Imperatriz austríaca.
Lisboa, 28 de Julho de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Agosto de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que parte para Londres D. Francisco de Melo para passar a Copenhaga como enviado extraordinário.
Lisboa, 11 de Agosto de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência. Diz que saiu uma nova lei ara a alfândega. Informa que o embaixador de Espanha entregou ao rei Fidelíssimo uma carta do rei Católico que avisa da assinatura do casamento do rei de Nápoles com a arquiduquesa austríaca, D. Maria Josefa.
Lisboa, 11 de Agosto de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Segue, anexo, a lista das despesas referentes ao período que vai de Fevereiro a Agosto de 1767.
Lisboa, 18 de Agosto de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que vai continuar a procurar moedas portuguesas de séculos passados para a coleção de rei de Nápoles.
Lisboa, 18 de Agosto de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chega a Lisboa o novo Ministro inglês, Sr. Lyttelton
Lisboa, 25 de Agosto de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da publicação do livro “Dedução Cronológica e Analítica”.
Lisboa, 1 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que D. José da Silva Pessanha recebeu por ordem do rei de Nápoles o catálogo das Pitture di Ercolano e o primeiro e segundo Tomo daquela e agora pede os Tomos subsequentes.
Lisboa, 1 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real

Nápoles, 8 de Setembro de 1767	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Acusa receção da lista das despesas dos primeiros 6 meses de Macedonio em Lisboa.
Lisboa, 8 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa 15 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 15 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Diz que o Rei de Espanha fez sentir a Aires de Sá que desejava saber quantos meios se utilizariam, no caso da corte de Roma não resolver dar obséquio à sua demanda. Fala de um confronto entre espanhóis e portugueses na colonia do Sacramento.
Lisboa, 19 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala das variadas funções de governo que acumula o Conde de Oeiras e do poder quase total que tem na tomada de decisão de todas as secretarias de estado. Segue em anexo o número de regimentos que formam a força militar de Portugal.
Lisboa, 22 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência. Fala dos efeitos da escassez de trigo em Portugal. Diz ter enviado uma caixinha com as moedas recolhidas para a coleção do rei de Nápoles.
Lisboa, 29 de Setembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa da publicação de uma lei em sequência da Bulla apostólica Animarum Saluti. Envia um exemplar.
Lisboa, 6? De Outubro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa da publicação do livro “Dedução Cronológica e Analítica” Diz que enviará um exemplar em italiano. Informa da chegada do Conde de Lippe.
Lisboa, 6 de Outubro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Outubro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que o Conde de Oeiras está a trabalhar para a segunda parte da sua Dedução Cronológica e Analítica.
Lisboa, 27 de Outubro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu o ofício de Tanucci que confirma que serão impressos para Silva Pessanha os restantes Tomos das Pitture di Ercolano.

Lisboa, 27 de Outubro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala do descontentamento do rei de Espanha em relação à postura da Santa Sé e não demorará muito a ver-se posto em execução o plano combinado (plano acordado com Portugal, em que as cortes borbónicas ameaçam romper com Roma, caso não se dissolva a Companhia de Jesus) Fala dos conteúdos da segunda parte da “Dedução Cronológica e Analítica”.
Lisboa, 3 de Novembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Confirma receção de correspondência. Chega a Lisboa um novo navio de guerra português fabricado no Rio de Janeiro.
Lisboa, 10 de Novembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala na “escassez de cereais em Portugal e na considerável subida dos preços.
Lisboa, 17 de Novembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência. Recebe de Madrid a notícia da morte da Arquiduquesa Maria Josefa, que seria a futura rainha de Nápoles.
Lisboa, 24 de Novembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Dezembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Dezembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Entram em Lisboa 40 mil tumultos de cereais da Normandia e da Baixa Bretanha.
Lisboa, 15 de Dezembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real
Lisboa, 22 de Dezembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Reclama do atraso das cartas de Itália. Diz que se retarda a estampa da tradução da segunda parte da Dedução Cronológica e Analítica”.
Lisboa, 29 de Dezembro de 1767	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala dos rumores que surgiram sobre terem sido recebidos na Sardenha os jesuítas expulsos de Portugal. Fala da efemeridade e pobreza do cônsul Giuseppe Moreschi.
Lisboa, 5 de Janeiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chega navio da Baía de todos os Santos com açúcar e tabaco e quatro bastimentos franceses com cereais.
Lisboa, 12 de Janeiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz ter sido já distribuída aos magistrados de Lisboa a segunda parte da “Dedução Cronológica e Analítica”.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Janeiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia em anexo uma nota descritiva da força naval do reino de Portugal.
Lisboa, 19 de Janeiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da reforma da Misericórdia. Fala do mau estado em que permanecem muitas igrejas de Lisboa que haviam sido afetadas pelo terramoto de 1755.
Lisboa, 2 de Fevereiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Fevereiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que a reconciliação com Portugal é um desejo do Papa. Roma escreve para o rei de Portugal a pedir a aplicação da Bulla cruzada. A resposta é negativa, Portugal não quer voltar ao antigo sistema.
Caserta, 16 de Fevereiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência.
Lisboa, 16 de Fevereiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que o enviado inglês pediu uma audição com o Conde de Oeiras para reclamar a este governo os danos económicos que sofre em Lisboa a feitoria inglesa.
Lisboa, 23 de Fevereiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Conde de Lippe volta para a Alemanha, mas antes de partir faz revista a todas as tropas.
Nápoles, 29 de Fevereiro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala das dividad contraídas pelo cônsul Giuseppe Moreschi. Fala da morte de Moreschi a 30 de Dezembro de 1767.
Lisboa, 1 de Março de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da pouca possibilidade de haver condições para um dos músicos napolitanos a residir em Lisboa ocupar o cargo de cônsul de Nápoles em substituição do defunto Cônsul Giuseppe Moreschi. Revela que o consulado de Nápoles em Lisboa não dá lucros, mas que existem candidatos ao cargo de cônsul. Fala da diferença das boas condições de vida dos restantes cônsules comparadas às que tinha Morechi.

Lisboa, 1 de Março de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> “Segundo o antigo costume Domingo próximo passado publicou-se em todas as igrejas desta cidade o usual Editto que se renova a cada ano do Tribunal da Inquisição comunicando a excomunhão contra aqueles que não denunciaram tudo aquilo que sabiam ou tivessem intenção de dizer em transgressão de todas as coisas reservadas ao Santo officio. Nota-se que nesta renovação, que no elenco dos mesmos casos não se fala da retenção ou leitura de livros proibidos, que antes faziam tanto ruído. “
Lisboa, 8 de Março de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Acusa receção de correspondência.
Lisboa, 8 de Março de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala dos candidatos para ocupar o lugar vago de Cônsul de Nápoles em Lisboa.
Lisboa, 15 de Março de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala sobre a desordem dos correios de Lisboa.
Lisboa, 22 de Março de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chegam carregamentos de cereais da costa ocidental de França. Informa da chegada de um navio da Sardenha fretada por conta da corte de Turim, Com cavalos oferecidos pela duquesa de Sabóia à rainha de Portugal.
Lisboa, 29 de Março de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Abril de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Abril de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saí uma Bulla referente à proibição de livros. Vai em anexo a introdução desta lei traduzida em italiano.
Lisboa, 19 de Abril de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa da publicação de uma lei, que dá nova forma à publicação e aprovação de livros. Informa da criação e funções da Real Mesa Sensória.
Lisboa, 26 de Abril de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala das relações de França, Parma e Espanha com os jesuítas. Informa que Francisco de Almada Mendonça partiu de Génova e que há rumores de que vá para Roma.
Lisboa, 3 de Maio de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala das óperas que eram enviadas de Nápoles para a corte portuguesa.
Lisboa, 10 de Maio de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da nova lei contrária à que fazia a distinção entre Cristãos velhos e novos.

	Envia em anexo a tradução desta lei.
Lisboa, 17 de Maio de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que felicitou-se o Conde de Oeiras pelo seu aniversário.
Lisboa, 24 de Maio de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que o embaixador de Espanha em Lisboa participou aos soberanos de Portugal, por ordem do rei Católico, o casamento do rei de Nápoles. Diz que o antigo colégio de Stº António, que foi dos padres jesuítas passou a servir de hospital público, em Lisboa.
Lisboa, 30 de Maio de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala das discórdias com a Santa Sé. Diz que se pensa que a morte do Papa está para breve.
Lisboa, 31 de Maio de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Nápoles, 7 de Junho de 1768	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Diz que S.M Fidelíssima recebeu em agosto de 1766 as últimas óperas e que as 5 óperas seguintes que se representaram em Nápoles se remeterão ou por correio uma de cada vez, ou por mar todas juntas.
Lisboa, 7 de Junho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre a representação da ópera “Il Solimano” posta em música por David Perez, para celebrar o aniversário do rei.
Portici, 14 de Junho de 1768	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Acusa receção de correspondência. Saúde da Família real.
Lisboa, 14 de Junho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre um terramoto sentido em Lisboa a 9 de Junho.
Lisboa, 21 de Junho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que a Real Mesa Censória mandou queimar 14 obras literárias. Remete a Tanucci a tradução do decreto desta ordem da Mesa Censória.
Lisboa, 28 de Junho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Solicita que lhe seja enviada a gazeta de Nápoles. Diz que se mantém irregular a expedição das óperas de Nápoles para Lisboa. Informa da chegada de Fiorentino Pecci para presidir o Real Colégio dos Nobres.
Lisboa, 5 de Julho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que um confidente o aconselha a fazer vir por Génova as óperas de Nápoles.

Lisboa, 5 de Julho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala sobre a reforma na Misericórdia de Lisboa.
Lisboa, 12 de Julho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia o exemplar português da lei publicada a 5 de Maio de 1768 contra a Bulla 30 de Janeiro de 1768.
Lisboa, 19 de Julho de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saiu um Alvará que diz que dali em diante não podem, os estrangeiros estabelecidos em Portugal ser obrigados a receber em pagamento ações da Companhia do Comercio.
Nápoles 2 de Agosto de 1768	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Diz que foram remetidas pela via do cônsul de Portugal em Génova 5 óperas napolitanas.
Lisboa, 2 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que as cartas de Génova para os negociantes da praça de Lisboa falam da possibilidade do fim da paz em Itália por falta de acordo com Roma.
Lisboa, 16 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre a publicação de uma nova lei que se refere aos bens da igreja e das casas religiosas.
Lisboa, 16 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Pede que lhe seja enviado o quinto Tomo de Bronze de “Pitture de Herculano.”
Lisboa, 16 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que foi preso um padre da Congregação do Oratório e que as suas teses foram queimadas por Ordem da Mesa Censória.
Lisboa, 23 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre a falta de cereais em Espanha.
Lisboa, 30 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que já avisou o confidente da rainha do envio de 5 óperas de Nápoles.
Lisboa, 30 de Agosto de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa de terem sido publicamente queimadas na praça do Rossio muitas caixas e fardos de mercadoria estrangeira das quais é proibida a emissão.
Lisboa, 6 de Setembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai Alvará que diz que os comerciantes estrangeiros não podem ser obrigados a receber como pagamento ações da Companhia do Comércio. Envia em anexo a tradução do Alvará. (anexo) Prevê-se construção de uma casa no Terreiro do Paço, para armazenar os cereais vindos do estrangeiro.

Lisboa, 13 de Setembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala de umas conferências entre o Conde de Oeiras e o ministro de Turim. Informa que todos os negociantes de cereais terão de levar para o Terreiro do Paço as suas mercadorias, não a podendo vender fora dali.
Procida, 13 de Setembro de 1768	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Tanucci informa que recebeu alguns exemplares do livro “Observações sobre a carta de Roma.”
Portici, 20 de Setembro de 1768	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Diz que serão enviadas 9 óperas pela via do cônsul de Portugal em Génova. (lista em anexo com a letra de Tanucci)
Lisboa, 20 de Setembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que os ingleses contra o controlo da venda dos cereais no Terreiro do Paço. Informa que o governo teve diversas conferências com alguns dos negociantes portugueses para os engajar a dar comissão de cereais.
Lisboa, 27 de Setembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que se fala de cartas de Itália nas quais se diz impedida e revogada na Sicília a extração de cereais.
Lisboa, 27 de Setembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que o maestro David Perez lhe entregou cópia da música por ele composta para a ópera “A Ilha Desabitada” e deseja que por meio de Tanucci seja apresentada à rainha de Nápoles.
Lisboa, 4 de Outubro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Outubro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que depois da expulsão dos jesuítas de Portugal foram encarregados das escolas públicas de Lisboa os Padres do Oratório. Fala na reabertura dos estudos.
Lisboa, 11 de Outubro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que não teve possibilidade de se encontrar com o Conde de Oeiras para lhe entregar um livro enviado por Tanucci, dado as muitas ocupações do Conde.
Lisboa, 18 de Outubro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Ocasão de apresentar ao Conde de Oeiras o livro enviado por Tanucci. Diz que o Conde de Oeiras leu já parte do livro e manda agradecer a Tanucci. Oeiras diz ainda que não espera grandes mudanças por parte de Roma com a morte do Papa.
Lisboa, 18 de Outubro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b>

	Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Outubro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre uma Lei, com a qual se proíbe a entrada em Lisboa a qualquer vinho do Alto Douro e das ilhas, à exceção somente do vinho doce da Madeira e da ilha do Pico.
Lisboa, 1 de Novembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Ópera “Ilha desabitada” que David Perez enviou para a rainha de Nápoles chega a Génova e segue em seguida para Nápoles.
Lisboa, 1 de Novembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Promoção de 3 gentis-homens de camara, para o serviço do infante D. Pedro, um deles foi o filho do Conde de Oeiras.
Lisboa, 8 de Novembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 15 de Novembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que se mandou cessar a produção de uma fábrica de lã no Porto. Desconfia-se que o motivo está relacionado com os prejuízos que esta causava aos interesses dos ingleses.
Portici, 15 de Novembro de 1768	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Diz faltar o correio de Lisboa da presente semana.
Lisboa, 28 de Novembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Suspeitas de um contrato de cereais com a Holanda.
Lisboa, 6 de Dezembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Dezembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala nos religiosos que fizeram parte do governo de D. João V.
Lisboa, 20 de Dezembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que dará a conhecer ao Conde de Oeiras a abundância de cereais da Sicília.
Lisboa, 21 de Dezembro de 1768	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Bispo de Coimbra preso. Expulsos os Canónicos regulares que serviam na Universidade de Coimbra.
Lisboa, 3 de Janeiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia em anexo uma carta escrita aos padres beneditinos sobre o Jacobismo.
Lisboa, 10 de Janeiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Tribunal da Real Mesa Censória proíbe a retenção de <Cópia de uma Revelação que foi encontrada no Santo túmulo, que Sua Santidade conserva no seu oratório, e S. Majestade grava numa lâmina.>

Nápoles, 17 de Janeiro de 1769	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Penúria de cereais em Portugal, França e Inglaterra. Diz que é a altura oportuna para uma oferta à corte portuguesa para negociar os cereais da Sicília.
Lisboa, 17 de Janeiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que os padres do Oratório vão diariamente abandonando a congregação e vão viver com os seus parentes. Elogia o Conde de Oeiras. Informa que foi feita uma estampanaria régia, da qual se deu a direção a Pagliarini.
Lisboa, 24 de Janeiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Janeiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai decreto real que revoga e anula os privilégios de que gozavam os padres do oratório, de estampar e vender à conta da congregação.
Lisboa, 7 de Fevereiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sentiu-se um breve mas forte terramoto em Lisboa que não causou qualquer mal.
Lisboa, 14 de Fevereiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas.
Lisboa, 14 de Fevereiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que falou de comercialização dos cereais da Sicília ao Conde de Oeiras. Diz que correm vozes que o preço dos cereais da Sicília está alto e que o grande tempo que se consome para receber em Lisboa os cereais pela longa viagem o persuadiu a não ser mais tempo oportuno para fazer uma oferta de negócio.
Lisboa, 14 de Fevereiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Fevereiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Fevereiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chega embarcação do Rio de Janeiro carregada de ouro, para benefício das praças de Lisboa, Porto e para o Erário Régio.
Lisboa, 28 de Fevereiro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Informa sobre uma carta que o Cardeal Corsini escreveu ao Conde de Oeiras. Fala das negociações das cortes borbonicas com Roma.
Lisboa, 7 de Março de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Morte do Papa.

	Ordena-se o luto por um mês.
Lisboa, 14 de Março de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Março de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Março de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que se for nomeado um cônsul de Nápoles para Lisboa, essa representação deverá ser apoiada economicamente de forma a poder o cônsul viver com decência. Diz não recordar de ter visto nos últimos dois anos na costa de Lisboa nenhuma embarcação com a bandeira do reino de Nápoles o que faz com que não se justifique a nomeação de novo cônsul. Diz que a vida em Lisboa é cara. Diz que pagou muitas das despesas de saúde em dívida deixada pelo cônsul Moreschi.
Lisboa, 28 de Março de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que veio até ele o usual confidente da rainha e o informou de ter nomesmodia retirado de um navio vindo de Génova a caixa com nove partituras musicais e os livretes correspondentes.
Lisboa, 4 de Abril de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Abril de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sentença pronunciada pela Real Mesa Censória contra o instituto Jacobeia. Manda em anexo a obra de 1737 “Máxima Espiritual” de Frei Afonso dos Prazeres proibida recentemente.
Lisboa, 25 de Abril de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que o governo português é indeterminado sobre as políticas do comércio dos cereais.
Portici, 25 de Abril de 1769	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Agradece a Macedonio por o avisar da chegada de 9 partituras de música enviadas de Nápoles para a rainha de Portugal.
Lisboa, 2 de Maio de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Rumor de que Francisco de Almada passou de Veneza para Roma, talvez para assistir ao conclave.
Lisboa, 9 de Maio de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saí decreto da Real Mesa Censória que proíbe um livro vindo de Amsterdão, com o título “Memória sobre a Liberdade da Igreja Galicana”. Envia decreto em anexo.

Portici, 9 de Maio de 1769	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Diz que o rei teve absoluta satisfação, e viu a sentença do Real édito publicado (em Lisboa) sobre o condenado livro intitulado “Teses Máximas, Exercícios Espirituais da Jacobeia “.
Lisboa, 16 de Maio de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fogo na Patriarcal que ficou totalmente destruída. Chegou às mãos do Conde de Oeiras a ordem de Tanucci passada Camara Real de S. Clara e à Junta dos Abusos tocante às regras da chancelaria romana. Conde de Oeiras remete esta política de Tanucci ao Supremo Tribunal do Palácio com ordem de obedecer inteiramente a quanto está nesse disposto.
Lisboa, 23 de Maio de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chega notícia de que não será nomeado novo cônsul de Nápoles para Lisboa, porque se crê inútil.
Lisboa, 30 de Maio de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia (em anexo) a tradução portuguesa do escrito de Tanucci sobre o uso das Regras de Chancelaria Romana.
Lisboa, 6 de Junho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Almada envia notícia da eleição do novo Papa, o Cardeal Ganganelli. Silêncio do ministério português não indica grande satisfação sobre a eleição do papa, na opinião de Macedonio.
Lisboa, 6 de Junho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Junho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Iluminação em Lisboa pela eleição do novo Papa.
Lisboa, 13 de Junho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: A notícia da eleição do novo Papa parece não agradar muito ao ministério de Lisboa.
Lisboa, 20 de Junho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 27 de Junho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que fez público um livro estampado do sacerdote António Pereira Figueiredo. O tamanho do livro impede-o de enviar, por agora, um exemplar e a tradução pode levar meses. Envia uma espécie de resumo da obra( em anexo).
Lisboa, 4 de Julho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Nápoles, 4 de Julho de 1769	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Tanucci informa que foi excluído o envio da Gazeta de Utrecht que

	era enviada por Macedónio.
Lisboa, 11 de Julho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala de alguns exemplares de um ato público, feito na Universidade de Coimbra sobre o Direito Público Universal.
Lisboa, 18 de Julho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai um Édito da Real Mesa Censória que pretendendo evitar o incómodo e a despesa de mandar comissários para examinar todos os livros que se encontram ou nas oficinas das livrarias ou nas públicas e privadas bibliotecas, se ordena em primeiro, às casas religiosas, Universidade e a qualquer pessoa particular que tenha coleção de livros de forma fiel e exato catálogo na maneira que no mesmo Édito se dispõe e apresenta-lo dentro de seis meses ao mesmo tribunal. Envia o Édito a Tanucci.
Lisboa, 25 de Julho de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia, em anexo, a tradução de uma lei de 12 de junho sobre as novas regras para a inquisição, entre as quais a diminuição de confessores.
Lisboa, 1 de Agosto de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Pouco grão, pouca cevada e pouquíssima palha. Alterações nos preços dos cereais.
Lisboa, 8 de Agosto de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai um Decreto que proíbe a extração de lã do reino.
Lisboa, 15 de Agosto de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Franceses ocupam totalmente a ilha de Córsega e a bandeira portuguesa vai ser tratada como amiga naquela região. “Mesa Censória estampa com 268 páginas “Memória sobre a cisma do Sigilismo, que os chamados jacobinos e beatos promoveram neste reino” por José Seabra da Silva. A extensão da escritura não permite a tradução, mas envia em anexo um resumo.
Lisboa, 15 de Agosto de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas.
Lisboa, 22 de Agosto de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que enviará por Génova a obra do Padre Pereira, intitulada “Demonstração Teológica, Canónica, histórica do Direito dos metropolitanos”.
Lisboa, 29 de Agosto de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai Lei que pretende evitar para sempre nos tribunais a interpretação abusiva, que dos juízes e dos advogados, seja por ignorância, seja por malícia se deu até agora à Lei. Diz que envia a tradução da Lei.

Lisboa, 5 de Setembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala do comercio de cereais da Sicília em Lisboa.
Lisboa, 12 de Setembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Setembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Turim faz saber na corte de Lisboa que está aberta a extração de cereais nos seus territórios da Sardenha, aproveitando a necessidade da corte portuguesa.
Lisboa, 26 de Setembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saem novas alterações na lei dos Testamentos. Envia lei em Anexo.
Lisboa, 3 de Outubro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Manda por Génova o livro que se publicou em Lisboa sobre Direito Metropolitano, que Tanucci desejava ter.
Lisboa, 10 de Outubro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala num almoço no palácio do Conde de Oeiras com os ministros estrangeiros. Numa conversa à parte com o Conde de Oeiras no mesmo almoço houve discurso sobre a extinção dos jesuítas, e sobre a maneira de pensar do Papa sobre este assunto.
Lisboa, 17 de Outubro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 24 de Outubro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Outubro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia, em anexo, um alvará traduzido para italiano, em que se proíbe futuros procedimentos judiciais contra concubinato e se suspendem todas aquelas que eram já principiadas. Em anexo envia alvará.
Portici, 7 de Novembro de 1769	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Acusa receção de cartas.
Lisboa, 7 de Novembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Novembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Novembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 21 de Novembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre a morte do irmão do Conde de Oeiras, D. Francisco de Mendonça, em Vila Viçosa, por motivos de doença. Começa-se a falar de um sucessor para o falecido. Francisco de Melo, enviado extraordinário, como possível sucessor.
Lisboa, 29 de Novembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Mesa censória libera a leitura de alguns livros que foram introduzidos em Portugal clandestinamente.
Lisboa, 12 de Dezembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Conde de Oeiras pouco visto não permitindo que Macedonio lhe transmita a gratidão que Tanucci solicitou que lhe professasse.
Persano, 27 de Dezembro de 1769	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Acusa receção de cartas.

<b>ASN-Esteri, Busta 923</b>	
Lisboa, 5 de Dezembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da reconstrução de Lisboa. Ordena-se a demolição das barracas espalhadas ainda por várias partes da cidade e que os habitantes dessas procurem alojamento nas casas já construídas.
Lisboa, 7 de Dezembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa de um atentado ao rei em Vila Viçosa. O atacante foi preso e condenado aos cárceres. O Conde de Oeiras afirma que o atentado demonstra a permanência em Portugal de devotos dos jesuítas.
Lisboa, 19 de Dezembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Proíbe-se em Portugal e nos seus domínios qualquer autor que tenha escrito sobre a natureza, autoridade, e total dependência do tribunal da Inquisição perante o Papa. Promete enviar, assim que possa um exemplar da régia proibição.
Lisboa, 26 de Dezembro de 1769	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chega a notícia de que o Papa nomeou para Nuncio em Lisboa Inocencio Conti. José Seabra da Silva recebe ordem para visitar o Nuncio na sua chegada a Lisboa. Nicolau Pagliarini é encarregado de auxiliar o Nuncio Conti, de

	arranjar-lhe habitação e preparar-lhe outras coisas necessárias.
Lisboa, 2 de Janeiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai decreto real que encarrega o Conde de Oeiras da direção dos negócios da marinha e do reino. Até ser nomeado sujeito para os mesmos. O novo secretário haverá de ocupar os dois empregos numa total dependência do mesmo Conde.
Lisboa, 9 de Janeiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Martinho de Melo e Castro chega de Londres para ocupar a pasta da Marinha. Diz que o Conde de Oeiras permanecerá sozinho nas funções da secretaria do reino, sem secretário adjunto, lugar que ficou vago após a morte do seu irmão.
Lisboa, 16 de Janeiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa da abertura dos estudos públicos, com a assistência do Conde de Oeiras.
Lisboa, 23 de Janeiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Dá notícia da morte de Paulo e Carvalho.
Lisboa, 30 de Janeiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Seabra da Silva é nomeado procurador do Desembargo do Paço.
Lisboa, 6 de Fevereiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Ligeiro terramoto naquela semana.
Lisboa, 13 de Fevereiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesa dos últimos meses.
Lisboa, 13 de Fevereiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Padre António Pereira Figueiredo terminou a resposta ao livro estampado em Roma com o título “Il Primato del Romano Pontefice difeso contro la Tentativa Teológica publicata nel 176”. Muitos mercadores queixaram-se a Macedonio dos interesses que sofrem na Sicília, pela razão de terem para lá expedido bastimentos para carregar trigo. Pede a Tanucci que o informe quando se tomar uma resolução estável de permitir a saída (de trigo da Sicília).
Lisboa, 20 de Fevereiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 27 de Fevereiro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 5 de Março de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Pereira Figueiredo trabalha numa resposta em defesa da Tentativa Teológica.
Lisboa, 15 de Março de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Foram reabertas as audiências públicas dadas pelo rei. Envia (em anexo) um a carta circular, escrita a todos os Bispos na ocasião de lhe remeter a encíclica de Clemente XIV.
Lisboa, 20 de Março de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Manuel do Cenáculo nomeado presidente da Real Mesa Censória.
Lisboa, 27 de Março de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia tradução das novas instruções para as audiências públicas com o rei.
Lisboa, 3 de Abril de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da reconstrução de Lisboa.
Lisboa, 10 de Abril de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> A América inglesa não enviará farinha para Lisboa.
Lisboa, 17 de Abril de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que os negociantes em Lisboa não entendem que a cabala genovesa trapaceou e confundiu a rota dos cereais acordados na Sicília. Diz que os cereais da Sicília tem a preferência de modo que se acordou o tempo gasto para se poder tê-lo em Lisboa quando a necessidade o exige.
Lisboa, 24 de Abril de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Maio de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Maio de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 15 de Maio de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que vai enviar pela via de Génova, a obra de Pereira Figueiredo que serve de resposta ao Padre Carrara que fez uma crítica à “Tentativa Teológica”.
Lisboa, 22 de Maio de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Para acabar com as fraudes cometidas contra a lei da Décima, surge um novo alvará que obriga ao pagamento desta contribuição. Envia alvará a Tanucci.

Lisboa, 29 de Maio de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Elogia o trabalho do Conde de Oeiras a respeito da educação. Fala da reforma da Universidade de Coimbra. Dá notícia de um terramoto violento no último sábado pelas 6.15h da manhã.
Lisboa, 5 de Junho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chegam cerca de nove milhões de cruzados em ouro do Brasil, destinados aos negociantes de Lisboa, do Porto e ao Erário Régio.
Lisboa, 12 de Junho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da extração e comércio dos cereais da Sicília. Informa que o milho da Sicília é preferido a todos os outros, em Lisboa.
Lisboa, 19 de Junho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Junho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 3 de Julho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> O Conde de Oeiras, por um problema nos olhos mandou um familiar cumprimentar, em seu nome, o novo Núncio de Lisboa.
Lisboa, 10 de Julho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Alterações na lei da Decima. Diz que envia a Tanucci um exemplar em português.
Lisboa, 17 de Julho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Levanta a hipótese de um tratado entre Portugal e Roma caso se extinga a Companhia de Jesus.
Lisboa, 24 de Julho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> O problema que atacou o Conde de Oeiras nos olhos foi a razão que retardou a publicação do Edito, que revoga a proibição do apelo à Curia Romana.
Nápoles, 31 de Julho de 1770	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Diz que foram enviadas as óperas que se têm representado no real teatro de Nápoles, pela via de Génova.
Lisboa, 31 de Julho de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai um Edito que proíbe a leitura de alguns livros (anexo)
Lisboa, 14 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da Família real.
Lisboa, 14 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesa dos últimos meses.

Lisboa, 20 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Núncio reúne-se com o Conde de Oeiras e dessa reunião sai a decisão de que no dia 17 do próximo mês estará oficialmente aberta a Nunciatura em Lisboa e será publicado o Édito da reconciliação com Roma.
Lisboa, 25 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que a rainha agradece ao rei de Nápoles seu sobrinho a música enviada.
Lisboa, 28 de Agosto de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia Édito traduzido para a reabertura do tribunal da Nunciatura, e da comunicação com Roma.
Lisboa, 4 de Setembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Espera-se vindo de Madrid, Aires de Sá e Melo. Rumores de que Aires de Sá e Melo será declarado adjunto do Conde de Oeiras.
Lisboa, 11 de Setembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Setembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Setembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai lei que ordena que todos os negociantes nacionais, que formam o corpo da praça de Lisboa, devem ser matriculados na Junta do Comércio.
Lisboa, 21 de Setembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala de um elogio do Conde de Oeiras a Carlos III de Espanha.
Lisboa, 25 de Setembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia documento em que o rei Fidelíssimo declara Marquês de Pombal o Conde de Oeiras.
Lisboa, 2 de Outubro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Outubro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Entram dois paquetes ingleses no rio Tejo. Rumores de que partiu do seu estado o Conde de Lippe para passar a Portugal. Rumores de rutura entre Inglaterra e Espanha.

Lisboa, 16 de Outubro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Rumores de um possível regresso do Conde de Lippe a Portugal. Possível corte de relações entre Espanha e Inglaterra, pode estar na origem da suposta volta de Lippe, chamado pelo governo português. Informa da publicação de uma gramática portuguesa que mereceu a aprovação do governo.
Lisboa, 23 de Outubro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Foi publicada a lei que prescreve aos Mestres de escola o método de ensinar a ler pelo catecismo de Montpellier. Real Mesa Censória divulga lista de livros proibidos no reino. Envia lista a Tanucci.
Portici, 30 de Outubro de 1770	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Fala num religioso português que se encontra em Nápoles., conhecido como Padre Pinto. Pede a Macedonio que tente saber mais sobre este padre.
Lisboa, 30 de Outubro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Chega caixa com nove partituras de ópera. Sai Alvará com o objetivo de impedir o contrabando de uma erva chamada Úrsula que nasce na ilha Terceira. Outro Alvará visa a promoção cultural na ilha de Porto Santo.
Lisboa, 6 de Novembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia cópia de um Decreto que ordena a apreensão e depois a venda pública de bens que eram dos jesuítas.
Lisboa, 13 de Novembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Novembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 27 de Novembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Dezembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Dezembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fornece a Tanucci todas as informações que conseguiu recolher sobre o religioso português que se encontra em Nápoles, conhecido como Padre Pinto. Diz que Pombal não se recorda mesmo deste religioso, mas que suspeita de não dever ser boa pessoa, porque esconde o seu verdadeiro nome e viva fora da sua pátria.
Lisboa, 11 de Dezembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da nunciatura em Lisboa e da sua postura em relação à Mesa Censória.
Lisboa, 25 de Dezembro de 1770	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai Lei que proíbe a venda de qualquer louça estrangeira.
Lisboa, 1 de Janeiro de 1771	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da investigação que o Marquês de Pombal mandou fazer sobre a vida do Padre Pinto, tal como foi solicitado por Tanucci.
Lisboa, 1 de Janeiro de 1771	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que só se venderão, aqueles livros que têm a licença do régio Tribunal da Mesa Censória.
Lisboa, 8 de Janeiro de 1771	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 15 de Janeiro de 1771	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Avisa da Morte da Princesa Maria Doroteia.
Lisboa, 22 de Janeiro de 1771	<b>De Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 29 de Janeiro de 1771	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Confirma ter recebido informações da dificuldade que o Marquês de Pombal teve em saber quem era o religioso franciscano com o nome de Pinto. Tanucci diz que verá se pode adquirir mais informações sobre o Padre Pinto para que estas sejam comunicadas a Pombal.
Lisboa, 29 de Janeiro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala do prejuízo que teve o Direito de Alfandega.
Lisboa, 5 de Fevereiro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala do caso do padre Pinto.
Lisboa, 12 de Fevereiro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Fevereiro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia as despesas dos últimos meses.
Lisboa, 19 de Fevereiro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Fevereiro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Março de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia Breve sobre a reforma de alguns mosteiros portugueses.

Lisboa, 12 de Março de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da futura publicação da reforma dos estudos da Universidade de Coimbra. Envia a tradução do Alvará com o qual se ordenava a visita das prisões a cada mês, e que foi suspensa no fim de 1760.
Lisboa, 19 de Março de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Ordenou o rei com decreto seu uma Junta composta por um Presidente e oito Deputados para discutir e aprovar o novo método de estudos. Fala da reconstrução de Lisboa.
Lisboa, 26 de Março de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Suspende-se na alfândega toda a expedição de lã vinda de França. Risco do comércio francês com Portugal ser extinto. Proibição em França de todo o algodão do Brasil.
Lisboa, 2 de Abril de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Corte portuguesa pensa enviar um jovem representante, sem caráter diplomático para tomar parte de todos os assuntos portugueses na corte de Viena, desamparados após a morte do ministro lá acreditado.
Lisboa, 9 de Abril de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Abril de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 23 de Abril de 1771	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Abril de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala em problemas com os correios.
Lisboa, 7 de Maio de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz ter ido até ele Marino Casfiero de Piano de Sorrento chegado a Lisboa com cereais para comércio.
Lisboa, 14 de Maio de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Aguarda a distribuição dos Tomos da obra de Ercolano, para que possa dar-se ao Diretor da estamperia real.
Lisboa, 21 de Maio de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia a tradução de um Édito do Papa intitulado “Breve de Indulgência Plenária que o Sumo Pontífice Clemente XIV fez Publicar em todas as Igrejas do Estado Eclesiástico...”
Lisboa, 28 de Maio de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Nápoles, 4 de Junho de 1771	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Diz que Macedonio agiu bem no auxílio que deu a “Marino Casfiero de Plano de Sorrento.

Lisboa, 4 de Junho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Núncio apresenta ao Rei de Portugal o Breve pontifício com a absolvição de Pagliarini. Diz que é esperado em Lisboa, vindo de Madrid, Aires de Sá e Melo, com licença de seis meses.
Lisboa, 11 de Junho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Rumores de que Aires de Sá e Melo seria empregado na corte, para ajudante do Marquês de Pombal. Em menos de vinte e quatro horas depois da sua chegada ficou tudo designado, pois foi nomeado secretário de estado ajudante do Marquês de Pombal, José Seabra da Silva.
Lisboa, 18 de Junho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Partiu para Génova o Patrão Marino Cafiero. Fala de comércio entre Portugal e Nápoles.
Lisboa, 25 de Junho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da saúde do Marquês de Pombal, que adoeceu.
Lisboa, 2 de Julho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da saúde do Marquês de Pombal.
Lisboa, 9 de Julho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Julho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 23 de Julho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Julho de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Fala da formação de um fundo, que assegurasse o teatro italiano em Lisboa, principalmente o pagamento aos autores e que facilitasse as despesas necessárias com pontualidade e decore que se requer. Foram por este motivo interpelados todos os negociantes, quer nacionais quer estrangeiros estabelecidos em Lisboa a contribuir.
Lisboa, 6 de Agosto de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Agosto de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Agosto de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesa dos últimos meses.
Lisboa, 27 de Agosto de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 10 de Setembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que Portugal não é abundante nem em recursos nem em divertimentos.
Lisboa, 3 de Setembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Setembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Confirma carta que informa que o rei de Nápoles manda que se enviem óperas para o serviço da rainha de Portugal, pela via de Génova.
Lisboa, 17 de Setembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa que terminou a estampa de um livro que tem por título “Compendio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra quando foi invadida pelos denominados jesuítas , e do estrago que estes fizeram nas ciências, nos professores, e nos diretores, que a governavam por meio da sua maquina, e da publicação de novo estatuto”. Livro volumoso com cerca de 470 páginas. Diz que a obra é toda do Marquês de Pombal. Prontifica-se a enviar um exemplar a Tanucci, caso este assim deseje. “
Lisboa, 24 de Setembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Tanucci envia ofício que autoriza Macedonio a dar qualquer passo com Pombal, que seja de reciproca conveniência para as duas Nações.
Lisboa, 1 de Outubro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Outubro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Foi suspensa a reabertura dos estudos públicos de Coimbra. Tem sido proibido aos superiores do colégio dos nobres de receber colegiais até novo aviso. A razão das suspensões dos trabalhos não é a mesma para as duas instituições.
Lisboa, 15 de Outubro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Universidade de Coimbra e colégio dos nobres encerrados até estarem prontos os novos estatutos. A grande dificuldade consiste em não haver professores, hábeis e capazes de seguir o novo sistema.
Lisboa, 22 de Outubro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Diz que vai em anexo uma carta que recebeu do embaixador de Espanha em Lisboa.
Lisboa, 29 de Outubro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Novembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 12 de Novembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Novembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Foi publicada em todas as igrejas de Lisboa a Bulla Cruzada.
Lisboa, 26 de Novembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 3 de Dezembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 3 de Dezembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Médico diz a Macedonio que a fraqueza na sua saúde se deve à inconstância do clima português e aconselha-o a mudar de ares. Pede licença de seis a oito meses para se recuperar. Diz que deixará o serviço em Lisboa a cargo do seu secretário Nicola Piansante.
Lisboa, 10 de Dezembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 17 de Dezembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Mandou avisar-se os ministros, das potências marítimas, que é proibido o disparo de canhões dentro do porto de Lisboa.
Lisboa, 31 de Dezembro de 1771	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real
Lisboa, 7 de Janeiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Janeiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Nova invenção na qualidade da lã inglesa vendida em Portugal foi travada, na alfândega para ser examinada pelo rei.
Lisboa, 21 de Janeiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Não acha que Aires de Sá e Melo pense mais em voltar à embaixada de Madrid.
Lisboa, 28 de Janeiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Fevereiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Fevereiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Recebe autorização para se ausentar da corte de Lisboa, por motivos de saúde, durante um período de seis a oito meses.
Lisboa, 11 de Fevereiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesa dos últimos meses.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa da chegada a Lisboa de D. Isidoro Olivieri, secretário do Duque de Santa Elisabeta (diplomata napolitano em Madrid) nomeado novo reitor do Real Colégio dos Nobres. Diz que Pagliarini é um amigo próximo de José Isidoro Olivieri.
Lisboa, 25 de Fevereiro de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Recebe carta de Tanucci a informar que foi nomeado novo diplomata para a corte de Turim.
Lisboa, 3 de Março de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Envia (em anexo) cópia da carta do responsável pelo porto de Belém para todos os vice-cônsules das nações estrangeiras.
Lisboa, 10 de Março de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Caserta, 11 de Março de 1772	<b>De Bernardo Tanucci para Vespasiano Macedonio</b> Tanucci diz que Macedonio pode escolher o país para onde quer durante a sua ausência temporária de Lisboa.
Lisboa, 17 de Março de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Anexa a tradução de uma Lei para reprimir as desordens e contrabandos feitos pelos soldados. Foi publicada a eleição de D. Izidoro Olivieri para reitor do Real Colégio dos Nobres. Salário do novo reitor será de 2000 cruzados anuais.
Lisboa, 24 de Março de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Sai régio alvará que pretende acabar com a desordem que reinava no interior do Colégio dos Nobres. Envia exemplar traduzido do Alvará.
Lisboa, 31 de Março de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Abril de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Terramoto em Lisboa que teve a duração de 1 minuto e 6 segundos, não produziu qualquer dano.
Lisboa, 14 de Abril de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Macedonio decide fazer viagem de um ano a Nápoles.
Lisboa, 14 de Abril de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Terramoto na noite de 5 de Abril e outro na manhã de 10 de Abril.
Lisboa, 21 de Abril de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Abril de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Informa da sua partida de Lisboa para Inglaterra.
Lisboa, 28 de Abril de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que Macedonio partiu para Inglaterra numa embarcação inglesa.

Lisboa, 5 de Maio de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Maio de 1772	<b>Vespasiano Macedonio para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Maio de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Maio de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Mesa Censória manda queimar um sermão que havia por título “Juízo da verdadeira causa do terramoto que sofreu a cidade de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755” de Gabriel Malagrida. Envia decreto traduzido a Tanucci. Chega de Madrid um padre chamado Pedro Onofrio da congregação do Oratório com a intenção de ficar uns meses em Lisboa.
Lisboa, 26 de Maio de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Parte de Lisboa para Madrid o Padre Onofrio, que pede para que não revele nem a Madrid nem a Nápoles a sua vinda a Lisboa.
Lisboa, 2 de Junho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Junho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Junho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 23 de Junho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Falta de cereais. Chegam todos os dias embarcações de Génova com cereais.
Lisboa, 23 de Junho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que começou a recolher informações sobre um oficial Cavaleiro Bernieri, que diz ter servido na tropa portuguesa, no tempo da última guerra. Conseguiu saber que foi sargento maior no regimento voluntários reais.
Lisboa, 30 de Junho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Julho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que morreu sacerdote D. Giuseppe de Portaris da cidade de Altamura e morador em Lisboa ao serviço da real igreja patriarcal.
Lisboa, 7 de Julho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Rumor de que o Marquês de Pombal quer retirar-se dos assuntos políticos.
Lisboa, 14 de Julho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 21 de Julho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Julho de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Pombal pede licença real para terminar duas obras que está a trabalhar numa das suas casas, num ambiente mais isolado. Morte do secretário de Aires de Sá e Melo na embaixada de Madrid provocará o retorno do mesmo a Espanha.
Lisboa, 4 de Agosto de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Trabalhar-se na estamperia real para a impressão do segundo tomo do “Compendio Histórico do estado da Universidade de Coimbra “.
Lisboa, 11 de Agosto de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Agosto de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 18 de Agosto de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Agosto de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Trabalha-se na impressão do segundo Tomo dos novos estatutos da Universidade. Professores italianos para o colégio do Nobre: Dr. Ciera (professor de astronomia destinado a ensinar matemática), Dr. Franzini (professor de Álgebra, geometria e matemática destinado a dar a cadeira de demonstração Anatômica e Dr. Vandelli (Botânica) Informa da chegada a Lisboa de um tal Conde Afflisio, que se diz napolitano, acompanhado de um sacerdote chamado D. Giuseppe de Tropea, também ele napolitano.
Lisboa, 1 de Setembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que pessoas bem instruídas lhe disseram que a Viagem de José de Sá Pereira será de Nápoles para Viena.
Lisboa, 8 de Setembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 15 de Setembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Pombal viaja para Coimbra. Também irão os três professores italianos que se encontram em Lisboa.
Lisboa, 22 de Setembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Setembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala sobre a venda de tabaco em Lisboa.
Lisboa, 6 de Outubro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Pombal tem audiência com todo o corpo Universitário em Coimbra. Foram publicados os novos estatutos da Universidade e declarados os novos professores.

	Envia tradução dos estatutos a Tanucci.
Lisboa, 13 de Outubro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala nos requisitos que se precisam para ser admitido na Universidade de Coimbra.
Lisboa, 20 de Outubro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que o desprazer de Pombal, ainda em Coimbra, é grande ao ver reduzidos a cinquenta e sete indivíduos um corpo de dois mil estudantes, que assistiam naquela Universidade. Fala das razões de tantas desistências.
Lisboa, 27 de Outubro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 3 de Novembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Novembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 17 de Novembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que o rei de Portugal recompensa os professores na Universidade de Coimbra. Já é público o novo Estatuto da Universidade de Coimbra. Diz que enviará a Tanucci um exemplar do Estatutos, pela via de Génova.
Lisboa, 24 de Novembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Dezembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Rei manda publicar pela segunda vez um Diploma que dá a Pombal plenos poderes na execução dos estatutos da Universidade de Coimbra. Envia-se uma tradução do diploma a Tanucci
Lisboa, 8 de Dezembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Pombal continua a trabalhar arduamente nos estatutos da Universidade de Coimbra, especialmente da economia interna da mesma.
Lisboa, 15 de Dezembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz ter recebido a escritura necessária para recuperar o crédito do defunto D. Giuseppe de Porcaris.
Lisboa, 22 de Dezembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Foi publicado pela Real Mesa Sensória o plano das escolas públicas.
Lisboa, 24 de Dezembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia novo decreto da Real Mesa Sensória com lista de livros

	proibidos.
Lisboa, 29 de Dezembro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que se fala em tirar José de Sá Pereira da legação de Nápoles e substituí-lo por José da Cunha, irmão de D. Luís da Cunha Manuel. Envia foglio referente ao plano formado para a abertura das escolas públicas e um outro com a distribuição de mestres e titulares.
Lisboa, 5 de Janeiro de 1772	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Janeiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que só enviará os Estatutos da Universidade a Tanucci quando tiver a obra inteira. Áustria pretende diminuir o seu corpo diplomático pela despesa que causam no Erário Régio. Fala da carência económica e da necessidade de um Direito de Alfandega.
Lisboa, 19 de Janeiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala das longas horas em que Pagliarini tem trabalhado com Pombal, não se sabendo sobre que assunto tem por objeto.
Lisboa, 26 de Janeiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Informa da viagem de retorno a Madrid de Aires de Sá e Melo, depois de cerca de vinte meses de ausência daquela embaixada.
Lisboa, 2 de Fevereiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Fevereiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Publicação de uma Lei que declara livres todos os filhos de escravos que nascerem em Portugal depois da publicação dessa, mas ainda dá liberdade aos adultos à medida que vão morrendo os seus atuais patrões.
Lisboa, 16 de Fevereiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 16 de Fevereiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 23 de Fevereiro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia a Tanucci a Lei que saiu sobre a liberdade dos escravos.
Lisboa, 2 de Março de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Março de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala de dívidas antigas no pagamento do imposto da Décima. Devedores foram notificados para pagar em vinte em quatro horas.

Lisboa, 16 de Março de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Planos para uma Companhia Geral das Pescas e Sal no Algarve. Promete mandar a Tanucci o foglio sobre esta companhia quando for publicado.
Lisboa, 23 de Março de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Infante D. Pedro mandar perguntar por um dos seus confidentes, se Piansante podia encarregar de meter na carta Macedonio uns foglios contendo um poema para faze-lo meter em música.
Lisboa, 30 de Março de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 6 de Abril de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Foi abolida a Companhia da Carne. É dado a todos a liberdade de venda da carne de acordo com os preços definidos pelo governo.
Lisboa, 13 de Abril de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sente-se terramoto um pouco violento.
Lisboa, 20 de Abril de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> O Tribunal da Censura chamou a si um folheto, que contém o pequeno ofício de S. Francisco Borgia.
Lisboa, 27 de Abril de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Mudanças na legação de Portugal em Londres.
Lisboa, 4 de Maio de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Maio de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Francisco de Melo e Carvalho sai da Legação de Portugal em Londres, sendo desterrado e desnaturalizado.
Lisboa, 11 de Maio de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Agradece a Tanucci a sua beneficência após a partida de Macedonio e diz que continuará a fazer por merecer.
Lisboa, 18 de Maio de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Poema de que D. Pedro pediu para por em musica é recebido por Tanucci em Nápoles.
Lisboa, 25 de Maio de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Junho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Junho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia primeira parte, traduzida, da Lei a favor dos cristãos novos.
Lisboa, 15 de Junho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Remete o remanescente da tradução da Lei que abule e condena a

	distinção de Cristãos velhos e novos.
Lisboa, 22 de Junho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Junho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Confidente da Rainha aborda Piansante para mandar agradecer a Tanucci por ter contribuído da sua parte no envio de óperas.
Lisboa, 6 de Julho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Julho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Rumores sobre o possível casamento entre o Príncipe da Beira e uma princesa Piemontesa.
Lisboa, 20 de Julho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 27 de Julho de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 3 de Agosto de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Família real e ministros vão ver o modelo já terminado da estátua equestre de D. José, que se vai erigir na Praça do Comércio.
Lisboa, 10 de Agosto de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 17 de Agosto de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesa dos últimos meses.
Lisboa, 17 de Agosto de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 24 de Agosto de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 24 de Agosto de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que José de Sá Pereira já saiu de Viena de retorno a Nápoles.
Lisboa, 31 de Agosto de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Príncipe da Beira assiste pela primeira vez no público teatro italiano à representação do Drama “Le finte Gemelle.” Estão em Lisboa de retorno da Universidade de Coimbra os professores italianos, após o primeiro ano em que a Universidade aplicou os novos estatutos.
Lisboa, 7 de Setembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Chega correio enviado Por Francisco de Almada a informar da publicação da Bulla Da supressão e extinção da Companhia de Jesus.

Lisboa, 28 de Setembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Foi traduzida para português a Bulla da supressão da Companhia de Jesus. Sente-se pequeno terramoto.
Lisboa, 5 de Outubro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

<b>ASN-Esteri, Busta 924</b>	
Lisboa, 28 de Setembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala da súplica feita por um napolitano para ser substituído no cargo de vice-cônsul da Sicília em Lisboa. Piansante diz nunca ter sabido da existência deste homem como sendo vice-cônsul. Diz não haver necessidade de haver um cônsul do reino de Nápoles em Lisboa.
Lisboa, 12 de Outubro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Marquês de Pombal encontra-se em Oeiras a restabelecer-se de um problema numaperna.
Lisboa, 19 de Outubro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Outubro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Outubro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Volta a garantir aTanucci não ser necessário um vice- cônsul de Nápoles em Lisboa, pois o tráfico comercial entre os dois reinos é reduzido. Em caso da criação de um vice-consulado sugere que se deverá escolher entre os negociantes ou entre as pessoas conhecidas do país o vice-cônsul.
Lisboa, 2 de Novembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz ter recebido ofício de Tanucci a dar as notícias de uma concussão em Palermo, que não foi tão grave como lhe haviam feito crer anteriormente.
Lisboa, 9 de Novembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sai um Édito do Tribunal Censório, com o qual se proíbe a obra

	intitulada “História Filosófica e Política dos Estabelecimentos e do Comércio dos Europeus nas duas Índias.”
Lisboa, 16 de Novembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 23 de Novembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Novembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Publica-se um catálogo com o nome dos 456 mestres que vão compor todo o corpo docente do reino e colónias. A maior parte deles são seculares, contam-se apenas 35 sacerdotes, especialmente para ensinarem a língua latina.
Lisboa, 1 de Dezembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala de uma reforma no corpo de infantaria.
Lisboa, 7 de Dezembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 14 de Dezembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Dezembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Dezembro de 1773	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Abriram os estudos do Real Colégio dos Nobres com a Direção de Isidoro Olivieri. Pombal está descontente com o pequeno número de cinco estudantes.
Lisboa, 4 de Janeiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Janeiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Marquês de Pombal trabalha para a reforma do sistema, com o qual se trata as causas, especialmente.
Lisboa, 18 de Janeiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Janeiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Avisa sobre a queda em desgraça de Seabra da Silva, que recebeu das mãos do próprio Marquês de Pombal o foglio com ordem e desterro. Fala sobre possíveis sucessores para Seabra da Silva.
Lisboa, 1 de Fevereiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Fevereiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 22 de Fevereiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 27 de Fevereiro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Março de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia um Édito sobre a Disposição para o bom governo do Senado de Goa feito por Pombal.
Lisboa, 8 de Março de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Chega a Lisboa novo Núncio apostólico Bernardino Muti Bussi.
Lisboa, 15 de Março de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala-se em dois nomes para ajudante do Marquês de Pombal, o seu filho e Aires de Sá e Melo.
Lisboa, 22 de Março de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Março de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Abril de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Manda-se alguma tropa para o Rio de Janeiro.
Lisboa, 12 de Abril de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Abril de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Abril de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que Pagliarini trabalha todos os dias em casa do Marquês de Pombal.
Lisboa, 3 de Maio de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Maio de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Anuncia que já foi nomeado novo ministro para Viena, o que permite o regresso de José de Sá Pereira a Nápoles.
Lisboa, 17 de Maio de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Real Mesa Censória condena um discurso de 25 de Janeiro do corrente ano por jesuítas, com o título “Alegria de Pastores.” Envia a Tanucci a tradução.
Lisboa, 24 de Maio de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Maio de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b>

	Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Junho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Junho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Junho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Junho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Levanta possibilidade de uma rotura com a Espanha por conta de questões na colónia do Sacramento.
Lisboa, 5 de Julho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Espanhóis que residiam na praia meridional do Algarve e mais propriamente na boca do Guadiana foram obrigados a sair para ali serem construídas diversas casas por conta dos negociantes da pesca da sardinha e do atum.
Lisboa, 12 de Julho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Julho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 19 de Julho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saem 3 novas leis : Uma com um novo método para a venda pública de bens sequestrados. Uma outra serve para fazer reviver a agricultura nas províncias do Alentejo. Por último uma sobre os contratos dos bens do Erário Régio.
Lisboa, 26 de Julho de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 2 de Agosto de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Agosto de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Agosto de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 16 de Agosto de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 23 de Agosto de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Agosto de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala de uma carta do rei de Portugal para o rei de Nápoles.

Lisboa, 6 de Setembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sai Lei sobre o processo de heranças.
Lisboa, 13 de Setembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> São enviadas tropas para o Algarve para de lá embarcarem para o Rio de Janeiro, devido à possibilidade de uma rotura com a Espanha.
Lisboa, 20 de Setembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Ordem para que se organizem todos os regimentos militares do reino, por causa da possível rotura com Espanha. Envia traduzida a decisão do Tribunal da Suplicação que favorece os devedores retidos nas prisões por falta total de bens para pagar aos credores.
Lisboa, 27 de Setembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Continuam a ser preparadas as tropas do reino.
Lisboa, 4 de Outubro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 11 de Outubro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia Alvará no qual se dispensa os negociantes portugueses do pagamento da Décima.
Lisboa, 18 de Outubro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Outubro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 1 de Novembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Novembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Os negociantes de Lisboa calculam que os cereais da Barbaria estariam um terço mais caros que aquele que se vende da Sicília e da Sardenha.
Lisboa, 15 de Novembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Informa que recebeu o ofício de Tanucci a avisar da nomeação do Príncipe de Raffadali para a Legação de Lisboa.
Lisboa, 15 de Novembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Informa da chegada a Lisboa de um religioso conventual siciliano, chamado P. Maestro Castro.
Lisboa, 15 de Novembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz ter recebido uma carta de Macedonio a dizer que por ordem real seria suspenso o cargo de introdutor de embaixador. Apercebe-se que a carta de Macedonio era falsa. Mas espera ofício de Tanucci que o esclareça.
Lisboa, 22 de Novembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Nápoles, 29 de Novembro de 1774	<b>De Bernardo Tanuccipara Nicolau Piansante</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Novembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Pede que se informe o Marquês de Pombal e D. Luís da Cunha Manuel de que Macedonio não voltará a Lisboa.
Lisboa, 6 de Dezembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala da soma que o corpo de negociantes pagará ao Erário Régio pelo regime da Decima.
Lisboa, 13 de Dezembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Chega a Lisboa Aires de Sá e Melo para ocupar o cargo de secretário de estado ou para a secretaria do negócios estrangeiros, por doença de Luís da Cunha ou para ajudante do Marquês de Pombal.
Lisboa, 13 de Dezembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Dezembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 27 de Dezembro de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 3 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 10 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 17 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sai nova lei sobre o comércio interno, que permite o transporte de mercadorias nacionais de um lado para o outro em território nacional, sem que seja necessário dar parecer à alfândega. A respeito de mercadorias vindas do estrangeiro, sempre que forem retiradas das praças ou portos, na qual foi feita legitima emissão, permite-se a mesma livre circulação em todos os lugares do reino, com a única condição serem portadores de um bilhete de expedição da respetiva alfândega.
Lisboa, 17 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Piansante diz que tentou desfazer-se da casa de Macedonio, mas não encontrou nenhuma que fosse decente, onde pudesse recolher-se.
Lisboa, 24 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala sobre os gastos da casa de Macedonio que passaram para Piansante. Pede a Tanucci que lhe seja enviado dinheiro para se manter.
Lisboa, 24 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b>

	Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Janeiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> D. Luís da Cunha Manuel adverte Piansante para o fato das cartas dirigidas de Nápoles para a corte portuguesa não referirem o rei como S. Majestade Fidelíssima.
Lisboa, 5 de Fevereiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia tradução do Decreto real que informa da nomeação de Aires de Sá e Melo para Ministro Adjunto do Marquês de Pombal.
Lisboa, 7 de Fevereiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Fevereiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Espera-se naquele dia pela chegada de Aires de Sá e Melo. Aires de Sá vai residir temporariamente na casa do Marquês de Pombal até que se lhe faça preparar uma às custas da corte.
Lisboa, 21 de Fevereiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Informa ter chegado naquela semana Aires de Sá e Melo.
Lisboa, 21 de Fevereiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala na necessidade de boas condições de vida para o corpo diplomático em Lisboa.
Lisboa, 28 de Fevereiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Agradece por lhe serem concedidas as 5 mesadas que tinham em atraso.
Lisboa, 28 de Fevereiro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala nas reformas das Casas da Misericórdia, combatendo o governo antigos abusos que existiam nas suas administrações.
Lisboa, 7 de Março de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia tradução de um Alvará que ordena aos testamentários que não tem parentes a deixar para a Casa da Misericórdia metade dos seus bens, contrariando assim a Lei de 1769.
Lisboa, 14 de Março de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 20 de Março de 1775	<b>De Bernardo Tanucci para Nicolau Piansante</b> Pede que Piansante faça uma nota manual de todas as despesas necessárias para viver decentemente em Lisboa.
Lisboa, 21 de Março de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Março de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Tribunal Censório proíbe o livro “ Triplice Laccio di amore a Cristo Gesu Sagramentato, ed all’ oculo nato Re di Portogallo”.

	Envia a Tanucci uma tradução do Édito que proíbe a obra.
Lisboa, 28 de Março de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Teve audiência com o Rei de Portugal.
Lisboa, 4 de Abril de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia tradução de um alvará publicado, com o qual declara o soberano a sua intenção de que a causa do bem comum, comércio, navegação, industria e ocupação dos seus vassallos prevaleça a qualquer interesse particular.
Lisboa, 11 de Abril de 1775	Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Abril de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Trabalha-se para terminara as obras da Praça do Comércio e inaugurar a estátua equestre.
Lisboa, 18 de Abril de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Agradece muito por lhe ser enviada a mesada de 200 Ducados.
Lisboa, 25 de Abril de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 2 de Maio de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Abril de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> É representada no teatro real a ópera “Napolitanos na América”. O rei encarrega, interinamente, Aires de Sá e Melo dos assuntos da Secretaria dos Negócios Estrangeiros , por grave doença de D. Luís da Cunha Manuel.
Lisboa, 9 de Maio de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Tanucci estabelece prazo para Piansante dar por terminada a administração que tinha da casa de Macedonio.
Lisboa, 16 de Maio de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Torna a falar das suas dificuldades financeiras.
Lisboa, 23 de Maio de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Maio de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Estátua equestre é colocada na Praça do Comércio.
Lisboa, 6 de Junho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Junho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Junho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Lisboa, 27 de Junho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Rei hospeda-se no palácio do Marquês de Pombal em Oeiras para desfrutar de umas termas ali perto. Profêbe-se a obra “Vida de Clemente XIV” do autor Marquês de Caracciolo.
Nápoles, 4 de Julho de 1775	<b>De Bernardo Tanucci para Nicolau Piansante</b> Rei permite que seja atribuída a Piansante (que era clérigo) uma pensão eclesiástica.
Lisboa, 4 de Julho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 4 de Julho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sente-se um terramoto violento na noite de 29 de Junho.
Lisboa, 4 de Julho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Tanucci pede que lhe seja mandada uma Bula, no entanto, Piansante assegura que tal Bula não se encontra ainda em Lisboa.
Lisboa, 11 de Julho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia para Tanucci, segundo pedido dele, o livrete da ópera “Napolitanos na América”.
Lisboa, 18 de Julho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 25 de Julho de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Agosto de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Pede a Tanucci que lhe sejam enviadas as mesadas em atraso. Diz que está atualmente à espera da do mês de maio. Diz que para conseguir viver teve de fazer um débito.
Lisboa, 15 de Agosto de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 22 de Agosto de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Rumores de distúrbios entre espanhóis e portugueses no Rio da Prata.
Lisboa, 26 de Setembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Agosto de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 5 de Setembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Setembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Setembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b>

	Saúde da família real.
Lisboa, 3 de Outubro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Receio de que as desavenças no Brasil venham perturbar a paz na Europa entre Portugal e Espanha.
Lisboa, 3 de Outubro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Outubro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 10 de Outubro de 1775	<b>De Bernardo Tanucci para Nicolau Piansante</b> Aviso de que o rei o nomeou ministro plenipotenciário para a corte de Lisboa.
Lisboa, 17 de Outubro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia a tradução da sentença dada pela Junta da Inconfidência a 9 e Outubro de 1775 contra o reu genovês Giambattista Pele que tentou matar o Marquês de Pombal. Foi torturado, sendo-lhe cortadas as duas mãos, estrangulado e queimado.
Lisboa, 30 de Outubro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Novembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 14 de Novembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Novembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Novembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Rumor de que o Marquês de Pombal pretende reformar ou suprimir a Real Fazenda, transportando-se a jurisdição interna e os direitos ao Erário Régio.
Lisboa, 5 de Dezembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Dezembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Dezembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Dezembro de 1775	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 2 de Janeiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 2 de Janeiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b>

	Saúde da família real.
Lisboa, 9 de Janeiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Janeiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sai Lei que obriga os religiosos a pagar o imposto da Décima sobre os bens que possuem.
Lisboa, 23 de Janeiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia tradução de um decreto do Tribunal Censório contra o livro intitulado “O Verdadeiro sentido do sistema da natureza.”
Lisboa, 30 de Janeiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 6 de Fevereiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 13 de Fevereiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Fevereiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Chega correio do embaixador de Portugal em Madrid para o Marquês de Pombal com a resposta a uma memória que este havia escrito sobre as questões na América.
Lisboa, 27 de Fevereiro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sentiu-se forte terramoto de um minuto.
Lisboa, 5 de Março de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Negociações sobre as questões Ibéricas no Brasil podem ser prejudicadas pelo início das hostilidades provocadas pelos portugueses no Rio Grande.
Lisboa, 12 de Março de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Março de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Portici, 1 de Abril de 1776	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Raffadali</b> Envia credenciais do Príncipe de Raffadali para serem entregues a D. José I.
Lisboa, 2 de Abril de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Com a chegada do Príncipe de Raffadali para breve, Piansante suplica por uma pensão vitalícia para poder acabar os seus dias com dignidade.
Copenhaga, 7 de Maio de 1776	<b>Do Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Informa que já teve a sua audiência de despedida na corte dinamarquesa.

Lisboa, 4 de Junho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que chegou a bagagem do príncipe de Raffadli à alfândega. Num jantar em casa do ministro inglês, Aires de Sá e Melo fala à parte com Piansante sobre a dita bagagem.
Paris, 23 de Julho de 1776	<b>Do Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Escreve a dizer que se encontra em Paris e que esteve anteriormente em Bruxelas, na sua jornada para Lisboa.
Sto Idelfonso, 12 de Setembro de 1776	<b>Do Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Raffadli chega a St. Idelfonso e é apresentado ao rei de Espanha pelo seu tio, embaixador de Nápoles, o Duque St. Elisabetta
Sto Idelfonso, 1 de Outubro de 1776	<b>Do Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Diz que espera à sua chegada a Lisboa encontrar em poder de Niccola Piansante as suas instruções.
Lisboa, 29 de Outubro de 1776	<b>Do Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Chega a Lisboa na manhã de 29 de Outubro. Tem audiência com Aires de Sá e Melo e com o Marquês de Pombal. Diz que as suas instruções não se encontram nas mãos de Piansante como lhe havia indicado Tanucci e pede para que lhe sejam enviadas para se poder guiar no seu ministério.
Caserta, 26 de Novembro de 1776	<b>De Bernardo Tanucci para Príncipe de Raffadali</b> Diz para Raffadali fazer uso das instruções que estão nas mãos de Piansante.

<b>ASN-Esteri, Busta 925</b>	
Lisboa, 29 de Março de 1774	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Piansante informa sobre a sentença dada em Lisboa a favor de Niccoló Olivieri (irmão do reitor do Colégio dos nobres), que foi acusado de dever dinheiro a D. Giuseppe Porcaris di Altamura. Piansante considera injusta a sentença.
Lisboa, 26 de Março de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fazem-se vários preparativos militares.
Lisboa, 2 de Abril de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala dos desentendimentos entre Portugal e Espanha na América do Sul.
Lisboa, 9 de Abril de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b>

	Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Abril de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 29 de Abril de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Abril de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 7 de Maio de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Fala de 25 Assassinatos em Portugal. Assassinos atacam nas estradas públicas durante a noite e roubam as casas.
Lisboa, 14 de Maio de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Maio de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Informa sobre frequentes conferências, que o enviado britânico tem com o Marquês de Pombal.
Lisboa, 28 de Maio de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 4 de Junho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Chegam de Copenhaga a Lisboa as bagagens do Príncipe de Raffadali, um dos seus camareiros e um serviçal. Em conversa Aires de Sá e Melo fica a saber a surpresa do Marquês de Pombal em sentir que chegaram os equipamentos do novo Ministro de Nápoles, antes de saber que tinha sido nomeado.
Lisboa, 11 de Junho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Junho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Informa ter chegado para o Marquês de Pombal um correio do embaixador que reside em Paris, a comunicar-lhe a observação feita a Vergennes à oferecida satisfação para compor as diferenças do Brasil com a corte de Espanha.
Lisboa, 25 de Junho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Junho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que não pode dar lugar à ordem de Tanucci relativamente à memória apresentada por um contratante do tabaco. Diz que neste assunto se vai favorecer o contratante de Espanha.
Lisboa, 2 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.

Bruxelas, 8 de Julho de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Diz que chegou no dia anterior vindo de Hamburgo e que dali pretende passar a Paris.
Lisboa, 9 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 9 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Sai Editó que proíbe a entrada em qualquer porto do reino de embarcações da América inglesa.
Lisboa, 16 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 16 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Carta totalmente escrita em cifra: Conta que Pombal teve na noite anterior uma longa conferência com o enviado de Inglaterra e com o embaixador de França sobre os assuntos do Brasil. O seu grande objetivo é persuadir a Espanha de que as hostilidades começadas são contrárias às intenções de Portugal.
Lisboa, 22 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 30 de Julho de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que procurou Aires de Sá e Melo para obter ordem de recolha do equipamento do Príncipe de Raffadali na alfândega, pois não tem conseguido. Aires de Sá e Melo diz que não pode fazer nada porque esta dificuldade na recolha das coisas de Rafadalli são ordem do Marquês de Pombal.
Lisboa, 6 de Agosto de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Como não obteve qualquer resposta de Aires de Sá e Melo sobre a resolução do embargo do equipamento de Raffadali, resolveu tornar a procura-lo. Aires de Sá e Melo informou-o que em conferência com o Marquês sobre este assunto, lhe havia este respondido que tudo estava bem quanto à nomeação, mas que relativamente ao equipamento devia permanecer na alfândega até à chegada do ministro.
Lisboa, 6 de Agosto de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Chega correio de Madrid que revela o descontentamento da corte católica com os últimos acontecimentos no Brasil. O embaixador Sousa Coutinho revela que se fazem disposições militares em todos os portos espanhóis. Marquês de Pombal trabalhou em novas proposições e ofertas a fim de evitar a rotura com Espanha.

Lisboa, 13 de Agosto de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 20 de Agosto de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Volta a Lisboa, sem aviso, o cônsul de Espanha em Portugal, D. Giuseppe del Rio que esteve ausente durante dezasseis meses.
Lisboa, 27 de Agosto de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> É condecorado Conde de Redinha e senhor de Monte Alvão José Francisco Daun segundo filho do Marquês de Pombal.
Lisboa, 3 de Setembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Setembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Embarcação vinda de Londres é saqueada. Levava várias mercadorias para Lisboa, Salerno e Messina.
Santo Ildefonso, 17 de Setembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Diz que retomará a sua viagem para Lisboa em poucos dias.
Lisboa, 17 de Setembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Envia a tradução de um Decreto real de 29 de agosto de 1776.
Lisboa, 24 de Setembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Santo Ildefonso, 1 de Outubro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu o passaporte necessário para a viagem por parte da corte de Lisboa.
Lisboa, 1 de Outubro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 8 de Outubro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Madrid, 15 de Outubro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Diz que recebeu ofício de Tanucci que ordena que se regulasse como se regulou o seu predecessor Conde Pignatelli no tempo da passada guerra. Rei de Espanha ordena que sejam comunicadas a Raffadali as suas intenções: que verificando-se a guerra entre Espanha e Portugal, este informe Madrid de tudo o que souber através de cifras.
Lisboa, 15 de Outubro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 22 de Outubro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Espera-se a chegada do Príncipe de Raffadali para breve.

Lisboa, 29 de Outubro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Informa da chegada do Príncipe de Raffadali. Diz que estão terminadas as suas incumbências. Espera ordem de Tanucci para partir de Lisboa.
Lisboa, 5 de Novembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Diz que é inútil continuar em Lisboa após a chegada do novo ministro plenipotenciário.
Lisboa, 12 de Novembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 12 de Novembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Novembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 19 de Novembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Rei Católico solicita a Raffadali que faça as suas vezes como padrinho de batismo do filho do embaixador de Espanha em Lisboa.
Lisboa, 26 de Novembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Bernardo Tanucci</b> Saúde da família real.
Lisboa, 26 de Novembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Bernardo Tanucci</b> Rei D. José sofre novo ataque que o mobiliza por completo do lado esquerdo.
Lisboa, 3 de Dezembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Escreve a Sambuca a dizer que recebeu a notícia da sua promoção para principal conselheiro de estado e da demissão de Tanucci.
Lisboa, 3 de Dezembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Diz que não usará a sua antiga cifra, optando pela mesma que usava o seu antecessor.
Lisboa, 10 de Dezembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 10 de Dezembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Sai Decreto que passa regência do reino à Rainha, dada a doença do rei.
Caserta 17 de Dezembro de 1776	<b>De Marquês de La Sambuca para Príncipe de Raffadali</b> Ordena que quando não for necessária a pessoa de Piansante em Lisboa que o mande para Nápoles.
Lisboa, 17 de Dezembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 24 de Dezembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Queixa-se da sua saúde. Os médicos estão de acordo que o clima de Lisboa lhe faz mal.

Lisboa, 24 de Dezembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Envia nota de despesas dos últimos meses.
Lisboa, 24 de Dezembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Dezembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Raffadali diz que Portugal é, de todos os países que já conheceu, o mais caro para se viver.
Lisboa, 31 de Dezembro de 1776	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 31 de Dezembro de 1776	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Diz que recebeu notícia de que o seu soldo de 200 ducados mensais sessou com a chegada do Príncipe de Raffadali. Pede que para que não lhe seja tirada a dita mesada de imediato.
Lisboa,, 7 de Janeiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 21 de Janeiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Informa que os serviços de Piansante para seu auxílio em Lisboa não são mais necessários.
Lisboa, 21 de Janeiro de 1777	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Agradece pela nomeação para oficial da secretaria dos Negócios Estrangeiros em Nápoles. Pede dinheiro para fazer a viagem até Nápoles.
Lisboa, 28 de Janeiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 28 de Janeiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Informa do nascimento da filha do embaixador de Espanha em Lisboa.
Lisboa, 4 de Fevereiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Rainha fez várias promoções para seu serviço entre a nobreza.
Lisboa, 11 de Fevereiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 18 de Fevereiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Saúde da família real.
Lisboa, 24 de Fevereiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Informa da morte do rei D. José, na noite anterior de 23 de fevereiro. Elogia a pessoa do rei defunto mas revela que muitos ficaram felizes com a sua morte por esta significar a queda do Marquês de Pombal. Fala em medidas políticas futuras.
Lisboa, 25 de Fevereiro de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Informa do anúncio de casamento do Príncipe da Beira com a tia Maria Francisca. Fala no possível retorno a Lisboa do Duque D. João de Bragança.

Lisboa, 4 de Março de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> 50 Eclesiásticos postos em liberdade na presente semana. Foi deposta também a irmã do Marquês de Pombal, Priora do mosteiro das religiosas dominicanas.
Lisboa, 11 de Março de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> Diz que o Marquês de Pombal tomou a iniciativa de tratar da sua demissão. Envia a tradução da autorização da rainha ao pedido de demissão e retirada, feito pelo Marquês de Pombal. Pombal saiu de Lisboa na mesma noite acompanhado pelo Conde Sampaio e por 4 soldados.  Foi nomeado para ministro do reino, no lugar do Marquês de Pombal, o Visconde de Ponte de Lima e foi feito encarregado o Marquês de Angeja da Superintendência Geral do Régio Erário de que tinha a direção o referido Marquês de Pombal.
Lisboa, 18 de Março de 1777	<b>De Príncipe de Raffadali para Marquês de La Sambuca</b> É nomeado novo professor para o príncipe do Brasil em lugar de Frei Manuel Cenáculo.  Também Cenáculo (Bispo de Beja) antecipou o seu pedido de demissão por saber do desagrado da rainha em relação às suas funções.  Vagará com o seu retiro, a presidência da real mesa censória.
Lisboa, 8 de Abril de 1777	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Diz que vai fazer a viagem para Nápoles o mais cedo possível.
Aranjuez, 13 de Maio de 1777	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Faz a corte ao rei de Espanha.
Barcelona, 7 de Junho de 1777	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Informa que partirá para Génova.
Génova, 19 de Junho de 1777	<b>De Nicolau Piansante para Marquês de La Sambuca</b> Informa da sua chegada a Génova no dia anterior.